UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO - PPGDSTU

SANDY LORENA COSTA MONTEIRO

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO-PA

BELÉM, PARÁ
2024

SANDY LORENA COSTA MONTEIRO

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO-PA

Dissertação apresentada ao do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Armin Mathis

BELÉM, PARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772a Monteiro, Sandy Lorena Costa.
Agricultura familiar e o Desenvolvimento local no Muincípio de Santarém Novo (PA) / Sandy Lorena Costa Monteiro. — 2024.
432 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Armin Mathis
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2024.

1. Desenvolvimento Local. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Agricultura Familiar. 4. Santarém Novo (PA). I. Título.

CDD 307.1

SANDY LORENA COSTA MONTEIRO

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO-PA

Dissertação apresentada ao do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Defendida e aprovada em: 23/09/2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Armin Mathis
Presidente/Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profª. Drª. Mirleide Chaar Bahia
Examinadora Interna - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profª. Drª. Rosana Pereira Fernandes
Examinadora Externa - PPGGP/NAEA/UFPA

Dedico ao amor da minha vida, Lara Sophie.
À minha amada mãe, Maisa.
Aos meus doces e amados avós, Marta e Abdon.
Às minhas irmãs, Marília e Ana Rebeka.
À minha sobrinha, Júlia.
Ao meu companheiro, Renan.
E a todos os agricultores familiares de Santarém Novo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grande Deus Pai, misericordioso, cujas graças não têm fim. Não sei o que seria de mim sem tuas infinitas misericórdias, que me conduziram, iluminaram e abençoaram para que cada passo fosse dado na direção certa, mesmo quando acreditava que não conseguiria.

À minha amada filha Lara Sophie, que foi meu maior presente de esperança em 2020. Tua chegada trouxe luz para o meu mundo. Tua ternura, carinho e doçura me inspiram a ser uma pessoa melhor a cada dia. Você nem imagina o quanto me dá forças e coragem para enfrentar qualquer batalha. Minha pequena luz, como eu te amo!

Ao meu companheiro Renan, por estar comigo em todos os momentos, me acompanhando desde a graduação, compartilhando não apenas as lutas e desafios, mas também as vitórias, planos e sonhos. Obrigada por todo o incentivo e pela parceria ao longo desses anos.

À minha família, por todo carinho, apoio e paciência nesse árduo percurso que foi concluir o mestrado. Vocês são minha base. Sou profundamente grata a todos vocês!

Um agradecimento especial à minha mãe, que sempre me incentivou nos estudos e foi minha inspiração para iniciar essa jornada. Durante o mestrado, mesmo morando tão longe, foi minha rede de apoio, desde o primeiro dia nos cuidados com a Lara, nos acolheu e amou. Sou grata pela sua vida e, sem o seu apoio, eu não estaria aqui hoje. Te amo, mãe!

Agradeço aos meus avós, Marta e Abdon, por quem tenho grande amor e admiração, que com toda sua simplicidade e humildade me criaram e moldaram grande parte do ser humano que sou hoje. Eu os amo e sou eternamente grata!

Agradeço às minhas irmãs Ana Rebeka e Marília e minha sobrinha Júlia, por todos os momentos felizes e carinhosos. Amo muito vocês!

À minha prima Manuela, à minha tia Marisa, à tia Amélia e novamente à minha irmã Ana e à minha mãe, que foram minha rede de apoio com a Lara e me ajudaram inúmeras vezes durante esse percurso. Agradeço por tê-las em minha vida!

Ao meu tio Ângelo por todas as vezes que precisei de ajuda com locomoção até as comunidades pesquisadas e não mediu esforços, minha gratidão.

Agradeço ao meu primo Victor, por quem tenho grande admiração. Meus agradecimentos nunca serão suficientes para demonstrar minha gratidão por sua generosidade e amizade quando mais precisei de um computador para concluir esta pesquisa. Espero de coração um dia poder retribuir tudo o que fizestes por mim.

À dona Telma, por toda ajuda dada nos momentos difíceis. Que Deus te abençoe!

Aos amigos e amigas, pelas palavras, boas conversas e troca de mensagens, em especial à Tainá por seu carinho com minha filha e por sua boa vontade em me emprestar seu computador quando me vi em apuros. Aos queridos amigos Renan de Souza, Elizeu Gaia e Thiago Melo, que me ajudaram na busca de agricultores para pesquisa. Ao José Vitor, pelos momentos alegres e por ceder vários de seus registros fotográficos, que capturam as paisagens, cultura, arte e fé do povo de Santarém, bem como à Taissa Corrêa e Hassan Pimentel pelas belas imagens de suas lentes e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho. Que Deus os abençoe!

Não poderia deixar de agradecer, a cada um dos 56 agricultores que aceitaram participar dessa pesquisa e compartilhar um pouco de suas vivências. Que me receberam em suas casas, suas roças, seus quintais. Que partilharam sua sabedoria, experiências e dificuldades. Obrigada pela disponibilidade, pelo tempo, atenção, pelos cafés e especialmente pela simplicidade transmitida. Essa pesquisa é por vocês!

Agradeço à prefeitura de Santarém Novo, a cada um dos gestores municipais, aos secretários, secretárias, ao vice-prefeito, ao escritório local da EMATER-PA e aos presidentes das associações locais de agricultores e extrativistas. Sou grata pela disposição e pela boa vontade em ceder um espaço durante suas rotinas e agendas apertadas. Suas contribuições foram fundamentais para que esse trabalho acontecesse. Mas quero agradecer em especial a três pessoas que nunca mediram esforços em me prestar quaisquer informações durante esse longo trajeto, ao Joel Corrêa, ao seu Francisco de Souza, ao Mailton e à Adenice Paixão. Obrigada por toda solicitude de sempre. Vocês são pessoas incríveis!

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA) pela oportunidade de cursar um programa de excelência que tanto contribui para o conhecimento e desenvolvimento sustentável da Amazônia. À toda coordenação e servidores que os integram, minha gratidão!

Aos colegas de curso, pelas trocas, apoio e pelos momentos juntos de aprendizado.

A todos os professores do NAEA com os quais tive a oportunidade de estudar, Nírvea Ravena, Rosa Acevedo, Francisco Costa, Ricardo Folhes, Lígia Terezinha Simoniam, Simaia do Socorro Mercês, Silvio Figueiredo e Mirleide Chaar Bahia, por compartilhar seus valiosos conhecimentos durante as disciplinas, os quais foram essenciais para produzir esta pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Fábio Carlos, Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro e Prof. Dr. Armin Mathis, por gentilmente terem aceitado compor a banca de qualificação e por todas as sugestões que contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa.

Novamente, expresso meu profundo agradecimento ao professor Dr. Fábio Carlos por suas inestimáveis contribuições. Seu vasto arcabouço teórico, contribuiu para o conhecimento de teorias e autores fundamentais que foram o alicerce para a construção teórica desta pesquisa. Além disso, sua orientação inicial foi essencial para o desenvolvimento deste estudo. Agradeço imensamente por sua paciência ao longo do curso. Meus mais sinceros agradecimentos.

Por fim, desejo expressar meu profundo agradecimento ao meu orientador, Professor Dr. Armin Mathis, por ter me estendido a mão em um dos momentos mais difíceis e atribulados da minha vida. Professor, obrigada por ter acreditado em mim. Seu apoio incansável e suas palavras de encorajamento foram como bálsamo para a alma. Não tenho palavras para expressar o quão importante foi sua amizade e sua confiança para que eu pudesse concluir esta etapa tão significativa da minha vida. Em momentos em que eu duvidava da minha capacidade, sua presença e orientação foram como luz para a mudança nos rumos na minha vida acadêmica, profissional e sobretudo para a recuperação da minha autoestima e fé. O senhor é um ser de luz merecedor de todas as bênçãos deste mundo. Agradeço por sua vida e pelo seu sim ao desafio de me orientar. Que o universo o proteja e que Deus o cubra de bênçãos.

Eu costumo dizer que as nossas vitórias não são apenas nossas, elas são resultado de um esforço conjunto, de várias pessoas que estão ali conosco, nos apoiando, orientando e conduzindo. Na minha vida, tive o privilégio de ter por perto pessoas boas, humanas e que estiveram ao meu lado contribuindo, cada uma à sua maneira e ao seu tempo, mas sempre presentes. Sou grata pela vida de cada um de vocês!

Precisamos reinventar nosso futuro, o que requer reinventar a nossa narrativa sagrada e as instituições que estruturam nossos relacionamentos de poder (Korten, 2018).

A única rota inteligente é definirmos juntos o que é necessário. Depois, juntos, descobriremos como tornar isso politicamente inevitável (Korten, 2018).

RESUMO

Considerando a complexidade e os desafios enfrentados pelos municípios menores da Amazônia em relação à temática do desenvolvimento sustentável, a presente pesquisa debruçou-se em explorar a relação entre desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar no município de Santarém Novo, na Região Nordeste do Pará, terceiro menor do Estado, com 6.116 habitantes. O propósito desta pesquisa foi compreender as concepções de desenvolvimento dos principais tomadores de decisão no município, incluindo gestores públicos e representantes de organizações sociais de agricultores locais, bem como avaliar as percepções dos agricultores sobre as ações do poder público, especialmente daquelas que impactam o futuro da agricultura familiar. Essa proposta se deu com o intuito de compreender como as diversas perspectivas influenciam as ações e políticas para o planejamento do desenvolvimento local, com ênfase na agricultura familiar. Para o alcance dos objetivos, adotou-se uma abordagem transdisciplinar, empregando uma metodologia concomitante de métodos mistos que combina métodos quantitativos e qualitativos para uma avaliação abrangente dessas interpretações. A estratégia quantitativa visou identificar padrões e tendências gerais nas variáveis relacionadas às avaliações dos agricultores, enquanto a estratégia qualitativa explorou as cosmovisões de desenvolvimento dos gestores públicos e representantes de associações, tendo como base teórica principal a Teoria das Dimensões do Desenvolvimento Sustentável de Ignacy Sachs, apoiado também pelas concepções de desenvolvimento de outros autores como David Korten e Amartya Sen. A coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com gestores e presidentes das associações, e a aplicação de formulários aos agricultores. A análise dos dados quantitativos utilizou métodos estatísticos descritivos, enquanto a análise dos dados qualitativos foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo da Bardin (2016). Como resultado, a pesquisa apresentou, além do panorama atual do desenvolvimento municipal, uma diversidade de desafios enfrentados pelos agricultores familiares, incluindo dinâmicas de produtivas, relações de trabalho e organizacionais, assistência técnica, acesso à políticas públicas, crédito, mercados e à participação social. Também foi possível elencar as principais demandas e necessidades dos agricultores para melhoria das condições no setor. As avaliações dadas pelos agricultores sobre a atuação do governo municipal nessas temáticas foram predominantemente negativas. Além disso, a pesquisa evidenciou uma pluralidade de entendimentos sobre os aspectos que compõem o desenvolvimento na visão dos entrevistados. Apesar das distintas prioridades e estratégias abordadas pelos diferentes grupos e indivíduos, os resultados destacaram de forma geral uma maior ênfase atribuída à dimensão social do desenvolvimento sustentável, abrangendo elementos como saúde, educação e renda, além da necessidade de ampliação das oportunidades e capacidades dos indivíduos e do acesso a atividades não produtivas como o lazer. Esses elementos foram amplamente reconhecidos como fundamentais para garantir uma base sólida para o progresso e bem-estar individual e coletivo. Também há uma percepção compartilhada da importância dos aspectos econômicos, territoriais e políticos (nacional). A dimensão cultural também foi aludida com uma frequência considerável. Algumas áreas, entretanto, apesar de serem consideradas importantes, foram menos enfatizadas pelos por eles, como as dimensões ecológica, ambiental e política (internacional). Em contrapartida, também foi enfatizado a necessidade de se considerar aspectos mais subjetivos do desenvolvimento humano, relacionados a valores éticos, morais, religiosos, psicológicos e ao fortalecimento das relações sociais, os quais remetem à solidariedade, respeito, fraternidade e ao senso de comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; agricultura familiar; dimensões da sustentabilidade; agricultores; município; Santarém novo; tomadores de decisão; concepções; avaliação.

ABSTRACT

Considering the complexity and challenges faced by smaller municipalities in the Amazon regarding sustainable development, this research focused on exploring the relationship between sustainable local development and family farming in the municipality of Santarém Novo, located in the Northeast region of Pará, the third smallest state, with 6,116 inhabitants. The purpose of this research was to understand the development concepts of key decision-makers in the municipality, including public officials and representatives of social organizations of local farmers, as well as to assess farmers' perceptions of government actions, especially those impacting the future of family farming. This proposal aimed to comprehend how these diverse perspectives influence actions and policies for local development planning, with an emphasis on family farming. To achieve these objectives, a transdisciplinary approach was adopted, employing a concurrent mixed methods methodology that combines quantitative and qualitative methods for a comprehensive evaluation of these interpretations. The quantitative strategy aimed to identify patterns and general trends in variables related to farmers' assessments, while the qualitative strategy explored the development cosmovisions of public officials and association representatives, based mainly on Ignacy Sachs' Theory of Dimensions of Sustainable Development, also supported by the development concepts of other authors such as David Korten and Amartya Sen. Data collection involved semi-structured interviews with managers and association presidents, and the application of forms to farmers. Quantitative data analysis used descriptive statistical methods, while qualitative data analysis was performed using Bardin's (2016) Content Analysis technique. As a result, the research presented, in addition to the current panorama of municipal development, a diversity of challenges faced by family farmers, including productive dynamics, labor and organizational relations, technical assistance, access to public policies, credit, markets, and social participation. It was also possible to list the main demands and needs of farmers for improving conditions in the sector. Farmers' assessments of the municipal government's actions on these issues were predominantly negative. Furthermore, the research evidenced a plurality of understandings about the aspects that compose development in the interviewees' view. Despite the distinct priorities and strategies addressed by different groups and individuals, the results generally highlighted a greater emphasis on the social dimension of sustainable development, encompassing elements such as health, education, and income, as well as the need to expand opportunities and capacities of individuals and access to non-productive activities such as leisure. These elements were widely recognized as fundamental to ensuring a solid foundation for individual and collective progress and well-being. There is also a shared perception of the importance of economic, territorial, and political aspects (national). The cultural dimension was also alluded to with considerable frequency. However, some areas, despite being considered important, were less emphasized by them, such as the ecological, environmental, and political (international) dimensions. In contrast, there was also an emphasis on considering more subjective aspects of human development, related to ethical, moral, religious, psychological values, and the strengthening of social relations, which refer to solidarity, respect, fraternity, and community sense.

Keywords: local development; family farming; sustainability dimensions; farmers; municipality; Santarém Novo; decision-makers; conceptions; evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da localização Geográfica do Município de Santarém Novo, Pará 104
Figura 2 - Mapa da região Geográfica Imediata de Capanema 105
Figura 3 - Mapa da região de Integração Rio Caeté – Estado do Pará 106
Figura 4 - Localização das comunidades no território municipal 109
Figura 5 - Composição dos Setores Censitários Municipais de Santarém Novo 110
Figura 6 - Sede da Prefeitura Municipal 111
Figura 7 - Vista aérea da Sede pelo Rio Maracanã 111
Figura 8 – Vista aérea da praça e Igreja Matriz 111
Figura 9 - Avenida principal no centro comercial 111
Figura 10 – Balneário de Brasileiro 111
Figura 11 - Vista da localidade de Brasileiro 111
Figura 12 - Balneário de S. Antônio dos Trombetas 112
Figura 13 – Vista aérea de S. Antônio dos Trombetas 112
Figura 14 - Localidade de Jutaizinho - PA-324 112
Figura 15 – Balneário de Jutaí Grande – PA-324 112
Figura 16 - Vista da localidade de Bacuriteua 112
Figura 17 Vila da Faustina 112
Figura 18 - Vista da localidade Iraquara 112
Figura 19 - Balneário da Localidade de Iraquara 112
Figura 20 - Localidade de Fortaleza 113
Figura 21 - Fortalezinha 113
Figura 22 - Balneário de Peri Meri 113
Figura 23 – Vista aérea da vila de Pacuja 113
Figura 24 - Mapa de abrangência territorial da Resex Chocoaré - Mato Grosso no município de Santarém Novo 115
Figura 25 - Area de Resex - Portinho (Sede) 116
Figura 26 - Área de Resex em Pedrinhas 116
Figura 27 - Área da Resex - Vila de Bacuriteua 116
Figura 28 - Área de Resex no Bacanga 116
Figura 29 - Letreiro de entrada em Pau Amarelo 118
Figura 30 – Infraestruturas em Pau Amarelo 118
Figura 31 - Círio de N. Senhora da Conceição 2019 120

Figura 32 - Festividade de São Benedito 2023 120
Figura 33 - Procissão de N.Sª das Graças - Jutaizinho 121
Figura 34 -Festividade de São João Batista - Peri Meri 121
Figura 35- Festividade de Stª Maria na Faustina 121
Figura 36 - Procissão Católica 121
Figura 37 - Festival do Caranguejo 2022 122
Figura 38 - Verão das Águas 2022 em Peri Meri 122
Figura 39 - Verão das Águas 2022 -Jutaí Grande 122
Figura 40 - Cordão de Pássaros Ave do Paraíso 122
Figura 41 - Grupo folclórico "Os Pretinhos" 122
Figura 42 – Cortejo do "Boi Malhadinho" 122
Figura 43 - Local de confecção do mastro 123
Figura 44 - Detalhes da ornamentação do mastro 123
Figura 45- Bandeira do Juiz do Mastro de 2022 124
Figura 46- Cortejo ao Mastro pelas ruas da cidade 124
Figura 47- Chegada no Barracão da Irmandade 124
Figura 48 - Ritual de levantação do mastro 124
Figura 49- Levantação do mastro ao som do carimbó 124
Figura 50 - Hasteamento do mastro ao Barracão 124
Figura 51- Alvorada de carimbó 125
Figura 52 - Alvorada na casa do festeiro 125
Figura 53 - Mesa de café da manhã do festeiro 126
Figura 54 - Ladainha à São Benedito 126
Figura 55 - Dança de carimbó das crianças 126
Figura 56 - Grupo Nova Revelação do Mestre Ticó 126
Figura 57- Tradicional dança do Peru às 00:00h 126
Figura 58 - Dança de Carimbó no salão da irmandade 126
Figura 59- Ms. Dico-Boi no Tambor (*in memorian)* 126
Figura 60 – Grupo "Os quentes da Madrugada" 126
Figura 61 - Bebida Tradicional da Festa (Gengibirra) 127
Figura 62 - Beiju Chica 127
Figura 63- Registro do Piloro no Barracão da Irmandade 127
Figura 64- Produção de instrumentos - Mestre Sabá 128

Figura 65- Artesanatos e instrumentos musicais - Sabá 128
Figura 66 - Percentual da população residente em Santarém Novo por setor censitário 141
Figura 67 - Forno de produção de carvão na localidade de Amapazinho 176
Figura 68 – Lenha para uso em forno de produção de farinha 177
Figura 69 - Abertura de roça no Ramal do Bacanga 179
Figura 70 - Abertura de roça no Ramal do Bacuriteua 179
Figura 71 - Sistema de roça sem queima 180
Figura 72 - Preparo de solo por mecanização - prefeitura 180
Figura 73 - SAFs encontrados na estrada do Bacuriteua 180
Figura 74 - Intercalagem de culturas permanentes e temporárias 180
Figura 75 - SAFs encontrados na estrada do Bacuriteua 180
Figura 76 - Intercalagem de culturas 180
Figura 77 - Produção de hortaliças em Jutaizinho 181
Figura 78 - Casa de farinha em Santo Antônio 181
Figura 79 –Sede da APPRSAT em Santo Antônio 182
Figura 80 - Processo de produção de goma de tapioca 182
Figura 81 - Torragem de farinha em Bom Jesus 182
Figura 82 - Produção de farinha na vila de Faustina 182
Figura 83 - Trabalho de mulheres na sede da APPRSAT 183
Figura 84 - Mulheres no processo de descascagem de raízes 183
Figura 85 – Trabalho em uma casa de farinha no Santo Antônio 183
Figura 86 – Mulheres na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio 183
Figura 87 - Participantes da II Conferência da Cidade 227
Figura 88 - Organizadores e integrantes da Gestão 227
Figura 89 - Reunião com moradores de Jutaí Grande (Janeiro 202) 228
Figura 90 - Reunião na vila de Brasileiro em Junho 2021 228
Figura 91 - Audiência Pública CadÚnico e Bolsa Família set 2021 228
Figura 92 - Reunião com comerciantes locais (Setembro 2022) 228
Figura 93 - Aquisição de Alimentos pelo do PNAE 249
Figura 94 - Frutas ofertadas na merenda escolar 249
Figura 95 Recolhimento de alimentos do PAA no caminhão do programa em junho 2023 251
Figura 96 - Recebimento e entrega de alimentos do PAA no CRAS 251

Figura 97 - Ação de entrega de alimentos do PAA e doação de roupas na comunidade do Clemente 251
Figura 98 - Distribuição de alimentos pelo PAA no Clemente 251
Figura 99 - Distribuição de Alimentos pelo PAA durante a pandemia de COVID-19 251
Figura 100 - Carro utilizado para transporte dos alimentos 251
Figura 101 - Reunião com agricultores do PAA e café da manhã pela secretaria de Assistência social 252
Figura 102 - Agricultores participantes do programa (2020) 252
Figura 103 - Visitas domiciliares durante a Pandemia de Covid-19 252
Figura 104 - Coleta de gêneros para composição de cestas 252
Figura 105 - Entrega de alimentos do Programa às famílias assistidas pelo CRAS 252
Figura 106 - Entrega de alimentos às famílias 252
Figura 107 - Turma apicultores de 2021 - Negócio Certo Rural 253
Figura 108 - Apicultoras capacitadas pelo Negócio Certo Rural 253
Figura 109 - Abertura da 2ª turma de ATEG MEL pelo SENAR 254
Figura 110 - 2ª Turma de apicultores atendidos pelo ATeG Mel 2022- SENAR 254
Figura 111 - Viveiro de produção de mudas da SEMAGRI 256
Figura 112 - Curso de compostagem orgânica em de Jutaizinho 256
Figura 113 - Implementação de viveiros comunitários em São Tomé 256
Figura 114 – Turma do curso de Fruticultura realizado em 2021 256
Figura 115 - Curso de tratorista – Abril de 2022 256
Figura 116 - Curso de tratorista – Abril de 2022 256
Figura 117 - Projeto Feira Segura em Santarém novo 261
Figura 118 - I Feira Livre Feira 261
Figura 119 - Feiras livres semanais da Agricultura Familiar 262
Figura 120 - Vendas de produtos alimentícios e artesanatos 262
Figura 121 – Sede da AUREMC-MG 263
Figura 122 - Prédio doado pela prefeitura 263
Figura 123 - Cestas de alimentos destinadas às famílias da Resex 265
Figura 124 - Entrega de alimentos às famílias cadastradas na Resex 265
Figura 125 - Municípios que compõem a rede de lideranças públicas da Rede Coastal 500 para a Pesca Artesanal 269
Figura 126 - Criação de animais de pequeno porte, plantações diversas e casa de produção de

farinha 276
Figura 127 - Criação de galinhas junto à plantações de cultivares perenes e temporárias 276
Figura 128 - Condição precária de pontes na localidade de Iraquara, após o balneário 305
Figura 129 - Condição de pontes nas intermediações de São Tomé 305
Figura 130 - Ramal do Bacuriteua 305
Figura 131 - Ramal do Amapazinho 305
Figura 132 - Obra de drenagem e pavimentação asfáltica na comunidade de Peri Meri 306
Figura 133 - Revitalização da ponte da Ilha na localidade de Peri Meri 306
Figura 136 - Nuvem de palavras temática (Dimensão Social) 332
Figura 137 -Nuvem de palavras - Dimensão Cultural 339
Figura 138 - Nuvem de palavras - Dimensão Ecológica 342
Figura 139 - Nuvem de palavras - Dimensão Ambiental 345
Figura 140 - Nuvem de palavras - Dimensão Territorial do Desenvolvimento 353
Figura 141 - Nuvem de palavras - Dimensão Econômica 362
Figura 142 - Nuvem de palavras - Dimensão Política (Nacional) 371
Figura 143 - Nuvem de Palavras - Dimensão política Internacional 375
Figura 144 - Aspectos necessários para o pleno desenvolvimento do ser humano e da humanidade 381
Figura 145 - Nuvem de palavras - Aspectos do desenvolvimento humano 384
Figura 146 - Nuvem de palavras - Aspecto relacionados às condições materiais de existência 385
Figura 147 - Contribuições para tornar o mundo melhor 394

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Populacional em Santarém Novo no período de 1970 a 2022 130
Gráfico 2 - Crescimento populacional dos municípios da Região Imediata de Capanema entre 1991 e 2022 131
Gráfico 3 - Evolução da Situação Domiciliar Urbana X Rural do município de Santarém Novo 133
Gráfico 4 - Crescimento da população residente por sexo no período de 1970 a 2022 134
Gráfico 5 - Nascidos Vivos em Santarém Novo por ano e residência da mãe 135
Gráfico 6 -Evolução da Taxa de Natalidade 136
Gráfico 7 - Evolução da Taxa de Fecundidade 136
Gráfico 8 - Migração no município por situação domiciliar (urbano x rural) 137
Gráfico 9- Distribuição da População Residente por Grupo Etário (Censo 2022) 137
Gráfico 10 - Distribuição da População Residente por Grupo Etário (Censo 2010) 138
Gráfico 11 - PIB A preços correntes dos Municípios da Região Imediata de Capanema 142
Gráfico 12 - Evolução do PIB a preços correntes nos municípios da Região Imediata de Capanema (2010 a 2021) 144
Gráfico 13 - Crescimento do PIB a preços correntes no município (2010 a 2020) 144
Gráfico 14 - Participação econômica dos setores no Valor Adicionado Bruto do PIB Municipal 145
Gráfico 15 - Composição do PIB Municipal por Atividade Econômica ao longo de 2010 a 2021 147
Gráfico 16 - Composição do PIB dos municípios da Região Imediata de Capanema 150
Gráfico 17 - Evolução do *PIB* per capita de Santarém Novo ao longo de 2010 a 2021 151
Gráfico 18 - PIB per capita dos Municípios da Região Imediata de Capanema 152
Gráfico 19 - Área Total Plantada ou Destinada à Colheita ao longo de 1990 a 2022 154
Gráfico 20 - Evolução no Uso do Território para produção nas Lavouras temporárias e permanentes (1990 a 2022) 155
Gráfico 21- Área total destinada à plantação ou colheita nas lavouras 156
Gráfico 22 – Área plantada ou destinada à colheita por produto nas lavouras temporárias (1990-2022) 156
Gráfico 23 - Área total destinada à plantação ou colheita nas lavouras permanentes 159
Gráfico 24 - Área plantada ou destinada à colheita por produto das lavouras permanentes 160
Gráfico 25 – Quantidade produzida na lavoura temporária 161

Gráfico 26 - Produção na lavoura permanente (em mil frutos) 163
Gráfico 27 - Produção na lavoura permanente (em toneladas) 164
Gráfico 28 - Rendimento médio na lavoura temporária (Kg/ha) 166
Gráfico 29 - Rendimento médio na lavoura permanente (frutos por hectare) 167
Gráfico 30 - Rendimento médio na lavoura permanente (Kg/ha) 167
Gráfico 31 - Valor da produção anual total e por produto das lavouras temporárias e permanentes 168
Gráfico 32 - Valor da produção total e por produto da lavoura temporária 171
Gráfico 33 - Valor da produção por produto da lavoura permanente 172
Gráfico 34 - Evolução da produção de mel de abelha (2004 a 2022) 175
Gráfico 35 - Valor da produção do mel de abelha (2001 a 2022) 175
Gráfico 36 - Extração vegetal por tipo de produto extrativo 176
Gráfico 37 - Extração de madeira para produção de lenha (2004 a 2022) 177
Gráfico 38 - Valor da produção na extração vegetal por tipo de produto extrativo (2004 a 2022) 178
Gráfico 39 - Quantidade de e famílias cadastradas no CadÚnico 191
Gráfico 40 - Pessoas cadastradas no CadÚnico de agosto de 2012 a agosto de 2013 191
Gráfico 41 - Taxa de alfabetização por grupos de idade - Santarém Novo 196
Gráfico 42 - Taxa de alfabetização nos municípios da Região Imediata de Capanema - Censo 2022 196
Gráfico 43 - Número de escolas ativas por nível/etapa de ensino 199
Gráfico 44 - Distribuição de matrículas por área geográfica 200
Gráfico 45 - Distribuição de matrículas por rede de ensino 201
Gráfico 46 - Matrículas na rede pública por nível de ensino da educação básica 201
Gráfico 47 - Distribuição de matrículas na educação básica por grupos/séries anuais 202
Gráfico 48 - Número de docentes por nível/etapa de ensino 205
Gráfico 49 - Distribuição anual de docentes por nível/etapa de ensino 205
Gráfico 50 - Índice de mortalidade anual no município de Santarém Novo 209
Gráfico 51 - Taxa anual de mortalidade infantil em Santarém Novo 211
Gráfico 52 - Taxa de mortalidade dos municípios da Região imediata de Capanema 212
Gráfico 53 - Situação Conjugal das mães no parto por grupo etário 213
Gráfico 54 - Taxa de ocorrências policiais nos municípios da Região Imediata de Capanema 218

Gráfico 55 - Taxa de mortes violentas intencionais entre os municípios da região Imediata de Capanema 219
Gráfico 56 - Taxa anual de mortes por homicídios entre os municípios da Região Imediata de Capanema 220
Gráfico 57 - Taxa de roubos nos munícios da Região Imediata de Capanema 221
Gráfico 58 - Taxa de furtos nos municípios da Região Imediata de Capanema 222
Gráfico 59 - Taxa de ocorrências registradas por tráfico de droga na região imediata de Capanema (2020 a 2022) 223
Gráfico 60 - Taxa de homicídios no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022) 224
Gráfico 61 - Taxa de mortes no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022) ... 225
Gráfico 62 - Taxa de lesões no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022) 226
Gráfico 63 - Evolução dos quantitativos eleitorais municipais e presidenciais 230
Gráfico 64 - Composição das receitas do município (Corrente e de capital) de 2020 a 2023 232
Gráfico 65 - Receitas de arrecadação tributária no município (2020 a 2023) 233
Gráfico 66 - Valor consolidado do IFPA dos municípios da Região Imediata de Capanema 234
Gráfico 67 - Total de despesas municipais empenhadas no triênio 2020-2022 235
Gráfico 68 - Total de despesas empenhadas por órgão/unidade gestora (2020-2023) 237
Gráfico 69 - Despesa orçamentária empenhada consolidada por função 238
Gráfico 70 - Evolução do IDH-M de Santarém Novo e suas componentes entre 1991 e 2010 240
Gráfico 71 - IDHM dos municípios da região Imediata de Capanema (ano base 2010) 241
Gráfico 72 - Mapa de pobreza e desigualdade na Região Imediata de Capanema (ano base 2003) 242
Gráfico 73 - Índice de Gini dos municípios da região Imediata de Capanema 243
Gráfico 74 - Evolução do Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal - Santarém Novo (2005 a 2016) 244
Gráfico 75 - Índice de Firjan de Desenvolvimento da Região Imediata de Capanema (ano base 2016) 245
Gráfico 76 - Agricultores cadastrados no programa por localidade até 21 de junho de 2021 258
Gráfico 77 - Participação de agricultores por comunidade 270
Gráfico 78 - Nível de escolaridade dos agricultores participantes 271
Gráfico 79 - Outras fontes de trabalho e renda no núcleo familiar dos agricultores 272

Gráfico 80 - Principais gêneros produzidos e comercializados pelos agricultores 275
Gráfico 81 - Principais problemas e desafios enfrentados na produção pelos agricultores ... 277
Gráfico 82 - Principais meios de transporte utilizados para escoamento da produção 282
Gráfico 83 - Principais canais de comercialização adotados pelos agricultores 284
Gráfico 84 – Avaliação dos preços recebidos nas vendas dos produtos 284
Gráfico 85 - Organizações sociais que os agricultores entrevistados participam ou já participaram 289
Gráfico 86 - Avaliação da importância das organizações coletivas para os agricultores 290
Gráfico 87 - Organizações que os agricultores já receberam algum tipo de apoio ou serviços de ATER 294
Gráfico 88 - Avaliação da importância dos serviços de ATER para os agricultores 295
Gráfico 89 - Frequência de participação dos agricultores em cursos de formação/capacitação rural 295
Gráfico 90 - Principais Programas/Políticas Públicas conhecidas pelos agricultores 297
Gráfico 91 - Programas/Políticas Públicas que os agricultores já foram beneficiados 298
Gráfico 92 - Maiores dificuldade para o acesso à Políticas Públicas no município 298
Gráfico 93 - Principais motivos que dificultam a participação social no município 300
Gráfico 94 - Maiores problemas/dificuldades relacionados à agricultura familiar 302
Gráfico 95 - Principais demandas dos agricultores para melhoria das condições de produção 303
Gráfico 96 - Demandas para melhoria das condições de transporte e escoamento da produção 304
Gráfico 97 - Principais demandas/sugestões dos agricultores para a melhoria das condições de venda dos produtos 307
Gráfico 98 - Avaliação da atuação do governo municipal em diferentes temas 310
Gráfico 99 - Percentual relativo e total de segmentos codificados por categoria de análise (Dimensões) 318
Gráfico 100 - Cosmovisão de desenvolvimento dos gestores públicos 319
Gráfico 101 - Cosmovisão de desenvolvimento dos representantes das associações locais de agricultores familiares 319
Gráfico 102 - Cosmovisão de desenvolvimento dos tomadores de decisão por ator 322
Gráfico 103 - Referências aos Componentes Sociais do Desenvolvimento Sustentável 323
Gráfico 104 - Contextos abordados da Dimensão Cultural 333

Gráfico 105 - Elementos da cultura tradicional e popular citados pelos entrevistados 336
Gráfico 106 - Enfoques abordados pelos entrevistados sobre transformação cultural 336
Gráfico 107 - Aspectos referenciados da Dimensão Ambiental 343
Gráfico 108 - Referências à Dimensão Territorial da Sustentabilidade 346
Gráfico 109 - Referências à Dimensão Econômica 354
Gráfico 110 - Incidência de referências ao desenvolvimento de setores econômicos 357
Gráfico 111 - Incentivos à inclusão econômica citados 362
Gráfico 112 - Aspectos referenciados relacionados à Dimensão Política (Nacional) 364

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente nos Municípios da Região Geográfica Imediata de Capanema (2010 - 2022) 130
Tabela 2 - Crescimento populacional por sexo e situação do domicílio em Santarém Novo (1970 a 2022) 132
Tabela 3 - Migração no Município - 2010 136
Tabela 4 - Classificação dos setores Censitários e Habitantes por setor Censitário (2022) ... 140
Tabela 5 - PIB a Preços Correntes na Região Imediata de Capanema no período de 2010 a 2021 (X Mil Reais) 143
Tabela 6 - Composição do PIB Municipal – Valor Adicionado Bruto a preços correntes por atividade Econômica entre o período de 2010 e 2021 147
Tabela 7 - Composição do PIB dos Municípios da Região Imediata de Capanema por Setor Econômico (2021) 148
Tabela 8 - Área Plantada ou Destinada à colheita por produto nas Lavouras Temporárias ... 157
Tabela 9 - Área plantada ou destinada à colheita nas lavouras permanentes 159
Tabela 10 - Quantidade produzida dos produtos da lavoura temporária (toneladas) 162
Tabela 11 - Quantidade produzida por produto nas lavouras permanentes (1990 a 2022) 164
Tabela 12 - Valor da produção por produto das lavouras temporárias (em mil reais) 169
Tabela 13 - Valor da produção por produto da lavoura permanente (em mil reais) 173
Tabela 14 - Produção na lavoura temporária dos estabelecimentos agropecuários 184
Tabela 15 - Produção na lavoura temporária dos estabelecimentos agropecuários 185
Tabela 16 - Panorama de empresas e outras organizações ativas entre 2006 e 2021 187
Tabela 17 - Panorama da região imediata de Capanema no Cadastro central de empresas (2021) 188
Tabela 18 - Concessão de benefícios pelo Programa Auxílio Brasil 193
Tabela 19 - Benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família em outubro de 2023 194
Tabela 20 - Taxa de alfabetização nos municípios da região Imediata de Capanema 197
Tabela 21 - IDEB dos municípios da Região Imediata de Capanema (2019 e 2021) 208
Tabela 22 - Número de óbitos totais por ano e grupo etário (2010 a 2023) 210
Tabela 23 - Profissionais de Saúde atuantes nos municípios da região imediata de Capanema (Outrubro 2023) 215
Tabela 24 - Imunização na Região Imediata de Capanema 217

Tabela 25 - Evolução eleitoral no município em eleições municipais e presidenciais entre 2012 e 2022 231
Tabela 26 - Valor consolidado do FPA dos municípios da região Imediata de Capanema (2020 a 2023) 234
Tabela 27 - Despesas empenhadas por categoria econômica (2020 a 2022) 235
Tabela 28 - Investimentos empenhados no triênio 2020-2023 236
Tabela 29 - Síntese de indicadores de Desenvolvimento da Região Imediata de Capanema 245
Tabela 30 - Custeio Operacional do Programa Municipal de Preparo de Áreas para Cultivos por Localidade 258
Tabela 31 - Dados orçamentários para o Programa de fortalecimento à Agricultura - Exercício 2023 259
Tabela 32 - Distribuição dos agricultores participantes por faixa etária 271
Tabela 33 - Atividades desenvolvidas nas unidades produtivas familiares 273
Tabela 34 - Tempo de atuação em atividades produtivas da agricultura familiar 274
Tabela 35 - Avaliação da atuação do governo municipal pelos agricultores 309
Tabela 36 - Frequência de seguimentos codificados e porcentagem relativa por categoria de análise 316
Tabela 37 - Matriz de codificação - Frequência de referências aos temas de cada dimensão codificados por ator 321

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População entrevistada 45
Quadro 2 - Operacionalização das categorias de análise 311
Quadro 3 - Síntese das unidades de análise - Cosmovisão de desenvolvimento dos atores ... 313
Quadro 4 - Aspectos do desenvolvimento humano x condições materiais de existência 382

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMJ	Associação dos Moradores do Jutaizinho
APISAN	Associação dos Apicultores do Município de Santarém Novo
APPRSAT	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio dos Trombetas
ATeG	Programa de Assistência Técnica e Gerencial
AUREM/C-MG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Chocoaré - Mato Grosso
BC	Benefício Complementar
BCF	Benefício Composição Familiar
BCOMP	Benefício Compensatório de Transição
BET	Benefício Extraordinário de Transição
BPI	Benefício Primeira Infância
BRC	Benefício de Renda de Cidadania
BSP	Benefício de Superação da Extrema Pobreza
BVF	Benefício Variável Familiar
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAISAN-Municipal	Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
COMSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEMAS	Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde
EJA	Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAMEP	Federação das Associações dos Municípios do Pará
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*)
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEI	Microempreendedores Individuais
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NEI	Nova Economia Institucional
NPM	Nova Administração Pública

ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unida
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PAM	Pesquisa de Produção agrícola Municipal
PEV	Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM Bio	Produtos da Sociobiodiversidade
PIB	Produto Interno Bruto. Consulte
PMDS	Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável
PMEA	Programa Municipal de Educação Ambiental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAF	Política Nacional da Agricultura Familiar
PNHR	Programa de Habitação Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PROCAD-SUAS	Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROPAC	Projeto Municipal de Preparo de Área para Cultivo
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca
SEFIN	Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças do Município de Santarém Novo
SEGUP/PA	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SEIDIGI	Secretaria de Informação e Saúde Digital
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração do Município de Santarém

	Novo
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Santarém Novo
SEMAPS	Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social do Município de Santarém Novo
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMED	Secretaria Municipal de Educação do Município de Santarém Novo
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Santarém Novo
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SIMA	Sistema Municipal de Meio Ambiente
SIMCAD	Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINPROSAN	Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém Novo
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISNASC	Sistema de Informações de Nascidos Vivos
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 31
1.1 Metodologia de Pesquisa 40
1.1.1 Classificação da Pesquisa 41
1.1.2 Procedimentos Técnicos 43
1.1.3 Coleta de Dados Empíricos, Instrumentos Utilizados e Público Alvo 44
1.1.4 Organização e Tratamento dos Dados Coletados 47
1.1.5 Análise dos Dados 47
1.1.6 Apresentação dos Resultados 50
2 AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 51
2.1 Fundamentos Teóricos e Históricos da Agricultura Familiar 51
2.2 Agricultura Familiar no Brasil: Políticas Públicas e o Planejamento do Desenvolvimento da Agricultura Familiar 58
2.3 Agricultura Familiar e o Contexto Amazônico 64
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO 72
3.1 Concepções Teóricas sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade 72
3.2 Instituições e a Governança pública para o Planejamento do Desenvolvimento Local 91
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 103
4.1O Município de Santarém Novo 103
4.1.1 Território e Meio Ambiente 103
4.1.1.1 Localização Geográfica 103
4.1.1.2 Características Ambientais 106
4.1.1.3 Historiografia da Formação Territorial 107
4.1.1.4 Composição do Espaço Urbano e Rural 108
4.1.1.5 Desafios e Complexidades na Administração de Comunidades Limítrofes 116
4.1.2 Aspectos Culturais e Festas Tradicionais do Município 120
4.1.3 Diagnóstico Municipal 129
4.1.3.1 Situação Demográfica 129
4.1.3.2. Principais Atividades Econômicas 141
4.1.3.2.1 Produto Interno Bruto a preços correntes e PIB per capita 141
4.1.3.2.2 Perfil Econômico Vocacional do Município de Santarém Novo 152

4.1.3.2.3 Dinâmica das atividades produtivas do setor agropecuário e extrativista 153
4.1.3.2.4 Estrutura dos Estabelecimentos Agropecuários 183
4.1.3.3 Emprego e Renda 186
4.1.3.4 Assistência Social 189
4.1.3.5 Educação 195
4.1.3.6 Saúde Pública 209
4.1.3.7 Segurança Pública 217
4.1.3.8 O Poder Público Municipal 226
4.1.3.9 Finanças Públicas 232
4.1.3.10 Indicadores de Desenvolvimento socioeconômico 239
4.1.4 Atuações Político-Institucionais e Políticas Públicas de Apoio e Fomento às Atividades Produtivas em Santarém Novo 246
4.1.4.1 Aquisição de alimentos pelo PNAE 247
4.1.4.2 Aquisição de alimentos pelo PAA 249
4.1.4.3 Projetos de apoio à qualificação de agricultores 253
4.1.4.4 Programas municipais de apoio à agricultura familiar 255
4.1.4.5 Feiras Livres da Agricultura Familiar 260
4.1.4.6 Apoio às entidades de associativismo e representação comunitárias 262
4.1.4.7 Assistência Técnica e Extensão Rural 265
4.1.4.8 Beneficiários de Reforma Agrária (INCRA e ICMBio) 267
4.1.4.9 Outras Políticas e Iniciativas de Apoio às Atividades Produtivas 268
4.2 Avaliação de Políticas Públicas e Principais Problemas Relacionados à Atividade Agrícola em Santarém Novo 270
4.2.1 Perfil socioeconômico dos agricultores entrevistados 270
4.2.2 Dinâmica de Produção, Escoamento e Comercialização 273
4.2.2.1 Perfil produtivo dos entrevistados e principais obstáculos à produção 273
4.2.2.2 Condições logística de transporte e escoamento da produção 282
4.2.2.3 Cenário de comercialização dos produtos 283
4.2.3 Relações de Trabalho e Organizações Sociais Coletivas 288
4.2.4 Assistência Técnica e Extensão Rural 294
4.2.5 Principais Problemas Relacionados ao Acesso às Políticas Públicas, Governança Pública e Participação Social 296
4.2.6 Principais Demandas para Melhoria das Condições da Agricultura Familiar e

Desenvolvimento Local 302
4.2.7 Percepções sobre Atuação do Governo Municipal em Relação ao Planejamento do Desenvolvimento Local e da Agricultura Familiar 308
4.3 Concepções de Desenvolvimento dos Principais Tomadores de Decisão 310
4.3.1 Dimensão Social 323
4.3.2 Dimensão Cultural 332
4.3.3 Dimensão Ecológica 339
4.3.4 Dimensão Ambiental 342
4.3.5 Dimensão Territorial 345
4.3.6 Dimensão Econômica 353
4.3.7 Dimensão Política Nacional 363
4.3.8 Dimensão Política Internacional 371
4.3.9 Perspectivas sobre Desenvolvimento Humano e Contribuições para um mundo melhor 375
5 CONCLUSÕES 395
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 404
APÊNDICES 414
APÊNDICE A - Quadro de Entrevistados 414
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Representantes das Associações de Agricultores Familiares do Município 415
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Gestores Públicos 416
APÊNDICE D - Formulário destinado à pesquisa quantitativa com Agricultores 417
ANEXOS 430
ANEXO A - Valores da Produção anual dos Produtos das Lavouras Temporárias e Permanentes de Santarém Novo (1990 a 2022) 430
ANEXO B – Organograma da Prefeitura Municipal de Santarém Novo (PA) 432

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da agricultura familiar está intrinsecamente ligada ao contexto global de desenvolvimento. O avanço do modo capitalista de produção desencadeou uma série de mudanças na agricultura tradicional, especialmente a partir da década de 1960, com o processo contínuo de industrialização no campo. Esse cenário resultou na adoção de novos padrões produtivos que reconfiguraram as relações entre a agricultura e a indústria, transformando profundamente a estrutura social rural. Os desdobramentos dessas alterações reverberaram em sérias implicações nos âmbitos econômico, ambiental e social, manifestando-se por meio do aumento do uso de agrotóxicos, uniformização de culturas e impactos significativos na diversidade alimentar e cultural (Altieri, 2012).

Esse modelo, centrado no crescimento econômico, despertou a necessidade de novas abordagens no pensamento sobre o desenvolvimento, com foco nas discussões sobre desigualdade, pobreza, exclusão social, precarização das relações de trabalho e esgotamento dos recursos naturais, dando origem a discussões sobre desenvolvimento sustentável e endógeno.

A teoria do desenvolvimento endógeno fundamenta-se na valorização do contexto local como espaço estratégico para promover atividades econômicas em uma economia globalizada, destacando a importância e da articulação social, solidariedade e cidadania nesse processo (Braga, 2002). Contrapondo os modelos clássicos, ela propõe que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à utilização e valorização dos recursos locais e ao controle do processo de acumulação (Garolfoli, 1992 *apud* Araújo, 2014).

Nesse contexto, o meio rural ganha destaque como potencial *lócus* de atividades econômicas sustentáveis. Entretanto, apesar de seu caráter interno, o desenvolvimento local interage com uma realidade mais ampla e complexa, sujeita às influências e pressões da globalização, representando uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, a qual gera e redefine oportunidades, demandando competitividade e especialização, conforme argumentam Buarque e Bezerra (1994).

As discussões sobre a relação entre agricultura familiar e sustentabilidade ganham força e destacam a capacidade desse setor em enfrentar desafios relacionados à geração de emprego, renda e segurança alimentar. O Relatório ONU, intitulado “Estado da Alimentação e da Agricultura”, aponta que a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a erradicação da fome global, a promoção da segurança alimentar sustentável, a redução da pobreza e o desenvolvimento de territórios rurais (ONU, 2017).

Nesse sentido, a internacionalização da Agenda 2030, guiada pelos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[1], é apontada como essencial para superar desafios regionais que impactam o desenvolvimento, especialmente em países em desenvolvimento e no meio rural (Nunes; Freitas, 2020).

No contexto específico do desenvolvimento local e da agricultura familiar, diversos ODS se mostram interligados, refletindo a abordagem integrada necessária para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais, com destaque para o ODS 2 "Fome Zero e Agricultura Sustentável", na qual busca direcionar esforços à erradicação da fome, promovendo práticas agrícolas sustentáveis, o que também se relaciona diretamente com o ODS 1 "Erradicação da Pobreza", tendo a agricultura familiar como um instrumento. Ao mesmo tempo, o ODS 10, "Redução das Desigualdades", busca abordar disparidades sociais, incluindo aquelas presentes em áreas rurais.

No contexto urbano, o ODS 11, "Cidades e Comunidades Sustentáveis", salienta a importância de tornar os assentamentos humanos mais inclusivos, resilientes, seguros e sustentáveis, abordando a conexão entre áreas urbanas, periurbanas e rurais. O ODS 12, "Consumo e Produção Responsáveis", reforça a necessidade de abordagens econômicas, sociais e ambientais positivas entre essas áreas, enquanto o ODS 16, "Paz, Justiça e Instituições Eficazes", ressalta a importância de instituições transparentes e responsivas para o desenvolvimento equitativo, enfatizando a necessidade de instituições eficazes e inclusivas para assegurar a representação e voz na tomada de decisões.

Por fim, o ODS 17, "Parcerias e Meios de Implementação", destaca a necessidade de colaboração global e parcerias multissetoriais, crucial para mobilizar conhecimento, tecnologia e recursos financeiros que apoiem o desenvolvimento local sustentável e fortaleçam a agricultura familiar em níveis global e local.

Nessa linha de pensamento, sob a perspectiva de suas múltiplas funções, a agricultura familiar apresenta-se como uma potencial alternativa para o desenvolvimento local sustentável, desempenhando papéis fundamentais nos contextos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais, destacando-se como um segmento social diferenciado no panorama capitalista (Schneider, 2016). A sua capacidade de promover a segurança alimentar, reduzir a pobreza,

[1] Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas. Essa agenda tem como propósito promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental, com o compromisso de erradicar a pobreza, proteger o planeta e o clima e assegurar paz e prosperidade para todos até 2030. Os ODS são um chamado à ação global, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2024).

preservar o meio ambiente, gerar emprego e renda, além de manter tradições culturais, evidencia a relevância de pensá-la como potencial alternativa para o planejamento do desenvolvimento local, especialmente em pequenos municípios da Amazônia, como modeladora de políticas públicas de desenvolvimento setoriais em áreas rurais.

Para Salazar (2006, *apud* Silva e Ravena, 2015), a viabilidade do desenvolvimento integrado de municípios e estados amazônicos com o cenário global depende essencialmente da existência de instituições robustas com capacidade estrutural, administrativa e financeira suficientes para garantir aos cidadãos acesso à informação, direitos e serviços públicos de qualidade. Nesse contexto, a governança democrática e efetiva, conforme destacado por Paludo (2020), emerge como elemento essencial para o fortalecimento dessas instituições.

Para um projeto de desenvolvimento local, especialmente no âmbito do setor da agricultura familiar, devem ser observadas as especificidades regionais e adaptadas culturas com maior potencial produtivo, especialmente considerando que a maioria da produção agrícola global provém de estabelecimentos familiares. Assim, a dinâmica do planejamento local endógeno, pode ser a chave para mobilizar a comunidade local e estimular a sinergia das forças populares, que quando estrategicamente organizadas, tornam-se a principal força propulsora do genuíno desenvolvimento, conforme Alves (2007). Isso mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação das regiões ao pensar em desenvolvimento local (Abramovay, 2000).

Entretanto, a implementação efetiva de práticas sustentáveis demanda mudanças profundas no paradigma de desenvolvimento atual, a qual perpassa pela necessidade de estruturação das convicções que definem os debates políticos. Assim, a necessidade de transformação nas narrativas culturais, capazes de influenciar e direcionar as formas de organização de uma sociedade. Essa transformação seria dada a partir da elevação do estado de consciência egocêntrico para um estado de consciência universal, em que preponderam-se os interesses coletivos aos interesses individuais e de grupos, incentivados principalmente por meio dos formadores de opinião, das lideranças políticas e empresariais, da mídia através de jornalistas e artistas (Silva, 2022).

Para isso, a adoção de uma atitude de vida que resulte em cidadania virtuosa ativa, de cooperação, altruísmo e civismo dos gestores públicos e empresariais e demais lideranças, torna-se essencial para que seja transmitido, por conseguinte aos demais cidadãos (Korten, 2018; Silva, 2022).

Assim, diante da relevância do desenvolvimento sustentável e da valorização da

agricultura familiar como elementos transformadores, emerge a necessidade de compreender mais profundamente como essas dinâmicas se articulam no contexto de Santarém Novo.

No entanto, essa necessidade encontra desafios significativos pequenos municípios, especialmente aqueles com população em torno de 10.000 habitantes, onde a articulação de alternativas sustentáveis é um desafio que carece, muitas vezes, de estudos econômicos prévios, e é nesse contexto que surge o problema de pesquisa deste estudo.

Em particular, o município de Santarém Novo, terceiro menor em população no estado, com 6.116 habitantes, os desafios são ainda maiores, especialmente em termos econômicos, uma vez que o município apresenta uma das menores economias em PIB do Estado do Pará, bem como é um dos dez municípios com maior dependência de recursos governamentais no Estado, já que mais de 60% de sua economia está concentrada na Administração pública, o que pode representar vulnerabilidades em termos de diversificação econômica e resiliência em face de choques econômicos.

Os baixos índices de desenvolvimento, especialmente nas componentes econômicas dos principais indicadores de desenvolvimento, ressaltam a necessidade de explorar novas oportunidades de crescimento e fortalecer a base econômica produtiva local, destacando a agricultura familiar como uma alternativa viável, uma vez que esta atividade tem se mostrado a segunda maior geradora de riqueza econômica no município ao longo das últimas décadas.

Considerando o contexto municipal e suas especificidades, a agricultura familiar emerge como uma alternativa promissora para a construção de um sistema de desenvolvimento econômico sustentável, viável e inclusivo em Santarém Novo, uma vez que mais de 68% da população municipal reside em áreas rurais e depende das atividades agrícolas seja para subsistência ou renda, reforçando sua capacidade de enfrentar desafios econômicos, contribuindo para a minimização do êxodo rural ocasionado pela escassez de oportunidades, que frequentemente impulsiona a migração para outras localidades.

Ademais, acredita-se que mediante a formulação de diretrizes de desenvolvimento local apropriadas, a promoção da participação social, investimentos adequados e o estabelecimento da infraestrutura necessária, a agricultura familiar pode catalisar o desenvolvimento e a inclusão de outras atividades potenciais, como o turismo rural, a criação de pequenas agroindústrias artesanais e a promoção do artesanato local, entre outras práticas produtivas e culturais relacionadas.

Nestes termos, a compreensão da agricultura familiar como geradora potencial de desenvolvimento local sustentável em Santarém Novo está ligada à multifuncionalidade desse

modelo agrícola, que além de desempenhar um papel fundamental na produção de alimentos e matérias-primas essenciais, destaca-se por suas práticas produtivas ecologicamente equilibradas, ao mesmo tempo em que preserva o patrimônio genético, valoriza a cultura local apresentando grande potencial para promover o bem-estar socioeconômico da população.

Nesse sentido, torna-se imperativo compreender o que pensam os principais tomadores de decisão sobre o planejamento do desenvolvimento municipal e o futuro da agricultura familiar em Santarém Novo. Isso implica a análise das cosmovisões que guiam o delineamento de ações, projetos, programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e fortalecimento da agricultura familiar. Da mesma forma, é essencial compreender como tais ações são percebidas pelos seus principais beneficiários, os agricultores familiares, para alcançar um desenvolvimento local sustentável fundamentado numa relação mais dialógica e colaborativa com a comunidade.

Para nortear o estudo, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: **"Quais as concepções de desenvolvimento dos gestores públicos e representantes das associações de agricultores familiares de Santarém Novo? E como são percebidas pelos agricultores familiares as ações do poder público sobre decisões que impactam a agricultura familiar?"**.

Para responder a essa questão, o estudo propõe uma análise das diferentes perspectivas e ações dos atores envolvidos no desenvolvimento local, tendo como objetivo central, investigar as concepções de desenvolvimento dos gestores públicos e de representantes das organizações de agricultura familiar de Santarém Novo, bem como, avaliar as percepções dos agricultores familiares sobre as ações do poder público que impactam a agricultura familiar.

Especificamente, objetivou-se:

a) analisar a concepção de desenvolvimento desses diferentes grupos de atores sociais, buscando compreender como as diversas perspectivas influenciam a efetividade das ações para o planejamento do desenvolvimento local, identificando as principais contradições e pontos de convergências, suas prioridades e estratégias, especialmente no contexto da agricultura familiar.

b) apresentar as principais avaliações em relação às ações do poder público, na perspectiva dos agricultores familiares, compreendendo como estes percebem as decisões provenientes das esferas superiores que impactam a agricultura familiar, destacando, suas principais demandas, prioridades e expectativas.

c) identificar e caracterizar o atual panorama de desenvolvimento local do município de Santarém Novo, com ênfase na socioeconomia da agricultura familiar local.

d) identificar os principais desafios e problemas enfrentados no âmbito da agricultura familiar local, pelos agricultores.

Dessa forma, busca-se explorar tanto as percepções dos diferentes grupos de atores sociais envolvidos quanto os desafios e potencialidades do contexto local, com ênfase na agricultura familiar.

Assim, partindo da premissa de que as percepções divergentes entre gestores públicos, representantes de organizações e agricultores familiares em Santarém Novo podem ser um obstáculo para o alinhamento eficaz das ações do poder público, é hipotetizado que:

a) A falta de consenso entre os diferentes grupos sobre as prioridades e estratégias de desenvolvimento pode comprometer o impacto positivo dessas ações na promoção sustentável da agricultura familiar e, consequentemente, no desenvolvimento local da região.
b) A falta de participação efetiva dos agricultores familiares nas decisões relacionadas à agricultura familiar contribui para lacunas nas políticas públicas, resultando em avaliações negativas por parte desse grupo em relação às ações do poder público para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Para atender aos objetivos da pesquisa e testar as hipóteses levantadas, o estudo empregou uma abordagem concomitante de métodos mistos, combinando uma investigação quali-quantitativa das cosmovisões desenvolvimentistas dos diferentes atores, tendo como base teórica principal a Teoria das Dimensões do Desenvolvimento Sustentável de Ignacy Sachs, apoiado em alguns momentos por outros autores, como David Korten e Amartya Sen, juntamente com uma análise quanti-qualitativa das avaliações dos agricultores sobre as ações municipais. O local da pesquisa foi o município de Santarém Novo, e os participantes incluíam agricultores familiares, gestores públicos municipais e estaduais, bem como representantes de associações locais de agricultura familiar.

A pesquisa quanti-quali concentrou-se em identificar variáveis relacionadas às avaliações dos agricultores em relação às iniciativas desenvolvidas para apoiar e fortalecer as atividades produtivas da agricultura familiar, explorando as dinâmicas produtivas, organizacionais, assistenciais e técnicas. Adicionalmente, buscou identificar as demandas, prioridades, expectativas, bem como os principais desafios e dificuldades enfrentados pelo setor, especialmente no que tange à participação nas decisões que impactam os agricultores familiares. Já a pesquisa qualitativa buscou aprofundar a compreensão das cosmovisões e

perspectivas das lideranças políticas e sociais por meio de entrevistas semiestruturadas. O escopo abarcou a identificação das práticas, iniciativas e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento local adotadas pelo poder público. Assim, investigou-se as ações, projetos e programas voltados para a agricultura familiar, considerando o contexto específico do município.

Como parte integrante da delimitação, realizou-se uma investigação prévia que apresentou o panorama atual do desenvolvimento municipal. Essa análise abordou a evolução de indicadores sociais, econômicos, demográficos e orçamentários, oferecendo uma perspectiva evolutiva e regional. Esse enfoque buscou situar o município de Santarém Novo no contexto da Região Geográfica Imediata de Capanema, da qual ele faz parte. Ao analisar indicadores sociais, econômicos, demográficos e orçamentários, foi possível compreender como Santarém Novo se posiciona em relação aos demais municípios dessa região. Essa perspectiva regional foi incluída para oferecer um panorama mais amplo, contextualizando as condições de desenvolvimento local em que o município está inserido. A escolha desse recorte também se justifica pela relevância da agricultura familiar como um setor estratégico para o desenvolvimento local, especialmente em municípios com características socioeconômicas semelhantes às de Santarém Novo.

Importante destacar, que esse recorte comparativo foi realizado exclusivamente para a análise dos indicadores utilizados no diagnóstico municipal, com o objetivo de aprofundar o entendimento da realidade municipal e proporcionar uma base contextualizada para o estudo das condições de desenvolvimento local e da agricultura familiar em Santarém Novo. Essa abordagem inicial complementa os dados obtidos nas demais etapas da pesquisa, realizadas em campo, permitindo identificar aspectos gerais do ambiente socioeconômico e demográfico do município em comparação com os padrões regionais.

Nesse contexto, a presente pesquisa encontra sua justificativa na necessidade de compreender o impacto das diversas concepções de desenvolvimento sobre as ações do poder público voltadas para o desenvolvimento local em Santarém Novo, em outras palavras como estas convicções influenciam as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Tal necessidade se fundamenta na busca pela efetividade das políticas públicas, as quais, quando norteadas por paradigmas adequados, têm o potencial de promover um desenvolvimento local sustentável e a estruturação de instituições eficazes e inclusivas, que propicie a melhor escolha entre as possibilidades existentes, bem como fomentar práticas e comportamentos positivos, tanto individuais quanto coletivos.

Ao abordar a agricultura familiar como catalisadora de mudanças e desenvolvimento, o estudo não apenas contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas visa oferecer subsídios concretos para a elaboração e implementação de estratégias mais eficazes, alinhadas às reais necessidades e anseios da comunidade local.

Dessa maneira, a pesquisa não apenas transcende as fronteiras da academia, mas apresenta implicações tangíveis e impacto substancial na esfera pública. Busca-se, assim, consolidar uma base de conhecimento inovadora sobre uma temática ainda pouco explorada na região, proporcionando percepções valiosas que poderão nortear políticas e práticas de desenvolvimento, contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para Santarém Novo.

Com isso, espera-se que este estudo contribua para a compreensão e disseminação de conceitos-chave, despertando o interesse do Poder Público Municipal na criação de Políticas Públicas que promovam um desenvolvimento sustentável em Santarém Novo. O objetivo é melhorar a qualidade de vida, proporcionar oportunidades equitativas e gerar benefícios duradouros para toda a comunidade. Os resultados pretendem fornecer subsídios práticos para decisões estratégicas, direcionando políticas que fortaleçam a agricultura familiar como componente central do desenvolvimento sustentável.

Além disso, os resultados esperados incluem a promoção de uma maior conscientização acerca da importância da participação efetiva da comunidade nas decisões relacionadas ao desenvolvimento local. Com base nessas percepções, busca-se incentivar a construção de um diálogo mais colaborativo e inclusivo entre os principais tomadores de decisão e os beneficiários diretos dessas políticas, consolidando, assim, um processo de desenvolvimento mais democrático, transparente e voltado para as reais necessidades da população.

Dentro desse contexto, é fundamental considerar o papel desempenhado pela pesquisadora como mediadora e observadora crítica durante todo o processo de investigativo. Nesse sentido, minha atuação enquanto pesquisadora esteve pautada em uma postura objetiva e imparcial, priorizando a garantia da integridade e validade dos dados coletados.

A coleta de informações foi conduzida de maneira ética, respeitando a privacidade dos participantes e garantindo a confidencialidade das informações. Durante as entrevistas e análises, buscou-se minimizar qualquer influência pessoal, permitindo que as vozes dos participantes se destacassem de maneira autêntica. Adicionalmente, houve um constante esforço em manter a transparência em todas as etapas metodológicas, desde a definição dos objetivos até a apresentação dos resultados, contribuindo para a credibilidade e confiabilidade

do estudo.

Cabe ressaltar que, enquanto pesquisadora, é necessário reconhecer a possibilidade de vieses decorrentes da minha familiaridade com o local de pesquisa, uma vez que cresci na região e possuo conhecimento prévio de alguns dos entrevistados. Contudo, essa familiaridade também se configurou como uma vantagem ao longo do estudo, permitindo-me uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais e estabelecendo uma relação de confiança com os participantes.

Minhas contribuições para a pesquisa foram enriquecidas por minha experiência no território, especialmente devido ao meu envolvimento na operação censitária do Censo Demográfico de 2022. Além disso, minha formação acadêmica como especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade foi importante para o aprofundamento da compreensão da área em estudo, fornecendo uma perspectiva abrangente para a análise dos dados coletados.

Também cabe ressaltar, que esta pesquisa jamais seria possível sem as orientações e olhar acurado do meu orientador, Professor, Dr. Armin Mathis, que acreditou em mim e no potencial de minha pesquisa e encarou o desafio de me ajudar a superar os obstáculos pelo qual passava e eu só tenho gratidão por tanto. Sua expertise foi determinante para ajustar e aprimorar minha pesquisa, tornando possível sua conclusão de maneira consistente e refinada.

Ademais, expresso meu profundo agradecimento ao Professor Dr. Fábio Silva, cujas contribuições foram de inestimável valor. Sua generosidade ao compartilhar inúmeras bases teóricas essenciais enriqueceu o embasamento teórico desta pesquisa, acrescentando e guiando minhas convicções sobre desenvolvimento e humanidade.

Ambos os orientadores desempenharam papéis fundamentais, e é com gratidão que reconheço a importância do Professor Dr. Armin Mathis e do Professor Dr. Fábio Silva neste processo, pois, sem o apoio deles, esta pesquisa jamais teria alcançado o nível de robustez e rigor acadêmico necessários.

Com base nesse percurso, a presente dissertação foi estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro, este, que compõem a presente introdução, na qual estabelece o contexto geral da pesquisa, delineando o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e as hipóteses, e a metodologia utilizada, oferecendo uma visão estruturada do escopo da pesquisa.

O segundo capítulo introduz os fundamentos teóricos e conceituais relativos ao papel da agricultura de base familiar no desenvolvimento local. Além disso, examina o histórico das políticas governamentais em apoio à agricultura familiar no Brasil e aborda questões agrícolas específicas no contexto amazônico.

O terceiro capítulo traça os fundamentos teóricos e conceituais do desenvolvimento, desde suas definições iniciais ligadas ao crescimento econômico até a perspectiva contemporânea de desenvolvimento sustentável. Inclui a integração do desenvolvimento local endógeno e explora o debate sobre instituições e organizações, destacando a importância de mecanismos institucionais eficientes e democráticos para a gestão pública municipal.

O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa empírica, primeiramente, apresenta o *lócus* de pesquisa, fornecendo uma caracterização minuciosa do município de Santarém Novo, abrangendo aspectos territoriais, ambientais e culturais. Aprofunda-se com um diagnóstico municipal, contemplando elementos demográficos, econômicos, sociais, políticos e financeiros, além de explorar temas vinculados à estrutura institucional e indicadores de desenvolvimento. Após isso, são analisadas as atuações do poder público municipal em relação à agricultura familiar, identificando problemas relacionados à atividade agrícola no município e são discutidas as concepções de desenvolvimento dos principais tomadores de decisão.

Por fim, o quinto capítulo reúne as conclusões da dissertação, sintetizando os principais resultados, discutindo suas implicações e sugerindo possíveis direções para pesquisas futuras.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada na investigação, detalhando os procedimentos adotados para alcançar os objetivos propostos.

1.1 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa científica, conforme Silva (2015), é um processo sistematicamente planejado, executado com rigorosos critérios de processamento das informações e que tem como objetivo contribuir para a evolução do conhecimento humano em diversos setores. Köche (1997) a define como a aplicação prática de procedimentos objetivos para desenvolver experimentos e produzir novo conhecimento, além de integrá-lo ao já existente. Corroborando, Andrade (2003) a conceitua como um conjunto sistemático de procedimentos baseados no raciocínio lógico, visando solucionar problemas por meio de métodos científicos.

Conforme Galliano (1986), o método científico é um instrumento utilizado pela ciência para sondar a realidade, composto por um conjunto de procedimentos que formulam problemas científicos e examinam hipóteses, proporcionando uma orientação geral que facilita ao cientista planejar sua investigação, formular hipóteses, conduzir experimentos e interpretar seus resultados. Conforme Almeida (2017), um método científico pode ser definido como uma série de regras básicas para gerar conhecimento que tem por finalidade a ciência, sendo essencial na

pesquisa e comprovação de determinados temas.

1.1.1 Classificação da Pesquisa

Esta pesquisa, foi conduzida no município de Santarém Novo, localizado na Região Geográfica Imediata de Capanema, vinculada à Região Intermediária de Castanhal, a qual abriga atualmente uma população de 6.116 habitantes, visando gerar conhecimento novo para o avanço da ciência na região amazônica.

No que se refere aos objetivos, inicialmente, adotou-se uma pesquisa exploratória conforme Gil (2008) para proporcionar familiaridade com o problema, delimitar um campo de trabalho e mapear condições do objeto. Silva (2015) destaca que a pesquisa exploratória busca constatar algo em um organismo ou fenômeno, obtendo subsídios para compreender relações.

Essa abordagem visou estabelecer um primeiro contato com a realidade do objeto de investigação, promovendo, concomitantemente, a formulação inicial de hipóteses. Esta estratégia revelou-se instrumental na obtenção de informações de relevância inerente ao escopo da pesquisa, permitindo uma apreciação aprofundada do contexto histórico e cultural do município em estudo, abrangendo desde os aspectos de sua formação até a compreensão pormenorizada do atual panorama de desenvolvimento local.

No decorrer deste processo, realizou-se uma coleta de dados abrangente, englobando diversas esferas, tais como aspectos demográficos, econômicos, sociais, institucionais, orçamentários, territoriais, bem como a análise das condições e trajetórias da agricultura familiar em Santarém Novo. A investigação desses domínios convergiu para uma visão holística[2] sobre a realidade municipal, enriquecendo a compreensão da dinâmica socioeconômica do município em tela.

Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa descritiva, fundamentada nas definições de Gil (2008) e Silva (2015), objetivando descrever, registrar, analisar e interpretar as características de uma população, bem como de fenômenos atuais, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. Essa abordagem, aplicada na pesquisa empírica (de campo), como entrevistas e formulários, que apoiaram o diálogo com agricultores familiares, gestores municipais, representantes de órgãos estaduais e de associações de agricultores familiares.

Esta estratégia visou analisar as diferentes concepções de desenvolvimento dos atores e

[2] A expressão "visão holística" refere-se a uma abordagem que busca compreender e integrar diferentes aspectos de uma realidade de maneira ampla e interconectada, valorizando a harmonia e as interações entre os elementos observados, sejam eles de natureza social, econômica, institucional ou ambiental. Essa perspectiva permite uma análise mais completa e integrada do objeto de estudo, considerando as múltiplas dimensões que o influenciam.

aprofundar o entendimento dos desafios na agricultura familiar em Santarém Novo, além de identificar as contribuições do poder público e organizações sociais para o fortalecimento das atividades produtivas locais. A pesquisa descritiva também possibilitou compreender a avaliação dos agricultores sobre as políticas públicas municipais, a participação social, suas demandas, prioridades e expectativas para o desenvolvimento municipal e políticas de agricultura familiar.

Conforme destacado por Silva (2002), a categorização das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é instrumental na construção do arcabouço teórico, proporcionando uma fundamentação conceitual. No entanto, para uma análise empírica dos fatos, confrontando a visão teórica com os dados concretos, torna-se imperativo estabelecer um modelo conceitual e operativo da pesquisa, denominado delineamento.

O delineamento, de acordo com Silva (2002), abrange o planejamento abrangente da pesquisa, contemplando a estruturação, a disposição e a previsão para análise e interpretação da coleta de dados. Dentre seus elementos, destaca-se a consideração do ambiente de coleta de dados e os métodos de controle das variáveis envolvidas.

Neste contexto, priorizou-se a ênfase na transdisciplinaridade, na medida em que possibilita a abordagem de problemas complexos de forma holística, considerando suas múltiplas dimensões. Essa abordagem promove a integração de diversas perspectivas e informações, ultrapassando os limites da inter e multidisciplinaridade. O enfoque adotado é pluralista, visando uma compreensão mais profunda das questões subjacentes a este estudo.

Conforme Nicolescu (2002), a transdisciplinaridade é caracterizada como um conceito que transcende as fronteiras disciplinares, indo além da mera interação entre distintas disciplinas e estendendo-se para além de todas elas. Seu propósito fundamental reside na compreensão do cenário contemporâneo, “para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”.

A fim de incorporar a perspectiva transdisciplinar, optou-se pela abordagem metodológica quanti-qualitativa, também conhecida como pesquisa de métodos mistos. De acordo com Creswell (2007), a pesquisa de métodos mistos, que engloba a coleta e análise simultânea de dados quantitativos e qualitativos, tem ganhado destaque no contexto das ciências humanas e sociais. Essa abordagem busca a triangulação das fontes de dados para alcançar convergência entre as dimensões quantitativa e qualitativa.

Os métodos mistos combinam abordagens preestabelecidas da pesquisa quantitativa com as emergentes da qualitativa, integrando questões tanto abertas quanto fechadas e

utilizando diversas formas de dados, incluindo análises estatísticas e textuais. Essa estratégia permite a ampliação dos instrumentos de coleta, incorporando observações abertas ou aprofundando a compreensão por meio de entrevistas exploratórias após a coleta de dados censitários. A premissa fundamental é que a diversidade na coleta de dados contribui para uma compreensão mais abrangente do problema pesquisado (Creswell, 2007).

1.1.2 Procedimentos Técnicos

De acordo com Creswell (2007), a técnica de métodos mistos orienta-se por elementos pragmáticos, (orientados para consequências, centrados no problema e pluralistas). Essa abordagem envolve a coleta simultânea ou sequencial de dados numéricos e textuais, resultando em um banco de dados que incorpora informações tanto quantitativas quanto qualitativas. Na presente pesquisa, foram adotados procedimentos concomitantes, convergindo os dados quantitativos e qualitativos para a análise do problema de pesquisa.

Diante desse contexto, a abordagem metodológica empregada combinou procedimentos técnicos diversos, como pesquisa bibliográfica, análise documental e coleta de dados primários em campo, proporcionando uma análise abrangente e fundamentada para alcançar os objetivos propostos.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos adotados para o delineamento da pesquisa bibliográfica, buscou-se o conhecimento disponível proveniente de pesquisas anteriores, fundamentando-se em teorias apresentadas em livros, publicações periódicas como jornais e revistas, artigos científicos, dissertações e obras correlatas, visando estabelecer uma sustentação teórica consistente.

No contexto da pesquisa documental, foram realizadas consultas em bases de dados de instituições governamentais, sítios, portais, entre outros, para a obtenção de dados secundários, tanto quantitativos quanto qualitativos. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, sendo a diferença essencial entre ambas a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza principalmente as contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise documental desempenharam papéis fundamentais na construção do alicerce desta dissertação, contribuindo para uma análise aprofundada e contextualizada das condições de desenvolvimento local e da

agricultura familiar em Santarém Novo. Segundo Silva (2002), é crucial dispor de uma base mínima de informações para definir as etapas subsequentes da coleta de dados. A partir desse primeiro momento, deram-se início às pesquisas para a obtenção dos dados primários por meio da pesquisa de campo.

1.1.3 Coleta de Dados Empíricos, Instrumentos Utilizados e Público Alvo

A coleta de dados ocorreu no ambiente em que os fenômenos ocorrem espontaneamente, seguindo a premissa de Silva (2002). Para tanto, foram empregadas na coleta técnicas de interrogação, consistindo na realização de entrevistas para a obtenção de dados qualitativos e na aplicação de formulários para a obtenção de dados quantitativos.

Conforme delineado por Gil (2002), a entrevista é uma técnica que envolve a interação direta entre duas pessoas, "face a face", em que uma formula questões e a outra responde. Nesse contexto, foi conduzida uma entrevista assistida por meio de um roteiro semiestruturado direcionadas aos principais tomadores de decisão no que se refere ao desenvolvimento local e ao futuro da agricultura familiar. No caso específico, os entrevistados foram gestores municipais (secretários municipais e vice-prefeito), representantes da entidade estadual de assistência técnica e rural local e representantes das associações de agricultura familiar do município. A amostra foi composta por 6 representantes da gestão pública municipal, 1 representante da gestão pública estadual e 4 representantes das associações de agricultores locais, conforme especificados no apêndice A.

Inicialmente, planejou-se uma estratégia de amostragem paritária entre os grupos de gestores públicos e representantes de associações de agricultores. No entanto, algumas entidades não responderam ao convite, e em alguns casos, não foi possível realizar as entrevistas no período estipulado pela pesquisa. Nesse sentido, o critério de inclusão foi adaptado para contemplar os agentes sociais disponíveis e que atendessem ao objetivo da pesquisa, considerando a representatividade mínima dos grupos-alvo. Assim, priorizou-se a participação dos gestores públicos e representantes das associações de agricultores que estivessem aptos a contribuir dentro do prazo delimitado para a coleta de dados.

Os entrevistados foram divididos em dois grandes grupos organizacionais, conforme classificação de North. O primeiro grupo consistiu nos representantes das organizações políticas, compreendendo gestores públicos municipais e estaduais. O segundo grupo englobou os representantes de organizações sociais, incluindo os representantes das associações de agricultura familiar local. Embora a maioria das questões fosse comum aos dois grupos, foram

incluídas algumas questões específicas para cada segmento, conforme os roteiros de entrevista detalhados nos apêndices B e C.

O quadro 1, abaixo, demonstra a distribuição dos agentes sociais participantes, de acordo com seus respectivos grupos de representação.

Quadro 1 - População entrevistada

Agentes Sociais		**Entrevistados**	**Total de Amostras**
Organizações Políticas	**Gestão Pública Municipal**	Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI	06
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA	
		Secretaria Municipal de Administração - SEMAD	
		Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças - SEFIN	
		Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
		Vice-prefeito municipal	
	Gestão Pública Estadual	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PA	01
Organizações Sociais	**Associações**	Associação dos Moradores do Jutaizinho - AMJ	04
		Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio dos Trombetas (APPRSAT)	
		Associação dos Apicultores do Município de Santarém Novo (APISAN)	
		Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré – Mato Grosso (AUREMC-MG)	

Fonte: elaborado pela autora

As entrevistas foram realizadas em datas, locais e horários previamente agendados, sem tempo de duração pré-estabelecido, compreendendo o período entre outubro e dezembro de 2022. A aplicação do roteiro de entrevista seguiu as orientações do protocolo estabelecido. Para assegurar a fidedignidade na coleta e análise das informações, as entrevistas foram gravadas mediante prévia solicitação e autorização dos participantes.

O formulário, por sua vez, como técnica de coleta de dados, envolve a formulação prévia de questões pelo pesquisador, que registra as respostas durante a aplicação (Gil, 2002). Em sua elaboração, adotaram-se cuidados preconizados por Gil (2002), procurando traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos, preferencialmente com questões fechadas, mas com alternativas abrangentes para contemplar diversas respostas. As perguntas foram formuladas de maneira clara, concreta e precisa, buscando uma interpretação única.

O formulário foi desenvolvido e armazenado na plataforma *online Google Forms*, com versões também disponíveis em formato impresso. As questões abrangeram alternativas de

respostas únicas, múltipla escolha, dicotômicas e escalas de mensuração tipo *Likert,* totalizando 65 itens objetivos divididos em 5 seções. Uma seção introdutória foi incluída para informar sobre o teor e os objetivos da pesquisa, além de avaliar a aceitação pelos participantes.

A coleta de dados teve como objetivo além de levantar informações quantitativas sobre o perfil socioeconômico, dinâmicas produtivas, relações de trabalho, organização social, e assistência técnica, de compreender as percepções dos agricultores sobre o desenvolvimento local, assim, de suas avaliações sobre as ações do poder público para as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, com ênfase em como estes percebem as decisões provenientes das esferas superiores. Também buscou verificar as condições de inclusão e acesso às políticas públicas, bem como a participação nos espaços de deliberação municipal sobre planejamento e solução de problemas locais. O formulário usado está anexado no Apêndice D.

O formulário foi direcionado aos agricultores familiares do município, sendo aplicado presencialmente nas comunidades. Nas áreas com acesso à *internet*, a coleta foi feita por meio de dispositivos móveis, enquanto em locais remotos ou sem sinal de telefonia móvel, utilizou-se o formulário impresso. Posteriormente os dados coletados eram migrados para a plataforma online pela pesquisadora, visando centralização e agilidade na coleta e análise.

A pesquisa quantitativa contou com a participação de 56 agricultores, selecionados de forma intencional em diversas localidades do município, durante os meses de outubro a dezembro de 2022. A identificação dos agricultores ocorreu com auxílio da população e lideranças locais, por indicação durante visitas às comunidades e também através de observação de campo, nas unidades em que haviam "casas de farinhas" ou hortas, por exemplo. Os participantes mantiveram anonimato, garantindo sigilo e confidencialidade, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Antes da coleta de dados, foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), composto por informações sobre a pesquisa e solicitação de autorização para o uso dos dados.

A estratégia de triangulação dos dados quantitativos e qualitativos permitiu analisar o confronto das percepções de diferentes grupos de atores envolvidos, Segundo Gil (2002), as técnicas de interrogação oferecem a oportunidade de coletar dados a partir da perspectiva dos pesquisados. Essas técnicas revelam-se altamente úteis para a obtenção de informações relacionadas ao que a pessoa "sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez", bem como de suas explicações ou razões relacionadas a qualquer um dos aspectos anteriores.

1.1.4 Organização e Tratamento dos Dados Coletados

Após a coleta de dados, deu-se início à etapa de organização e preparação do material levantado para a constituição da base de dados, envolvendo a transcrição completa das entrevistas, digitalização de anotações de campo e a classificação de arquivos em diferentes tipos, como áudios, fotografias e informações obtidas na *internet,* abrangendo todo o material coletado na pesquisa (Creswell, 2007). Os dados foram submetidos a tratamento, tabulação e, por fim, analisados. A análise dos dados quantitativos baseou-se em métodos estatísticos descritivos simples, incluindo cálculos de porcentagens, médias e correlações. Para a condução das análises e interpretação dos dados quantitativos, foram utilizados os resumos dos gráficos e tabelas geradas automaticamente na plataforma do *Google Forms*, bem como o *software* JAMOVI na versão 2.3.21 para o cruzamento de dados. A apresentação dos resultados quantitativos foi realizada por meio de tabelas e gráficos, gerados tanto na Plataforma de Planilhas *Online* do *Google,* quanto nos *Softwares* JAMOVI e MaxQDA.

1.1.5 Análise dos Dados

A análise dos dados qualitativos provenientes das entrevistas, contou com a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2016), como uma abordagem sistemática para compreender e interpretar as percepções dos gestores municipais e representantes de associações de agricultores em relação aos questionamentos levantados nos objetivos deste trabalho, especialmente sobre suas cosmovisões de desenvolvimento, desenvolvimento humano e perspectivas sobre a agricultura familiar apoiados nos referenciais teóricos utilizados.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, com foco na análise dos significados. Em termos concisos, a análise de conteúdo busca identificar a frequência de um fenômeno e estabelecer relações entre eles. A interpretação dos dados é apoiada por modelos conceituais definidos *a priori*.

Os procedimentos adotados para a análise qualitativa, baseada na análise de conteúdo de Bardin, envolveram três fases principais: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação.

A pré-análise, conforme Bardin (2016), é a fase de organização, cujo propósito é sistematizar as ideias iniciais e preparar o material que constituirá o *corpus* da pesquisa. Isso envolve a escolha do material a ser analisado, a formulação de hipóteses e objetivos, e a

definição de categorias.

Com a transcrição completa das entrevistas em mãos, realizou-se a busca e sistematização dos trechos relevantes para a argumentação, de acordo com cada categoria (classes que reúnem um grupo de elementos). Utilizou-se o *software* MAXQDA na versão 2022 como ferramenta de suporte nesta fase.

Para tanto, foi realizada primeiramente a familiarização com o material a ser coletado, através da leitura flutuante, buscando uma primeira percepção do conteúdo, a fim de identificar de mensagens que respondem aos objetivos propostos, abrindo espaço para impressões, representações, orientações, conhecimentos e expectativas.

Posteriormente, o material foi organizado conforme os grupos de agentes sociais envolvidos, distinguindo as entrevistas entre gestores públicos e representantes das associações de agricultores, compondo assim o "universo de documentos de análise", os quais constituem o *corpus* da pesquisa. Conforme define Bardin (2016), "O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos". No caso desta pesquisa, foram considerados todo o material transcrito (entrevistas) como suscetível à amostragem.

Após essa etapa, deu-se início ao processo de organização prévia da estrutura dos códigos, os quais foram definidos *a priori*. Essa organização teve como base a identificação das dimensões e categorias teórico-conceituais construídas a partir da revisão do referencial bibliográfico, utilizando-se, neste caso, a teoria das dimensões da sustentabilidade de Sachs como sustentação para a análise das concepções de desenvolvimento. Essa primeira sistematização resultou na construção de quadros teóricos/pragmáticos na qual os resultados foram obtidos e utilizados.

Assim, foram identificadas e construídas as dimensões pertinentes ao desenvolvimento sustentável com base na teoria de Sachs, abrangendo aspectos sociais, culturais, ecológicos, ambientais, territoriais, econômicos e políticos nacionais e políticos internacionais. Em seguida, categorias teórico-conceituais específicas foram estabelecidas dentro de cada dimensão, representando os temas esperados nas falas dos participantes.

Conforme Bardin (2016), desde a pré-análise devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para a análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados. Este processo constitui-se na referenciação dos índices e na elaboração dos indicadores.

Em termos práticos, o que Bardin sugere com a referência aos índices e indicadores é que, durante o processo de análise de conteúdo, é preciso identificar e escolher os elementos

específicos nos textos que são relevantes para a pesquisa. Esses elementos, denominados índices, são as manifestações ou menções explícitas de temas que serão analisadas.

Os indicadores, por sua vez, são formas de representar e quantificar esses índices, e Bardin destaca a frequência como um indicador relevante. Isso significa que, ao analisar a frequência com que determinados temas aparecem nos textos, é possível inferir a importância ou relevância desses temas dentro do corpus analisado.

Nessa orientação, definiram-se elementos específicos esperados nas falas dos atores como índices para cada categoria teórico-conceitual, baseando-se em palavras-chave, frases ou conceitos associados às dimensões escolhidas, como educação, saúde, lazer, emprego e renda, elementos culturais, tomada de consciência, proteção ambiental, impactos ambientais, capacidade de organização e utilização das potencialidades locais, capacidade de inovação, gestão de recursos públicos, desenvolvimento local, acesso à informação, políticas públicas, participação, dentre outros.

Estabelecido o *corpus* a partir da pré-análise, a etapa subsequente, denominada exploração do material, foi conduzida com o propósito de gerenciar de forma sistemática as decisões tomadas. O objetivo primordial consistia em aprimorar a categorização estabelecida inicialmente, refinando os códigos de maneira a ajustá-los e adaptá-los à complexidade da realidade investigada.

Nessa etapa, inicialmente, procedeu-se à identificação, seleção e agrupamento dos recortes a serem analisados, denominados unidades de registro. Essa seleção foi realizada com base no contexto que atende aos objetivos delineados neste estudo. A busca por unidades de análise e a escolha de unidades de registro (fragmentos de conteúdo relevantes), caracterizam essa fase. Conforme Bardin (2016), a unidade de registro é “a menor parte do conteúdo cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Esses registros podem ser de diversos tipos e inter-relacionados, abrangendo palavras, temas, personagens ou itens.

Na presente pesquisa, optou-se pela adoção do tema como unidade de registro, definido como “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 2016).

O tema pode ser fragmentado em ideias constituintes, enunciados e proposições portadoras de significações isoláveis. A enumeração dos temas é realizada com base na presença (ou ausência) de elementos específicos ou unidades de registro, bem como na frequência simples (quantidade de aparições) dessas unidades no material pesquisado. Dessa forma, cada unidade de registro é codificada de acordo com categorias predefinidas ou

emergentes, e o pesquisador estabelece um sistema de codificação para classificar o conteúdo.

Assim, os trechos foram agrupados e codificados considerando recortes semânticos, fundamentados na identificação de características comuns entre seus elementos. Esse processo incluiu a comparação de enunciados, bem como a identificação de repetições de termos, temas e frases nas transcrições.

Nesses termos, foram identificados e destacados sistematicamente os índices presentes nas falas dos participantes, utilizando como enumeração a frequência simples, para quantificar os índices, considerando a importância relativa de cada tema, buscando compreender as nuances e interpretações associadas a cada categoria.

Na etapa exploratória, buscou-se compreender as nuances e interpretações associadas a cada categoria. Assim, durante a análise exploratória do material codificado, subcategorias foram refinadas e definidas progressivamente (*a posteriori*). Essa abordagem levou em consideração a necessidade de revisões periódicas nos dados, permitindo alcançar novas camadas de compreensão para uma extração mais aprimorada de seus significados. Para auxiliar esse processo foram considerados os critérios de validação, incluindo as regras de*: a) exclusão mútua; b) homogeneidade; c) pertinência; d) objetividade e a fidelidade e d) produtividade*. Durante a análise dos dados codificados, foram aplicadas operações estatísticas simples e comparações, possibilitando interpretações robustas.

1.1.6 Apresentação dos Resultados

Os resultados foram organizados, destacando as percepções dos participantes em relação a cada categoria. O formato do relatório adotou uma abordagem descritiva-narrativa, apresentando os resultados por meio de resumos, citações de trechos, gráficos de palavras e quadros explicativos. Esses elementos foram empregados para condensar e destacar as informações obtidas pela análise. Recursos visuais, como tabelas e gráficos, foram utilizados para apresentar de forma clara a frequência e distribuição das categorias identificadas.

Adicionalmente, foram incorporados registros fotográficos, tanto capturados durante a pesquisa de campo quanto provenientes de fontes externas, como fotógrafos locais e conhecidos, ou obtidos de fontes públicas, como páginas governamentais locais e perfis públicos em redes sociais. A inclusão dessas imagens foi realizada mediante solicitação prévia e autorização, enriquecendo a análise qualitativa com elementos visuais que contribuem para uma compreensão mais abrangente do contexto investigado.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo apresenta-se, inicialmente, os principais fundamentos teóricos e conceituais referentes ao papel da agricultura de base familiar para o desenvolvimento local, como instrumentos para análise das condições atuais da agricultura familiar em Santarém Novo. A primeira seção do capítulo, aborda os fundamentos teóricos e históricos da trajetória da agricultura familiar, a segunda seção apresenta o processo histórico da ação do estado promovendo políticas de incentivo à agricultura familiar, principalmente a partir da década de 1990, como mecanismo de compensação da disparidade de poder entre esta e a agricultura patronal. A terceira seção, portanto, traz ao cerne do debate as questões agrícolas no contexto amazônico, a partir das contribuições dos principais pesquisadores locais, introduzindo ao debate sobre o conceito agroecológico. A seguir, apresenta-se a síntese dessas contribuições teóricas e históricas acerca da agricultura familiar.

2.1 Fundamentos Teóricos e Históricos da Agricultura Familiar

A agricultura familiar é um tema complexo e multifacetado que tem sido objeto de estudo e debate em diversas áreas do conhecimento. Desde o pensamento clássico até a contemporaneidade, diferentes autores e correntes teóricas têm se dedicado a analisar a natureza, as especificidades e os fundamentos da agricultura familiar, contribuindo para a construção de um campo de conhecimento interdisciplinar, destacando-se diversas correntes teóricas e paradigmas econômicos que moldaram a compreensão desse fenômeno.

De acordo com Baiardi e Alencar (2014), filósofos da natureza na Antiguidade Clássica e no Renascimento elogiaram a agricultura familiar enquanto unidade de produção como essencial à sociedade e como fonte de virtudes. No entanto, esse tema passou a ganhar mais atenção no século XIX por pensadores dos campos econômicos e sociais.

Conforme as autoras, na visão da escola fisiocrata, o que determinaria se o trabalho na agricultura seria provido pela organização familiar ou pela contratação de trabalhadores, seria a variação da escala de produção. Nesse sentido, para os fisiocratas, a origem do excedente econômico estava atribuída à agricultura, estabelecendo uma relação entre a escala de produção e a organização familiar, destacando os pequenos produtores que detinham a posse ou acesso às terras como agentes produtivos, sem descartar a possibilidade de proprietários de maiores extensões ou arrendatários também pudessem ser agricultores.

Essa perspectiva foi absorvida pelos economistas clássicos, que consideravam a

agricultura familiar como um modelo de interesse social, no que se refere às bases do sistema econômico e à importância dos fatores terra e trabalho no cumprimento tanto do papel reprodutivo do campesinato, quanto no abastecimento das cidades, integrando a agricultura familiar como unidade de produção na economia política (Baiardi; Alencar, 2014).

Na Inglaterra, no início da Revolução Industrial, o despovoamento compulsório no campo com as *Enclosure Acts,* leis que extinguiam áreas comuns de bosques e pastagens, se deu sob a alegação de que a agricultura familiar era um setor atrasado e menos eficiente, que deveria ser substituído pela organização capitalista da agricultura empresarial e moderna que, por sua vez teria maior capacidade de absorver em larga escala o conhecimento científico e avanços tecnológicos (Baiardi; Alencar, 2014)..

Entretanto, conforme as autoras, esse entendimento não era consensual entre os economistas clássicos. Alguns autores, por exemplo, acreditavam que a agricultura familiar teria capacidade de se manter tanto quanto a capitalista, em termos de eficiência produtiva, desde que ambas fossem bem administradas e receptivas ao conhecimento científico, não distinguindo a pequena da grande unidade de produção.

Já a abordagem Marxista, adotava uma perspectiva pessimista em relação ao futuro do campesinato sob o capitalismo. Ao refletir sobre essa questão analisando o modo de vida camponês, Marx destacou a quase autossuficiência das famílias camponesas, as quais produziam inteiramente a maior parte do que consumiam, adquirindo seus próprios meios de subsistência em uma relação de troca com a natureza mais intensa do que com a própria sociedade (Marx, 1974).

Marx também ressalta as restritas relações causadas pelo limitado modo de produção na pequena propriedade, caracterizado por uma parca divisão de trabalho e a ausência de métodos científicos em sua forma de produção. Segundo ele, essas circunstâncias os condicionava ao isolamento, uma vez que esses pequenos produtores formavam uma vasta massa de membros vivendo em situações análogas, mas que não estabeleciam uma multiplicidade de relações sociais entre si. Essa condição era agravada pelos péssimos meios de comunicação e pela pobreza (Marx, 1978).

Além disso, ao discutir a conjuntura política e social na França, da segunda metade do século XIX, Marx destaca o valor das lutas de classes e suas representações elegendo a atuação política como critério de definição de classe para os camponeses. Para Marx, embora milhões de famílias vivessem em condições econômicas que as separem umas das outras, constituindo uma classe, a falta de comunidade, ligação nacional ou organização política entre esses

camponeses impedia que fossem considerados uma classe (Marx, 1971).

Na visão marxista, o agricultor não é percebido como um ator capaz de intervir em seu próprio benefício. Para Muller (2007), a abordagem de Marx não é capaz de contemplar as formas reacionárias dos agricultores e de suas organizações, deixando de reconhecer o papel político desses atores como uma categoria social fundamental na sociedade civil.

Ao analisar o papel social do campesinato como uma classe, Marx (1971) identificou as três principais classes da sociedade moderna, fundamentadas no modo de produção capitalista: os proprietários da mera força de trabalho, os detentores de capital e os proprietários de terra. Essas classes, por sua vez, dependeriam, respectivamente, de salários, lucros e renda fundiária como suas principais fontes de rendimento.

No entanto, segundo Santos (2016), os camponeses, embora sejam trabalhadores, não recebem salários. Mesmo possuindo seus meios de produção e mantendo a posse/propriedade da terra, eles não se enquadram na burguesia, uma vez que não exploram o trabalho alheio nem extraem mais-valia. Portanto, sua classificação se alinha mais adequadamente com os proprietários de terra, embora essa categorização também apresente suas complexidades.

Em suas discussões, Abramovay (2012) destaca que, apesar da importância da agricultura na obra de Karl Marx, seus trabalhos não abordam a produção familiar na agricultura, suas tendências e funções no desenvolvimento capitalista. Na visão de Abramovay a posição de Marx reflete mais as circunstâncias de sua época do que uma teoria universal sobre a reprodução do sistema capitalista no campo.

Nesse sentido, Baiardi e Alencar (2014) salientam que a abordagem de Marx (1974) tratou a eficiência da agricultura capitalista discorrendo sobre as formas de renda da terra, prevendo que a grande unidade de produção capitalista se tornaria hegemônica. Seguidores como Karl Kautsky aprofundaram essa visão, enquanto Lenin, influenciado por Chayanov, admitiu a convivência da organização familiar com a organização produtiva não familiar, ambas se beneficiando do conhecimento científico mais avançado. Stalin desorganizou a produção familiar na URSS, entendendo que só a organização produtiva em larga escala e tecnologicamente avançada era compatível com o socialismo, mas após sua morte, a produção familiar foi tolerada e estimulada.

Já o pensamento neoclássico, sucedendo o clássico, não destacou a agricultura familiar como unidade de produção, considerando a racionalidade na combinação de fatores e busca pelo lucro máximo em todas as escalas de produção. As economias de escala, guiadas pelas leis de rendimentos crescentes e decrescentes, determinariam a combinação mais racional, estando

a agricultura familiar, enquanto unidade de produção, sujeita à teoria como qualquer forma de gestão (Throsby, 1974 *apud* Baiardi; Alencar, 2014).

Conforme Baiardi e Alencar (2014), as abordagens sociológicas da agricultura familiar nos Estados Unidos e na Europa têm algumas correlações, porém com paradigmas distintos. Nos EUA, uma abordagem funcionalista visava incorporar agricultores tradicionais ao mercado com maior nível de eficiência, enquanto na Europa, o interesse estava associado à continuação de pesquisas sobre o campesinato nas sociedades antigas, especialmente as de Max Weber e na comprovação de hipóteses sobre a estabilidade de democracias a partir das revoluções camponesas, além da concepção de políticas de apoio aos produtores familiares.

A obra de Chayanov (1974) e seus seguidores contribuíram para a compreensão da transição da agricultura camponesa para a agricultura familiar, com diferentes graus de integração ao mercado. Na primeira metade do século XX, ele propôs uma teoria da economia camponesa baseada na lógica da reprodução familiar e na importância da diversificação produtiva e da autossuficiência. Os argumentos centrais dessa teoria, são que a economia campesina não é tipicamente capitalista, nele não podem ser determinados objetivamente os custos de produção pela ausência de salário. Nesse contexto, os retornos provenientes dos camponeses não são lucros e seus rendimentos são percebidos como uma retribuição ao trabalho, e este, possui uma dimensão subjetiva.

Em relação às especificidades da razão camponesa, Chayanov argumenta que, ao contrário da empresa capitalista, que busca a extração do trabalho assalariado e a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família. Ele enfatiza que a decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessário para expandir uma atividade produtiva leva em consideração o bem-estar da família, antes mesmo do interesse em obter maior lucratividade (Chayanov, 1974).

Nesse contexto, a teoria chayanoviana explica o ponto de equilíbrio nas condições internas da unidade de produção camponesa, denominado equilíbrio chayanoviano, que pode variar conforme condições internas da família, como, por exemplo, o nascimento de um novo filho. O cerne dessa teoria reside no equilíbrio entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. Segundo ela, apenas pode-se considerar a existência de um modo de produção camponês quando há a apropriação integral do trabalho pela família. Dentro dessa racionalidade econômica, esses agentes produtivos promovem a diversificação de culturas para atender às necessidades familiares ao longo do tempo e espaço (Chayanov, 1974).

Conforme Altieri (2012), o processo de modernização agrícola a partir da década de

1960 desencadeou uma série de mudanças na agricultura tradicional. Isso caracterizou uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, originando um novo padrão de produção agrícola que transformou profundamente a organização social rural. Essas mudanças tiveram graves consequências econômicas, ambientais e sociais, como o aumento no uso de agrotóxicos e a alta uniformidade de culturas, propiciando uma maior suscetibilidade a pragas e doenças, além da baixa diversidade da dieta alimentar e diversidade cultural de sementes.

Goodman *et al.* (1990) abordam questões fundamentais relacionadas ao complexo agroindustrial, destacando a histórica tentativa do capital industrial de transformar o sistema agroalimentar. Essa transformação abrange desde a produção agrícola até o consumo final do alimento, conceituada pelos autores como um todo unificado. Eles identificam dois processos nesse movimento: apropriacionismo e substitucionismo, que representam a interação combinada do capital no processo gradual e ininterrupto de substituição das atividades rurais por atividades industriais.

Os autores ressaltam que essas transformações industriais ocorreram, historicamente, por meio de apropriações parciais e descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção. Além disso, observa-se a introdução de avanços tecnológicos, como máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologias e o desenvolvimento simultâneo de substitutos industriais para os produtos rurais (Goodman *et al.,* 1990).

Nesse contexto, é possível afirmar que a agricultura passou por uma transformação radical ao integrar-se à dinâmica industrial de produção e ao estabelecer o complexo agroindustrial. Essas modificações implicaram em uma reconfiguração na base técnica, acompanhada pelo desenvolvimento da indústria fornecedora de insumos agrícolas. Simultaneamente, ocorreu uma significativa modificação na base energética, com a introdução da mecanização e o emprego de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos. Simultaneamente, ampliou-se em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. A Revolução Verde, como parte da internacionalização desse sistema, revela-se como uma expressão notável do apropriacionismo ao reduzir a importância da terra como elemento material fundamental na produção rural.

Altieri (2010), ao discutir sobre os impactos dessa mudança sobre a base tecnológica da produção agrícola e na composição das culturas e processos de produção, ressalta que a Revolução Verde, apesar de ter aprimorado a produção de determinados cultivos, revelou-se insustentável ao acarretar danos ambientais e significativas perdas na biodiversidade e no conhecimento tradicional associado, além de contribuir para o endividamento de agricultores

economicamente desfavorecidos, os quais, marginalizados, não tinham recursos para suportar os custos das novas tecnologias (Altieri, 2012).

Viola (2000) argumenta que a orientação desse modelo, marcadamente anti-campesino, pode ser atribuída a vários preconceitos relacionados ao desenvolvimento. Isso inclui o preconceito industrial, que levou a agricultura a conceber a ideia de que a industrialização acelerada seria a forma mais direta de se tornar parte dos países mais ricos. Também há o preconceito urbano, justificado pela aplicação de medidas de contenção de preços agrícolas, bem como o preconceito em favor das grandes explorações agroexportadoras e o preconceito com o próprio camponês, frequentemente visto como atrasado e improdutivo.

Viola (2000) revela ainda que o resultado desastroso da Revolução Verde para o campesinato despertou uma profunda reflexão e uma busca por modelos alternativos de desenvolvimento rural social e ecologicamente sustentável. Nesse contexto, a agroecologia tem sido vista como a resposta mais coerente, de acordo com o autor.

No contexto da modernização da produção rural e do surgimento de novas tecnologias, observa-se uma ampliação das tendências de desenvolvimento capitalista nos modos de produção. Contudo, é notável que a força de trabalho familiar desempenha um papel significativo, aumentando numericamente nas relações de produção no campo, como evidenciado no cenário brasileiro, onde representa mais de 80% da mão de obra na agricultura, e no norte-americano, com a presença maciça das *family farms*, conforme apontado por Costa (2012), em seus estudos sobre o campesinato nas fronteiras do capitalismo, abrangendo tanto o caso mais intensivo nos Estados Unidos quanto o mais extensivo na Amazônia.

Em seus trabalhos, Costa (2012) destaca a eficiência reprodutiva e a capacidade de permanência da economia em bases camponesas. Ele propõe uma teoria alternativa que busca superar a dicotomia entre a tradição marxista e chayanoviana, centrando-se na noção de eficiência reprodutiva como elemento essencial nas relações entre as especificidades da razão camponesa e as leis gerais de reprodução capitalista. A teoria pressupõe que, ameaçados em seu processo de reprodução como ser social, os camponeses têm propensão a mudar, adotando decisões que garantam sua reprodução social, engajando-se em processos intensos de inovação (investimento).

A tensão reprodutiva, nesse contexto, induz a uma mobilização ou propensão à mudança, relacionada a investimentos reais. O autor evidencia que os camponeses não são resistentes a mudanças, mas as decisões estão condicionadas à eficiência reprodutiva da família enquanto unidade de produção. Isso sugere que os camponeses podem ser dinâmicos e

inovadores, desde que as mudanças propostas sejam compatíveis com as necessidades e objetivos da família camponesa (Costa, 2012).

A hipótese indicada pelo autor, de que os camponeses apresentam uma natureza não linear de comportamento, o que determina a complexidade dos sistemas em que atuam é manifesta ao apresentar evidências empíricas e teóricas de que os camponeses podem ser tanto dinâmicos quanto conservadores, tanto dispostos a inovar quanto relutantes em relação a isso, e tanto dispostos ao risco quanto avessos a ele, dependendo do contexto em que se encontram ao buscar entender as motivações e racionalidades que orientam as decisões dos camponeses, bem como as consequências macroeconômicas e sociais dessas decisões (Costa, 2012).

Dessa forma, permanecem inalterados quando as condições de reprodução estão plenamente atendidas ou quando as possibilidades de mudança são bloqueadas, como acontece através das mediações institucionais, expressas por exemplo, nas políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural. Não se trata, portanto, de sistema estável, mas dinâmico, pois, à medida que a tensão reprodutiva aumenta, cresce a propensão ao investimento, como observado nos casos norte-americano e amazônico (Costa, 2012).

Costa (2012) exemplifica que nos Estados Unidos, a agricultura é predominantemente de base familiar, e o crescimento das unidades produtivas ocorre por necessidade familiar, mantendo sua essência camponesa, mesmo com avançados níveis tecnológicos. No Brasil, por outro lado, são as grandes propriedades e latifúndios que lideram o processo de modernização da agricultura.

Nesse sentido, depreende-se em Costa (2012) a necessidade de considerar as particularidades e complexidades dos sistemas camponeses em diferentes contextos, uma vez que o sistema camponês é influenciado por condições institucionais, históricas, normativas e organizacionais que não são neutras e que podem produzir formas de existência camponesa completamente distintas em contextos diferentes.

Assim, mesmo diante de um mesmo dilema, como a necessidade de expandir a produção, as soluções encontradas pelos camponeses podem ser diferentes em função das características do ambiente natural e institucional em que estão inseridos. Por exemplo, em um contexto mais industrializado e moderno, a solução pode ser a tecnificação mecânico-química e a especialização, enquanto em um contexto mais tradicional e sustentável, a solução pode ser a inovação de base biológica e a diversidade, sendo importante buscar soluções inovadoras e sustentáveis que levem em conta essas particularidades (Costa, 2012).

Nota-se que, ao contrário do que defendiam os teóricos clássicos (Marx, no caso do

campesinato na França; Lenin com a questão do campesinato na Rússia e Kautsky na Alemanha), em que o camponês não sobreviveria por muito tempo dentro do contexto de concorrência no capitalismo e que seu modo de produzir não absorveria progressos tecnológicos necessários ao progresso capitalista, a agricultura familiar tem resistido e se mostrado a principal base de desenvolvimento social no campo. Nessa direção, Abramovay *et al.* (2003), apontam que o processo de desenvolvimento do capitalismo não eliminou a agricultura familiar; pelo contrário, ela passou a ser responsável por grande parte da produção agrícola e pecuária, tornando-se a principal base social de desenvolvimento.

Abramovay *et al.* (2003) destacam a importância dos camponeses como atores fundamentais na resistência da agricultura de base familiar em todo o mundo. Ele demonstra como a modernização e inovação na agricultura ocorreram em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, sendo impulsionadas pelas bases camponesas e não patronais.

De acordo com Schneider (2016), a agricultura familiar desempenha um papel crucial não apenas na produção e fornecimento de alimentos essenciais a preços acessíveis e de alta qualidade para a população, mas também se perpetua como um segmento social distintivo dentro do contexto do sistema capitalista.

Destarte, verifica-se que, desde as contribuições clássicas do marxismo até as teses contemporâneas sobre o complexo agroindustrial, conforme apresentado por Goodman et al. (1990), a questão central tem sido o papel da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista. A análise dessas teorias é crucial para a compreensão do processo de modernização agrícola e suas contradições.

2.2 Agricultura Familiar no Brasil: Políticas Públicas e o Planejamento do Desenvolvimento da Agricultura Familiar

No Brasil, a agricultura familiar tem sido objeto de amplas reflexões no meio acadêmico, nas políticas governamentais e nos movimentos sociais, adquirindo novas significações e despertando interesse em diferentes áreas de estudo. Nesse contexto, o conceito de agricultura familiar tem sido abordado de forma analítica e operacional, gerando divergências entre as vertentes presentes na literatura (Altafin, 2005).

De acordo com Altafin (2005), no meio acadêmico, diversas reflexões têm sido desenvolvidas para delimitar e compreender o conceito de agricultura familiar. Autores como Abramovay (1992) e Servolin (1989, *apud* Wanderley, 1999) defendem que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada a partir das transformações das sociedades

capitalistas desenvolvidas. Segundo essa perspectiva, a agricultura familiar moderna, embora mantenha características familiares, se diferencia da agricultura camponesa em termos de ambiente social, econômico e cultural. Nesse sentido, a presença dos agricultores familiares modernos é percebida como uma figura totalmente nova, resultado de uma ruptura profunda e definitiva em relação às formas camponesas anteriores (Wanderley, 1999).

Por outro lado, há uma corrente de pensamento que considera a agricultura familiar brasileira como um conceito em evolução, com raízes históricas significativas (Wanderley, 1999), a qual será adotada nesta pesquisa. Essa abordagem destaca que as transformações vividas pela agricultura familiar moderna não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores, mas sim uma continuidade e fortalecimento da tradição camponesa. Nessa perspectiva, a agricultura familiar mantém traços camponeses e possui uma capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (Altafin, 2005).

De acordo com Altafin (2005), as definições originadas dessa perspectiva foram inicialmente moldadas pela concepção de agricultura camponesa. Algumas características fundamentais incluem o acesso à terra, seja por propriedade ou usufruto; o trabalho predominantemente familiar, embora permitindo o uso de força de trabalho externa adicional; a produção voltada para a subsistência familiar, com possível vínculo ao mercado; e alguma autonomia nas decisões de gestão produtiva.

Outro aspecto crucial na compreensão do camponês tradicional, segundo a autora, é seu sistema produtivo policultura-pecuária, uma estratégia que envolve a diversificação de culturas e a criação de animais para fertilização dos solos e a melhoria na produtividade dos cultivos. No contexto brasileiro, o camponês frequentemente ocupou espaços marginalizados pela grande agricultura, dificultando a implementação desse sistema. A mobilidade espacial foi uma estratégia para garantir o projeto de vida, dada a posse precária da terra.

No contexto brasileiro, os atuais denominados agricultores familiares foram historicamente identificados por diversos termos, variando regionalmente. Essas expressões possuem uma dupla conotação, referindo-se tanto ao agricultor que vive no campo quanto a uma pessoa rústica, atrasada e ingênua, além de carregar uma carga depreciativa e ofensiva, frequentemente associada à ideia de preguiça e falta de disposição para o trabalho, de acordo com Martins (1986).

Altafin (2005) destaca a partir de pesquisas de historiadores como Linhares e Teixeira da Silva (1981; 1999; 2000), Cardoso (1987; 2000) e Fragoso (1998; 2000), a importância de diferentes grupos na formação da agricultura familiar brasileira os quais contribuíram para a

diversidade de formas camponesas de produção de alimentos no país, cada um com suas características específicas, sendo eles: indígenas, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus.

Wanderley (1999) argumenta que, no país, a grande propriedade sempre prevaleceu como modelo socialmente aceito, recebendo estímulos expressos na política agrícola para sua modernização e reprodução. A agricultura familiar, em contrapartida, ocupou um papel secundário e subalterno na sociedade brasileira, enfrentando bloqueios históricos que limitaram seu desenvolvimento como forma social específica de produção. A autora retrata que a história do campesinato no Brasil, portanto, é uma trajetória marcada por lutas para conquistar espaço na economia e sociedade e destaca três objetivos centrais ao longo dessa história: a busca por um espaço produtivo, a constituição do patrimônio familiar e a estruturação do estabelecimento como espaço de trabalho da família (Wanderley, 1995).

No âmbito das políticas governamentais, o poder público tem adotado uma abordagem operacional do conceito de agricultura familiar, buscando delimitar o público-alvo de programas e políticas específicas. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei 11.326/2006 são exemplos de iniciativas que utilizam o conceito de forma operacional, caracterizando um grupo social heterogêneo (ALTAFIN, 2005).

De acordo com Grisa e Schneider (2014), as discussões sobre a agricultura familiar no Brasil ganham força no final da década de 80, nas esferas acadêmicas e políticas, com a revalorização econômica da pequena produção, mas, sobretudo com os novos movimentos sociais camponeses e após a criação em 1995 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)[3], como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, marcando oficialmente o reconhecimento político e institucional dos agricultores familiares pelo Estado como uma categoria social que necessitava de políticas públicas diferenciadas.

Estudos conjuntos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) refinaram o conceito de agricultura

[3] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído em 1995 e regulamentado como programa de governo em 1996. Ele tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares por meio de financiamento para atividades agrícolas e não agrícolas. O Pronaf apoia práticas produtivas, agroecológicas, geração de renda e cidadania no meio rural, oferecendo linhas de crédito específicas para custeio, investimentos e atividades sustentáveis. A participação no programa exige a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) segundo (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2024).

familiar e estabeleceram diretrizes para políticas públicas adaptadas às suas especificidades, sendo amplamente reconhecidos como fundamentais para as primeiras formulações do PRONAF.

Nessa direção, o governo federal instituiu a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF)[4] e os critérios para identificação desses atores. De acordo com a lei, são considerados agricultores familiares aqueles que desenvolvem atividades econômicas no meio rural e têm a sua renda familiar predominantemente vinculada ao estabelecimento ou empreendimento rural, com tamanho da propriedade de até 4 módulos fiscais, incluindo também nessa classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

A institucionalização da Lei 11.326/2006 representou uma conquista histórica para os atores sociais envolvidos, que desempenharam papel fundamental na implementação do Programa. Essa legislação não apenas possibilitou o acesso aos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, mas também marcou o início do desenvolvimento de outras políticas públicas relevantes para essa categoria.

Grisa e Schneider (2014), em suas análises, segmentam a evolução das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil em três gerações ou referências, cada uma ocorrendo em períodos e contextos distintos. O primeiro momento, conforme os autores, foi caracterizado pelo fortalecimento da agricultura familiar como categoria social, com enfoque agrícola e referências setoriais, como o estabelecimento do PRONAF, seguros de produção e de preço, além do reforço do viés agrário, com políticas de assentamentos de reforma agrária.

Nesse estágio, algumas demandas dos representantes da agricultura familiar foram incorporadas e institucionalizadas durante a elaboração da Lei Agrícola, visando o reconhecimento da diversidade dos agricultores brasileiros e a construção de uma política agrícola específica para os pequenos produtores (Mielitz Netto, 2010; Delgado, 1994 *apud* Grisa; Schneider, 2014).

No segundo momento, conforme destacado por Grisa e Schneider (2014), a criação das

[4] A Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF) é um conjunto de diretrizes e ações do governo brasileiro voltadas ao fortalecimento e à valorização da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento sustentável no meio rural. Instituída pela Lei n.º 11.326/2006, recentemente alterada pela Lei n.º 14.828/2024, que amplia o seu alcance. A PNAF busca garantir condições para a geração de renda, acesso a políticas públicas, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e suas comunidades. A implementação da política ocorre por meio de programas e iniciativas integradas, como acesso ao crédito, assistência técnica, capacitação e promoção da agroecologia e o acesso às suas políticas públicas é condicionado à inscrição ativa no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foi direcionada por um referencial setorial, enfocando políticas sociais e assistenciais que visavam reduzir a pobreza e a desigualdade no meio rural. Esse período teve início no governo Fernando Henrique Cardoso com o Programa Comunidade Solidária. Inicialmente, foi estabelecida a linha de Infraestrutura e Serviços Municipais do PRONAF, juntamente com a criação de grupos e linhas específicas destinadas aos agricultores mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, entre os anos de 1998 e 2000, foram implementadas ações de transferência de renda integradas ao Programa Bolsa Família[5], como o Bolsa Escola[6], Bolsa Alimentação [7]e Auxílio Gás[8]. Essa iniciativa foi consolidada por meio do Programa Fome Zero[9], durante o governo Lula, e ampliada com o estabelecimento do Plano Brasil Sem Miséria em 2002[10], durante o governo Dilma Rousseff. Em 2003, ocorreu a criação do Programa de Habitação Rural (PNHR)[11], integrado ao Programa Minha Casa, Minha Vida[12]. Simultaneamente, em 2003, houve a extinção do PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais[13], dando lugar à criação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) [14](Grisa; Schneider, 2014).

O terceiro momento, conforme discutem os autores, foi marcado pela construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental. Destacam-se nesse sentido a criação em 2003 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) [15]como

[5] Política pública criada em 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, voltada à transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com a condição de cumprimento de compromissos nas áreas de saúde e educação, como manter as crianças na escola e realizar o acompanhamento de saúde de gestantes e crianças.

[6] Iniciativa do governo federal lançada em 2001 que antecedeu o Bolsa Família, com o objetivo de incentivar a permanência de crianças e adolescentes em idade escolar no ensino fundamental, oferecendo auxílio financeiro às famílias.

[7] Criado em 2001, integrava as políticas de segurança alimentar do governo brasileiro, destinando recursos a famílias de baixa renda para atender às necessidades nutricionais básicas de crianças e gestantes.

[8] Benefício financeiro destinado a famílias de baixa renda para ajudar na compra de gás de cozinha.

[9] Implementado em 2003, também durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um programa abrangente que incluiu ações de combate à fome e à pobreza extrema, articulando segurança alimentar e inclusão social.

[10] Lançado em 2011 durante o governo de Dilma Rousseff, foi uma estratégia nacional para superar a extrema pobreza no Brasil, articulando políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

[11] Parte integrante do programa Minha Casa, Minha Vida, oferece subsídios para a construção ou reforma de moradias em áreas rurais, beneficiando agricultores familiares e trabalhadores rurais.

[12] Criado em 2009 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa visa ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, com subsídios e financiamento habitacional, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

[13] Subprograma do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado a financiar a implantação, recuperação ou modernização de infraestrutura em áreas rurais. Inclui ações como estradas vicinais, eletrificação rural, abastecimento de água e saneamento, visando fortalecer a agricultura familiar e melhorar as condições de vida no campo.

[14] Criado para promover o desenvolvimento integrado e sustentável de territórios rurais por meio de estratégias que incluem a inclusão produtiva, acesso a serviços públicos, fortalecimento de cadeias produtivas locais e governança territorial.

[15] Instituído em 2003, o PAA tem como objetivo principal incentivar a agricultura familiar ao adquirir diretamente

elemento fundamental. Principalmente após sua expansão à dinâmica local e ao fortalecimento das organizações da agricultura familiar, e a ampliação dos mercados institucionais por meio da compra por chamadas públicas com recursos financeiros próprios por parte dos entes federativos com dispensa de licitação. Isso proporcionou a abertura de mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[16] em 2009, que prevê que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam adquiridos da agricultura familiar.

Destaca-se ainda nesse terceiro momento a emergência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) [17]em 2004, a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)[18] para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio[19]) em 2008. Essa política assegura o pagamento de bônus aos extrativistas que efetuem a venda de seus produtos a preços menores que os fixados pelo Governo Federal, além de outras ações orientadas à agregação de valor, criação de selos e ampliação de mecanismos de certificação, dentre outros. Paralelamente, reivindicava-se a agricultura familiar como meio de promoção para o acesso aos alimentos, bem como um sistema agroalimentar mais equitativo (Grisa; Schneider; 2014).

Segundo Mattei (2017), a relevância da institucionalidade, gestão social e participação tornou-se expressiva no Brasil a partir do PRONAF. Nos últimos anos, foram estabelecidas organizações e instâncias de representação e decisão, desde o nível municipal até o federal, além de procedimentos técnicos e administrativos. Essas iniciativas ampliaram as oportunidades para uma gestão mais democrática das políticas públicas. Como resultado, abriram-se espaços para a sociedade civil intervir de maneira efetiva na formulação, implementação e avaliação das políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no país.

Nesse contexto, evidencia-se a relevância das políticas públicas direcionadas à

alimentos produzidos pelos agricultores e destiná-los para redes socioassistenciais, escolas públicas e outras instituições, promovendo segurança alimentar e inclusão produtiva.

[16] Política pública brasileira voltada a garantir alimentação de qualidade para alunos da rede pública de ensino. Financiado pelo governo federal, prioriza a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, incentivando práticas sustentáveis e regionais.

[17] Política pública brasileira criada em 2004 para fomentar a produção e o uso de biodiesel no país. Objetiva a diversificação da matriz energética com combustíveis renováveis, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a inclusão social de agricultores familiares como fornecedores de matéria-prima. O programa também incentiva a utilização de óleos vegetais, gorduras animais e resíduos para a produção de biodiesel, alinhando-se às metas de sustentabilidade e desenvolvimento regional.

[18] Criada para garantir ao produtor rural um preço mínimo para os principais produtos agrícolas e extrativistas. Atua como mecanismo de proteção contra oscilações de mercado, promovendo estabilidade econômica e incentivo à produção.

[19] Extensão da PGPM voltada a produtos oriundos da sociobiodiversidade, como castanhas, açaí e borracha natural. Busca valorizar atividades extrativistas sustentáveis e fortalecer comunidades tradicionais e indígenas.

agricultura familiar como instrumentos institucionais que impulsionam transformações socioeconômicas e ambientais. Destaca-se, igualmente, o papel crucial dos movimentos sociais e organizações civis, com ênfase na capacidade de atuação dos agricultores enquanto agentes capazes de influenciar essas políticas por meio de suas reações a problemas públicos identificados. Essa capacidade permite que ofereçam respostas e, consequentemente, promovam melhorias nas condições necessárias para sua reprodução. Nesse contexto, as reflexões de Schneider e Escher (2011, p. 210) são esclarecedoras:

> As mudanças estruturais são resultado justamente das interações entre os atores sociais. Os atores são socialmente constituídos e, assim sendo, são também agentes da mudança social. Os indivíduos não são simplesmente constrangidos, passivamente, por estruturas institucionais insensíveis a mudanças no curso da história: eles também são capazes de alterá-las. Do complexo e contínuo processo de interação entre os atores e as estruturas em que estão imersos, resulta, portanto, uma diversidade de inovações sóciotécnicas e institucionais; ou seja, de práticas locais de trabalho e produção e de arranjos sociopolíticos territorialmente institucionalizados, adaptados pelos agricultores às suas possibilidades de reprodução socioeconômica. De acordo com as experiências dos atores envolvidos, suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, eles podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida.

Nesse cenário, Schneider e Escher (2011), ao abordarem as políticas públicas e o papel do Estado, propõem a criação de processos orientados politicamente, utilizando mecanismos institucionalizados em dispositivos coletivos e públicos. Esses processos devem ser articulados pelas instâncias do Estado em colaboração com a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer padrões de troca e distribuição mais autônomos. Esses padrões devem ser baseados em relações de reciprocidade, redistribuição e troca socialmente regulada, facilitando o fluxo de bens e serviços para determinados centros e seu retorno aos consumidores.

Para Costa (2000), as instituições que elaboram políticas públicas voltadas para a sustentabilidade devem analisar os sistemas produtivos em desenvolvimento, avaliando não apenas seu potencial de sustentabilidade, mas também sua relevância na realidade econômico-social, dentro de seu sistema agrário. Concomitantemente, o potencial de sustentabilidade deve abranger tanto a perspectiva econômica privada quanto os atributos sistêmicos que indicam sua resiliência, incluindo diversidade, equidade e densidade

2.3 Agricultura Familiar e o Contexto Amazônico

De acordo com Costa (2019), durante o início da colonização da Amazônia, não existiam camponeses, apenas aldeias com famílias extensas e fazendas dos colonos, baseadas

em trabalho escravo. Os religiosos aldearam os indígenas, incentivando a formação de famílias nucleadas, alinhadas ao ideal cristão. Posteriormente, no período pombalino, houve estímulo à miscigenação em famílias nucleadas de portugueses e indígenas. Essas famílias, ao tornarem-se autônomas, passaram a funcionar como famílias camponesas no sentido de Chayanov, fundindo conhecimentos e necessidades indígenas e europeias, tornando-se camponeses especiais, denominado campesinato caboclo amazônico.

Segundo ele, a formação dos camponeses ocorreu no século XVIII, dentro das estruturas preexistentes dos aldeamentos religiosos. Os religiosos promoveram a deculturação dos indígenas, induzindo a formação de famílias nucleadas com hábitos europeus. Essas famílias, ao utilizarem o conhecimento sobre a natureza para atender às novas necessidades, desenvolveram um projeto colonial mercantilista articulado a uma estrutura camponesa, exportando produtos como cacau, óleos, salsaparrilha, pimentas e cravo. Com a expulsão dos jesuítas em 1755, a formação do campesinato caboclo da Amazônia acelerou-se, destacando-se como produtores de borracha a partir de 1850 (Costa, 2019).

Altafin (2005), descreve que os indígenas desempenharam um papel crucial como os primeiros fornecedores de alimentos para os colonizadores portugueses nos primeiros anos da colonização. A autora acrescenta que a relação inicial de troca entre portugueses e indígenas evoluiu para a escravidão destes pelos colonizadores, persistindo por pelo menos dois séculos.

Cardoso (1987 *apud* Altafin, 2005) menciona a existência do chamado protocampesinato indígena em algumas regiões do Brasil, dentro do conceito de brecha camponesa, que engloba atividades econômicas que escapavam ao sistema de plantation nas colônias escravistas, uma destas, o Pará. O autor analisou documentos que relatavam a existência de indígenas escravizados que viviam em grandes fazendas e cultivavam em pequenos lotes de terra concedidos para a produção de alimentos, vendendo os excedentes aos seus donos ou fora da fazenda, num exemplo típico de brecha camponesa. Além disso, o autor salienta que nas missões jesuítas, nas primeiras décadas da colonização, os indígenas produziam excedentes que abasteciam além de Belém, outras cidades amazônicas.

Simonian (2007), ao abordar o contexto histórico-cultural da Amazônia à luz da sustentabilidade e das populações tradicionais, destaca que, desde o período colonial, houve uma significativa devastação dos recursos naturais, abrangendo atividades madeireiras e impactos na fauna regional. Refere-se às pesquisas de Furtado *et al.* (2002), que investigam a implantação dos “pesqueiros reais” no século XVII, direcionando sua produção exclusivamente para Portugal, além das análises de Ferreira (1952) e Pará (1916) sobre a exploração de acapu

no Rio Maracá, bem como a sobre-pesca do Pirarucu, e a coleta de ovos de tartaruga e tracajá para a produção de manteigas, produtos altamente requisitados pelas autoridades portuguesas. A mão-de-obra nessas empreitadas coloniais foi assegurada por meio de processos repressivos, incluindo a escravização de indígenas e posteriormente, de negros, conforme pesquisas de Anderson (1991) e D'Azevedo (1999) *apud* Simonian (2007).

Simonian (2007) ressalta que, além da subjugação de indígenas e negros, forçados a envolver-se em práticas prejudiciais aos recursos naturais, alguns indivíduos mantiveram-se dedicados à valorização da biodiversidade e à preservação dos recursos naturais regionais. A autora salienta que, após a independência do país, na Amazônia, essas duas tendências em relação à exploração dos recursos naturais coexistiram. Ela menciona exemplos ligados à fauna, como o descaso de pescadores interessados apenas na extração de óleo de pacu, que resultava no descarte abundante de peixes, e as reações hostis contra jacarés e onças, indicando um manejo negativo generalizado na região.

Com a intensificação dos processos de exploração da borracha na Amazônia a partir do último quartel do século XIX, esses processos se acentuaram. Simonian (2007) destaca que, nesse contexto, ocorreu tanto a destruição quanto a conservação significativa dos recursos naturais, apontando para proibições impostas pelos seringalistas ao plantio de certas culturas, verduras e legumes, visando a reduzir as possibilidades de desmatamento. Essas proibições, em muitos casos, também afetavam a pesca. Nessa mesma direção, a autora cita exemplos da exploração mercantil do cacau nativo, do cacau cultivado e, posteriormente, do extrativismo pesqueiro e do açaí.

Costa (2019) destaca que os camponeses eram responsáveis por 52% da capacidade produtiva de borracha no Pará no início do século XX e que apesar da crise de preços em 1910, a estrutura camponesa persistiu, mantendo a base de exportação com cacau e castanha-do-pará. Ele critica a visão dos ciclos econômicos, afirmando que a historiografia tradicional focaliza o cacau e a cana-de-açúcar, enquanto o que abastece o mercado interno é obscurecido. Ele também aponta a diversidade estrutural profunda da região, criticando a ideia de atraso atribuída às trajetórias tecnológicas extrativistas ou agroflorestais, defendendo políticas que fortaleçam essas trajetórias para garantir uma sobrevivência digna e cidadã.

Essas trajetórias tecnológicas, de acordo com Costa (2009), referem-se à existência de padrões produtivos distintos na região amazônica, os quais refletem a diversidade estrutural e os diferentes tipos de agentes envolvidos. Essa heterogeneidade na natureza dos agentes, é moldada pelas diferenças estruturais dos seus modos de produção, postos por diversos fatores,

como importância social, a coerência com os critérios privados dominantes, características tecnológicas (expressas nas disponibilidades de capital físico e nas relações com os fundamentos naturais disponíveis), além do grau de favorecimento em relação aos mecanismos da política agrária.

Conforme Costa (2009), a compreensão da dinâmica econômica e social desses agentes corresponde a uma heterogeneidade tecnológica, manifestada em três trajetórias camponesas (T1, T2 e T3), caracterizadas pela centralidade da família no processo decisório e em três trajetórias patronais (T4, T5 e T6), que dependem do trabalho assalariado e, consequentemente, do nível de desenvolvimento do mercado de trabalho. Sintetizando essas trajetórias, temos:

a) *Trajetória tecnológica (camponesa) T1:* na qual os sistemas produtivos convergem para culturas permanentes com diversidade variável, e pecuária de leite, incorporando a utilização primária de produtos florestais madeireiros e culturas temporárias por meio de cultivos itinerantes (*shifting cultivation*). É marcada pelo uso intensivo do solo com sistema diversificado (baixo impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor;

b) *Trajetória tecnológica (camponesa) T2*: que por sua vez, compreende sistemas voltados para atividades agroflorestais, baseadas na exploração extrativista não madeireira, em combinação com a agricultura tanto de culturas temporárias quanto permanentes; nessa trajetória, os processos produtivos pressupõem-se em algum nível, a preservação natural;

c) *Trajetória tecnológica (camponesa) T3:* constituída por sistemas que convergem para a pecuária de corte, envolvendo relações técnicas mais extensivas entre os camponeses no que diz respeito ao uso da terra;

d) *Trajetória tecnológica (patronal) T4:* abrange sistemas produtivos que convergem para a pecuária de corte, começando com a exploração de produtos madeireiros, seguida pelo plantio de culturas temporárias, até migrar para a pecuária de corte, exigindo constantemente novos espaços;

e) *Trajetória tecnológica (patronal) T5:* refere-se a uma trajetória autônoma, com sistemas especializados de culturas perenes praticadas em moldes empresariais (*plantation*) em extensas áreas de plantio homogêneo (alto impacto na biodiversidade). Marcada pelo uso intensivo do solo com baixa formação de dejetos/impacto poluidor;

f) *Trajetória tecnológica (patronal) T6:* corresponde a sistemas especializados em

silvicultura, com baixa ocorrência na Amazônia. Marcado pelo uso extensivo do solo e homogeneização de paisagem (alto impacto na biodiversidade) e baixo impacto na formação de dejetos/impacto poluidor.

Costa (2013) destaca a relevância do estudo e análise das trajetórias na compreensão da diversidade estrutural da questão agrária amazônica. Essas análises possibilitam resultados empíricos capazes de identificar diferenças regionais entre agentes (camponeses e patronais), correlacionando fundamentos de trabalho, capital físico e capital natural. Além disso, permitem identificar características ecológicas importantes, bem como, espacializar a expansão do uso da terra na Amazônia paraense, identificando padrões, tendências e mudanças de trajetórias, aspectos essenciais para compreender as transformações no uso da terra e os diferentes tipos de sistemas produtivos no meio rural ao longo do tempo. Revelando ainda como os agentes direcionam recursos naturais e institucionais, bem como procedimentos tecnológicos nos sistemas produtivos.

No entanto, conforme ressalta o autor, não se pode atribuir diretamente a esses fatores, atributos de atraso ou modernidade, dada a heterogeneidade presente no conjunto dos produtores dessas categorias. Essa diversidade pode ser influenciada por características culturais, geográficas, climáticas, organizacionais, de aprendizado e cooperação. A tecnologia, nesse contexto, não reside apenas na aquisição de um pacote fechado de conhecimento.

Para Costa (2013), a análise das diferentes estruturas no tratamento da questão agrária amazônica, em relação à inovação e ao desenvolvimento, permite visualizar de modo integrado as disposições dos agentes em contextos socialmente estruturados, com a mediação de uma base natural específica. Assim, as trajetórias tecnológicas permitiriam a resolução de problemas produtivos e reprodutivos em diferentes dimensões, como econômica, institucional e social, por meio de padrões de atividades que confrontam os processos de decisão de agentes concretos, em contextos específicos. Para tanto, seria necessário também a inclusão do contexto ecológico e da base natural nas configurações de paradigmas tecnológicos na agricultura e suas trajetórias, como explica o autor.

Estudos conduzidos por Hurtienne (2005), acerca da agricultura familiar na região amazônica, apontam que o grande desafio da análise da dinâmica da pequena produção familiar na Amazônia e sua sustentabilidade está intrinsecamente ligado à complexidade de abordar a vasta diversidade das formas produtivas familiares que coexistem na terra firme, na várzea e no estuário. O autor destaca que, ao longo dos séculos, grupos como extrativistas tradicionais, agricultores itinerantes (como indígenas, caboclos e ribeirinhos) desempenharam papel central

na Amazônia rural, sendo o segmento de camponeses agroextrativistas ainda importante na Zona Bragantina. Ele explica que a falta de consideração sistemática dessa ampla diversidade de sistemas de uso da terra tem limitado a reformulação e o redirecionamento das políticas agrárias em vários níveis administrativos.

Diversas discussões têm abordado a sustentabilidade dos sistemas produtivos, buscando compreender sua dinâmica e os desdobramentos socioambientais e econômicos resultantes dessa prática. Questões como alterações nas formas de uso do solo, decorrentes da intensificação agrícola e do aumento demográfico, com efeitos sobre a biodiversidade, a erosão e o empobrecimento do solo, além de questões relacionados ao aquecimento global, tem estimulado a proposição de alternativas e métodos de baixo impacto como substitutos viáveis para esse sistema.

Conforme argumentado por Hurtienne (2005), a expansão da agricultura familiar na Amazônia não apresenta uma correlação direta com o desmatamento, devido à diversidade nas formas de uso da terra, cada uma associada a diferentes graus de sustentabilidade ambiental. A agricultura familiar não se limita mais à prática migratória de derrubada e queima, mas abrange sistemas complexos, incluindo culturas perenes, árvores frutíferas, e extração de produtos florestais não-madeireiros.

Contrariando a noção convencional de que a agricultura de derrubada e queima tem impactos ambientais sempre negativos, Hurtienne (2005) cita estudos, como os do projeto SHIFT Capoeira[20], que indicam que essa prática pode não ser tão desastrosa quanto se presume, salientando o papel pouco conhecido da capoeira, que pode contribuir para a preservação das funções essenciais dos ecossistemas naturais. Ao comparar as novas formas de agricultura familiar com as antigas, caracterizadas pelas populações tradicionais, como grupos indígenas e extrativistas, observa-se uma sobreposição e interseção dessas categorias.

O autor exemplifica que extrativistas também engajam-se em atividades agrícolas, uma vez que possuem roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, criação de aves, porcos e

[20] O Projeto SHIFT-Capoeira foi uma iniciativa de pesquisa e desenvolvimento inserida no programa Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics (SHIFT), com o objetivo de promover o manejo sustentável em áreas de floresta tropical. Focado na utilização sustentável das capoeiras (vegetação secundária) na Amazônia Oriental, especialmente no município de Igarapé-Açu, no Pará, o projeto foi implementado nas décadas de 1990 e 2000. Como parte de uma cooperação entre os Governos Brasileiro e Alemão, a iniciativa foi coordenada pela Embrapa Amazônia Oriental, com a colaboração de diversas instituições de pesquisa. O principal objetivo do projeto foi desenvolver alternativas para os sistemas agroflorestais, buscando mitigar os impactos ambientais causados pela agricultura e pecuária extensiva, além de substituir práticas destrutivas como o sistema tradicional de agricultura de derruba-e-queima. Esse esforço visava, ainda, promover o uso sustentável dos recursos naturais da região, contribuindo para a conservação ambiental e a melhoria das condições de vida das populações locais. (Serrão, 2000).

crescentemente o gado, dessa forma, podem ser responsáveis por desmatamento em pequena escala, influenciando a biodiversidade. Por outro lado, ressalta que muitos colonos já incorporam conhecimentos tradicionais sobre a maneira de proteger o solo com sistemas agroflorestais, como apresentado pelo projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado)[21] na fronteira entre Acre e Rondônia.

Em vista disso, Hurtienne (2005) enfatiza a necessidade de uma visão mais diferenciada sobre a relação entre a expansão da agricultura familiar e o desmatamento, especialmente para os programas de agências internacionais e nacionais destinados a conter o desmatamento na região. Ele argumenta que as propostas centradas na proteção da floresta amazônica para o clima global, tendem a favorecer sistemas tradicionais, como agroflorestais e extrativistas, relegando a agricultura itinerante a uma posição de menor sustentabilidade, contrariando percepções mais recentes e pesquisas que revalorizam a pequena produção no contexto do desenvolvimento agrário.

Sobre esse aspecto, Kleinman et al. (1995, *apud* JUNIOR *et al.*, 2008), salienta que a prática da agricultura de corte e queima, quando realizada de maneira tradicional em extensas áreas florestadas, caracterizadas por baixa densidade populacional, tecnologia de baixo impacto e longos períodos de pousio, pode ser gerida de modo ecologicamente sustentável. No entanto, dependendo do tamanho da área aberta, as etapas de corte e queima da vegetação seguidas do cultivo podem desestabilizar a dinâmica da ciclagem de nutrientes, resultando na perda consequente de nutrientes do sistema solo-vegetação, e potencialmente desencadeando processos erosivos e de degradação do solo.

De acordo com Júnior *et al.* (2008), a intensificação da agricultura tradicional, impulsionada por fatores como o crescimento populacional e a inserção no mercado, tem ocasionado transformações nas práticas de uso e cobertura do solo, influenciando os sistemas de subsistência e a segurança alimentar de populações tradicionais, especialmente em regiões tropicais. Segundo o autor, isso tem resultado na redução do período de pousio, e gerado a necessidade de adotar práticas alternativas de manejo para garantir a sustentabilidade do sistema.

Nessa direção, diversas alternativas têm sido propostas para mitigar os impactos desse

[21] Implementado na fronteira do Acre e Rondônia, o projeto busca promover práticas agroflorestais sustentáveis, integrando o cultivo de espécies nativas com a produção agrícola. Criado nos anos 1990, o projeto visa substituir o sistema de derruba-e-queima por métodos de manejo que protejam o solo e aumentem a produtividade, incorporando conhecimentos tradicionais de manejo florestal, beneficiando mais de 300 famílias aos quais abastecem uma agroindústria cooperativa com foco na produção de produtos como açaí, cupuaçu e castanha, que visa promover uma alternativa econômica sustentável para os agricultores da região.

sistema, dentre elas, destacam-se a implementação de sistemas agroflorestais, a substituição do uso do fogo pelo *mulching* (Norgrove & Hauser, 2002; Denich *et al*., 2005 *apud* Junior *et al.*, 2008), que envolve um sistema de roça sem queima, utilizando cobertura morta composta por materiais vegetais, como palhas, folhas secas, serragem e restos de podas na área, e o aprimoramento de técnicas e manejo de florestas secundárias, entre outras alternativas.

Como enfatiza Altieri (2012), os sistemas agrícolas tradicionais, caracterizados pela complexidade e diversificação, adotados pelos pequenos agricultores, demonstram uma produtividade superior por unidade de área quando comparados às monoculturas. A interação sinérgica entre os cultivos frequentemente permite que esses ecossistemas mantenham sua produtividade, contribuindo para a fertilidade do solo e o controle de pragas. Essa interconexão confere alta resiliência aos sistemas, tornando-os capazes de resistir a mudanças nas condições socioeconômicas e ambientais, enfrentando flutuações naturais ou impactos antrópicos que possam comprometer sua produtividade.

Seguindo as definições propostas por Altieri (2012), a agroecologia emerge como uma ciência que oferece bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis. Essa abordagem baseia-se na aplicação de princípios ecológicos fundamentais, visando estudar, planejar e manipular os sistemas produtivos de forma produtiva e conservadora dos recursos naturais. Assim, a agroecologia transcende o simples uso de práticas alternativas com baixa dependência de insumos externos.

Orientado por essa perspectiva, o autor argumenta que a agroecologia propõe uma nova visão para o desenvolvimento rural, buscando conciliar a produtividade agrícola com variáveis como estabilidade biológica, conservação dos recursos naturais, segurança alimentar e equidade social. Para alcançar esses objetivos, ela recorre a estratégias como a valorização do conhecimento local, a diversificação de culturas e variedades para minimizar riscos, bem como a implementação de medidas de conservação e regeneração de águas e solos.

Nesse contexto, Altieri (2012) denota que a agricultura de base ecológica surge como uma alternativa para romper com os padrões produtivos industriais, visando estabelecer um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e qualidade ambiental e social. Assim, a agricultura de base familiar é apresentada como um caminho para atingir esses ideais, resgatando práticas tradicionais de sistemas de produção alimentar.

Isso contribui para a construção de uma base sólida de soberania alimentar, entendida como o direito das comunidades de manter e ampliar sua capacidade de produção agrícola diversificada, garantindo o acesso dos agricultores aos recursos naturais. Isso, por sua vez,

fortalece a autonomia local, os ciclos de consumo e produção regionais, além de promover a soberania energética e tecnológica. A integração desses princípios às práticas agrícolas contemporâneas representa uma contribuição significativa para o fomento de sistemas agroecológicos sustentáveis e resilientes (Altieri, 2012).

Nesse diapasão, Costa (2013) destaca a necessidade de considerar o papel das instituições e organizações no tratamento da diversidade estrutural e da complexidade requerida como essencial para favorecer o desenvolvimento sustentável em diversas dimensões, dependendo diretamente da trajetória em contextos marcados espacial e historicamente por diversidade estrutural e tecnologias concorrentes, podem modificar trajetórias não desejadas, por trajetórias desejadas que representam uma perspectiva mais adequada de sustentabilidade.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, serão delineados os fundamentos teóricos e conceituais do desenvolvimento, abrangendo desde suas definições iniciais sob a ótica do crescimento econômico até sua concepção mais contemporânea de desenvolvimento sustentável e sua integração ao desenvolvimento local endógeno, apresentados na primeira seção deste capítulo.

Além disso, aerão apresentadas as principais ideias no que diz respeito às instituições e às organizações e a forma como elas moldam o comportamento de uma sociedade e, consequentemente, o processo de desenvolvimento, ressaltando a importância da boa governança para o fortalecimento das instituições e do planejamento do desenvolvimento local.

A seção também abordará a relevância de se ter mecanismos institucionais democráticos e eficientes para a melhoria e estabilidade da gestão pública municipal, através da promoção da interação e cooperação dos atores e agentes locais para a entrega de melhores resultados no que tange às entregas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

3.1 Concepções Teóricas sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento tem passado por diversas transformações ao longo da história. Inicialmente, estava vinculado à ideia de crescimento econômico, centrado no aumento das atividades econômicas, produção e geração de riqueza em um país. Recentemente, esse conceito foi ampliado para incorporar a visão multidimensional do desenvolvimento sustentável, transcendendo a esfera econômica e tornando-se mais abrangente e complexo. A concepção de desenvolvimento sustentável, portanto, considera não apenas o crescimento

econômico, mas também aspectos sociais e ambientais, buscando uma visão mais equilibrada e duradoura do progresso.

Como discutido por Seers (1979), a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento não é linear. É possível que as riquezas geradas se concentrem nas mãos de uma parcela reduzida da sociedade, o que pode resultar no aumento das desigualdades sociais e do desemprego, um fenômeno observado em países da América Latina. Nesse contexto, torna-se imperativo analisar não apenas a variação do rendimento do país como um indicador isolado de desenvolvimento, mas, sobretudo, considerar o nível de pobreza e a distribuição de renda (Seers, 1979).

Nesse sentido, Matos e Rovella (2009) destacam que o crescimento econômico não por si só não é capaz de assegurar o desenvolvimento. Mesmo com um aumento na geração de riqueza, é possível que essa prosperidade não seja distribuída de maneira equitativa, resultando na ausência de melhorias significativas na qualidade de vida da população. Em consonância com essa perspectiva, Sachs (2008) argumenta que os objetivos do desenvolvimento vão além da simples acumulação de riqueza material. A multiplicação da riqueza é considerada uma condição necessária, porém não suficiente, nem um fim em si mesma. O verdadeiro propósito é alcançar uma vida melhor, mais feliz e completa para todos.

Celso Furtado, conforme citado por Veiga (2008), oferece uma distinção crucial entre crescimento econômico e desenvolvimento. Ele destaca que o crescimento econômico, no formato comumente conhecido, muitas vezes perpetua a preservação de privilégios das elites que buscam modernização sem necessariamente contemplar um projeto social mais amplo.

O desenvolvimento, por outro lado, é caracterizado por um projeto social subjacente, no qual a disponibilidade de recursos para investimento não é suficiente por si só para assegurar um futuro melhor para a maioria da população. A transformação do crescimento em desenvolvimento ocorre quando o projeto social prioriza efetivamente a melhoria das condições de vida da população em geral, (Furtado, 2004 *apud* Veiga, 2008). A formulação do autor, ressalta, portanto, a importância de um direcionamento socialmente inclusivo para que o crescimento se torne genuinamente desenvolvimento.

Conforme Viola (2000), o conceito de desenvolvimento passou por revisões e discussões ao longo das últimas décadas, evidenciando que sua carga semântica, preconceitos culturais, autocompreensão e simplificações não foram isentos de falhas, contradições e efeitos perversos decorrentes de políticas e projetos que adotaram uma visão economicista e eurocêntrica. Essa abordagem distorce as perspectivas sobre desenvolvimento, gerando

confusão, principalmente em duas conotações: o processo histórico de transição para uma economia moderna, industrial e capitalista, e o aumento da qualidade de vida, erradicação da pobreza e alcance de indicadores mais elevados de bem-estar material.

Viola (2000) ressalta que a ideologia do desenvolvimento não se resume à eliminação de teorias econômicas e soluções técnicas, mas reflete uma visão de mundo que pressupõe uma concepção específica da história da humanidade e das relações entre o homem e a natureza. Essa ideologia também implica um modelo subjacente de sociedade considerado universalmente válido e desejável. O autor destaca a cada vez mais evidente relação de insustentabilidade entre esses dois fenômenos. O processo de modernização, amplamente aplicado no Terceiro Mundo, não apenas falhou em erradicar a pobreza e a marginalização, mas contribuiu significativamente para sua intensificação.

Brasileiro (2006, *apud* Matos e Rovella, 2009) destaca que os resultados decorrentes da adoção do modelo de desenvolvimento econômico, centrado na maximização dos lucros e na industrialização como única rota para o progresso, bem como na exploração indiscriminada dos recursos naturais e na consideração do crescimento econômico como precursor do desenvolvimento, deram origem a novas abordagens no pensamento sobre o desenvolvimento, buscando compreender questões que, até então, não eram amplamente discutidas, como a desigualdade na distribuição de riquezas, o agravamento da pobreza e da exclusão social, a precarização das relações de trabalho e o esgotamento dos recursos naturais.

A partir desse contexto, emergem discussões sobre o desenvolvimento sustentável, tendo seu início em 1972, com a Conferência de Estocolmo, na Suécia, conhecida como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano. Nesse evento, o ser humano foi o foco central das deliberações, propondo uma abordagem socialmente inclusiva, ecologicamente sustentável e processualmente contínua para o desenvolvimento (Nascimento e Denardin, 2015). A conferência representou um marco histórico ao posicionar as preocupações e debates ambientais na agenda global, introduzindo a noção de ecodesenvolvimento, que mais tarde fundamentaria as concepções de desenvolvimento sustentável (Coate; Forsythe; Weiss, 1997).

De acordo com Veiga (2008), as noções de ecodesenvolvimento foram gradualmente ganhando espaço na Organização das Nações Unidas (ONU), e a expressão “desenvolvimento sustentável” foi utilizada pela primeira vez em 1979, durante o Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, Suécia. No entanto, o conceito foi melhor definido a partir do chamado “Relatório *Brundtland*”,

publicado em 1987.

As concepções de desenvolvimento sustentável, delineadas pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no relatório Brundtland de 1987, estabeleceram a ideia fundamental de um desenvolvimento capaz de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias demandas, marcando um ponto crucial (Buarque, 2002). Essa abordagem ganhou destaque e se consolidou em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, onde se reconheceu a indissociabilidade entre meio ambiente e desenvolvimento (Sachs, 1993).

Sachs (1993) ressalta que, no período compreendido entre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 e a Conferência de 1992, ocorreram significativos avanços. Além do aprimoramento das definições conceituais, houve progressos no entendimento do funcionamento da biosfera e nos riscos associados às atividades químicas. O autor destaca ainda a institucionalização da questão ambiental em âmbito nacional e internacional, bem como o aumento da conscientização da opinião pública e a pressão exercida pelos movimentos civis.

Na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) universalizou o conceito de desenvolvimento humano sustentável, entendido como um processo de ampliação do exercício dos direitos de escolha individual em diversas dimensões, incluindo as esferas econômica, política, social e cultural. Em sua essência, a abordagem do desenvolvimento humano volta-se diretamente para as pessoas, visando expandir suas capacidades e oportunidades, elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano. Em uma perspectiva mais abrangente, esse enfoque implica três condições fundamentais: o direito de desfrutar de uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e a disponibilidade de recursos necessários para alcançar um padrão de vida digno (UNDP, 1990; Veiga, 2008).

A partir desse contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é proposto pelo PNUD como um indicador sintético que busca captar o paradigma do desenvolvimento humano. Constituindo-se a partir de três elementos fundamentais:

a) *Expectativa de vida ao nascer*: buscando contemplar a premissa de longevidade;

b) Variáveis de alfabetização e média de anos de escolaridade: o qual buscando atender aos quesitos de educação;

c) *PIB per capita ajustado pela paridade do poder de compra*: atingindo a condicionante de renda avistando a condição de padrão de vida decente.

Criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral do desenvolvimento humano, oferecendo um contraponto ao PIB per capita, que se concentra apenas na dimensão econômica. Entretanto, apesar de ampliar a perspectiva, o IDH não abrange todos os aspectos do desenvolvimento, como democracia, participação, equidade e sustentabilidade. Nesse sentido, Machado e Pamplona (2008), ressaltam que, destacam que o paradigma do desenvolvimento humano, conforme o relatório proposto pelo PNUD, não deve ser simplificado apenas a estas questões, pois o termo abrange tanto o processo de ampliação das escolhas das pessoas quanto o nível de bem-estar alcançado.

Fukuda-Parr (2003a) alerta que houve uma tendência de aprisionar o desenvolvimento humano dentro do IDH, destacando a importância de aspectos como participação e liberdades políticas. A autora destaca duas falhas na definição inicial do IDH: a simplificação de uma ideia complexa e a exclusão de referências à participação e liberdades políticas, que persistem como desafios. Acrescenta que apesar dos esforços para ampliar a compreensão do desenvolvimento humano, a mensagem do IDH ainda destaca a expansão da educação, saúde e aumento da renda como objetivos primários deste conceito.

Haq (1995) concebe o paradigma do desenvolvimento humano como uma abordagem holística, abrangendo todos os aspectos do desenvolvimento por meio de quatro componentes fundamentais:

a) *Equidade:* garantindo o acesso equitativo às oportunidades;
b) *Sustentabilidade*: assegurando que as futuras gerações desfrutem das mesmas oportunidades disponíveis hoje;
c) *Produtividade:* promovendo investimentos nas pessoas e em um ambiente macroeconômico propício para alcançar o potencial máximo de cada indivíduo;
d) *Empoderamento:* representando o processo de conscientização, cidadania, direitos e deveres, bem como o engajamento ativo e a participação real nos processos de decisão e construção que moldam a vida individual e comunitária.

Conforme destacado por Fukuda-Parr (2003b), ao longo do tempo, a ênfase nas questões relacionadas à expansão das capacidades, especialmente no âmbito das liberdades civis, políticas e da participação dos indivíduos nas decisões e vida da comunidade, ganharam maior atenção. Assim, passou–se a considerar não apenas a dimensão humana, como também incorporou a dimensão da sustentabilidade, estendendo sua preocupação para além da geração presente, às necessidades das futuras gerações. O Desenvolvimento Humano, portanto, é

entendido como um processo que visa ampliar as escolhas das pessoas, sendo essencialmente humano e sustentável. A sustentabilidade não é uma adição tardia, mas uma complementação ao paradigma existente (Machado; Pamplona, 2008).

Conforme Machado e Pamplona (2008), a concepção de desenvolvimento sustentável não resulta de uma criação isolada, mas emerge de um extenso processo envolvendo reuniões internacionais, estudos sob a égide da ONU e contribuições de diversos pesquisadores. Uma definição comumente adotada provém da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), que o caracteriza como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades".

Machado e Pamplona (2008) destacam que foi somente no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1992 (UNDP, 1992, p. 13-18), que foi introduzida uma pequena seção dedicada ao desenvolvimento humano sustentável. No relatório de 1994 (UNDP, 1994, p. 13-21), essa dimensão do desenvolvimento recebeu um capítulo completo. Os autores também enfatizam que muitos estudos sobre o Desenvolvimento Humano se fundamentam na abordagem das capacidades de Amartya Sen, constituindo a base teórica que orienta o paradigma do desenvolvimento humano e, por conseguinte, o modelo de atuação do PNUD.

Essa abordagem se fundamenta no reconhecimento da potencialidade como uma liberdade, o "principal fim e meio do desenvolvimento" (Sen, 2009, *apud* Zulian *et al.*, 2014). Conforme Sen, o desenvolvimento das capacidades individuais ocorre através de instituições econômicas que incentivem e possibilitem a expansão de oportunidades e potencialidades, e que reconheçam e valorizem as escolhas e o modo de vida das pessoas. Isso implica em proporcionar condições favoráveis para que possam alcançar seus objetivos, o que, por sua vez, amplia sua liberdade para atuar como agentes de mudança e desenvolvimento.

De acordo com Corrêa e Passini (2022), antecedendo a consolidação do termo Desenvolvimento Sustentável, Ignacy Sachs estabeleceu as bases conceituais do que denominou de ecodesenvolvimento. Nesse contexto, Sachs considerou o desenvolvimento a partir de cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Ele enfatizou a importância de fundamentar o desenvolvimento na dimensão social, sem negligenciar a questão ambiental, que, em primeira instância, é o sustentáculo da vida.

Posteriormente, Sachs (2009) expande a proposição inicial, apresentando um conjunto de oito critérios para a sustentabilidade. Nessa revisão, ele substitui a perspectiva espacial pela abordagem territorial, desmembra a dimensão ecológica ao incluir o aspecto ambiental e

incorpora fatores políticos de âmbito nacional e internacional. Nesse encadeamento, o processo de desenvolvimento é estruturado e operacionalizado a partir das seguintes dimensões da sustentabilidade:

a) ***Social:*** Refere-se à consecução de uma homogeneidade social razoável, caracterizada por uma distribuição justa de renda, pleno emprego e/ou trabalho autônomo com qualidade de vida adequada, além de igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;

b) ***Cultural*****:** Aborda o respeito às particularidades locais, o equilíbrio entre tradição e inovação, bem como a capacidade autônoma das sociedades para criar um projeto nacional próprio, integrado e endógeno (diferenciando-se da adoção de modelos universalistas e generalizados). Busca-se ampliar a autoconfiança, combinando-a com uma postura aberta ao mundo.

c) ***Ecológica*****:** Refere-se à preservação do potencial de capital natural para a produção de recursos renováveis, como base de sustentação da vida e à limitação do uso dos recursos não renováveis.

d) ***Ambiental:*** Relaciona-se à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, ou seja, ao respeito e aprimoramento da capacidade de absorção e recuperação ambiental dos ecossistemas diante dos resíduos gerados pelas ações humanas.

e) ***Territorial:*** Vincula-se à distribuição espacial de recursos, populações e atividades, visando equilibrar as configurações urbanas e rurais. Busca-se eliminar tendências à alocação desigual de investimentos públicos em áreas urbanas, melhorar o ambiente urbano, superar disparidades inter-regionais e implementar estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

f) ***Econômica*****:** Refere-se à gestão eficiente de recursos públicos e privados, buscando um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado. Isso inclui garantir segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável autonomia na pesquisa científica e tecnológica, e inserção soberana na economia internacional. Esta é uma condição necessária, embora não prévia às anteriores.

g) ***Política nacional*****:** Envolve o processo de construção da cidadania para assegurar a plena incorporação dos indivíduos ao desenvolvimento. Democracia é definida em termos de universalidade dos direitos humanos, sendo a governança

democrática um valor fundamental e instrumento essencial para efetivar as ações e garantir a soberania na condução do processo, conciliando desenvolvimento e conservação da biodiversidade.

h) ***Política internacional*:** Relaciona-se diretamente ao papel de organizações internacionais, especialmente a ONU e suas agências, na busca por estabelecer relações cooperativas entre os países. Envolve a promoção do desenvolvimento humano, a defesa e prevenção de conflitos para alcance da paz, cooperação científica e tecnológica, manutenção do sistema internacional financeiro e de negócios, e aplicação do princípio de precaução na gestão ambiental e dos recursos naturais por meio de um controle efetivo.

A proposta das novas dimensões destaca e amplia aspectos da abordagem de Sachs sobre sustentabilidade, enfatizando elementos que fundamentam o desenvolvimento como um processo de garantia dos direitos humanos e emancipação dos indivíduos. Essa visão se baseia na promoção da justiça social, valorização do conhecimento local, respeito aos ecossistemas naturais, equilíbrio entre áreas rural e urbana, comprometimento com a democracia, estímulo à cooperação, controle institucional do sistema financeiro e acesso à diversidade do planeta como um direito humano fundamental (Reis, 2023).

Reis (2023), ao abordar Sachs (2007), destaca que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à garantia dos direitos humanos. A resistência a esse tipo de desenvolvimento seria, assim, uma negação a um direito fundamental da humanidade, sendo a exclusão social seu principal indicador. Assim, de acordo com Sachs, o desenvolvimento integral concentra-se na sociedade humana e está subordinado a objetivos éticos, sociais e ecológicos, significando, em resumo, “libertação humana da opressão material”.

Sachs (2007 *apud* Reis, 2023), destaca a relação entre desenvolvimento e democracia, enfatizando que ambos apontam para o exercício da cidadania e a apropriação dos direitos humanos. Nesse contexto, a implementação do desenvolvimento sustentável é considerada um direito universal de todos os povos, e uma análise dos níveis de desenvolvimento requer um olhar sobre a condição humana, essencial para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos.

Ignacy Sachs (1986) destaca que o estabelecimento de um processo de desenvolvimento não deve ser pautado por um modelo único, mas sim por soluções adaptadas às particularidades territoriais. Essas soluções devem levar em consideração os aspectos ecológicos e culturais

locais, proporcionando abordagens de desenvolvimento que se afastem de soluções universalistas e fórmulas generalizadas.

Nesse mesmo contexto, Polanyi (2012) reconhece o desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, incorporando diversos elementos interconectados que abrangem aspectos sociais, político-institucionais, econômicos, ambientais e culturais. Para Polanyi, a dinâmica territorial desempenha um papel crucial na ativação do processo de desenvolvimento. Ele argumenta que a forma de organização da produção e a capacidade de utilizar o potencial regional são fundamentais para oferecer respostas estratégicas às necessidades e demandas geradas pela dinâmica econômica. Isso permite que a sociedade, a partir desse potencial de desenvolvimento, oriente o processo de mudanças estruturais. Dessa forma, o autor defende que o desenvolvimento ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam esse processo de mudança. Assim, depreende-se, que as concepções polanyianas para o desenvolvimento local baseiam-se na resolução dos problemas econômicos por meio da transformação social e cultural.

Uma outra abordagem que tem ganhado crescente relevância no cenário contemporâneo, suscitando reflexões, debates e a implementação de novas práticas em processos de desenvolvimento ao redor do mundo é a temática do desenvolvimento local endógeno. Essa discussão é especialmente promovida nos níveis subnacionais de governo, conforme destacado por Braga (2002), o que incita reflexões e práticas inovadoras em âmbito global.

A teoria fundamental do desenvolvimento endógeno fundamenta-se na valorização do contexto local como um espaço estratégico para atividades econômicas em uma economia globalizada. Além disso, destaca a importância da articulação social, solidariedade e cidadania nesse processo (Braga, 2002). Essa teoria surge como uma alternativa aos modelos clássicos de crescimento, propondo que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à utilização, implementação e valorização dos recursos locais, assim como à capacidade de controle do processo de acumulação (Garolfoli, 1992 *apud* Araújo, 2014).

Segundo Zapata, Amorin e Arns (2007), o desenvolvimento endógeno é caracterizado por um processo que se desdobra de dentro para fora, aproveitando as potencialidades únicas de cada localidade e valorizando sua cultura e população. Diferentemente de abordagens convencionais, destaca-se pela atribuição ativa de papéis à comunidade, tornando-a agente protagonista, e não apenas beneficiária do desenvolvimento. Assim, os conceitos de empoderamento e fortalecimento dos atores locais são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento, abrangendo valores como autonomia, democracia, dignidade humana,

solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

Segundo os autores, o território é um espaço socialmente organizado, caracterizado por sua identidade histórica e cultural, onde ocorrem interações entre lugares e pessoas. É marcado por fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais e políticos, envolvendo atores inteligentes capazes de planejar coletivamente. Para os autores, a identidade cultural, o patrimônio natural e a capacidade de construir um futuro melhor distinguem um território. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno para os autores, é uma estratégia intencional dos atores locais para construir um projeto de desenvolvimento, priorizando a participação social, equidade e sustentabilidade a partir de seus ativos e potencialidades.

Barquero (1998) define o desenvolvimento endógeno como uma teoria fundamentada no crescimento de renda com produtividade crescente, onde a acumulação de capital e o progresso tecnológico desempenham papéis centrais no crescimento econômico. Essa abordagem propõe atender às necessidades e demandas locais por meio da participação ativa da comunidade, configurando-se como uma estratégia para a ação.

Barquero (2001) reforça que o desenvolvimento endógeno ocorre quando a comunidade utiliza seu potencial de desenvolvimento e lidera o processo de mudanças estruturais. Isso requer um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, utilizando os recursos disponíveis e introduzindo inovações para criar riqueza e melhorar o bem-estar. Sobre esse ponto, Zapata, Amorim e Arns (2007), destacam oito iniciativas de desenvolvimento no território:

1) Criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento econômico local;
2) Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos;
3) Coordenação de programas e instrumentos de fomento;
4) Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento;
5) Cooperação público-privada;
6) Existência de equipes de liderança local;
7) Atitude pró-ativa do governo local;
8) Mobilização e participação dos atores locais.

Zapata, Amorin e Arns (2007), enfatizam a importância da mobilização e participação dos atores locais na construção do "capital social", destacando o resgate de elementos culturais como informação crucial para compreender as relações sociais e políticas no território. Para os autores, a identidade regional e o capital social não são ativos pré-existentes, mas sim ativos

intangíveis construídos localmente por meio da geração de espaços de confiança entre atores para enfrentar desafios comuns. Além disso, eles salientam a necessidade do avanço da descentralização política no Brasil e na América Latina como suporte fundamental para o sucesso de iniciativas de desenvolvimento territorial.

Barquero (2001) salienta que o desenvolvimento econômico decorre da utilização do potencial e excedente gerado localmente, ressaltando a necessidade de ativar fatores que impulsionam a acumulação de capital. Assim, para superar as tendências ao estado estacionário, ele enfatiza a ativação de fatores determinantes de acumulação como a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, organização flexível da produção, diversificação econômica nas cidades, economia de aglomeração e fortalecimento institucional. Nesse contexto, ele destaca a importância de quatro componentes essenciais para a geração de rendimentos crescentes: inovações, redes, espaço e instituições.

Barquero (2001), diferenciando-se da visão schumpeteriana, destaca que no desenvolvimento endógeno, as mudanças incrementais enquanto inovações, seriam tão importantes quanto as mudanças radicais, podendo ser configuradas como o desenvolvimento de novos produtos, introdução de novas qualidades, métodos produtivos e criação de novos mercados ou formas organizativas. Ele afirma que o desenvolvimento econômico depende da acumulação de tecnologia e conhecimento, concluindo que as inovações no sistema produtivo impulsionam o crescimento e a mudança estrutural. O autor destaca que as inovações e o conhecimento geram aumento no conhecimento tecnológico, criando benefícios generalizados e economias externas às empresas.

Sobre as redes produtivas, Amaral Filho (2001, *apud* Araújo, 2014) associa esses novos modelos de desenvolvimento às ações descentralizadas de empresas e instituições públicas, destacando uma relação de concorrência e cooperação entre elas. Barquero (2001) reforça essa visão, enfatizando que a organização do entorno, no qual são estabelecidas as relações entre empresas, provedores e clientes, condiciona a produtividade e competitividade das economias locais.

Araújo (2014) ressalta que as interações entre empresas geram economias de escala, promovendo vantagens para o desenvolvimento local. Ele acrescenta que, a atuação em redes conduz à formação de mercados internos eficientes, facilitando trocas de produtos, serviços e informações além de contribuir para a redução dos custos de transação entre as partes envolvidas.

Araújo (2014) destaca a relevância do espaço, conforme abordado por Barquero, em

duas perspectivas: como distância em si e como qualidade do espaço. A distância influencia a escolha entre aglomerar ou deslocar, endogeneizando-a na busca por produtividade crescente. A qualidade do espaço se manifesta na distinção entre setores com e sem raízes, onde setores sem raízes têm potencial de crescimento com rendimentos crescentes, enquanto os setores com raízes apresentam limitações e taxas decrescentes de rendimento. O Desenvolvimento Sustentável enfrenta o desafio de desenvolver formas que permitam o crescimento sustentável dos setores com raízes.

Barquero (2001) aponta que o fortalecimento das instituições reduz os custos de transação e de produção, fortalece a confiança entre os atores, promove redes de cooperação e incentiva a aprendizagem e interação. Em contraste com a teoria neoclássica que se baseia apenas em oferta e demanda, a relevância das instituições na economia, segundo a Teoria Institucionalista, reside em analisar a firma incorporando os custos que a produção e venda representam. Assim, na abordagem institucional, passa-se a considerar, portanto, os custos de transação, muitas vezes mais significativos que os de produção, bem como são analisados os elementos que impactam esses custos de transação, como questões legais, racionalidade limitada e comportamento oportunista dos agentes. (Araújo, 2014).

Araújo (2014) enfatiza que os custos de transação são maiores em contextos de incerteza, sendo menores para grandes empresas e reduzidos por operações em redes para pequenas empresas. Nesse sentido, North (1990) aborda a incerteza como um elemento central no processo econômico, destacando que as instituições desempenham um papel crucial na minimização dos custos de transação que podem ser dados tanto por desconhecimento da qualidade real e completa do produto, quanto associadas a transações complexas que demandam proteção.

North (1990) ressalta a complexidade gerada pela incerteza, que resulta no aumento dos custos de produção. Nesse contexto, ele enfatiza a importância das instituições como um meio essencial para a redução desses custos de transação. A perspectiva do autor é que o desenvolvimento ocorre por meio da inovação institucional, destacando a necessidade de adaptação e evolução das instituições para impulsionar o progresso econômico.

Araújo (2014) ressalta que assimetrias nos contratos resultam em elevação dos custos de transação. No entanto, a quebra dessas assimetrias implica em mudanças no comportamento oportunista, levando à redução dos custos de transação e destaca a ação comunicativa como uma estratégia para quebrar a assimetria nos contratos, onde atores com conhecimento equivalente promovem contratos simétricos, fomentando a cooperação e resultando em ganhos

positivos.

Amaral Filho (2001, *apud* Araújo, 2014) destaca, nessa nova concepção de desenvolvimento regional, a centralidade da interação entre os agentes, requerendo a construção de confiança, a criação de bases concretas para redes de comunicação e a proximidade organizacional. Ele argumenta que um sistema institucional evoluído e complexo contribui para o desenvolvimento, estruturando o ambiente e estimulando a cooperação, inovação e aprendizagem na região.

Ao relacionar a teoria do desenvolvimento endógeno com a abordagem de desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs, nota-se uma convergência na ênfase dada à valorização do local como agente propulsor do desenvolvimento, à participação ativa da comunidade e à consideração das dimensões econômicas, sociais, ecológicas e culturais no processo de desenvolvimento. Ambas as teorias reconhecem a importância de adaptação às características específicas de cada contexto, ressaltando a necessidade de estratégias que promovam o bem-estar local em harmonia com os recursos disponíveis.

No entanto, enquanto o desenvolvimento endógeno foca na potencialidade interna de cada localidade, destacando a autonomia local e a valorização dos recursos internos como conceitos centrais, o desenvolvimento sustentável de Sachs amplia o escopo ao abordar questões globais, destacando a interdependência e a responsabilidade coletiva na busca por soluções sustentáveis, como mudanças nas relações comerciais internacionais ressaltando o papel coordenador e regulador do Estado.

Sachs muitas vezes aponta para a necessidade de mudanças estruturais profundas e a superação de desafios históricos. Em contrapartida, a teoria do desenvolvimento endógeno abraça uma visão mais gradual, valorizando mudanças incrementais ao longo do tempo. As estratégias de desenvolvimento também se tornam um ponto de distinção entre as duas teorias. Enquanto Sachs enfatiza a importância de estratégias globais e ações coordenadas, a teoria do desenvolvimento endógeno destaca a eficácia de abordagens *bottom-up*, impulsionadas por comunidades locais e seus recursos endógenos.

Outrossim, na contemporaneidade, as abordagens sobre desenvolvimento humano, socioambiental e econômico têm sido enriquecidas por diversas perspectivas que desafiam o status quo do atual paradigma de desenvolvimento, propondo uma visão mais ampla de transformação social. Essas visões convergem para a necessidade de repensar as narrativas que sustentam nossas ações e escolhas, contribuindo para uma compreensão mais profunda de como elas influenciam diretamente a configuração do desenvolvimento sustentável, além de oferecer

alternativas práticas e teóricas rumo a um paradigma de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e solidário.

Como salientado por Korten (2018), vivenciamos a realidade por meio de histórias que não apenas refletem, mas também moldam nossas práticas e perspectivas, e por conseguinte, as formas de organização da sociedade. O autor critica a narrativa atual de desenvolvimento, a qual ele denomina de "capital e mercados", onde o propósito central da existência é subjugado ao dinheiro. Nesse paradigma, o dinheiro torna-se o principal motor da natureza e das pessoas, ditando escolhas individuais e corporativas em busca do crescimento econômico desmedido. Contudo, ele adverte que essa narrativa conduz a uma economia destrutiva, comprometendo a capacidade do planeta de sustentar a vida.

Em contrapartida, Korten (2008) propõe uma mudança de pensamento e a criação de uma nova narrativa, que ele denomina de "Vida Sagrada e da Terra Viva" com base na abrangência do conhecimento humano, bem como no respeito à interdependência do homem com a natureza, no reconhecimento das responsabilidades que acompanham a atividade humana e que conferem significado à vida, orientando o caminho a um futuro humano justo, sustentável e democrático.

A abordagem de Korten (2018), tem raízes na sabedoria indígena e busca a promoção de uma relação harmoniosa entre a humanidade e a terra. Ela enfatiza a importância da vida em comunidade e de instituições que proporcionem oportunidades de ganhar a vida de forma saudável e significativa, em um relacionamento co-produtivo equilibrado entre seres humanos e a natureza, conferindo voz ativa para todos nas decisões das quais depende seu bem-estar e o bem-estar do todo.

A cosmologia apresentada por Korten sugere uma compreensão fundamental dos relacionamentos e da capacidade de ação consciente e com significado. Partindo da perspectiva de um universo vivo, Korten argumenta que somos participantes inteligentes inseridos em um cosmos consciente, interconectado e autorganizado. Nessa visão, cada indivíduo é visto como um agente consciente em uma jornada de auto-descoberta, orientando-se em direção a uma crescente complexidade, beleza, consciência e possibilidades.

Essa cosmologia sugere que a realidade é dinâmica, inter-relacionada e em constante evolução, propondo o reconhecimento de uma interconexão com o todo, buscando uma compreensão mais profunda do significado e propósito em nossa existência. Essa perspectiva transcende a visão mecanicista e fragmentada do universo, oferecendo uma abordagem mais integrada e holística para interpretar a vida e as experiências humanas.

Para Korten (2018), a resiliência e o potencial criativo de uma comunidade aumentam na medida em que seus relacionamentos internos se tornam mais complexos, heterogêneos e coerentes. À medida que os organismos evoluem em comunidade, eles aprendem a atender às suas próprias necessidades de uma maneira que, em última instância, contribui para a capacidade generativa do conjunto. Cada indivíduo e espécie, segundo o autor, possui a responsabilidade de contribuir, e, por conseguinte, o direito de compartilhar dos frutos da comunidade.

Conforme Korten (2018), os elementos dessa narrativa emergem de maneira perceptível nas palavras de milhões de indivíduos dedicados à reconstrução comunitária e à reconexão com a natureza. Essa mudança é evidenciada pelo crescimento da popularidade da simplicidade voluntária, das pequenas casas, dos quintais, dos jardins comunitários e da agricultura urbana. No entanto, para que essa transformação se torne efetivamente parte do nosso futuro humano viável, é imperativo que ela se torne pública e compartilhada, guiando assim uma nova teoria econômica proposta por Korten, denominada de "economia viva".

Korten (2018) sustenta que o propósito legítimo de uma economia é servir à vida. Para alinhar a economia humana a esse propósito, ele argumenta que é essencial aprender a viver de acordo com os padrões da natureza, organizar-se de maneira análoga à organização natural e assimilar os processos de aprendizado da natureza. Nesse contexto, Korten (2018) propõe que a economia deve ser concebida como um subsistema da ecologia, fundamentada em princípios de sustentabilidade e justiça social.

O autor destaca que o movimento dessa nova economia, voltada para reconstruir as economias locais com base em princípios de um sistema vivo e comprometida em criar uma economia sustentável para todos e para a natureza, está conquistando crescente apoio, inclusive de governos locais. Essa mudança reflete uma profunda transformação de consciência global.

Nessa nova economia, a unidade familiar é considerada a unidade básica de análise. Esta, representaria uma entidade social e econômica descentralizada, com uma conexão mais profunda à comunidade, ancorada na propriedade e controle de famílias ou cooperativas que funcionam como extensões de unidades familiares locais. Essa visão promove a autonomia e a participação ativa na tomada de decisões que impactam a vida local, contribuindo para a gestão colaborativa de negócios que atendem às necessidades locais, e, assim, proporcionando o empoderamento das pessoas.

Dessa forma, Korten (2018) propõe que as instituições voltadas para a defesa dos interesses das unidades familiares devem ser estruturadas de maneira a:

1. Consolidar o poder nas unidades familiares e comunidades locais por meio da propriedade local e da tomada de decisão local.
2. Estimular a diversidade local e a autossuficiência ao assegurar um meio de vida para todos os membros da comunidade usando energia, nutrientes, água e recursos materiais locais.
3. Cultivar e recompensar o envolvimento cívico, a responsabilidade, o compartilhamento do trabalho e dos recursos naturais (inclusive a livre troca de ideias, conhecimento e informações) e as transações honestas no interesse do bem-estar de todos.
4. Incentivar todos a contribuírem de acordo com a sua capacidade, e reconhecer o direito de cada um de satisfazer as suas necessidades razoáveis com a devida consideração pelas necessidades dos outros.
5. Manter limites permeáveis controlados como o necessário para a integridade da comunidade, apoiar a negociação justa e equilibrada do excedente local com os vizinhos e proteger os recursos da comunidade contra o roubo perpetrado por predadores intrusos.

Ao adotar essas medidas, Korten (2018) destaca que tanto as unidades familiares quanto as corporações seriam orientadas para a criação da "riqueza viva", onde a natureza é reconhecida como a fonte primária de vida. Nesse contexto, o indicador supremo de desempenho econômico é a saúde e a vitalidade dos sistemas vivos da Terra e dos seres que eles abrangem. Isso contrasta com a visão de riqueza financeira ilusória, caracterizada como o dinheiro criado por meio da manipulação dos mercados financeiros, desvinculado de valores reais, como as pessoas e a natureza, que possuem valor genuíno.

Dentro dessa perspectiva, Korten (2018) estrutura a teoria econômica de riqueza viva, priorizando a otimização da saúde e produtividade dos sistemas geradores da terra viva. Quanto mais robustos esses sistemas, maior é a capacidade de satisfazer continuamente as necessidades humanas e das inúmeras formas de vida que compõem a comunidade terrestre.

Essa abordagem econômica da "terra viva" concentra-se na distribuição eficiente da energia vital, composta essencialmente pelo tempo e talento humano, para maximizar retornos vivos para as pessoas e a natureza. Ela respeita a sabedoria intrínseca da vida e segue a orientação do gerenciamento do capital humano, social, intelectual e de infraestrutura física, conforme expresso pelos sistemas vivos naturais do planeta. A teoria destaca a importância de investir continuamente nossa energia vital na manutenção e renovação desses sistemas, que são de origem humana e representam nossa capacidade de aprimorar a qualidade de vida e contribuir para a preservação dos elementos essenciais para toda a vida na Terra, promovendo, assim, a expansão evolucionária e criativa da vida.

Nessa mesma linha, contrapondo a narrativa dominante, Gudynas e Acosta (2011) apresentam o conceito de "bem viver" como uma resposta aos limites do desenvolvimento convencional. Este conceito, em construção e plural, emerge dos saberes tradicionais andinos,

promovendo uma vida equilibrada e harmoniosa entre todos os seres. Os autores defendem que essa narrativa plural permite a redefinição de identidades e a construção de alternativas ao desenvolvimento convencional, e salientam que, que embora discorra no campo dos debates teóricos, também avança nas práticas, sejam elas a dos povos indígenas, dos movimentos sociais, como na construção política, apontando-a como uma plataforma política para a construção de alternativas ao desenvolvimento.

Gudynas e Acosta (2011) criticam o economicismo reducionista inerente ao desenvolvimento convencional, fundamentado na ideia de eficiência, que preconiza a maximização dos resultados, a redução dos custos e a incessante busca pelo acúmulo de capital. Os autores argumentam que, na prática, o que se observa globalmente é um "mau desenvolvimento", fenômeno que se estende mesmo a países considerados desenvolvidos.

Essa constatação evidencia as limitações e falhas inerentes às diversas teorias desenvolvimentistas, as quais frequentemente falham em concretizar as promessas de seus planos, programas e projetos. Em muitos casos, essas iniciativas acabam gerando efeitos contraproducentes, especialmente no que tange aos impactos ambientais e sociais. Essa crítica ressalta a necessidade de repensar abordagens convencionais e considerar uma perspectiva mais holística e sustentável no âmbito do desenvolvimento (Gudynas e Acosta, 2011).

Gudynas e Acosta (2011) ressaltam, em suas análises, as valiosas contribuições dos povos indígenas, os quais questionam tanto os aspectos práticos quanto conceituais do desenvolvimento. Em muitos casos, essas comunidades rejeitam a ideia de desenvolvimento, considerando-a uma imposição cultural proveniente do saber ocidental. Tal atitude representa não apenas um distanciamento desse conceito, mas também uma reação contra a colonialidade nos saberes. Essa abordagem representa uma recuperação de conhecimentos e sensibilidades da cosmologia e do modo de vida de povos indígenas que vivem em harmonia com a natureza.

O conceito de "bem viver" refere-se a uma proposta de vida sustentável, equilibrada e harmônica entre todos os seres, transcendendo as limitações do consumo material. Ele resgata os aspectos afetivos e espirituais, ao mesmo tempo em que incorpora ideias clássicas, como a garantia da expansão das liberdades, oportunidades, capacidades e potencial dos indivíduos. Gudynas e Acosta (2011) enfatizam que essa pluralidade conceitual e dinamismo, manifestados nas interações entre diversas perspectivas, permitem a redefinição de identidades para o futuro, também mencionado como "o ponto de encontro de diferentes culturas", uma plataforma que propicia a convergência de distintas compreensões do mundo e do nosso papel nele. Para os autores, essa plataforma é também um espaço de debate político sobre alternativas de

desenvolvimento, proporcionando a criação de uma liberdade substantiva e efetiva integralmente.

Boff (2017), ressalta a importância de um novo paradigma ou cosmologia que ele denomina como cosmologia da transformação, em que traz ao cerne das preocupações as questões da ecologia. A proposta de Boff (2017) para uma "cosmologia da transformação" sinaliza a necessidade urgente de repensar fundamentalmente as instituições e sistemas existentes.

Esse conceito encontra sua expressão mais completa na Carta da Terra, um documento significativo do século XXI, elaborado por uma ampla gama de entidades, como nações, povos, culturas, instituições, religiões, universidades, cientistas e populações originárias. A Carta da Terra não apenas aborda os riscos que ameaçam a humanidade, mas também apresenta valores e princípios a serem compartilhados por todos, visando o bem comum da Terra e da humanidade, além de promover um novo futuro para a coexistência no planeta (Boff, 2017).

Boff (2017) argumenta que esse novo paradigma naturalmente resultaria em sustentabilidade para a "Casa Comum", a Terra, e para todos os outros seres vivos que a habitam. Ele enfatiza que, para alcançar uma sustentabilidade viável, é imperativo um "novo começo", conforme preconizado pela Carta da Terra, defendendo a construção de um novo paradigma civilizatório, uma tarefa considerável, porém inadiável.

Em sua obra, Boff (2017), cita o cosmólogo Brian Swimme, autor de "*What is the new cosmology*", publicado em 2011, onde diz que, o grande desafio ao abandonar a antiga cosmologia é reinventar a nossa civilização. Diz ainda que, as principais instituições modernas, como agricultura, religião, educação e economia, precisam ser reinventadas à luz de um universo vivo, inteligente e auto-organizativo. Nessa perspectiva, a humanidade deve aprender a se associar à comunidade de vida de maneira a fortalecer cada vez mais sua interdependência.

Conforme Junior *et al*. (2008), é importante salientar a importância do conhecimento ecológico detido pelos povos tradicionais, abrangendo desde a compreensão e manejo até a interação com a diversidade de recursos naturais, práticas agrícolas e formas de organização do trabalho familiar. Esses saberes representam contribuições valiosas para a construção de um paradigma mais alinhado com a sustentabilidade e a preservação da vida na Terra.

Silva (2022) ao retomar as concepções de Korten, ressalta a importância da busca por uma "mentalidade virtuosa" para promover mudanças exteriores. Ele propõe uma mudança de narrativa cultural, passando de uma consciência egocêntrica separatista para uma mentalidade altruísta universal. O autor destaca a importância da mudança de mentalidade, não apenas como

um componente interno, mas como um catalisador para mudanças exteriores.

Conforme Silva (2022), para efetivar uma mudança de paradigmas e realizar o ideal de desenvolvimento, faz-se necessário buscar a promoção do desenvolvimento humano em duas dimensões: uma a mudança na dimensão interior e uma mudança na dimensão exterior. Nesse enquadramento, a mudança na dimensão interior envolve o desenvolvimento humano individual e coletivo, resultante da transição de uma mentalidade egocêntrica separatista para uma mentalidade altruísta universal. Já na dimensão exterior, busca-se a mudança e melhoria das condições materiais de existência (dimensão econômica), bem como a melhoria das condições sociais, abrangendo aspectos como saúde, educação, saneamento, dentre outras condições., além de mudanças e aprimoramentos nas instituições e na gestão pública (dimensão político-institucional do desenvolvimento), e melhorias nas condições ambientais (desenvolvimento ambiental) (Silva, 2022).

Silva (2022) explica que, para efetivar essas mudanças exteriores, é imprescindível buscar uma transformação de mentalidade, denominada por ele como “mentalidade virtuosa”, por parte de todos os atores, sejam eles líderes ou liderados. Isso implica elevar um estado de ser que busque a expansão da consciência, viabilizada pela aquisição de conhecimento e autoconhecimento, essenciais para a promoção do desenvolvimento individual e coletivo.

A busca pelo autoconhecimento, segundo Silva (2022), contribui para a mudança exterior, pois ao analisar comportamentos passados, posturas adotadas e suas consequências, torna-se possível promover ajustes. Além disso, o autor aponta que é fundamental pensar o desenvolvimento enquanto ampliação das liberdades humanas, tanto nas condições de privações materiais quanto imateriais. Destaca-se ainda a promoção de sociedades mais altruístas e cooperativas, visando a unidade entre pessoas e demais reinos da natureza (Silva, 2022).

Nesse contexto, Silva (2022) retomando as ideias de Korten, sublinha a necessidade de uma mudança na narrativa cultural, baseada na consciência universal em detrimento da egocêntrica. Isso requer uma transformação no pensamento dos formadores de opinião, incluindo professores universitários, líderes políticos e empresariais, jornalistas e artistas para que prevaleçam os interesses coletivos mais nobres sobre os individuais, bem como um propósito de existência baseado em atitudes de vida que promovam uma cidadania virtuosa ativa, cooperação, altruísmo e civismo por parte dos gestores públicos e empresariais, transmitindo essa postura aos demais cidadãos (Silva, 2022).

As ideias apresentadas pelos autores convergem em vários aspectos, especialmente na

crítica ao paradigma dominante de desenvolvimento, destacando suas limitações, impactos negativos e a necessidade urgente de mudança, bem como na busca por alternativas mais sustentáveis e equitativas. Os autores também concordam com a importância de adotar abordagens mais sustentáveis, reconhecendo a interdependência entre seres humanos, sociedade e meio ambiente, além de proporem a busca por uma sociedade mais participativa, responsável e cooperativa, entendendo que as instituições desempenham um papel-chave na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, ético e orientado para o bem comum. Eles argumentam que, para alcançar uma transformação efetiva, é necessário repensar e reformar as estruturas institucionais existentes.

3.2 Instituições e a Governança pública para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Desde a antiguidade, pensadores têm debatido sobre a importância das instituições na estruturação das sociedades. No contexto econômico, a teoria institucionalista clássica, representada por Thorstein Veblen (1983), contribuiu com a ideia de que as instituições moldam os comportamentos individuais e coletivos. Sua teoria é centrada na distinção entre o trabalho produtivo e o consumo conspícuo. Em sua obra "Teoria da Classe Ociosa", Veblen introduziu o conceito de "consumo conspícuo" para descrever a prática de gastar recursos em bens e serviços não por necessidade real ou utilidade intrínseca, mas para exibir status social e demonstrar prestígio. O termo está associado ao desejo de destacar-se na sociedade por meio do consumo ostensivo de produtos que simbolizam riqueza ou posição social elevada, buscando adquirir bens e serviços não apenas pelas suas características funcionais, mas pelo seu significado e pelo *status* que estes itens podem conferir.

Esse comportamento de consumo está ligado à ideia de demonstrar sucesso financeiro, poder ou posição social por meio de exibições visíveis de riqueza, como carros de luxo, roupas de grife, mansões, entre outros. Conforme Veblen (1983), o consumo conspícuo desafia a concepção tradicional da economia, que muitas vezes se baseia na ideia de que as escolhas de consumo são impulsionadas apenas pela utilidade individual. Ele argumenta que fatores sociais e culturais desempenham um papel crucial nas decisões de consumo, e o consumo conspícuo é uma expressão dessas influências mais amplas na sociedade.

Veblen (1983) ressalta que as instituições consistem em hábitos e costumes arraigados, intrinsecamente vinculados a um contexto histórico específico, a exemplo da classe ociosa, que emergiu concomitantemente com o advento da propriedade. Segundo o autor, a instituição de uma classe ociosa é resultante de uma discriminação preconcebida entre diversas funções,

categorizando-as como dignas ou indignas.

Na contemporaneidade, Douglass North, um dos principais expoentes da Nova Economia Institucional (NEI), enfatizou a relação entre instituições e incentivos, propondo uma abordagem mais formalizada. Conforme North (2018), a função preeminente das instituições em uma sociedade reside na redução das incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para a interação humana. Essas incertezas permeiam o processamento de informações pelos agentes e a obtenção de uma visão abrangente da realidade, sendo intrinsecamente ligadas à natureza onerosa das transações, dada a impossibilidade de alcance de conhecimento completo para a tomada de decisões.

Azevedo (2000) reforça essa perspectiva, ressaltando que instituições eficientes ao propugnarem pela salvaguarda dos direitos das partes envolvidas em transações, resultam em menores riscos associados e, por conseguinte, em custos de transação reduzidos. Assim, as instituições assumem o papel crucial de minimizar essas incertezas, e, por conseguinte, facilitando a coordenação efetiva de atividades tanto econômica quanto social.

North (2018) ressalta que as instituições desempenham um papel substancialmente mais crucial nas sociedades. Segundo ele, elas representam o fator determinante subjacente ao desempenho econômico a longo prazo. Nessa perspectiva, uma sociedade que busca um estado duradouro de bem-estar e êxito no desenvolvimento econômico sustentável necessita, primordialmente, de instituições eficientes capazes de promover retornos tanto sociais quanto privados. Para ele, a trajetória histórica de uma sociedade está intrinsecamente ligada à formação e evolução de suas instituições.

Em sua obra, North (2018) explora o papel das instituições na evolução das sociedades, destacando a influência dessas estruturas no comportamento humano e sua adaptação conforme o desempenho econômico. O autor conceitua instituições como normas socialmente construídas, referindo-se a elas como as “regras do jogo em uma sociedade”.

Essas instituições são categorizadas em termos de formalidade, distinguindo entre *instituições formais*, compostas por regras codificadas, equiparáveis a normas predefinidas em uma partida, como regulamentos, leis, constituições, contratos; e em *instituições informais*, as quais derivam do comportamento humano, refletindo normas culturais e crenças que moldam as interações sociais, políticas e econômicas ao mesmo passo em que estruturam e incentivam as trocas humanas, como é o caso das convenções, códigos de conduta e normas de comportamento, comumente tácitos, que respaldam e suplementam as regras formais. Essas últimas são mais complexas, uma vez que incorporam crenças e heranças culturais individuais.

Em conjunto, as instituições representam as restrições que estruturam as interações na sociedade, abrangendo normas formais, regras informais e sistemas de controle que regulam as relações humanas. Segundo North (1990), as instituições formais desempenham um papel fundamental no ambiente de negócios. Elas orientam as práticas organizacionais por meio de normas escritas, estabelecendo processos, padrões, níveis hierárquicos, cargos e atribuições para cada membro das organizações.

North (1990), destaca que ao passo em que as regras formais podem experimentar transformações repentinas, influenciadas por decisões políticas ou judiciais, as restrições informais revelam-se mais resilientes às políticas deliberadas, uma vez que estão intrinsecamente incorporadas às restrições culturais. Nesse sentido, a herança cultural emerge como um elemento fundamental na modelagem das escolhas individuais, bem como na evolução das sociedades e instituições ao longo do tempo (North, 2003, *apud* Zulian e*t al.*, 2014).

North (2003 *apud* Zulian, *et al.*, 2014) enfatiza que as instituições são fruto da ação humana, sendo moldadas e alteradas ao longo do tempo pelos indivíduos. Esse processo gradual de criação e modificação estabelece conexões entre passado, presente e futuro, conferindo a estrutura de incentivos necessária para o funcionamento de uma economia. A interação dinâmica entre instituições e organizações é encapsulada no conceito de matriz institucional, formando uma dependência de trajetória fundamental na teoria institucionalista de North. Essa matriz facilita a interação entre diversos agentes sociais, impulsionando a evolução social e seus desdobramentos no cenário econômico e político, representando uma tentativa de operacionalização da teoria (North, 1990).

Com base no pensamento vebleniano, que reconhece a mutabilidade do comportamento humano ao longo do tempo, Hodgson (2003, *apud* Zulian *et al*., 2014), destacado como um dos proeminentes autores neo-institucionalistas, conceitua instituições como “sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e incorporadas e convenções que estruturam as interações sociais”. Exemplificações dessas instituições incluem a moeda, o mercado, a linguagem, as leis, os sistemas de pesos e medidas, assim como normas de comportamento à mesa (Hodgson 2001, apud Zulian *et al*., 2014).

Para Hodgson, as instituições não apenas influenciam os indivíduos, mas também se originam deles. Ele observa que todos os indivíduos nascem em um contexto preexistente de instituições moldadas pelo processo histórico, como o exemplo da linguagem, que existe antes mesmo do nascimento do indivíduo (Hodgson 2003, *apud* Zulian *et al*., 2014). O autor

argumenta que os elementos do sistema institucional podem evoluir, assim como as preferências individuais, e enfatiza que, embora as instituições envolvam regras e restrições que aparentam ser fixas, elas podem ser transformadas pelas variações nas preferências individuais. Essas variações, por sua vez, podem dar origem a novas instituições ou superar as dificuldades de instituições que tenham falhado ao surgir (Hodgson 2001, *apud* Zulian et al., 2014).

Além disso, em concordância com o pensamento de North, Hodgson ressalta que as instituições têm o potencial de facilitar a melhor escolha entre as possibilidades existentes. Isso pode ser exemplificado pelas regras de linguagem que possibilitam a comunicação ou pelas regras de trânsito que contribuem para a organização e segurança no tráfego (Hodgson 2001, *apud* Zulian *et al*., 2014).

Como visto na seção anterior, as definições de Sen sobre desenvolvimento econômico incorporam o comportamento individual através do exercício das capacitações. Estas, por sua vez, são moldadas pelas instituições, assim como preconizado pela corrente neo-institucionalista. Para Sen (2009, *apud* Zulian *et al.*, 2014), as instituições exercem influência direta na vida das pessoas, facilitando a expressão das habilidades individuais ao analisar valores e prioridades.

Na visão de Sen (2009, *apud* Zulian *et al*., 2014), a relação entre instituições e desenvolvimento econômico reside no exercício das capacitações, individualmente distintas conforme as definições de instituições formais e informais por North. A análise se concentra na viabilidade das capacitações, refletindo a liberdade dos indivíduos em escolher entre diferentes estilos de vida. Essa capacitação é moldada por fatores como cultura, educação familiar e serviços educacionais na região de residência. Apesar de objetivos comuns, as capacitações em transformar bens primários ou liberdade em realizações variam, tornando inviável uma comparação interpessoal e reforçando que uma divisão aparentemente justa pode não ser igualitária (Zulian *et al*., 2014).

Sen (2009, *apud* Zulian *et al*., 2014) enfatiza que, embora as instituições e regras desempenhem um papel crucial na influência dos eventos, a realidade transcende uma mera estrutura organizacional ou formal. Essa abrangência incorpora a liberdade de escolha das pessoas. Dessa forma, as funções dessas instituições devem ser analisadas de maneira mais ampla, estreitamente vinculadas ao contexto local em que emergem.

Zulian *et al.* (2014) enfatizam a necessidade de uma análise abrangente, pois as instituições são formadas por indivíduos, e o desenvolvimento econômico está interligado a suas capacitações. Esses três elementos - indivíduos, instituições e desenvolvimento econômico

- estão diretamente entrelaçados, destacando a complexidade das interações que impulsionam o desenvolvimento.

Outra reflexão relevante sobre o papel das instituições emerge das contribuições de Karl-Polanyi (1886-1964) em sua teoria institucionalista, que busca analisar os sistemas econômicos e suas mudanças institucionais. Polanyi (2012) argumenta em sua obra que, embora o mercado seja uma instituição presente ao longo da história humana, até o século XVIII, estava profundamente enraizado nas relações sociais. Ele destaca que, nesse contexto, as relações econômicas eram determinadas pela sociedade, não o contrário, como proposto pela economia mercantil dos séculos XVIII e XIX. Essa economia, segundo o autor, rapidamente idealizou o mercado como o princípio organizador da sociedade, o que, não refletia a realidade, já que as motivações humanas são influenciadas por diversos propósitos, como políticos, religiosos e estéticos, e não apenas por princípios econômicos (Polanyi, 2000; 2012 *apud* Nascimento; Denardin, 2015).

Polanyi (2000) levanta diversas críticas ao sistema econômico de mercado, destacando, entre elas, a subordinação do homem e da natureza a uma lógica destrutiva ao enraizar as relações sociais no sistema econômico em vez de seguir a lógica contrária. O autor argumenta que o sistema liberal mercantil, ao transformar todos os aspectos em mercadorias, provocou alterações nas relações humanas com a sociedade e o ecossistema, resultando em danos ambientais e desigualdades alimentadas pela busca desenfreada por ganhos.

Polanyi (2012) destaca que o principal catalisador do colapso social, originado pelo sistema de mercado, foi a conversão da terra e do trabalho em mercadorias. Essa transformação, onde o uso da terra foi precificado como renda e a força de trabalho como salário, levou à subordinação desses elementos às leis de mercado, criando uma ilusão mercadológica que permeou e prejudicou a sociedade.

Nesse sentido, Polanyi (2000) sugere que, na sociedade moderna, a economia retorne ao controle social, baseando-se em uma vida social moderna, racional, diferenciada, aberta e dinâmica, juntamente com instituições políticas que garantam a liberdade individual. Ele não preconiza a restauração do estado anterior de enraizamento, mas propõe que o controle social dos processos econômicos seja estabelecido, integrando a dinâmica de mercado a uma estrutura social.

Nascimento e Denardin (2015), ao correlacionar a hierarquia proposta por Sachs, na qual o social é considerado o domínio primordial do desenvolvimento, seguido pelo ambiental como intermediário e o econômico como o domínio instrumental, com as reflexões

institucionalistas de Polanyi, constatam que ambos buscam restabelecer o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva. Enquanto o sistema econômico tentou subordiná-los às suas leis, transformando-os em mercadoria, Polanyi (2000) e Sachs (2007) propõem que as instituições sociais determinem as relações econômicas, e a natureza seja realocada em sua posição original, integrada ao ser humano e preservadora de sua subsistência.

Conforme Nascimento e Denardin (2015), a transformação do homem e da natureza em mercadorias demandou a implementação de leis reguladoras para garantir a proteção social, ambiental e econômica. Paralelamente, de acordo com Polanyi (2000), não apenas os seres humanos e os recursos naturais necessitavam ser resguardados contra os efeitos prejudiciais de um mercado autorregulável, mas também a própria estrutura da produção capitalista. Desta forma, Polanyi apresenta esses elementos – homem, natureza e organização – como instituições que requerem proteção frente ao sistema de mercado.

Ao demonstrar que esse sistema não abrange o conjunto de valores essenciais à reprodução social e à sobrevivência humana, uma vez que não reflete a realidade, Polanyi (2000) defende a coexistência de outras formas de integração. Estas são fundamentadas nos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, constituindo um sistema social no qual o lucro não é a motivação central. Isso fortalece o conceito de *embeddedness*, em que a economia está enraizada nas relações sociais, tornando imprescindível a compreensão dos aspectos políticos e culturais nos processos econômicos.

Ao longo do tempo, as organizações foram reconhecidas como agentes fundamentais na evolução institucional. North (2018), em sua obra, destaca o papel dinâmico das organizações na transformação do ambiente institucional. Ele argumenta que, assim como as instituições, as organizações desempenham um papel crucial ao fornecer uma estrutura para a interação humana, abrangendo órgãos políticos, econômicos, sociais e educacionais. Ele as compara aos jogadores atuando sob as regras do jogo em uma sociedade, influenciando e sendo influenciadas pelas instituições. Concebidas como grupos de indivíduos com objetivos comuns, as organizações são consideradas elementos dinâmicos no modelo que, ao buscarem seus objetivos, moldam a evolução institucional da sociedade. Nesse sentido, elas desempenham um papel crucial como agentes de mudança institucional.

O papel das organizações enquanto agentes de mudança institucional é central, de acordo com North (2018). Conforme o autor, elas são formadas em resposta às oportunidades e condicionamentos institucionais e tradicionais (concebidos pela teoria econômica), e no processo de alcançar seus objetivos, tornam-se agentes significativos de transformação

institucional. Ele destaca que as oportunidades na sociedade são moldadas pelas instituições, e as organizações são formadas para aproveitá-las.

O autor enfatiza que, à medida que as organizações evoluem, elas têm o poder de alterar as instituições, promovendo arranjos institucionais, buscando inovações e aumentando a produtividade de maneira sustentável, enquanto mitigam atividades predatórias. Ele aponta a relação simbiótica entre instituições e organizações como um entrelaçamento na trajetória de mudanças institucionais. Isso ocorre devido às estruturas de incentivo proporcionadas pelas instituições e ao processo de *feedback* das mudanças percebidas, permitindo reações dos seres humanos a essas oportunidades.

Acemoglu e Robinson (2012) abordam a dinâmica das instituições, destacando as categorias de instituições extrativistas e inclusivas, ressaltando a interdependência entre as esferas política e econômica e as regras que orientam o funcionamento da sociedade. Segundo os autores, as instituições econômicas inclusivas promovem a participação generalizada da população, permitindo que seus talentos e habilidades sejam plenamente utilizados. Essas instituições favorecem a criação de mercados inclusivos, oferecendo liberdade de escolha e equalizando oportunidades. Os autores também ressaltam que elas pavimentam o caminho para dois outros impulsionadores da prosperidade: tecnologia e informação.

No âmbito político, Acemoglu e Robinson (2012) enfatizam a importância das instituições políticas como determinantes fundamentais do jogo político, definindo as regras que moldam os incentivos políticos. Essas instituições delineiam a seleção governamental, a distribuição de poder na sociedade e as finalidades do exercício desse poder. A pluralidade na distribuição de poder, quando concentrada em uma ampla aliança, é caracterizada como institucionalmente "inclusiva", enquanto a concentração de poder em uma elite restrita, associada a restrições no exercício desse poder, é denominada "extrativista".

No contexto das instituições extrativistas, Acemoglu e Robinson (2012) observam que elas consolidam o poder em uma pequena elite, explorando os recursos da sociedade e impondo restrições mínimas ao exercício desse poder. Essas instituições políticas extrativistas, segundo os autores, alimentam e são alimentadas por instituições econômicas semelhantes, estabelecendo um círculo vicioso que perpetua o domínio das elites.

Paludo (2020) ressalta de maneira sucinta que as instituições desempenham um papel crucial nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais das nações. Além disso, o autor enfatiza a importância da governança como um elemento fundamental para o fortalecimento dessas instituições. No que tange ao setor público, ele enfatiza que o adequado funcionamento

das instituições públicas não apenas assegura a estabilidade do Estado, Governo e Administração Pública, mas também reverbera positivamente na sociedade como um todo.

No contexto da distribuição de poder na sociedade e da influência das regras que direcionam os incentivos políticos, a discussão sobre governança surge como um componente essencial na compreensão da dinâmica social e econômica. De acordo com Paludo (2020) a Governança é uma inovação que transforma a maneira como as instituições são administradas.

A origem dos estudos de governança remonta a um complexo entrelaçamento de disciplinas e contextos históricos. O termo "governança" evoluiu ao longo do tempo, e seu entendimento contemporâneo é o resultado de contribuições de diversas áreas, especialmente economia, ciência política, sociologia e administração pública. Conforme Peters (2013), ele tornou-se frequente em discursos acadêmicos e debates cotidianos, especialmente ao considerar a relação entre o setor público, suas diversas instituições, a sociedade e o mercado. Originando-se das novas teorias modernistas e das reformas no setor público influenciadas por essas teorias (Bevir, 2011), sua definição, entretanto, não é isenta de controvérsias, como observa Secchi (2009), resultando em ambiguidades entre diferentes áreas do conhecimento.

Conforme Bevir (2011), a expansão do termo ao longo das últimas décadas e sua adoção por diversos autores em várias áreas complicam sua elucidação, sendo utilizado tanto em organizações privadas (governança corporativa) quanto em organismos internacionais/multilaterais (governança global e boa governança), além de organizações públicas (governança pública), adquirindo diferentes conotações teóricas e valores, o que acaba por refletir em uma multiplicidade de entendimentos sobre sua definição. Diante da amplitude e da falta de consenso sobre sua definição, a governança é percebida pelos estudiosos como um termo que carrega diversos significados (Kissler; Heidemann, 2006).

A governança pública, originada e adaptada a partir da esfera privada, suscita ambiguidades, principalmente devido à amplitude da expressão. De maneira mais generalizada, a governança pública está associada à atividade de governar e conduzir assuntos governamentais. Nesse sentido, muitos modelos de gestão utilizados na administração pública, como o modelo burocrático e aqueles fundamentados na Nova Administração Pública (*New Public Management* - NPM), poderiam ser abrangidos. Alguns estudiosos propõem a inclusão de adjetivos ao termo governança como uma solução para essas questões, resultando na criação de termos como "Governança Local", conforme empregado por Santos Junior (2004), "Governança Democrática", conforme adotado por Bevir (2010), "Governança Democrática em Rede", segundo Denhardt (2012), e "Governança em Rede", conforme utilizado por

Meuleman (2013).

Para Kohler-Koch (1999), a governança compreende não apenas a transformação nas relações entre o Estado e a sociedade, mas representa uma conversão da multiplicidade de interesses sociais em uma ação unificada que incorpora as expectativas dos diversos atores sociais. Mayntz (2001) complementa essa perspectiva, concebendo a governança como uma modalidade mais cooperativa de governança, na qual instituições públicas, assim como atores públicos e privados, participam e colaboram de maneira conjunta na formulação e implementação de políticas públicas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Souza e Faria (2017) argumentam que a Governança não alcança efetividade sem a presença da participação. Desse modo, a participação social assume-se como um componente essencial nos processos de formulação e implementação de políticas governamentais, tornando-se um componente essencial no contexto da governança pública. Os cidadãos, portanto, desempenham um papel significativo como partes interessadas na busca pela otimização do desempenho público, visando alcançar resultados eficazes nos diferentes níveis federativos, sejam eles estados ou municípios.

Peters (2013) define a Governança Pública como um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas. Nesse contexto, o surgimento da governança pública está intrinsecamente relacionado à necessidade de envolvimento dos cidadãos nos processos de desenvolvimento, implementação e controle de políticas públicas, especialmente nos municípios, como destacado por Bliacheriene *et al.* (2013).

Com a redemocratização social iniciada pela Constituição Federal de 1988 e o impulsionamento da reforma gerencial em 1995, a participação social no Brasil emergiu como tema central nos debates (Paludo, 2020), ganhando destaque, sobretudo, na academia e em estudos que buscam evidenciar que a adoção de instituições participativas amplia significativamente as oportunidades de inclusão da sociedade nos processos decisórios (Vasconcellos Sobrinho *et al.*, 2019). Nesse contexto, cidadãos e organizações da sociedade civil conquistaram o direito de participar ativamente das decisões públicas (Paludo, 2020), promovendo uma transição da administração do Estado hierárquico para um modelo cooperativo, no qual as decisões são tomadas e as ações são empreendidas de maneira conjunta entre o governo e a sociedade (Kissler; Heidemann, 2006).

Vasconcellos Sobrinho *et al.* (2019) reforçam que essa centralidade nos debates e estudos sobre a participação da sociedade civil e órgãos não governamentais ganha importância

a partir dos pressupostos de que os atores sociais possuem a capacidade de propor soluções para demandas e problemas locais, influenciando positivamente na agenda da gestão pública.

Corroborando com essa visão, Simione e Ckagnazaroff (2017) afirmam que a governança pode ser compreendida como um arranjo institucional que propicia a inter-relação dos distintos agentes e atores nos processos delineadores de políticas públicas. Além disso, ela desempenha um papel fundamental na avaliação e monitoramento dos gastos do governo, devendo ser coordenada dentro de princípios de deliberação e debates de ideias que favoreçam resultados e qualidade, além de funcionar como um mecanismo de inclusão nas estruturas de tomada de decisão sobre políticas públicas, buscando o estabelecimento de instâncias de intervenção das camadas sociais mais desfavorecidas e superando as estruturas políticas e de poder tradicionais (Borges, 2021).

A perspectiva de negociação entre atores estatais e não estatais, conforme Kooiman (1993) e Rhodes (1997), sugere relações mais flexíveis, operando por meio de redes auto organizadas e interorganizacionais. Este modelo, também associado à co-gestão, co-direção e co-orientação, permite a criação de espaços múltiplos de articulação e deliberação na elaboração de políticas públicas, em níveis local, regional e nacional (Richards; Smith, 2002).

Entretanto, Cerrillo (2005) destaca a importância de integrar a governança a princípios que garantam a prática democrática e a realização de seus próprios objetivos, como participação, transparência, responsabilidade, eficácia e coerência, os quais permitem que a pluralidade de atores tome decisões em contextos diversos e complexos, garantindo que todos assumam seus papéis e tenham as condições necessárias para tomar as decisões correspondentes. Esses princípios, segundo Vasconcellos Sobrinho *et al.* (2019), desafiam os governos diante do desafio contemporâneo a estabelecerem diálogos comuns entre os atores do espaço local, considerando a diversidade de interesses.

Nesse contexto, a noção de redes como arranjo da governança ganha evidência na administração pública, onde a ideia de rede é vista como uma alternativa aos modelos burocráticos e gerencialistas. Esse cenário, permite agentes públicos e privados estabelecerem redes de governança para coproduzir e cocriar serviços, políticas e bens públicos em diversos âmbitos temáticos (Pinto *et al*., 2017 *apud* BorgeS, 2021).

A abordagem participativa, segundo Gonzáles (2015), gera envolvimento efetivo nas etapas fundamentais da tomada de decisão das políticas públicas, elevando a confiança e legitimidade no processo por meio da interação entre os cidadãos e o governo. Ela também possibilita, conforme Matias-Pereira (2010), um equilíbrio de poder entre os envolvidos,

estabelecendo o interesse comum em detrimento de ambições individuais ou de grupos.

Simone e Ckagnazaroff (2017), ampliam essa compreensão, argumentando que a governança pública engloba aspectos fundamentados tanto na democracia participativa quanto na democracia deliberativa nos espaços públicos de decisão. Esses espaços como fóruns locais, conselhos, consulta comunitária, audiência pública, conferências, dentre outros, possuem grande potencial para gerar resultados positivos nas ações implementadas pela máquina pública (BORGES, 2021).

Segundo Jacobi (2003, *apud* Borges, 2021), os formatos mais expressivos de participação popular na última década têm-se concentrado, sobretudo, nos diversos conselhos gestores de políticas públicas, abrangendo áreas como saúde, educação, meio ambiente, agricultura, entre outras. Esses conselhos configuram-se como espaços públicos de participação paritária e deliberativa, destacando-se também as experiências de orçamento participativo.

Milani (2008) reforça a importância da promoção dos espaços de ação pública para a mobilização de atores locais, alegando que estes podem contribuir para a prática da boa governança, promovendo a participação e o entendimento entre a sociedade civil e a gestão de políticas públicas. Esses espaços, também possibilitam a legitimidade das decisões políticas pela deliberação (Tenório *et al*., 2008). No entanto, Villela e Pinto (2009) ressaltam a necessidade de compreender a governança pública como uma prática de gestão compartilhada, conduzida pelo consenso, para articular e facilitar ações de desenvolvimento elaboradas pelos participantes.

Além disso, a viabilidade e funcionamento de um espaço deliberativo estão associados ao atendimento de critérios de qualidade deliberativa, como diversidade, inclusão e igualdade participativa, bem como à produção de resultados justificadores da utilidade das decisões das políticas (Brugué; Parés, 2012).

Nesse sentido, importante destacar que, aspectos como a transparência, *accountability*, responsabilidade, participação, capacidade de resposta e eficiência são princípios fundamentais que sustentam uma boa governança (Bevir, 2011). Esses elementos não apenas delineiam um novo paradigma na identificação institucional do bom governo, mas também sublinham a necessidade de divisão clara de responsabilidades, estabelecimento de processos eficientes na prestação de serviços e a obtenção de desempenho e resultados, priorizando a transparência como ponto central (Bevir, 2011). Esse enfoque representa uma mudança significativa na abordagem da governança, promovendo uma cultura de responsabilidade, eficácia e prestação de contas no setor público.

Conforme o enfoque adotado no referencial básico de governança pública aplicável a órgãos e entidades da administração pública pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a implementação da governança nos municípios visa, primordialmente, diminuir a distância entre a prefeitura e os cidadãos, além de assegurar a efetiva entrega de benefícios a todos os envolvidos na gestão pública. Os resultados almejados devem estar alinhados aos princípios de governança, destacando-se Liderança, Estratégia e Controle, juntamente com práticas fundamentais de avaliação, direcionamento e monitoramento, com o propósito de otimizar a produção de impactos positivos com o menor uso possível de recursos, energia e tempo (TCU, 2014).

A necessidade de implementação da governança nos municípios reside na redução da distância entre a prefeitura e os cidadãos, bem como na eficiente entrega de benefícios a todos os envolvidos na administração pública (IGCP, 2020). Essa abordagem visa garantir não apenas a proximidade entre os órgãos governamentais e a comunidade, mas também a efetividade na prestação de serviços e benefícios relacionados à gestão pública local.

Portanto, conforme preconizado por Silva e Ravena (2015), torna-se imperativa a implementação de uma estratégia abrangente de transformação das instituições na Amazônia, visando estabelecer um ambiente político-institucional propício ao desenvolvimento regional sustentável, uma vez que, atualmente, prevalecem instituições ineficientes, permeadas por normas e valores que ampliam a incerteza, dissociam trabalho e conhecimento, obstaculizam o acesso à terra e bloqueiam a inovação, resultando em organizações que inibem o potencial produtivo da sociedade e dificultam a colaboração não hierárquica essencial para o crescimento.

Diante desse cenário, Brasil (1990, *apud* Silva e Ravena, 2015) destaca que se torna crucial para a efetiva governança das políticas públicas socioambientais na Amazônia que as instituições públicas possuam a capacidade de fomentar ativamente a participação da sociedade e pautar suas ações com base nos Princípios da Administração Pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade. Essa abordagem não apenas responde aos desafios atuais, mas também sinaliza um caminho promissor para a construção de um modelo institucional mais alinhado com as demandas da região e os imperativos do desenvolvimento sustentável.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O Município de Santarém Novo

4.1.1 Território e Meio Ambiente

4.1.1.1 Localização Geográfica

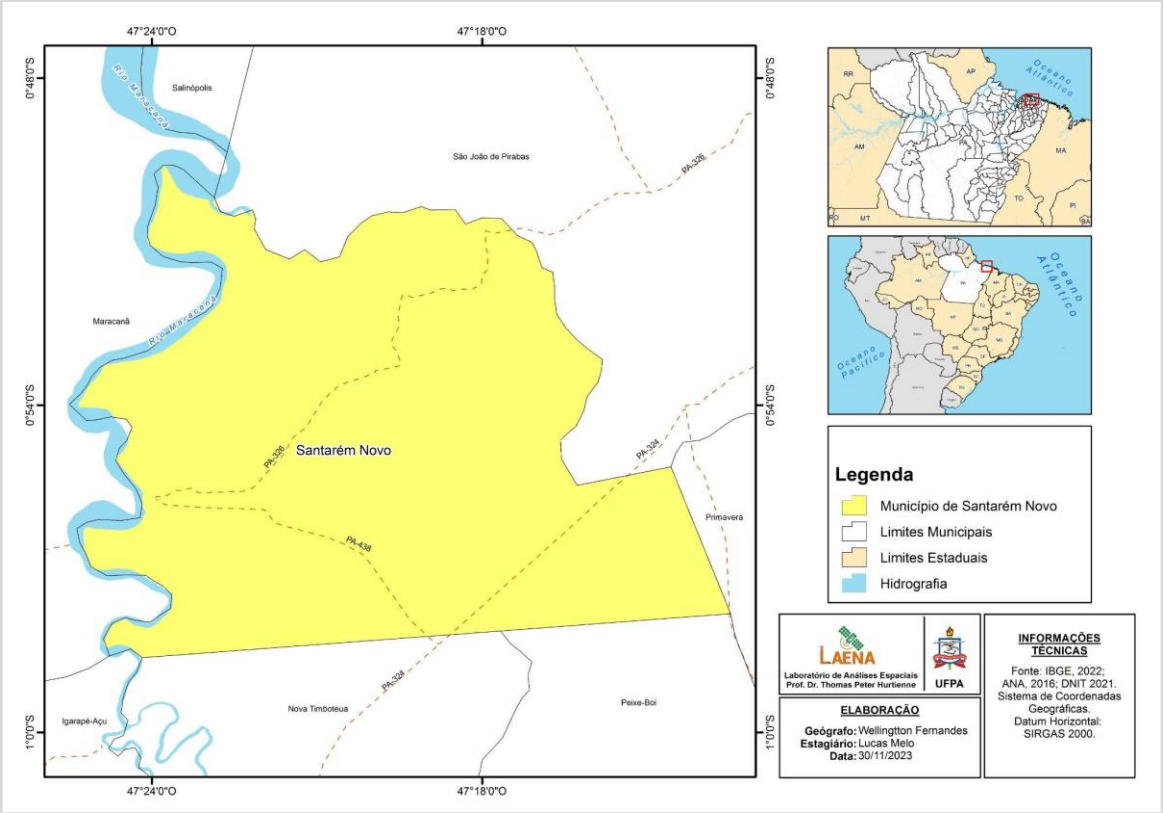
O município de Santarém Novo está situado na Região Geográfica Imediata de Articulação Urbana de Capanema, a qual integra a Região Geográfica Intermediária de Castanhal, conforme a nova Divisão Regional do Brasil de 2017, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[22].

Sua localização geográfica é caracterizada por estar às margens do rio Maracanã, com coordenadas de latitude 00º55'44" Sul e longitude 47º23'49" Oeste, e a uma altitude de aproximadamente 30 metros acima do nível do mar, ficando a uma distância de 180 km da capital paraense, Belém. A área total do município abrange 229,510 km² (IBGE, 2022).

No que se refere às divisas territoriais entre municípios, Santarém Novo limita-se ao Norte com o município de São João de Pirabas, ao Sul com os municípios de Peixe-Boi e Nova Timboteua, ao Leste com os Municípios de Primavera e São João de Pirabas, e ao Oeste com o município de Maracanã. O acesso ao município é viabilizado pelas rodovias estaduais PA-324 e PA-438, enquanto o deslocamento da sede para as vilas é realizado por meio de ramais e pela PA-326. A Figura 1, a seguir, apresenta o mapa municipal, destacando a sua localização no território nacional e estadual.

[22] Essa nova estrutura de classificação regional reflete os fluxos e articulações das relações interurbanas contemporâneas, buscando representar as relações entre os centros urbanos e os municípios circunvizinhos com base em critérios como circulação de pessoas, bens, serviços e informações. As Regiões Geográficas Imediatas são definidas a partir da proximidade e da integração funcional entre os municípios, destacando-se por atender às demandas imediatas da população, como acesso a serviços de saúde, educação, mercado de trabalho e bens de consumo. Já as Regiões Geográficas Intermediárias, que agrupam diversas Regiões Geográficas Imediatas, são estruturadas por funções urbanas de maior complexidade, como a oferta de serviços médicos especializados e instituições de ensino superior de grande porte (IBGE, 2017).

Figura 1- Mapa da localização Geográfica do Município de Santarém Novo, Pará

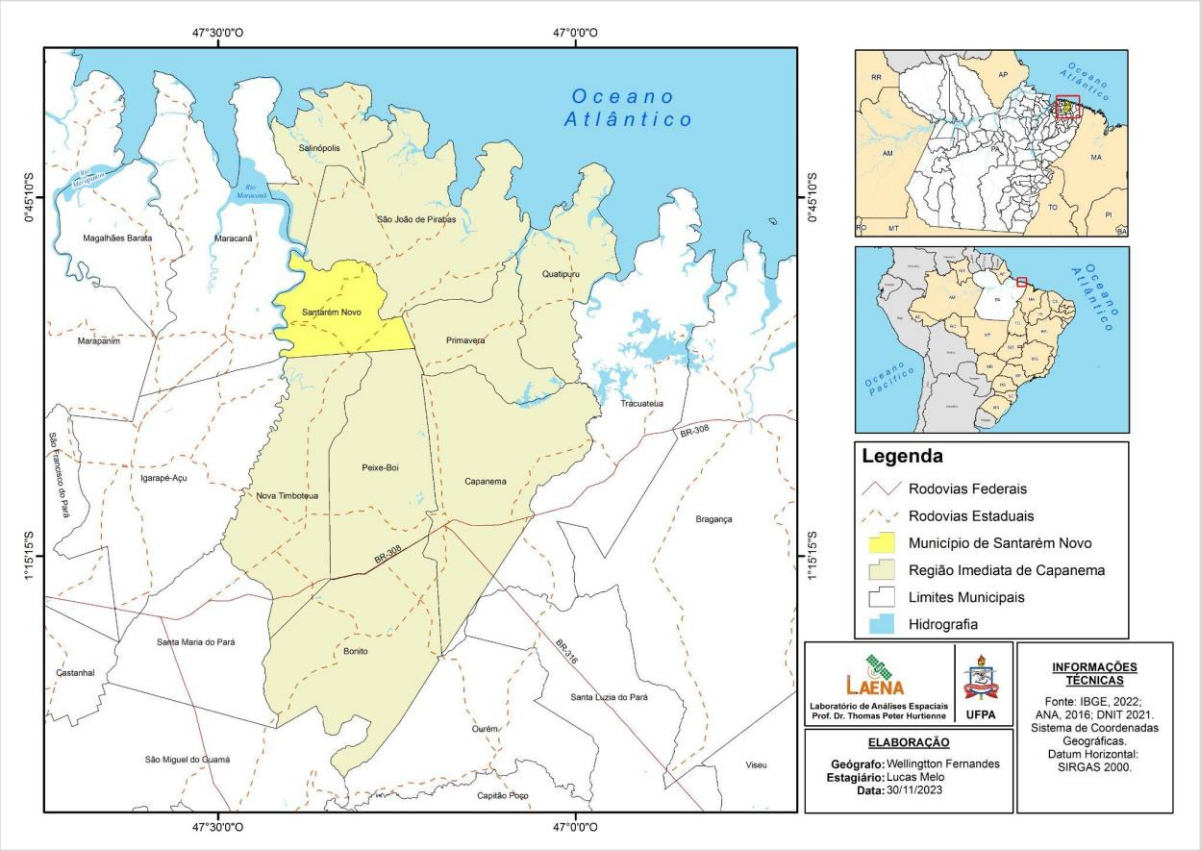


Fonte: LAENA/UFPA, 2023

No contexto das relações interurbanas que facilitam o acesso a bens, serviços e interações com empresas e órgãos públicos, conforme o estudo da Divisão Urbano-Regional do IBGE (2021), que mapeia as áreas de influência das cidades, Santarém Novo apresenta uma forte vinculação com a região de influência de Capanema, classificada como Centro Subregional B (3B). Essa classificação reflete a relevância das interações e relações socioeconômicas do município dentro dessa dinâmica regional (IBGE, 2018).

A Região Geográfica Imediata de Capanema é composta por 09 municípios, são eles: Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas (IBGE, 2022). A figura 2, a seguir, apresenta o mapa dessa articulação urbana local, com destaque para a localização de Santarém Novo.

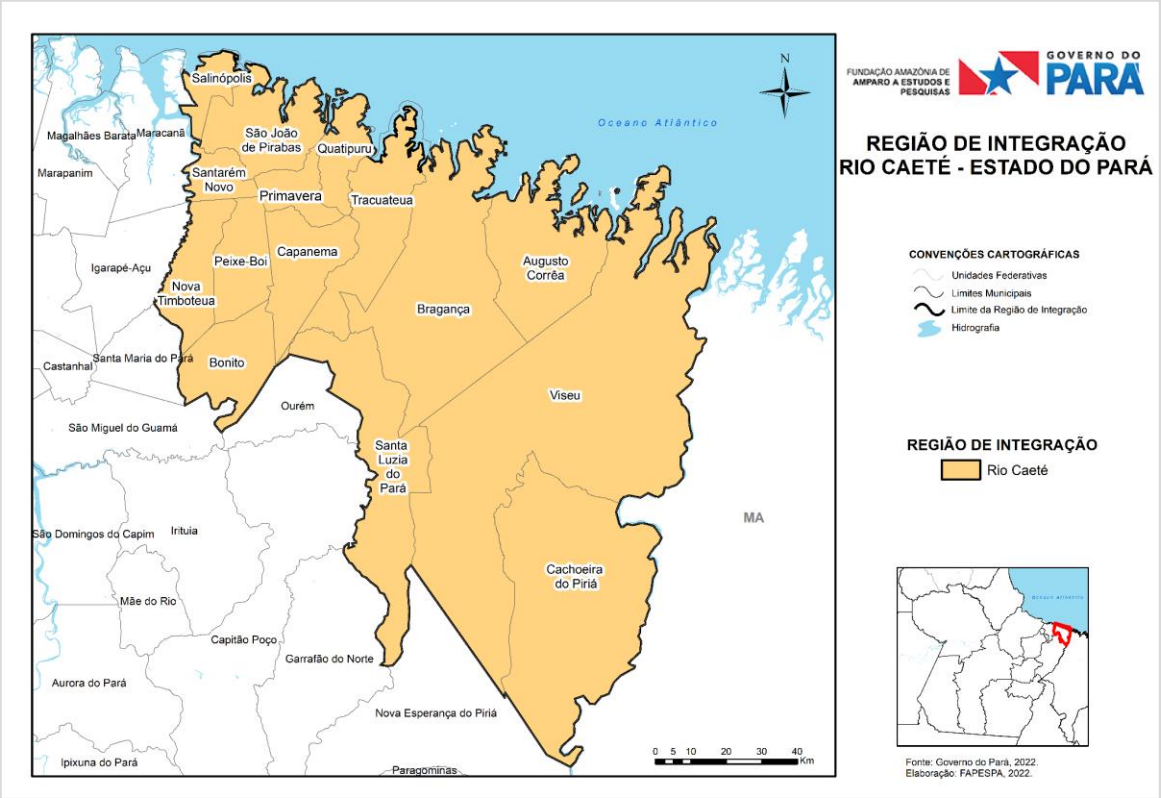
Figura 2 - Mapa da região Geográfica Imediata de Capanema



Fonte: LAENA/UFPA, 2023

Em termos de classificação regional do Estado do Pará para fins de planejamento e desenvolvimento, o município de Santarém Novo está inserido na Região de Integração Rio Caeté, juntamente com os municípios de Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu (FAPESPA, 2021b). O mapa da divisão regional de Integração Rio Caeté é apresentado na figura 3, a seguir.

Figura 3 - Mapa da região de Integração Rio Caeté – Estado do Pará



Fonte: Governo do Pará - Elaboração: FAPESPA, 2022

4.1.1.2 Características Ambientais

Santarém Novo está situado no bioma Amazônia e é um dos municípios que fazem parte do sistema costeiro-marinho do Território Brasileiro (IBGE, 2019). As características ambientais do município, conforme dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA (2022b), revelam uma diversidade de solos e vegetações que desempenham um papel fundamental em sua paisagem ecológica.

No que diz respeito aos solos, identificam-se diferentes tipos na região. O latossolo amarelo de textura média é predominante. Além disso, há a presença do neossolo, gleissolo e de solos indiscriminados de mangue, essenciais para o ecossistema local (FAPESPA, 2022b).

A vegetação no município é igualmente diversificada e abrange principalmente as Formações Pioneiras com influência fluviomarinha, que representam uma cobertura vegetal de primeira ocupação, com plantas adaptadas às condições ecológicas locais, incluindo vegetações aluviais, manguezais e restingas. Além disso, a região abriga a floresta ombrófila densa, caracterizada por períodos de chuvas intensas e constantes, apresentando vegetação com folhas extensas e perenifólias (FAPESPA, 2022b).

A estrutura geológica do município está situada na bacia sedimentar de Marajó e é

composta predominantemente por sedimentos arenosos e argilosos. Além disso, a geologia local pode incluir níveis carbonosos do terciário, o que contribui para a diversidade geológica da área e para uma compreensão mais ampla das características e formação histórica da região (FAPESPA, 2022b).

O rio Maracanã destaca-se como o principal curso d'água do município, estendendo-se de Sul a Norte ao longo da porção Oeste do território municipal, caracterizando-se por seu curso sinuoso (FAPESPA, 2022b). Recebendo afluentes de montante para jusante, como os Igarapés Pacajá, Tejuapara e o rio Chocoaré, que demarcam a divisa entre Santarém Novo e o município de São João de Pirabas. Ao Norte e Leste, recebendo inúmeros igarapés pela margem esquerda, como o Pirateua e o Peri-Meri (FAPESPA, 2022b).

O clima predominante em Santarém Novo é classificado como zonal equatorial úmido com três meses de seca. Isso se traduz em um índice pluviométrico com média anual de cerca de 2.000 mm, alta umidade do ar durante grande parte do ano e temperaturas elevadas, com médias anuais em torno de 26°C (FAPESPA, 2022b).

4.1.1.3 Historiografia da Formação Territorial

A formação histórica e territorial do município de Santarém Novo, conforme os estudos de Corrêa (2015), tem raízes na ocupação do território de Maracanã, conhecido anteriormente como Cintra, durante o período colonial na Amazônia. O município foi criado por meio do desmembramento de Maracanã, passando por diversas transformações políticas, sociais, econômicas e territoriais até alcançar sua elevação à categoria de município pela Lei Estadual n.º 2.460, sancionada em 29 de dezembro de 1961.

De maneira concisa, o contexto histórico e institucional do município está ligado à presença portuguesa na região a partir da missão jesuítica liderada pelo padre Antônio Vieira, estabelecida na Aldeia de Maracanã em 1653. A evolução da aldeia para freguesia em 1700 a colocou sob administração de Maracanã (FAPESPA 2022b).

Em 1759, com a expulsão da ordem religiosa por decreto pombalino de 6 de julho de 75, o governador da Província do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, determinou que todas as povoações merecedoras fossem elevadas à categoria de vila. Assim, a aldeia dos Maracanãs tornou-se uma vila chamada Cintra, como parte da política de substituição de nomes indígenas por toponímia portuguesa (FAPESPA 2022b).

Em 1830, o Conselho do Governo do Pará reorganizou a província, anexando um vasto território que hoje corresponde a Maracanã, Marapanim, Salinópolis, Santarém Novo e uma

parte de Igarapé-Açu (FAPESPA, 2022b). Durante esse período, de 1830 a 1850, há registros da chegada da família Pimentel e dos primeiros escravos em Santarém Novo, conforme descreve Corrêa (2015).

Em 1868, registros indicam que o povoado que deu origem a Santarém Novo foi elevado à condição de Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Santarém Novo, por meio da Lei Provincial nº 584 de 24 de outubro de 1868 (Corrêa, 2015).

Em 1890, o Decreto nº 176 reconheceu a Freguesia como Vila e a elevou à categoria de Município, resultando na criação do Conselho de Intendência Municipal de Santarém Novo. No entanto, em 1906, a Lei nº 985, de 26 de outubro, levou ao declínio do Município de Santarém Novo, culminando em sua extinção. Nesse contexto, o Congresso do Estado optou por dividir seu território, dando origem ao município de Igarapé-Açu e anexando outra parte ao município de Maracanã, onde se tornou um distrito, de acordo com registros de divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 (Corrêa, 2015).

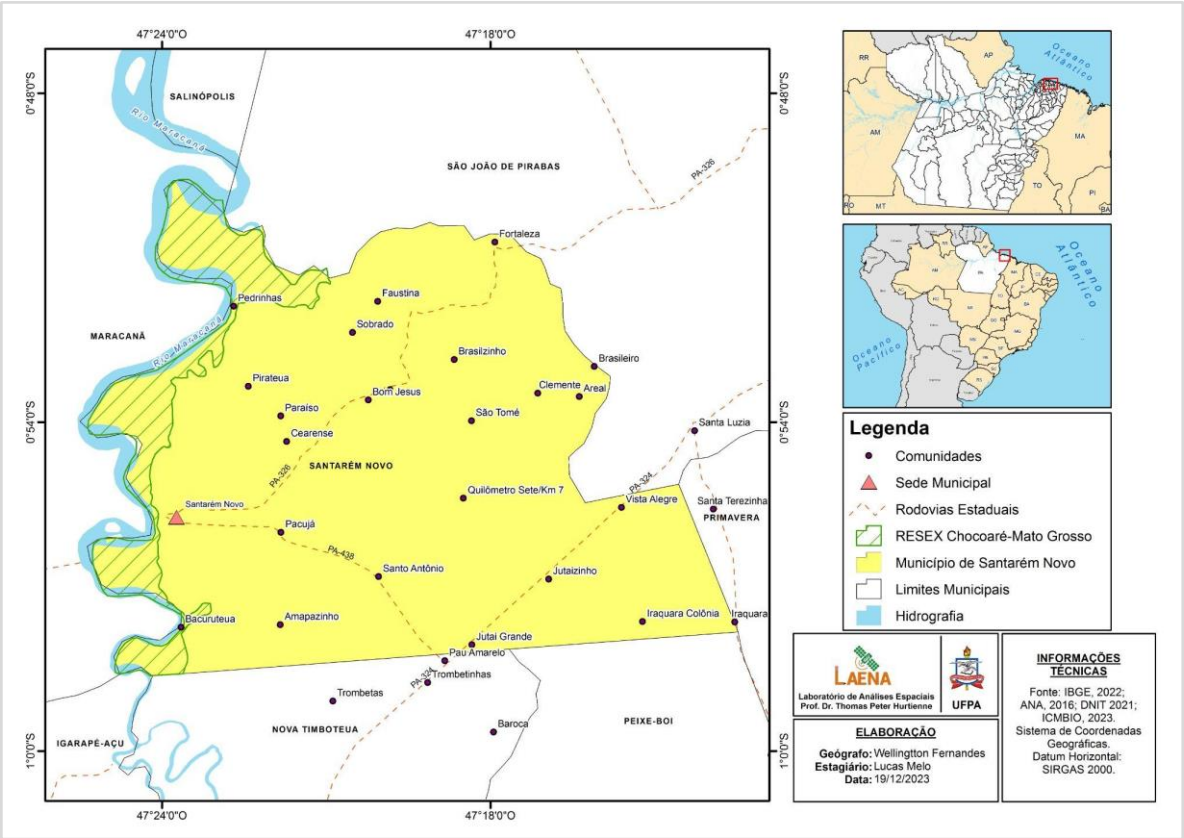
Em 1938, Santarém Novo perdeu parte de seu território para a criação do distrito de São Roberto. Em 1943, seus limites territoriais foram novamente ajustados, especialmente na fronteira com os distritos de Pirabas e Salinópolis (FAPESPA, 2022b).

Finalmente, em 1960, por meio da Lei nº 2.460, durante o governo de Aurélio do Carmo, Santarém Novo foi restaurado como município, juntamente com outros 22 municípios, recuperando sua autonomia político-administrativa e mantendo sua divisão territorial datada de 01 de julho de 1960 (FAPESPA, 2022b).

4.1.1.4 Composição do Espaço Urbano e Rural

O município de Santarém Novo é atualmente composto por uma área central urbana denominada de sede, que também leva o nome do município, e aproximadamente vinte e seis comunidades rurais. Essas comunidades incluem Amapazinho, Areal, Bacuriteua, Bom Jesus, Brasileiro, Brasilzinho, Cearense, Clemente, Faustina, Fortaleza, Fortalezinha, Iraquara, Iraquara-colônia, Jutaí Grande, Jutaizinho, Pacujá, Paraíso, Pau Amarelo, Pedrinhas, Pirateua, Santo Antônio do Trombetas, São João de Peri-Meri, São Tomé, Assentamento, Sobrado e Vista Alegre, distribuídas no território conforme exemplifica a figura 4, a seguir.

Figura 4 - Localização das comunidades no território municipal



Fonte: LAENA/UFPA, 2023

Para racionalização operacional de coleta e divulgação de pesquisas, bem como para representar as estruturas territoriais vigentes no território, o IBGE adota um recorte institucional específico, denominado Setor Censitário. Estes correspondem à menor porção de área em que o território nacional é fragmentado para fins de coleta estatística e são classificados de acordo com a sua natureza de situação (urbano ou rural) e tipologia (normal ou especial). Os limites desses setores, obedecem, quando possível e pertinente, aos limites legais descritos no Perímetro Urbano da legislação municipal e os demais Setores Censitários que se encontram fora desse perímetro, são associados à Área Rural do município (IBGE, 2022).

No que diz respeito às estruturas encontradas nos espaços urbanos das cidades ou vilas, elas podem ser classificadas em: Área urbana de alta densidade de edificações e Área urbana de baixa densidade de edificações. Já as estruturas territoriais encontradas nos espaços rurais, dividem-se em: Aglomerados Rurais e Área Rural (exclusive aglomerados).

Os aglomerados rurais, os quais são caracterizados por aglomerações de domicílios, posicionados normalmente a uma distância de até 50 metros uns dos outros e localizados a uma distância de mais de 1 km da franja das cidades, podem ser classificados em Povoados, Núcleos

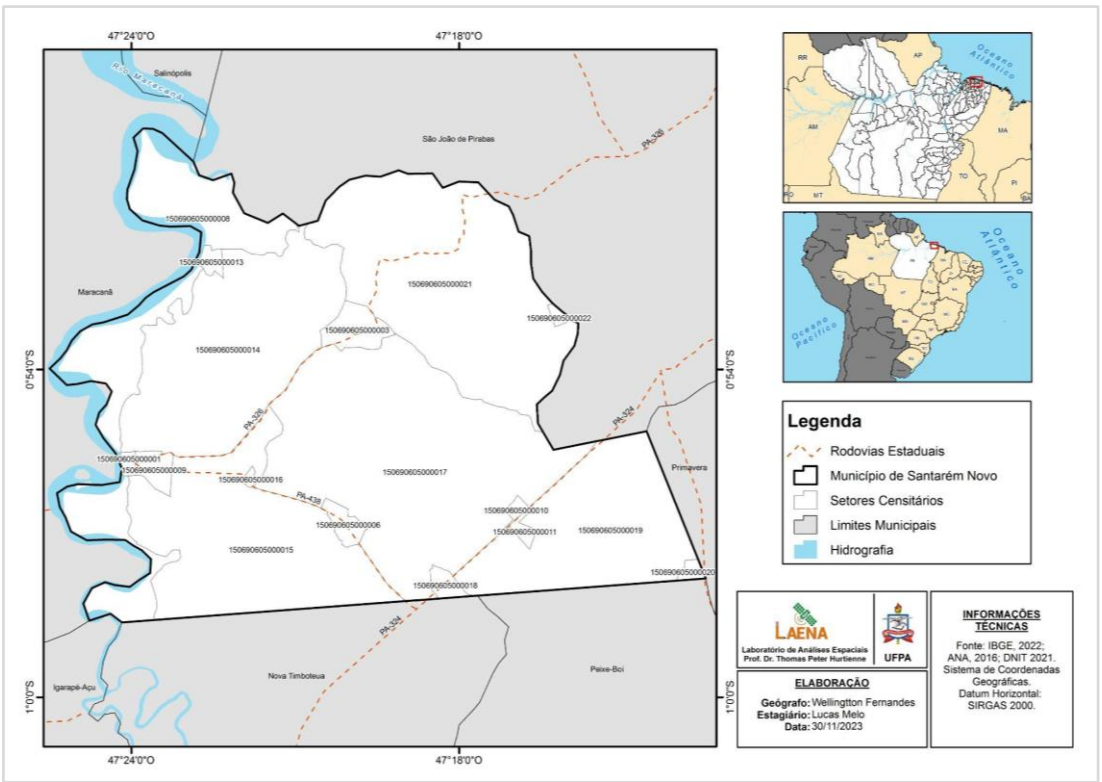
Rurais, Lugarejos ou ainda, “Não Setorizáveis” de acordo com as definições do quadro.

No município, as estruturas territoriais definidas de acordo com a tipologia geográfica adotada para Setores Censitários, estão classificadas da seguinte forma: a sede municipal configura-se como Área Urbana de Alta Densidade de Edificações, enquanto algumas das comunidades setorizadas em Aglomerados Rurais, classificam-se como Povoados, como é o caso das comunidades de Santo Antônio, Jutaizinho, São João Peri-Meri, Pedrinhas, Pacujá, Jutaí Grande, Iraquara e Brasileiro. As demais comunidades constituem-se como sendo grandes áreas rurais, excluindo os aglomerados.

As áreas das comunidades classificadas como povoados no município, são definidas com base em critérios funcionais, levando em conta a presença de um número mínimo de serviços essenciais e comércio, além da presença de pelo menos dois elementos de funcionamento regular como escolas, postos de saúde, templos religiosos e estabelecimentos comerciais de oferta de bens de consumo para atendimento às necessidades da população, conforme estabelecidos pelo IBGE (2022).

A Figura 5, a seguir, apresenta o mapeamento da dinâmica de classificação do território municipal, mostrando a divisão geográfica dos setores censitários que compõem a malha municipal de acordo com informações territoriais atualizadas para o Censo de 2022.

Figura 5 - Composição dos Setores Censitários Municipais de Santarém Novo



Fonte: LAENA/UFPA, 2023

As figuras 6 a 23, a seguir, retratam distintas localidades dentro do município de Santarém Novo, contribuindo para uma compreensão mais visual e abrangente de sua geografia e diversidade, a fim de demonstrar não apenas a paisagem natural e o ambiente urbano, mas também a riqueza cultural e a vida cotidiana das comunidades que compõem este município.

Figura 6 - Sede da Prefeitura Municipal



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 7 - Vista aérea da Sede pelo Rio Maracanã



Fonte: Hassan Pimentel

Figura 8 – Vista aérea da praça e Igreja Matriz



Fonte: *Google Maps*, arquivo de Hassan Pimentel

Figura 9 - Avenida principal no centro comercial



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 10 – Balneário de Brasileiro



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 11 - Vista da localidade de Brasileiro



Fonte: Acervo de campo da autor

Figura 12 - Balneário de S. Antônio dos Trombetas



Fonte*: Facebook* Santarém Novo TOP

Figura 13 – Vista aérea de S. Antônio dos Trombetas



Fonte: *Google Maps*, arquivo de Hassan Pimentel

Figura 14 - Localidade de Jutaizinho - PA-324



Fonte: *Google Maps* - Arquivo de Ernane Diniz

Figura 15 – Balneário de Jutaí Grande – PA-324



Fonte: *Facebook* Balneário de Jutaí Grande

Figura 16 - Vista da localidade de Bacuriteua



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 17 Vila da Faustina



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 18 - Vista da localidade Iraquara



Fonte: *Facebook* Santarém Novo TOP

Figura 19 - Balneário da Localidade de Iraquara



Fonte: *Facebook* Prefeitura de Santarém Novo

Figura 20 - Localidade de Fortaleza



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 21 - Fortalezinha



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 22 - Balneário de Peri Meri



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 23 – Vista aérea da vila de Pacuja



Fonte: Vídeo reprodução Facebook Santarém SN

Além das classificações apresentadas, o município possui uma estrutura territorial de Unidade de Conservação de Uso Sustentável[23], a Reserva Extrativista [24]Chocoaré - Mato Grosso, criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002 (sem número) e reconhecida pela Portaria n.º 23 de 23 junho de 2005, do INCRA, inicialmente com uma área total de 2.786 hectares, ampliada recentemente por meio do Decreto nº 11.551 de 05 de junho de 2023, na qual altera os limites territoriais, passando a estender-se também ao município de São João de

[23] As Unidades de Conservação de Uso Sustentável são áreas definidas e regulamentadas pela Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O objetivo dessas unidades é conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a manutenção dos processos ecológicos, biodiversidade e atributos naturais de forma socialmente justa e economicamente viável. As categorias dentro dessa modalidade incluem, por exemplo, Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), entre outras. Essas áreas permitem atividades econômicas sustentáveis, como agricultura, pesca e manejo florestal, desde que não comprometam a perenidade dos recursos naturais e da biodiversidade (Casa Civil, 2000).

[24] As Reservas Extrativistas (Resex) são uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada para proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. As Resex são áreas públicas, utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Casa Civil, 2000).

Pirabas e abrangendo atualmente uma área total de aproximadamente 4.617 hectares (BRASIL, 2023).

Em termos percentuais, a área total de abrangência da Resex no município de Santarém Novo é de 74,77% enquanto que no Município de São João de Pirabas esse percentual corresponde a 25,23% de sua abrangência, sendo sua vegetação de capoeira e nas terras aluviais encontram-se os manguezais (ISA, 2023).

A Resex visa assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local, de aproximadamente 672 famílias que sobrevivem da atividade pesqueira, marisqueira e da agricultura familiar, possuindo grande importância ecológica com elevada riqueza de fauna e flora, destacando-se aves, moluscos e crustáceos (ISA, 2023).

Dentre as comunidades que fazem parte da Resex, segundo a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Chocoaré - Mato Grosso (AUREM/C-MG) estão a sede do município de Santarém Novo e as comunidades de Pedrinhas, Bacuriteua, Santo Antônio do Trombetas, Pacujá, Amapazinho, Cearense, Paraíso, Pirateua, Bom Jesus, São João de Peri Meri, Faustina, Fortaleza, Clemente, Areal, Brasileiro e a comunidade de Trombetas (município de Nova Timboteua).

Estas são também as comunidades que compõem os 17 comitês comunitários da Resex. A localização geográfica destas comunidades pode ser vista a partir do georreferenciamento apresentado no mapa elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a seguir (figura 24).

Figura 24 - Mapa de abrangência territorial da Resex Chocoaré - Mato Grosso no município de Santarém Novo



Fonte: ICMBio - Fornecido pela Secretaria Municipal de Meio ambiente de Santarém Novo

Outras comunidades do município também localizadas na região de entorno da resex e que fazem uso direto desta, porém que não estão marcadas no mapa, são as comunidades de São Tomé, Assentamento e Sobrado.

Algumas das comunidades situadas dentro dos limites territoriais da Resex, à beira do Rio Maracanã, podem ser vistas nas figuras 25, 26, 27 e 28, na sequência:

Figura 25 - Area de Resex - Portinho (Sede)



Fonte: Hassan Pimentel

Figura 26 - Área de Resex em Pedrinhas



Fonte: Acervo da pesquisadora

Figura 27 - Área da Resex - Vila de Bacuriteua



Fonte: Acervo da pesquisadora

Figura 28 - Área de Resex no Bacanga



Fonte: Acervo da pesquisa de campo

4.1.1.5 Desafios e Complexidades na Administração de Comunidades Limítrofes

A administração de comunidades limítrofes apresenta desafios complexos que afetam a gestão pública municipal de Santarém Novo e a população residente. Embora este não seja o foco desta dissertação, é relevante destacar que a delimitação territorial do município apresenta nuances que geram desafios para a gestão municipal e a população local, pois ela influencia diretamente a prestação de serviços públicos e o cotidiano dos habitantes dessas áreas.

Dentre estas situações, destaca-se a existência de comunidades que estão localizadas fora dos limites municipais, pertencendo a municípios vizinho como o caso das comunidades de Trombetas, Trombetinhas e Baroca, que se encontram geograficamente no território de Nova Timboteua e da comunidade de Santa Terezinha, vinculada ao município de Primavera.

Outras localidades, situam-se parcialmente dentro dos limites de Santarém Novo, compartilhando território com municípios vizinhos, como é o caso das comunidades de Pau Amarelo, que se estende parcialmente pelo município de Nova Timboteua, Iraquara, que abrange parte do território de Primavera, e Iraquara-colônia, que compartilha limites com o município de Peixe-Boi.

Essas comunidades embora não façam parte integralmente do território de Santarém

Novo, ou não estejam sob a jurisdição municipal, elas têm sido mantidas historicamente pela gestão local em relação a gastos públicos em infraestrutura e recursos humanos para a manutenção de serviços em educação, saúde, iluminação pública, estradas, transporte, saneamento básico e assistência técnica rural, dentre outros serviços.

Essa complexidade na definição dos limites territoriais entre os municípios também repercute na instalação de equipamentos públicos dentro dessas comunidades. Nesse cenário, é possível identificar escolas, como a E.M.E.I.F. Mercedes Costa de Loureiro na Vila Santa Terezinha, que atende uma média de 12 alunos da rede de ensino pública do município e a E.M.E.I.F. Emílio Garrastazu Médici na Vila do Iraquara, na qual atende uma média de 13 alunos da rede pública municipal, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação. Ambas localizadas dentro dos limites do município de Primavera, mas implantadas e mantidas pela prefeitura de Santarém Novo.

Da mesma forma, tem-se o prédio da E.M.E.I.F. “Ezequiel Araújo Braga” na Vila do Pau Amarelo, que atende uma média de 10 alunos da comunidade, além do canteiro de entrada do município, que funciona como uma espécie de “pracinha” e ponto de espera para embarque e desembarque de veículos rodoviários, com acesso à *Wi-Fi* gratuito para a comunidade, onde ambos os equipamentos foram instalados no território de Nova Timboteua.

Todos esses equipamentos, apesar de implantados no território de outros municípios, ofertam serviços pela Prefeitura de Santarém Novo, e mesmo em alguns casos, em que parte da comunidade pertence a Santarém Novo, essa situação levanta questões sobre a distribuição de serviços e a coerência entre a prestação e a responsabilidade municipal.

As figuras 29 e 30, a seguir, ilustram bem essa questão, onde é possível ver o letreiro de entrada do município na localidade de Pau Amarelo, intersecção entre as PA 324 e PA 438 e ao fundo o prédio da escola Ezequiel Araújo Braga, uma Caixa D’água e um antigo prédio de assistência social deteriorado, exemplificando a complexidade dessa realidade territorial, onde a prefeitura de Santarém Novo investiu em infraestrutura nos limites de municípios vizinhos.

Figura 29 - Letreiro de entrada em Pau Amarelo



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 30 – Infraestruturas em Pau Amarelo



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Por outro lado, há casos também de comunidades, que acabam por não ter suas necessidades básicas atendidas por nenhuma das prefeituras envolvidas em decorrência da situação ambígua em sua delimitação. Essa falta de clareza nos limites intermunicipais, acaba criando obstáculos para a prestação eficaz de serviços públicos, dificultando por exemplo o atendimento aos domicílios por agentes comunitários de saúde, bem como para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de ruas, abastecimento de água e outros serviços públicos pelas diferentes prefeituras, como é o caso da localidade de Iraquara, que com frequência cobra medidas das prefeituras nas redes sociais da comunidade.

Outro desafio enfrentado, que também se destaca como uma preocupação relevante para os municípios, é a questão do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPM é uma fonte significativa de receita para as prefeituras e está diretamente vinculado à contagem da população realizada pelo IBGE no censo demográfico. Nesse contexto, há uma disparidade entre o repasse de recursos e a responsabilidade pela administração dessas comunidades, uma vez que a prefeitura de Santarém Novo é responsável pelas despesas básicas e pela prestação de serviços públicos e a prefeitura de Nova Timboteua é quem de fato recebe os recursos com base no quantitativo populacional.

Além das implicações orçamentárias, esse cenário reflete a complexa relação de identidade e pertencimento dessas comunidades, que muitas vezes não se identificam como munícipes dos municípios vizinhos, como é o caso dos moradores de Pau Amarelo, em que muitas vezes os moradores não se reconhecem como munícipes de Nova Timboteua. Isso tem repercutido inclusive na coleta de dados pelo censo demográfico, onde os moradores muitas vezes recusam-se a ser entrevistados pelos recenseadores do município vizinho, como vem ocorrendo desde o censo de 2010, o que pode levar à subnotificação de dados populacionais e

distorções nas estatísticas.

Outro aspecto relevante é a emissão de documentos, como títulos de terras e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), essenciais para o acesso às políticas públicas de agricultura familiar. A emissão desses documentos torna-se desafiadora para os moradores, uma vez que ao procurarem os escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA) em Santarém Novo, muitas vezes são surpreendidos com a necessidade de se deslocarem para o município vizinho. Isso acarreta dificuldades adicionais, uma vez que o acesso a esses municípios pode ser mais complicado, levando a obstáculos burocráticos que afetam diretamente a vida e os direitos dos moradores dessas áreas.

Esses desafios territoriais e administrativos já foram pauta de discussões na Câmara Municipal de Santarém Novo e em audiências públicas relacionadas ao Censo 2022. As reuniões destacaram especialmente a necessidade de revisão e atualização da legislação que define os limites municipais, bem como a busca por soluções que garantam o acesso adequado aos serviços públicos e o reconhecimento dessas comunidades como parte integrante do município de Santarém Novo.

Nos registros das Atas das reuniões ordinárias, especificamente nas discussões da 26ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Santarém Novo, ocorrida em 1º de outubro de 2021, e da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2021, nota-se que havia um certo desconhecimento em relação ao que de fato compunha o território de Santarém Novo. Isso fica evidente, uma vez que nesse contexto, as discussões ocorreram sob a perspectiva de uma suposta "perda de território" e de habitantes nos Censos Demográficos, revelando uma confusão latente sobre a definição precisa dos limites municipais, bem como na 29ª Reunião Ordinária, corrida no dia 22 de outubro de 2021, na qual enfatiza a luta pelo território e a integração completa dessas comunidades a Santarém Novo (26ª Sessão Ordinária, 28ª Sessão Ordinária, 29ª Sessão Ordinária, 2021).

Vale destacar que, além das reuniões na Câmara Municipal, esse cenário de incertezas também se reflete em informações disponíveis no portal da prefeitura de Santarém Novo, onde as localidades de Baroca, Trombetas, Trombetinhas e Santa Teresinha são descritas como sendo vilas do município, tornando ainda maior a complexidade na compreensão da situação territorial e o desafio de esclarecer à população e à própria gestão municipal as composições geográficas de Santarém Novo.

A complexidade dessa situação requer uma abordagem aprofundada e colaborativa por parte das gestões municipais envolvidas, no que tange à governança dessas localidades, a fim

de garantir que essas comunidades não sejam prejudicadas nem privadas de serviços essenciais. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre estratégias conjuntas que atendam às necessidades da população e assegure uma vida digna e de qualidade para seus habitantes.

4.1.2 Aspectos Culturais e Festas Tradicionais do Município

Em relação aos aspectos culturais, Santarém Novo é marcado por uma forte influência católica, tendo Nossa Senhora da Conceição como padroeira do município. A festividade em reverência à Santa é celebrada no início do mês de dezembro, no período de 01 a 08 do mês.

Também integram o calendário religioso, as festividades de São Benedito no mês de dezembro e São Sebastião, no mês de janeiro na sede do município, além das celebrações aos Santos padroeiros das comunidades, como a festividade de Santa Maria Mãe de Deus da comunidade da Faustina, celebrada no mês de maio; de São João Batista, realizada no mês de junho na localidade de São João de Peri Meri; Santa Terezinha do menino Jesus, no mês de setembro na comunidade de Jutaí, bem como as festividades de Nossa Senhora do Livramento festejada no mês de outubro na vila de Bacuriteua e Nossa Senhora das Graças, no mês de novembro na localidade de Jutaizinho.

Nas festividades, além das celebrações, romarias e ladainhas, há também vendas de comidas típicas, sorteios, bingos, shows e programações culturais. Além dos eventos religiosos, a cultura local se expressa por meio de manifestações folclóricas culturais, como o grupo folclórico Pretinhos, Cordões de Pássaros e as tradicionais danças de boi que compõem as brincadeiras da quadra junina.

As imagens 31 a 36 apresentam alguns desses eventos religiosos no município.

Figura 31 - Círio de N. Senhora da Conceição 2019



Fonte: Facebook Taissa Corrêa Fotografias

Figura 32 - Festividade de São Benedito 2023



Fonte: Facebook Paróquia N S da Conceição

Figura 33 - Procissão de N.Sª das Graças - Jutaizinho



Fonte: Facebook Ns das Graças Jutaizinho

Figura 34 -Festividade de São João Batista - Peri Meri



Fonte: Facebook São João Batista

Figura 35- Festividade de Stª Maria na Faustina



Fonte: Facebook Vila Faustina

Figura 36 - Procissão Católica



Fonte: Facebook Paróquia Nª Senhora da Conceição

O município também celebra festivais locais, como o Festival do Caranguejo, que ocorre no mês de julho, e as programações em balneários localizados nas comunidades, além da tradicional “Festividade de Carimbó de São Benedito”. Esta última é a principal manifestação cultural de caráter religioso e popular em Santarém Novo e acontece no período de 20 a 31 de dezembro (FAPESPA, 2022b).

A seguir, as figuras 37 a 42 apresentarão alguns dos eventos tradicionais do município, bem como algumas das manifestações que compõem a arte, a folia, a música, o festejo e o imaginário, os quais refletem na identidade e expressão cultural da população.

Figura 37 - Festival do Caranguejo 2022



Fonte: Facebook Portal de Santarém Novo

Figura 38 - Verão das Águas 2022 em Peri Meri



Fonte: Facebook Portal de Santarém Novo

Figura 39 - Verão das Águas 2022 -Jutaí Grande



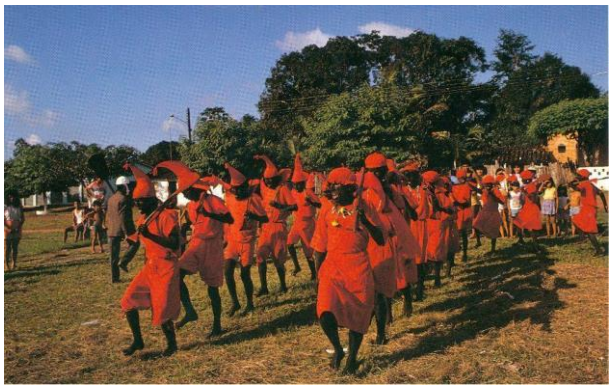
Fonte: Facebook Portal de Santarém Novo

Figura 40 - Cordão de Pássaros Ave do Paraíso



Fonte: Acervo Anderson Loureiro

Figura 41 - Grupo folclórico "Os Pretinhos"



Fonte: Blog terra brasileira

Figura 42 – Cortejo do "Boi Malhadinho"



Fonte: Facebook Boi Malhadinho - Santarém Novo

O Tradicional Carimbó de São Benedito é realizado sob a coordenação da Irmandade de Carimbó de São Benedito, no barracão sede da irmandade. A festa tem início em 21 de dezembro com uma alvorada às cinco horas da manhã na casa do festeiro e, à tarde, realiza-se o ritual de levantamento do mastro. Durante esse ritual, as ruas da cidade são percorridas ao por um cortejo ao Mastro de São Benedito ao som de cantigas de carimbó, encerrando na sede da irmandade, onde a bandeira do Santo é hasteada.

De acordo com Isaac Loureiro (2019), o Mastro é um dos elementos ritualísticos

fundamentais na tradição do carimbó de São Benedito, simbolizando a conexão entre o aspecto lúdico e o sagrado e que representa o compromisso e a devoção ao padroeiro, bem como simboliza as distintas relações estabelecidas com Santo, como descreve no trecho postado nas redes sociais (*Facebook*) do Grupo de Carimbó da Irmandade, “Os Quentes da Madrugada”:

> No contexto das festas de carimbó da Irmandade de São Benedito em Santarém Novo, o Mastro é outro elemento ritual essencial à nossa tradição. Feito do tronco de árvore bem alta e reta colhida nas matas dos arredores e ornamentado com folhagens de palmeiras, frutas, plantas e cipós, o mastro é preparado pelo festeiro e promesseiro do dia 21 de dezembro, cujo cargo na festa é de Juiz do Mastro e da Bandeira, uma honraria que é reservada aos devotos que tem promessas a pagar ao Glorioso São Benedito (…) A Levantação do Mastro revela e afirma assim essa profunda conexão entre o lúdico e o sagrado na tradição do Carimbó de São Benedito, presente em todos os outros aspectos que envolvem essa festa ancestral. Para a Irmandade e seus membros o mastro simboliza esse compromisso assumido com o Padroeiro através da promessa de realizar sua festa. É símbolo também da relação direta e pessoal que cada devoto estabelece com o Santo, canal de comunicação com o divino por onde flui a súplica, o pedido, a gratidão e a devoção (...) (Loureiro, 2019).

A seguir, as imagens 43 a 62, demonstram alguns dos elementos ritualísticos que fazem parte desta manifestação religiosa e cultural, demonstrando a riqueza de elementos que compõem a tradicional festividade de carimbó da Irmandade de São Benedito.

Figura 43 - Local de confecção do mastro



Fonte*: Facebook* Portal Santarém Novo

Figura 44 - Detalhes da ornamentação do mastro



Fonte: *Facebook* Portal Santarém Novo

Figura 45- Bandeira do Juiz do Mastro de 2022



Fonte: Facebook Portal Santarém Novo

Figura 46- Cortejo ao Mastro pelas ruas da cidade



Fonte: Facebook Portal Santarém Novo

Figura 47- Chegada no Barracão da Irmandade



Fonte: Facebook Portal Santarém Novo

Figura 48 - Ritual de levantação do mastro



Fonte: Facebook Portal Santarém Novo

Figura 49- Levantação do mastro ao som do carimbó



Fonte:Facebook Portal Santarém Novo

Figura 50 - Hasteamento do mastro ao Barracão



Fonte: Facebook Os quentes da madrugada

A celebração se estende por onze dias, com alvoradas nas casas dos “festeiros” do dia (o responsável pela organização da festa daquele dia), seguido por festas à noite no barracão da Irmandade, encerrando-se em 31 de dezembro. A festa, à noite, inicia com a abertura da dança pelo festeiro que em seguida abre o salão para o público, iniciando pela dança das crianças e tocado pelos grupos de carimbó mirim.

Após o encerramento da dança das crianças às 21:00h, dá-se prosseguimento ao festejo com o grupo de carimbó mais jovem “Nova Revelação”, criado pelo Mestre Ticó (mestre cantador de carimbó), que abre o salão para os adultos até a entrada oficial do Grupo veterano Os Quentes da Madrugada, a partir das 00:00h indo até as 05:00h, quando se inicia a alvorada na casa do próximo festeiro.

A importância de permitir que grupos mais jovens participem da tradição do carimbó, mesmo quando anteriormente era proibido, é destacada pelo mestre Ticó, nos trabalhos de Souza (2019), como sendo uma estratégia para preservar e revitalizar essa importante manifestação cultural. O Mestre Ticó acredita que ao trazer uma nova geração para o carimbó, está assegurando que a cultura permaneça viva e perene no município, sendo a transmissão de conhecimentos fundamental para garantir a autenticidade da tradição ao longo do tempo.

Durante todo o período festivo, uma variedade de comidas e bebidas típicas são oferecidas gratuitamente à comunidade, especialmente o beiju-chica e gengibirra. A gengibirra é uma bebida tradicional, feita à base de cachaça e batida com gengibre, adoçada com mel ou açúcar que é distribuída gratuitamente a noite toda.

Além das festividades noturnas, são rezadas ladainhas ao Santo na capela de São Sebastião, onde também permanece a imagem de São Benedito, por não se ter na cidade um santuário dedicado a ele.

As figuras 51 a 60, na sequência, demonstram algumas dessas tradições e ritualísticas.

Figura 51- Alvorada de carimbó



Fonte: Taissa Corrêa Fotografias

Figura 52 - Alvorada na casa do festeiro



Fonte: Acervo de Isaac Loureiro

Figura 53 - Mesa de café da manhã do festeiro



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 54 - Ladainha à São Benedito



Fonte: Arquivo de Pierre Azevedo, 2017

Figura 55 - Dança de carimbó das crianças



Fonte: Facebook Os Quentinhos da Madrugada

Figura 56 - Grupo Nova Revelação do Mestre Ticó



Fonte: Pagina do Facebook Mestre Ticó

Figura 57- Tradicional dança do Peru às 00:00h



Arquivo de Pierre Azevedo, 2017

Figura 58 - Dança de Carimbó no salão da irmandade



Arquivo de Pierre Azevedo, 2017

Figura 59- Ms. Dico-Boi no Tambor (*in memorian)*



Fonte: Facebook Os quentes da madrugada

Figura 60 – Grupo “Os quentes da Madrugada”



Fonte: Facebook Vali Ribeiro - 2014

Figura 61 - Bebida Tradicional da Festa (Gengibirra)



Fonte: Arquivos de Isaac Loureiro, 2013

Figura 62 - Beiju Chica



Fonte: Arquivos de Isaac Loureiro, 2017

No último dia, ocorre um evento denominado “piloro”, no qual são sorteados os juízes e festeiros para o próximo ano, após o sorteio, é realizado o ritual de derrubada do mastro e sua saída no cortejo de varrição do mastro, percorrendo a casa dos próximos festeiros sorteados no pelouro e entregue ao juiz do próximo ano.

Figura 63- Registro do Piloro no Barracão da Irmandade



Fonte: Os quentes da madrugada / Isaac Loureiro

Além destes eventos, é importante mencionar que a festa mantém uma tradição de trajes obrigatórios que são rigorosamente respeitados pelos devotos para participação na roda de carimbó, que consiste na vestimenta de paletó e gravata para os homens e saia longa e blusa de manga para as mulheres, revelando seu caráter inerente e peculiar, assim como as profundas conexões do Carimbó de São Benedito com a religiosidade e o sagrado, como descrito por Borgéa (2019).

> “Dança, música e culinária integram rituais que permanecem pela oralidade sob a maestria do grupo Os Quentes da Madrugada, formado por lavradores, pescadores e tiradores de caranguejo que utilizam instrumentos de fabricação própria produzidos artesanalmente pelos Mestres locais” (Bogea, 2019) .

As figuras 64 e 65, a seguir, destacam a produção artesanal dos instrumentos musicais, pelo mestre Sabá, que também é integrante do Grupo de carimbo “Os Quentes da Madrugada” e realiza oficinas de artesanato no município para produção de brinquedos, esculturas e outros artigos em madeira.

Figura 64- Produção de instrumentos - Mestre Sabá



Fonte:Arquivos de Isaac Loureiro - 2016

Figura 65- Artesanatos e instrumentos musicais - Sabá



Fonte: Facebook Artesão Sabá Almeida

O Carimbó no município, ao estar intrinsecamente ligado às celebrações do calendário religioso, como descrito por Salles (1971, *apud* Bogéa, 2019), os festejos do “Santo Preto” no mês de dezembro reafirmam “a identidade do povo carimbozeiro com as religiões de matriz africana, no sentido da sua própria fé, íntima e pessoal”.

Souza (2019), destaca em sua pesquisa a profunda interconexão entre cultura, religião, natureza e vida cotidiana dos mestres do carimbó de Santarém Novo, abordando a riqueza e a complexidade dessa comunidade cultural, destacando a cultura como elemento fundamental em seu estudo, uma vez que, conforme a autora, ela é uma parte intrínseca da vida dos narradores, permeando suas narrativas e suas vidas, principalmente através do carimbó.

A pesquisa de Souza (2019) observa que os mestres do carimbó de Santarém Novo transitam facilmente entre seu cotidiano e o contexto natural que os rodeia, seja no trabalho na roça, no barracão do carimbó ou em momentos de oração que são vistos como guardiões dessa cultura e expressam a necessidade de valorizar seus saberes. A religiosidade desempenha um papel importante em suas vidas, com uma forte ligação entre Deus e a natureza.

Conforme Bogéa (2019), a Irmandade de São Benedito de Santarém Novo, que teve

origem dentro da igreja católica no século XIX, tem congregado uma diversidade de membros da comunidade devido à devoção ao "Santo Preto", estabelecendo-se como um importante espaço coletivo para a afirmação da identidade e da fé.

4.1.3 Diagnóstico Municipal

Esta seção fornecerá uma análise das diferentes dimensões que compõem a realidade de Santarém Novo. Serão abordados elementos que influenciam o desenvolvimento do município, como aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos e financeiros, além de explorar de temas relacionados à estrutura institucional e indicadores de desenvolvimento, permitindo uma compreensão aprofundada do município e de seu contexto regional, tendo como propósito oferecer um retrato detalhado e informativo do *lócus* de pesquisa e servir como base para as análises subsequentes deste estudo.

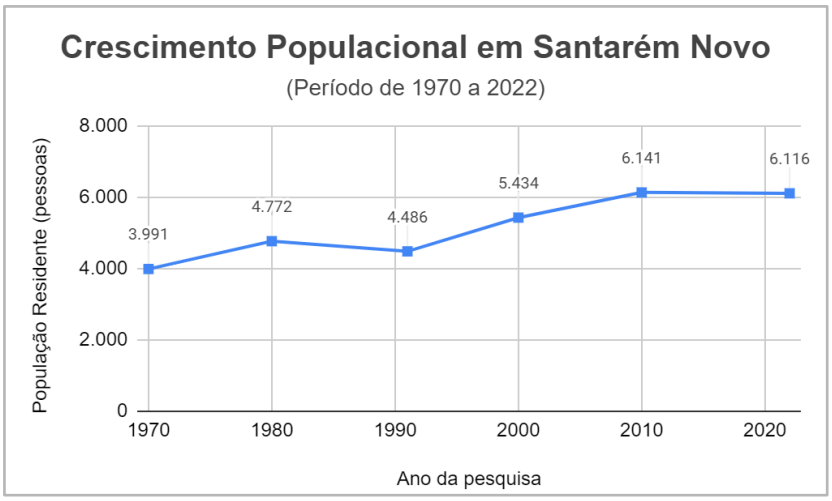
4.1.3.1 Situação Demográfica

No cenário atual, Santarém Novo abriga uma população de 6.116 habitantes, de acordo com os dados definitivos do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), com uma densidade demográfica baixa de aproximadamente 26,65 habitantes por quilômetro quadrado, em uma área territorial de 229,51 km². Esse número representa cerca de 0,075% da população total do estado do Pará, que possui cerca de 8.120.131 habitantes, estando entre os municípios menos populosos do estado, ocupando a 141ª posição dos 144 municípios que os compõem.

Ao analisar as tendências demográficas, observa-se que o município passou por mudanças significativas em seu padrão de crescimento, com um incremento líquido de 1970 a 2022 de 2.125 pessoas, passando de 3.991 do total de habitantes para 6.116, o que indica um crescimento baixo ao longo dessas décadas. No entanto, de 2010 a 2022, o município experimentou uma diminuição de 25 habitantes, refletindo uma taxa de crescimento geométrico anual negativa de -0,03% no período (IBGE, 2022).

O gráfico 1, a seguir, demonstra a evolução do crescimento populacional ocorrido no município entre os anos de 1970 e 2022, conforme registro nos Censos Demográficos.

Gráfico 1 - Crescimento Populacional em Santarém Novo no período de 1970 a 2022



Fonte: elaborado pela autora com dados do SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática / Censo 2022

Em comparação com outros municípios da Região Geográfica Imediata de Capanema, Santarém Novo possui o menor quantitativo populacional, dentre os 9 municípios que a compõem. Observa-se ainda que o crescimento populacional do município, no período de 2010 a 2022, ficou abaixo da média regional (1,32%), bem como contrasta com as taxas de crescimento estadual (0,57%) e nacional (0,52%), como demonstrado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - População Residente nos Municípios da Região Geográfica Imediata de Capanema (2010 - 2022)

Panorama da População Residente na Região Geográfica Imediata de Capanema						
Território	**População residente 2010**	**População residente 2022**	**Variação Absoluta da população residente 2010**	**Taxa de Crescimento Geométrico anual (%)**	**Densidade demográfica (Hab./ Km²)**	**Área da unidade territorial (Km²)**
Bonito	13.630	12.622	-1.008	-0,64	21,5	586,976
Capanema	63.639	70.394	6.755	0,84	113,27	621,483
Nova Timboteua	13.670	12.806	-864	-0,54	26,14	489,853
Peixe-Boi	7.854	8.285	431	0,45	18,4	450,224
Primavera	10.268	10.677	409	0,33	41,29	258,6
Quatipuru	12.411	11.524	-887	-0,62	38,04	302,939
Salinópolis	37.421	44.772	7.351	1,51	198	226,12
Santarém Novo	6.141	6.116	-25	-0,03	26,65	229,51
São João de Pirabas	20.647	20.689	42	0,02	30,95	668,434
Região Imediata	**185.681**	**197.885**	**12.204**	**1,32**	**51,61**	**3.834,139**
Pará	**7.581.051**	**8.120.131**	**539.080**	**0,57**	**6,52**	**1.245.870,704**
Brasil	**190.755.799**	**203.062.512**	**12.306.713**	**0,52**	**23,86**	**8.510.417,771**

Fonte: IBGE, SIDRA - Censo Demográfico 2022 e Censo 2010

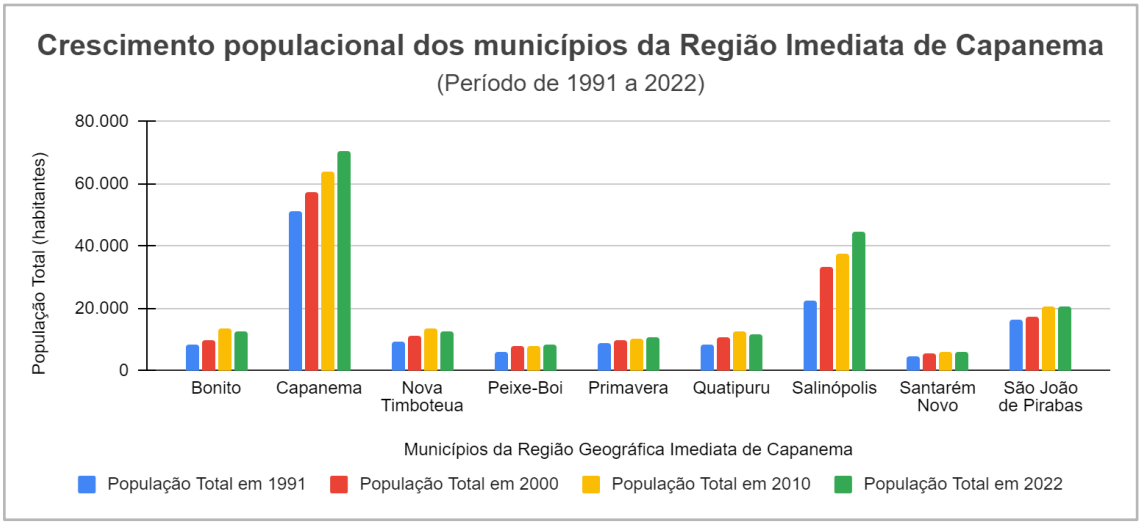
Ao comparar essas taxas de crescimento geométrico e as variações absolutas da população, é possível observar que Salinópolis se destaca como o município com o maior crescimento populacional na região, com um aumento de 1,51% na taxa de crescimento geométrica anual, maior que o dobro das médias estadual e nacional, registrando um incremento de 7.351 habitantes em comparação à 2010.

Em contraste, Bonito, Nova Timboteua, Quatipuru e Santarém Novo enfrentam diminuição populacional, onde o município de Bonito foi o que teve o maior decréscimo em relação à população residente com 1.008 habitantes a menos que em 2010, o que representa uma taxa de crescimento negativa de -0,64. Esses números apontam para uma desaceleração populacional no município em relação às tendências regionais, com a Região Imediata de Capanema apresentando uma taxa de crescimento de 1,32%, o que pode indicar desafios em atrair e manter residentes.

Já Primavera e Peixe-Boi têm crescimentos modestos, enquanto São João de Pirabas apresenta um crescimento quase estável. Capanema, por sua vez, apresenta um crescimento constante, sendo o município mais populoso da região com registro de 70.394 habitantes no último Censo Demográfico de 2022, o que representa em termos percentuais 35,57% da população da Região Imediata de Capanema e juntamente com Salinópolis, possuem os maiores contingentes e densidades populacionais da região.

O gráfico 2, abaixo, representa em termos visuais a evolução populacional dos municípios da Região Geográfica Imediata de Capanema entre os anos de 1991 e 2022.

Gráfico 2 - Crescimento populacional dos municípios da Região Imediata de Capanema entre 1991 e 2022



Fonte: elaborado pela autora com dados do IBGE, SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

A análise da distribuição da população entre áreas urbana e rural de Santarém Novo revela uma tendência contínua de crescimento urbano e diminuição da população rural ao longo das décadas. Entre 1970 e 2022, a população urbana cresceu mais de 137%, passando de 804 para 1.909 habitantes, o que representa uma evolução de 20,15% do total da população em 1970 para 31,21% em 2022, com incremento líquido de 1.105 pessoas, indicando um processo gradual de urbanização possivelmente impulsionado pelo desenvolvimento de atividades econômicas urbanas.

Em contrapartida, a população rural, mesmo abrigando a maior concentração de habitantes e tendo aumentado de 3.187 para 4.207 habitantes de 1970 a 2022, resultando em um incremento líquido de 1.020 pessoas, apresenta em termos gerais, uma redução de aproximadamente 11% do percentual total da população que vivia em área rural do município no período analisado, diminuindo de 79,85% do total de habitantes em 1970 para 68,79% em 2022. A tabela 2, a seguir, apresenta o detalhamento do crescimento populacional no município classificada pelo sexo e situação domiciliar (urbano e rural) no período de 1970 a 2022, disponibilizados até o momento pelo IBGE.

Tabela 2 - Crescimento populacional por sexo e situação do domicílio em Santarém Novo (1970 a 2022)

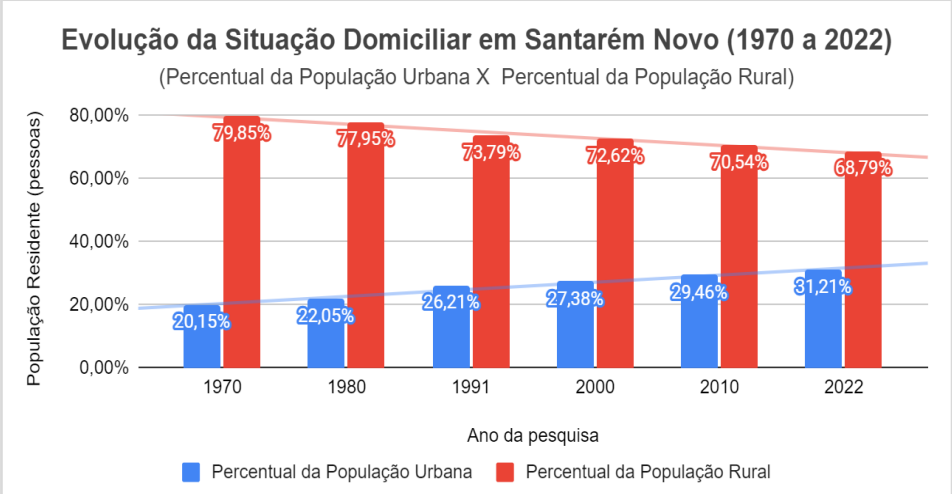
Crescimento Populacional em Santarém Novo por Sexo e Situação do domicílio (1970 a 2022)							
Ano	**População Residente** (Nº de Pessoas e % do Total)			**Urbano**		**Rural**	
				Total	%	Total	%
1970	**Total**	**3.991**	**100%**	**804**	**20,15%**	**3.187**	**79,85%**
	Homens	2.054	51,47%	405	10,15%	1.649	41,32%
	Mulheres	1.937	48,53%	399	10,00%	1.538	38,54%
1980	**Total**	**4.772**	**100%**	**1.052**	**22,05%**	**3.720**	**77,95%**
	Homens	2.465	51,66%	527	11,04%	1.938	40,61%
	Mulheres	2.307	48,34%	525	11,00%	1.782	37,34%
1991	**Total**	**4.486**	**100%**	**1.176**	**26,21%**	**3.310**	**73,79%**
	Homens	2.349	52,36%	640	14,27%	1.709	38,10%
	Mulheres	2.137	47,64%	536	11,95%	1.601	35,69%
2000	**Total**	**5.434**	**100%**	**1.488**	**27,38%**	**3.946**	**72,62%**
	Homens	2.920	53,74%	806	14,83%	2.114	38,90%
	Mulheres	2.514	46,26%	682	12,55%	1.832	33,71%
2010	**Total**	**6.141**	**100%**	**1.809**	**29,46%**	**4.332**	**70,54%**
	Homens	3.211	52,29%	921	15,00%	2.290	37,29%

	Mulheres	2.930	47,71%	888	14,46%	2.042	33,25%
	Total	**6.116**	**100%**	**1.909**	**31,21%**	**4.207**	**68,79%**
2022	Homens	3.205	52,40%	-	-	-	-
	Mulheres	2.911	47,60%	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIDRA / Censo 2022 - Dados Preliminares

O gráfico 3, a seguir, demonstra essa tendência de crescimento contínuo da população residente na área urbana em comparação com o declínio populacional na área rural em termos percentuais ao longo do período de 1970 a 2022.

Gráfico 3 - Evolução da Situação Domiciliar Urbana X Rural do município de Santarém Novo



Fonte: elaborado pela autora com dados do SIDRA / Censo 2022 Dados Preliminares

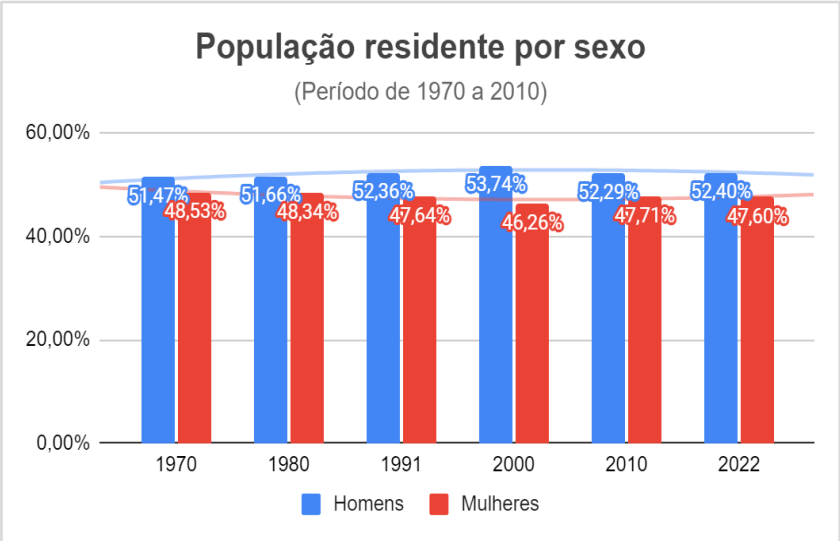
A análise da distribuição da população por sexo ao longo das décadas de 1970 a 2022 em Santarém Novo revela que, durante esse período, houve uma predominância modesta da população masculina em relação à feminina. Até o ano 2000, observou-se um aumento contínuo da população masculina, enquanto a população feminina apresentava uma diminuição gradual.

Uma mudança em relação a essa tendência é observada em 2010, onde a predominância anteriormente observada dos homens foi ligeiramente atenuada. Durante esse período o crescimento percentual dos homens sofreu uma leve diminuição, enquanto que o da população feminina apresentou um aumento de 1,45% em comparação a 2000.

No contexto atual, os dados mais recentes sobre a dinâmica populacional fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2022, indicam que a população masculina é composta por 3.205 pessoas, enquanto a população feminina é composta por 2.911 pessoas.

O gráfico 4, apresenta uma visualização mais clara dessas tendências, demonstrando as proporções da população masculina e feminina na composição demográfica municipal, ao longo das décadas de 70 a 2022.

Gráfico 4 - Crescimento da população residente por sexo no período de 1970 a 2022



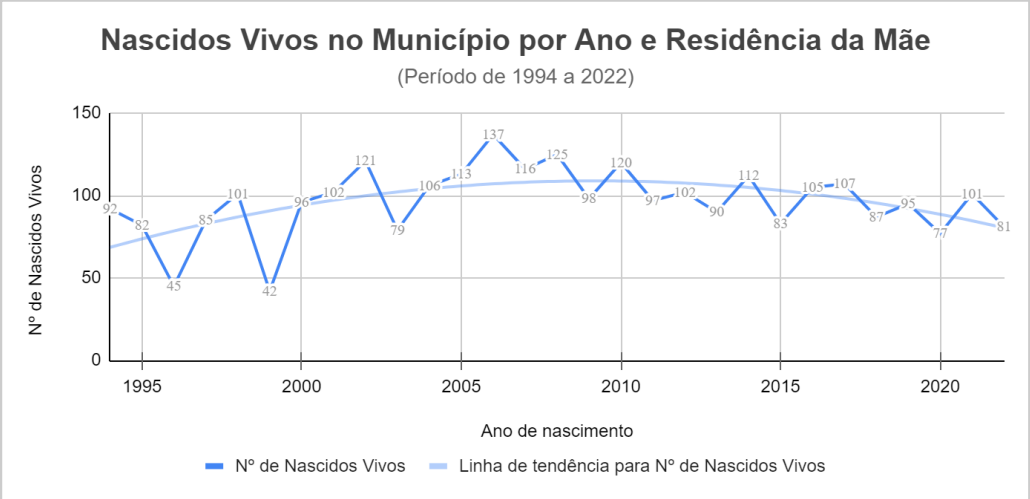
Fonte: Elaborado pela autora com dados do SIDRA / Censo 2022

Outro aspecto importante a ser considerado na análise da dinâmica populacional de Santarém Novo é o número de nascidos vivos registrados no município. Observa-se que, ao longo dos anos de 1994 a 2022, apesar das flutuações, esse indicador manteve-se relativamente estável, com variações pontuais em alguns anos.

Durante a década de 1990 e meados dos anos 2000, o município experimentou flutuações significativas no número de nascidos vivos, com pontos baixos na década de 90, onde foram registrados apenas 42 nascimentos em 1999 e picos maiores entre os anos de 2005 e 2010, chegando a registrar 137 nascimentos em 2006, sendo percebido um aumento notável no número de nascidos vivos nesse período, obtendo média de 110 nascimentos entre de 2000 e 2010.

Analisando a segunda metade do período, a partir de 2011, observa-se que, durante essa fase houve uma estabilidade geral no número de nascimentos, com algumas flutuações anuais, mas sem picos tão elevados como os observados na década de 2000, mantendo uma média em torno de 94,75 nascimentos por ano durante os anos de 2011 a 2022, como demonstra o gráfico 5, abaixo.

Gráfico 5 - Nascidos Vivos em Santarém Novo por ano e residência da mãe



Fonte: Elaborado pela autora com dados provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

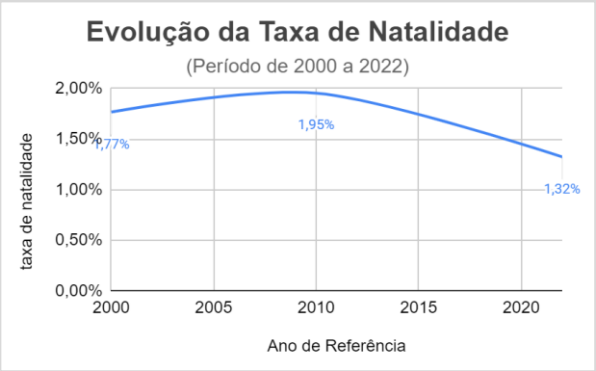
A diminuição nas flutuações e picos de nascimentos pode indicar uma maior consistência nas condições de saúde materna e infantil, bem como acesso a serviços de saúde mais estáveis ao longo desses anos. Entretanto, mesmo com a estabilidade no número de nascimentos, percebe-se que há uma tendência de queda gradual na taxa de natalidade nas últimas décadas.

Em 2000, a taxa de natalidade do município estava em 1,77%, aumentando para 1,95% em 2010 e, subsequentemente, reduzindo para 1,32% em 2022. Paralelamente, a taxa de fecundidade diminuiu de 7,23 em 1991 para 3,31 filhos por mulher em 2010, mantendo-se com uma média de 1,33 filhos por mulher em 2020, de acordo com dados da Fapespa (2022a).

Em comparação às médias estadual e nacional, o município apresenta atualmente uma taxa de fecundidade ligeiramente inferior, uma vez que nesse mesmo período a média para o Brasil era de 1,61 filhos por mulher e o estado do Pará de 1,71 filhos por mulher segundo dados da Fapespa (2022a). Essa tendência sugere uma diminuição na proporção de nascimentos em relação à população total, o que pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo urbanização, acesso a métodos contraceptivos e mudanças nas dinâmicas familiares.

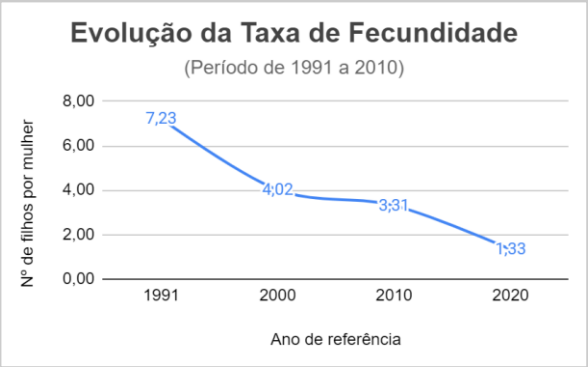
A evolução da taxa de natalidade, bem como da taxa de fecundidade do município está ilustrada nos Gráficos 6 e 7, abaixo.

Gráfico 6 -Evolução da Taxa de Natalidade



Fonte: Elaborado a partir dos dados de Nascimento e população – SISNAC/IBGE

Gráfico 7 - Evolução da Taxa de Fecundidade



Fonte: Elaborado a partir dos dados de Nascimento e população – SISNAC/IBGE

A queda na taxa de fecundidade está alinhada com uma tendência global de redução das taxas de natalidade à medida que as sociedades urbanizam e as famílias optam por ter menos filhos. Essas mudanças têm implicações significativas para o crescimento populacional futuro de Santarém Novo, uma vez que a diminuição na taxa de natalidade pode resultar em um crescimento populacional mais lento, com a população em idade reprodutiva diminuindo e as famílias optando por ter menos filhos.

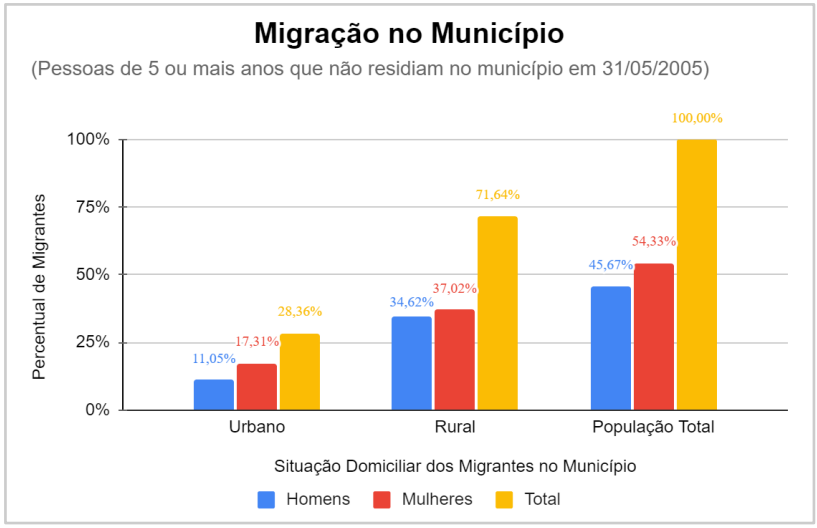
Embora o número de nascimentos ainda seja uma fonte de crescimento, as análises na diminuição na taxa de natalidade sugerem que a sua contribuição pode ser menos significativa em comparação com a migração, que trouxe um número considerável de novos residentes para a cidade, conforme evidenciado pelos dados de migração no ano de 2010, apresentados em números absolutos pela tabela 3 e em termos percentuais pelo gráfico 8, a baixo.

Tabela 3 - Migração no Município - 2010

Migração (Pessoas de 5 ou mais anos que não residiam no município em 31/05/2005)						
Migrantes (2010)			**Homens**		**Mulheres**	
Situação	**Total**	**%**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
Urbano	154	28,36%	60	11,05%	94	17,31%
Rural	389	71,64%	188	34,62%	201	37,02%
População Total	**543**	**100,00%**	**248**	**45,67%**	**295**	**54,33%**

Fonte: Censo Demográfico 2010

Gráfico 8 - Migração no município por situação domiciliar (urbano x rural)

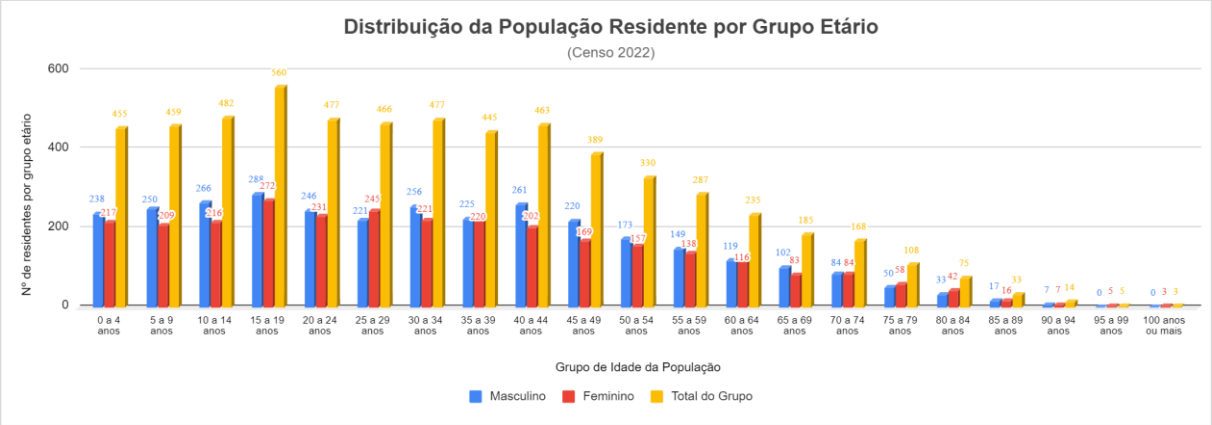


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Conforme os dados, percebe-se que o maior volume de migração se deu para a área rural do município, com maior presença de mulheres de uma forma geral tanto no rural quanto no urbano. O que pode explicar a mudança no padrão de crescimento da população em relação à distribuição por sexo, resultando no aumento do percentual de mulheres residentes na contagem de 2010. Assim, com base nos dados disponíveis, a migração parece ser o fator mais influente no crescimento populacional de Santarém Novo nos últimos anos.

A análise da estrutura etária da população de Santarém Novo, com base nos dados atuais de 2022, revela importantes mudanças na distribuição por grupo etário em comparação com o cenário de 2010. A distribuição da população em 2022 revela um perfil demográfico caracterizado por uma base ampla de população jovem, especialmente na faixa de 0 a 19 anos, com um total de 1.956 indivíduos, como demonstra o gráfico 9, subsequente.

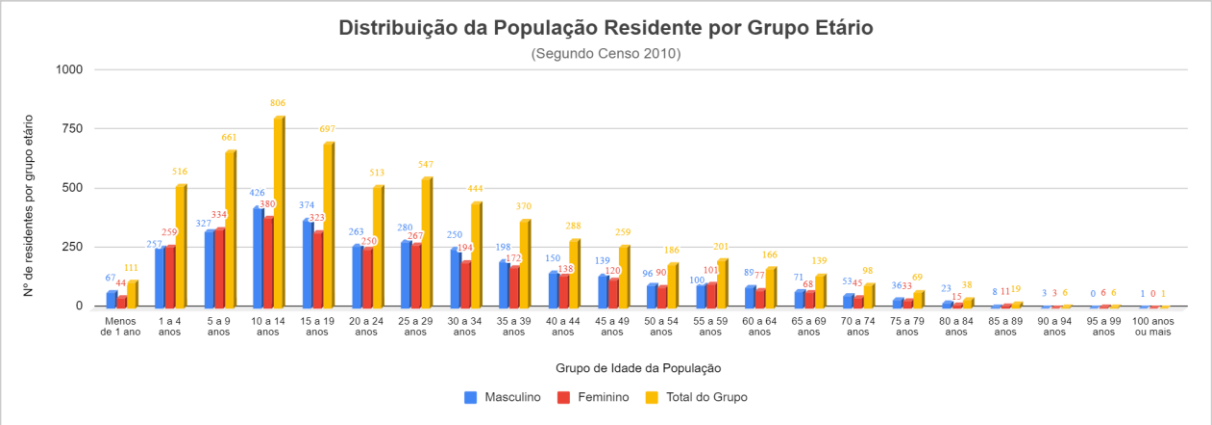
Gráfico 9- Distribuição da População Residente por Grupo Etário (Censo 2022)



Fonte: IBGE, Censo 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo

Isso sugere uma população relativamente jovem em comparação com grupos etários mais avançados, entretanto, o conjunto dos grupos apresenta uma população numericamente menor do que a registrada em 2010 que totaliza 2.791 indivíduos nessa faixa, conforme observado no gráfico 10, subsequente.

Gráfico 10 - Distribuição da População Residente por Grupo Etário (Censo 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em 2010, a soma dos grupos de menos de 1 ano e de 1 a 4 anos totalizava 627 crianças, enquanto em 2022, o grupo de 0 a 4 anos atinge um total de 455 crianças. Esse declínio na população infantil é uma das características marcantes da transição demográfica em curso no município.

A partir dos 20 anos, observa-se uma estabilização na distribuição da população, com uma proporção razoável de adultos e pessoas em idade economicamente ativa, especialmente dos grupos etários no intervalo de 20 a 59 anos, que corresponde a 54,51% da população total, superando consideravelmente a proporção de indivíduos que compunham essa faixa em 2010, (45,73%). Isso denota um potencial significativo de mão-de-obra disponível para a força de trabalho do município, que por sua vez, pode contribuir para o crescimento da economia local e a geração de renda para os residentes.

Já a população idosa atual é numericamente menor em relação às demais frações etárias, especialmente nos grupos acima dos 60 anos. Contudo, à medida que se avança na análise das demais porções, observa-se o alongamento nas faixas etárias mais avançadas, com aumento notável do número de pessoas registradas em comparação à década anterior.

Assim, fica evidente a transição demográfica que o município está vivenciando, podendo-se inferir que o município passa por um processo de envelhecimento populacional

progressivo, reforçado pelo índice de envelhecimento de 42,34 indivíduos com 65 anos ou mais para cada 100 com até 14 anos, conforme os indicadores do Censo 2022, superando a média estadual que corresponde a 29,58, o que pode ser reflexo de diversos fatores, como a melhoria das condições de saúde, aumento da expectativa de vida, diminuição na taxa de natalidade e até mesmo migrações.

Além disso, a observação da pirâmide etária revela uma proporção relativamente equilibrada entre os sexos em grupos etários mais jovens, com uma leve inclinação em direção a uma predominância masculina nos grupos mais jovens e predominância feminina nos grupos etários mais avançados. Essa observação pode apontar diferenças na expectativa de vida entre homens e mulheres, bem como possíveis influências socioeconômicas e culturais na saúde e no bem-estar dos diferentes grupos demográficos.

Depreende-se que, o envelhecimento da população e a diminuição do número de crianças podem ter implicações para o desenvolvimento social e econômico do município. Com menos jovens em idade ativa e mais idosos, o mercado de trabalho e a demanda por serviços de saúde e bem-estar podem mudar, exigindo uma adaptação da economia local, bem como no planejamento de políticas e de estratégias apropriadas que capacitem e promovam a empregabilidade, garantindo o atendimento das demandas fundamentais de cada faixa etária e o desenvolvimento socioeconômico sustentável do município.

No que tange à distribuição geográfica da população no município, os setores censitários do município com maior percentual populacional, além dos dois setores urbanos, que em conjunto, abrangem cerca de 31,21% da população total residente, estão os setores dos que correspondem ao povoado de São João de Peri Meri em conjunto com Bom Jesus, totalizando 12,52% da população e Santo Antônio dos Trombetas, com 11%.

Na sequência, tem-se o setor que compreendem a grande área rural (exclusive aglomerados) das comunidades de Fortaleza, Faustina, Clemente, Areal, Brasilzinho e parte de outras comunidades (9,04%), depois pelos dois setores que somados compõem a comunidade de Jutaizinho (8,49%) e a vila de Pedrinhas (6,07%), conforme apresentado na tabela, 4, abaixo:

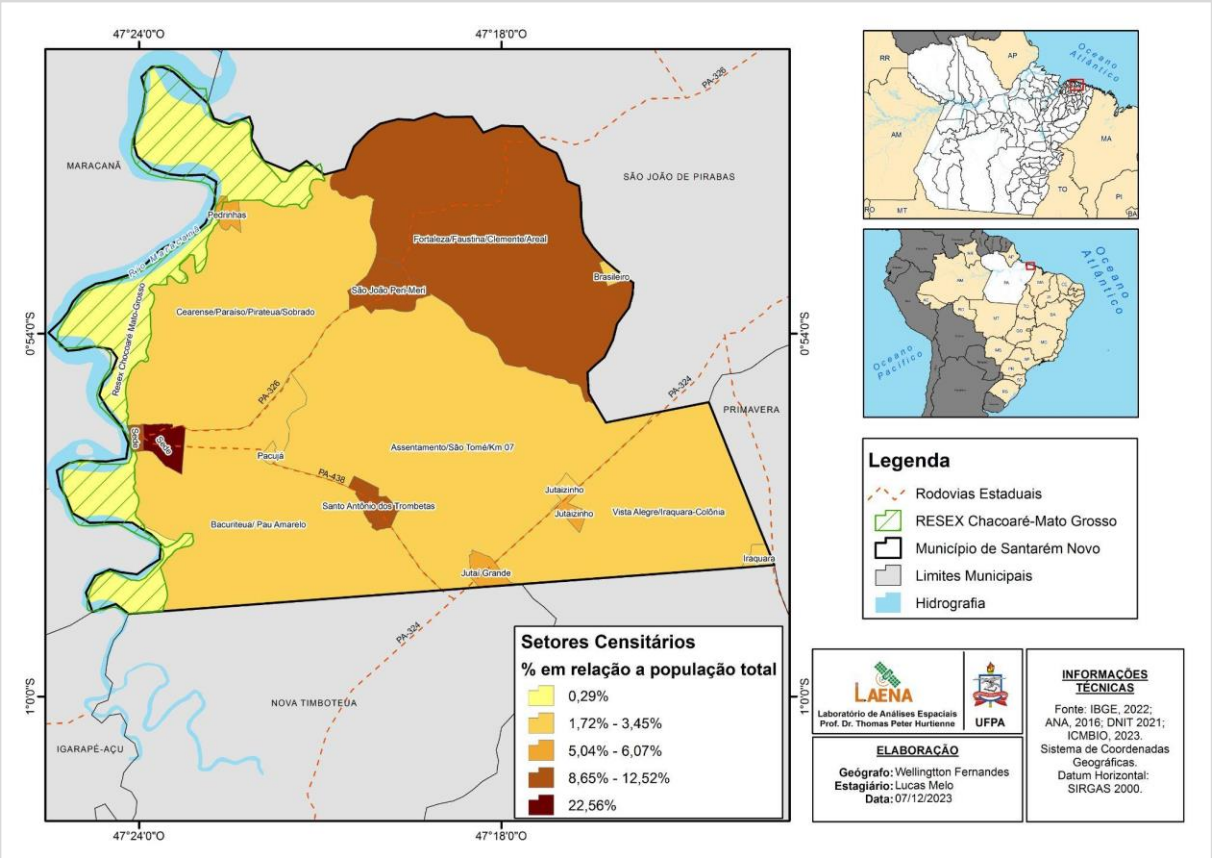
Tabela 4 - Classificação dos setores Censitários e Habitantes por setor Censitário (2022)

Classificação dos setores Censitários e Habitantes por setor Censitário (2022)						
Setor	**Localidade**	**Categorização do espaço (Natureza da situação)**	**Tipologia geográfica**	**Área de ocupação (Estrutura territorial)**	**Nº de Pessoas**	**% em relação ao total**
1	Sede	Área urbana	AUADE	Urbana	529	8,65%
9	Sede	Área urbana	AUADE	Urbana	1.380	22,56%
6	Stº Antônio	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	673	11,00%
3	São João Peri-Meri/Bom Jesus	Área Rural	Povoado	Agl. Rural	766	12,52%
8	Resex Chocoaré Mato-Grosso	Área Rural	Área Rural	UC: Resex	18	0,29%
10	Jutaizinho	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	211	3,45%
11	Jutaizinho	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	308	5,04%
13	Pedrinhas	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	371	6,07%
14	Pirateua/Paraíso/Cearense	Área Rural	Área Rural	Excl. Aglom.	179	2,93%
15	Bacuriteua/ Pau Amarelo	Área Rural	Área Rural	Excl. Aglom.	138	2,26%
16	Pacujá	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	192	3,14%
17	Assentamento/São Tomé	Área Rural	Área Rural	Excl. Aglom.	116	1,90%
18	Jutaí Grande	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	315	5,15%
19	Vista Alegre/Iraquara Colônia	Área Rural	Área Rural	Excl. Aglom.	105	1,72%
20	Iraquara	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	126	2,06%
21	Fortaleza/Faustina/Clemente/ Areal/Brasilzinho	Área Rural	Área Rural	Excl. Aglom.	553	9,04%
22	Brasileiro	Área Rural	Povoado	Aglom. Rural	136	2,22%
				Total da População Residente no Município	**6.116**	**100,00%**
				Total da População Residentes na Área Urbana	1.909	31,21%
				Total da População Residente em Aglomerados Rurais	3.098	50,65%
				Total da População residente em Áreas Rurais (exclusive aglomerados)	1.109	18,13%
				Total da População em Áreas Rurais	4.207	68,79%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de experiência em campo durante o Censo 2022

A figura 66, a seguir elucida essas proporções no mapa demográfico, apresentando o percentual populacional correspondente a cada um dos setores censitários.

Figura 66 - Percentual da população residente em Santarém Novo por setor censitário



Fonte: Produzido pelo LAENA/UFPA

As informações sobre a natureza da situação domiciliar (área urbana ou rural) estão categorizadas conforme as classificações adotadas pelo IBGE para a definição dos setores censitários, bem como a tipologia geográfica e estrutura territorial da área de ocupação, presente nos descritivos setoriais de cada um dos setores que compõem o município. Já os quantitativos populacionais, bem como a representação percentual, estão baseados em observações de campo a partir de experiências vivenciadas durante o Censo 2022.

4.1.3.2. Principais Atividades Econômicas

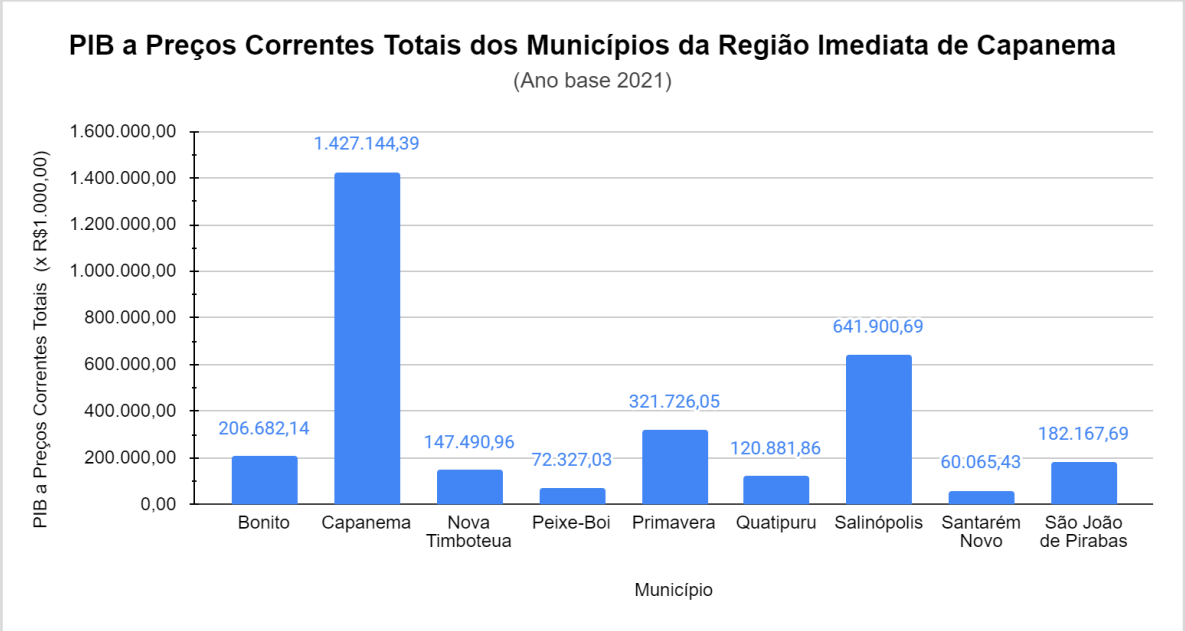
4.1.3.2.1 Produto Interno Bruto a preços correntes e PIB per capita

O estudo da economia de Santarém Novo, destaca-se por uma série de particularidades. De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, ao longo da última década, a economia da municipal experimentou um crescimento gradual, embora limitado. A análise do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e do PIB *per capita* ao longo do período de 2010 a 2021 oferece dados significativos sobre o desenvolvimento econômico do município e sua posição relativa dentro da Região Imediata de Capanema e do Estado do Pará.

Em 2021, Santarém Novo registrou um PIB a preços correntes de R$60.065 milhões de reais, sendo o maior valor registrado no período, o que representa um crescimento de 17,58% em relação ao ano de 2020, e em comparação com o início do período em tela (2010), um crescimento de 146,83%. Essa cifra representa uma participação de 1,89% em relação ao PIB total da região imediata de Capanema para o ano de 2021. Entretanto, revela que Santarém Novo detém a menor economia dentre os nove municípios que a compõem, sendo também o um dos menores PIB's, entre os municípios do Estado, ocupando a 143º posição no ranking.

O gráfico 11, a seguir, apresenta o PIB dos municípios da região.

Gráfico 11 - PIB A preços correntes dos Municípios da Região Imediata de Capanema



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE-Cidades, 2021

Quando ampliamos a análise para o contexto estadual, Santarém Novo ocupa a penúltima posição em termos de PIB, entre os 144 municípios do Pará, o que em termos percentuais, representa uma contribuição de 0,02% do PIB a preços correntes do Estado.

A Tabela 5, elaborada a partir de dados obtidos da cobertura temporal do IBGE, presente no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), demonstra a evolução do PIB a preços correntes nos municípios da Região Imediata de Capanema ao longo dos anos de 2010 a 2021.

Tabela 5 - PIB a Preços Correntes na Região Imediata de Capanema no período de 2010 a 2021 (X Mil Reais)

PIB a Preços Correntes na Região Imediata de Capanema de 2010 a 2021 (X Mil Reais)

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Bonito	56.788	54.910	54.941	79.527	81.445	86.352	108.500	136.290	151.768	159.908	189.663	206.682
Capanema	601.464	670.998	671.582	828.515	914.174	958.387	985.323	967.493	1.027.331	1.106.990	1.227.086	1.427.144
Nova Timboteua	56.296	65.563	75.151	90.210	95.587	100.631	114.442	122.891	118.687	115.806	143.695	147.491
Peixe-Boi	28.106	32.750	37.343	64.775	41.753	48.552	60.462	52.915	55.061	53.683	65.723	72.327
Primavera	34.879	39.317	44.135	70.680	63.930	81.542	120.321	149.269	198.941	236.992	295.648	321.726
Quatipuru	43.000	50.848	55.967	71.116	70.659	75.765	84.625	90.640	97.467	99.904	111.202	120.882
Salinópolis	176.749	205.015	291.863	277.429	309.296	348.010	414.191	425.035	470.323	530.753	568.925	641.901
Santarém Novo	24.335	27.872	30.148	39.090	38.573	39.878	47.275	41.026	45.137	46.772	50.994	60.065
São João de Pirabas	74.769	85.850	94.878	121.857	127.633	131.343	146.869	158.977	164.333	168.796	180.043	182.168
Total na Região	**1.096.386**	**1.233.123**	**1.356.008**	**1.643.199**	**1.743.050**	**1.870.460**	**1.870.460**	**2.144.536**	**2.329.048**	**2.519.604**	**2.832.979**	**3.180.386**

Fonte: SIDRA/IBGE – adaptado pela autora

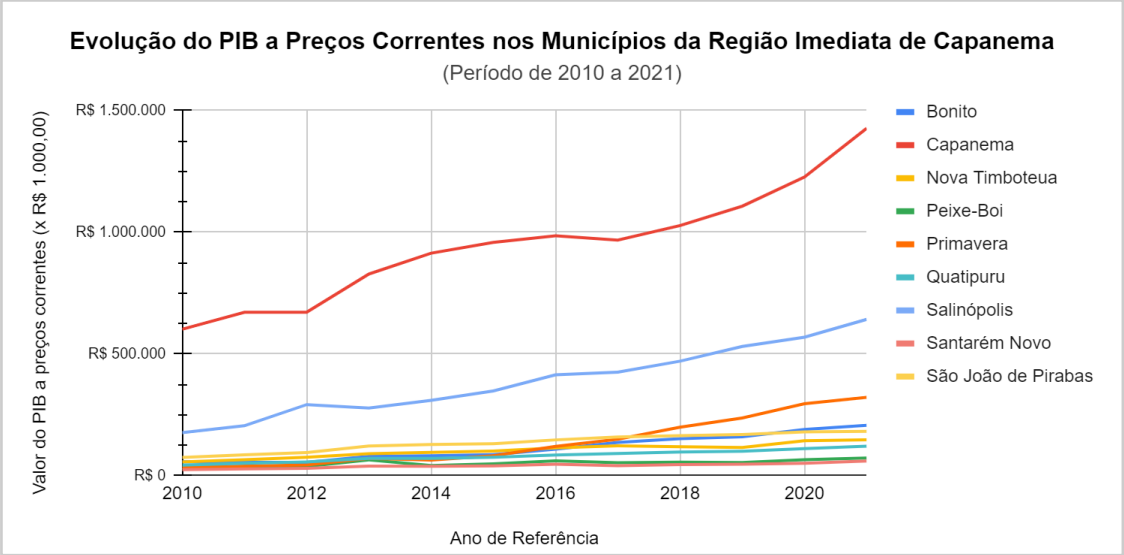
No conjunto dos municípios, a Região Imediata de Capanema é responsável por 1,47% da contribuição total do PIB a preços correntes do Estado do Pará. Considerando o desempenho econômico de cada um dos municípios e das suas respectivas contribuições para o cenário econômico regional, nota-se que as maiores contribuições expressamente vêm dos municípios de Capanema e Salinópolis. Destaca-se também o expressivo crescimento econômico de Primavera que ao longo da última década teve um aumento de mais de nove vezes o montante obtido no início de 2010, refletindo em um potencial significativo para o desenvolvimento regional.

Esses três municípios, em conjunto, somaram em 2021 cerca de 75,17% do PIB a preços correntes da Região, sendo a participação de Capanema a mais relevante com 44,87% do total da regional, seguida por Salinópolis (20,18%) e Primavera (10,12%).

Em contraste, Santarém Novo, Peixe-Boi e Quatipuru, são os municípios que menos contribuíram para composição do PIB (a preços correntes) na região durante o recorte temporal analisado, tendo suas participações registradas, respectivamente, em 1,89%, 2,27% e 3,80% do PIB regional em 2021.

O gráfico 12, abaixo, ilustra a evolução do PIB regional entre os anos de 2010 e 2021.

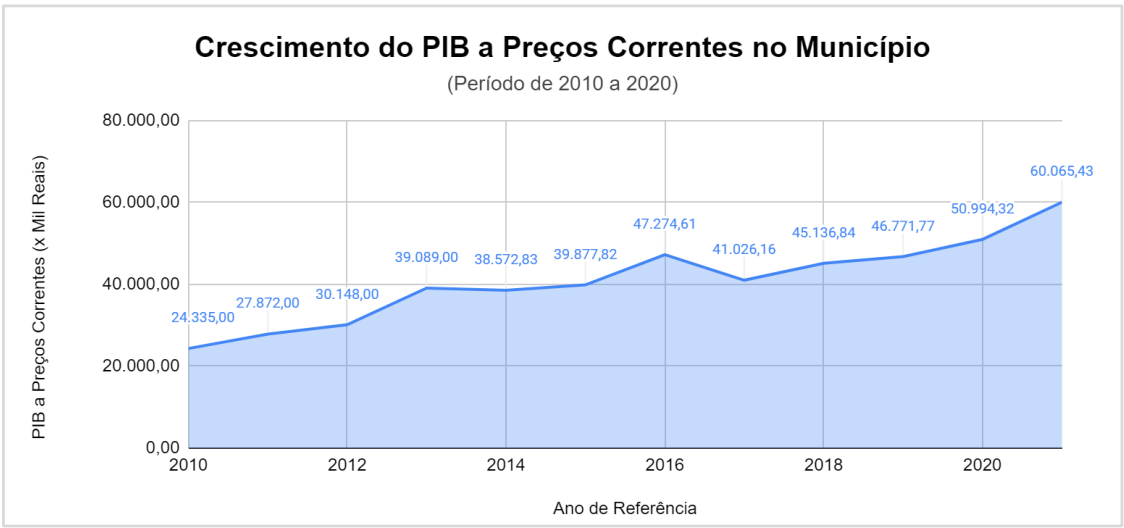
Gráfico 12 - Evolução do PIB a preços correntes nos municípios da Região Imediata de Capanema (2010 a 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados abertos do SIDRA

Em uma análise mais detalhada para o município de Santarém Novo, percebe-se que, apesar de um aumento constante no valor do PIB (a preços correntes), ele ocorreu a uma taxa gradual, passando por fases de alto crescimento e seguidas por momentos de estagnação e declínio, como pode ser observado nos anos de 2013 e 2016, respectivamente. Observa-se que em 2013 o crescimento do PIB (a preços correntes) em relação ao ano anterior é de 29,63% e no ano seguinte tem-se um retrocesso de -1,14% (2014). Essa tendência é percebida também em 2016, onde tem-se uma elevação no PIB de 18,22% em relação ao ano de 2015 e em seguida uma queda de 13,59% no ano de 2017, como expressa o gráfico 13, abaixo.

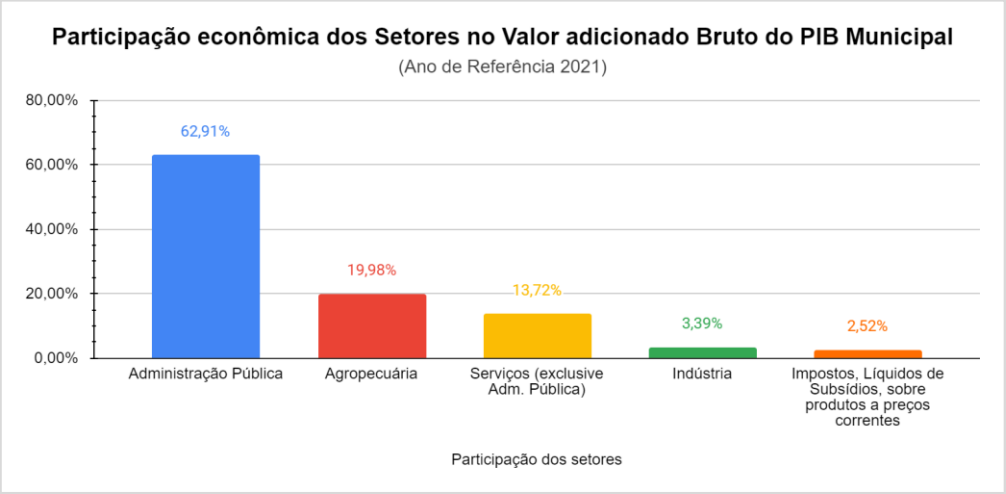
Gráfico 13 - Crescimento do PIB a preços correntes no município (2010 a 2020)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE em parceria com outros órgãos

No que concerne à composição do PIB Municipal, tendo como base o ano de 2021, observa-se que a estrutura da economia de Santarém Novo é notavelmente dominada pelo setor de Administração Pública, que contribui com cerca de 62,91% para a geração de valor adicionado do PIB municipal. Outras atividades, como a Agropecuária e Serviços (excluindo Administração Pública), desempenham papéis secundários, com participações de 19,98% e 13,72% respectivamente. A indústria, por sua vez, apresenta participação pequena de 3,39%. Já a participação dos Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre produtos a preços correntes somam-se a 2,52% do valor adicionado Bruto, como ilustrado no gráfico 14 abaixo.

Gráfico 14 - Participação econômica dos setores no Valor Adicionado Bruto do PIB Municipal



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/SIDRA

Esses resultados evidenciam desafios econômicos significativos para Santarém Novo, uma vez que a economia do município está altamente concentrada na Administração Pública, sugerindo uma forte dependência de recursos governamentais, o que pode representar vulnerabilidades em termos de diversificação econômica e resiliência em face de choques econômicos, o que reforça a importância de explorar novas oportunidades de crescimento e fortalecer a base econômica local. A alta concentração da Geração de Valor Adicionado nessa atividade para a composição do PIB municipal, também coloca Santarém Novo na lista dos dez municípios com maior dependência da Administração Pública do Estado, onde ocupa a sétima posição.

Por outro lado, os dados revelam que, sem levar em consideração a participação do setor público, o setor agropecuário é a atividade que mais gera valor ao município, representando uma parcela substancial da economia. Ao longo da última década, esse setor manteve um valor adicionado bruto relativamente constante, passando de R$ 5.530 milhões em 2010 para cerca

de R$ 11.704,76 milhões em 2021, refletindo um crescimento expressivo de 111,66% em comparação com o ano inicial, o que sugere uma certa dinamização do setor agrícola e pecuário. Focando no último triênio, o setor cresceu 69,12%. No último ano, de 2020 a 2021, esse crescimento foi de 18,11%.

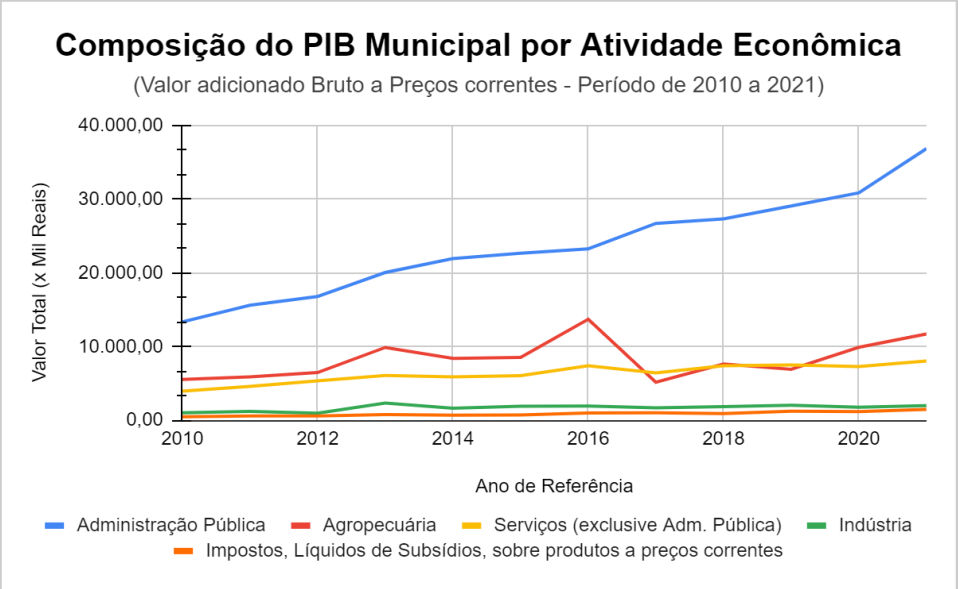
Em contrapartida, embora a estabilidade seja positiva em termos de manter uma base econômica sólida, também sugere que o município pode não estar aproveitando todo o seu potencial para crescimento econômico para o setor agrícola, o que possivelmente explica o cenário de declínio do percentual da população residente nas áreas rurais no decorrer das décadas de 1970 a 2020, como visto anteriormente, levando-os a migrar para outras áreas em busca de oportunidades de emprego.

Também pode-se pressupor que, o crescimento urbano em Santarém Novo está relacionado, em parte, às mudanças na estrutura econômica, com uma transição de uma economia predominantemente agrícola para uma economia mais diversificada, na qual o setor de serviços desempenha um papel crescente, passando de R$ 3.946 milhões em 2010 para R$8.038,07 milhões em 2021, representando uma participação de 13,38% de sua contribuição para o PIB. Essa mudança pode ser um indicativo do processo de urbanização e das oportunidades que o município oferece em suas áreas urbanas, embora também aponte para desafios em termos de desenvolvimento rural e qualidade de vida para a população que permanece no campo.

Em outra análise, percebe-se ainda o quanto as flutuações no valor adicionado ao setor agrícola e pecuário, refletem de uma maneira geral no PIB total do município, especialmente nos anos de 2013 e 2016, onde passaram por momentos de crescimento elevado, findando o ano seguinte em estagnação e declínio.

O gráfico 15, corroborado pelos dados da tabela 6, ambos, abaixo, apresentam com maior clareza a evolução da composição do PIB municipal (a preços correntes) por atividade econômica, no decorrer do período compreendido entre os anos de 2010 e 2021.

Gráfico 15 - Composição do PIB Municipal por Atividade Econômica ao longo de 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados abertos do IBGE em parceria com outros órgãos

Tabela 6 - Composição do PIB Municipal – Valor Adicionado Bruto a preços correntes por atividade Econômica entre o período de 2010 e 2021

Composição do PIB Municipal de Santarém Novo - Valor adicionado Bruto a Preços Correntes por Atividade Econômica entre 2010 e 2021 (R$ X 1.000)							
Ano	**Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social**	**Agropecuária**	**Serviços (exclusive o Setor Público)**	**Indústria**	**Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre produtos a preços correntes**	**Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes**	**Produto Interno Bruto a Preços Correntes Totais**
2010	13.343,00	5.530,00	3.946,00	1.027,00	489,00	23.846,00	24.335,00
2011	15.609,00	5.888,00	4.585,00	1.211,00	579,00	27.293,00	27.872,00
2012	16.795,00	6.473,00	5.344,00	957,00	579,00	29.569,00	30.148,00
2013	20.050,00	9.875,00	6.071,00	2.334,00	759,00	38.330,00	39.089,00
2014	21.951,46	8.400,54	5.899,33	1.643,18	678,32	37.894,51	38.572,83
2015	22.670,41	8.522,61	6.057,22	1.902,22	725,36	39.152,46	39.877,82
2016	23.261,14	13.698,98	7.389,85	1.937,84	986,80	46.287,81	47.274,61
2017	26.708,67	5.169,81	6.430,71	1.689,91	1.027,06	39.999,10	41.026,16
2018	27.317,81	7.641,00	7.404,90	1.853,93	919,20	44.217,64	45.136,84
2019	29.081,34	6.920,91	7.498,23	2.029,82	1.241,47	45.530,30	46.771,77
2020	30.868,20	9.909,69	7.284,03	1.765,36	1.167,04	49.827,28	50.994,32
2021	36.857,26	11.704,76	8.038,07	1.987,22	1.478,12	58.587,31	60.065,43

Fonte: Elaborado pela autora com dados provenientes do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No contexto regional, a atual composição do PIB a preços correntes na Região Imediata de Capanema revela uma diversificação econômica considerável entre os municípios que a compõem. A análise da tabela 7, demonstra com maior clareza os valores adicionados brutos por atividade econômica em cada um deles no ano base de 2021.

Tabela 7 - Composição do PIB dos Municípios da Região Imediata de Capanema por Setor Econômico (2021)

Composição do PIB dos Municípios da Região Imediata de Capanema por Setor Econômico (2021) - Valores adicionados Brutos a preço correntes (Mil Reais)							
Município	**Setor Público**	**Agropecuária**	**Serviços (exclusive Adm. Pública)**	**Indústria**	**Impostos, Líquidos de Subsídios sobre produtos a preços correntes**	**Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Totais**	**PIB a Preços Correntes Totais do Município**
Bonito	64.461,19	27.274,15	25.644,42	53.348,46	35.953,93	170.728,22	206.682,14
Capanema	275.714,13	144.330,75	669.848,32	131.428,88	205.822,31	1.221.322,08	1.427.144,39
Nova Timboteua	68.447,45	28.335,39	36.231,21	5.208,66	9.268,27	138.222,71	147.490,96
Peixe-Boi	37.028,70	19.299,56	11.433,99	2.304,04	2.260,74	70.066,29	72.327,03
Primavera	56.921,89	5.222,33	33.624,73	162.585,95	63.371,15	258.354,90	321.726,05
Quatipuru	60.981,36	37.132,45	16.689,73	3.066,03	3.012,28	117.869,57	120.881,86
Salinópolis	185.979,45	21.407,63	301.418,58	58.837,38	74.257,65	567.643,04	641.900,69
Santarém Novo	36.857,26	11.704,76	8.038,07	1.987,22	1.478,12	58.587,31	60.065,43
São João de Pirabas	103.200,46	31.753,39	33.056,89	6.669,50	7.487,45	174.680,24	182.167,69
Região Imediata	**956.559,58**	**326.460,41**	**1.135.985,94**	**425.436,12**	**402.911,90**	**2.844.442,05**	**3.247.353,95**
Estado do Pará	**39.736.143**	**24.296.591**	**64.743.381**	**111.321.133**	**22.807.731**	**262.904.979**	**240.097.248**

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

De acordo com os dados da tabela, tendo como referência o ano base de 2021, constata-se que as atividades referentes à administração pública, composta pelos serviços de administração, defesa, educação e saúde pública, bem como de seguridade social, possui uma participação significativa na estrutura produtiva da maioria dos municípios, especialmente em

Santarém Novo, onde apresenta a maior dependência econômica entre os municípios da região. A exceção fica por conta dos municípios de Capanema e Salinópolis, na qual apresentam maior desempenho econômico nos setores de serviços (exclusive atividades da administração, defesa e educação e saúde pública e seguridade social) com percentual de contribuição de 54,85% e 53,10% na geração de valor adicionado bruto, respectivamente, e do município de Primavera, que se destaca por sua predominância no setor industrial, com um percentual de participação de 62,93% do valor adicionado bruto no PIB municipal, configurando-se como um potencial de desenvolvimento industrial na região.

Em termos gerais, o setor de serviços é o principal contribuinte para o PIB total da região imediata de Capanema, totalizando um percentual de 39,94% de participação na economia regional. Essa predominância sugere uma crescente urbanização e a importância de atividades como comércio, serviços financeiros, turismo, hospitalidade, educação e saúde no cenário econômico local.

Embora a participação do setor agropecuário seja responsável por uma parte considerável na economia da maioria dos municípios da região, especialmente nos municípios menos populosos, como Quatipuru (31,50%), Peixe-Boi (27,54%) e Santarém Novo (19,98%), onde a atividade é a segunda maior geradora de valor adicionado bruto na composição do PIB municipal, percebe-se que o ele não é uniforme na região. Em alguns municípios como por exemplo, Bonito, São João de Pirabas e Nova Timboteua, ainda que o setor desempenhe um papel significativo na composição do PIB municipal, ele ocupa uma posição secundária em relação a outros setores como o de serviços e indústria.

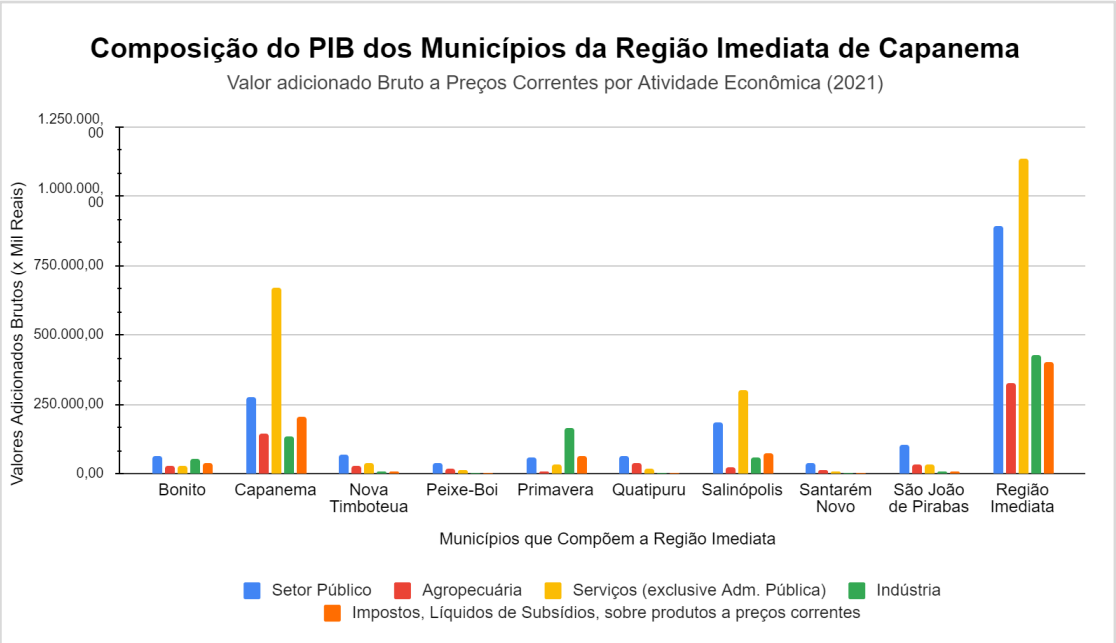
A parcela de impostos, líquidos de subsídios, é uma parte essencial da economia e das finanças públicas municipais e está intimamente relacionada ao tamanho de suas economias e à diversificação de atividades econômicas. Em municípios mais populosos e economicamente desenvolvidos, como Capanema (16,85%), Salinópolis (13,08%) e Bonito (21,06%) o valor adicionado de impostos e subsídios corresponde a uma parcela substancial do PIB total do município. Em Primavera, observa-se uma parcela mais acentuada deste indicador (24,53%) na economia municipal, que pode ser resultado de atividades econômicas específicas, como a produção de bens e serviços em cadeias produtivas estratégicas como da fabricação de cimento na indústria da transformação.

Municípios menores, como Santarém Novo, Quatipuru, Peixe-Boi, São João de Pirabas e Nova Timboteua, apresentam contribuições inferiores em termos de impostos e subsídios nas economias municipais e consequentemente na economia regional e estadual o que sugere uma

economia com menos atividades tributadas em comparação com os municípios maiores da região, indicando uma economia mais simples e um potencial limitado de arrecadação de impostos, sendo Santarém Novo o município que detém a menor contribuição de impostos (0,05%), entre os municípios da região e a segunda menor do estado (0,001%).

O gráfico 16, abaixo, demonstra de forma mais clara, em termos visuais, a distribuição dos valores adicionados brutos em relação à composição do PIB a preços correntes totais dos municípios e da região imediata.

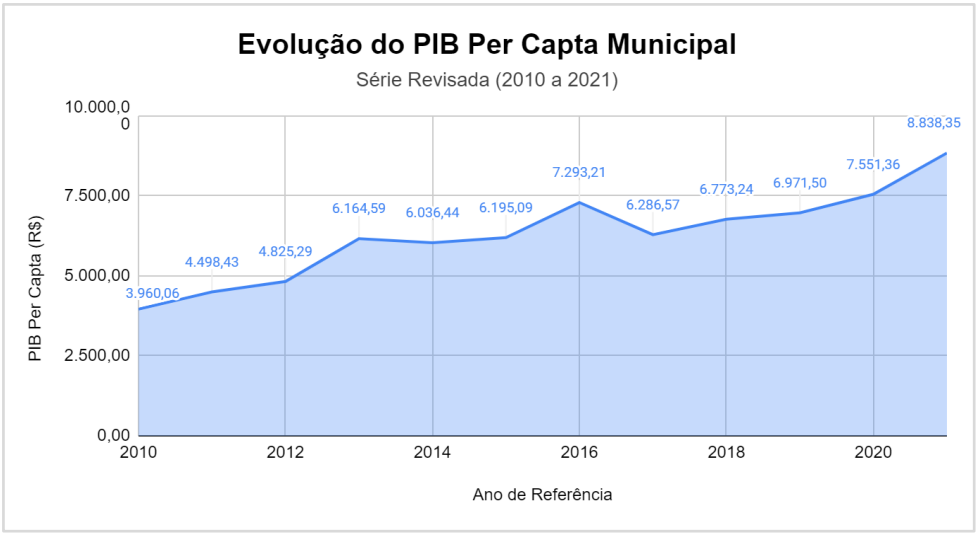
Gráfico 16 - Composição do PIB dos municípios da Região Imediata de Capanema



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE em parceria com outros órgãos

No que diz respeito à análise do PIB *per capita*, constata-se que ao longo da última década, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de Santarém Novo revela uma trajetória de crescimento gradual entre os anos de 2010 e 2021, embora com variações notáveis entre alguns anos, partindo de R$3.960,06 em 2010 para R$8.838,35 em 2021, sendo este o maior valor registrado no período. Como demonstra a evolução no gráfico 17, abaixo.

Gráfico 17 - Evolução do *PIB* per capita de Santarém Novo ao longo de 2010 a 2021



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE em parceria com outros órgãos

Até 2020, Santarém Novo se mantinha com o menor PIB *per capita* entre os municípios da região imediata de Capanema (R$7.551,36), situando-se também abaixo das médias estadual e nacional, ocupando a 140ª posição no ranking entre os 144 municípios do Pará e a 5405ª posição no ranking nacional. Em 2021, o PIB *per capita* de Santarém Novo (R$8.838,35) ultrapassou os dos municípios de São João de Pirabas (R$7.771,66) e Quatipuru (R$8.763,36) passando a ser o terceiro menor PIB *per capita* da Região Imediata de Capanema, ascendendo também em 12 posições no ranking estadual (alcançando a 128ª posição) e saindo da lista dos 10 menores PIBs *per capita* do Estado. No contexto nacional, essa evolução resultou em um avanço de 137 posições, passando a ocupar a 5268ª colocação entre os municípios brasileiros.

Na análise dos dados do PIB per capita na Região Imediata de Capanema, para o ano base de 2021, observa-se uma variação econômica considerável entre os municípios. Primavera se destaca com o maior PIB *per capita*, registrando uma média de R$29.545,97, o que indica uma maior prosperidade econômica nessa localidade, possivelmente impulsionada por setores econômicos-chave e iniciativas de desenvolvimento bem-sucedidas. No contexto estadual, apesar do aumento em relação ao ano anterior, Primavera declinou três posições no ranking, deixando de compor a lista dos 20 municípios com maiores PIBs *per capita* do Estado, saindo da 19ª posição para a 22ª.

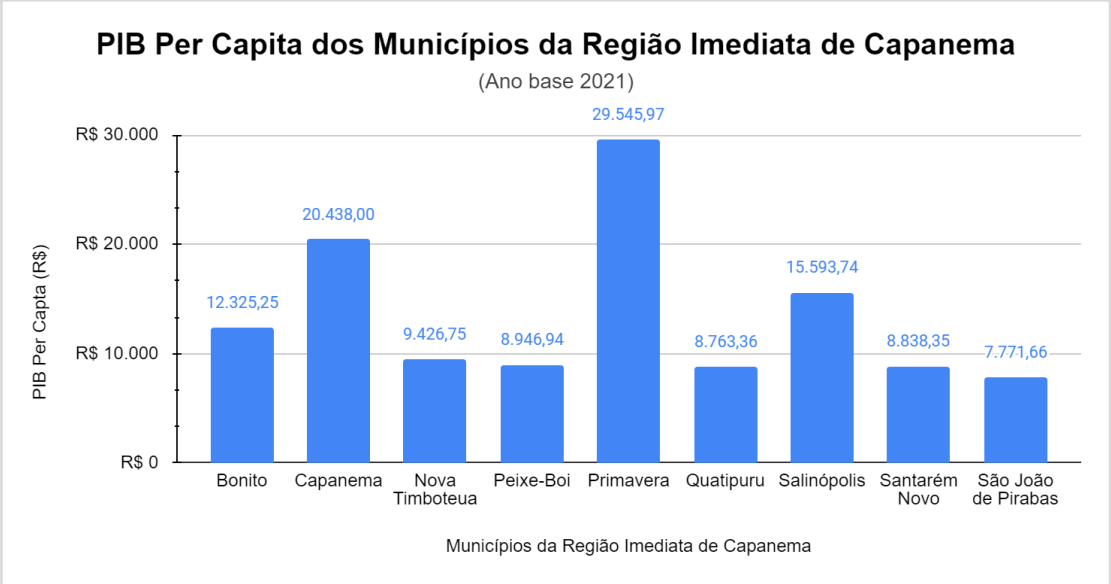
Capanema é o segundo município com o maior PIB *per capita* da Região Imediata de Capanema, alcançando uma média de R$20.438,00 em 2021, o que também o ressalta como um importante centro econômico da região, se mantendo como o 40º município com o maior PIB *per capita* do Estado. Salinópolis (R$15.593,74) é o município com terceiro maior PIB *per*

capita da região, situando-se na 60ª posição entre os municípios paraenses.

Em contraste, outros municípios, como Nova Timboteua (R$9.426,75), Peixe-Boi (R$8.946,94), Santarém Novo (R$8.838,35), Quatipuru (R$8.763,36) e São João de Pirabas (7.771,66) possuem PIB *per capita* inferiores em comparação aos anteriormente citados. Isso evidencia a disparidade econômica entre os municípios da área, possivelmente refletindo diferenças estruturais, investimentos e desempenhos econômicos ao longo do tempo, o que pode indicar desafios econômicos e a necessidade de desenvolvimento em áreas como a geração de empregos e o crescimento do setor produtivo.

O PIB per capita de 2021 dos municípios da Região Imediata de Capanema é apresentado no gráfico 18, a baixo.

Gráfico 18 - PIB per capita dos Municípios da Região Imediata de Capanema



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE em parceria com outros órgãos

4.1.3.2.2 Perfil Econômico Vocacional do Município de Santarém Novo

Com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a produtividade e renda nas diversas cadeias produtivas, o Governo do Pará, por meio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) em colaboração com a Federação das Associações dos Municípios do Pará (FAMEP), lançou o projeto intitulado “Perfis Econômicos Vocacionais dos Municípios Paraenses (PEV)”, tendo como vista a implementação de metas alinhadas com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em nível regional e municipal (FAPESPA, 2022c).

O documento produz um diagnóstico vocacional por município, fornecendo uma análise

detalhada das aptidões econômicas de cada um dos 144 municípios do estado, visando identificar suas potencialidades e a promover o desenvolvimento local sustentável e diversificado por meio da criação pólos de especialização em todo o estado, considerando o potencial de cada região de integração do Pará.

Esses polos incluem áreas como o Polo Mineral-Metalúrgico, Polo de Grãos, Polo de Floresta Plantada, Polo de Biocosméticos, Polo de Fruticultura, Polos de Aquicultura e Pesca, Polos de Inovação Tecnológica e Economia Criativa, Polos Gastronômicos e Turísticos, entre outros para alavancar a economia do estado de forma estratégica.

O relatório do PEV de Santarém Novo foi elaborado com o objetivo de traçar um panorama econômico abrangente do município e oferecer subsídios para a identificação de áreas prioritárias que possam atrair investimentos tanto do setor público quanto do setor privado, fornecendo um entendimento mais aprofundado das potencialidades econômicas locais.

A pesquisa indicou que Santarém Novo apresenta na agricultura o seu principal polo gerador de riqueza, seguido pelas atividades imobiliárias, construção civil, atividades profissionais, científicas e técnicas e a pecuária, em ordem de predominância, conforme análise feita pela FAPESPA (2022c), avaliando a estimativa do PIB 2018 por atividades econômicas, sem considerar a atividade da administração pública.

O estudo evidencia que no setor agropecuário de Santarém Novo, diversas culturas agrícolas desempenham um papel significativo na geração de valor adicionado, com destaque para o cultivo de mandioca, feijão, milho, coco-da-baía, mamão, pimenta-do-reino e arroz. Entre essas atividades, a produção de milho demonstrou um crescimento expressivo ao longo do período de 2010 a 2020. No âmbito da produção de origem animal, a apicultura se destaca como uma atividade com alto potencial produtivo no município. (FAPESPA, 2021b; 2022c; IBGE, 2022).

4.1.3.2.3 Dinâmica das atividades produtivas do setor agropecuário e extrativista

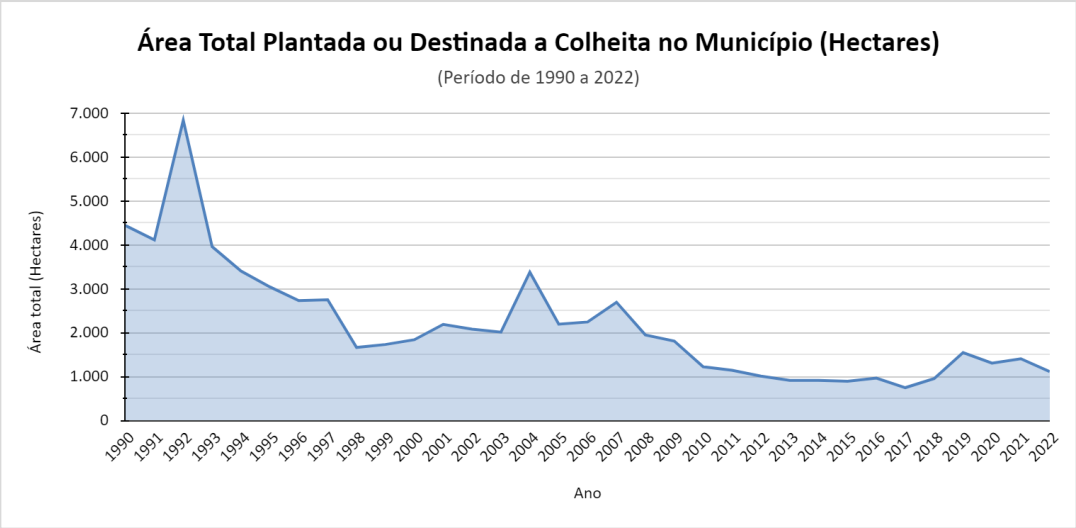
Ao olhar para o panorama da produção agrícola municipal, tendo como ponto de partida o uso do território para plantação e colheita de lavouras temporárias e permanentes, durante o período de 1990 a 2022, percebe-se uma trajetória caracterizada por variações significativas na extensão de terra dedicada à essas atividades, bem como uma tendência clara de declínio na área total de plantio, a qual representou uma redução de 74,99% ao final do período analisado.

No início da década de 90, uma área de 4.438 hectares estava alocada para lavouras temporárias e permanentes. Em 1992, observa-se uma flutuação considerável na área de cultivo,

atingindo seu ponto mais alto com 6.840 hectares de área plantada ou destinada à colheita nas lavouras.

Essa oscilação, entretanto, veio seguida por uma queda abrupta nos anos seguintes e com variações significativas entre os anos de 1998 e 2007, experimentando fases de crescimento e diminuição no total da área cultivada durante esse período, que se intensificou após 2007, atingindo seu ponto o mais baixo em 2017, com 743 hectares, como demonstra o gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 - Área Total Plantada ou Destinada à Colheita ao longo de 1990 a 2022

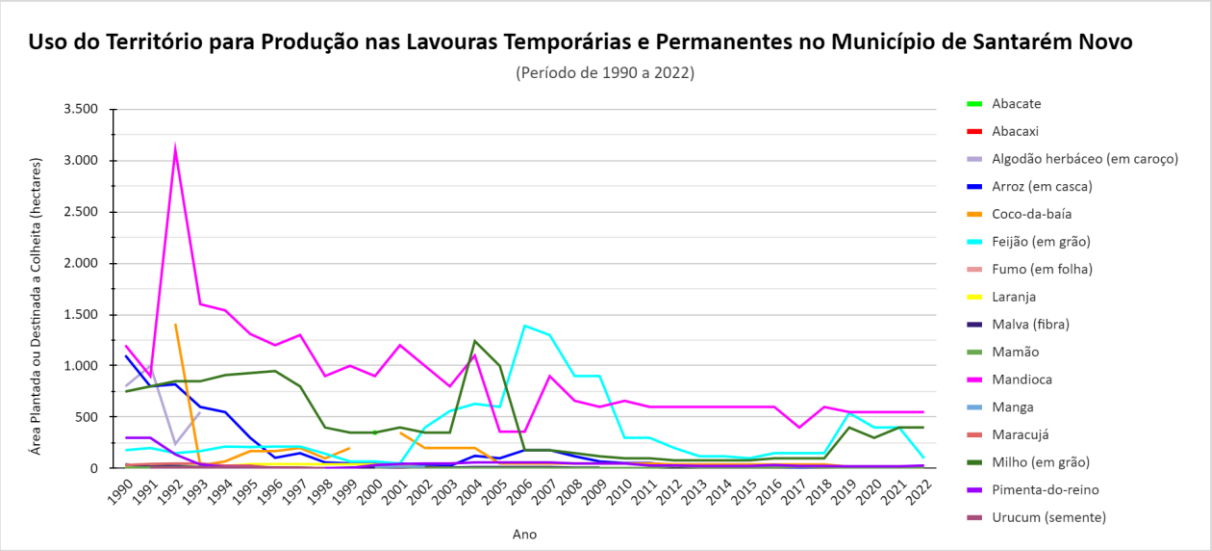


Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

Após atingir o ponto mínimo em 2017, nota-se que houve uma retomada gradual de crescimento da área plantada, aumentando para 1.543 hectares em 2019, seguido por uma queda em 2020 com uma ligeira estabilização em 2021 e 2022. Vários fatores podem ter contribuído para essa tendência, como mudanças nas preferências de cultivo, eventos climáticos, flutuações econômicas e pressões socioambientais.

O gráfico 20, subsequente, oferece informações detalhadas sobre dinâmicas específicas das áreas plantadas ou destinadas à colheita na composição da área produtiva total de Santarém Novo, apresentando as variações anuais nas proporções de área total nas lavouras temporárias e permanentes. A partir dele, pode-se ter uma visão mais nítida das tendências ocorridas nas últimas décadas, proporcionando uma base para o entendimento dos fatores subjacentes às mudanças ocorridas na paisagem agrícola municipal.

Gráfico 20 - Evolução no Uso do Território para produção nas Lavouras temporárias e permanentes (1990 a 2022)



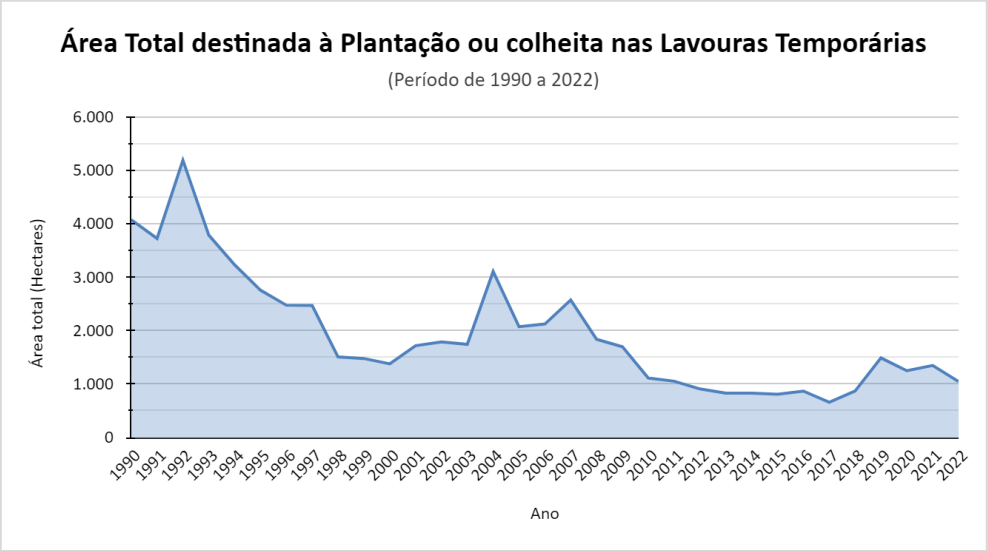
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal(PAM)/IBGE

Em uma leitura mais geral sobre o gráfico percebe-se a diversificação das culturas com diferentes produtos sendo cultivados em momentos distintos. Também constata-se que, o conjunto das áreas totais dedicadas às atividades produtivas da agricultura, para uma variedade de produtos, sofreu uma redução substancial no seu tamanho ao longo do período analisado.

Algumas descontinuações e cultivos pontuais podem ser observados em ambas as lavouras, bem como é possível notar que algumas culturas como a mandioca, feijão e milho, embora tenham passado por algumas oscilações, mantiveram uma área significativa ao longo das épocas.

Analisando ainda as mudanças nas áreas das diferentes lavouras, é possível compreender como as diferentes culturas interagem com o território e influenciam na dinâmica agrícola do município. Nessa perspectiva, ao observar a evolução da área destinada ao plantio e cultivo nas lavouras temporárias, evidencia-se o impacto que as flutuações em cultivos específicos exercem. Essa relação é percebida ao comparar as tendências apresentadas nos gráficos 20 (acima) referente às áreas destinadas à produção no conjunto das lavouras temporárias e permanentes e o gráfico 21 (abaixo) da área reservada à produção na lavoura temporária.

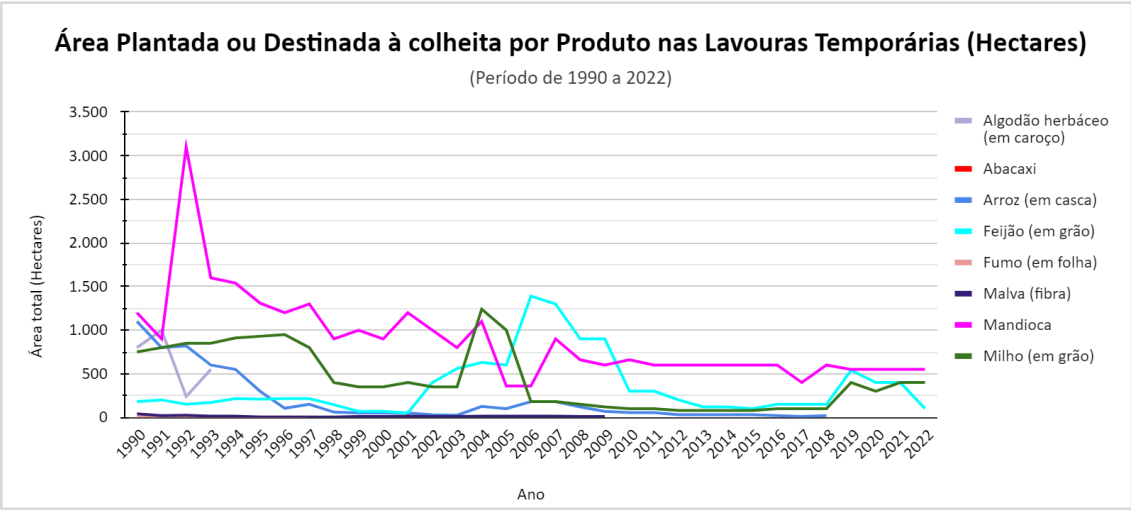
Gráfico 21- Área total destinada à plantação ou colheita nas lavouras



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

Após a alta na década de 1990, a área destinada a lavouras temporárias passou por significativas transformações, reduzindo em 74,25% em 2022 o total da área cultivada em comparação com o início do período. Culturas como algodão, arroz, feijão, fumo, milho e mandioca representaram uma parte substancial da área utilizada para produção nas lavouras temporárias no recorte temporal analisado. O gráfico 22, evidencia essas transformações.

Gráfico 22 – Área plantada ou destinada à colheita por produto nas lavouras temporárias (1990-2022)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

Diferentes culturas temporárias mostraram variações notáveis na área plantada ao longo das décadas. O algodão herbáceo, por exemplo, apresentou um aumento substancial no início da década de 1990, chegando a superar a área dedicada ao cultivo de mandioca em 1991,

abrangendo 1.000 hectares. No entanto, sua extensão de área plantada diminuiu acentuadamente nos anos seguintes, chegando a ser descontinuada em 1994.

A área plantada do arroz, bastante expressiva em determinados anos, também diminuiu significativamente ao final da década de 90, passando de 1.100 hectares em 1990 para 20 hectares em 2018, sendo descontinuada após esse período. Por outro lado, culturas como feijão e milho, que também tiveram suas áreas reduzidas substancialmente após atingirem uma parcela significativa de área cultivada entre 2000 e 2010, experimentaram retomadas consideráveis em 2019.

Notavelmente, a área destinada ao cultivo da mandioca manteve-se predominante ao longo do período, com um pico em 1992 de 3.100 hectares de área plantada. Entretanto, a cultura demonstrou uma tendência de declínio gradual ao longo dos anos, passando de aproximadamente 1.200 hectares em 1990 para cerca de 550 hectares em 2022, o que representa uma redução de 54,17% do total da área em comparação com o início do período.

Já as culturas de fumo e malva, tiveram áreas de plantio menores, inferior a 50 hectares, sendo descontinuadas em 1998 e 2010, respectivamente, como pode ser depreendido a partir dos dados da tabela 8, abaixo.

Tabela 8 - Área Plantada ou Destinada à colheita por produto nas Lavouras Temporárias

Área Plantada ou Destinada à colheita nas Lavouras Temporárias (Hectares)									
Ano	**Algodão herbáceo (caroço)**	**Abacaxi**	**Arroz (em casca)**	**Feijão (em grão)**	**Fumo (em folha)**	**Malva (fibra)**	**Mandioca**	**Milho (em grão)**	**Área Total**
1990	800	-	1.100	180	7	40	1.200	750	4.077
1991	1.000	-	800	200	7	20	900	800	3.727
1992	240	-	820	150	7	25	3.100	850	5.192
1993	550	-	600	170	5	15	1.600	850	3.790
1994	-	-	550	215	4	15	1.540	910	3.234
1995	-	-	300	210	4	5	1.310	930	2.759
1996	-	-	105	215	4	4	1.200	950	2.478
1997	-	-	150	215	4	3	1.300	800	2.472
1998	-	-	60	145	-	4	900	400	1.509
1999	-	-	50	70	-	10	1.000	350	1.480
2000	-	-	50	70	-	10	900	350	1.380
2001	-	5	50	50	-	15	1.200	400	1.720
2002	-	-	30	400	-	10	1.000	350	1.790
2003	-	-	25	560	-	10	800	350	1.745
2004	-	-	125	630	-	15	1.100	1.240	3.110
2005	-	-	100	600	-	15	360	1.000	2.075
2006	-	-	180	1.390	-	15	360	180	2.125

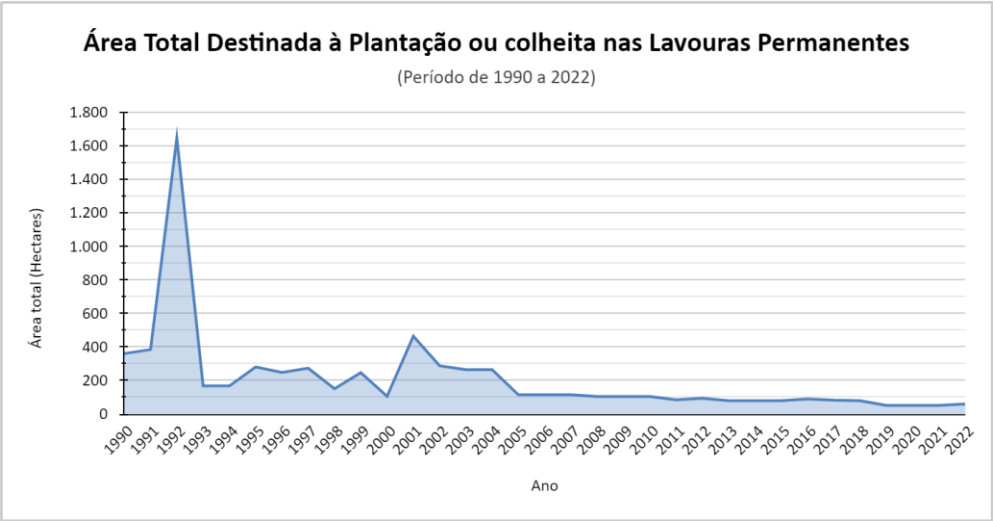
2007	-	-	180	1.300	-	15	900	180	2.575
2008	-	-	120	900	-	10	660	150	1.840
2009	-	-	70	900	-	10	600	120	1.700
2010	-	-	55	300	-	-	660	100	1.115
2011	-	-	55	300	-	-	600	100	1.055
2012	-	-	30	200	-	-	600	80	910
2013	-	-	30	120	-	-	600	80	830
2014	-	-	30	120	-	-	600	80	830
2015	-	-	30	100	-	-	600	80	810
2016	-	-	20	150	-	-	600	100	870
2017	-	-	10	150	-	-	400	100	660
2018	-	-	20	150	-	-	600	100	870
2019	-	-	-	541	-	-	550	400	1.491
2020	-	-	-	400	-	-	550	300	1.250
2021	-	-	-	400	-	-	550	400	1.350
2022	-	-	-	100	-	-	550	400	1.050

Elaborado pela autora a partir de dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM)- IBGE, 2017.

No contexto atual, as culturas de mandioca, milho e feijão desempenham um papel importante na subsistência e na segurança alimentar local, mantendo sua produção mesmo diante de outras variações nas culturas temporárias, entretanto, a redução das áreas destinadas à produção destas merecem atenção no que tange à e possíveis implicações na segurança alimentar.

Já no que se refere a evolução da área destinada ao cultivo e colheita das lavouras permanentes ao longo das últimas três décadas, observa-se uma redução substancial em sua extensão total. Em 1990, essa área abrangia 361 hectares, mas até 2022, esse número reduziu consideravelmente, alcançando apenas 60 hectares, o que equivale a uma redução de aproximadamente 83,38% da sua dimensão original. Essa redução ocorreu ao longo de várias fases, com momentos de crescimento observados no início das décadas de 1990 e 2000, mantendo uma estabilidade após o ano de 2005 como ilustrado no gráfico 23.

Gráfico 23 - Área total destinada à plantação ou colheita nas lavouras permanentes



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

Ao atentar para as variações nas lavouras permanentes nesse período, observa-se a influência de algumas culturas como a pimenta-do-reino em 1990 e 1991, onde ocupava uma área de 300 hectares e a iminência do coco-da-bahia em 1992, com uma área de 1.410 hectares sendo também o maior valor de área plantada na lavoura permanente nas últimas três décadas.

Entretanto, após esse momento de alta e oscilações nas áreas cultivadas até meados da década de 2000, o total de área destinado ao plantio e colheita do coco-da-bahia vem apresentando uma tendência de redução, mantendo-se com 20 hectares desde 2019. Já a pimenta do reino, atualmente ocupa uma dimensão de 30 hectares, sendo também a maior área dedicada a esse tipo de lavoura em 2022. A tabela 9, abaixo, exibe com maior precisão essas informações.

Tabela 9 - Área plantada ou destinada à colheita nas lavouras permanentes

Área Plantada ou Destinada à colheita nas Lavouras Permanentes

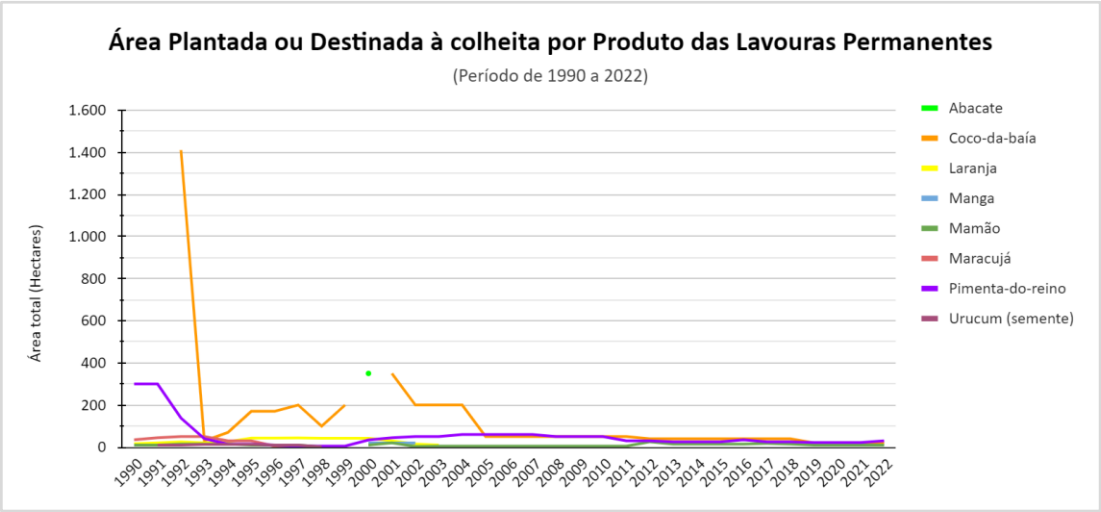
Ano	Abacate	Coco-da-baía	Laranja	Manga	Mamão	Maracujá	Pimenta-do-reino	Urucum (semente)	Total
1990	-	-	16	-	10	35	300	-	361
1991	-	-	20	-	10	45	300	10	385
1992	-	1.410	25	-	15	50	138	10	1.648
1993	-	30	20	-	15	50	40	13	168
1994	-	70	25	-	15	30	15	13	168
1995	-	170	43	-	10	30	15	13	281
1996	-	170	43	-	10	5	10	10	248
1997	-	200	44	-	10	5	5	10	274
1998	-	100	42	-	2	-	5	2	151
1999	-	200	42	-	-	-	5	-	247
2000	350	-	42	20	10	-	34	-	106

2001	-	350	30	20	20	-	45	-	465
2002	-	200	15	20	3	-	50	-	288
2003	-	200	10	-	5	-	50	-	265
2004	-	200	-	-	5	-	60	-	265
2005	-	50	-	-	5	-	60	-	115
2006	-	50	-	-	5	-	60	-	115
2007	-	50	-	-	5	-	60	-	115
2008	-	50	-	-	5	-	50	-	105
2009	-	50	-	-	5	-	50	-	105
2010	-	50	-	-	5	-	50	-	105
2011	-	50	-	-	5	-	30	-	85
2012	-	40	-	-	25	-	30	-	95
2013	-	40	-	-	15	-	25	-	80
2014	-	40	-	-	15	-	25	-	80
2015	-	40	-	-	15	-	25	-	80
2016	-	40	-	-	15	-	35	-	90
2017	-	40	-	-	18	-	25	-	83
2018	-	40	-	-	15	-	25	-	80
2019	-	20	-	-	10	-	22	-	52
2020	-	20	-	-	10	-	22	-	52
2021	-	20	-	-	10	-	22	-	52
2022	-	20	-	-	10	-	30	-	60

Elaborado pela autora com dados sobre a produção agrícola disponibilizados pelo IBGE até 2022.

Outras culturas como mamão, laranja, maracujá e urucum, tiveram suas áreas menores durante o período, chegando a ser descontinuadas em alguns momentos, bem como nota-se alguns cultivos pontuais em determinados anos, como abacate e manga. O gráfico 24, a seguir, elucida as modificações sucedidas na composição da área destinada à lavoura permanente.

Gráfico 24 - Área plantada ou destinada à colheita por produto das lavouras permanentes



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

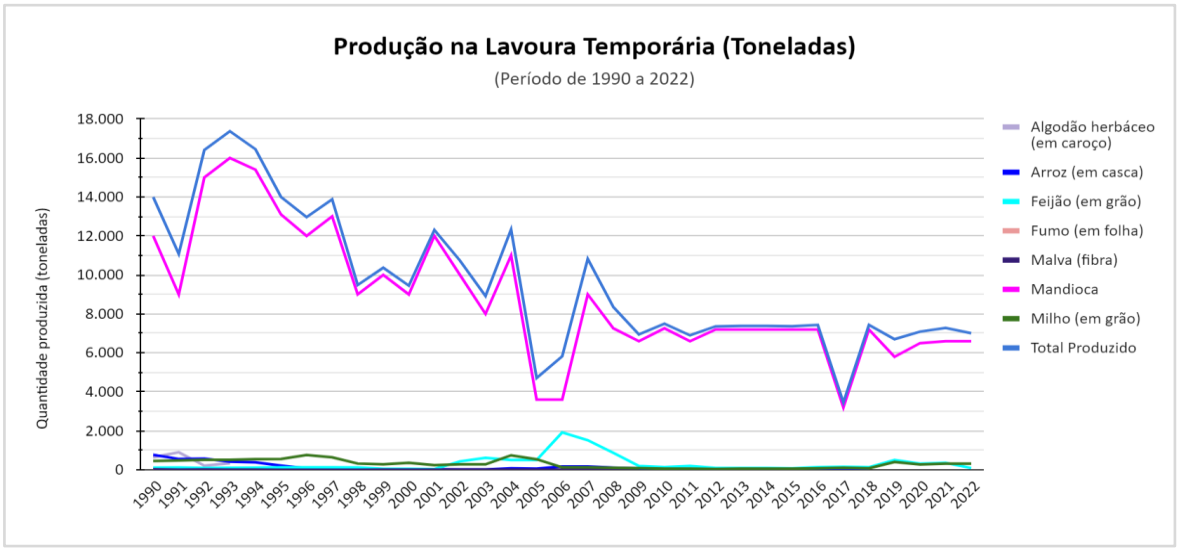
No que concerne ao aspecto da quantidade produzida nas lavouras, ao analisar os dados referentes à quantidade produzida na lavoura temporária, notoriamente a mandioca é o produto com maior participação na produção durante todo o período em evidência, passando por momentos de alta, especialmente no início da década de 90, onde atingiu suas maiores produções em 19992, 1993 e 1994, variando entre 15 e 16 mil toneladas nesse período.

No entanto, essa tendência vem decrescendo ao longo dos anos, tendo sua menor eficiência registrada em 2017, onde obteve uma produção de 3.200 toneladas. Atualmente o município produz cerca de 6.600 toneladas de mandioca desde 2021, o que representa uma queda de 45% na produção da raiz em comparação com o ano inicial do primeiro decênio.

Entretanto, constata-se que diante das demais culturas, o percentual médio da produção da mandioca, nesse período, representou mais de 90% da produção total dos produtos das culturas de curta duração, o que demonstra a importância desse tubérculo na subsistência das famílias, economia e segurança alimentar da região.

No gráfico 25, abaixo, são apresentadas as alterações ocorridas nesse intervalo de tempo (1990 a 2022) na quantidade produzida dos gêneros da lavoura temporária (medida em toneladas). No que tange à produção temporária expressa em mil frutos (não expressa no gráfico), o município registrou uma produção de 75 mil frutos de abacaxi em 2001, de acordo com o IBGE.

Gráfico 25 – Quantidade produzida na lavoura temporária



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal (PAM)/IBGE

A partir do gráfico, é possível notar a estabilidade na produção de outros gêneros como o milho, arroz e feijão no decorrer das épocas observadas, com elevações nas produções de

arroz em 1991, de milho em 2004 e de feijão em 2006, onde foram registrados respectivamente 770, 1.918 e 770 toneladas desses grãos. Também é possível notar a contribuição significativa de alguns produtos como algodão herbáceo, proeminente no começo da década de 90, posteriormente descontinuada em 1994, bem como em menor proporção, a produção da fibra de malva. A tabela 10, abaixo, demonstra essas especificações.

Tabela 10 - Quantidade produzida dos produtos da lavoura temporária (toneladas)

Quantidade Produzida dos Produtos da Lavoura temporária (Toneladas)

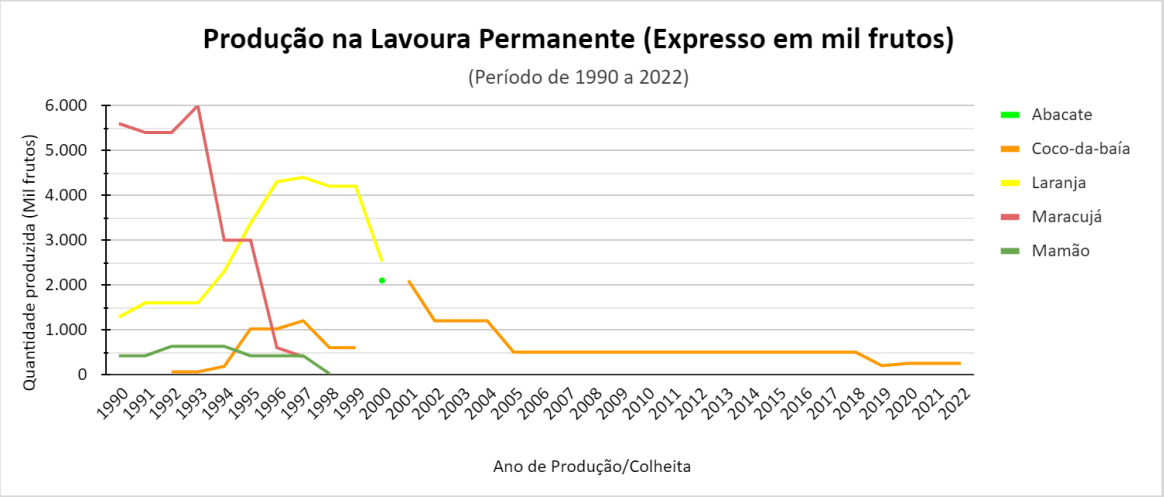
Ano	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Fumo (em folha)	Malva (fibra)	Mandioca	Milho (em grão)	Total
1990	640	770	108	3	24	12.000	450	13.995
1991	900	560	120	3	12	9.000	480	11.075
1992	216	574	90	3	15	15.000	510	16.408
1993	330	420	102	2	9	16.000	510	17.373
1994	-	385	107	2	9	15.400	546	16.449
1995	-	210	126	2	3	13.100	558	13.999
1996	-	73	129	2	2	12.000	760	12.966
1997	-	105	129	2	2	13.000	640	13.878
1998	-	42	116	-	3	9.000	320	9.481
1999	-	35	49	-	6	10.000	280	10.370
2000	-	35	49	-	6	9.000	360	9.450
2001	-	25	35	-	9	12.000	240	12.309
2002	-	18	432	-	6	10.000	280	10.736
2003	-	15	616	-	6	8.000	280	8.917
2004	-	75	504	-	9	11.000	744	12.332
2005	-	60	500	-	9	3.600	540	4.709
2006	-	168	1.918	-	9	3.600	126	5.821
2007	-	168	1.520	-	9	9.000	126	10.823
2008	-	114	870	-	6	7.260	105	8.355
2009	-	66	193	-	6	6.600	84	6.949
2010	-	44	135	-	-	7.260	60	7.499
2011	-	44	195	-	-	6.600	60	6.899
2012	-	27	90	-	-	7.200	44	7.361
2013	-	27	96	-	-	7.200	60	7.383
2014	-	27	96	-	-	7.200	60	7.383
2015	-	27	80	-	-	7.200	60	7.367
2016	-	16	135	-	-	7.200	80	7.431
2017	-	8	150	-	-	3.200	100	3.458
2018	-	16	135	-	-	7.200	80	7.431
2019	-	-	500	-	-	5.800	400	6.700
2020	-	-	320	-	-	6.500	270	7.090
2021	-	-	360	-	-	6.600	320	7.280
2022	-	-	90	-	-	6.600	320	7.010

Elaborado pela autora com dados sobre a produção agrícola disponibilizados pelo IBGE até 2022.

Já no que diz respeito às quantidades produzidas nas diferentes culturas da lavoura permanente, observa-se que estas também variaram significativamente ao longo do período[25]. Ao analisar a produção expressa na unidade de milhar de frutos, observa-se uma acentuada flutuação nas produções de maracujá e laranja no primeiro decênio, com picos em 1993 e 1997, alcançando uma produção de 5.999 e 4.400 frutos, respectivamente, seguidos por uma tendência gradual de declínio até atingir níveis mínimos de produção em anos subsequentes.

A produção de coco-da-baía, apesar de ter apresentado alguns períodos de flutuações, manteve-se relativamente constante em comparação com outras culturas sugerindo uma estabilidade na demanda por coco na região. Em contraste, a produção de abacate apresentou uma produção expressiva apenas no ano de 2000, com 2.100 frutos no ano.

Gráfico 26 - Produção na lavoura permanente (em mil frutos)



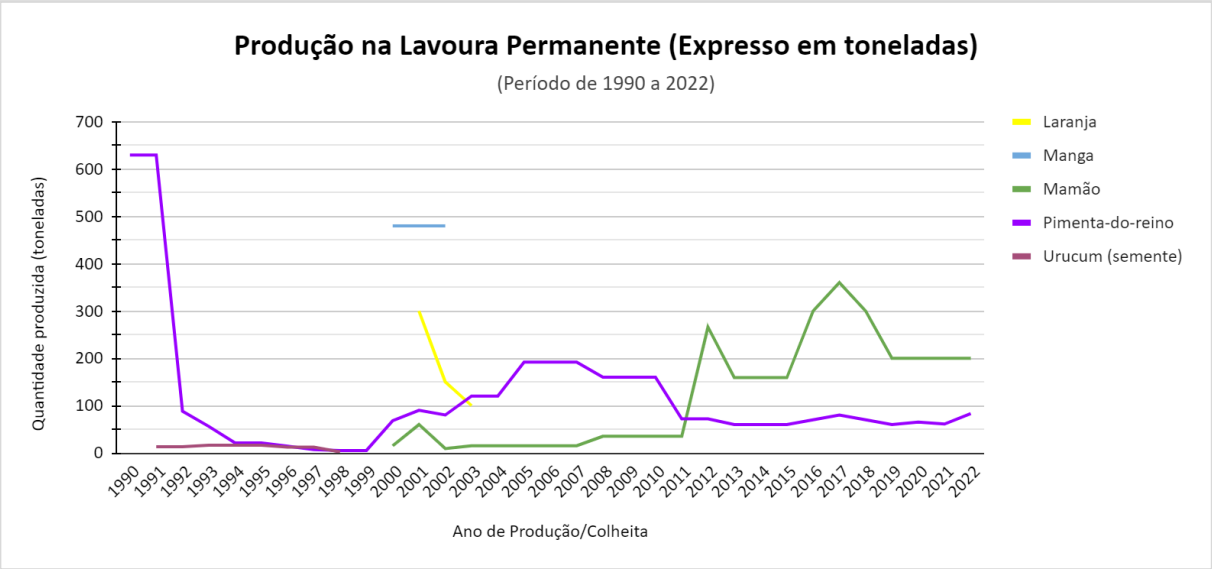
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Considerando a produção perene expressa em toneladas, destaca-se ao aumento acentuado na produção de mamão a partir de 2012, demonstrando um crescimento de mais de 1.230% em 2022 em comparação com o ano de 2010, com uma produção total de 200 toneladas desde 2019, chegando a ultrapassar a produção de pimenta-do-reino, que demonstrou grande influência na produção durante boa parte do período de tempo em foco, especialmente nos anos iniciais, onde houve um pico da produção, totalizando 630 toneladas do fruto em 1990 e 1991,

[25] Importante destacar que a quantidade produzida de alguns produtos como abacate, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, melancia, melão, pêra, pêssego e tangerina até 2000 eram expressas em mil frutos, bem como a de banana, expressa em mil cachos. Somente após 2001, a quantidade produzida desses produtos foi expressa em toneladas. Nesse sentido, as informações sobre a produção desses itens serão apresentadas em gráficos e tabelas distintas, de acordo com a unidade de medidas correspondente.

como demonstrado no gráfico 27, a seguir.

Gráfico 27 - Produção na lavoura permanente (em toneladas)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Também se observa uma importante contribuição nos anos 2000, 2001 e 2002 da produção de manga, com uma quantidade contínua de 480 toneladas. Já a produção de urucum, em menor proporção, se manteve relativamente estável, com uma média de produção de 12,5 toneladas entre os anos de 1991 e 1998, como evidenciado na tabela 11[26], a seguir.

Tabela 11 - Quantidade produzida por produto nas lavouras permanentes (1990 a 2022)

Quantidade Produzida por produto nas lavouras permanentes (1990 a 2022)								
Ano	**Abacate**	**Coco-da-baía**	**Laranja**	**Mamão**	**Manga**	**Maracujá**	**Pimenta-do-reino**	**Urucum (semente)**
1990	-	-	1280	420	-	5599	630	-
1991	-	-	1600	420	-	5399	630	13
1992	-	60	1600	630	-	5399	88	13
1993	-	60	1600	630	-	5999	56	16
1994	-	182	2300	630	-	3000	21	16
1995	-	1020	3371	420	-	3000	21	16
1996	-	1020	4300	420	-	600	14	12
1997	-	1200	4400	420	-	400	7	12
1998	-	600	4200	21	-	-	5	2
1999	-	600	4200	-	-	-	5	-

[26] As quantidades produzidas de laranja, manga e mamão a partir de 2001 estão expressas em toneladas. Nos anos anteriores, esses produtos eram expressos em mil frutos. A produção de coco-da-bahia, durante todo o período, é expressa em milhares de frutos. Já a produção de pimenta do reino e urucum são expressas em toneladas durante todo o período em evidência, conforme unidade de medidas adotada pelo IBGE.

2000	2100	-	2520	15	480	-	68	-
2001	-	2100	300	60	480	-	90	-
2002	-	1200	150	9	480	-	80	-
2003	-	1200	100	15	-	-	120	-
2004	-	1200	-	15	-	-	120	-
2005	-	500	-	15	-	-	192	-
2006	-	500	-	15	-	-	192	-
2007	-	500	-	15	-	-	192	-
2008	-	500	-	35	-	-	160	-
2009	-	500	-	35	-	-	160	-
2010	-	500	-	35	-	-	160	-
2011	-	500	-	35	-	-	72	-
2012	-	499	-	266	-	-	72	-
2013	-	499	-	159	-	-	60	-
2014	-	499	-	159	-	-	60	-
2015	-	499	-	159	-	-	60	-
2016	-	499	-	300	-	-	70	-
2017	-	500	-	360	-	-	80	-
2018	-	499	-	300	-	-	70	-
2019	-	200	-	200	-	-	60	-
2020	-	250	-	200	-	-	65	-
2021	-	250	-	200	-	-	61	-
2022	-	250	-	200	-	-	83	-

Elaborado pela autora com dados sobre a produção agrícola disponibilizados pelo IBGE

Em termos de produtividade, a análise temporal do rendimento médio na lavoura temporária no período de 1990 a 2022, revelou que, diferentes culturas apresentam padrões e tendências distintas ao longo do período em estudo. Dentre as principais culturas analisadas, percebe-se que a mandioca detém amplamente o maior rendimento médio em quilogramas por hectare, ao longo do período, mantendo um desempenho relativamente estável na maior parte do tempo, com uma sutil tendência de crescimento após 2007, passando de 10.000 quilogramas por hectare em 1990 para 12.000 em 2022, com poucas variações nesse período.

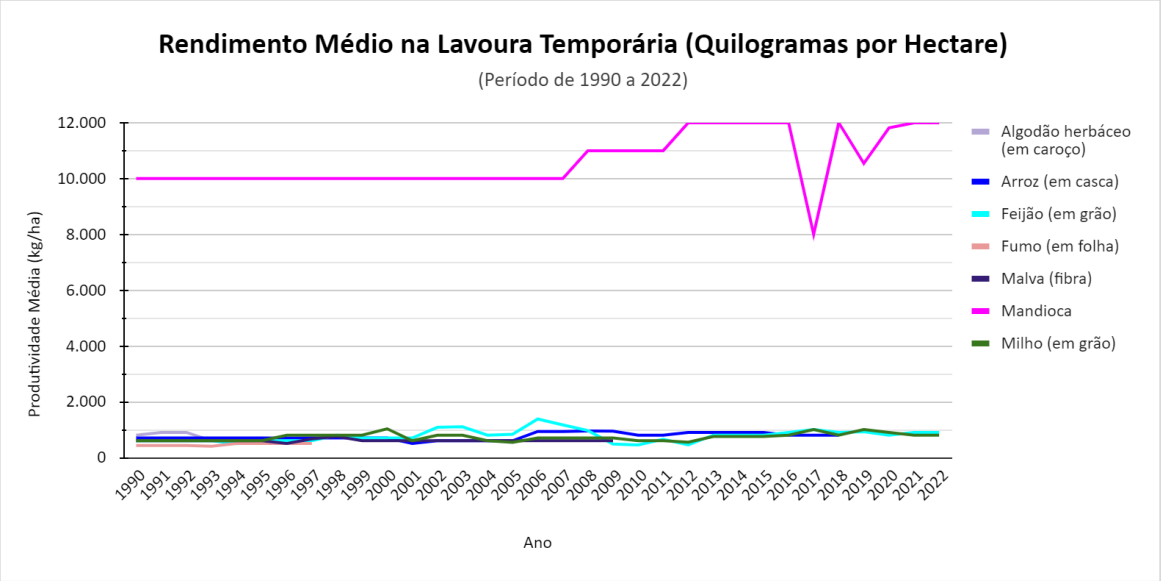
Também se observa que culturas como o algodão herbáceo, arroz, fumo e a malva mantiveram um rendimento médio relativamente estável ao longo dos anos de produção, com uma tênue tendência de aumento na produção de arroz e fumo e um decréscimo da produtividade do algodão herbáceo em comparação ao primeiro ano analisado.

Por outro lado, o milho e o feijão, apesar de apresentarem flutuações em seu rendimento, com períodos de queda e recuperação, tiveram uma tendência geral positiva de crescimento, com aumento constante em seu rendimento por hectare, indicando uma melhoria na produtividade desses gêneros, que passaram, respectivamente, de 600 para 800 quilogramas por

hectare no caso do milho, e de 600 para 900 quilogramas por hectare, no caso do feijão entre 1990 e 2022. Esse aumento representou um crescimento de 33,33% no rendimento do milho e de 50% no rendimento do feijão.

O gráfico 28, a seguir, apresenta essas tendências.

Gráfico 28 - Rendimento médio na lavoura temporária (Kg/ha)



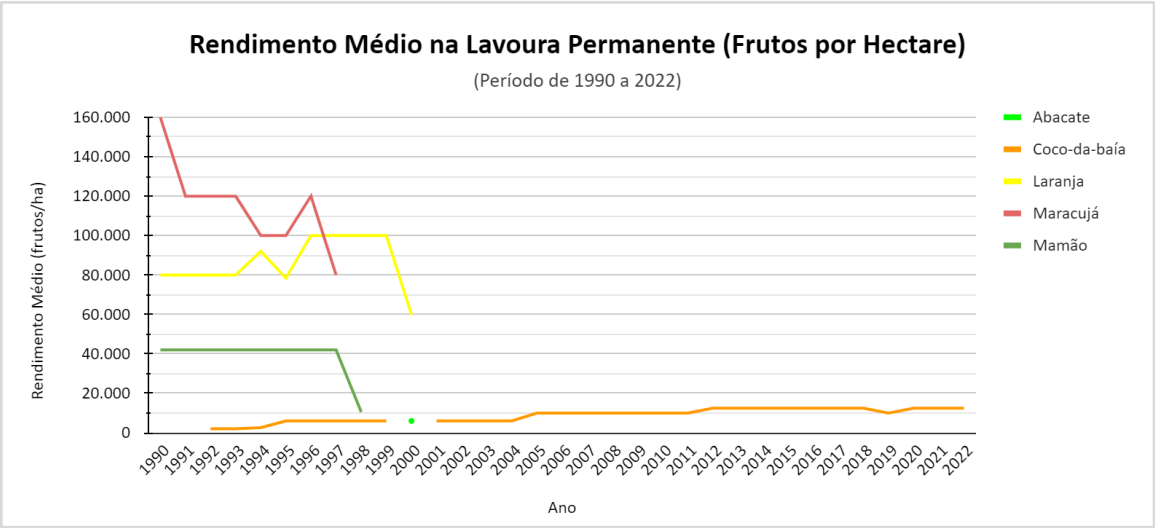
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Com relação ao rendimento médio na produção temporária do abacaxi, foi registrado um total de 15 mil frutos por hectare em 2001 (não expresso no gráfico 28, por corresponder a uma unidade de medida distinta, frutos/ha).

No que concerne ao rendimento médio na produção da lavoura permanente (expresso em milhares de frutos por hectare), observa-se que o rendimento médio do coco-da-bahia, apresentou um crescimento gradual, porém significativo ao longo de todo o período, passando de 2.000 frutos por hectare em 1992 para 12.500 em 2022, o que simboliza um aumento de 525,00% no rendimento médio desse fruto.

Já em algumas culturas, como a de maracujá e laranja, a tendência apresentada ao longo dos anos foi de decréscimo, com algumas flutuações positivas em meados dos anos 90. O abacate por sua vez apresentou um rendimento médio de 6.000 frutos por hectare, enquanto que os anos iniciais (dentro do período analisado) da produção de mamão manteve-se constante, com 42.000 frutos por hectare até 1997, quando houve uma redução de 75% no rendimento médio no ano subsequente, como apresentado no gráfico 29, abaixo.

Gráfico 29 - Rendimento médio na lavoura permanente (frutos por hectare)

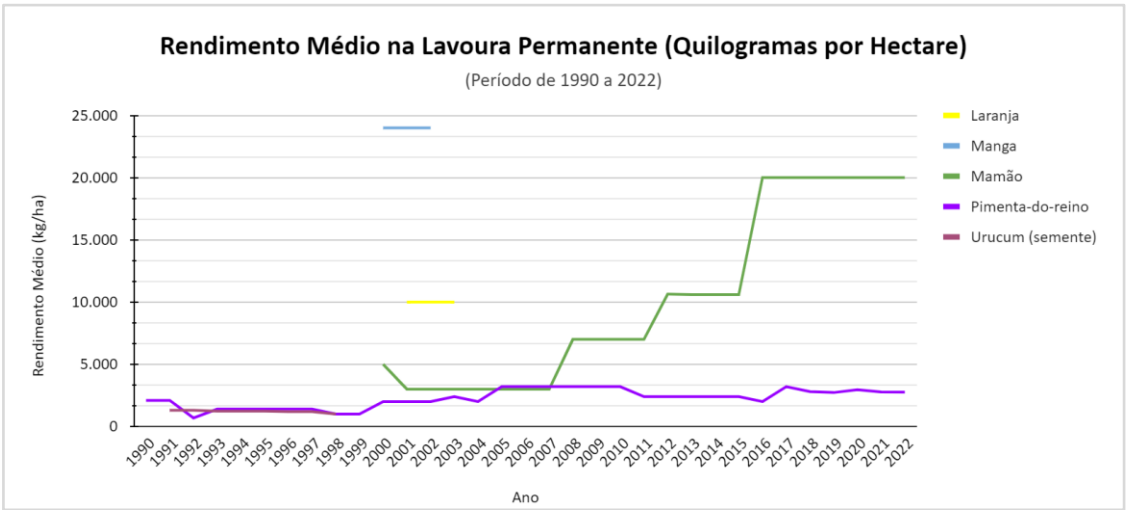


Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Por outro lado, ao analisar o rendimento médio (expresso em quilogramas por hectare) na produção de mamão a partir do início da década de 2000, nota-se um aumento significativo nesse indicador. Em 2001, o rendimento médio era de 3.000 quilogramas por hectare, enquanto que, desde 2016 até 2022, esse número aumentou para 20.000 quilogramas por hectare, representando um crescimento de 566,67% do rendimento nesse período.

Já a produção de pimenta do reino apresentou um aumento de 38,35% no rendimento médio em 2022 quando comparado com o ano de 1990, passando por consecutivos intervalos de crescimento e encolhimento do indicador. A produção de manga, por outro lado, apresentou rendimento médio constante de 24.000 quilogramas por hectare, nos três primeiros anos da década de 2000. Essas tendências são representadas no gráfico 30.

Gráfico 30 - Rendimento médio na lavoura permanente (Kg/ha)



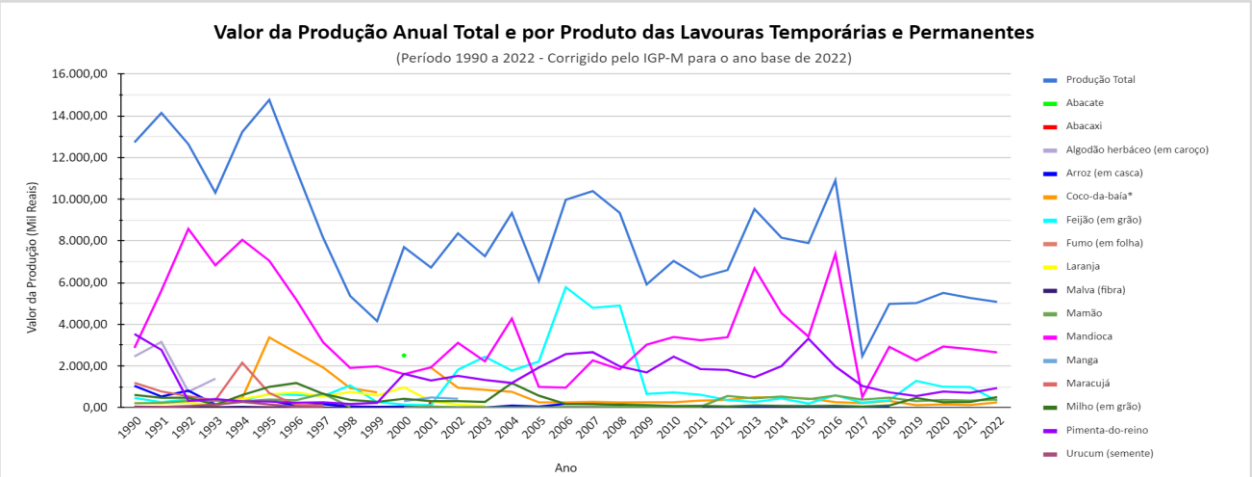
Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Em uma análise mais geral sobre o valor da produção agrícola de 1990 a 2022[27], verifica-se que o município experimentou variações significativas na produção total, passando por momentos de crescimento gradual e quedas acentuadas, seguidas por flutuações anuais subsequentes. Isto sugere uma certa instabilidade na produção agrícola municipal, reflexo das variações nas produções das diferentes culturas das lavouras temporárias e permanentes.

O período de maior destaque no valor da produção, se deu em meados da década de 1990, onde o valor da produção chegou a atingir, um montante total de mais de catorze milhões e setecentos mil reais no ano de 1995. Esse período de auge se deve especialmente à alta na produção de pimenta do reino, no começo da década (1990) e das variações no crescimento na produção de mandioca e na demanda de algodão herbáceo em 1991, corroborado depois pelo aumento nas produções de fumo em 1994, de coco-da-bahia em 1995 e de milho em 1996.

Atualmente, em termos de geração de valor adicionado com maiores contribuições no que concerne às atividades produtivas da agricultura no município de Santarém Novo, em ordem de relevância, destacam-se os cultivos de mandioca, pimenta-do-reino, milho, feijão, mamão, feijão e coco-da-baía, com importantes sustentadores da base econômica da região como pode ser percebido no gráfico 31, na sequência.

Gráfico 31 - Valor da produção anual total e por produto das lavouras temporárias e permanentes



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

[27] De 1990 a 1992, o valor da produção estava expresso originalmente em mil cruzeiros, bem como, em 1993, a unidade de medidas era expressa originalmente em mil cruzeiros reais. Para permitir uma análise mais precisa da produção agrícola ao longo dos anos, os valores de produção referentes aos anos de 1990, 1991, 1992 e 1993 foram ajustados para a unidade monetária atual, levando em consideração a taxa de câmbio vigente na época. Adicionalmente, esses valores foram corrigidos de acordo com o índice de inflação IGP-M do Banco Central, tendo como referência o ano base de 2022. Assim, os valores exibidos nos gráficos e tabelas desta análise serão expressos na unidade de mil reais.

Em uma análise mais específica sobre o valor da produção na lavoura temporária, fica evidente a contribuição do produto da mandioca em praticamente todo o período, com exceção do ano de 2003 e do intervalo entre os anos de 2005 e 2008, quando os valores correspondentes à produção do feijão superaram os da mandioca, o que pode sugerir um aumento na demanda e valorização do grão nesse período.

Isso se comprova pelo aumento substancial da área dedicada ao plantio e cultivo desse grão nesse período, especialmente em 2006, onde o valor da produção alcançou seu melhor desempenho, totalizando mais de cinco milhões e setecentos no ano, o que pode ser reflexo das mudanças na dinâmica agrícola ocorridas no período, onde a área total reservada ao cultivo passou de 600 hectares no ano anterior para 1.390 neste ano, obtendo um rendimento médio de 1.379 toneladas por hectare, o que por conseguinte resultou em uma produção superior em 97,39% em comparação com 2005.

Em contraste, a produção de mandioca nesse período, manteve a mesma porção de área plantada do ano anterior, cuja redução em comparação com o ano de 2004 foi de aproximadamente 67,27%, mantendo também a mesma quantidade produzida anteriormente (3.600 toneladas), que comparado ao período de alta anterior, em 2004, também decresceu em 67,27%, bem como manteve igual rendimento médio anterior (10.000 kg/ha), provocando consequentemente a baixa no valor da produção anual registrado em pouco mais de novecentos e sessenta e quatro mil reais, como pode ser evidenciado na tabela 12, na sequência.

Tabela 12 - Valor da produção por produto das lavouras temporárias (em mil reais)

Variável Valor da Produção por Produto das Lavouras Temporárias (Em Mil Reais)									
Ano	**Valor Total**	**Abacaxi**	**Algodão herbáceo (em caroço)**	**Arroz (em casca)**	**Feijão (em grão)**	**Fumo (em folha)**	**Malva (fibra)**	**Mandioca**	**Milho (grão)**
1990	7.556,41	-	2.457,98	1.051,47	470,09	43,53	51,21	2.867,64	614,50
1991	10.115,25	-	3.154,78	538,10	269,05	22,10	33,44	5.621,19	476,60
1992	11.118,92	-	766,57	817,25	411,88	25,93	30,26	8.580,78	486,24
1993	8.909,31	-	1.391,40	157,17	355,86	9,70	24,88	6.830,53	139,77
1994	9.414,18	-	-	315,99	359,57	32,69	43,58	8.052,18	610,18
1995	9.093,15	-	-	339,93	651,53	37,77	9,44	7.053,57	1.000,91
1996	7.135,10	-	-	103,78	614,05	34,59	8,65	5.189,16	1.184,86
1997	4.588,38	-	-	168,75	562,50	48,21	8,04	3.133,92	666,96
1998	3.428,88	-	-	62,92	1.069,56	-	7,86	1.911,05	377,49
1999	2.601,56	-	-	46,46	272,10	-	13,27	1.990,99	278,74
2000	2.261,17	-	-	59,66	149,15	-	11,93	1.610,86	429,56

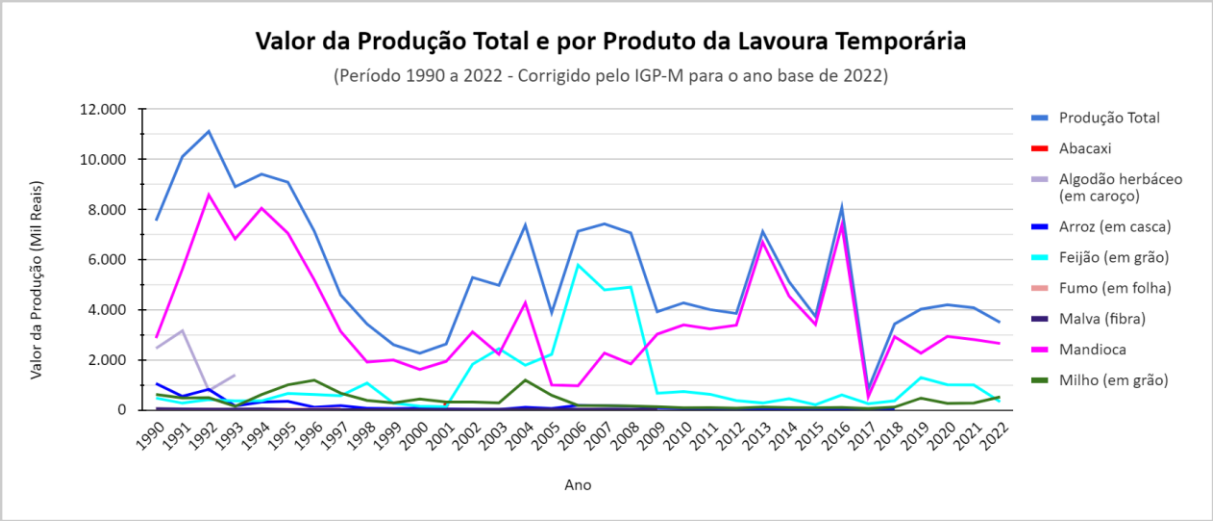
2001	2.632,23	204,55	-	32,30	123,81	-	21,53	1.937,84	312,21
2002	5.287,41	-	-	17,79	1.823,24	-	22,23	3.112,86	311,29
2003	4.974,77	-	-	11,90	2.443,75	-	19,84	2.221,59	277,70
2004	7.370,50	-	-	106,00	1.780,79	-	24,73	4.275,32	1.183,66
2005	3.877,72	-	-	58,91	2.217,82	-	24,26	998,02	578,71
2006	7.135,20	-	-	184,16	5.779,15	-	30,13	964,31	177,46
2007	7.426,22	-	-	170,21	4.791,11	-	28,37	2.269,47	167,06
2008	7.062,88	-	-	146,50	4.902,04	-	19,72	1.839,67	154,95
2009	3.919,18	-	-	85,88	664,17	-	20,04	3.023,13	125,96
2010	4.273,23	-	-	62,31	734,71	-	-	3.390,55	85,67
2011	4.003,91	-	-	53,91	622,39	-	-	3.234,49	93,11
2012	3.850,97	-	-	32,07	371,12	-	-	3.381,34	66,44
2013	7.117,88	-	-	43,39	275,52	-	-	6.688,33	110,64
2014	5.114,74	-	-	37,67	445,76	-	-	4.541,32	89,99
2015	3.730,41	-	-	34,03	204,20	-	-	3.410,88	81,30
2016	8.080,68	-	-	17,65	596,61	-	-	7.371,11	95,32
2017	826,70	-	-	7,59	244,10	-	-	520,76	54,25
2018	3.431,88	-	-	38,96	362,02	-	-	2.922,13	108,77
2019	4.020,66	-	-	-	1.288,17	-	-	2.264,06	468,43
2020	4.198,19	-	-	-	1.003,15	-	-	2.934,22	260,82
2021	4.076,08	-	-	-	995,62	-	-	2.808,16	272,31
2022	3.491,57	-	-	-	325,45	-	-	2.651,82	514,29

Elaborado pela autora com dados da produção agrícola do IBGE até 2022 corrigido pelo IGP-M de 2022

Entretanto, mesmo com o período de baixa dos valores na segunda década, nota-se que a mandioca é uma das culturas mais consistentes em termos de produção ao longo do período analisado. Mesmo com variações anuais, sua produção permaneceu relativamente estável em comparação com outras culturas.

Em contrapartida, o feijão, após seu período de auge, vem demonstrando uma tendência geral decrescente no valor produzido, assim como o arroz, cujo valores decaíram até sua posterior descontinuação em 2019. Outras tendências em destaque são observadas para o valor da produção do milho, em crescimento desde 2020, representando um aumento de 97,18% nos últimos três anos, como mostra o gráfico 32, subsequente.

Gráfico 32 - Valor da produção total e por produto da lavoura temporária

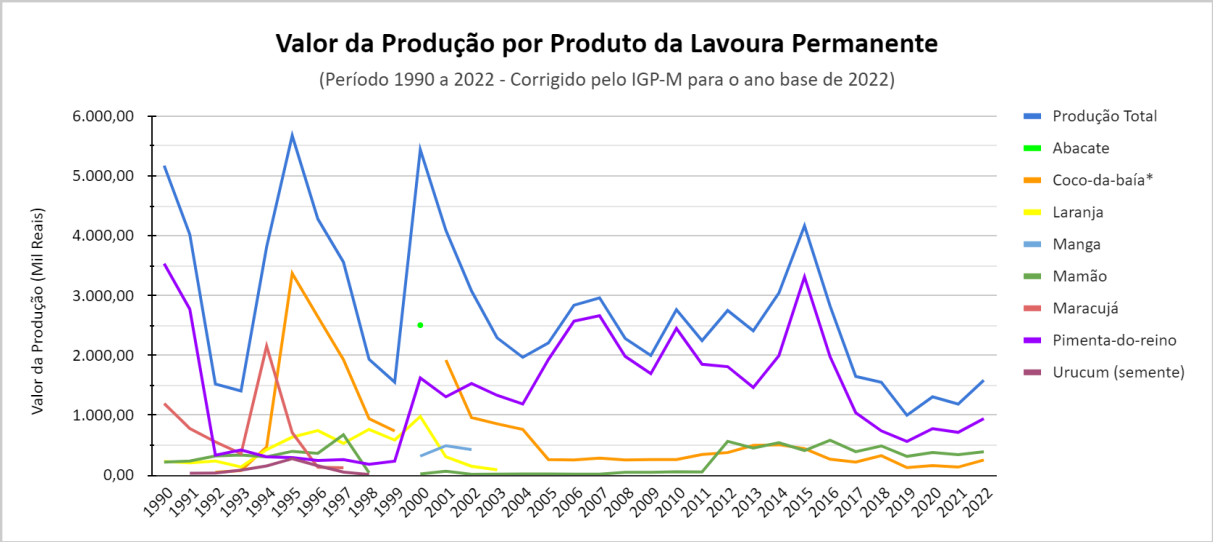


Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Observando os valores da produção na lavoura permanente, nota-se uma expressiva flutuação ao longo da série temporal analisada. No início da primeira década, os valores de produção de pimenta-do-reino trouxeram grandes contribuições para a economia agrícola de Santarém Novo, especialmente nos dois primeiros anos, onde chegou a atingir um montante de R$3.535.310,00 em 1990. Após esse pico, com a queda acentuada no valor da pimenta-do-reino em 1992, corroborado pela baixa no valor da produção de maracujá, houve uma redução significativa do valor total de produção na lavoura temporária, o que resultou em uma queda de 72,83% em relação ao ano inicial.

Em compensação, nos anos seguintes, a alta no valor da produção de maracujá em 1994 e do coco-da-bahia em 1995, juntamente com as contribuições das culturas de urucum, laranja, mamão, desempenharam um papel crucial na compensação das quedas no valor da produção da pimenta-do-reino. Esses cultivos foram responsáveis por impulsionar o aumento do valor total da produção entre 1994 e 1997, atingindo seu ponto mais alto em 1995, com o valor de R$5.674.960,00, declinando novamente com a redução no valor do coco-da-bahia, como percebido no gráfico 33, a seguir.

Gráfico 33 - Valor da produção por produto da lavoura permanente



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Pesquisa de Produção agrícola Municipal/IBGE

Os anos seguintes, especialmente após a virada do milênio, testemunharam uma retomada na produção de pimenta do reino, bem como uma demanda pontual por abacate, que representou uma quantia considerável e em menor proporção da produção de manga, além do aumento no valor da produção de laranja possibilitando um novo ápice em 2000. Também nesse período, observa-se a descontinuidade das culturas de maracujá e urucum.

A partir da segunda metade da década de 2000, a produção de pimenta-do-reino passou a ser a maior responsável pelo valor adicionado à produção agrícola da lavoura permanente, com oscilações constantes nos valores de produção, possivelmente propiciados pelas fases constantes de crescimento e queda na produção e rendimento médio do fruto, influenciando diretamente na geração de valor da lavoura permanente. Também merece destaque o aumento constante do valor de produção do mamão, especialmente a partir de 2012, quando superou o montante proveniente da produção de coco-da-bahia.

No contexto atual, os cultivos de pimenta-do-reino, o coco-da-baía e o mamão se destacam como os principais geradores de valor da lavoura temporária, desempenhando um papel fundamental na economia agrícola da região, especialmente após o declínio da produção de laranja. Essas três culturas representam cerca de 31,21% da produção agrícola total do município em 2022, como pode ser percebido a partir da tabela 13, a seguir.

Tabela 13 - Valor da produção por produto da lavoura permanente (em mil reais)

Valor da Produção por Produto da Lavoura Permanente (Em mil reais)									
Ano	**Abacate**	**Coco-da-baía**	**Laranja**	**Manga**	**Mamão**	**Maracujá**	**Pimenta-do-reino**	**Urucum (semente)**	**Total**
1990	-	-	227,19	-	215,07	1.194,68	3.535,31	-	5.172,26
1991	-	-	204,99	-	235,42	778,17	2.774,56	31,23	4.024,37
1992	-	45,76	233,91	-	320,35	554,56	333,37	34,70	1.522,65
1993	-	76,69	134,92	-	335,36	357,29	419,11	82,17	1.405,53
1994	-	468,53	424,95	-	305,09	2.157,42	305,09	152,54	3.813,61
1995	-	3.370,98	632,65	-	396,59	708,19	292,72	273,83	5.674,96
1996	-	2.646,47	743,78	-	363,24	129,73	242,16	155,67	4.281,06
1997	-	1.928,57	530,36	-	675,00	120,54	257,14	48,21	3.559,82
1998	-	943,73	762,85	-	39,32	-	180,88	7,86	1.934,64
1999	-	736,67	584,02	-	-	-	232,28	-	1.552,97
2000	2.505,78	-	978,45	316,21	17,90	-	1.622,79	-	5.441,12
2001	-	1.921,69	306,82	489,84	64,59	-	1.308,04	-	4.090,99
2002	-	960,54	146,75	426,91	13,34	-	1.529,75	-	3.077,28
2003	-	856,90	87,28	-	15,87	-	1.332,95	-	2.293,00
2004	-	763,20	-	-	17,67	-	1.187,19	-	1.968,06
2005	-	259,90	-	-	17,33	-	1.930,20	-	2.207,43
2006	-	251,12	-	-	16,74	-	2.571,49	-	2.839,35
2007	-	283,68	-	-	15,76	-	2.663,48	-	2.962,92
2008	-	253,55	-	-	45,08	-	1.983,35	-	2.281,98
2009	-	257,65	-	-	45,80	-	1.694,78	-	1.998,24
2010	-	259,61	-	-	54,52	-	2.450,75	-	2.764,88
2011	-	343,05	-	-	51,46	-	1.852,48	-	2.246,99
2012	-	375,70	-	-	563,56	-	1.812,09	-	2.751,35
2013	-	494,63	-	-	451,24	-	1.464,36	-	2.410,23
2014	-	506,45	-	-	539,94	-	1.996,51	-	3.042,89
2015	-	442,43	-	-	410,29	-	3.312,56	-	4.165,28
2016	-	264,77	-	-	582,49	-	1.976,93	-	2.824,18
2017	-	216,98	-	-	390,57	-	1.041,51	-	1.649,06
2018	-	324,68	-	-	487,02	-	738,65	-	1.550,35
2019	-	124,91	-	-	312,28	-	562,11	-	999,31
2020	-	156,74	-	-	376,18	-	774,93	-	1.307,86
2021	-	132,96	-	-	340,38	-	713,74	-	1.187,08
2022	-	251,12	-	-	390,74	-	942,20	-	1.584,06

Fonte: Elaborado pela autora com dados da PAM até 2022 corrigido pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) de 2022

No âmbito do setor pecuário, os dados analisados sobre a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), referente ao ano-base de 2022, apresentam um quadro de reduções significativas ao longo da série histórica que abrange o período de 2004 a 2022. No entanto, também evidencia tendências produtivas promissoras que merecem destaque.

De acordo com a pesquisa, o município registrou um efetivo de rebanho bovino composto por 4.010 cabeças, acompanhado por um contingente de 42 vacas ordenhadas. Esses números representam uma redução de 37,55% no total de rebanho bovino e 97,67% na quantidade de vacas ordenhadas, em comparação à 2004 (IBGE, 2023d).

No que diz respeito à produção de leite de vaca, foi observada uma queda acentuada de 89,51% levando em consideração a produção no início do período, totalizando 17.000 litros em 2022, o que resultou em um valor de produção estimado em R$43.000,00, nesse mesmo ano (IBGE, 2023d).

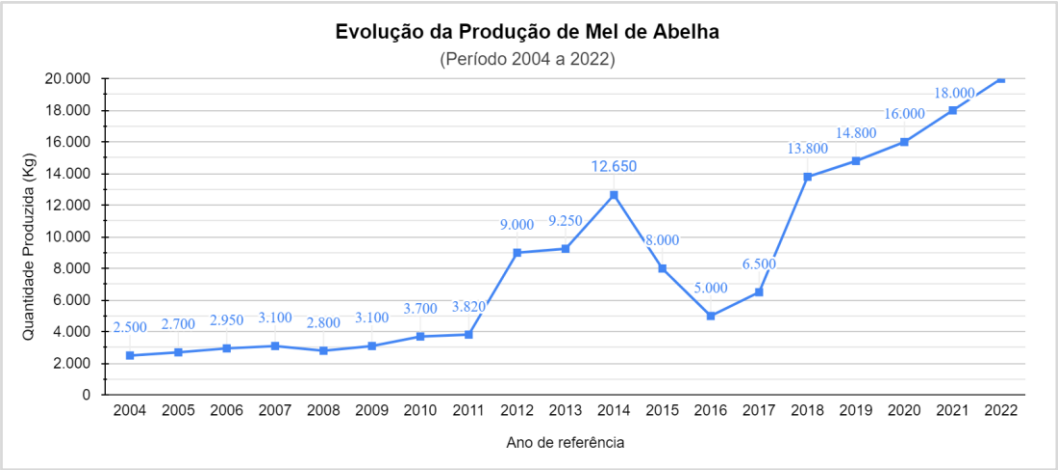
Além disso, o município apresentou reduções expressivas na criação de caprinos (-98,84%), galináceo (-76,67%) e suínos (-86,99%) entre 2004 e 2022, constituindo atualmente um total de rebanho efetivo de apenas uma (01) cabeça de caprino, 2.599 de galináceo e 118 de suínos. Este último atingiu seu auge em 2006, registrando um total de 1.057 cabeças.

A criação de equinos e ovinos apesar de apresentarem em 2022 uma quantidade de cabeças superior ao início da série histórica (2004), com um aumento de 75,31% e 60% no efetivo de rebanho total, respectivamente, apresenta nos últimos cinco anos uma tendência notável de declínio, passando de 190 cabeças na criação de equinos em 2018 para 142 em 2022 (-25,26%) e de 123 cabeças na de ovinos para 24 atualmente (-80,49%). Tendo seus picos de produção nos anos de 2017, no caso dos equinos com 215 cabeças, e em 2012 no caso dos ovinos, com um efetivo total de 145 cabeças (IBGE, 2023d).

Outra tendência importante a ser destacada é o notável crescimento na produção de mel de abelha, que atingiu a marca de 20.000 kg em 2022, representando um aumento de 700% comparado ao ano inicial da série histórica (2004), o que resultou em um valor de produção de R$34.000,00 em 2022, evidenciando o potencial econômico dessa atividade na região (IBGE, 2023d).

O gráfico 34, ilustra a trajetória da produção de mel de abelha no período compreendido entre os anos de 2004 e 2022.

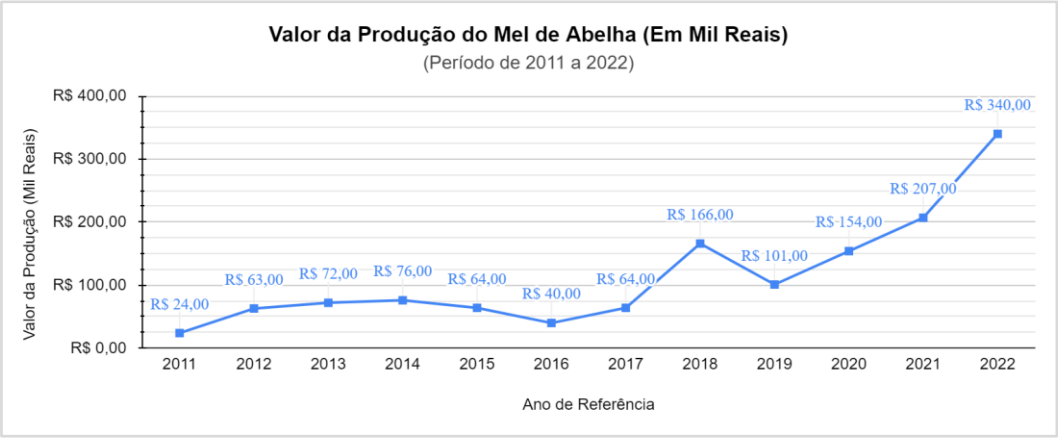
Gráfico 34 - Evolução da produção de mel de abelha (2004 a 2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE - Produção Pecuária Municipal, 2023

Os dados da pesquisa pecuária disponíveis para o período de 2011 a 2022 apresentam o crescimento na geração de valor da produção de mel de abelha a partir do gráfico 35, abaixo.

Gráfico 35 - Valor da produção do mel de abelha (2001 a 2022)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Produção Pecuária Municipal, IBGE - 2023

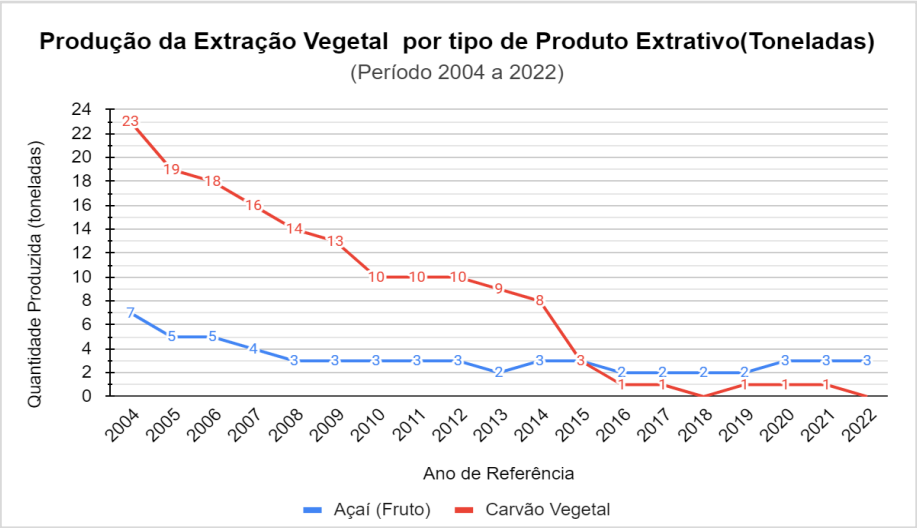
Em relação ao cenário da extração vegetal no município, os dados da pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023c) refletem as mudanças ocorridas dos anos de 2004 a 2022 quanto à quantidade e o valor da produção resultantes dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e das áreas de florestas plantadas.

No que diz respeito à produção de açaí (em frutos), observa-se uma variação na quantidade produzida ao longo dos anos, oscilando entre 2 e 7 toneladas anuais. Após um pico em 2004, a produção de açaí diminui gradualmente, atingindo seu ponto mais baixo em 2013, com apenas 2 toneladas. A partir de 2014, houve uma ligeira recuperação, mantendo-se entre 2 e 3 toneladas nos anos subsequentes.

Em relação à produção de carvão vegetal, nota-se uma redução contínua ao longo do período. Em 2004, foram extraídas 23 toneladas de madeira para a produção de carvão, mas esse número reduziu-se significativamente até chegar a níveis ínfimos de 1 tonelada em 2016, com valores nulos em 2018 e 2022, refletindo uma tendência de declínio na atividade de produção de carvão vegetal no município.

O gráfico 36, ilustra a quantidade produzida em toneladas a partir do extrativismo vegetal desses dois produtos.

Gráfico 36 - Extração vegetal por tipo de produto extrativo



Fonte: Elaborado com dados da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2022 - IBGE, 2023c

A Figura 67, registrada durante a pesquisa de campo, retrata um tradicional forno de barro usado no processo de produção de carvão vegetal do município.

Figura 67 - Forno de produção de carvão na localidade de Amapazinho



Fonte: Registro de campo da pesquisadora

No que se refere à extração de madeira para a produção de lenha, a quantidade produzida, expressa em metros cúbicos (m³), variou consideravelmente ao longo do período, com picos em 2005, 2007, 2008, e 2009, mas apresentando no geral uma tendência de queda ao longo dos anos, especialmente a partir de 2010, quando a produção declinou acentuadamente chegando a 150m³ no ano de 2016.

Após esse período, nota-se que a extração de madeira para a produção de lenha manteve-se estabilizada, permanecendo em níveis mais baixos e com variações anuais relativamente menores do que nos anos iniciais, como denota o gráfico 37, a seguir.

Gráfico 37 - Extração de madeira para produção de lenha (2004 a 2022)



Fonte: IBGE, 2023 - Dados da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2022.

Na figura 68, pode ser notado um volume de lenha extraída para uso na produção de farinha de mandioca, uma das principais práticas econômicas locais.

Figura 68 – Lenha para uso em forno de produção de farinha



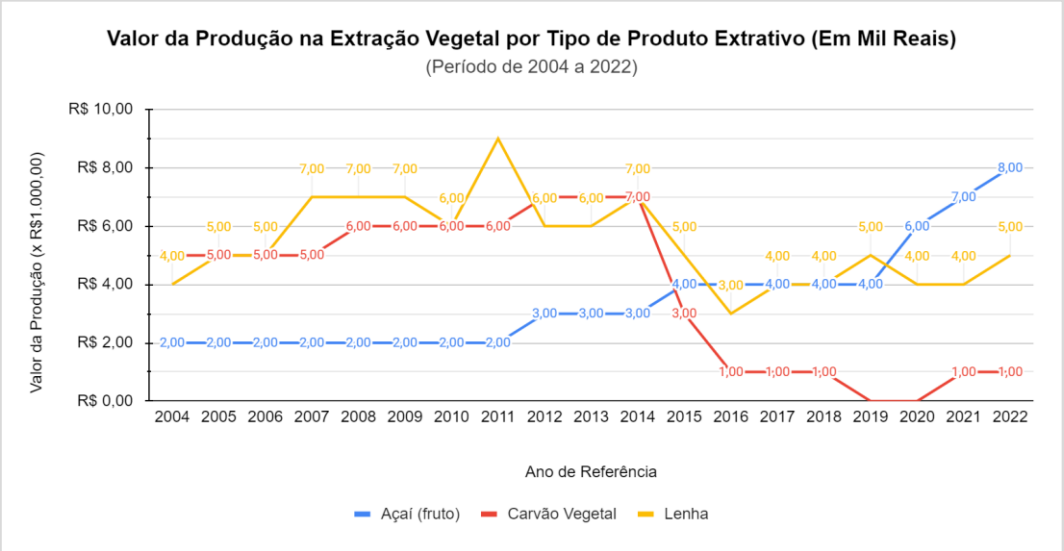
Fonte: Registro de campo da pesquisadora

Ao longo do período de 2004 a 2022, os dados relativos à quantidade produzida e ao valor da produção da extração vegetal para os três produtos demonstraram algumas tendências notáveis. A análise revela um crescimento constante no valor da produção de açaí, especialmente após 2014, onde essa produção começa a mostrar um aumento mais significativo, chegando a atingir R$8.000,00 em 2022.

Isso sugere que, mesmo com variações relativamente modestas na quantidade produzida do fruto nos últimos dez anos, que como visto anteriormente, se manteve entre 2 e 3 toneladas, houve uma valorização do produto, possivelmente resultante do aumento na eficiência ou na qualidade do processamento do açaí. Possíveis melhorias na comercialização e no beneficiamento do açaí podem ter contribuído para esse aumento, levando a um aumento substancial no valor da produção, refletindo um cenário favorável para o setor na região.

Entretanto, ao direcionar o olhar para o valor de produção na extração vegetal dos produtos de carvão vegetal e lenha, observa-se que a quantidade produzida e o valor da produção estão intimamente relacionados. À medida que se reduz a extração de madeira nativa para a produção desses itens, há uma diminuição do valor da produção, como demonstra o gráfico 38, a seguir.

Gráfico 38 - Valor da produção na extração vegetal por tipo de produto extrativo (2004 a 2022)



Fonte: IBGE, 2023c - Dados da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2022.

Essa nova dinâmica observada no cenário de extração vegetal pode estar relacionada a diversos fatores, tais como, mudanças na demanda desses produtos, restrições na exploração de recursos naturais, políticas de conservação ou ao uso de fontes alternativas de energia.

Além da extração vegetal, no município também há as atividades de extração de

mariscos, especialmente de caranguejo, bem como a atividade de pesca artesanal. Porém, as suas produções e valor econômico não são quantificadas.

A prática agrícola de corte e queima é um método amplamente utilizado para preparar áreas de cultivo em Santarém Novo, como evidenciado pelas imagens registradas em campo (Figuras 69 e 70, abaixo). Estas figuras ilustram a abertura de clareiras localizadas à beira dos ramais de Bacuriteua e Bacanga, em Santarém Novo.

Figura 69 - Abertura de roça no Ramal do Bacanga



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 70 - Abertura de roça no Ramal do Bacuriteua



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Conforme destacado por Alves *et al.* (2013), a queima da vegetação tem servido como alicerce dos sistemas de produção adotados pela agricultura na Amazônia, contribuindo, consequentemente, para o problema do desmatamento.

Com relação ao sistema de preparo de solo nos estabelecimentos agropecuários, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que 11 estabelecimentos utilizam o sistema convencional de preparação do solo, onde o solo é preparado mediante aração seguida de gradagem e 43 utilizam o sistema de cultivo mínimo, que consiste em reduzir as operações de preparo do solo, com uma menor utilização de implementos de resíduos vegetais, com a grade niveladora e o arado escarificador.

No município, além desses sistemas, é possível identificar iniciativas discretas voltadas para o apoio à redução das áreas cultivadas por meio de práticas tradicionais de corte e queima. Algumas dessas ações se fundamentam na mecanização das operações, incluindo a aração e gradagem das terras, bem como a adoção de práticas de roça sem o uso do fogo, explorando a biomassa da capoeira como uma alternativa agroecológica para o cultivo de culturas temporárias, como a mandioca, como demonstrado nas figuras 71 e 72, a seguir.

Figura 71 - Sistema de roça sem queima



Fonte: Acervo de Messias Corrêa

Figura 72 - Preparo de solo por mecanização - prefeitura



Fonte: Facebook SEMAGRI

Além disso, durante a pesquisa de campo, foi possível verificar e a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em algumas propriedades, como documentado nas figuras 73, 74, 75 e 76, registradas no ramal do Bacuriteua e em quintais de algumas residências da vila.

Figura 73 - SAFs encontrados na estrada do Bacuriteua



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 74 - Intercalagem de culturas permanentes e temporárias



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 75 - SAFs na estrada do Bacuriteua



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 76 - Intercalagem de culturas



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Em algumas dessas propriedades, pôde-se observar a implementação de SAFs que intercalam culturas temporárias e permanentes, tais como mamão, maracujá, banana, açaí, mandioca, jaca, coco, café, acerola, além de diversas espécies arbóreas nativas da região. Também foi identificada a existência de quintais produtivos que abrigam uma ampla diversidade de plantas de diferentes tamanhos, abrangendo cultivos de espécies frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, combinados com a criação de animais de pequeno porte.

Em termos de utilização do potencial produtivo local, destacam-se como pólos agrícolas as comunidades de Jutaizinho e Santo Antônio do Trombetas na produção de hortaliças. Santo Antônio do Trombetas também emerge como uma das principais comunidades produtoras de farinha de mandioca, juntamente com Peri Meri. Grande parte dessas produções é direcionada para o abastecimento de feiras e estabelecimentos comerciais da região imediata de Capanema, especialmente os municípios de Capanema, Salinópolis, São João de Pirabas, Primavera e também para a capital, Belém.

A seguir serão apresentados registros da produção agrícola local, obtidos durante o trabalho de campo. As imagens capturadas (figuras 77 a 82), apresentam a diversidade de hortaliças cultivadas no polo de Jutaizinho, bem como a o processo artesanal de produção de farinha de mandioca e goma de tapioca em casas de farinha e nas sedes de associações de agricultores em Santo Antônio do Trombetas e nas comunidades de Bom Jesus e Faustina adjacentes à localidade Peri Meri.

Figura 77 - Produção de hortaliças em Jutaizinho



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 78 - Casa de farinha em Santo Antônio



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 79 –Sede da APPRSAT em Santo Antônio



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 80 - Processo de produção de goma de tapioca



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 81 - Torragem de farinha em Bom Jesus



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 82 - Produção de farinha na vila de Faustina



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Um ponto importante a ser destacado é a participação ativa das mulheres nos processos produtivos agrícolas, que evidencia o papel fundamental da sua contribuição econômica e social na organização e sustentação das atividades da agricultura familiar no município. Essa forte presença reflete a multifuncionalidade do trabalho feminino, que além de serem protagonistas na produção de alimentos, muitas vezes conciliam esse trabalho com outras jornadas de responsabilidades, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

As figuras 83, 85, 86 e 87, que documentam o processo de beneficiamento da mandioca na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santo Antônio dos Trombetas (APPRSAT) ressaltam a significativa presença e participação das mulheres nas operações produtivas.

Figura 83 - Trabalho de mulheres na sede da APPRSAT



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 84 - Mulheres no processo de descascagem de raízes



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 85 – Trabalho em uma casa de farinha no Santo Antônio



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

Figura 86 – Mulheres na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio



Fonte: Acervo de campo da pesquisadora

4.1.3.2.4 Estrutura dos Estabelecimentos Agropecuários

No que tange ao perfil dos estabelecimentos agropecuários de Santarém Novo, referente à estrutura das propriedades, o uso da terra, a produção e os efetivos pecuários, de acordo com o de acordo com Censo Agropecuário de 2017, o município abriga 233 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 7.952 hectares, dos quais 75 pertencem a produtores individuais, abrangendo uma área total de 5.338 hectares e 158 estabelecimentos são de consórcios, condomínios ou uniões de pessoas, ocupando uma área de 2.614 hectares.

Quanto à condição dos produtores em relação à posse da terra, 163 estabelecimentos pertencem a proprietários de terras tituladas coletivamente (incluindo coproprietários), abrangendo cerca de 7.555 hectares. Há 10 estabelecimentos de arrendatários, 4 de parceiros, 42 de comodatários (inclusive com termo de autorização de uso sustentável), correspondendo a 303 hectares no total. Além disso, 13 estabelecimentos são de ocupantes a justo título ou por simples ocupação, e 1 estabelecimento é de produtor sem área.

A pesquisa também destaca a participação significativa das mulheres como proprietárias de estabelecimentos agropecuários, com 90 dos 233 estabelecimentos sendo de propriedade feminina. Quanto à força de trabalho, dos 684 trabalhadores do setor agropecuário, 586 possuem laços familiares com os produtores, sendo 366 homens e 220 mulheres. Enquanto isso, das 98 pessoas não relacionadas ao produtor, 26 têm ocupação permanente, 62 temporárias e 10 são consideradas parceiras (IBGE, 2017).

Em termos de uso de terras, a lavoura temporária ocupa uma extensão considerável, com 1.119 hectares dedicados a culturas sazonais distribuídos em 214 estabelecimentos, enquanto a lavoura permanente abrange 165 hectares distribuídos em 46 estabelecimentos, tendo ainda três estabelecimentos que dedicam 4 hectares ao cultivo de flores.

Em relação a áreas de matas ou florestas, o município possui 1.284 hectares de matas ou florestas naturais e 1.957 hectares de florestas ou matas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal. Além disso, 45 hectares são destinados a sistemas agroflorestais, onde espécies florestais são cultivadas para fins de lavouras e pastoreio por animais.

A diversificação nas atividades agrícolas nos estabelecimentos, sugere um potencial de crescimento e desenvolvimento de mercados variados do sistema produtivo local, com produção na lavoura permanente de uma ampla gama de culturas, incluindo açaí, pimenta-do-reino, banana, acerola, castanha de caju, coco-da-baía, laranja, manga, mamão, dendê e tangerina. No que se refere à produção das lavouras temporárias, são identificadas produções de abacaxi, abóbora, arroz, cana-de-açúcar forrageira, feijão fradinho, mandioca, melancia, milho e milho forrageiro (IBGE, 2017).

A tabela 14 abaixo, sintetiza a produção agrícola na lavoura temporária nos estabelecimentos do município, conforme os resultados do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 14 - Produção na lavoura temporária dos estabelecimentos agropecuários

Produção na Lavoura Permanente						
Produto	Nº de estabelecimentos com 50 pés e mais	Quantidade Produzida (toneladas)	Nº de pés existente com 50 pés e mais (unidades)	Área nos estabelecimentos (hectares)	Área colhida (hectares)	Valor da Produção
Açaí	22	36	10.000	20	8	R$ 59.741,00
Acerola	1	-	-	-	-	-
Banana	5	10	2.000	3	3	R$ 16.425,00
Castanha de Caju	1	-	-	-	-	-
Coco-da-Bahia	2	-	-	-	-	-

Cupuaçu	5	1	1.000	1	1	R$ 7.300,00
Dendê (coco)	1	-	-	-	-	-
Laranja	2	-	-	-	-	-
Limão	3	2	1.000	2	0	R$ 1.430,00
Manga	1	-	-	-	-	-
Mamão	2	-	-	-	-	-
Pimenta do reino	9	31	34.000	37	29	R$ 221.854,00
Tangerina	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos

Já a tabela 15, exibe os dados de produção nos estabelecimentos provenientes da lavoura temporária.

Tabela 15 - Produção na lavoura temporária dos estabelecimentos agropecuários

Lavoura Temporária				
Produto	Nº de estabelecimentos	Quantidade Produzida	Área colhida (hectares)	Valor da Produção
Abacaxi	9	4.000 frutos	1	R$ 4.319,00
Abóbora	3	-	-	R$ 564,00
Arroz	9	4 toneladas	5	R$ 3.011,00
Cana-de-açúcar forrageira	1	-	-	-
Feijão fradinho (grão)	13	5 toneladas	5	R$ 9.050,00
Mandioca	180	1.116 toneladas	154	R$ 1.289.226,00
Melancia	8	-	-	-
Milho (grão)	66	22 toneladas	43	R$ 24.111,00
Milho forrageiro	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos

No entanto, a limitada assistência técnica e o restrito acesso a financiamentos emergem como desafios a serem superados. A carência de equipamentos agrícolas, como tratores e semeadeiras/plantadeiras, também é uma das limitações enfrentadas no cenário dos estabelecimentos agrícolas do município, como demonstram os dados do Censo Agropecuário de 2017, com registro de apenas 12 estabelecimentos possuindo tratores, 4 possuindo semeaderas/plantadeiras, 2 com colheitadeiras e 4 com adubadeiras ou distribuidoras de calcário. Um ponto positivo é o baixo uso de agrotóxicos, com registro de apenas 31 estabelecimentos que fazem uso em suas produções (IBGE, 2017).

4.1.3.3 Emprego e Renda

No que se refere à estrutura e a dinâmica empresarial e organizacional do município de Santarém Novo, de acordo com o panorama geral das empresas e outras organizações formais ativas, divulgado anualmente por meio do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)[28] do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi registrado em 2021 um total de 26 empresas ou organizações juridicamente constituídas, isto é, registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Atualmente o setor do comércio é responsável pela concentração de maior parte das empresas do município (39,13%), com prevalecimento do comércio varejista, especialmente de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, mercadorias em geral e de materiais de construção. Outro setor que concentra boa parte das empresas e organizações formais é o setor de outros serviços (21,74%), composto por 4 organizações classificadas como organizações associativas e 1 de serviços de reparação de equipamentos de comunicação, seguido pelo setor agropecuário (8,7%) no seguimento de criação de bovinos (IBGE, 2023a).

De acordo com o Instituto, as informações publicadas no CEMPRE referem-se tanto a empresas quanto a órgãos da administração pública e a entidades sem fins lucrativos. Nesse contexto, os dados revelam que, para o ano de 2021, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,84%, sendo registrados um total de 601 pessoas formalmente ocupadas, destas, 581 com ocupação assalariada, a uma média salarial mensal de 1,7 salários mínimos, que corresponde a uma média mensal de R$1.863,99 (IBGE, 2023a).

As estatísticas anuais do CEMPRE referente aos anos de 2006 e 2021 revelam que o número de empresas ativas diminuiu em 25,71% desde o início do período, com maior registro no primeiro ano, quando alcançou um total de 35 empresas ou organizações formais em atividade e o menor número de empresas atuantes em 2015, com apenas 9 empresas ou organizações formais ativas.

O número de pessoas ocupadas no período também caiu, passando de 831 em 2006 para 601 em 2021, o que representa uma diminuição de 27,68% em relação ao ano inicial. Um aspecto interessante, é que mesmo com o baixo número de empresas e organizações ativas em 2009, os menores índices tanto de pessoas ocupadas, quanto de pessoas assalariadas foram

[28] O CEMPRE é atualizado anualmente com informações provenientes de pesquisas estruturais nas áreas de Comércio, Construção, Indústria e Serviços, bem como do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas (SIMCAD). Além disso, são considerados registros administrativos da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, como a RAIS e o CAGED, que estão gradualmente sendo substituídos pelo eSocial (IBGE, 2021).

registrados em 2015, com respectivamente, 306 e 289 pessoas nessas categorias.

Em contrapartida, o número de pessoas assalariadas cresceu 52,89% ao longo do período, o que representa um aumento significativo de postos de trabalho remunerados. Além disso, o salário médio mensal passou de 1,4 salários mínimos inicialmente para 1,7 em 2021, simbolizando um aumento de 21,43% em comparação ao primeiro ano, com menor valor percebido em 2020, onde a média salarial era de 1,1 salários mínimos mensais.

A evolução no panorama geral das empresas e outras organizações formais ativas no município, bem como, de suas variáveis econômicas de pessoal ocupado e salários no período correspondente aos anos de 2006 a 2021 é apresentada na tabela 16, a seguir.

Tabela 16 - Panorama de empresas e outras organizações ativas entre 2006 e 2021

Panorama Geral de Empresas e Outras Organizações Ativas e suas variáveis econômicas (Período referente aos anos de 2006 a 2021)					
Ano	**Nº de empresas e outras organizações atuantes**	**Pessoal ocupado total (pessoas)**	**Pessoal ocupado assalariado (pessoas)**	**Salário médio mensal (salários mínimos)**	**Evolução do Salário médio mensal (Reais)**
2006	35	831	380	1,4	R$ 458,26
2007	34	334	321	1,5	R$ 544,20
2008	12	409	393	1,5	R$ 605,96
2009	14	415	398	1,4	R$ 650,39
2010	16	483	477	1,5	R$ 772,85
2011	13	485	477	1,5	R$ 802,54
2012	18	606	590	1,6	R$ 984,88
2013	17	526	516	1,5	R$ 1.046,77
2014	13	540	531	1,5	R$ 1.111,13
2015	9	551	544	1,5	R$ 1.212,37
2016	11	608	599	1,4	R$ 1.237,36
2017	22	524	508	1,5	R$ 1.408,97
2018	19	306	289	1,5	R$ 1.476,61
2019	18	554	541	1,6	R$ 1.562,12
2020	22	835	820	1,1	R$ 1.140,85
2021	26	601	581	1,7	R$ 1.863,99

Elaborado pela autora - Fonte dos dados: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2021. IBGE, 2023a

No que se refere às estatísticas sobre as movimentações nas contratações de pessoal no cenário do mercado de trabalho formal, os dados do painel de informações do novo Cadastro

Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego registraram em 2022 um total de 21 admissões e 9 desligamentos no ano. Para o ano de 2023, até o mês de outubro, foram registradas 15 admissões e 13 desligamentos no conjunto dos setores de comércio, serviços, construção civil e agropecuário, com maiores admissões em 2022 nos dois primeiros citados. Já em 2023, o número de admissões foi maior no setor agropecuário, com maior concentração de contratados no setor do comércio.

No cenário regional, analisando os dados do CEMPRE para o ano-base de 2021 no âmbito da Região Geográfica Imediata de Capanema, observa-se que Santarém Novo possui o menor quantitativo de empresas e organizações ativas, enquanto que Peixe-Boi possui o menor contingente de pessoas ocupadas e assalariadas no conjunto dos municípios.

Por outro lado, Capanema se destaca por liderar o ranking de tanto de empresas formais ativas, quanto de pessoal ocupado e assalariado, com respectivamente 1.052 empresas atuantes, 10.296 pessoas ocupadas e 9.093 trabalhadores assalariados. Salinópolis também apresenta números significativos, com 590 empresas ativas, 5.473 pessoas ocupadas e 4.851 indivíduos com ocupação assalariada, como demonstrado na tabela 17, abaixo.

Tabela 17 - Panorama da região imediata de Capanema no Cadastro central de empresas (2021)

Panorama Regional da Região Imediata de Capanema no Cadastro Central de Empresas (2021)					
Município	**Nº de empresas e outras organizações atuantes**	**Pessoal ocupado total (pessoas)**	**Pessoal ocupado assalariado (pessoas)**	**Salário médio mensal (salários mínimos)**	**Salário médio mensal (Reais)**
Bonito	65	2.439	2.372	1.5	R$ 1.664,27
Capanema	1.052	10.296	9.093	1.7	R$ 1.904,56
Nova Timboteua	91	1.050	946	1.7	R$ 1.853,20
Peixe-Boi	32	518	485	1.6	R$ 1.742,95
Primavera	60	1.095	1.039	2.1	R$ 2.297,35
Quatipuru	33	681	654	1.8	R$ 1.948,33
Salinópolis	590	5.473	4.851	1.7	R$ 1.907,01
Santarém Novo	26	601	581	1.7	R$ 1.863,99
São João de Pirabas	93	1.553	1.456	1.6	R$ 1.774,00

Elaborado pela autora - Fonte dos dados: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2021. IBGE, 2023a

De acordo com a tabela, os municípios apresentam salários médios mensais inferiores às médias estadual (2,7 salários mínimos) e nacional (3,0 salários mínimos), girando em torno

de 1,6 a 2,1 salários mínimos, com destaque para Primavera, que tem o salário médio mais alto (2,1 salários mínimos) com média mensal de R$2.297,35. Contrariamente, Peixe-Boi possui os menores salários médios mensais, registrando uma marca de 1,5 salários mínimos no ano, o equivalente a uma média mensal de R$1.664,27.

4.1.3.4 Assistência Social

A compreensão da dinâmica socioeconômica e do impacto dos programas sociais desempenham um papel fundamental na análise da realidade municipal bem como da eficácia da assistência social em Santarém Novo/PA. Nesse contexto, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o Programa Bolsa Família são instrumentos essenciais para a identificação e o apoio às famílias de baixa renda na região.

O Cadastro Único é um banco de dados do Governo Federal que registra informações socioeconômicas de famílias de baixa renda domiciliadas em todo o território brasileiro. Essas famílias geralmente possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, o equivalente a R$660,00 em 2023, com uma renda familiar total de até 3 salários mínimos (R$3.960,00), sendo este também o critério para inclusão no Programa.

A atualização desses registros é fundamental para a concessão de benefícios e serviços de diversos programas sociais, além de possibilitar o mapeamento das vulnerabilidades locais, podendo ser utilizadas no planejamento de ações e na seleção de beneficiários para programas sociais gerenciados por estados ou municípios (MDS, 2023*b*).

A partir dos dados e indicadores apresentados, é possível avaliar a cobertura, a gestão e o impacto desses programas no município, fornecendo um entendimento mais efetivo sobre a assistência social local e sua relevância na redução da desigualdade e na promoção do bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Em Santarém Novo, de acordo com os dados Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2023*b*), disponíveis no Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, até agosto de 2023, havia um total de 3.290 famílias inseridas no Cadastro Único, o que demonstra uma forte adesão do município ao programa. Dentre essas famílias, 2.521 haviam atualizado suas informações nos últimos dois anos, o que representa uma taxa de atualização total nos cadastros de aproximadamente 77%, sugerindo um bom acompanhamento das condições socioeconômicas das famílias.

Além disso, o relatório aponta que 2.558 famílias possuíam renda mensal de até meio salário mínimo. Destas, 2.144 mantinham seus registros atualizados, representando uma taxa

de atualização cadastral de 84% (MDS, 2023*b*). Isso indica que a maioria das famílias cadastradas pertencem ao público-alvo do Programa, encontrando-se em condições de vulnerabilidade econômica.

Ao analisar de forma mais detalhada as famílias inscritas no programa, observa-se uma distribuição significativa conforme as faixas de renda. Cerca de 22% das famílias cadastradas apresentam renda familiar superior a meio salário mínimo, totalizando 732 famílias. Em contrapartida, 10% do total, ou seja, 320 famílias, estão classificadas como de baixa renda. O cenário destaca-se principalmente pela presença expressiva de famílias enquadradas em situação de pobreza, que abrange aproximadamente 68% do total de famílias inscritas, o que corresponde a de 2.238 famílias nessa faixa (MDS, 2023*a*).

Com relação ao número de pessoas cadastradas, chama a atenção o fato de que o total de inscritos no programa ultrapassa consideravelmente o número de habitantes registrados no censo demográfico de 2022, o que pode estar atrelado ao fato de que 23,37% das famílias estão com seus cadastros desatualizados, que corresponde a 769 famílias.

O número total de pessoas inscritas no CadÚnico até agosto de 2023 é de 7.084 pessoas, sendo 3.558 do sexo masculino (50,23%) e 3.526 do sexo feminino (49,77%). Levando em consideração o número atual de residentes pelo Censo demográfico 2022, o número de inscritos no CadÚnico supera em 15,83% o contingente populacional do município, o que equivale a um acréscimo de 968 pessoas em relação ao total de habitantes, com uma diferença percentual de 5,77% a mais no quantitativo de homens e 10,06% de mulheres.

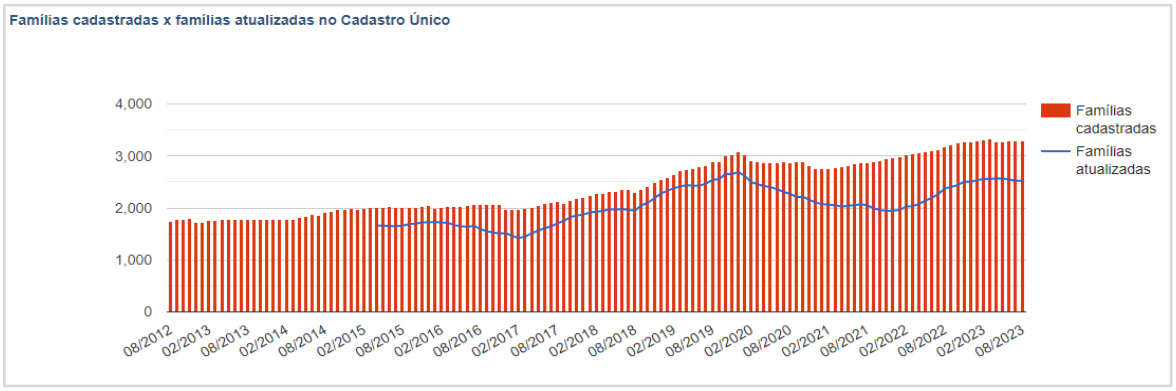
Além disso, observa-se uma distribuição bastante heterogênea das condições de renda dos inscritos no programa. Das 7.084 pessoas registradas, apenas 14% possuem renda superior a meio salário mínimo, totalizando 1.015 pessoas nessa categoria. Em contrapartida, 835 delas (12% dos inscritos) se enquadram na faixa de baixa renda. O destaque vai para os 74% que estão enquadrados em situação de pobreza, atingindo 5.234 pessoas. Esses indicativos ressaltam a alta demanda por políticas sociais que visem à melhoria das condições de vida dessas famílias no contexto municipal.

Analisando os dados do painel de informações do CadÚnico, destaca-se que as maiores flutuações nos números de inscritos ocorreram entre agosto de 2018 e dezembro de 2019, período em que houve um crescimento acentuado no número de cadastros. Nesse intervalo, o programa viu seu número de famílias inscritas aumentar de 2.296 para 3.074, o que representou um acréscimo significativo de 33,89%.

O mesmo período também testemunhou o maior crescimento nas atualizações cadastrais

desde a adesão do programa, com o total de cadastros atualizados subindo de 1.953 para 2.691, um aumento de 37,79% nas atualizações cadastrais, como pode ser observado visualmente no gráfico 39 disponível no painel de monitoramento do programa.

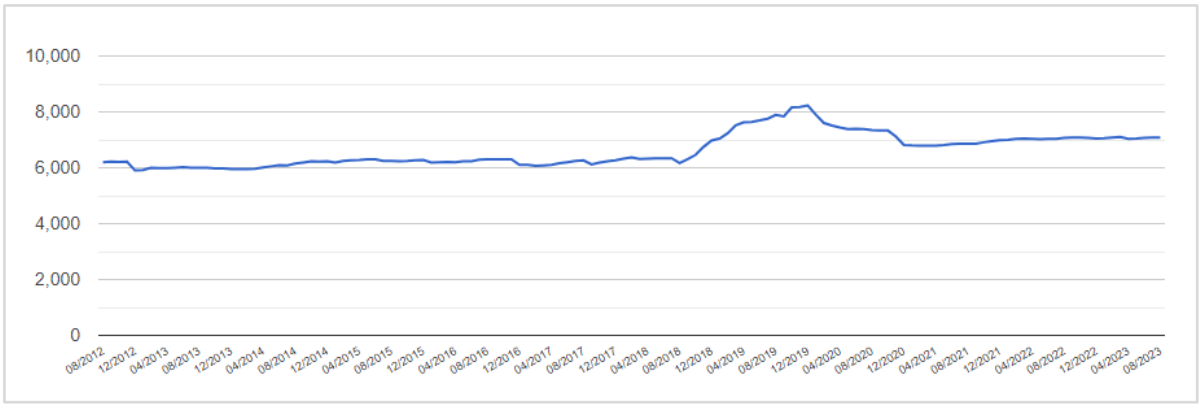
Gráfico 39 - Quantidade de e famílias cadastradas no CadÚnico



Fonte: Painel de informações do Cadastro Único, 2023

De forma análoga, o número de pessoas cadastradas no programa também vivenciou um maior crescimento no período agosto de 2018 e dezembro de 2019, com um aumento de 34,44% no número de pessoas cadastradas, saltando de 6.173 para 8.299 pessoas. O gráfico 40 disponibilizado no painel de monitoramento do CadÚnico demonstra a evolução cadastral no período de agosto de 2012 a agosto de 2023.

Gráfico 40 - Pessoas cadastradas no CadÚnico de agosto de 2012 a agosto de 2013



Fonte: Painel de informações do Cadastro Único, 2023

Entre os grupos etários com maior participação de indivíduos cadastrados no programa, destacam-se os dos grupos de crianças e jovens entre 7 e 15 anos (16,93%), seguido pelos grupos de adultos com idade entre 25 a 34 anos (15,78%), os com idade entre 18 a 24 (11,66%) e os de crianças com idade entre 0 e 4 anos (8,82%), com maior predominância de homens na

maioria dos grupos. Em relação à situação domiciliar das famílias cadastradas, 31,79% estão localizadas na área urbana, enquanto que 68,21% das famílias são residentes das áreas rurais.

Além disso, o município tem obtido repasses adicionais significativos advindo de programas de fortalecimento como o Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS) na qual repassou um montante de R$ 69.124,82 em março de 2023, a fim de apoiar a gestão do Cadastro Único.

Além dos recursos recebidos do PROCAD-SUAS, o município também obteve um repasse financeiro de R$4.329,62 em agosto de 2023, como resultado de seu desempenho na gestão dos programas sociais ao alcançar um índice de 0,81 no IGD-M. O recurso soma-se ao montante de R$23.551,42 repassados ao longo do ano de 2023 calculados com base no IGD-M. A saber, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador que avalia os resultados mensais alcançados pela gestão municipal ou estadual no âmbito do Bolsa Família e Cadastro Único e os recursos recebidos devem ser aplicados para aprimorar a gestão desses programas (MDS, 2023*b*).

Conforme o relatório, o município se enquadra no critério de repasse adicional para todos os municípios situados na Amazônia Legal, com exceção dos repasses às metrópoles, estabelecido pelo inciso III do art. 5º da Portaria MDS nº 871/2023 (MDS, 2023*b*).

O Programa Bolsa Família, implementado no município de Santarém Novo, emerge como um pilar essencial nas políticas sociais locais. Desde a sua criação em outubro de 2003 e posterior retomada pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, o programa do Governo Federal desempenha um papel crucial no panorama social do país, constituindo-se como uma importante ferramenta na construção de uma rede de proteção social abrangente e efetiva.

Sob a gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), o Bolsa Família tem como principal objetivo prover auxílio financeiro direto a famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo significativamente para a redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. Além do suporte financeiro, o programa busca fortalecer o acesso à direitos básicos como saúde, educação e assistência social, estendendo-se a ações complementares por meio da articulação com diversas políticas (MDS, 2023*b*).

O município de Santarém Novo/PA vem desempenhando um papel essencial no contexto das políticas sociais, notadamente através dos programas governamentais voltados para a promoção da inclusão e redução das desigualdades socioeconômicas. Historicamente, o Programa Bolsa Família foi um elemento crucial nesse cenário, beneficiando, até outubro de 2021, um total de 1.657 famílias desde sua criação em janeiro de 2004. O período de auge do

programa no município, acompanha o período de maior pico no cadastramento do CadÚnico, em 2019, onde foram contempladas 2.039 famílias.

A transição para o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, marcou uma outra fase nas políticas sociais do município. Com nove modalidades distintas de benefícios, integrando diversas áreas, como assistência social, saúde, educação, emprego e renda, formando o núcleo básico denominado cesta-raiz. Em dezembro de 2022, o município de Santarém Novo/PA beneficiou 2.096 famílias, totalizando um investimento de R$1.254.153,00, com um benefício médio de R$609,11, de acordo com informações do antigo Ministério da Cidadania.

Os benefícios do Programa Auxílio Brasil se desdobram em diversas categorias, como o Benefício Primeira Infância (BPI), destinado a crianças de 0 a 36 meses, o Benefício Composição Familiar (BCF) para gestantes, nutrizes e pessoas de 3 a 21 anos, o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), o Benefício Compensatório de Transição (BCOMP) para famílias migrantes do Bolsa Família, e os Benefícios Extraordinários para complementar renda familiar.

Paralelamente, o auxílio financeiro do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, iniciado em novembro de 2021, busca mitigar o impacto do aumento no preço do gás de cozinha sobre as famílias de baixa renda. Em dezembro de 2022, 713 famílias foram beneficiadas, representando um investimento de R$79.856,00.

A tabela 18, a seguir, sintetiza a evolução na concessão dos benefícios pelo Programa Auxílio Brasil e Auxílio Gás dos Brasileiros no período de janeiro a dezembro de 2022, de acordo com o relatório do Programa Auxílio Brasil de dezembro de 2022.

Tabela 18 - Concessão de benefícios pelo Programa Auxílio Brasil

Meses	Auxílio Brasil					Programa Auxílio Gás dos Brasileiros
	BPI	BCF	BSP	BCOMP	Benefício Extraordinário	
Dezembro/2022	254	2.139	1.865	330	1.926	713
Novembro/2022	254	2.139	1.865	330	1.926	0
Outubro/2022	251	2.142	1.898	342	1.944	712
Setembro/2022	248	2.125	1.879	348	1.917	0
Agosto/2022	240	2.185	1.847	357	1.883	706
Julho/2022	216	2.159	1.692	356	1.708	0
Junho/2022	224	2.150	1.710	358	0	709
Maio/2022	229	2.148	1.730	492	0	0

Abril/2022	236	2.136	1.759	509	0	709
Março/2022	245	2.116	1.766	509	0	0
Fevereiro/2022	240	2.081	1.811	527	0	722
Janeiro/2022	240	2.081	240	527	0	0

Fonte: Relatório do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único, 2022.

Com a retomada do Programa Bolsa Família em junho de 2023, de acordo com o MDS (2023*b*), 1.975 famílias foram atendidas, em outubro de 2023, beneficiando 4.889 pessoas, com um investimento total de R$1.298.359,00 e um benefício médio de R$681,20.

No novo Programa, destacam-se diversos tipos de benefícios, como o Benefício de Renda de Cidadania (BRC) pago por integrante familiar, o Benefício Complementar (BC), o Benefício Primeira Infância (BPI) destinado à crianças com idade entre 0 e 7 anos incompletos, o Benefício Variável Familiar (BVF) para famílias que possuírem em sua composição: gestantes, nutrizes, crianças entre 7 e 12 anos incompletos ou adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos incompletos e o Benefício Extraordinário de Transição (BET) para famílias migrantes do Programa Auxílio Brasil.

O Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, atualizado em fevereiro de 2023, pela Medida Provisória nº 1.155 de 1º de janeiro de 2023, proporciona atualmente um benefício médio de R$110,00, pago em dobro nos meses pares. Essa parcela dobrada, denominada Adicional Complementar, mantém caráter temporário até a implementação de um novo programa. Atualmente o município conta com 648 famílias beneficiadas pelo Programa, totalizando um investimento de R$68.688,00 (MDS, 2023*b*).

A tabela 19, a seguir, sintetiza o número de benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família e Auxílio Gás dos Brasileiros no mês de outubro de 2023, de acordo com o relatório do Programa Bolsa Família.

Tabela 19 - Benefícios concedidos pelo Programa Bolsa Família em outubro de 2023

Mês	**Programa Bolsa Família 2023**					**Programa Auxílio Gás dos Brasileiros**
	BRC	**BC**	**BPI**	**BVF**	**BET**	
Outubro/2023	4.889	1.828	742	1.296	17	648

Fonte: Relatório do Programa Bolsa Família, 2023

Ao ser implementado, o Programa Bolsa Família estabelece uma importante dinâmica de compromissos entre as famílias beneficiárias e o poder público, conhecidos como condicionalidades, que visam fortalecer o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes

aos serviços de saúde e educação.

No âmbito da Saúde, as condicionalidades incluem a realização de pré-natal, o cumprimento do calendário nacional de vacinação e o acompanhamento do estado nutricional para beneficiários com até 7 anos de idade incompletos. Quanto à Educação, as famílias devem assegurar a frequência escolar mínima, que varia de 60% para beneficiários de 4 a 6 anos de idade incompletos a 75% para aqueles de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Em relação às condicionalidades de Educação, observou-se que, após a interrupção devido à pandemia de Covid-19, houve a retomada obrigatória do acompanhamento no terceiro período de 2022. Em julho de 2023, 1.324 beneficiários de 4 a 18 anos tinham perfil para acompanhamento, o município conseguiu acompanhar 999 beneficiários (as), alcançando uma cobertura de 75,5%, ficando abaixo da média nacional (76,2%).

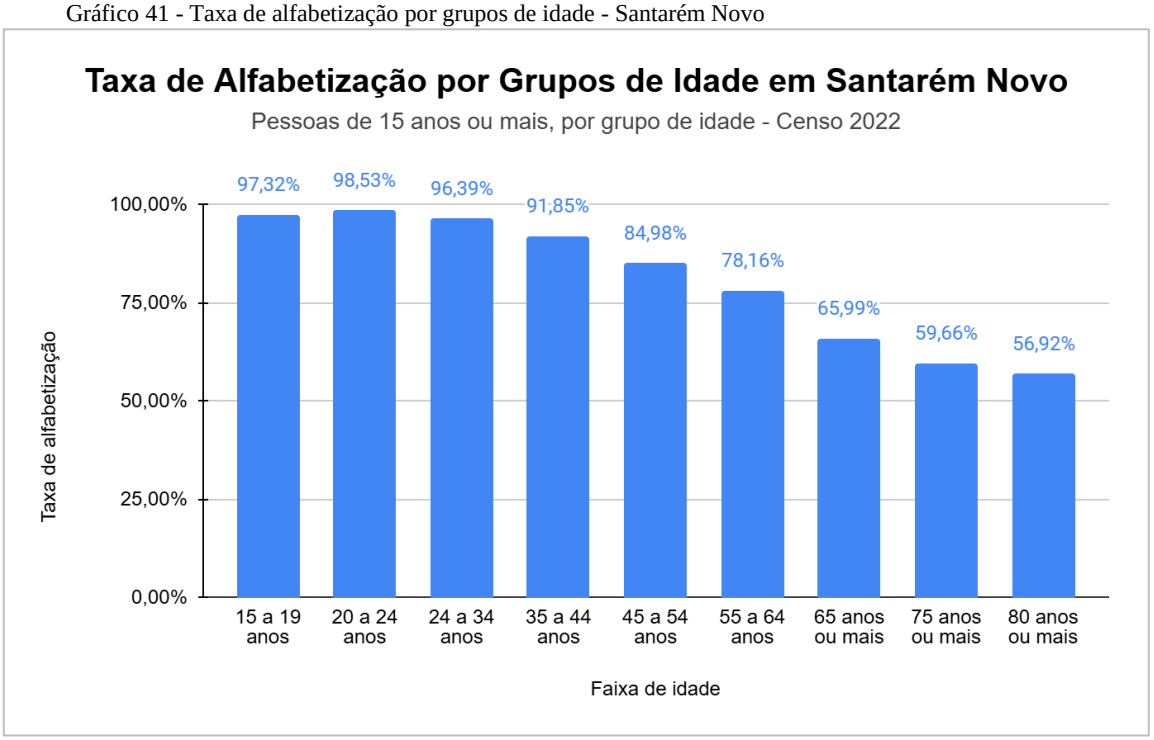
Quanto às condicionalidades de Saúde, em junho de 2023, 2.864 beneficiários, composto pelo público de crianças menores de 7 anos e mulheres, tinham perfil para acompanhamento. Santarém Novo obteve uma cobertura de 83,1% da agenda de saúde (2.381 beneficiários), ultrapassando o resultado nacional de 78,2%.

4.1.3.5 Educação

No âmbito educacional, o município apresenta uma taxa de alfabetização de 88,28% entre as pessoas com 15 anos ou mais, de acordo com os dados do Censo 2022. Isso equivale a um total de 4.167 indivíduos alfabetizados, em contraste com 553 pessoas não alfabetizadas (11,72%). Apesar de significativa, a taxa de alfabetização no município ainda se encontra abaixo das médias estadual e nacional, que são de 91,24% e 93%, respectivamente.

A análise por gênero revela uma ligeira superioridade em relação à taxa de alfabetização entre as mulheres, correspondendo a 89,16%, enquanto que entre os homens esse percentual é de 87,38%. Ao observar a distribuição por grupos de idade, verifica-se que as faixas etárias com maiores percentuais de alfabetização correspondem aos grupos mais jovens, respectivamente, entre os grupos de 20 a 24 anos (98,53%), 15 a 19 anos (97,32%) e 25 a 34 anos (96,39%). Em contrapartida, os grupos de idade mais avançada apresentam os menores índices de alfabetização, especialmente, os grupos acima de 65 anos (65,99%), 75 anos (59,66%) e 80 anos (56,92%), como demonstra o gráfico 41, a seguir.

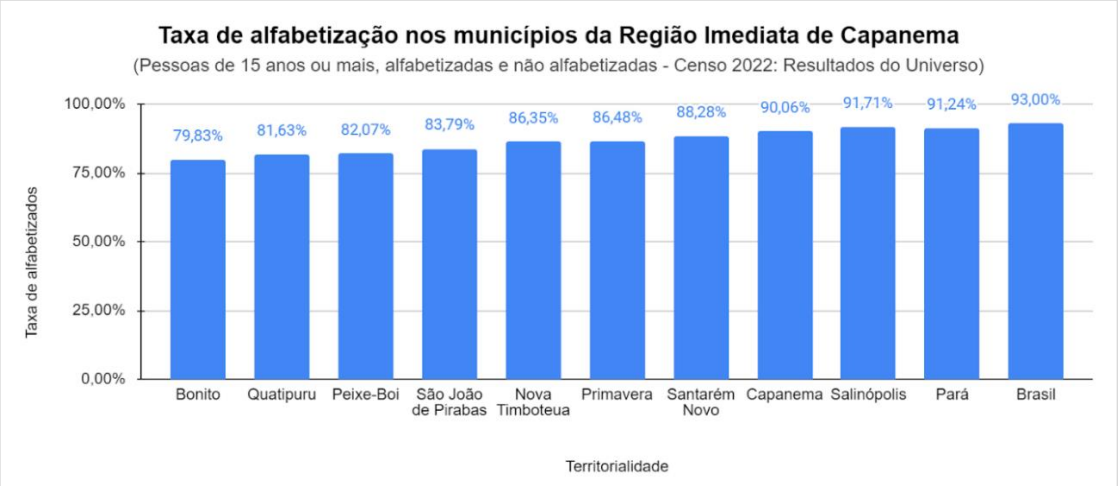
Gráfico 41 - Taxa de alfabetização por grupos de idade - Santarém Novo



Fonte: Censo 2022: Taxa de alfabetização por grupos de idade - Resultados do universo

No contexto regional, Santarém Novo figura entre os três municípios com as maiores taxas de alfabetização na região imediata de Capanema, sendo superado apenas por Salinópolis, com 91,71%, e Capanema, com 90,06%. Em contraste, o município de Bonito possui o menor índice de alfabetização na região, com apenas 79,83%, como demonstra o gráfico 43, a seguir.

Gráfico 42 - Taxa de alfabetização nos municípios da Região Imediata de Capanema - Censo 2022



Fonte: Censo 2022: Alfabetização - Resultados do universo

A tabela 20, a seguir, detalha as taxas de alfabetização e não alfabetização dos municípios:

Tabela 20 - Taxa de alfabetização nos municípios da região Imediata de Capanema

Taxa de Alfabetização nos Municípios da Região Imediata de Capanema				
Município	**Taxa de alfabetizados**	**Taxa de Não alfabetizados**	**Nº de Alfabetizados**	**Nº de não alfabetizados**
Bonito	79,83%	20,17%	7.751	1.958
Capanema	90,06%	9,94%	49.742	5.489
Nova Timboteua	86,35%	13,65%	8.855	1.400
Peixe-Boi	82,07%	17,93%	5.388	1.177
Primavera	86,48%	13,52%	7.215	1.128
Quatipuru	81,63%	18,37%	7.201	1.837
Salinópolis	91,71%	8,29%	31.696	2.864
Santarém Novo	88,28%	11,72%	4.167	553
São João de Pirabas	83,79%	16,21%	13.158	2.546
Pará	**91,24%**	**8,76%**	**5.592.512**	**536.677**
Brasil	**93,00%**	**7,00%**	**151.547.694**	**11.403.801**

Fonte: Censo 2022: Alfabetização - Resultados do universo

No tocante à configuração da estrutura educacional no município de Santarém Novo, com base nas estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica e na catalogação das escolas presentes na base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2023a; 2023b), até o ano de 2022, o número de instituições de ensino básico, distribui-se em 17 unidades, das quais 12 encontram-se em áreas rurais e 5 na área urbana, todas sob a gestão da rede pública de ensino.

Nesse contexto, 12 dessas escolas operam no âmbito do Ensino Infantil, abarcando a fase pré-escolar, sendo que 2 delas desempenham também o papel de creche, uma situada na sede municipal (área urbana) e outra com turmas na vila de Pedrinhas (área rural).

No segmento do Ensino Fundamental, atualmente, 14 instituições estão em pleno atividade, com 13 delas direcionadas aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e 4 atuando nos anos finais (6º ao 9º ano), das quais 6 incorporam também a etapa de Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental (EJA). Vale mencionar que, além da sede municipal, apenas os pólos rurais de Santo Antônio dos Trombetas, Peri Meri e Jutaizinho ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Quanto à EJA, além dessas quatro localidades, o ensino também é ofertado em Pedrinhas e Jutaí Grande. As demais escolas situadas na área rural destinam-se exclusivamente ao ensino infantil, abrangendo a pré-escola e/ou os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) (INEP, 2023a).

No âmbito do ensino médio, destaca-se a presença de uma única escola, situada na sede

municipal, sob a administração estadual. Por outro lado, as demais instituições de ensino, englobando os níveis infantil, fundamental e EJA, encontram-se sob a responsabilidade do poder público municipal.

Dentre o conjunto de escolas, 12 delas estão habilitadas para o atendimento educacional especializado, os quais podem incluir alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos com alguma forma de deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TE) e/ou Altas Habilidades/Superdotação. Dessas, cinco estão localizadas na área urbana (4 municipais e 01 estadual), enquanto sete estão distribuídas nas áreas rurais. Atualmente, apenas as escolas situadas nas comunidades de Pedrinhas, Brasileiro, Santa Terezinha, Pau Amarelo e Clemente não oferecem atendimento específico para grupos de educação especial, de acordo com os dados do INEP (2023a; 2023b).

A maioria expressiva das instituições de ensino destinadas à educação especial dispõe de salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e banheiros adaptados ao público, totalizando, respectivamente, 10 e 12 escolas. Adicionalmente, todas as escolas implementam mediação didático-pedagógica, sendo que 7 delas oferecem (não exclusivamente) também atendimento complementar, distribuídas entre 3 na rede de ensino municipal urbana e 4 na rural (INEP, 2023b).

Quanto à infraestrutura nas escolas, embora a maioria tenha acesso à internet banda larga, constata-se uma carência de equipamentos informáticos destinados ao uso dos alunos, sobretudo nas escolas localizadas em áreas rurais. Ademais, destaca-se que apenas a escola estadual possui laboratório de informática, evidenciando uma lacuna nesse aspecto. A carência de bibliotecas e/ou salas de leituras entre as escolas de áreas rurais, também é notável, especialmente nas escolas situadas em áreas rurais, onde somente 3 delas apresentam tais instalações (INEP, 2023b).

A análise temporal do número de escolas em funcionamento por nível e etapa de ensino revela uma adaptação à demanda no município, com uma redução gradual, principalmente no Ensino Infantil e Fundamental, ao longo dos anos. No Ensino Infantil, observa-se uma diminuição de 19 escolas em 2008 para 12 em 2022 (INEP, 2023b). Por outro lado, nos últimos observou-se que diversas unidades vêm sendo reformadas, principalmente as escolas situadas em áreas rurais, como em Jataizinho, Jutaí Grande, Iraquara, na sede, além da formação de convênios para construção de novas unidades de ensino.

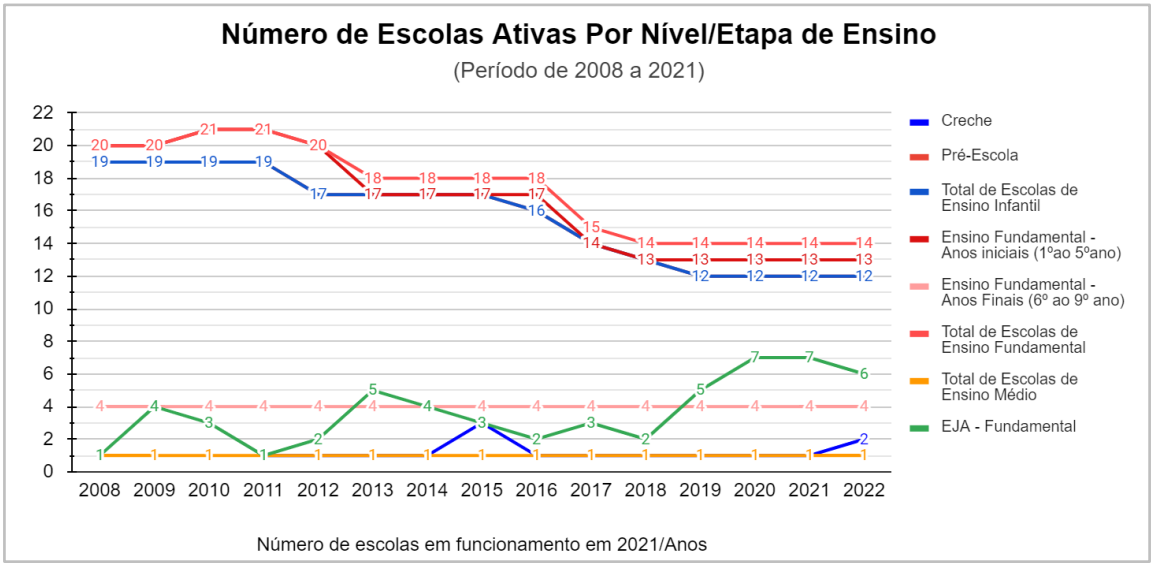
No Ensino Fundamental, a quantidade de escolas oferecendo ensino do 1º ao 5º ano variou de 20 em 2008 para 13 em 2022, resultando em uma diminuição de 35% nessa categoria.

Em contrapartida, o número de escolas que ofertam ensino do 6º ao 9º ano permaneceu inalterado ao longo dos anos, assim como o número de escolas do Ensino Médio, que se manteve constante com uma unidade ao longo desse período (INEP, 2023b).

O destaque vai para o aumento expressivo no número de ofertas de ensino da Educação de Jovens e Adultos do Fundamental (EJA), que saltou de 1 escola em 2008 para 6 escolas em 2022, representando um aumento de 500% em relação ao ano inicial em análise. A maior oferta ocorreu nos anos de 2020 e 2021. Além disso, observa-se que o número de creches ativas dobrou desde sua implementação em 2001 (INEP, 2023b).

O gráfico 43, a seguir, demonstra a evolução no número de escolas ativas por nível/etapa de ensino da rede pública municipal (Ensino Infantil, Fundamental e EJA) e da rede de ensino estadual (Ensino Médio).

Gráfico 43 - Número de escolas ativas por nível/etapa de ensino



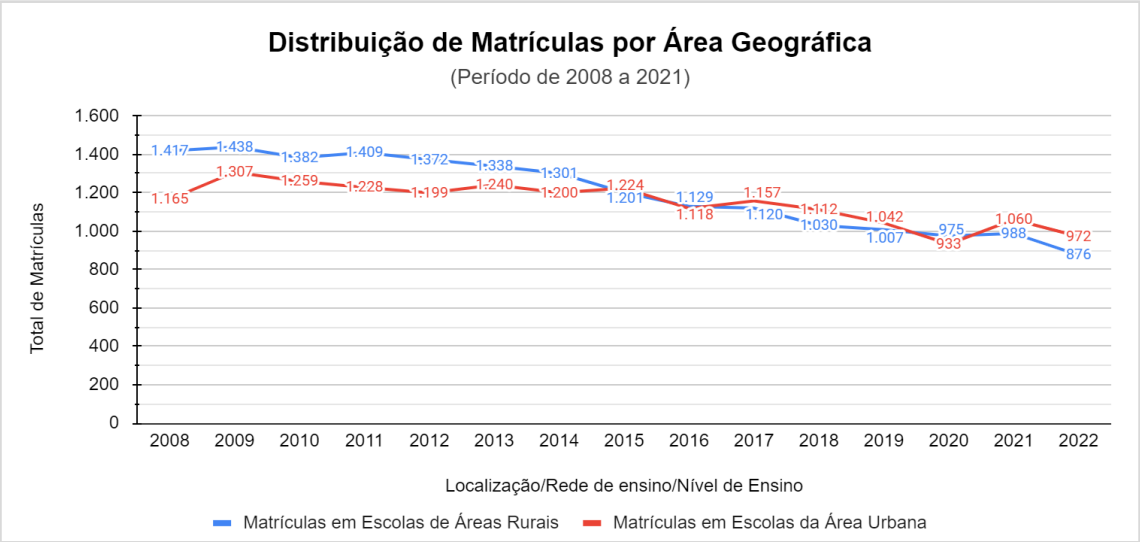
Fonte: INEP, 2023*b* / Censo Escolar (Sinopse 2021), IBGE.

A respeito da distribuição no número de matrículas na rede pública de ensino do município de Santarém Novo ao longo do período de 2008 a 2022, de maneira global, observa-se uma tendência de diminuição no total de alunos matriculados, tanto em áreas rurais quanto urbanas. A maior redução no volume de alunos matriculados ocorreu nas escolas situadas em áreas rurais, apresentando um percentual 38,18% menor em 2022 em comparação com 2008. Na área urbana, essa diminuição foi de 16,57% no mesmo período.

Em uma análise temporal, observa-se que até 2014, predominava a matrícula de alunos nas áreas rurais. No entanto, após esse período, essa tendência se inverteu, com maior predominância de alunos inscritos em escolas da área urbana, com poucas variações nos anos

seguintes, o que sugere o acompanhamento da tendência de crescimento populacional na área urbana, como demonstra o gráfico 44, a seguir.

Gráfico 44 - Distribuição de matrículas por área geográfica



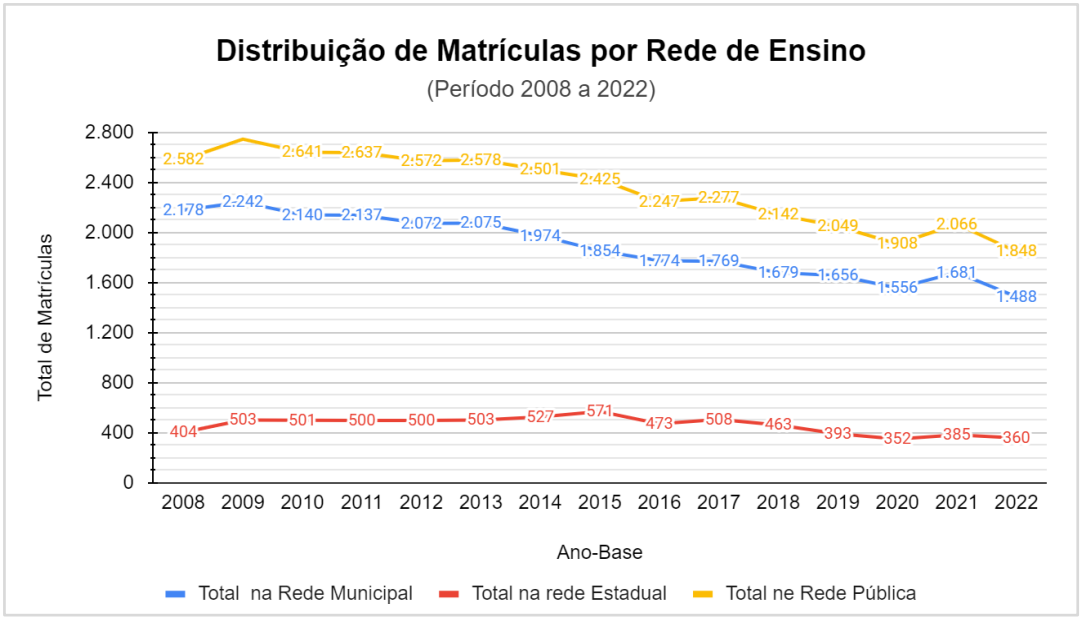
Fonte: Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

De maneira global, o município experimentou uma redução de 28,43% no volume total de matrículas na rede pública de ensino, passando de 2.582 em 2008 para 1.848 em 2022. O maior volume de matrículas ocorreu em 2012, totalizando 2.745 alunos no conjunto das redes de ensino municipal e estadual. Em contrapartida, o ano de 2022 registrou o menor número de alunos matriculados.

O ensino municipal, responsável pela educação infantil, fundamental e EJA, registrou o maior volume de matrículas em 2022, com 1.488 alunos, o que representa cerca de 56,49% de todas as matrículas escolares. Contudo, observou-se que este grupo também foi o que apresentou uma maior redução ao longo anos, simbolizando um declínio de 31,68% no número de alunos matriculados do início ao final do período em análise.

Na rede estadual, a proporção de alunos matriculados permaneceu relativamente estável, com uma redução de 10,89% no em todo o período, passando de 2.178 matrículas em 2008 para 1.488 em 2022, como demonstra o gráfico 45, a seguir.

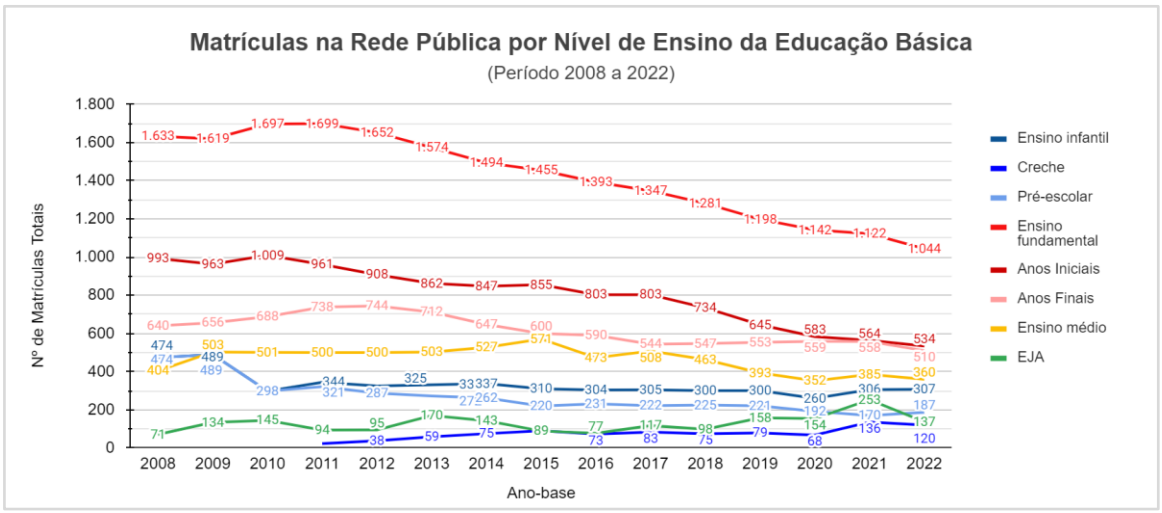
Gráfico 45 - Distribuição de matrículas por rede de ensino



Fonte: Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

No tocante à segmentação por níveis e grupos de ensino, destaca-se o ensino fundamental como o grupo com o maior número de alunos matriculados em 2022, totalizando 1.044 estudantes. Contudo, ressalta-se que esse mesmo grupo enfrentou a maior redução no número de matrículas ao longo dos anos, registrando uma diminuição significativa de 36,07% desde 2008.Por outro lado, os grupos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da creche registraram aumentos expressivos em comparação com os números iniciais. Com destaque para esta última, a qual teve o maior índice de expansão de todos os grupo, correspondendo a uma evolução de 421,74%, como demonstra o gráfico 46 a seguir.

Gráfico 46 - Matrículas na rede pública por nível de ensino da educação básica



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

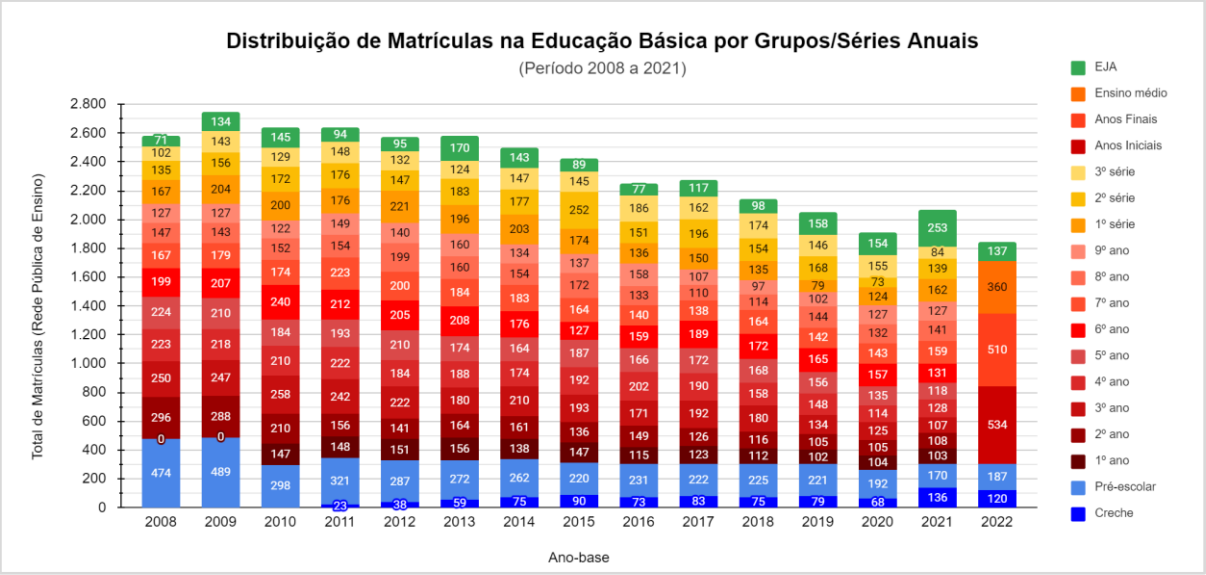
Em uma análise mais detalhada, observa-se que o número de alunos matriculados na área rural teve uma redução expressiva no contexto do ensino infantil, especialmente a pré-escola, com 66,67% menos matrículas do que comparado à 2008. Além disso, observa-se que o total de matrículas para o ensino fundamental nas áreas rurais teve declínio mais expressivo nas turmas de ensino dos anos iniciais do 1º ao 5º ano (-54,60%), enquanto na área urbana, esse percentual foi maior nas turmas dos anos finais, do 6º ao 9º ano (-43,41%).

Na esfera urbana, nota-se que apesar da diminuição nas matrículas da pré-escola, ocorreu um aumento global nas matrículas da educação infantil, impulsionado, em parte, pelo aumento das matrículas na creche. Ademais, registra-se uma acentuada redução nas matrículas dos anos finais do ensino fundamental nas áreas urbanas, apresentando uma queda significativa de 43,41%.

No que concerne à transformação observada na dinâmica educacional do município, é plausível inferir que a tendência de redução no número total de matrículas está correlacionada às mudanças demográficas locais. Essa tendência pode ser atribuída a fatores como migração da população, envelhecimento demográfico ou flutuações na taxa de natalidade.

Ao olhar o panorama das matrículas na rede pública de ensino do município de Santarém Novo por séries anuais, torna-se mais evidente essa distribuição ao longo dos anos. O gráfico 47, a seguir, ilustra essa tendência, proporcionando uma visualização clara e elucidativa das transformações na matrícula ao longo do período analisado.

Gráfico 47 - Distribuição de matrículas na educação básica por grupos/séries anuais



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

Em 2022, a média de alunos por turma na Educação Infantil no município de Santarém Novo apresentou variações distintas entre as áreas urbana e rural. Na área urbana, a média foi de 13,8 alunos por turma, sendo 13,6 na Creche e 14,2 na Pré-Escola. Já na área rural, observou-se uma média de 13,4 alunos por turma, com 10,0 na Creche e 14,2 na Pré-Escola. Globalmente, a média total na Educação Infantil foi de 13,7 alunos por turma.

No que concerne ao Ensino Fundamental em 2022, as médias de alunos por turma nos Anos Iniciais foram de 20,0 na área urbana e 17,9 na área rural, totalizando uma média global de 18,6. Nos Anos Finais, a média foi de 22,9 na área urbana e 20,3 na área rural, resultando em uma média total de 21,3 alunos por turma no Ensino Fundamental.

Quanto ao Ensino Médio, a média total de alunos por turma na área urbana foi de 27,7. Por fim, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a média total na área rural foi de 16,7 alunos por turma em 2022.

De forma geral, as maiores médias de alunos por turma nos diferentes níveis educacionais foram registradas na área urbana, ressaltando um cenário educacional com uma concentração maior de estudantes. Essas disparidades podem ser atribuídas a fatores como infraestrutura, uma vez que áreas urbanas tendem a ter uma infraestrutura educacional mais desenvolvida, com um maior número de escolas e salas de aula. Isso pode permitir acomodar um maior contingente de alunos em cada turma. Além de fatores como acesso a recursos, variedade de oferta, demanda por vagas, dentre outros.

A distorção idade/série é um indicador educacional que evidencia a defasagem entre a idade do aluno e a série em que ele está matriculado, revelando possíveis atrasos na trajetória escolar. Quanto maior a taxa de distorção, maior a probabilidade de que os estudantes estejam defasados em relação à série adequada para sua faixa etária.

Ao analisar os dados do município referentes ao ano de 2022, constatou-se que a taxa de distorção de idade/série no ensino fundamental apresenta variações significativas entre os anos iniciais e finais, bem como entre as áreas urbana e rural. Nos anos iniciais, a taxa é de 9,2% na área urbana e 9,7% na área rural. Já nos anos finais, observa-se uma distorção mais acentuada, alcançando 29,6% na área urbana e 34,2% na área rural. A média total para o ensino fundamental é de 20,3% na área urbana, 20,9% na área rural e 20,7% no geral.

No contexto do ensino médio, a taxa de distorção atinge um valor considerável de 43,6%, indicando uma defasagem expressiva entre a idade dos alunos e a série em que estão matriculados. A disparidade entre as taxas de distorção de idade/série no ensino fundamental

em comparação com as do ensino médio pode indicar uma transição crítica na trajetória educacional dos estudantes no município, apontando para desafios específicos enfrentados pelos estudantes ao ingressarem no ensino médio. A alta taxa de distorção pode refletir, por exemplo, dificuldades de adaptação ou mesmo problemas estruturais na oferta dessa etapa educacional.

Com relação à distribuição de docentes por nível de ensino, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2022 (INEP, 2023*b)* no cenário atual, a estrutura docente em Santarém Novo revela um panorama em que o Ensino Fundamental concentra o maior número de professores, totalizando 95 profissionais, seguido pelo Ensino de Jovens e Adultos, que conta com 30 educadores. No Ensino Médio totalizam-se 16 professores e no Ensino Infantil, 15.

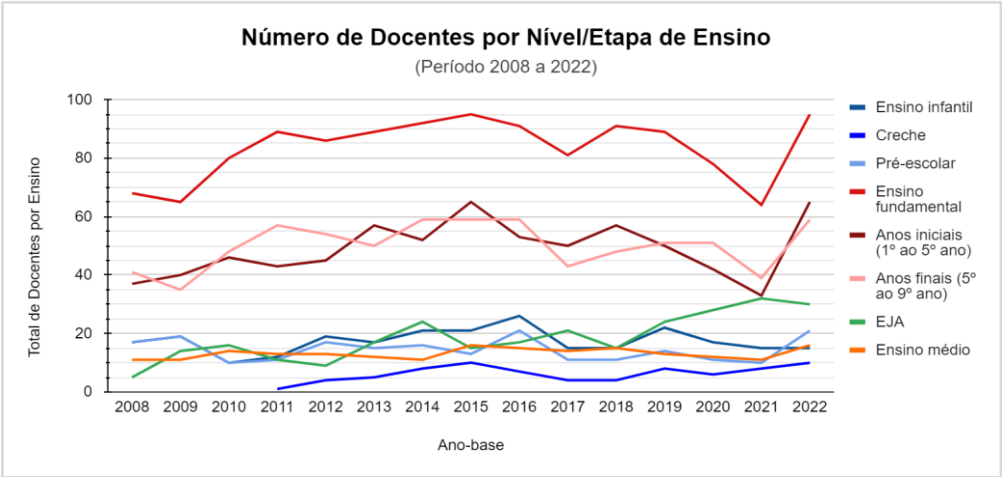
Ao observar a evolução anual do número de docentes ao longo do período de 2008 a 2022, percebe-se algumas oscilações nos quantitativos por nível de ensino. No Ensino Infantil, houve uma variação moderada, com um pico em 2016 (26 docentes) e uma relativa estabilidade nos últimos anos.

Já no Ensino Fundamental, notou-se uma tendência geral de crescimento, acompanhado de alguns períodos de quedas (2016 e 2017) e recuperações (2019), com uma ligeira diminuição em 2021 onde foi registrado o menor quantitativo de docentes (64). Relevante notar que após essa queda, o ano seguinte registou um aumento significativo de 48,44% no quadro de docentes do ensino fundamental, comparado ao ano anterior, totalizando 95 docentes em 2022.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresentaram uma variação mais expressiva, com um aumento substancial em 2015, seguido por uma queda acentuada nos anos subsequentes e recuperando-se em 2022. Os Anos Finais, por sua vez, mantiveram um patamar mais estável, com ligeiras variações ao longo do período.

A EJA demonstrou uma trajetória ascendente, com um aumento considerável no número de docentes, passando de 5 docentes em 2008 para 30 em 2022, o que representa um aumento de 500% em relação ao ano inicial. Por fim, o Ensino Médio, embora com variações mínimas, manteve um contingente relativamente constante de professores ao longo dos anos, variando de 11 a 16 professores nesse período, como evidenciado no gráfico 48, a seguir.

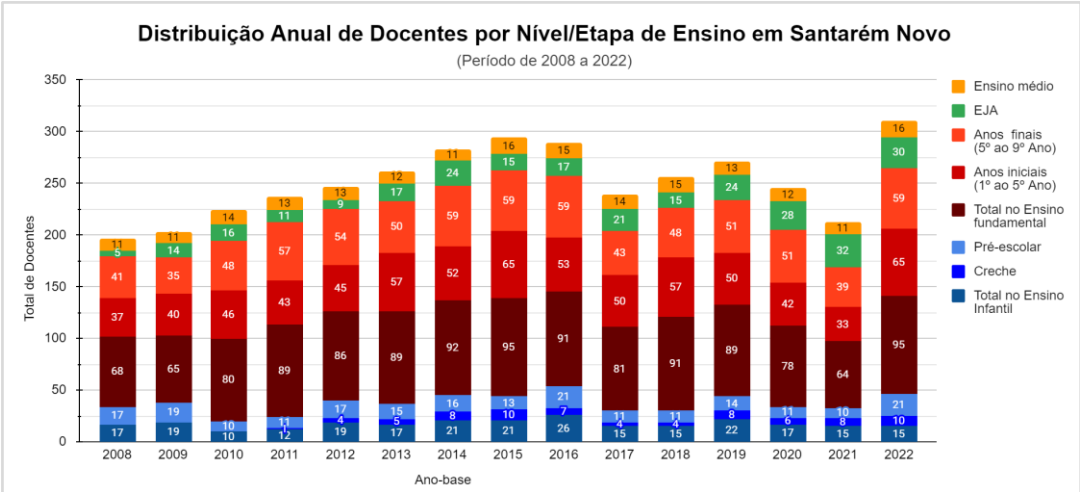
Gráfico 48 - Número de docentes por nível/etapa de ensino



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

O gráfico 49 (complementar), detalha o quantitativo anual de docentes por nível e grupos de ensino no município desse período.

Gráfico 49 - Distribuição anual de docentes por nível/etapa de ensino



Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica, 2023*a*

No que diz respeito à qualificação do corpo docente, o município de Santarém Novo apresenta um cenário positivo. Isso é evidenciado pelo percentual de professores com nível superior em diferentes níveis de ensino e localidades. No Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio, todos os docentes possuem qualificação superior tanto na área urbana quanto nas rurais, no caso do ensino fundamental.

No Ensino Infantil, destaca-se um elevado índice de docentes com formação superior, atingindo 94,10% no total, sendo 90% na área urbana e 100% na área rural. A Creche apresenta um quadro ainda mais expressivo, com 100% de seus docentes possuindo formação superior,

tanto na área urbana quanto rural. Na Pré-Escola, o percentual de professores com nível superior é de 90% no total, sendo 75% na área urbana e 100% na área rural. No âmbito do EJA, observa-se um percentual significativo de 97,70% de professores com nível superior no total, sendo 100% na área urbana e 97% na área rural.

No âmbito da remuneração dos docentes, de acordo com os dados do INEP para o ano de 2020, a remuneração média dos docentes em exercício na educação básica, padronizada para uma jornada de 40 horas era de R$3.996,54, variando de acordo com a qualificação e carga horária estabelecida para os docentes. A remuneração média para profissionais com formação superior, em uma carga horária padronizada de 40 horas, era de R$4.462,23, enquanto aqueles sem nível superior recebiam uma média de R$2.939,60.

Importante ressaltar que, desde março de 2022, o município passou a pagar o novo piso salarial aos professores da rede municipal, em conformidade com o piso salarial nacional do magistério. Em fevereiro de 2023, implementou-se um reajuste de 15%, em conformidade com a Lei nº 11.738 de 2008 e a Portaria nº 17, elevando o piso salarial nacional de R$3.845,63 para R$4.420,55.

Além da valorização salarial, o município destaca-se pela implementação do Plano de Carreira vigente para os profissionais da educação não docentes, estabelecido pela Lei Municipal nº 159/2021, que trata sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino e estabelece diretrizes para a progressão de carreira e valorização desses profissionais.

Adicionalmente, conforme dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), o município também evidencia medidas e projetos para a melhoria das condições físicas de acessibilidade nas escolas, formação continuada para professores e projetos voltados para a educação no campo (IBGE, 2021*b*).

Na esfera do controle social e participação democrática, destaca-se, de acordo com a pesquisa MUNIC, a criação de conselhos municipais, como o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ativo desde 2021 (Lei de criação nº 158), e o Conselho de Alimentação Escolar, criado em 2020 (Lei de criação nº 12). A legislação municipal também reforça a importância dos conselhos escolares, conforme a Lei nº 110 de 2021 (IBGE, 2021*b*).

Em relação ao cenário educacional do município, no que concerne ao desempenho obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal indicador da

qualidade de ensino no Brasil, as avaliações mais recentes, referentes a 2021, indicam que o município alcançou um bom desempenho no contexto estadual, estando entre os 30 melhores índices do Estado nas categorias dos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Ministério da Educação, 2021).

No entanto, ao comparar o desempenho obtido em 2021 com os resultados alcançados em 2019, observa-se uma queda nas notas dos anos iniciais (de 5,3 para 4,9) e finais (de 4,9 para 4,4) do ensino fundamental. Essa variação impactou diretamente no posicionamento do município no ranking estadual, passando da 13ª posição em 2019 para a 26ª em 201 nos anos iniciais e da 2ª para a 29ª nos anos finais do fundamental nesse mesmo período.

A análise comparativa do desempenho educacional dos municípios da região imediata de Capanema revela dinâmicas interessantes. Em 2019, o município de Santarém Novo apresentava o melhor desempenho entre os municípios da região em todas as categorias de ensino, enquanto que os municípios de Peixe-Boi, São João de Pirabas e Bonito, os menores índices nos anos iniciais do Ensino Fundamental (4,3). Bonito também foi o município com o menor desempenho na avaliação referente aos anos finais do fundamental em 2019. Já a menor nota para o nível médio neste ano foi obtida pelo município de Quatipuru (2,0).

Em 2021, nos anos iniciais do ensino fundamental, Peixe-Boi atingiu o melhor desempenho dentre os municípios da região com um índice de 5,2, ascendendo no ranking estadual para a 12º colocação, seguido por Nova Timboteua que aumentou em 2% o seu desempenho educacional em relação à avaliação anterior (5,1), proporcionando uma elevação de 10 posições no ranking estadual, alcançando a 13º colocação.

Na avaliação dos anos finais do Ensino Fundamental de 2021, Nova Timboteua também se destaca como o município que conquistou o melhor resultado dentre os demais, com um índice correspondente a 4,6 no IDEB. Santarém Novo, apesar na redução de 10,20% na performance educacional, obteve a segunda maior nota entre os municípios em foco, alcançando um desempenho equiparado ao do estado, com nota 4,4 no IDEB.

No contexto do Ensino Médio, Nova Timboteua também lidera os resultados regionais, com índice superior ao estadual (3,3), o município teve um aumento sutil de 3,2% em sua atuação, comparado a 2019. Um ponto a ser destacado, é o considerável progresso do município de Quatipuru nesta categoria, com uma melhoria de 55% na nota recebida em 2021, (de 2,0 para 3,1) o que proporcionou a maior variação no ranking estadual no conjunto dos municípios analisados, subindo 107 posições, passando da 116º para 9º posição em 2021.

Por outro lado, municípios como Bonito, Capanema, Peixe-Boi e Salinópolis, apesar do

notável avanço nas posições do ranking estadual, apresentaram um ligeiro declínio nos índices obtidos nessas localidades. Essa situação sugere que a ascensão na classificação não necessariamente reflete um aumento absoluto na qualidade do ensino, e sim uma relativa melhoria em relação a outros municípios.

A tabela 21, a seguir, apresenta a evolução IDEB nos municípios da região imediata de Capanema entre os anos de 2019 e 2020, destacando as variações ocorridas nos rankings estadual (para os municípios) e nacional (para o Estado do Pará) ao longo desse período.

Tabela 21 - IDEB dos municípios da Região Imediata de Capanema (2019 e 2021)

IDEB dos Municípios da Região Imediata de Capanema (2019 e 2021)												
	IDEB 2019						**IDEB 2021**					
Município	**Ensino Fundamental**				**Ensino Médio**		**Ensino Fundamental**				**Ensino Médio**	
	Anos iniciais		**Anos Finais**				**Anos iniciais**		**Anos Finais**			
	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
Bonito	4,3	78º	2,5	136º	2,6	91º	5,0	18º	3,4	110º	2,1	68º
Capanema	4,8	30º	3,5	92º	2,8	69º	5,0	18º	3,8	85º	2,6	43º
Nova Timboteua	5,0	23º	3,8	54º	3,2	29º	5,1	13º	4,6	19º	3,3	4º
Peixe-Boi	4,3	78º	3,6	83º	3,1	40º	5,2	12º	3,8	85º	3,0	17º
Primavera	4,9	28º	3,2	122º	-	-	4,6	59º	3,9	77º	-	-
Quatipuru	4,8	30º	3,4	101º	2,0	116º	4,9	26º	3,5	104º	3,1	9º
Salinópolis	4,8	30º	3,7	68º	2,9	62º	4,8	41º	3,9	77º	2,8	31º
Santarém Novo	5,3	13º	4,9	2º	3,2	29º	4,9	26º	4,4	29º	-	-
São João de Pirabas	4,3	78º	3,8	54º	-	-	4,2	97º	-	-	-	-
Pará	**4,9**	**26º**	**4,1**	**23º**	**3,2**	**24º**	**5,0**	**24º**	**4,4**	**24º**	**3,2**	**27º**

Fonte: Ministério da Educação, INEP - Censo Educacional 2021

A variação nos indicadores pode ser atribuída a diferentes fatores. Um aspecto importante a considerar é que o IDEB é uma métrica composta que leva em conta não apenas o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, mas também a taxa de aprovação. Assim, mesmo com a melhoria nas posições, se a taxa de aprovação caiu ou se o desempenho dos alunos nas avaliações não evoluiu na mesma proporção, isso pode resultar em uma queda nos índices.

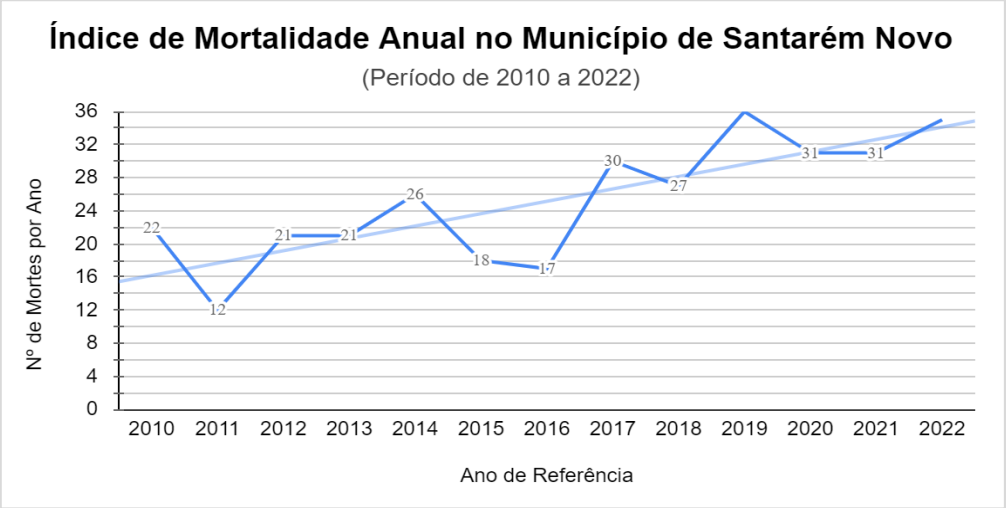
Além disso, é importante destacar o impacto da pandemia de COVID-19 na educação,

que pode ter contribuído para a redução dos indicadores nos municípios paraenses. As paralisações nas aulas, a transição para o ensino remoto e as dificuldades enfrentadas pelos alunos em relação à adaptação, precariedade tecnológica, acesso à internet e desafios econômicos podem ter influenciado negativamente os resultados, especialmente levando em consideração o contexto específico de municípios amazônicos.

4.1.3.6 Saúde Pública

A compreensão dos indicadores relacionados à mortalidade é fundamental para avaliar a qualidade de vida e as condições de saúde da população. Ao examinar os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) sobre o número de óbitos anuais por grupo etário ao longo do período de 2010 a 2022, nota-se que o município mantém um volume de mortalidade anual baixa e com poucas flutuações, variando em uma média de 25,15 mortes por ano no período em evidência. Em 2022, o número de óbitos no município foi 35, como demonstra o gráfico 50, abaixo.

Gráfico 50 - Índice de mortalidade anual no município de Santarém Novo



Elaborado pela autora com informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) /DATASUS

Em termos de grupos etários, as faixas de 70 a 79 anos e 80 anos ou mais apresentaram as maiores médias anuais, indicando uma maior incidência de óbitos nesses estratos populacionais. Por outro lado, as faixas etárias de 01 a 04 anos, 05 a 09 anos e o grupo de 15 a 19 anos tiveram as menores médias anuais, com destaque para o grupo de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos que não registrou nenhuma ocorrência no período, sugerindo uma menor vulnerabilidade nesses grupos.

A tabela 22, a seguir, apresenta o número de óbitos anuais no município, categorizados por grupos etários, no período de 2010 a 2022.

Tabela 22 - Número de óbitos totais por ano e grupo etário (2010 a 2023)

Número de Óbitos Totais por Ano e Grupo Etário em Santarém Novo (Período de 2010 a 2023)														
Grupo	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Média**
Infantil	2	1	0	3	4	0	1	2	2	2	2	1	1	1,62
01 a 04	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0,23
05 a 09	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0,08
10 a 14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
15 a 19	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	1	0,31
20 a 29	0	1	1	1	4	2	1	1	3	2	1	2	1	1,54
30 a 39	2	1	1	0	0	1	2	4	1	2	1	4	2	1,62
40 a 49	0	0	3	2	2	3	2	1	3	4	1	2	0	1,77
50 a 59	0	3	1	3	1	1	0	6	3	6	3	2	7	2,77
60 a 69	5	2	6	2	3	1	3	4	5	8	3	6	8	4,31
70 a 79	8	2	4	3	6	5	2	8	5	11	8	10	7	6,08
80 e +	4	2	5	7	5	4	4	4	5	1	10	4	8	4,85
Total	**22**	**12**	**21**	**21**	**26**	**18**	**17**	**30**	**27**	**36**	**31**	**31**	**35**	**25,15**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / DATASUS - Adaptado pela autora

No quinquênio de 2018 a 2022, ocorreram 160 pessoas. Dentre as cinco principais causas de causa de mortes nesse intervalo, destacam-se, em ordem de frequência, as relacionadas a doenças do aparelho circulatório (37 óbitos), neoplasias (25 óbitos), causas externas de morbidade e mortalidade (22 óbitos), algumas doenças infecciosas e parasitárias (16 óbitos) e doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (15 óbitos) (SIM, 2023).

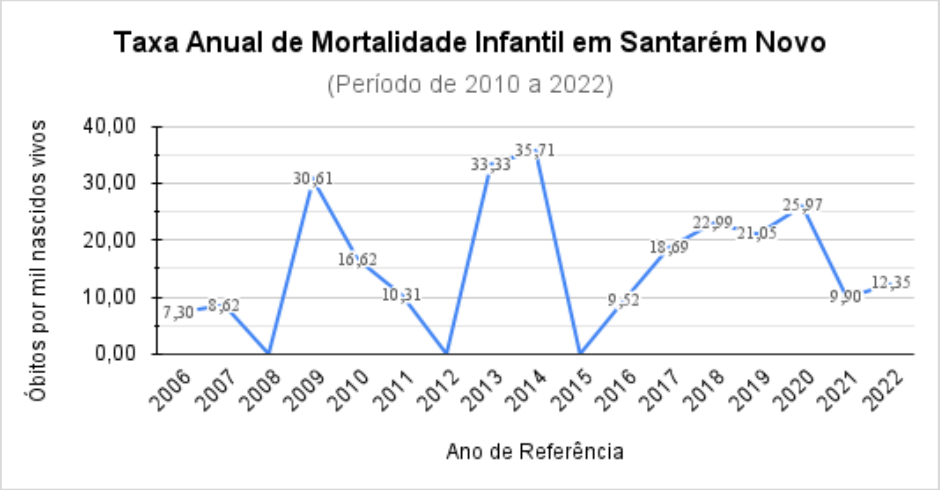
Registram-se entre as mortes provocadas por causas externas, as mortes por acidentes (11 mortes), o que equivale a uma taxa de 1,80 mortes por mil habitantes, seguido pelas mortes provocadas por agressões (9 mortes) com a uma taxa de 1,47 mortes por mil habitantes e lesões autoprovocadas intencionalmente (2 óbitos), com uma taxa proporcional a 0,33 mil mortes por habitantes.

Os dados relativos às mortes decorrentes de causas externas em Santarém Novo (3,60) mostram uma taxa inferior à média do estado do Pará em 2022, que atinge 4,04 mil óbitos por habitantes. Entretanto, ao examinar as subcategorias desse grupo, percebe-se a também a predominância das mortes por agressões (1,99), seguidas por acidentes (1,61) e lesões autoprovocadas intencionalmente (0,24).

No que se refere à taxa de mortalidade infantil no município de Santarém Novo, notam-se oscilações expressivas ao longo do período de 2006 a 2022. Em 2022, a taxa de mortalidade infantil registrada foi de 12,35 óbitos por mil nascidos vivos, encontrando-se abaixo das taxas estadual (14,66) e nacional (12,59). Destacam-se nesse panorama os anos de 2008, 2012 e 2015, nos quais a taxa atingiu o índice zero, sugerindo período de sucesso em cuidados neonatais e prevenção e sem registro de óbitos infantis.

Por outro lado, picos em determinados anos, especialmente em 2009, 2013 e 2014, indicam momentos críticos nas condições de saúde materno-infantil, com taxas acima de 30%. O registro contínuo de taxas elevadas nos anos recentes destaca a persistência de desafios na assistência à gestante e à criança, ressaltando a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria contínua desse cenário. O gráfico 51, na sequência demonstra essa trajetória.

Gráfico 51 - Taxa anual de mortalidade infantil em Santarém Novo



Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2022

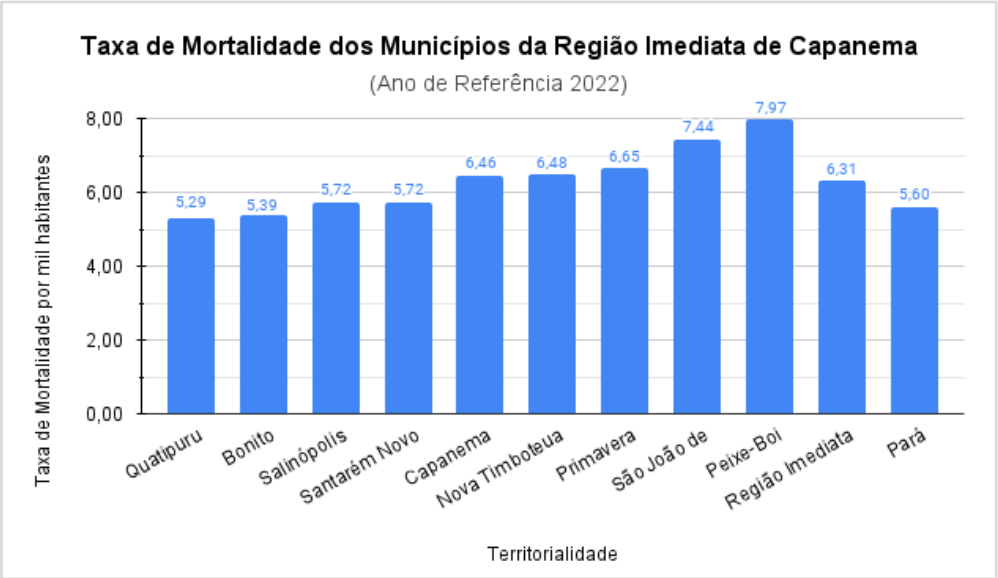
No âmbito da Região Imediata de Capanema, a taxa de mortalidade nos municípios no ano de 2022 apresenta algumas disparidades entre os municípios e a média estadual. Destacam-se entre os com as maiores taxas de mortalidade em óbitos por mil habitantes, os municípios de Peixe-Boi (7,97) e São João de Pirabas (7,44). Por outro lado, Bonito (5,39), e Quatipuru (5,29) são os municípios que apresentaram a menor taxa, inclusive inferiores à média estadual que corresponde a 6,60 óbitos para cada mil habitantes.

Santarém Novo e Salinópolis, por conseguinte, apresentam taxas de mortalidade relativamente inferiores (5,72) em comparação com a média da região, que conjunto dos municípios que compõem é de 6,31 mortes por mil habitantes e supera a taxa estadual.

O gráfico 52, subsequente, apresenta esses indicadores, classificando os municípios por

ordem de menor ao maior índice nos municípios da Região Imediata, bem como as taxas referentes à média regional e estadual.

Gráfico 52 - Taxa de mortalidade dos municípios da Região imediata de Capanema



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) /DATASUS - Adaptado pela autora

Sobre as condições de saúde materno-infantil, no período de 2010 a 2022, o município de Santarém Novo registrou o nascimento de 1.257 bebês. Em uma análise pormenorizada, observa-se que a maior parcela das mães durante o parto encontra-se na faixa etária de 20 a 24 anos, totalizando 436 mães e representando aproximadamente 35,37% do total de parturientes. A proporção de parturientes compreendidas na faixa etária de crianças de 0 a 14 anos e adolescentes de 15 a 19 anos durante esse período foi, respectivamente, de 1,35% (17 mães) para o grupo de crianças e 26,73% (336 mães) para o grupo de adolescentes.

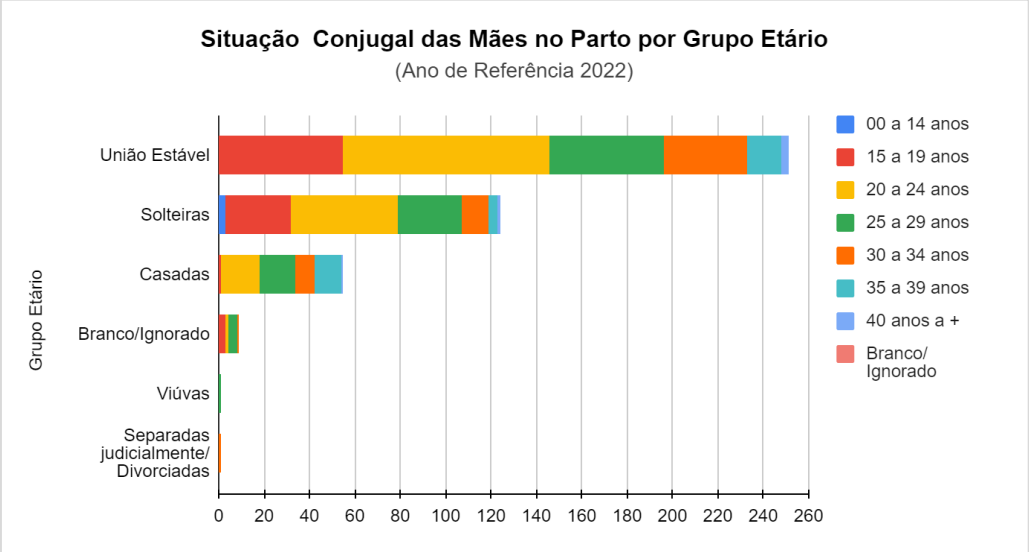
Importante destacar que nos últimos cinco anos (2018 a 2022), essa proporção sofreu alterações, diminuindo para 0,68% no caso das parturientes crianças (3 mães). No mesmo período, a participação das parturientes adolescentes reduziu-se para 19,95%, totalizando 88 mães, indicando uma concentração significativa de partos entre essas duas faixas, que somadas, correspondem a 20,63% dos nascimentos no último quinquênio. Ao comparar estes resultados com os do estado do Pará, nota-se que Santarém Novo apresenta um índice de parturientes com idade inferior a 20 anos menor que a média estadual, que, no conjunto das duas faixas etárias, totaliza 22,10%.

Com relação à participação nos partos cesáreos, no período de 2018 a 2022, participação significativamente inferior em comparação com a média do estado do Pará. Nesse período, o

município registrou um percentual de 46,36% de partos cesáreos, enquanto que a média estadual se estabeleceu em aproximadamente 51,98%.

Além disso, ao examinar o estado civil das mães no momento do parto, evidencia-se que a maior parcela se encontra em união estável (251 mães), o que representa aproximadamente 56,92% do conjunto analisado. Dentro desse grupo, destaca-se que a faixa etária mais expressiva está entre 20 e 24 anos, abrangendo 36,25% do total de mães em união estável. O outro grupo com maior expressividade é o de mães solteiras (124 mães), correspondendo a 28,12% do total de mães nesse intervalo. Neste subgrupo, a predominância também recai nas mulheres com idade entre 20 e 24 anos, abarcando 37,90% desse público. O gráfico 53, evidencia essa proporção.

Gráfico 53 - Situação Conjugal das mães no parto por grupo etário



Fonte: Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) /DATASUS - Elaborado pela autora

No âmbito da estrutura do sistema de saúde municipal, segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos, o município de Santarém Novo apresenta uma estrutura de saúde composta por 14 estabelecimentos, sendo seis classificados como Centro de Saúde/Unidade Básica. No cenário atual, que se refere a outubro de 2023, a área de saúde do município conta com 127 profissionais, distribuídos em maior concentração, entre os estabelecimentos de saúde das Unidades Básicas (101 indivíduos), seguidos pelos das Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência (9 indivíduos) e os da Central de Gestão em Saúde (6 indivíduos).

Analisando a ocupação dos profissionais, verifica-se que 16 deles estão são de ocupações de nível superior, distribuídos em diversas áreas, incluindo Clínico Geral,

Enfermeiro, Odontólogo, Assistente Social, Bioquímico/farmacêutico, Nutricionista, Psicólogo e dois cadastrados como “outras ocupações”.

Já o grupo de pessoal de nível Técnico/Auxiliar, alcançam um total de 34 profissionais, com destaque para os da área técnica de enfermagem, com 17 profissionais Técnicos de enfermagem e 13 técnicos de enfermagem no âmbito da Saúde da Família. Os profissionais de qualificação elementar abrangem diversas áreas, como Agente Comunitário de Saúde (ACS) (25 indivíduos), Agente de Saúde Pública (2), Administração (48) e Segurança e outras ocupações de nível elementar, totalizando 77 indivíduos.

Correlacionando o contingente de profissionais de saúde atuantes com o número de habitantes nos municípios da Região Imediata de Capanema, referente a outubro de 2023, a partir de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), é possível delinear a amplitude do sistema de saúde na região. A análise dos indicadores municipais da região revela aspectos distintos em cada município no que se refere à distribuição dos serviços de saúde locais, embora aspectos como qualidade e efetividade dos serviços prestados necessitem de maiores aprofundamentos.

No que concerne à média de profissionais de saúde por mil habitantes, Santarém Novo destaca-se como o município com a taxa mais elevada (20,77), seguido por Nova Timboteua (20,07) e Capanema (20,03). Em contraste, Salinópolis apresenta a menor taxa (10,94), sugerindo uma distribuição menos densa de profissionais na área da saúde.

Quanto à média de profissionais com ocupação de nível superior, Capanema desponta com a maior taxa (5,75), superando a média estadual (3,98). Em contrapartida, Nova Timboteua registrou a taxa mais baixa dentre os municípios, com apenas 1,72 profissionais de nível superior por mil habitantes. Os demais municípios apresentam médias variáveis, oscilando entre 2,13 e 2,84 profissionais para cada mil habitantes.

Na análise da cobertura de médicos atuantes, Capanema novamente lidera, com uma taxa de 1,36 médicos em atividade por mil habitantes, superando a média do estado do Pará (1,17). Em contraste, Nova Timboteua também nessa categoria possui a menor taxa (0,23), evidenciando uma cobertura médica significativamente inferior às médias regional e estadual.

Ainda sobre esse aspecto, vale mencionar que com exceção do município de Salinópolis, que registra uma taxa de 0,76 médicos para cada mil habitantes, os demais municípios apresentam índices bem inferiores, ficando distante inclusive da metade da média estadual que por si só, já é relativamente baixa quando comparada à média nacional (2,51).

A tabela 23, subsequente, sintetiza essas informações.

Tabela 23 - Profissionais de Saúde atuantes nos municípios da região imediata de Capanema (Outrubro 2023)

Profissionais de Saúde Atuantes nos Municípios da Região Imediata de Capanema (Outubro 2023)

Município/ Território	Pessoal Total		Com Ocupação de Nível Superior		Médicos		Habitantes
	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	
Bonito	192	15,21	34	2,69	5	0,40	12.622
Capanema	1.410	20,03	405	5,75	96	1,36	70.394
Nova Timboteua	257	20,07	22	1,72	3	0,23	12.806
Peixe-Boi	94	11,35	23	2,78	3	0,36	8.285
Primavera	131	12,27	25	2,34	3	0,28	10.677
Quatipuru	143	12,41	28	2,43	3	0,26	11.524
Salinópolis	490	10,94	127	2,84	34	0,76	44.772
Santarém Novo	127	20,77	16	2,62	2	0,33	6.116
São João de Pirabas	238	11,50	44	2,13	6	0,29	20.689
Total na Região	**3.082**	**15,57**	**724**	**3,66**	**155**	**0,78**	**197.885**
Pará	**114.448**	**14,10**	**32.291**	**3,98**	**9.481**	**1,17**	**8.116.132**
Brasil	**3.998.773**	**19,69**	**1.466.544**	**7,22**	**510.361**	**2,51**	**203.080.756**

Fonte: Elaborado pela autora comd ados provenientes do DATASUS

Com relação aos recursos físicos de saúde necessários para a prestação de serviços de assistência médica no município, no que tange às instalações, são ofertados apenas espaços destinados a serviços ambulatoriais, dentre eles, 5 consultórios de clínica básica, 4 consultórios odontológicos, 3 consultórios clínicos que podem ser utilizados por profissionais de diferentes especialidades e 4 espaços para profissionais de saúde não médicos.

Em relação a dotação de equipamentos de saúde, o município dispõe de 25, todos em uso, sendo 24 do SUS, dentre eles, equipamentos de diagnóstico por imagem (2), odontológicos (8), três equipamentos para manutenção da vida (desfibrilador, monitor de ECG e monitor de pressão invasivo), além de equipamentos de infraestrutura[29] (12).

No âmbito da produção ambulatorial, dados de janeiro a setembro de 2023 revelam que foram aprovados 8.473 procedimentos, totalizando um valor aprovado de R$17.108,88. Entre os grupos de procedimentos, destacam-se ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos clínicos. Os subgrupos mais

[29] Equipamentos de Infra-estrutura: equipamento ou sistema inclusive acessório e periférico que compõe as instalações elétrica, eletrônica, hidráulica, fluido-mecânica ou de climatização, de circulação vertical destinadas a dar suporte ao funcionamento adequado das unidades assistenciais e aos setores de apoio (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010)

expressivos incluem diagnóstico em laboratório clínico e o subgrupo de consultas, atendimentos e/ou acompanhamentos.

A análise do quadro de imunização em Santarém Novo e nos municípios da região imediata de Capanema revela uma situação globalmente positiva, com taxas de cobertura vacinal que superam as médias estadual e nacional. No período de 2010 a 2022, Santarém Novo apresentou uma cobertura vacinal de 76,40%, indicando um esforço significativo na proteção da população contra doenças imunopreveníveis.

No quinquênio mais recente, de 2018 a 2022, embora tenha havido uma ligeira redução para 64,68%, Santarém Novo mantém uma cobertura vacinal considerável, aplicando 7.061 doses completas do esquema vacinal na população-alvo. Direcionando o olhar para o âmbito regional, destaca-se que, em 2022, Santarém Novo ocupa a segunda posição na região imediata de Capanema, com 80,46% de cobertura vacinal, superado apenas por Capanema, que registra um expressivo percentual de 85,22%.

Importante observar que ambos os municípios, Santarém Novo e Capanema superam as médias estadual (57,00%) e nacional (67,94%) de cobertura vacinal no último ano (2022), indicando uma eficaz campanha de imunização na região. Em contrapartida, o município de São João de Pirabas apresentou o menor percentual entre os municípios em face (63,82%), situando-se abaixo da média nacional, porém superior ao Estado do Pará.

No contexto da vacinação contra a COVID-19, os dados apresentados no painel Vacinômetro COVID-19, desenvolvido Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde (DEMAS) da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), fornecem uma visão do panorama vacinal nos municípios da Região Imediata de Capanema.

Relacionando o número de aplicações da segunda dose da vacina contra COVID-19 (até novembro de 2023), com os dados populacionais dos municípios (habitantes), evidencia-se uma excelente adesão da população de Primavera às medidas de proteção, com o equivalente à 85,46% de pessoas vacinadas, seguido por Nova Timboteua (83,40%). Santarém Novo, também apresenta uma boa taxa de cobertura, com um total de 4.341 doses aplicadas, o que representa um percentual de 70,98% de pessoas que receberam a 2º dose, superando a média Estadual (67,24%). Por outro lado, Bonito registra o menor percentual, com 55,33%.

A tabela 24, a seguir, sintetiza essas informações:

Tabela 24 - Imunização na Região Imediata de Capanema

Imunização na Região Imediata de Capanema				
Município	**% Cobertura Vacinal (2022)**	**2º Dose Covid-19**	**%vacinação da 2º dose**	**População**
Bonito	64,41%	6.984	55,33%	12.622
Capanema	74,68%	44.599	63,36%	70.394
Nova Timboteua	85,22%	10.680	83,40%	12.806
Peixe-Boi	69,71%	5.867	70,81%	8.285
Primavera	67,43%	9.125	85,46%	10.677
Quatipuru	70,52%	9.084	78,83%	11.524
Salinópolis	78,57%	31.365	70,05%	44.772
Santarém Novo	80,46%	4.341	70,98%	6.116
São João de Pirabas	63,82%	15.906	76,88%	20.689
Região	**73,57%**	**137.951**	**69,71%**	**197.885**
Pará	**57,00%**	**5.457.329**	**67,24%**	**8.116.132**
Brasil	**67,94%**	**167.712.786**	**82,58%**	**203.080.756**

Fonte: DATASUS (2020) / DEMAS / SEIDIGI (2023)

4.1.3.7 Segurança Pública

A análise dos índices de criminalidade em Santarém Novo em paralelo com a dos outros municípios da região imediata de Capanema e aos indicadores estaduais, proporciona uma visão mais abrangente do panorama criminal na região, favorecendo o entendimento sobre os avanços e desafios da segurança pública local. Nesse contexto, serão analisados os registros de ocorrências no município e seus desdobramentos no cenário regional no triênio de 2020 a 2022, com intuito de identificar as transformações e tendências ao longo desse período.

No ano de 2022, Santarém Novo contabilizou 192 boletins de ocorrência, revelando uma redução expressiva em relação aos anos precedentes. Em 2020 e 2021, os registros foram de 326 e 242 ocorrências criminais, respectivamente. Esses números representam uma diminuição consecutiva de -25,77% em 2021 e -20,66% em 2022, quando comparados aos anos anteriores.

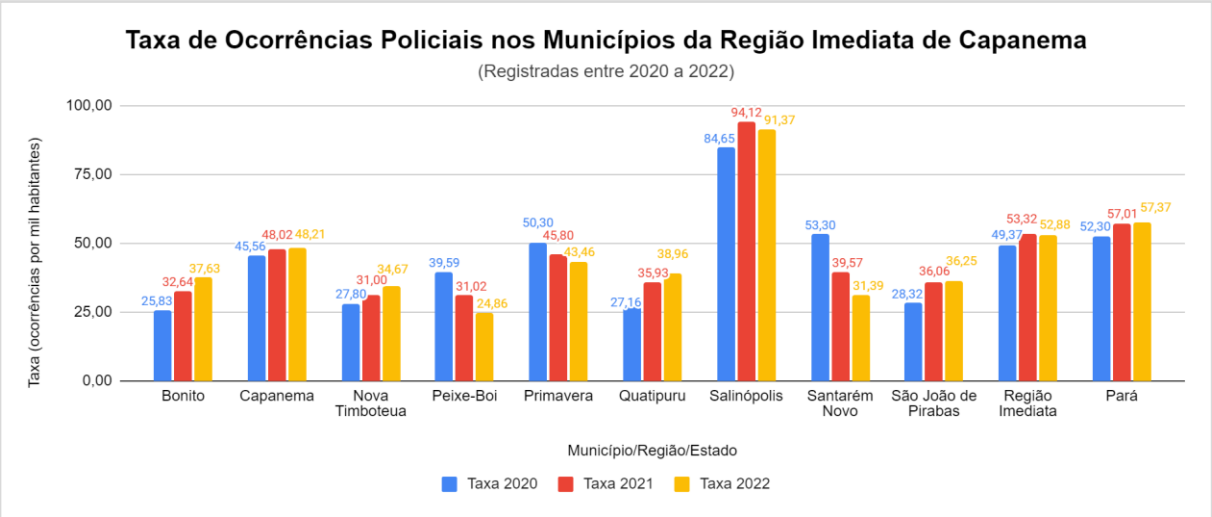
Ao relacionar o número de ocorrências com o tamanho da população divulgada no último censo demográfico (2022), observa-se que Santarém Novo apresenta taxas relativamente moderadas em comparação com outros municípios. Salinópolis se destaca como o município com as maiores taxas consecutivas de boletins de ocorrência a cada mil habitantes no triênio (84,65 em 2020, 94,12 em 2021 e 91,37 em 2022), superando em mais de 50% a média estadual nos três anos (52,30 em 2020, 57,01 em 2021 e 57,37 em 2022),

As taxas mais baixas durante o triênio foram observadas, respectivamente, em Bonito

(25,83 em 2020), Nova Timboteua (31,00 em 2021), e Peixe-Boi (24,86 em 2022). Por outro lado, Santarém Novo apresenta a maior redução de ocorrências ao final de 2020 com 41,10% a menos quando comparado à taxa de 2020.

O gráfico 54 demonstra a evolução das taxas de ocorrências criminais nos municípios em evidência, bem como nos cenários regional e estadual, considerando a população residente do último censo demográfico (2022).

Gráfico 54 - Taxa de ocorrências policiais nos municípios da Região Imediata de Capanema



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP/PA), 2023.

No cenário regional das mortes violentas intencionais, que engloba crimes com resultado de mortes como estupro, extorsão mediante sequestro, homicídio, latrocínio, lesão corporal, maus tratos e morte por intervenção de agente do Estado, Santarém Novo se destaca pela significativa redução na taxa, zerando esses crimes em 2022. Apesar desse feito, a taxa em 2021 foi a maior entre os municípios (65,40), superando as médias regional (32,85) e estadual (34,06) de mortes violentas intencionais por cem mil habitantes desse ano.

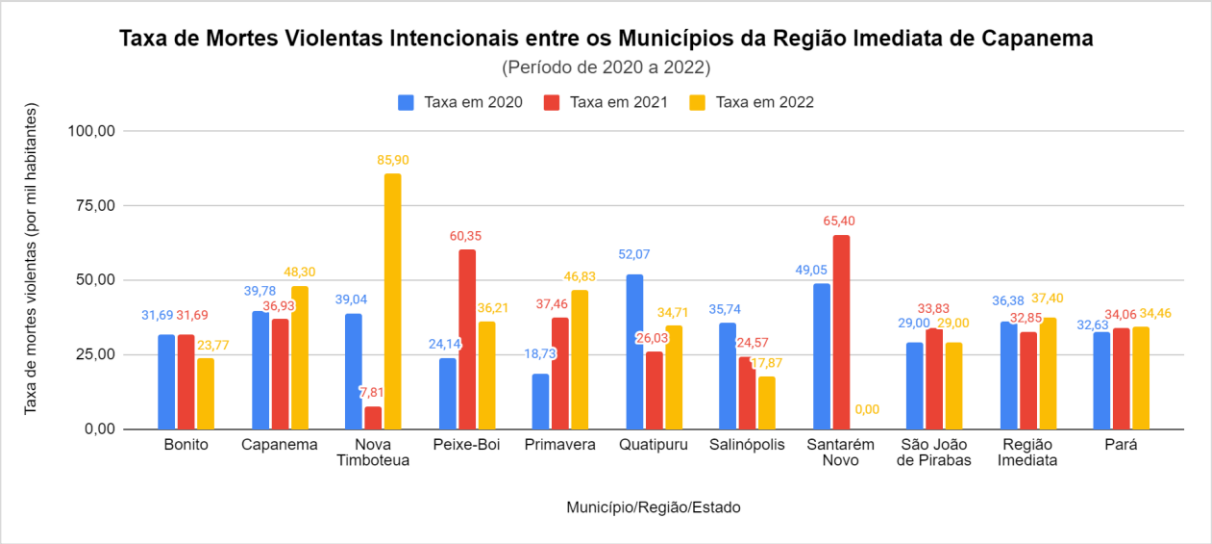
Já Nova Timboteua se destaca com a menor taxa de mortes violentas em 2021, com 7,81 vítimas por cem mil habitantes no triênio, o que corresponde a um percentual 77% menor do que o índice estadual. Em contrapartida o município é também o que apresenta a maior variação na taxa de 2021 para 2022, com uma elevação de 1.000% nesse intervalo, findando 2022 com uma taxa de 85,90 mortes violentas por cem mil habitantes. Isso equivale a um percentual 149,25% maior do que o estado nesse período.

Primavera, por sua vez, registrou o maior crescimento na taxa ao final do período, passando de 18,73 em 2020 para 46,83 vítimas a cada cem mil habitantes em 2023 (+150%),

seguido por Nova Timboteua (+120%). No cenário regional, percebe-se uma ligeira oscilação na evolução das taxas, enquanto que no cenário estadual, tem-se um aumento anual sutil.

O gráfico 55, a seguir, elucida essas transformações, considerando a população residente do último censo demográfico (2022).

Gráfico 55 - Taxa de mortes violentas intencionais entre os municípios da região Imediata de Capanema



Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

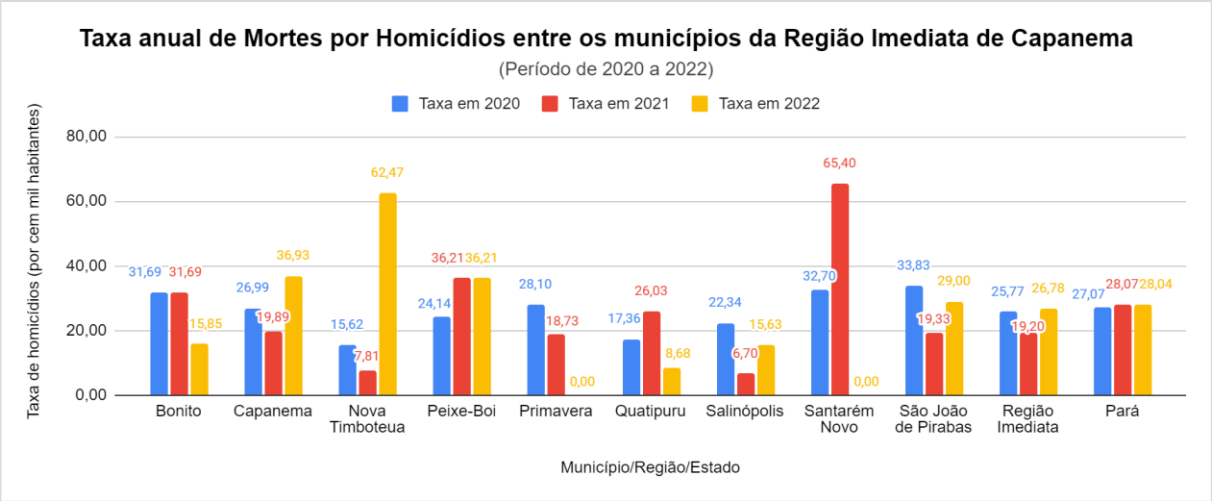
Na análise estratificada das vítimas de homicídios na Região Imediata de Capanema, destaca-se São João de Pirabas como o município com a taxa mais elevada em 2020, correspondendo a 33,83 homicídios por cem mil habitantes. Santarém Novo, por sua vez, liderou em 2021, registrando 65,40 homicídios a cada cem mil habitantes. Ambos os municípios superaram as médias regional e estadual nesse período. Em contrapartida, as médias mais baixas nesses anos foram observadas em Nova Timboteua (com 15,62 em 2020) e Salinópolis (6,70 em 2021), resultando em valores de taxa inferiores aos registrados pelo estado do Pará em 42,31% no caso de Nova Timboteua e 76,13% no caso de Salinópolis.

Em 2022, observa-se um cenário globalmente positivo na região, com a redução das taxas de homicídios em vários municípios, destacando-se Santarém Novo e Primavera, que zeraram o número de crimes nessa categoria. Em contrapartida, Nova Timboteua apresentou um aumento significativo de 700,00% em comparação com o ano anterior, atingindo uma taxa de 62,47 homicídios a cada cem mil habitantes, superando a média estadual (28,04) em 122,77%.

É relevante destacar que média das taxas totais de homicídios na região permaneceram consistentemente abaixo da média estadual em todos os anos, resultando em uma diferença

inferior em 4,79% em 2020, 31,58% em 2021 e uma redução de 4,49% em 2022. O panorama dessas taxas em cada ano por município pode ser visualizado no gráfico 56 abaixo.

Gráfico 56 - Taxa anual de mortes por homicídios entre os municípios da Região Imediata de Capanema

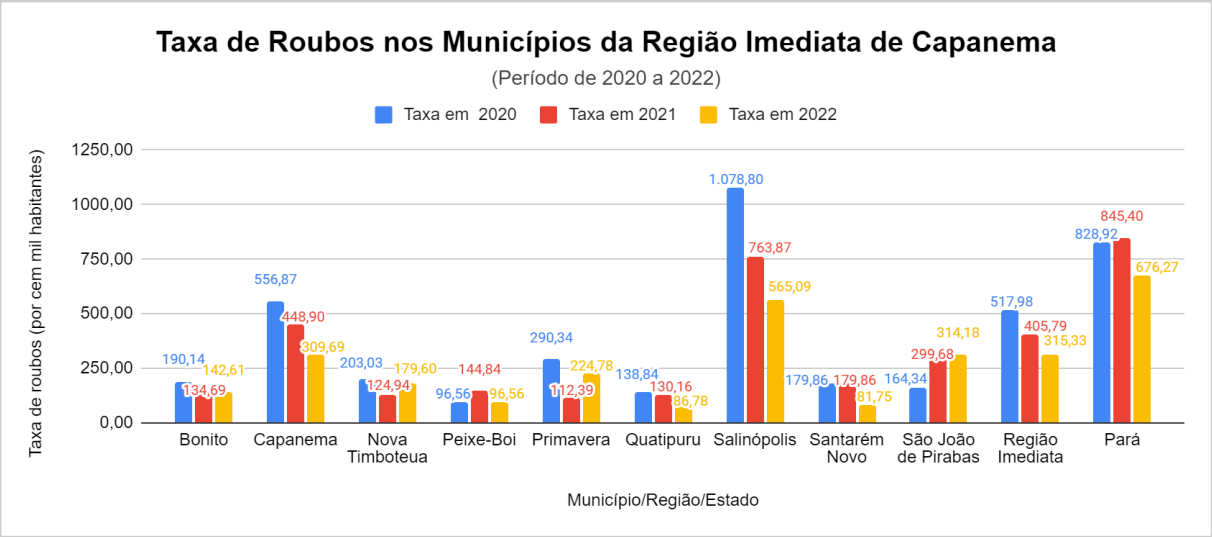


Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

Na esfera das vítimas de roubo na Região Imediata de Capanema, é notável que a média regional permaneceu significativamente abaixo da média estadual ao longo do período analisado, apresentando um padrão significativo de quedas anuais. Destacam-se os municípios de Peixe-Boi em 2020, Primavera em 2021 e Santarém Novo em 2022, os quais apresentaram resultados mais de 80% inferiores à média estadual. Salinópolis, sobressai-se como o município que registra a maior proporção de roubos ao longo do período, no entanto vem apresentando uma notável tendência de declínio anualmente.

No geral, com exceção do município de Salinópolis em 2020, que registrou uma taxa de 1.078,80 roubos a cada cem mil habitantes, todos os demais municípios da região apresentaram cenários mais favoráveis do que os do Estado do Pará, com taxas inferiores à estadual em todos os anos. Santarém Novo destaca-se como o município que mais reduziu os índices (-54,55%) em 2022, quando comparado com os valores registrados inicialmente em 2020, enquanto São João de Pirabas apresentou o maior aumento na taxa de roubo no período, passando de 164,34 roubos por cem mil habitantes em 2020 para 314,18 em 2022, o que representa um aumento de 91,18%. O gráfico 57, a seguir, demonstra esses cenários.

Gráfico 57 - Taxa de roubos nos munícios da Região Imediata de Capanema



Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

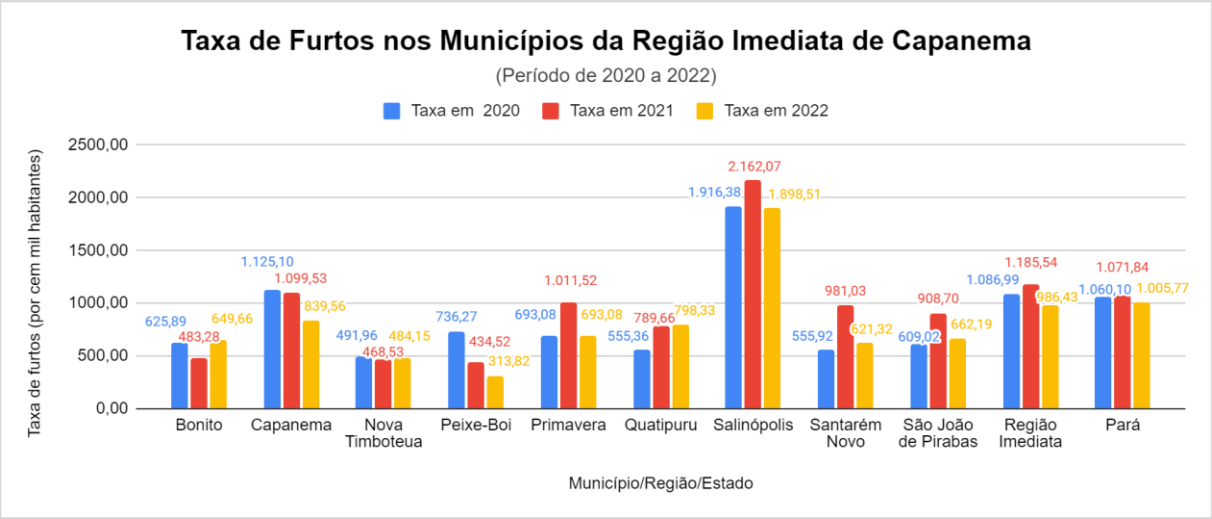
Ao examinar o cenário de furtos entre os municípios da Região Imediata de Capanema, destaca-se que Salinópolis apresenta taxas alarmantes no período analisado, superando em pelo menos 80% as do estado do Pará. Capanema também registrou índices elevados em 2020 (1.125,10 furtos por cem mil habitantes) e 2021 (1.099,53 furtos por cem mil habitantes), com valores ligeiramente acima da média estadual (1.060,10 em 2020 e 1.071,84 em 2021), ultrapassando, respectivamente, em 6,13% e 2,58% as taxas anuais do estado de 2020 e 2021.

Apesar dos altos índices de Salinópolis e Capanema, Quatipuru foi o município que mais viu crescer a taxa de furtos ao longo do triênio, ascendendo em 43,75%, o valor registrado inicialmente, passando de 555,36 furtos por cem mil habitantes em 2020 para 798,33 em 2022.

As menores taxas anuais de furtos são encontradas nos municípios de Nova Timboteua em 2020 (491,96) e Peixe-Boi nos anos subsequentes (434,52 em 2021 e 313,82 em 2022). Peixe-Boi também se destaca como o município que mais reduziu a taxa de furtos por cem mil habitantes no período, com uma queda acentuada de -57,38% em relação a 2020.

De maneira geral, a maioria dos municípios apresenta taxas de furtos inferiores às do Pará, embora a taxa média da região só tenha sido levemente inferior à do estado em 2020 (986,43), com um valor 1,92% menor ao registrado pelo estado. Essas tendências são visualmente melhor demonstradas e detalhadas no Gráfico 58, a seguir.

Gráfico 58 - Taxa de furtos nos municípios da Região Imediata de Capanema



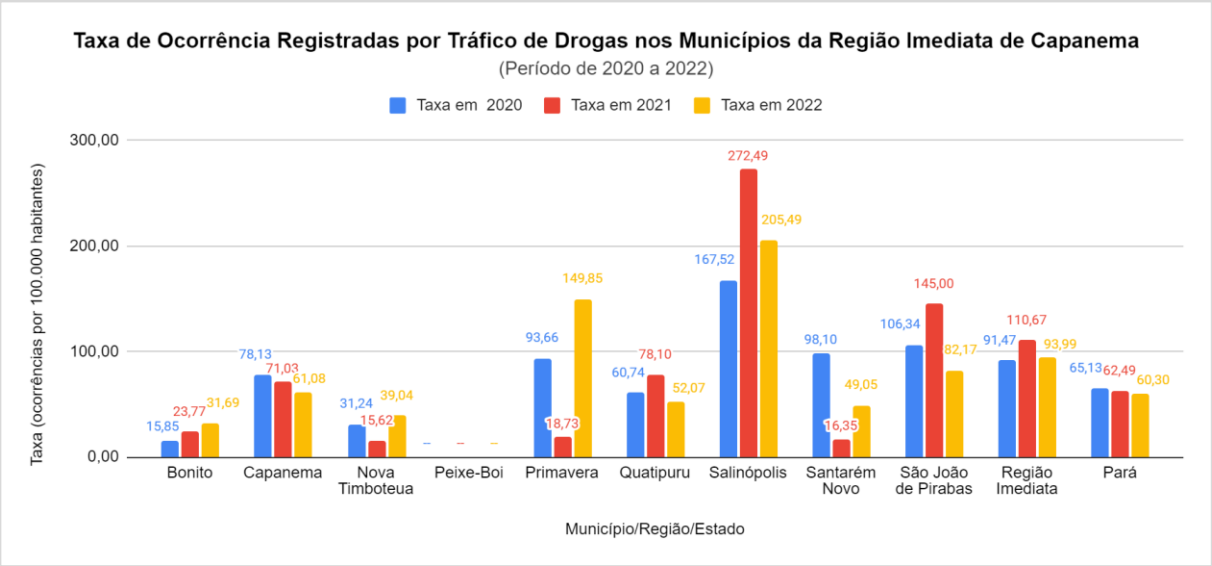
Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

Na análise do tráfico de entorpecentes, a Região Imediata de Capanema apresenta tendências distintas e interessantes. Salinópolis sobressai-se mais uma vez como um epicentro de delitos nessa categoria, exibindo taxas notavelmente elevadas em comparação com os demais municípios e a média estadual. Em 2021, destaca-se ao ultrapassar em 132,03% a média estadual de 62,49 ocorrências de tráfico de drogas por 100.000 habitantes, resultando em uma taxa de 145,00 ocorrências por cem mil habitantes registradas nessa categoria.

Além de Salinópolis, observam-se índices elevados nos municípios de São João de Pirabas em todo o triênio, Santarém Novo, em 2020 e Primavera nos anos de 2020 e 2022 os quais superam a média estadual, nestes anos. Um destaque singular vai para o município de Peixe-Boi, que não apresentou informações sobre esse quesito na base de dados consultada.

Alguns municípios apresentam uma tendência crescente nesse cenário, especialmente Bonito, que evidenciou um crescimento gradual ao longo do período, aumentando em 100% a taxa de crimes registrados por tráfico de drogas em comparação com 2020. Outros demonstram uma tendência consistente de declínio nas taxas registradas, como Capanema, que apresentou ao final do período uma redução de 21,82% na taxa de ocorrências desse delito. Santarém Novo, por sua vez, destaca-se como o município com a maior redução entre os analisados, apresentando uma queda percentual de 50,00% em relação ao ano de 2020. O gráfico 59, apresenta essas taxas:

Gráfico 59 - Taxa de ocorrências registradas por tráfico de droga na região imediata de Capanema (2020 a 2022)



Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

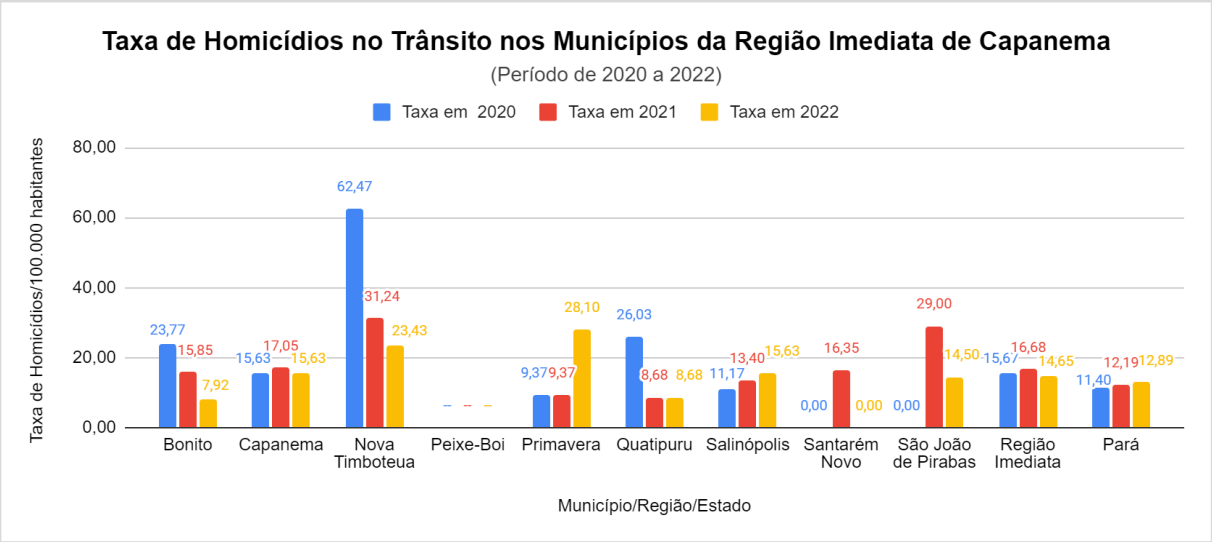
Analisando os dados sobre homicídios no trânsito nos municípios da Região Imediata de Capanema, percebemos variações significativas nas taxas ao longo dos anos. Nova Timboteua se destacou nos primeiros anos, registrando as maiores taxas na região, com 62,47 homicídios por cem mil habitantes em 2020 e 31,24 em 2021. Em 2022, a liderança passou para o município de Primavera, com uma taxa de 28,10, ambos superando a média estadual que correspondeu a 11,40 em 2020, 12,19 em 2021 e 12,89 em 2022.

Alguns municípios, como São João de Pirabas em 2020 e Santarém Novo em 2020 e 2022, não registraram ocorrências de homicídios no trânsito, indicando uma situação mais segura nesse aspecto. Além disso, Bonito, Nova Timboteua e Quatipuru demonstraram tendências significativas de redução em 2022 em comparação a 2020, com quedas de 66,67% nos registros.

Apesar de uma leve redução na taxa regional em 2022 em relação a 2021 (-10,34%), a Região Imediata de Capanema manteve taxas globalmente elevadas em comparação com a média estadual do Pará em todos os anos analisados. Vale ressaltar que não foram encontradas informações sobre os dados de homicídios no trânsito para o município de Peixe-Boi na base de dados consultada (Portal da Transparência da Segurança Pública - SEGUP-PA).

A seguir, o gráfico 60 apresenta em maiores detalhes as proporções alcançadas anualmente por cada município, bem como a média obtida na região e no Estado.

Gráfico 60 - Taxa de homicídios no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022)



Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

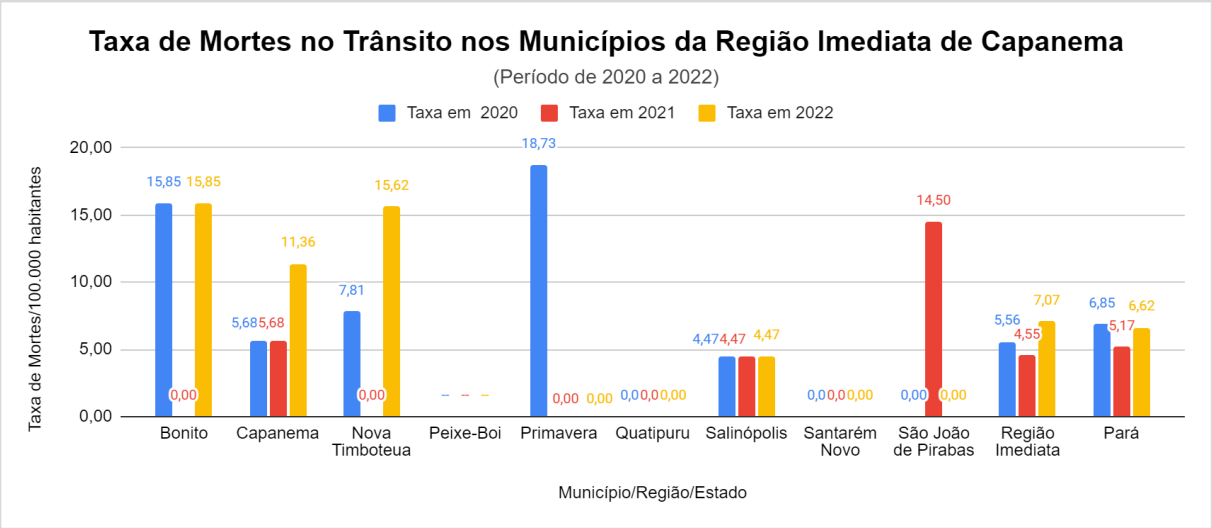
Analisando os dados sobre mortes no trânsito nos municípios da Região Imediata de Capanema, observa-se que, de maneira geral, a região manteve taxas inferiores à média estadual do Pará até 2021. Alguns municípios, como Santarém Novo e Quatipuru, não apresentaram ocorrências registradas em nenhum dos anos analisados, enquanto Salinópolis apresentou uma taxa constante em torno de 4,47 mortes no trânsito a cada 100.000 habitantes.

Em contrapartida, em 2020, alguns municípios apresentaram taxas acima da média estadual de 6,85 mortes no trânsito a cada 100.000 habitantes. Neste ano, Primavera (18,73), Bonito (15,85), Nova Timboteua (7,81) e Capanema (5,68) se sobressaíram nesse aspecto. Bem como em 2021, onde os municípios de São João de Pirabas (14,50) e Capanema (5,68) também apresentaram taxas superiores, especialmente São João de Pirabas, que registrou um valor 180,21% acima da média estadual de 5,17 mortes no trânsito por cem mil habitantes.

Em 2022, houve um aumento significativo nas taxas de alguns municípios, como Bonito (15,85), Capanema (11,36) e Nova Timboteua (15,62), resultando em um aumento de 21,43% na média total da região (7,07) em comparação com o ano anterior. Esse aumento levou a região a superar a média anual do Estado (6,62), o que sugere a necessidade de maior atenção em relação à segurança no trânsito nestes locais.

No que diz respeito ao município de Peixe-Boi, também não foram encontradas informações sobre os dados de mortes no trânsito para o município de Peixe-Boi na base de dados consultada. O gráfico 61, apresenta as taxas anuais de cada localidade, ilustrando as tendências descritas.

Gráfico 61 - Taxa de mortes no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022)



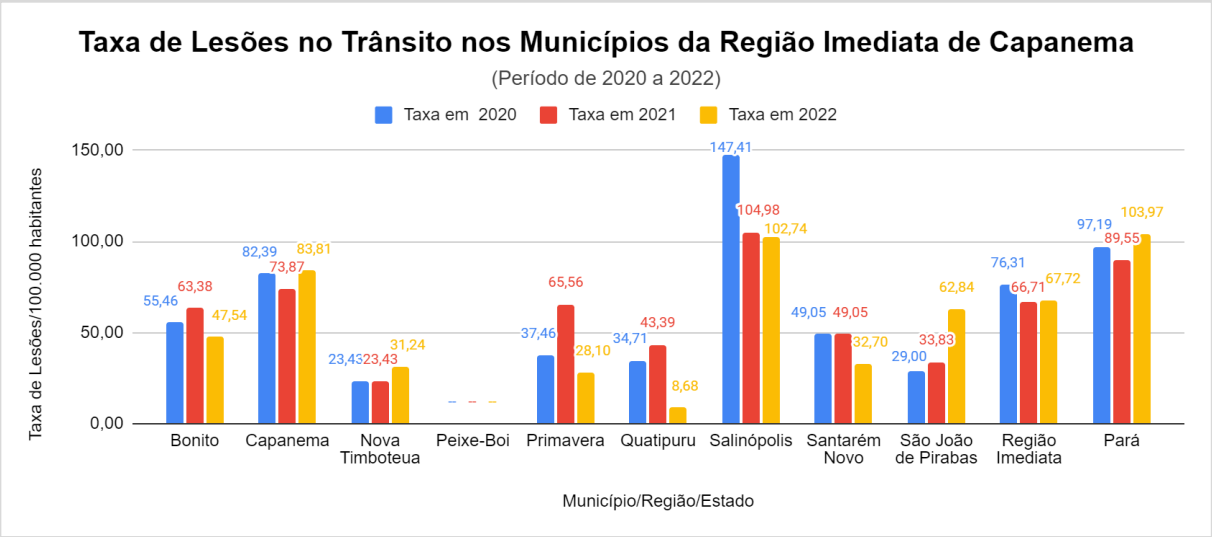
Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

Ao analisar os dados referentes às taxas de lesões no trânsito nos municípios da Região Imediata de Capanema, percebe-se que a maioria deles apresentou taxas que, embora variáveis, mantiveram-se abaixo das médias estaduais ao longo do triênio. A exceção fica por conta do município de Salinópolis nos anos de 2020 (147,41) e 2021 (104,98), no qual as taxas superaram a média anual do Estado em 51,68% e 17,23%, respectivamente.

É perceptível que alguns municípios demonstram tendências consideráveis de aumento nas taxas de 2020 a 2023. São João de Pirabas, por exemplo, apresentou um aumento substancial de 116,67% na proporção de ocorrências no período, seguido por Nova Timboteua, que registrou um aumento de 33,33% na taxa de lesões no trânsito em comparação com o primeiro ano.

Por outro lado, há municípios que mostram uma melhoria significativa nesse cenário. Quatipuru reduziu em 75% as taxas no período, atingindo um patamar de 8,68 lesões no trânsito em 2022, o que representa um percentual 1.098% menor do que a média estadual (103,97 lesões no trânsito por cem mil habitantes). Santarém Novo também apresentou uma redução de 33,33% nas ocorrências, passando de 49,05 em 2020 para 32,70 em 2022, como pode ser depreendido no gráfico 62, subsequente.

Gráfico 62 - Taxa de lesões no trânsito na Região Imediata de Capanema (2020 a 2022)



Elaborado pela autora com dados da SEGUP/PA, 2023.

Na atual conjuntura, dados parciais divulgados até a primeira semana de 2023 pela SEGUP-PA revelam um panorama de crescimento nos índices de criminalidade no município de Santarém Novo. O município registrou um total de 237 boletins de ocorrência, indicando um aumento expressivo de 50% em comparação com o mesmo período de 2022.

No que diz respeito à segurança pública, foram reportadas duas mortes violentas, ambas resultantes de homicídios, 7 casos de roubo, 40 de furto, 21 vítimas de lesões corporais, um homicídio no trânsito, 4 ocorrências por tráfico de entorpecentes e 4 casos de estupro, sendo 2 de vulneráveis.

Apesar do aumento geral nos índices de criminalidade em 2023, com exceção das ocorrências de mortes e lesões no trânsito, é importante destacar que o município não apresentou casos registrados de feminicídios, mortes por latrocínios ou de agentes públicos em nenhum período.

4.1.3.8 O Poder Público Municipal

O Município de Santarém Novo é regido pela Lei Orgânica Municipal, aprovada pela Câmara Municipal em 10 de outubro de 1989, sendo este o dispositivo legal que fundamenta sua estrutura administrativa e delineia suas competências e atribuições. No âmbito do planejamento, os principais instrumentos que orientam a gestão municipal são a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual

(PPA).

A estrutura organizacional do município é composta, além do Gabinete do Prefeito e do órgão de controladoria, por nove secretarias, distribuídas em áreas estratégicas. Entre elas estão a Secretaria de Saúde, Educação, Administração, Finanças, Agricultura, Meio Ambiente, Assistência e Promoção Social, Obras e Infraestrutura, e a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme delineado no organograma da prefeitura municipal (Anexo B).

Importa observar que a estrutura organizacional do município não inclui uma Secretaria ou Diretoria voltada especificamente para o planejamento municipal, fator que se revela uma importante lacuna na organização administrativa, uma vez que essa ausênciae pode comprometer a capacidade do município de elaborar e implementar políticas públicas integradas e sustentáveis, essenciais para o crescimento ordenado e de longo prazo.

O principal espaço participativo para garantir o controle e a governança da gestão democrática das políticas urbanas no município é a Conferência Municipal da Cidade, realizada a cada dez anos para atualização do plano diretor municipal. A última conferência realizada (III Conferência), ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2023, tendo como tema “Cidades democráticas, inclusivas e sustentáveis”.

Nesse evento, participaram representantes do poder público, lideranças comunitárias, organizações e movimentos sociais, e membros da sociedade civil não organizada, para debater questões estruturais em quatro eixos principais: I) Habitação; II) Planejamento territorial urbano; III) Trânsito, transporte, mobilidade e acessibilidade; e IV) Saneamento ambiental.

As imagens 87 e 88, a seguir, apresentam os registros da conferência publicados nas redes sociais da prefeitura.

Figura 87 - Participantes da II Conferência da Cidade



Fonte: *Facebook* da Prefeitura de Santarém Novo

Figura 88 - Organizadores e integrantes da Gestão



Fonte: *Facebook* da Prefeitura de Santarém Novo

Outras conferências municipais são realizadas também no âmbito das secretarias de

Educação, Saúde e Assistência Social. No portal do município e nas redes sociais oficiais da prefeitura, encontram-se registros de ações e chamamentos públicos para a participação da população no orçamento participativo, além de iniciativas como o Gabinete Itinerante, que leva a gestão até as comunidades para consulta sobre demandas locais por meio de reuniões com moradores e a realização de audiências públicas e reuniões setoriais diversas.

As imagens 89, 90, 91 e 92 a seguir, apresentam alguns desses registros.

Figura 89 - Reunião com moradores de Jutaí Grande (Janeiro 202)



Fonte: *Facebook* da Prefeitura de Santarém Novo

Figura 90 - Reunião na vila de Brasileiro em Junho 2021



Fonte: *Facebook* da Prefeitura de Santarém Novo

Figura 91 - Audiência Pública CadÚnico e Bolsa Família set 2021



Fonte: *Facebook da* Prefeitura de Santarém Novo

Figura 92 - Reunião com comerciantes locais (Setembro 2022)



Fonte: *Facebook* da Prefeitura de Santarém Novo

Em relação à estrutura organizacional voltada para o desenvolvimento rural e gestão de políticas para o setor agrícola, destacam-se a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), estabelecido pela Lei 006/97 de 16 de maio de 1997, que versa sobre a Política de Desenvolvimento Rural.

A Secretaria de Agricultura (SEMAGRI), conforme as atribuições definidas em legislação municipal, é responsável por executar a política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do município, coordenando os recursos disponíveis nas esferas

federal, estadual, municipal e na sociedade civil para promover o pleno desenvolvimento local.

Por sua vez, o Conselho tem a incumbência, entre outras, de mobilizar e elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PMDS) e acompanhar sua implementação. Contudo, é importante destacar que seu regimento interno, instituído em 2004, encontra-se inativo há pelo menos sete anos, sem informações sobre a efetiva elaboração do PMDS, bem como não foram encontrados registros sobre a realização de espaços de discussão referentes à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, tais como conferências, seminários, ou fóruns locais, fundamentais para a implementação de políticas públicas de agricultura familiar.

Na esfera ambiental, destaca-se a recente aprovação da Lei Municipal nº 163/2021, de 01 de setembro de 2021, que versa sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Melhoria da Qualidade de Vida no município de Santarém Novo, suas bases normativas, fins e mecanismos de regulação. Esta lei cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMA), responsável por implantar a política ambiental municipal, e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), além do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), a Conferência Municipal de Meio Ambiente e o Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA).

No entanto, informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) indicam que o processo ainda está em fase inicial, assim o Conselho ainda permanece sem regulamentação oficial por decreto municipal, bem como se mantém um funcionamento limitado do Fundo Municipal, sendo utilizado apenas para recebimento de algumas taxas.

No âmbito das políticas públicas de segurança alimentar, destaca-se a Lei Municipal nº 152/2019, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece os componentes do município de Santarém Novo no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e define os parâmetros para a elaboração e implementação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional além de outras providências.

A legislação visa adequar o município à Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e aos decretos 6.272/2007, 6.273/2007 e 7.272/2010, com o propósito de assegurar o direito humano à alimentação adequada e evitar penalidades nos repasses de recursos federais, conforme consta no projeto de Lei Nº 009/2019, de 12 de dezembro de 2019.

A instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) foi regulamentada por meio do decreto Nº 027/2022 de 21 de março de 2022, porém o processo de criação dos componentes do SISAN foi apenas iniciado, sem informações sobre a escolha dos representantes da sociedade civil ou a composição da Câmara Intersetorial Municipal de

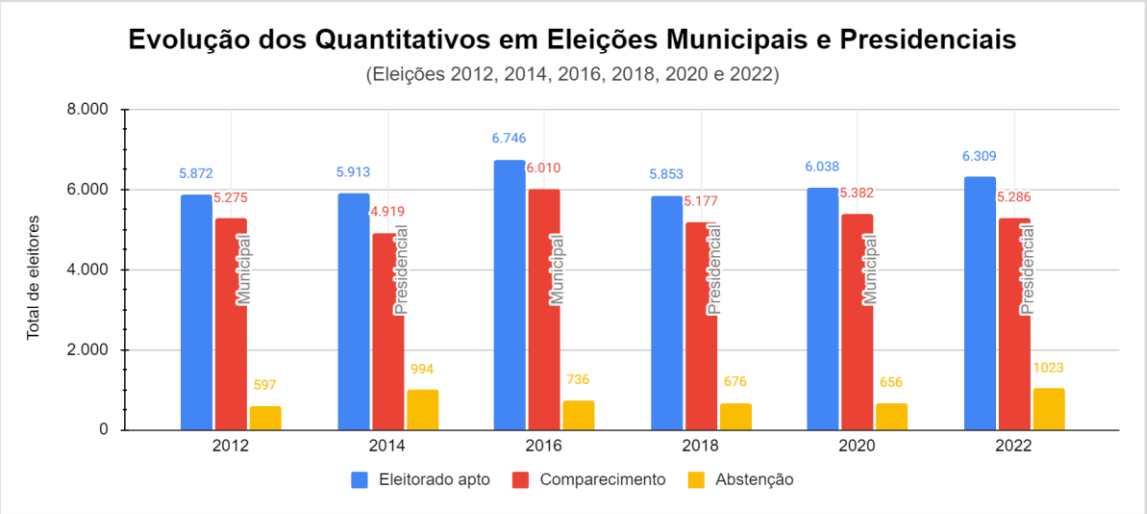
Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal).

Nesse sentido, não há dados sobre a organização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável por orientar o CONSEA nas diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito municipal.

No cenário eleitoral, de acordo com as estatísticas oficiais do Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2023), o município de Santarém Novo contou com a presença de 5.286 eleitores na última eleição presidencial de 2022, representando uma participação de 83,79% do eleitorado apto (6.309 eleitores). O número de abstenções verificadas foi de 1.023 eleitores, o equivalente a 16,21% dos aptos que não compareceram às urnas.

Já nas eleições municipais de 2020, 5.382 eleitores compareceram às urnas, atingindo uma taxa de participação de 89,14% em relação aos eleitores aptos (6.038 eleitores). A abstenção registrada foi de 656 eleitores, correspondendo a 10,86% de eleitores aptos que não votaram. O gráfico 63, a seguir, apresenta o panorama do eleitorado municipal entre os anos eleitorais de 2012 e 2022.

Gráfico 63 - Evolução dos quantitativos eleitorais municipais e presidenciais



Elaborado pela autora a partir de dados provenientes do Portal de dados abertos do TSE, em 2023.

Analisando a evolução quantitativa de eleitores entre 2012 e 2022, observa-se uma tendência de crescimento gradual, com flutuações notáveis, como o aumento de 14,09% nas eleições municipais de 2016 em comparação com as eleições presidenciais de 2014. Em seguida, houve uma queda de 13,24% nas eleições presidenciais de 2018. A tabela 25, a seguir, apresenta os dados detalhados.

Tabela 25 - Evolução eleitoral no município em eleições municipais e presidenciais entre 2012 e 2022

Evolução Eleitoral no Município em Eleições Municipais e Presidenciais entre 2012 e 2022						
Eleição	**Ano eleitoral**	**Comparecimento**	**% comparecimento**	**Abstenção**	**% abstenção**	**Eleitorado apto**
Municipal	2012	5.275	89,83 %	597	10,17 %	5.872
Presidencial	2014	4.919	83,19 %	994	16,81 %	5.913
Municipal	2016	6.010	89,09 %	736	10,91 %	6.746
Presidencial	2018	5.177	88,45 %	676	11,55 %	5.853
Municipal	2020	5.382	89,14 %	656	10,86 %	6.038
Presidencial	2022	5.286	83,79 %	1.023	16,21 %	6.309

Elaborado pela autora a partir de dados provenientes do Portal de dados abertos do TSE, em 2023.

A análise da composição do eleitorado mostra que a maioria é do gênero masculino (52%). Quanto ao grau de instrução, prevalece o número de eleitores com Ensino Fundamental incompleto (26,99%) e com Ensino Médio completo (23,08%). A proporção de eleitores com nível superior completo ou incompleto é relativamente baixa, abrangendo respectivamente, 4,01% e 3,58% dos eleitores no município.

Em relação à faixa etária, as três mais predominantes são 25 a 29 anos (754 eleitores), 30 a 34 anos (684 eleitores) e 35 a 39 anos (652 eleitores). Comparando esses dados com a pirâmide etária da população residente em 2022, nota-se uma diferença significativa, entre o número de eleitores e habitantes apresentados nessas faixas, indicando um número maior de eleitores do que residentes. Isso pode-se dar por diversos motivos, incluindo eleitores de comunidades limítrofes a outros municípios que votam em Santarém Novo, bem como de pessoas naturais que atualmente residem em outros municípios, mas que tem como lugar de votação Santarém Novo.

Entre 2012 e 2020, houve um aumento de 30,56% nas candidaturas municipais, sendo que nas eleições municipais de 2020, houve 9 candidatos para prefeito, 10 para vice-prefeito e 75 para vereador, resultando em uma concorrência de 8,33 vereadores por vaga. As candidaturas estavam distribuídas entre 11 partidos, com maior associação de candidatos aos partidos PDT (15), MDB(15), PROS (13), PODE (12) e PL (12).

Ao analisar o perfil das candidaturas em 2020, 62% eram do gênero masculino, 38% do gênero feminino, 90,43% pardos. Quanto à faixa etária, a maioria tinha entre 40 e 44 anos. No quesito instrução, prevaleciam candidatos com ensino médio completo (41,49%), seguido por candidatos com nível superior e ensino fundamental completos, ambos totalizando 15,96% dos candidatos. As ocupações mais frequentes, com exceção das registradas como “Outros” que correspondiam um total de 23,40% dos candidatos, eram de agricultores (20,21%), donas de

casa (7,45%) e comerciantes(5,32%).

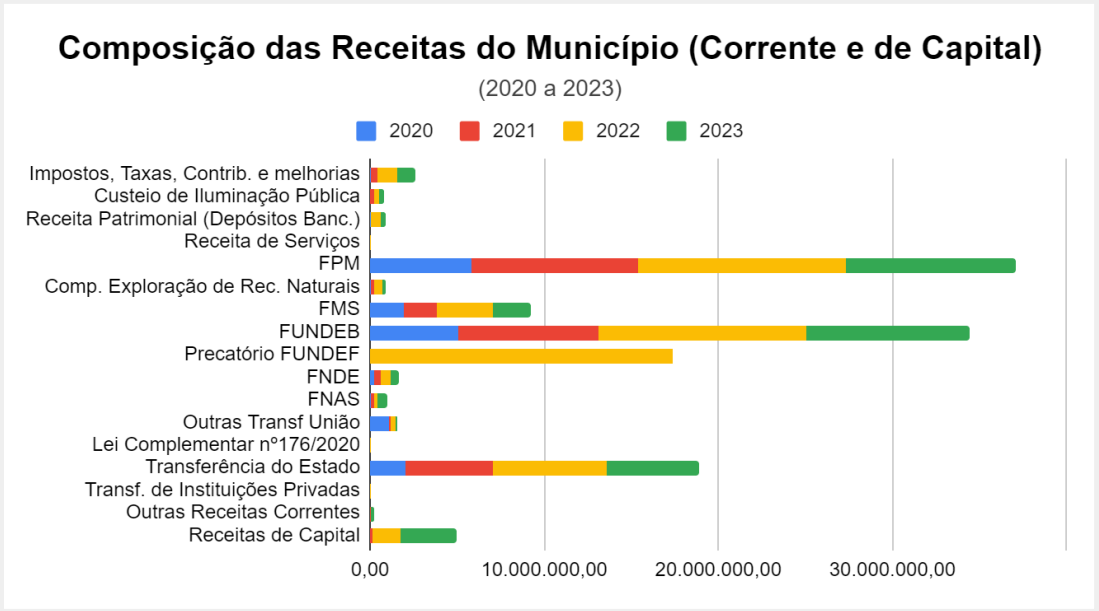
Os partidos que receberam mais votos nas eleições municipais de 2020 foram PL (37,05%), PSDB (33%) e MDB (18,45%). Já nas eleições presidenciais de 2022, o PT (72,57%), PL (22,33%) e MDB (2,2%) obtiveram as maiores proporções de votos no primeiro turno.

4.1.3.9 Finanças Públicas

A análise orçamentária do município revela que o município de Santarém Novo experimentou um expressivo aumento nas receitas líquidas no último triênio (2020-2022). De R$ 15.199.109,06 em 2020, as receitas atingiram a marca de R$ 53.034.464,05 em 2022, o que representa um aumento de 248,93% na arrecadação total (considerando receitas correntes e de capital) em relação ao ano inicial do período analisado.

Os recursos destinados à gestão municipal provêm majoritariamente de repasses federais e estaduais, especialmente por meio de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que juntas compõem quase metade das receitas correntes em 2022, como pode ser visualmente depreendido a partir das proposições apresentadas (sem considerar as deduções) no gráfico 64, abaixo.

Gráfico 64 - Composição das receitas do município (Corrente e de capital) de 2020 a 2023



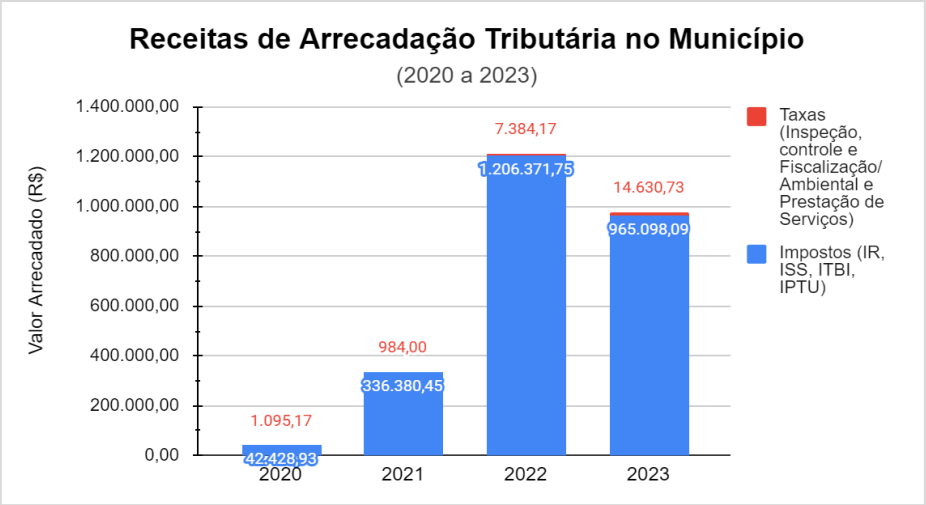
Elaborado pela autora a partir de dados do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Santarém Novo.

Em 2020, as transferências da União representaram cerca de 75% das receitas correntes,

enquanto as transferências estaduais corresponderam a 12%. A arrecadação própria, embora não ultrapasse 3% do total, teve um aumento significativo, quase 28 vezes, passando de um montante de R$43.524,10 em 2020 para R$1.213.755,92 em 2022, com destaques para o recebimento de impostos provenientes de fontes de arrecadação de Impostos de Renda e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Nesse período também se observa um incremento nos valores provenientes de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), bem como nota-se a implementação das taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização e das taxas de Controle e Fiscalização Ambiental, e de Prestação de Serviços.

O gráfico 65 a seguir demonstra essa evolução.

Gráfico 65 - Receitas de arrecadação tributária no município (2020 a 2023)

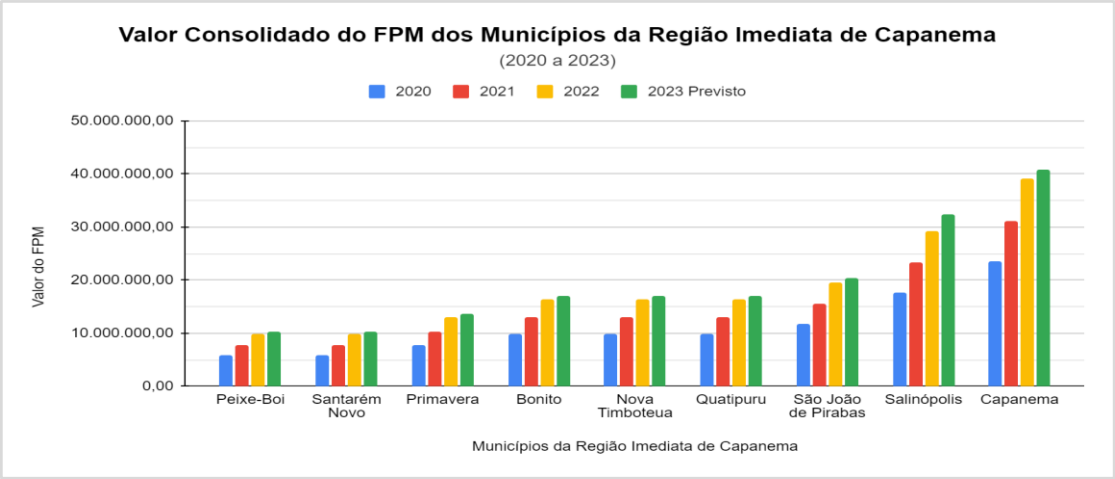


Elaborado a partir de dados do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Santarém Novo

No tocante aos recursos do FPM, a distribuição é determinada de acordo com o número de habitantes dos municípios, sendo estabelecidas faixas populacionais com coeficientes de participação específicos fixados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em uma comparação com os municípios da região imediata de Capanema, destaca-se que Santarém Novo e Peixe-Boi, inseridos na faixa populacional de até 10.188 habitantes, registram os menores montantes de transferência, com um coeficiente de 0,6. Por outro lado, Capanema e Salinópolis, com populações mais expressivas, desfrutam de aportes mais substanciais. Municípios como Bonito, Primavera e Quatipuru, situados na faixa de 10.189 a 13.58 habitantes, recebem valores semelhantes. Já os municípios de Primavera e São João de Pirabas, situam-se em faixas distintas, como pode ser observado no gráfico 66, a seguir.

Gráfico 66 - Valor consolidado do IFPA dos municípios da Região Imediata de Capanema



Elaborado a partir de dados abertos do Portal Tesouro Nacional.

A tabela 26 a seguir, apresenta com maior detalhe os montantes e faixas relativas a cada um dos municípios. Os valores referentes ao ano de 2023 foram incluídos a partir do valor previsto para o exercício, conforme constam na base de dados consultada.

Tabela 26 - Valor consolidado do FPA dos municípios da região Imediata de Capanema (2020 a 2023)

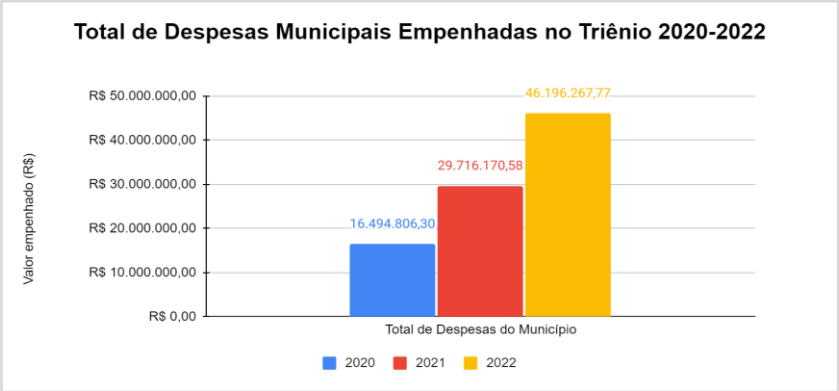
Valor Consolidado do FPM dos Municípios da Região Imediata de Capanema (2020 a 2023)						
Município/Ano	**2020**	**2021**	**2022**	**2023* (Previsto)**	**População 2022**	**Faixa de Habitantes Atual**
Peixe-Boi	5.859.420,83	7.777.994,55	9.763.060,69	10.183.479,21	8.285	Até 10.188
Santarém Novo	5.859.420,83	7.777.994,55	9.763.060,69	10.183.479,21	6.116	Até 10.188
Primavera	7.812.560,93	10.370.659,40	13.017.414,20	13.577.972,27	10.677	De 10.189 a 13.584
Bonito	9.765.701,17	12.963.324,11	16.271.767,59	16.972.465,25	12.622	De 10.189 a 13.584
Nova Timboteua	9.765.701,17	12.963.324,11	16.271.767,59	16.972.465,25	12.806	De 10.189 a 13.584
Quatipuru	9.765.701,17	12.963.324,11	16.271.767,59	16.972.465,25	11.524	De 10.189 a 13.584
São João de Pirabas	11.718.841,41	15.555.988,93	19.526.121,12	20.366.958,29	20.689	De 16.981 a 23.772
Salinópolis	17.578.261,92	23.333.983,24	29.289.181,54	32.323.204,89	44.772	De 44.149 a 50.940
Capanema	23.437.682,41	31.111.977,53	39.052.241,89	40.733.916,31	70.394	De 61.129 a 71.316

Elaborada a partir de dados abertos do Portal Tesouro Nacional.

Com base nas informações extraídas do Portal da Transparência Municipal, é possível constatar um aumento significativo nas despesas orçamentárias empenhadas pelo município de Santarém Novo ao longo do triênio de 2020 a 2022, atingindo um acréscimo de 180,07% em

relação ao montante registrado em 2020, passando de R$ 16.494.806,30 para R$ 46.196.267,77 em 2022, como demonstra o gráfico 67, a baixo:

Gráfico 67 - Total de despesas municipais empenhadas no triênio 2020-2022



Fonte: Elaborado pela autora com informações do Portal da Transparência Municipal

Ao analisar a distribuição das despesas por categoria econômica, observa-se uma alta concentração nas despesas correntes, somando R$ 80.936.010,62 no triênio (2020-2023), o que, em termos percentuais, equivale a 87,59% das despesas totais durante o período, com destaque para o ano de 2020, no qual as despesas correntes representaram 96,20% do total empenhado. Já as despesas de capital somaram R$11.471.234,03 no triênio, o que corresponde a 12,41% das despesas totais no período.

Tabela 27 - Despesas empenhadas por categoria econômica (2020 a 2022)

Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (R$)				
Categoria	**2020**	**2021**	**2022**	**Total no triênio**
Despesas correntes	15.868.300,59	26.653.934,88	38.413.775,15	80.936.010,62
Despesas de capital	626.505,71	3.062.235,70	7.782.492,62	11.471.234,03
Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas totais	**16.494.806,30**	**29.716.170,58**	**46.196.267,77**	**92.407.244,65**

Fonte: Portal da Transparência Municipal

Dentro das despesas correntes, a maior fatia é destinada ao pagamento de pessoal, superando a metade das despesas correntes em 2020 e 2021. Destaca-se que o percentual mais expressivo de despesas empenhadas para pagamento de pessoal, em relação ao total empenhado para pagamento das despesas totais do município, foi registrado em 2021, onde o valor empenhado (R$ 15.049.698,82) chegou a representar cerca de 50,64% do montante total das despesas empenhadas do município (R$ 46.196.267,77), o que equivale a 56,46% do valor das

despesas correntes do ano (R$ 26.653.934,88).

Contudo, em 2022 verificou-se o maior montante empenhado para pagamento de pessoal, o qual totalizou R$17.091.243,45, representando cerca de 64,12% das despesas correntes totais empenhadas no ano (R$38.413.775,15), sem considerar as despesas com encargos sociais e 37,00% das despesas totais do município (R$ 46.196.267,77).

No que diz respeito às contratações por tempo determinado, o ano de 2021 se destacou como o mais expressivo no triênio, destinando 48,57% do total das despesas empenhadas para o pagamento de pessoal para essa modalidade, o qual totalizou um montante de R$7.310.260,28. No ano seguinte, essa proporção caiu para 24,83%, representando uma redução de 49% nessas contratações, fechando em R$4.243.166,63.

Um aspecto notável foi o crescimento das despesas orçamentárias relacionadas a investimentos públicos, que representava cerca de 1,64% do total de despesas empenhadas em 2020, em 2022 correspondeu a 14,14% do total orçamentário empenhado, com realce para as despesas direcionadas à obras e instalações que em 2022 configurou 76,45% das despesas totais de capital empenhadas, o que corresponde a um montante de R$ 5.949.782,30.

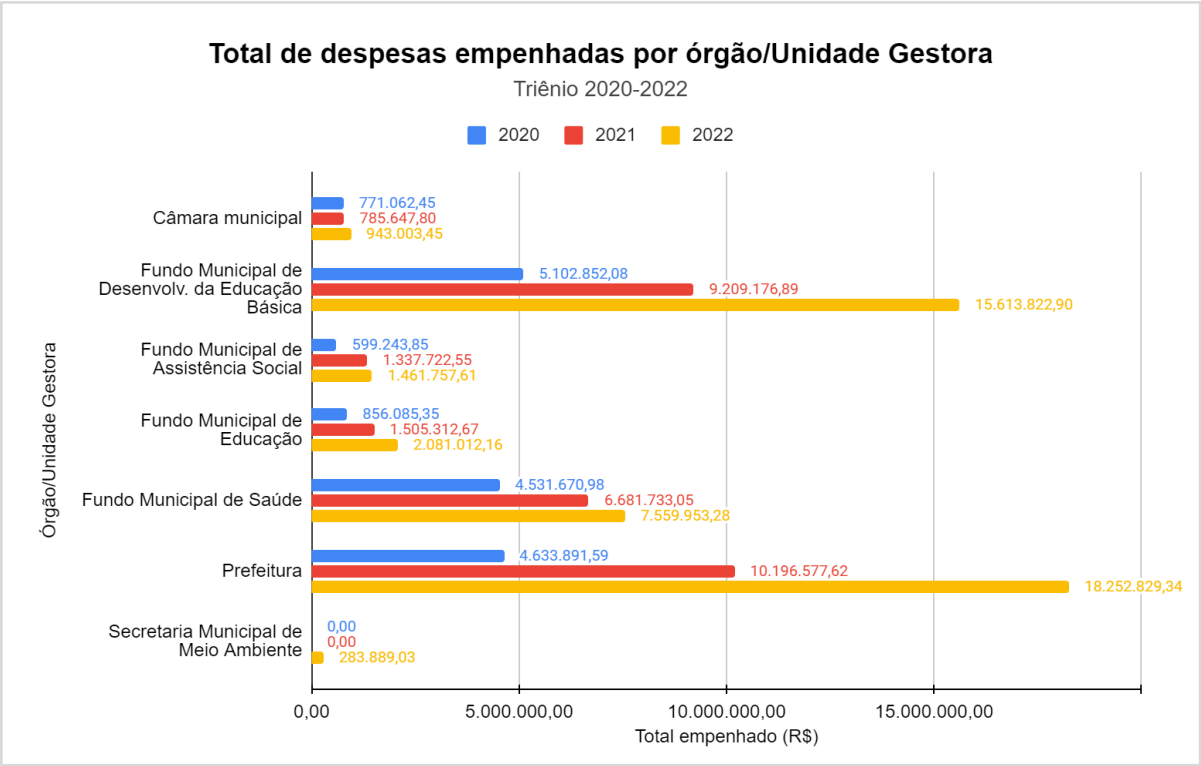
Tabela 28 - Investimentos empenhados no triênio 2020-2023

Investimentos Empenhados no Triênio 2020-2022 (R$)				
	2020	**2021**	**2022**	**Total no Trimestre**
Investimento Empenhado	270.201,07	1.708.123,89	6.531.695,61	8.510.020,57
Despesas totais empenhadas	16.494.806,30	28.992.697,29	45.889.660,06	92.407.244,65

Fonte: Portal da Transparência Municipal (2020-2023)

Ao analisar as despesas por órgão/unidade gestora, nota-se que a Prefeitura, seguido pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo Municipal de Saúde, são os principais responsáveis pelos gastos, sendo a prefeitura a que teve maior aumento nas despesas empenhadas no triênio (293,90%), como demonstra o gráfico 68, a seguir:

Gráfico 68 - Total de despesas empenhadas por órgão/unidade gestora (2020-2023)

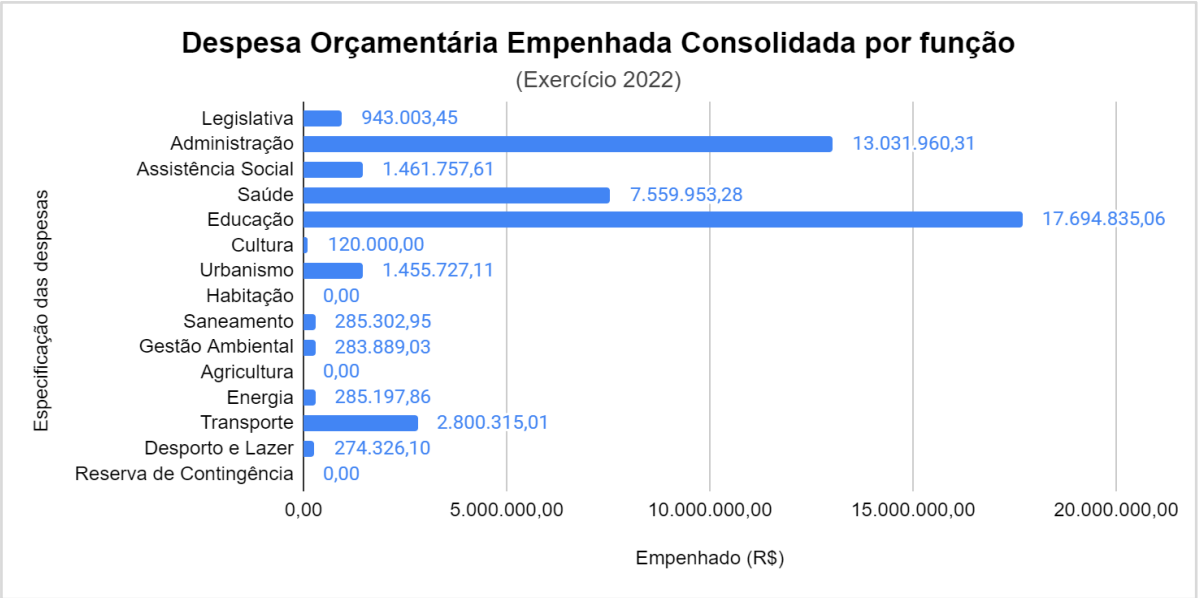


Fonte: Elaborado pela autora com informações do Portal da Transparência Municipal

Com exceção de 2022, onde a Prefeitura direcionou a maior proporção das despesas empenhadas para investimentos em obras, nos demais anos, em todas as unidades gestoras, a concentração foi majoritariamente para pagamento de despesas de pessoal.

A análise das despesas orçamentárias empenhadas por função revela que a maior parcela dos gastos ao longo do triênio está direcionada à educação, alcançando o montante mais expressivo em 2022 (R$ 17.694.835,06), o que equivale a aproximadamente 38,30% do total das despesas municipais destinadas a essa pasta. Em sequência, destacam-se as despesas com administração (R$13.031.960,31), seguidas pelas despesas destinadas à saúde (R$7.559.953,28), que compreendem, respectivamente, 28,21% e 16,36% do total das despesas municipais do exercício de 2022. O gráfico 69, apresenta esses montantes.

Gráfico 69 - Despesa orçamentária empenhada consolidada por função



Fonte: Elaborado pela autora com informações do Portal da Transparência Municipal

As despesas relacionadas à assistência social nesse período, mantiveram-se em uma média de 3,77%. Entretanto, chama atenção a ausência de empenho em despesas direcionadas às pastas da agricultura, habitação ao longo de todo o período analisado, bem como de despesas voltadas para a reserva de contingência, o que sugere uma lacuna relevante na gestão orçamentária municipal. O investimento insuficiente nessas áreas pode comprometer não apenas a segurança alimentar e a produção agrícola, mas também o acesso à moradia digna e a capacidade do município de responder a situações emergenciais e imprevistas durante o exercício financeiro, como crises econômicas, ajuste de metas fiscais, desastres naturais, crises de saúde pública ou mesmo despesas emergenciais locais, como recuperação de estradas vicinais e serviços básicos em sistemas de saneamento, por exemplo.

No caso específico da agricultura, a falta de recursos destinados a esse setor revela uma falha estrutural no planejamento municipal, uma vez que a agricultura é um dos pilares fundamentais para a geração de renda, emprego e sustentabilidade econômica do município, como visto anteriormente nas análises econômicas e produtivas do setor. A despriorização dessa área compromete o potencial produtivo do município, evidenciando uma gestão pública desarticulada das necessidades locais e reforçando a urgência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, diversificação produtiva e garantia da segurança alimentar da população. Esse cenário torna-se ainda mais relevante em Santarém Novo, onde 68% da população reside em áreas rurais e depende da agricultura familiar para seu sustento.

Nesse sentido, direcionar investimentos para a agricultura torna-se estratégico para fortalecer a base econômica produtiva local, impulsionando cadeias de valor e estimulando a economia regional. Além disso, essa medida promove a inclusão socioeconômica ao gerar empregos diretos e indiretos, garantindo melhores condições de vida para a população rural. Com políticas públicas adequadas, é possível reduzir a vulnerabilidade socioeconômica das famílias que dependem do trabalho agrícola, assegurando sua estabilidade financeira e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município.

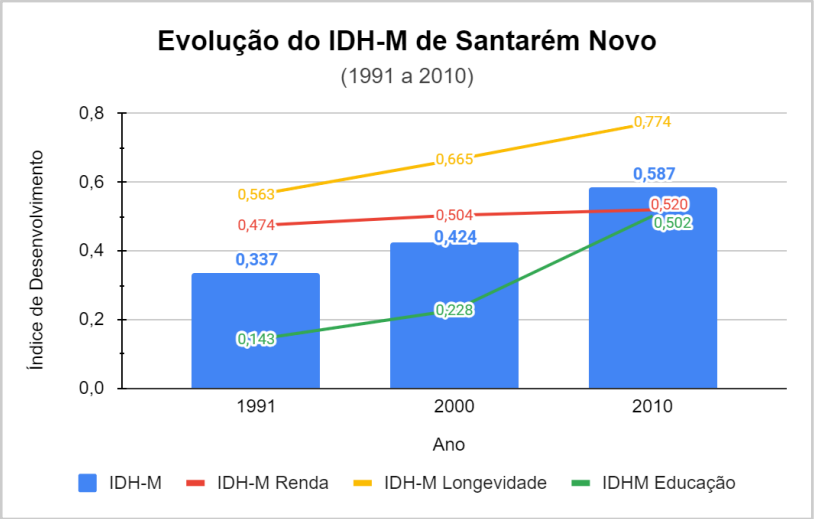
4.1.3.10 Indicadores de Desenvolvimento socioeconômico

A análise dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico proporciona uma visão abrangente das condições de vida da população, sua trajetória histórica e conquistas. Isso não apenas ajuda a compreender os desafios atuais, mas também abre caminho para a formulação de estratégias voltadas à promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Nesse sentido, buscou-se examinar o panorama municipal e regional a partir de diversos indicadores, tais como, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) incidência de pobreza, índice de Gini e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma métrica que avalia o desenvolvimento de uma localidade com base em três dimensões: saúde, educação e padrão de vida. Mensurado em uma escala de 0 a 1, o IDHM combina indicadores como expectativa de vida, anos de escolaridade e renda *per capita*. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, sendo categorizado como muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1,0).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santarém Novo revela uma trajetória ascendente ao longo da série histórica de 1991 a 2010, indicando melhorias significativas nas condições de vida da população. Em 1991, o município apresentava um IDH de 0,337, considerado muito baixo, evoluindo para 0,587 em 2010, o que o enquadra na faixa de desenvolvimento considerada baixa. O gráfico 70, a seguir, demonstra a evolução no IDH Municipal e suas componentes.

Gráfico 70 - Evolução do IDH-M de Santarém Novo e suas componentes entre 1991 e 2010



Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD (2022)

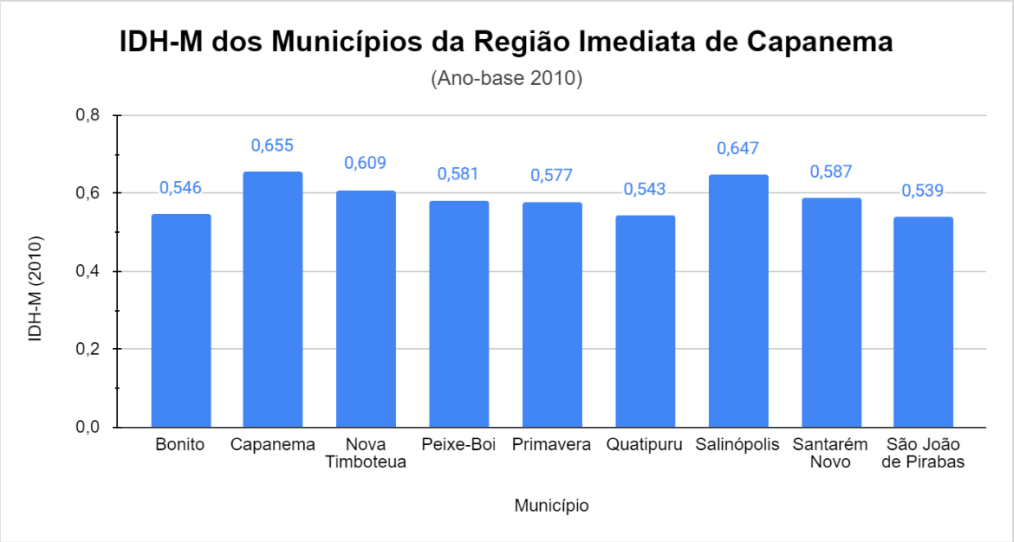
A análise detalhada dos componentes do IDHM proporciona uma visão holística do progresso social e os determinantes desse crescimento. A variável de longevidade destaca-se com um índice de 0,774 em 2010, situando Santarém Novo em um nível de desenvolvimento alto nesse aspecto. Por outro lado, a dimensão de renda, embora apresente avanço, evidencia um progresso mais moderado, com um aumento de 9,70% ao longo do período.

Chama atenção o salto na variável Educação, com um aumento de 251,05% no período, passando de 0,143 para 0,502 em 2010. Apesar desse avanço expressivo, o município ainda se encontra em uma faixa de desenvolvimento considerada baixa para essa dimensão.

A análise comparativa com o ranking nacional revela uma queda relativa de Santarém Novo, que passou da 3482ª posição em 1991 para a 4467ª em 2010, representando um retrocesso de 985 posições ao longo do período. No âmbito estadual, observa-se uma dinâmica semelhante, com o município saindo da 44ª posição e alcançando a 68ª, registrando uma diminuição de 24 posições no mesmo intervalo.

No contexto da regional, Capanema destaca-se com o maior IDHM entre os municípios da Região Imediata de Capanema (0,655), considerado como desenvolvimento médio, seguido por Salinópolis (0,647) e Nova Timboteua (0,609) na mesma faixa. Os demais municípios apresentam índices na faixa de desenvolvimento baixo, sendo São João de Pirabas o de menor IDHM (0,539). A comparação gráfica entre índices dos municípios da região ilustra as disparidades no desenvolvimento humano, como demonstra o gráfico 71 a seguir:

Gráfico 71 - IDHM dos municípios da região Imediata de Capanema (ano base 2010)



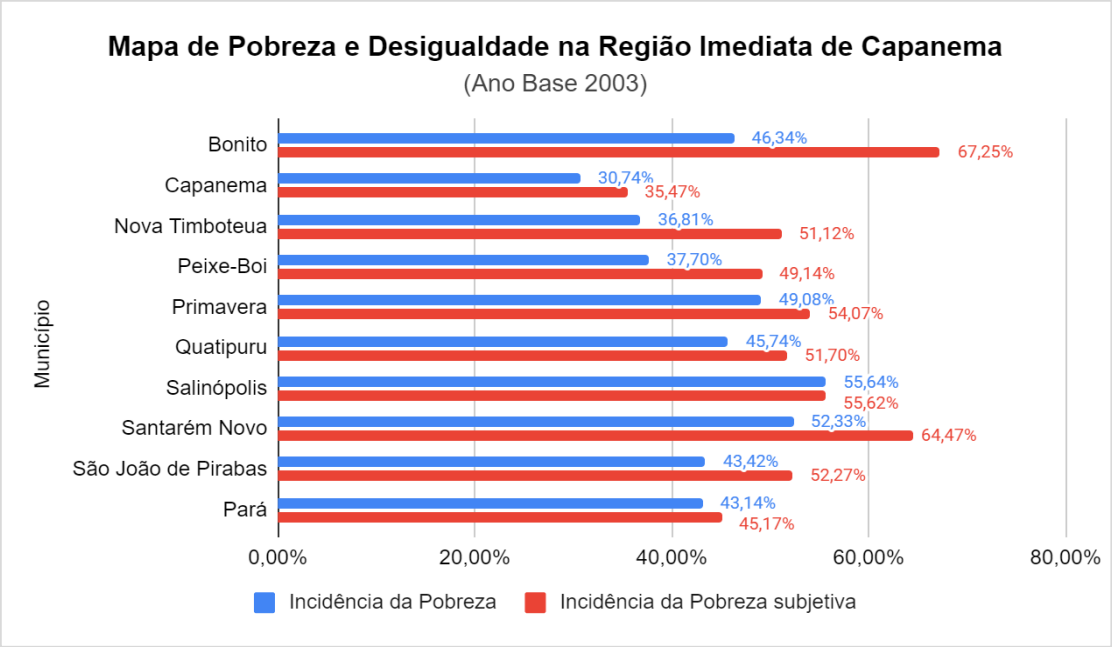
Elaboração própria a partir de dados da Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD (2022)

A análise do mapa de pobreza e desigualdade do IBGE (2003) revela desafios significativos em Santarém Novo. A incidência de pobreza objetiva afeta 52,33% da população, enquanto a pobreza subjetiva, relacionada à avaliação subjetiva de condições de vida, no que tange à suficiência de renda e quantidade de alimentos consumidos, conforme classifica Diener e Suh (1997), atinge 64,47% dos habitantes.

No cenário regional, Salinópolis lidera em incidência de pobreza objetiva afetando 52,33% da população, enquanto Bonito apresenta a maior incidência de pobreza subjetiva, atingindo 67,25%. Capanema, por sua vez, se destaca com as menores taxas em ambos os indicadores com 30,74% e 35,47%, respectivamente.

O gráfico 72, a seguir, oferece uma visão panorâmica das disparidades nos índices de pobreza e desigualdade na região.

Gráfico 72 - Mapa de pobreza e desigualdade na Região Imediata de Capanema (ano base 2003)



Elaboração própria a partir de dados da POF 2002/2003 / IBGE (2000)

No que diz respeito à desigualdade na distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini, Santarém Novo figura entre os municípios com menores índices de desigualdade no estado do Pará, registrando um índice de 0,33 e ocupando a 140ª posição, ao lado de outros três municípios - Melgaço, Colares e Bonito.

Analisando o contexto regional, Bonito e Santarém Novo sobressaem-se como os municípios com os menores níveis de desigualdade. Em contrapartida, Capanema figura como o município com o maior índice, atingindo 0,38. Vale ressaltar que o índice de Gini, variando de 0 a 1, mede o grau de concentração de renda, aumentando à medida que se aproxima de 1. Logo, um valor mais elevado indica maior desigualdade econômica na localidade.

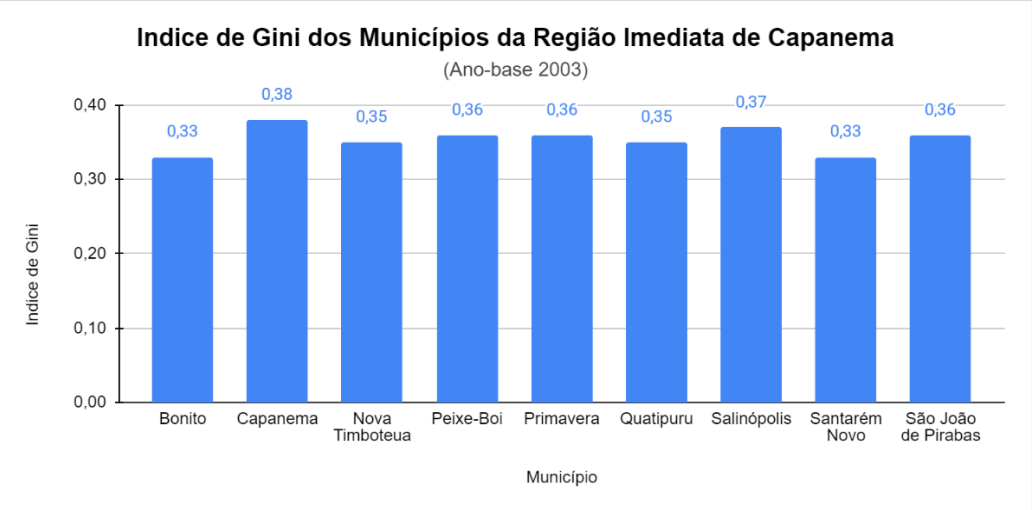
Entretanto, é importante salientar, que, embora o índice de Gini de Santarém Novo indique uma menor desigualdade de renda em comparação com outros municípios do Pará, que isso não significa necessariamente que a condição econômica da população seja positiva, uma vez que, a análise do contexto local revela que grande parte da população de Santarém Novo se encontra em situações de pobreza, como evidenciado pelos dados do Cadastro Único (CadÚnico), que registram um número significativo de famílias em condições de vulnerabilidade social (22% com renda superior a meio salário mínimo, 10% classificadas como baixa renda e 68% do total de famílias enquadradas em situação de pobreza).

Nesse sentido, depreende-se que, mesmo com um índice de desigualdade relativamente baixo, a qualidade de vida e as condições socioeconômicas no município ainda são desafiadoras,

refletindo uma concentração de renda em níveis baixos, mas sem a garantia de acesso a melhores oportunidades ou recursos para grande parte da população, ou seja, a disparidade de condições econômicas não é entre os mais ricos e os mais pobres, mas dentro da própria população de baixa renda.

O gráfico 73, a seguir, fornece uma visão comparativa dos índices de Gini nos municípios da região imediata de Capanema.

Gráfico 73 - Índice de Gini dos municípios da região Imediata de Capanema



Elaboração própria a partir de dados da POF 2002/2003 / IBGE (2000)

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um indicador anual que avalia o nível socioeconômico dos municípios brasileiros. Este índice, de abrangência nacional e foco municipal, condensa em um único valor a média de três variáveis cruciais: emprego & renda, educação e saúde. Utilizando exclusivamente estatísticas públicas oficiais, o IFDM oferece uma perspectiva abrangente sobre as conquistas e desafios socioeconômicos no Brasil, enfocando a competência municipal na promoção de um ambiente propício à geração local de emprego e renda, ao ensino infantil e fundamental, e aos serviços básicos de saúde (FIRJAN, 2018).

A classificação do desenvolvimento municipal pelo IFDM se baseia em quatro níveis, conforme pontuações que variam de 0 a 1, sendo:

a) Alto desenvolvimento: para municípios com pontuação superior a 0,8;
b) Desenvolvimento moderado: para municípios com pontuação entre 0,6 e 0,8;
c) Desenvolvimento regular: para municípios com pontuação entre 0,4 e 0,6;
d) Baixo desenvolvimento: para municípios com pontuação inferior a 0,4.

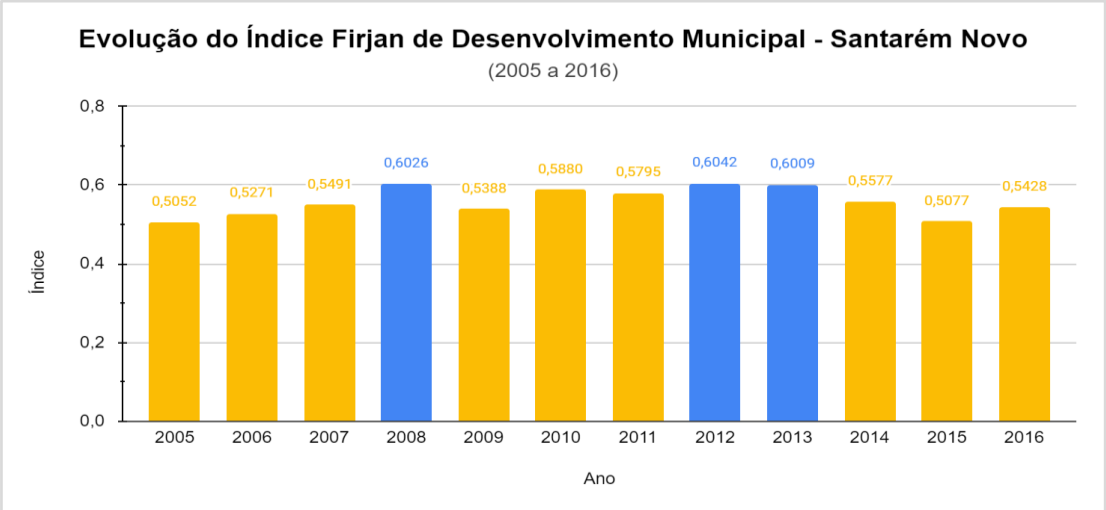
Conforme o indicador, o índice atribuído ao município de Santarém Novo no ano de 2016 revela um patamar de desenvolvimento socioeconômico considerado regular em comparação com outros municípios. Com um índice de 0,5428, ocupa a 58ª posição no ranking estadual, situando-se entre 47,10% dos municípios do Estado nessa categoria. Em âmbito nacional, Santarém Novo está posicionado em 4838º lugar, abrangendo aproximadamente 18,95% dos municípios com esse intervalo de desenvolvimento no país (FIRJAN, 2018).

As dimensões de educação e saúde indicam um nível de desenvolvimento moderado, com índices de 0,6012 e 0,7036, respectivamente. Contudo, a variável associada à área de emprego e renda apresenta um desenvolvimento mais limitado, alcançando um índice de 0,323 nesse ano (2016).

Ao analisar a evolução anual do desenvolvimento de 2005 a 2016, nota-se que o município transitou por fases que variaram entre desenvolvimento regular e moderado. Destacam-se os anos de 2008, 2012 e 2013 como períodos de melhor desempenho, alcançando índices de 0,6026, 0,6042 e 0,6009, respectivamente. Esses índices refletem um nível de desenvolvimento socioeconômico moderado.

O gráfico 74 ilustra a trajetória anual de desenvolvimento de 2005 a 2016, destacando intervalos de desenvolvimento regular (em amarelo) a moderado (em azul).

Gráfico 74 - Evolução do Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal - Santarém Novo (2005 a 2016)



Elaboração própria a partir de dados do Sistema Firjan (2018)

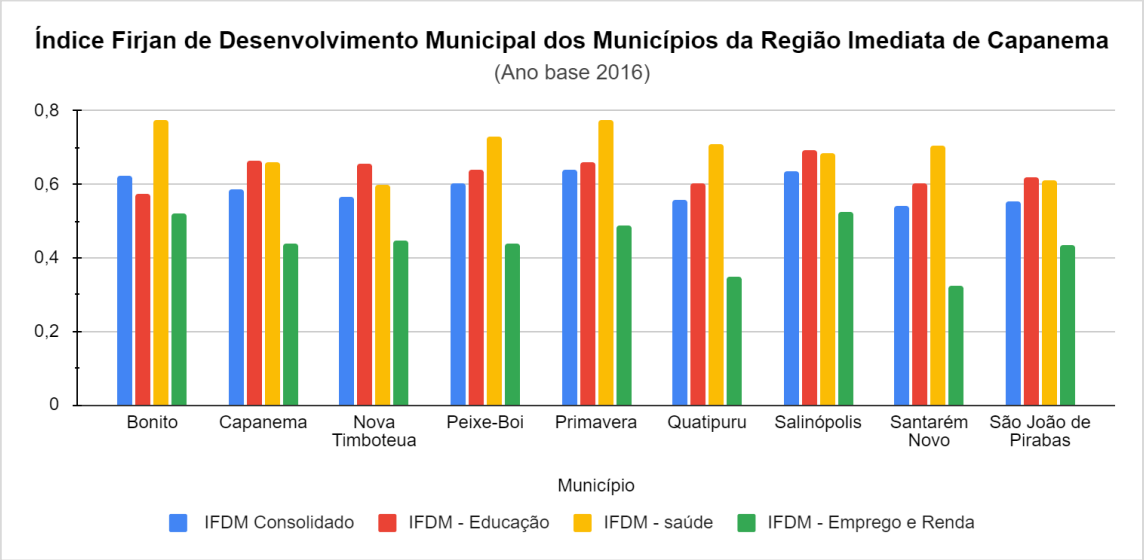
Na abordagem da região Imediata de Capanema, a análise do IFDM consolidado revela um cenário geral de desenvolvimento regular a moderado nos municípios. Primavera (0,6405), Salinópolis (0,6340), Bonito (0,6237) e Peixe-Boi (0,6019) destacam-se, nesta ordem,

apresentando um desempenho mais significativo, classificando-se como municípios de desenvolvimento socioeconômico moderado. Os demais situam-se na faixa de desenvolvimento regular, com São João de Pirabas, registrando o menor índice consolidado (0,5551) entre estes.

Na dimensão Educacional do IFDM, com exceção de Bonito, que exibiu um índice regular nesse aspecto (0,5747), todos os municípios demonstram um desenvolvimento moderado, com Salinópolis liderando com o maior índice (0,6927).

No âmbito da Saúde, à exceção de Nova Timboteua, que evidenciou um desenvolvimento considerado regular (0,5747), todos os demais municípios apresentaram um desempenho moderado, com destaque para Primavera (0,7766) que apresentou a melhor performance nesse indicador. O gráfico 75 a seguir, exibe as variações e tendências no IFDM dos municípios da região Imediata de Capanema.

Gráfico 75 - Índice de Firjan de Desenvolvimento da Região Imediata de Capanema (ano base 2016)



Elaboração própria a partir de dados do Sistema Firjan (2018)

A tabela 29, a seguir, sintetiza esses indicadores por município

Tabela 29 - Síntese de indicadores de Desenvolvimento da Região Imediata de Capanema

Indicadores de Desenvolvimento da Região Imediata de Capanema								
Município	**Mapa da Pobreza e desigualdade (2003)**			**IDH-M (2010)**	**Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM (2016)**			
	Incidência da Pobreza	Incidência da Pobreza subjetiva	Índice de Gini		IFDM Consolidado	IFDM - Educação	IFDM - saúde	IFDM - Emprego e Renda
Bonito	46,34%	67,25%	0,33	0,546	0,6237	0,5747	0,7743	0,5222
Capanema	30,74%	35,47%	0,38	0,655	0,5883	0,6643	0,6603	0,4404

Nova Timboteua	36,81%	51,12%	0,35	0,609	0,5670	0,6571	0,5985	0,4455
Peixe-Boi	37,70%	49,14%	0,36	0,581	0,6019	0,6387	0,7302	0,4369
Primavera	49,08%	54,07%	0,36	0,577	0,6405	0,6584	0,7766	0,4866
Quatipuru	45,74%	51,70%	0,35	0,543	0,5582	0,6013	0,7090	0,3481
Salinópolis	55,64%	55,62%	0,37	0,647	0,6340	0,6927	0,6844	0,5248
Santarém Novo	52,33%	64,47%	0,33	0,587	0,5428	0,6012	0,7036	0,3236
São João de Pirabas	43,42%	52,27%	0,36	0,539	0,5551	0,6198	0,6127	0,4328

Elaboração própria a partir de dados provenientes de diversas bases: IBGE/PNUD/FIRJAN

4.1.4 Atuações Político-Institucionais e Políticas Públicas de Apoio e Fomento às Atividades Produtivas em Santarém Novo

Antes de apresentar os principais resultados obtidos na pesquisa empírica, buscou-se contextualizar o cenário político-institucional e as políticas públicas voltadas para o fomento das atividades produtivas em Santarém Novo. O levantamento dessas atuações se baseia em informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme informações extraídas do Suplemento de Inclusão Produtiva, o último estudo setorial e diagnóstico socioeconômico do município foi conduzido pela EMATER em 2014. Em pesquisas MUNICs mais recentes, não há informações atualizadas sobre a realização de estudos subsequentes, entretanto, na página do Facebook da Secretaria de Agricultura foram divulgadas, em fevereiro de 2021, ações de planejamento realizadas pela secretaria, em levantamento socioeconômico dos agricultores e georreferenciamento da produção.

De acordo com a Pesquisa MUNIC de 2020, incluíam-se como principais programas ou ações de fomento às atividades produtivas para o setor agropecuário:

a) **Aquisição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);**
b) **Aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);**
c) **Assistência Técnica e Extensão Rural:** através da atuação de órgãos públicos, estaduais e municipais com apoio de instituições públicas e outros prestadores de serviços contratados ou parceiros da prefeitura;
d) **Disponibilização de maquinário:** Programas ou ações para empréstimo de tratores e implementos agrícolas aos produtores;
e) **Acesso à sementes, mudas e adubos:** Programas ou ações desenvolvidas pela prefeitura em parceria com outros órgãos para facilitar o acesso por produtores de forma gratuita;
f) **Programas ou ação de estímulo à agricultura orgânica, familiar e à produção de hortas comunitárias;**

g) **Desenvolvimento de programas ou ações de cunho social na área da educação;**

h) **Capacitação para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais;**

i) **Infraestrutura de comercialização e exposição de produtos em feiras do município;**

j) **Promoção ou apoio a festividades periódicas relacionadas à atividade agropecuária;**

k) **Apoio às entidades de associativismo ou representação de produtores:** apoio às associações de produtores, cooperativas e sindicatos rurais com registro na prefeitura;

l) **Implementação de Serviço de Inspeção Municipal (SIM):** para controle de qualidade e dos produtos de origem animal.

Durante a pesquisa, evidenciou-se que as atuações mais relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar em Santarém Novo estão vinculadas à inserção dos agricultores nos programas de compra direta pelas secretarias municipais de Educação e de Assistência e Promoção Social no âmbito do PNAE e PAA. De acordo com informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, a colaboração desses programas oferece ainda apoio logístico no transporte, armazenamento e distribuição da produção agrícola, bem como e condições favoráveis de comercialização.

4.1.4.1 Aquisição de alimentos pelo PNAE

O processo de aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, destinados à merenda escolar das escolas municipais da rede pública de ensino está em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regido pela Lei nº 11.847 de 16/06/2009 e pela Resolução nº 26 de 17/06/2013. A Lei determina que no mínimo 30% do montante dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, seja direcionado à compra direta desses produtos.

O processo de contratação atualmente é realizado por meio de um processo administrativo de dispensa de licitação por chamamento público, sob a supervisão da Comissão Permanente de Licitação (CPL). Os contratos têm vigência de um ano, com possibilidade de renovação por igual período. A Secretaria de Educação do município é responsável pelo processo de contratação, envolvendo a elaboração da pauta de gêneros alimentícios para composição do cardápio para cobertura do período letivo e de outros documentos necessários para realização do processo licitatório.

O Cardápio é determinado com base em critérios nutricionais estabelecidos pelo setor

técnico de nutrição em quantidade e qualidade necessários (observando as diretrizes da Resolução nº 26/2013), sendo a pauta para aquisição de gêneros da agricultura familiar submetida à aprovação pelo Conselho de Alimentação Escolar.

O fornecimento atual dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é realizado pela Associação dos Moradores do Jataizinho (AMJ), composta por 52 agricultores associados, a qual celebra o contrato com a prefeitura desde o segundo semestre de 2021. A AMJ fornece uma variedade de produtos *in natura*, incluindo hortaliças como alface, chicória, cheiro-verde, cebolinha, couve, cariru, jambú, além de legumes como batata inglesa, beterraba, pimentão, pimentinha, cenoura, abóbora, maxixe, pepino, feijão verde e frutas da época, tais como abacate, melancia, mamão papaia, maracujá, laranja, limão, manga, dentre outros e itens secundários, como farinhas de mandioca e tapioca, goma de tapioca e tucupi.

Além da AMJ, a Cooperativa Regional dos Produtores Rurais no Estado do Pará, da Agrovila Bom Jesus Rural do município de Castanhal-PA, também fornece gêneros alimentícios, sendo esta, contemplada no chamamento público de 2023 para fornecimento, especificamente, de polpas de frutas diversas, açaí médio (batido) e iogurte natural.

Os contratos celebrados para a Chamada Pública nº 001/2023 indicam que a AMJ tem um valor global contratado de R$767.040,00, enquanto a Cooperativa Regional dos Produtores Rurais no Estado do Pará tem um contrato de R$214.932,00. Conforme estipulado no contrato, o pagamento, efetuado pelo Fundo Municipal De Educação, deve ocorrer em até 30 dias corridos do mês seguinte à entrega dos produtos/serviços, desde que nenhuma irregularidade seja constatada.

Conforme o documento, as despesas decorrentes dos contratos são classificadas pelas dotações orçamentárias: Exercício 2023 Atividade 0401.123060251.2.077 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - Agricultura Familiar, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

Ao analisar as despesas públicas empenhadas por projetos no portal da transparência municipal para esta especificação, observa-se um aumento de 110,46% na compra de produtos da agricultura familiar de 2022 para 2023, passando de R$60.694,66 para R$127.736,90. Este montante representa 28,51% do valor total empenhado para a manutenção do programa de alimentação escolar em 2023. Em 2022, esse percentual correspondia a 14,08%, conforme identificado nas dotações orçamentárias empenhadas para esta modalidade. Entretanto, o total

liquidado e pago em 2023 na manutenção do programa foi de R$84.188,60, conforme apontado nas despesas.

Nas redes sociais da Secretaria de Educação, é possível acompanhar informações e divulgações relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo aspectos como repasses, bloqueios de verbas e aquisição de produtos. Registros fotográficos dessas atividades também são disponibilizados, como ilustrado nas fuguras 93 e94, a seguir.

Figura 93 - Aquisição de Alimentos pelo do PNAE



Fonte: Facebook da SEMED - setembro de 2021

Figura 94 - Frutas ofertadas na merenda escolar



Fonte: Facebook da SEMED - setembro de 2021

4.1.4.2 Aquisição de alimentos pelo PAA;

A aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, destinado a agricultores familiares e suas organizações, ocorre por meio de compra direta dos agricultores familiares com dispensa de licitação. Esses produtos são direcionados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede sócio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como pela rede pública e filantrópica de ensino. A gestão desse processo no município é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social (SEMAPS), contando com uma coordenação específica responsável pelo programa.

Em 2022, a institucionalização do programa no município enfrentou desafios devido à substituição pelo Programa Alimenta Brasil (PAB), conforme relato informal de um servidor do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) envolvido na coordenação do Programa. Já em 2023, com a mudança no governo federal, a Lei 14.628 de 20 de julho de 2023 extingue o Programa Alimenta Brasil e restabelece o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os recursos extraordinários destinados ao PAA conforme as diretrizes do programa, serão alocados

para a execução de três modalidades específicas: a) Compra Com Doação Simultânea - Termo de Adesão; b) Compra com Doação Simultânea - CONAB; e c) PAA-Leite.

Infelizmente, não foi possível obter informações primárias para aprofundamento das discussões sobre o funcionamento e a efetividade do programa no município, devido à falta de resposta ao convite enviado aos órgãos gestores responsáveis pela manutenção do programa, para participar da pesquisa. Além disso, não foi possível obter detalhes sobre receitas e despesas orçamentárias relacionadas à manutenção dos programas PAB ou PAA nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 no Portal da Transparência Municipal.

A dificuldade em encontrar detalhes específicos sobre receitas e despesas orçamentárias relacionadas à manutenção dos programas PAB ou PAA decorreu, em parte, da complexidade na identificação da nomenclatura utilizada na classificação das dotações orçamentárias. No entanto, durante a análise das despesas orçamentárias do exercício de 2023 direcionadas ao "Programa de Gestão e Modernização, Planejamento e Monitoramento do FMAS", identificou-se a existência de um projeto/atividade denominado "Programa Aquisição de Alimentos - PAA". É relevante observar que não foram encontrados valores empenhados para essa atividade específica. Essa lacuna pode ser atribuída à falta de informações detalhadas ou à possível ausência de alocação de recursos financeiros para o referido projeto/atividade durante o período de análise.

No entanto, por meio das plataformas oficiais de comunicação da prefeitura e das secretarias municipais de Assistência e Promoção Social (SEMAPS) e Educação (SEMED), identificam-se algumas divulgações de ações relacionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promovidas pela Secretaria de Assistência Social nos anos de 2020, 2022 e 2023.

Dentre essas ações destacam-se a distribuição de alimentos em visitas domiciliares às famílias em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19, realização de encontros com agricultores participantes do programa, e a coleta de produtos fornecidos pelos agricultores locais para a composição de cestas destinadas às famílias usuárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como evidenciado nas imagens a seguir (figuras 95 a 106).

Figura 95 Recolhimento de alimentos do PAA no caminhão do programa em junho 2023



Fonte: Vídeo divulgação no Facebook da Prefeitura Municipal de Santarém Novo - 28/06/2023

Figura 96 - Recebimento e entrega de alimentos do PAA no CRAS



Fonte: Vídeo divulgação no Facebook da Prefeitura Municipal de Santarém Novo - 28/06/2023

Figura 97 - Ação de entrega de alimentos do PAA e doação de roupas na comunidade do Clemente



Fonte: Facebook SEMAPS Sn - 24/04/2022

Figura 98 - Distribuição de alimentos pelo PAA no Clemente



Fonte: Facebook SEMAPS Sn - 24/04/2022

Figura 99 - Distribuição de Alimentos pelo PAA durante a pandemia de COVID-19



Foto divulgação: Facebook da SEMED - junho de 2020

Figura 100 - Carro utilizado para transporte dos alimentos



Foto divulgação: Facebook da SEMED - junho de 2020

Figura 101 - Reunião com agricultores do PAA e café da manhã pela secretaria de Assistência social



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santarém Novo - Em 20/082020

Figura 102 - Agricultores participantes do programa de Aquisição de Alimentos (2020)



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santarém Novo - Em 20/08/2020

Figura 103 - Visitas domiciliares durante a Pandemia de Covid-19



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santarém Novo -14/06/2020

Figura 104 - Coleta de gêneros para composição de cestas destinadas ás famílias beneficiárias



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santaré Novo- 14/06/2020

Figura 105 - Entrega de alimentos do Programa às famílias assistidas pelo CRAS



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santarém Novo - 01/04/2020

Figura 106 - Entrega de alimentos às famílias beneficiárias do PAA



Fonte: Facebook Sec. Assistência Social de Santarém Novo- 01/04/2020

4.1.4.3 Projetos de apoio à qualificação de agricultores

No que concerne ao suporte destinado à capacitação dos agricultores, merece destaque a implementação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) no município, por meio de cursos voltados para o aprimoramento das habilidades e conhecimentos dos agricultores. A entidade privada, vinculada à Confederação Nacional de Agricultura (CNA), desempenha um papel fundamental ao oferecer cursos de aprendizagem e capacitação, focalizando o gerenciamento da produção através de ferramentas específicas, notadamente o Negócio Certo Rural e o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em cadeias produtivas específicas, tais como mel, mandioca e horticultura (SEMAGRI, 2021; 2022, entrevista gravada).

O Negócio Certo Rural, concebido e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em colaboração com o SENAR, integra o Programa Empreendedorismo e Gestão de Negócios. Este programa de capacitação em planejamento e administração de pequenos negócios rurais visa apresentar conceitos de empreendedorismo, planejamento e gestão de negócios, fornecendo orientação tanto para aprimorar empreendimentos já existentes quanto para implementar novas atividades. Segundo a Secretaria de Agricultura, o projeto desempenha um papel crucial na organização das cadeias produtivas, especialmente na formulação de planos de negócio individualizados para os agricultores.

Em abril de 2021, uma turma com 15 apicultores foi formada no município, em parceria com a prefeitura por meio da Secretaria de Agricultura, e há planos para a abertura de novas turmas em 2023, conforme informações fornecidas pela secretaria (SEMAGRI, 2022). A seguir, são apresentadas imagens do referido projeto (Figuras 107 e 108).

Figura 107 - Turma apicultores de 2021 - Negócio Certo Rural



Fonte: Imagens Cedidas pela SEMAGRI

Figura 108 - Apicultoras capacitadas pelo Negócio Certo Rural



Fonte: Imagens Cedidas pela SEMAGRI

Quanto ao serviço de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) oferecido pelo SENAR, seu propósito é orientar os produtores tanto no manejo produtivo quanto nos processos gerenciais, constituindo-se como um processo educativo contínuo. Esta abordagem educativa abrange diagnóstico, planejamento, adequação tecnológica, formação profissional do produtor e análise de resultados, sendo uma ferramenta crucial para aprimorar a gestão, produtividade e sustentabilidade das propriedades rurais. Além disso, o programa estimula o empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento integral do agricultor.

No contexto das ATEGs oferecidas pelo SENAR no município, destacam-se as da:

a) ***Cadeia produtiva do mel***: que atende criadores de abelhas de Santarém Novo nas atividades de apicultura (com a criação de abelhas *Apis mellifera*) e meliponicultura (com a criação de abelhas sem ferrão), sendo duas turmas compostas por 30 produtores cada, atendidas por dois técnicos de campo, um para cada turma;
b) ***Cadeia produtiva da mandioca:*** assistindo um grupo de 30 produtores, com o apoio de um técnico de campo;
c) ***Cadeia produtiva da horticultura***: formada por duas turmas compostas 30 produtores cada, contando com dois técnicos de campo, um para cada turma.

A abertura da segunda turma de ATEG Mel realizada pelo SENAR, em julho de 2022, pode ser apreciada nas imagens 109 e 110, abaixo.

Figura 109 - Abertura da 2ª turma de ATEG MEL pelo SENAR



Foto divulgação: Facebook da APISAN

Figura 110 - 2ª Turma de apicultores atendidos pelo ATeG Mel 2022- SENAR



Foto divulgação: Facebook da APISAN

Conforme relato da Secretaria de Agricultura e de técnicos do SENAR, no ano de 2023, algumas ações de Assistência Técnica e Gerencial (ATEGs) foram interrompidas devido ao fim

dos contratos com as empresas prestadoras de serviço (terceirizadas) e o SENAR. Como resultado, as ATEGs relacionadas à mandiocultura e horticultura permaneceram ativas apenas até o mês de outubro, enquanto a ATEG voltada para a apicultura foi encerrada em dezembro do mesmo ano, interrompendo o contrato originalmente planejado para dois anos, ou seja, até o final do primeiro semestre de 2024. A expectativa é de que um novo edital seja lançado em 2024, possibilitando a retomada dessas atividades e o cumprimento do tempo do projeto.

4.1.4.4 Programas municipais de apoio à agricultura familiar

No contexto dos programas municipais voltados para o estímulo da agricultura familiar, destacam-se os Programas Produzir e o Projeto Municipal de Preparo de Área para Cultivo (PROPAC). O Programa Produzir, elaborado pela prefeitura de Santarém Novo por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, em cooperação com diversas entidades e organizações como EMATER, SENAR, SEBRAE, SEDAP ADEPARÁ, IDEFLOR-Bio e SINPROSAN, é uma iniciativa dedicada ao fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Conforme os objetivos delineados no programa, o Programa Produzir busca organizar e fortalecer as cadeias produtivas locais, promovendo ocupação, emprego, renda e preservação ambiental (SEMAGRI, 2021). Seus objetivos específicos incluem:

a) O fortalecimento da produção sustentável e de suas entidades de representação;
b) Capacitação dos produtores por meio de cursos, reuniões, dias de campo, visitas técnicas e seminários;
c) Prospecção, desenvolvimento e fortalecimento de mercados.
d) Fortalecimento de projetos-âncora, como mandiocultura, horticultura, feijão caupi, mel, fruticultura, extrativismo e piscicultura.

Destacam-se projetos no ano de 2021, como cursos de implementação de viveiros comunitários, associativos e familiares em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém Novo. Um desses viveiros, situado na Secretaria, produz aproximadamente de cinco a dez mil mudas anualmente, conforme informações fornecidas pela Secretaria. Outros dois viveiros estão localizados nas comunidades de Assentamento e Brasileiro, facilitando a logística de distribuição de mudas, conforme declarado pela SEMAGRI. Além disso, também foram realizados cursos de capacitação em manejo na área da fruticultura, em produção de adubos orgânicos, produção de doces e salgados, operação de tratores, bem como de produção e distribuição de sementes, mudas e adubos (SEMAGRI, 2022).

Alguns registros desses projetos são destacados nas figuras 111 a 116, respectivamente:

Figura 111 - Viveiro de produção de mudas da SEMAGRI



Fonte: Acervo da SEMAGRI - cedida

Figura 112 - Curso de compostagem orgânica em de Jutaizinho



Fonte: Acervo da SEMAGRI - cedida

Figura 113 - Implementação de viveiros comunitários em São Tomé



Fonte: Acervo da SEMAGRI - cedida

Figura 114 – Turma do curso de Fruticultura realizado em 2021



Fonte: Facebook Semagri - Santarém Novo 14/05/21

Figura 115 - Curso de tratorista – Abril de 2022



Fonte: Acervo da SEMAGRI - cedida

Figura 116 - Curso de tratorista – Abril de 2022



Fonte: Acervo da SEMAGRI - cedida

Conforme informações da EMATER (2022), diversas atividades, como o cultivo de açaí, foram fomentadas no município por meio de doações de sementes pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP). Nesse cenário, a Secretaria de Agricultura e a EMATER elaboram o planejamento para distribuição ou produção dessas sementes, realizando a posterior distribuição de mudas aos produtores. Em entrevista, a EMATER-PA (2022) destaca a importância da participação ativa da prefeitura nesse processo para a promoção do desenvolvimento local, afirmando:

> "Hoje nós temos mais ou menos de 300 a 400 hectares de açaí cultivado, entre novos plantios a açaí produtivos [...] Temos casos de agricultores que hoje abandonaram o cultivo da roça para trabalhar só com a produção dessa atividade perene, que é o açaí, inclusive ampliando sua produção. É uma forma de promover o desenvolvimento. Então, nesse contexto, é de extrema importância que essas duas entidades, principalmente a prefeitura, que ela esteja envolvida, né, para promover esse desenvolvimento". (EMATER-PA, 2022, relato oral, entrevistado 7)

O Projeto Municipal de Preparo de Área para Cultivo - PROPAC tem como propósito apoiar o desenvolvimento da Agricultura Familiar promovendo atendimento aos agricultores cadastrados por meio do empréstimo de tratores, com grade aradora, combustível e um operador de máquinas, para serviços de aração e gradagem, limitado a 0,60 ha por agricultor.

Além disso, está previsto, de acordo com o escopo do projeto, oferecer acompanhamento técnico pós-operação e a disponibilização de fertilizantes químicos ou orgânicos, corretivos agrícolas e outros insumos aos agricultores participantes. A contrapartida exigida seria a alimentação do operador de máquinas e o fornecimento de local para pernoite, se necessário. No entanto, o apoio relacionado ao combustível ainda não foi possível ser viabilizado ficando a cargo do agricultor, conforme relatos da secretaria (SEMAGRI, 2022).

De acordo com documentos do programa, até junho de 2021, um total de 215 agricultores de diversas localidades, estavam cadastrados no programa. Dentre as comunidades mais atendidas pelo programa em relação ao número de inscritos, estão a comunidade de Pau Amarelo (14%), Santo Antônio dos Trombetas (14%), São Tomé (11,6%) e Pedrinhas (10,2%), conforme apresentado é apresentado no gráfico 76, a seguir:

Gráfico 76 - Agricultores cadastrados no programa por localidade até 21 de junho de 2021



Fonte: Elaborado pela autora com dados do programa fornecidos pela SEMAGRI

Conforme documento, o valor tabelado de custeio operacional dos serviços de aração e gradagem de solo é de R$180,00 por ha totalizando R$38.700,00. O valor tabelado para despesas com combustível por agricultor é de R$138,00, totalizando R$29.670,00. O montante total previsto para custeio do programa é de R$68.370,00 para um total de 129 ha.

A tabela 30, a seguir apresenta os valores de custeio conforme a localidade.

Tabela 30 - Custeio Operacional do Programa Municipal de Preparo de Áreas para Cultivos por Localidade

Custo Operacional dos Serviços de Aração e Gradagem de solo do PROPAC (2021)

Localidades	Agricultores cadastrados	Área Total (ha)	H/Área	Custo/H (R$)	Combustível (R$)
Pau Amarelo	30	18,00	45,0	R$ 5.400,00	R$ 4.140,00
Santo Antônio	30	18,00	45,0	R$ 5.400,00	R$ 4.140,00
São Tomé	25	15,00	37,5	R$ 4.500,00	R$ 3.450,00
Pedrinhas	22	13,20	33,0	R$ 3.960,00	R$ 3.036,00
Clemente	16	9,60	24,0	R$ 2.880,00	R$ 2.208,00
Jutaizinho	16	9,60	24,0	R$ 2.880,00	R$ 2.208,00
Jutaí Grande	11	6,60	16,5	R$ 1.980,00	R$ 1.518,00
Peri Meri	10	6,00	15,0	R$ 1.800,00	R$ 1.380,00
Brasileiro	9	5,40	13,5	R$ 1.620,00	R$ 1.242,00
Pirateua	9	5,40	13,5	R$ 1.620,00	R$ 1.242,00
Trombetas	9	5,40	13,5	R$ 1.620,00	R$ 1.242,00
Cearense	7	4,20	10,5	R$ 1.260,00	R$ 966,00
Faustina	6	3,60	9,0	R$ 1.080,00	R$ 828,00
Sede	6	3,60	9,0	R$ 1.080,00	R$ 828,00
Pacujá	5	3,00	7,5	R$ 900,00	R$ 690,00
Vista Alegre	3	1,80	4,5	R$ 540,00	R$ 414,00
Amapazinho	1	0,60	1,5	R$ 180,00	R$ 138,00
Total	**215**	**129,00**	**322,5**	**R$ 38.700,00**	**R$ 29.670,00**

Fonte: Dados do programa pela SEMAGRI (adaptado pela autora)

Segundo a SEMAGRI, no ano de 2022, setenta e seis famílias foram beneficiadas pelo programa, totalizando 180 tarefas de áreas mecanizadas em diversas localidades. Estas incluem, São Tomé, Jataizinho, Jutaí Grande, Santo Antônio do Trombetas, Chapada, Faustina, Fortaleza, Pirateua, Trombetas e a sede municipal. O programa também passou a incluir a roçagem em áreas anteriormente aradas durante períodos de verão, quando o solo fica mais compacto e difícil de arar, como mencionado pela Secretaria de Agricultura (SEMAGRI, 2022, *entrevista gravada*).

De acordo com consultas ao Portal de Transparência Municipal, as despesas orçamentárias destinadas ao "Programa Fortalecimento Agricultura e Abastecimento" (Código: 0643) para o exercício de 2023 limitaram-se às atividades de "Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura" (Código: 2.025), envolvendo, em grande parte, despesas com vencimento e vantagens fixas de pessoal, diárias, contratação por tempo determinado e serviços de terceiros, os quais totalizaram um valor de empenho de R$161.119,07, sendo liquidados R$ 159.799,07 e pagos R$ 144.614,32 até 31 de dezembro de 2023.

Os gastos com programas e ações para o setor, tais como construção de feiras, aquisição de novos veículos e maquinários, capacitações e atividades de fomento, foram nulos, conforme demonstrado na tabela 31, a seguir.

Tabela 31 - Dados orçamentários para o Programa de fortalecimento à Agricultura - Exercício 2023

PROGRAMA FORTALECIMENTO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO						
Especificação	**Fixado (R$)**	**Autorizado (R$)**	**Empenhado (R$)**	**Saldo a empenhar (R$)**	**Liquidado (R$)**	**Pago (R$)**
Construção de Feira do Produtor Rural	55.000,00	0	0	0	0	0
Aquisição de Patrulha Mecanizada	87.500,00	0	0	0	0	0
Aquisição de Veículo	120.000,00	0	0	0	0	0
Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	181.000,00	161.576,07	161.119,07	457,00	159.799,07	144.614,32
Incentivo técnico a Produção de Pescado	15.000,00	0	0	0	0	0
Capacitação de Produtores Rurais	10.000,00	0	0	0	0	0
Apoio às Atividades de Agropecuária em Geral	6.000,00	0	0	0	0	0

Manutenção de Mercados e Feiras	65.000,00	0	0	0	0	0
Fomento da Produção Agropecuária	15.000,00	0	0	0	0	0
Total	**554.500,00**	**161.576,07**	**161.119,07**	**457,00**	**159.799,07**	**144.614,32**

Fonte: Portal da Transparência Municipal

Segundo informações fornecidas em pela Secretaria de Agricultura, as ações do Programa Produzir, como a produção de mudas, estavam em pleno funcionamento até o ano de 2022. No entanto, em 2023, essas atividades precisaram ser interrompidas devido a dificuldades relacionadas ao acesso a sementes e à saquinhos junto ao IDEFLOR-Bio. Conforme relatado, houve uma mudança na direção desse órgão, resultando na perda do contrato. Dado que a Secretaria dependia dessa parceria e não dispõe de recursos financeiros para subsidiar tais ações, o programa ficou inativo durante o ano de 2023. No entanto, estratégias estão sendo pensadas para retomar o programa em 2024, junto ao IDEFLOR-Bio e a SEDAP.

O Secretário ressaltou que, entre as ações municipais, apenas o programa PROPAC continua em atividade. Ele destacou que a principal dificuldade enfrentada é a limitação de recursos financeiros, especialmente porque a prefeitura depende em grande parte dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ele, esses recursos já chegam praticamente comprometidos, e quando se trata da área da agricultura, restam poucos recursos disponíveis. Para ele, seria muito benéfico se a secretaria pudesse contar com verbas e recursos de outras fontes, fundos ou incentivos de outros projetos, o que contribuiria significativamente para superar essas limitações financeiras (SEMAGRI, 2023).

4.1.4.5 Feiras Livres da Agricultura Familiar

A iniciativa do Sistema FAEPA (Federação da Agricultura e Pecuária do Pará)/SENAR do Projeto Feira Segura, proporcionou uma feira experimental em Santarém Novo durante o segundo dia do Festival do Caranguejo, realizada na praça Matriz do município em 22 de julho de 2023. Nesta ocasião, 30 produtores rurais apresentaram seus produtos a aproximadamente 500 participantes, oferecendo uma variedade que incluía hortifrutigranjeiros, farinha, goma, tucupi, tapioca, feijão, plantas ornamentais e medicinais, mel, própolis, pólen, favos e adubo orgânico (FAEPA, 2023).

Antes da realização da feira, a equipe de coordenação do SENAR mobilizou os produtores para participarem de um treinamento prévio sobre comercialização, manipulação,

higienização dos produtos e medidas de biossegurança. Além das capacitações, foram distribuídos materiais como aventais, máscaras, luvas, material de embalagem e álcool 70% aos produtores.

Também foram oferecidos serviços de saúde, como aferição da pressão arterial e teste de glicemia e os participantes também puderam desfrutar de atrações culturais, como grupos de carimbo locais. O evento contou com a parceria do Sindicato dos Produtores Rurais (SIMPROSAN), Prefeitura Municipal, Secretarias de Cultura, Saúde e de Agricultura, e a EMATER-PA (FAEPA, 2023).

A seguir alguns registros da iniciativa divulgados no site da FAEPA e nas redes sociais da Secretaria de Agricultura.

Figura 117 - Projeto Feira Segura em Santarém novo



Fonte: FAEPA, 2023

Figura 118 - I Feira Livre Feira



Fonte: Divulgação no Instagram da semagri.sn

Após a realização da feira experimental, o projeto evoluiu para feiras livres que acontecem semanalmente na sede do município, onde participam um número reduzido de produtores. Uma feira maior ocorre mensalmente, atraindo agricultores de diversas localidades, especialmente de Jutaizinho, Santo Antônio do Trombetas e Pacujá. Essas feiras regulares promovem a comercialização dos produtos da agricultura familiar, gerando renda e promovendo a interação entre produtores e consumidores.

De acordo com informações fornecidas por agricultores, o transporte dos produtos até as feiras menores é geralmente conduzido pelos próprios agricultores. No entanto, nas feiras maiores, o processo de transporte é mais diversificado. Parte dos produtos é levada pelo secretário de agricultura, especialmente para os agricultores que não possuem veículos próprios. Além disso, alguns agricultores que possuem seus próprios veículos também contribuem levando seus produtos para comercialização.

Figura 119 - Feiras livres semanais da Agricultura Familiar



Fonte: Acervo de Joel Corrêa - cedida

Figura 120 - Vendas de produtos alimentícios e artesanatos



Fonte: Acervo de Joel Corrêa - cedida

Não foram identificadas iniciativas específicas relacionadas à promoção ou apoio a festividades periódicas vinculadas à atividade agropecuária. Essa constatação foi ratificada pelo secretário de agricultura durante a entrevista, reforçando a ausência de ações direcionadas a eventos festivos periódicos no âmbito agropecuário.

4.1.4.6 Apoio às entidades de associativismo e representação comunitárias

Durante as entrevistas com representantes de associações e gestores públicos, identificou-se algumas ações de apoio e fortalecimento das organizações sociais coletivas locais. O presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista (AUREMC-MG), que atua na direção da associação há mais de dez anos, destacou mudanças significativas no cenário de apoio do poder público municipal à associação. Segundo ele, anteriormente a associação era desprovida de suporte e agora conta com parcerias da prefeitura, secretarias municipais, Câmara de Vereadores, EMATER e ADEPARÁ (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG).

Esse engajamento institucional proporcionou obtenção de incentivos como a doação de um espaço físico para a sede da associação para que os membros pudessem se reunir e desenvolver suas atividades. O presidente destacou ainda a obtenção de apoio para instalações de infraestrutura informática e internet.

Figura 121 – Sede da AUREMC-MG



Fonte: Acervo de campo da autora

Figura 122 - Prédio doado pela prefeitura



Fonte: Acervo de campo da autora

Além do suporte governamental, também foram identificados o apoio de Organizações do Terceiro setor, como a RARE, uma organização sem fins lucrativos que vem operando em mais de 50 países junto a comunidades tradicionais que dependem da natureza para o seu sustento, apoiando as comunidades extrativistas na conservação dos ecossistemas e para a proteção da biodiversidade, em especial dos recursos pesqueiros (RARE, 2020).

No país, a ONG trabalha com as comunidades costeiras de pescadores e pescadoras do litoral brasileiro para promover a pesca artesanal sustentável por meio do Programa "Pesca para Sempre[30]" e campanhas como a "Deixe o Caranguejo Namorar[31]". No estado do Pará atua em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) para fortalecer a pesca artesanal, promover a bioeconomia azul e estimular a gestão participativa em Reservas Extrativistas Marinhas[32].

No município, além de promover a gestão compartilhada da pesca artesanal de base comunitária, a ONG desempenhou um papel fundamental para a regularização da inadimplência enfrentada pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré-Mato Grosso (AUREMC-MG), possibilitando que esta voltasse à atividade em sua situação cadastral,

[30] O programa Pesca para Sempre (Fish Forever) no Brasil trabalha em parceria com comunidades de pescadores, lideranças, associações, órgão de governos, universidades e organizações para construir e fortalecer o gerenciamento da pesca de pequena escala do Brasil. Esta gestão participativa da pesca é baseada nas comunidades e nas áreas costeiras e marinhas protegidas existentes ao longo do litoral brasileiro e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (RARE, 2021).

[31] A Campanha "Deixe o Caranguejo Namorar", coordenada pela Rare, busca conscientizar pescadores, atravessadores e consumidores sobre a importância de respeitar o período de defeso do caranguejo-uçá, durante a "andada" (janeiro a março). Nesse período, é proibida a captura, transporte, comercialização e beneficiamento do crustáceo em estados das regiões Norte, Nordeste e parte do Sudeste, garantindo sua reprodução e preservação dos estoques futuros.

[32] A Rare trabalha com diversas Reservas Extrativistas (RESEX) no estado do Pará, incluindo, além da Chocoaré-Mato Grosso, as Resex Mãe Grande de Curuçá, Mestre Lucindo, Maracanã, Cuinarana, Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Gurupi-Piriá, Arai-Peroba, Soure, São João da Ponta, Mocapajuba, e as duas recém-criadas pelo Decreto Nº 11.958 de 21 de março de 2024, Filhos do Mangue e Viriandeua.

como relatado pelo presidente da Associação.

Ele relembra que após assumir o cargo de presidência, ele atuou na realização de levantamentos das condições da associação e na obtenção de apoio jurídico para questões associativas e atualização do estatuto que se encontrava defasado em 2018. Ele destacou que em meio a desafios, como a descoberta da inadimplência da associação, enfrentou resistências por parte dos associados, mas manteve-se perseverante e motivando-os a acreditarem na recuperação da entidade.

A atuação da Rare Brasil no município também tem se estendido ao desenvolvimento de projetos de fortalecimento comunitário e da bioeconomia local, tais como o projeto "Maretório", como explica o presidente da Associação dos Usuários da Resex. O projeto em questão visa a geração de renda para as mulheres extrativistas com a valorização dos recursos naturais locais, por meio da produção artesanal de óleos vegetais como os óleos de andiroba e tucumã, onde participam mulheres da localidade de Santo Antônio dos Trombetas.

Além de promover a geração de renda às mulheres da Resex, a ONG também colabora para o empoderamento destas com a implementação de clubes de poupança junto às participantes do "Maretório", trabalhando não apenas a educação financeira delas, mas também no fortalecimento de sua autonomia e capacidade decisória ao estimular a participação ativa nas decisões comunitárias. O presidente da associação não apenas destacou a implementação bem-sucedida do grupo de poupança, como também apontou o potencial de crescimento e replicação destes projetos para outras localidades.

Ele também relata que em 2020, durante a pandemia de COVID-19, contou com o suporte da Rare não só para a regularização documental da associação, mas também como intermediária para o recebimento de benefícios assistenciais durante o período pandêmico, como para a distribuição de vale-compras às famílias associadas. Esse benefício fez parte de uma campanha de doações "Corona no Paredão, Fome Não" iniciada pela ONG Gerando falcões, onde distribuiu entre as organizações que fazem parte da rede, cartões vale-compras pré-carregados no valor de R$150,00 às famílias vulneráveis ao longo de cinco meses.

Além desta, o presidente também relatou o recebimento de outra assistência humanitária para lidar com a crise alimentar durante a pandemia, em 2021, na qual se refere ao apoio do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) na distribuição de cestas básicas às famílias cadastradas na Reserva Extrativista até o ano de 2014/2015.

Figura 123 - Cestas de alimentos destinadas às famílias da Resex



Fonte: Facebook Prefeitura de Santarém Novo - 16/06/21

Figura 124 - Entrega de alimentos às famílias cadastradas na Resex



Fonte: Facebook Prefeitura de Santarém Novo - 16/06/21

Em entrevista, o secretário de finanças do município informou que a prefeitura também oferece como medida de fortalecimento às organizações coletivas locais, serviços de contadores. Esses contadores estão disponíveis para auxiliar tanto as associações quanto os Microempreendedores Individuais (MEI) no processo de regularização de suas documentações. Essa medida, segundo ele, visa facilitar e agilizar o cumprimento das obrigações legais e fiscais, contribuindo para a formalização e regularidade dessas entidades e empreendedores individuais no âmbito municipal (Entrevistado 4 - SEFIN).

4.1.4.7 Assistência Técnica e Extensão Rural

No município, a EMATER-PA é o principal órgão de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural de forma pública e gratuita, difundindo conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural a fim de contribuir com soluções para a agricultura familiar. Nesse contexto, a entidade também desempenha também o papel de emitir diversos documentos aos produtores do município, como as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs), atualmente substituídas pelo Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF). Essa ferramenta é utilizada para identificar os agricultores familiares habilitados a acessarem as políticas públicas de incentivo à produção agrícola familiar.

Até o ano de 2023, foram emitidas no município 1.140 DAPs para pessoas físicas, conforme dados extraídos do Extrato de DAP – Pessoa Física disponível no Portal da Casa Civil. Dessas, 221 DAPs encontram-se ativas e 919 inativas (880 expiradas, 05 com problemas, e 34 canceladas). Além disso, foram emitidas duas DAPs para Pessoa Jurídica, estando apenas uma ativa, a da Associação dos Moradores do Jutaizinho - AMJ (SEAD, 2023a; SEAD, 2023b).

O técnico da EMATER local esclarece que a maioria das DAPs emitidas destinam-se a acessar políticas públicas específicas para agricultores, como a aposentadoria rural, o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, auxílio maternidade, auxílio doença, entre outras. No entanto, após a utilização dessas políticas, muitos agricultores não buscam manter o documento atualizado. Geralmente, o número de DAPs ativas está relacionado à quantidade de agricultores que frequentemente solicitam crédito rural e mantêm o documento atualizado (EMATER, 2022, *relato oral*).

As emissões de DAPs estavam previstas para serem realizadas até 31 de outubro de 2022, momento em que o novo cadastro, o CAF, foi implementado como a principal ferramenta de acesso às políticas públicas de agricultura familiar. Entretanto, as DAPs ativas durante o período de vigência (dois anos) continuam válidas para garantir que não haja interrupção no acesso às políticas do governo federal para os agricultores familiares, não havendo necessidade de migração para o novo sistema durante esse período.

Importante destacar, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) por meio da Portaria nº 20 de 27 de junho de 2023, na qual estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, estendeu o prazo de validade das DAPs considerando a prorrogação consignada pela portaria MDA nº 1, de 07 de fevereiro de 2023. Esta última, determina que documentos cujos vencimentos estejam compreendidos entre 8 de fevereiro e 31 de janeiro de 2024 sejam estendidos por um período de 12 meses, enquanto que as DAPS com vencimento fora do período disposto permanecem válidas pelo prazo originalmente estabelecido no ato de sua emissão. À medida que estas expirarem, novas inscrições deverão ser realizadas por meio do CAF, conforme orienta a Portaria nº 20/2023 (MDA, 2023*a*; 2023*b*).

Além da emissão desses documentos, a Emater também emite documentos de regularização ambiental, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), na qual visa promover a identificação, regularização ambiental e monitoramento das propriedades e posses rurais. Conforme a Lei n° 12.651/2012, o CAR é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais. Seu propósito é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, constituindo uma base de dados essencial para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como para o combate ao desmatamento.

Conforme o chefe do escritório local da EMATER-PA, ao caracterizar e enquadrar como agricultor familiar e possibilitar a emissão desses documentos, a EMATER-PA desempenha um papel fundamental, atuando como intermediária na facilitação do acesso pelos

agricultores à diversas políticas públicas de agricultura familiar, como o caso do Pronaf, conforme explica:

> [...] durante esse processo dos documentos, a gente faz o nosso atendimento que é levar orientação técnica. E nesse momento, a gente abre as portas das políticas públicas para o agricultor. Então o primeiro passo é ter essa caracterização e ele se enquadrar como agricultor familiar e depois com acesso a esses documentos, a gente abre as portas. Então muitas vezes o que o produtor mais precisa é do incentivo. Então a Emater tem como mediar esse incentivo através do Pronaf. (Entrevistado 7 - EMATER)

Uma vez que esses critérios são atendidos, a entidade auxilia na obtenção dos recursos financeiros disponibilizados pelo programa. Ele explica que o objetivo é fortalecer as atividades agrícolas já desenvolvidas pelos agricultores familiares, proporcionando-lhes suporte financeiro para melhorar e expandir suas práticas agrícolas.

4.1.4.8 Beneficiários de Reforma Agrária (INCRA e ICMBio)

No que diz respeito aos beneficiários homologados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Chocoaré - Mato Grosso (AUREM/C-MG) relata que aproximadamente 4 mil beneficiários foram reconhecidos pelo INCRA. A etapa de homologação, caracterizada como o ato formal de aprovação pelo Superintendente Regional dos candidatos selecionados para a reforma agrária, resulta na emissão da Relação de Beneficiários (RB). Essa relação contém os nomes dos beneficiários, dados do projeto de assentamento, data da homologação da seleção e assinaturas do Superintendente Regional e do Chefe da Divisão de Suporte Operacional.

Conforme relatado pela AUREM/C-MG, cerca de 800 pessoas já foram beneficiadas com linhas de crédito pelo INCRA, sendo estas nas modalidades de crédito habitacional, destinado à construção de moradias nos assentamentos reconhecidos pelo INCRA, e crédito apoio inicial, direcionado para auxiliar na instalação nos assentamentos e na aquisição de itens de primeira necessidade, bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos (AUREM/C-MG, 2022).

No que tange à relação de famílias reconhecidas como beneficiárias da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Chocoaré - Mato Grosso, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atualmente, tem-se uma média de 672 beneficiários homologados. Essa homologação é realizada em conformidade com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 35 de 27 de dezembro de 2013, que disciplina as diretrizes e

procedimentos para a elaboração do perfil e homologação das famílias beneficiárias em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e Florestas Nacionais com população tradicional.

Segundo o presidente da AUREM/C-MG, em 2021, as famílias de usuários cadastrados na relação de beneficiários do ICMBio, homologadas até o ano de 2015, foram assistidas com a doação de quatro cestas básicas cada, totalizando, em média, 34 toneladas de alimentos (AUREM/C-MG, 2022).

4.1.4.9 Outras Políticas e Iniciativas de Apoio às Atividades Produtivas

Outras políticas públicas de estímulo às atividades produtivas rurais já foram implementadas no município, destacando-se o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, constituindo-se como um programa de transferência de renda com condicionalidades socioambientais, regulamentado pela Lei 12.512/2011, voltado para famílias em situação de extrema pobreza que desempenham atividades de conservação em áreas específicas, como Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais, projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável ou projetos de assentamento agroextrativista instituídos pelo Incra, bem como, territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, além de outras áreas rurais designadas como prioritárias por ato do Poder Executivo (Casa Civil, 2011).

Os objetivos principais do Programa de Apoio à Conservação Ambiental incluem o incentivo à conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania, a melhoria das condições de vida e aumento de renda da população em situação de extrema pobreza envolvida em atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural e o incentivo à participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional no âmbito do programa (Casa Civil, 2011).

Já o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tem como missão principal a promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, alinhando seus objetivos estratégicos aos pilares fundamentais da geração de trabalho e renda, segurança alimentar e nutricional, capacitação social, educacional, técnica e profissional, bem como o estímulo à organização associativa e cooperativa de seus beneficiários (Casa Civil, 2011).

Dentro do escopo do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, diversas famílias do município foram beneficiadas, conforme relatos da AUREM/C-MG. Isso se materializou

através do Programa Bolsa Verde, que concedeu um benefício trimestral de R$300,00 a famílias em situação de extrema pobreza envolvidas em atividades de conservação ambiental em áreas com ativos e recursos naturais relevantes. Vale ressaltar que, devido à dificuldade em encontrar fontes de dados acessíveis ao público, não foi possível verificar o número exato de famílias atendidas pelo Programa.

Constatou-se que o município de Santarém Novo está entre os 10 municípios participantes da Rede Coastal 500, uma iniciativa da Rare Brasil, que reúne lideranças públicas em prol da pesca artesanal, promovendo uma colaboração entre municípios e prefeitos para fortalecer a gestão sustentável da pesca na costa amazônica.

Além de Santarém Novo, os municípios de São Caetano de Odivelas, Colares, Magalhães Barata, Maracanã, Augusto Corrêa, Bragança, Viseu e Marapanim também fazem parte dessa rede, como pode-se observar na figura 125, dos municípios que compõem a rede de lideranças públicas da Rede Coastal 500 para a pesca artesanal:

Figura 125 - Municípios que compõem a rede de lideranças públicas da Rede Coastal 500 para a Pesca Artesanal



Fonte: Vídeo divulgado no canal do *Youtube* da Rare Brasil em 20/12/2021.

A Rede Coastal 500 é parte de um esforço global para fortalecer a gestão sustentável da pesca artesanal em todo o mundo. No Brasil, especificamente no Estado do Pará, os prefeitos engajados nessa rede contam com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) e outros parceiros para promover uma gestão compartilhada da pesca em seus territórios.

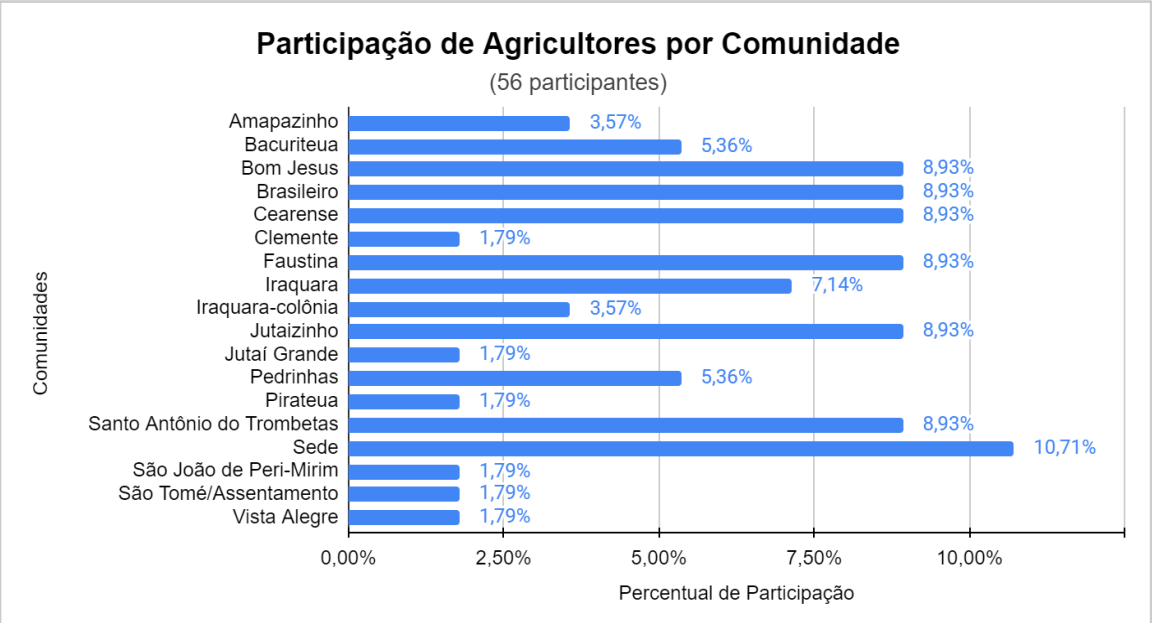
4.2 Avaliação de Políticas Públicas e Principais Problemas Relacionados à Atividade Agrícola em Santarém Novo

4.2.1 Perfil socioeconômico dos agricultores entrevistados

A pesquisa de campo quantitativa envolveu a participação de 56 agricultores, com prevalência de agricultores do gênero masculino, totalizando 76,79%, em comparação à 23,21% do gênero feminino. Em relação ao local de residência, a maioria expressiva dos participantes (89,29%) reside na área rural, na qual distribui-se em diversas comunidades, enquanto que 10,71% dos agricultores amostrados residem na área urbana do município, sendo esta (Sede) a que contribuiu com o maior número de participantes.

O gráfico 77, a seguir, apresenta a distribuição percentual de participação de cada comunidade, evidenciando a representatividade de cada localidade no contexto da pesquisa.

Gráfico 77 - Participação de agricultores por comunidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados em campo

Quanto ao uso da Reserva Extrativista (Resex), observa-se que 58,93% dos participantes se autodeclararam usuários, evidenciando a importância desta Unidade de Conservação como componente integrante da vida dos agricultores.

A faixa etária dos participantes apresenta uma distribuição abrangente entre os grupos etários, com maior participação de agricultores na faixa de 45 a 54 anos, que compreende 25% dos participantes, seguido por agricultores com idade na faixa entre 25 a 34 anos (21,43%).

A distribuição etária dos agricultores pode ser conferida na tabela 32, a seguir:

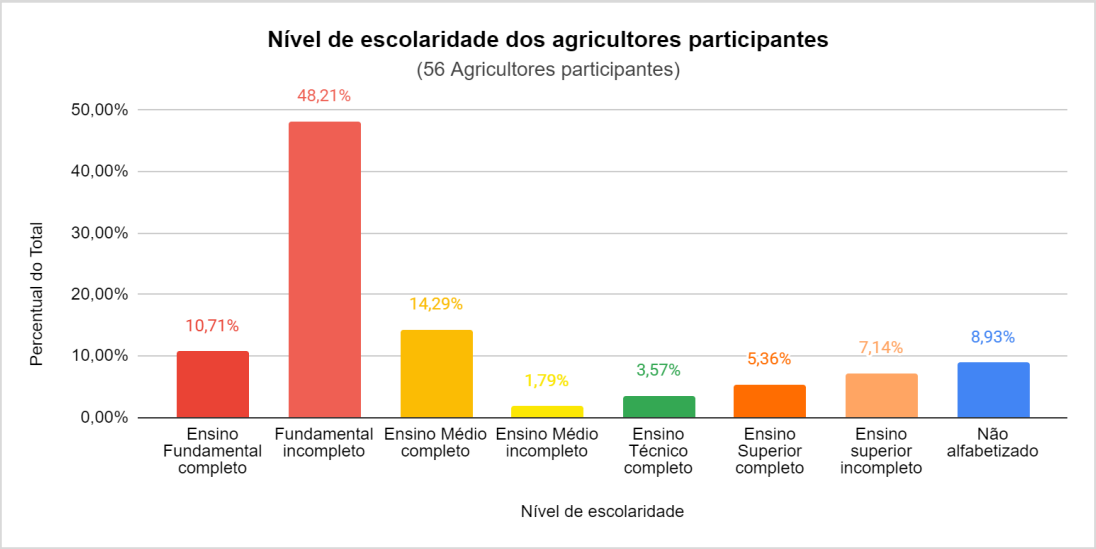
Tabela 32 - Distribuição dos agricultores participantes por faixa etária

Faixa etária	Nº de agricultores	% do Total	% acumulada
18 a 24 anos	1	1,79 %	1,79 %
25 a 34 anos	12	21,43 %	23,21 %
35 a 44 anos	7	12,50 %	35,71 %
45 a 54 anos	14	25,00 %	60,71 %
55 a 64 anos	11	19,64 %	80,36 %
65 a 75 anos	11	19,64 %	100,00 %

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos resultados da pesquisa

No aspecto educacional, observou-se uma diversidade de níveis de escolaridade entre os agricultores pesquisados, entretanto prevalecem os níveis de ensino da educação básica como maior estrato, sendo o ensino fundamental a categoria predominante com 41,12% apresentando formação fundamental incompleta e 10,71% completa. No ensino médio, 14,29% dos respondentes possuem formação completa, enquanto que 1,79% informaram não terem concluído. Adicionalmente, 3,57% dos participantes indicaram possuir formação técnica. No ensino superior, observou-se um quantitativo significativo desse estrato, com 5,36% de participantes detendo formação superior completa e 7,14% incompleta. Um contingente de 8,93% dos agricultores amostrados informou não ser alfabetizados, revelando uma parcela significativa de agricultores que enfrentam desafios no âmbito da leitura e escrita, como apresenta o gráfico 78, na sequência.

Gráfico 78 - Nível de escolaridade dos agricultores participantes



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos resultados da pesquisa

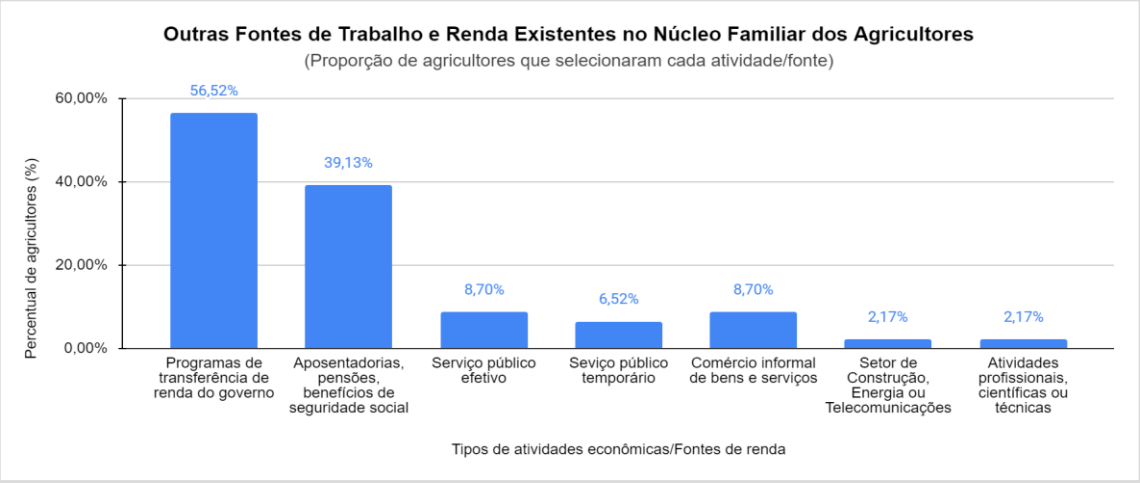
A análise da renda familiar indicou que, em 66,07% dos casos, o principal responsável é do gênero masculino. Em relação à composição de renda familiar, 82,14% dos participantes (46 agricultores) indicaram possuir outras fontes de renda ou trabalho remunerado no núcleo familiar, enquanto 17,86% informaram que dependem exclusivamente das atividades econômicas produtivas da agricultura familiar para o sustento de suas famílias, revelando a pluriatividade nas relações econômicas dentro desses núcleos familiares.

Dentre as fontes de renda complementares destacadas pelos agricultores, incluem-se, na grande maioria, as provenientes de programas de transferência de renda governamentais (26 agricultores) e de aposentadorias, pensões e benefícios de seguridade social (18 agricultores).

Também foram apontadas atividades econômicas relacionadas ao serviço público efetivo (04 agricultores) e temporário (03 agricultores), além da realização de atividades no setor de comércio informal de bens e serviços (04) e nos setores de construção, energia ou telecomunicações (01) e atividades profissionais, científicas ou técnicas (01).

O gráfico 79, a seguir, apresenta a distribuição das fontes de renda presentes no núcleo familiar desses agricultores, destacando a proporção correspondente para cada uma delas em relação aos 46 agricultores respondentes.

Gráfico 79 - Outras fontes de trabalho e renda no núcleo familiar dos agricultores



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos resultados da pesquisa

Evidentemente, essa variedade de atividades exerce uma função essencial para assegurar a sobrevivência e continuidade das famílias no ambiente rural, conferindo-lhes além do incremento de renda, maior capacidade de adaptação em momentos de adversidade e desafios na esfera produtiva.

Quanto ao tamanho da unidade familiar, a maioria deles possui uma composição de 2 a 3 pessoas (42,86% do total), seguido por 41,07% dos que têm de 4 a 6 pessoas na família, enquanto 12,50% é composta por apenas uma pessoa. Um número menor (3,57%) informou ser composto de 7 a 9 pessoas.

4.2.2 Dinâmica de Produção, Escoamento e Comercialização

4.2.2.1 Perfil produtivo dos entrevistados e principais obstáculos à produção

Ao analisar o perfil produtivo, definido pelas práticas agrícolas das famílias, observa-se que há uma diversidade no que tange às atividades produtivas desenvolvidas nas unidades familiares. Mais da metade dos participantes (53,57%) informaram que praticam exclusivamente atividades relacionadas à agricultura tradicional. Todavia, uma parte significativa deles desenvolve múltiplas atividades, como extrativismo (16 pessoas), apicultura (11 pessoas) e pesca artesanal (12 pessoas).

É notável a parcela de agricultores que praticam além das atividades agrícolas tradicionais, também atividades extrativas e a pesca artesanal (14,29%), bem como os que desenvolvem tanto atividades agrícolas, quanto atividades apícolas (12,50%) e em menor número também pode-se evidenciar o envolvimento de agricultores em uma gama mais ampla de atividades, incluindo agricultura tradicional, extrativismo, apicultura e pesca artesanal (1,79%), como pode ser observado na correlação apresentada na tabela 33 a seguir.

Tabela 33 - Atividades desenvolvidas nas unidades produtivas familiares

Atividades desenvolvidas	Contagens	% do Total	% acumulada
Agricultura tradicional	30	53,57 %	53,57 %
Agricultura tradicional, Apicultura	7	12,50 %	66,07 %
Agricultura tradicional, Extrativismo	4	7,14 %	73,21 %
Agricultura tradicional, Pesca artesanal	3	5.36 %	78,57 %
Agricultura tradicional, Extrativismo, Pesca artesanal	8	14,29 %	98,21 %
Agricultura tradicional, Extrativismo, Apicultura	3	5,36 %	83,93 %
Agricultura tradicional, Extrativismo, Apicultura, Pesca artesanal	1	1,79 %	100,00 %

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Essa diversificação destaca a multifuncionalidade das unidades produtivas familiares, desempenhando um papel fundamental no aumento da renda dos produtores e na melhoria da segurança alimentar das famílias.

Os resultados também evidenciam que a maioria expressiva dos agricultores (82,14%) direciona sua produção para atender tanto às demandas de comercialização quanto às necessidades de consumo próprio. Em contrapartida, uma parcela reduzida (8,93%) concentra-se exclusivamente em atender suas demandas internas de autoabastecimento. Uma proporção equivalente de agricultores revela que a finalidade predominante da produção é voltada à comercialização.

Além disso, constatou-se que a maioria expressiva dos agricultores (71,43%) possui uma experiência consolidada na agricultura familiar, dedicando-se às atividades produtivas há mais de duas décadas, como pode ser observado na tabela 34, a seguir.

Tabela 34 - Tempo de atuação em atividades produtivas da agricultura familiar

Tempo de trabalho na agricultura familiar	Contagens	% do Total	% acumulada
Entre 1 e 5 anos	1	1.79 %	1.79 %
Entre 11 e 15 anos	5	8.93 %	10.71 %
Entre 16 e 20 anos	6	10.71 %	21.43 %
Entre 6 e 10 anos	4	7.14 %	28.57 %
Mais de 20 anos	40	71.43 %	100.00 %

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

No que tange à diversidade de gêneros produzidos e comercializados pelos agricultores, os dados revelam uma ampla variedade de culturas e produtos nas propriedades. Essa diversificação não apenas propicia o aumento dos ganhos financeiros dos agricultores, mas também otimiza a utilização da propriedade, assegurando um melhor aproveitamento da do espaço. Essa abordagem, ao possibilitar a entrada de recursos financeiros ao longo do ano provenientes de diferentes culturas, contribui significativamente para a segurança econômica das famílias, sendo fundamental para a mitigação das vulnerabilidades associadas à inserção no mercado e possíveis condições climáticas adversas, entre outras variáveis.

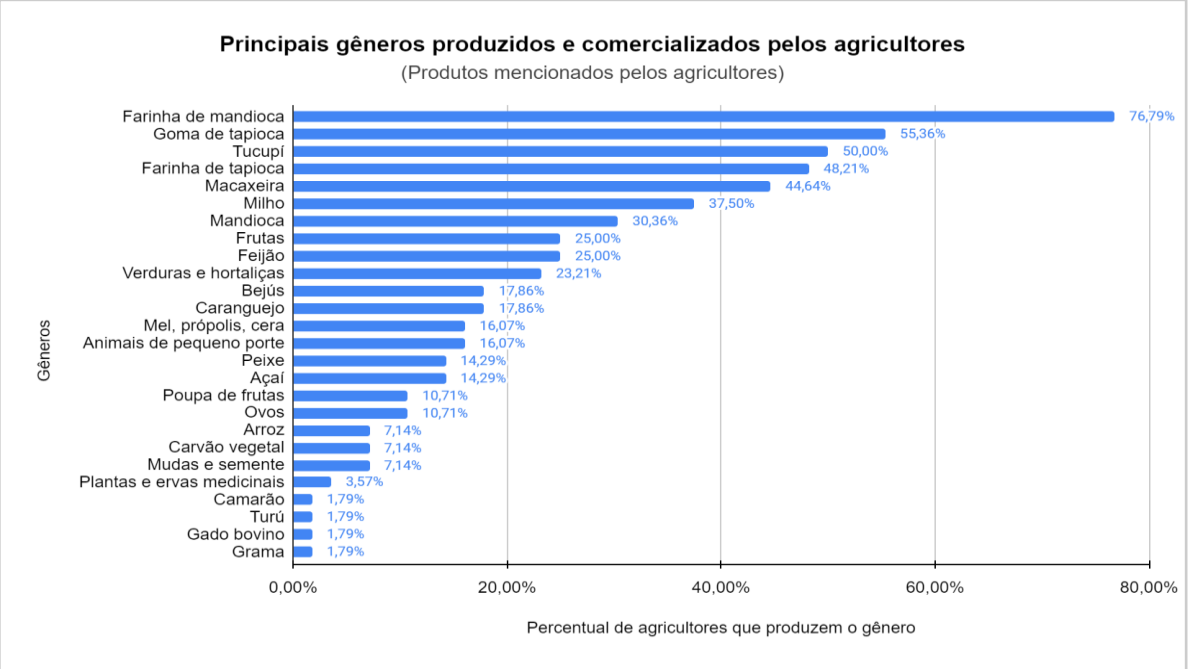
Dentre os principais gêneros produzidos e comercializados pelos agricultores participantes da pesquisa, destacam-se principalmente aqueles relacionados à mandioca, como a farinha de mandioca, produzida por 76,79% dos agricultores, seguida pela goma de tapioca, produzida por 55,36% deles, o tucupí, por 50,00%, a farinha de tapioca, por 48,21% dos agricultores, além de bejús (17,86%) e macaxeira (44,64%).

Outros gêneros também foram citados em maior frequência como, milho (37,50%), feijão (25,00%), frutas (25,00%), e verduras e hortaliças (23,21%). Itens de origem extrativa

marisqueira, como caranguejo, camarão e turú, bem como a produção de mel, própolis, cera, a criação de animais de pequeno porte, o cultivo e/ou extrativismo de açaí, produção de polpas de frutas, arroz, mudas e sementes, plantas e ervas medicinais, ovos, entre outros, também foram mencionados, embora com menor frequência.

O percentual de agricultores envolvidos na produção de cada um dos gêneros citados é apresentado de maneira gráfica abaixo (gráfico 80).

Gráfico 80 - Principais gêneros produzidos e comercializados pelos agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Também pode-se inferir que a diversidade produtiva nas unidades familiares confere maior autonomia no que diz respeito à gestão de crises, garantindo consequentemente a segurança alimentar e nutricional das famílias, da comunidade, do município e da região. Em campo, pôde-se observar facilmente a diversidade de cultivos, criações e produtos nas unidades visitadas, como registrados nas figuras 126 e 127.

Figura 126 - Criação de animais de pequeno porte, plantações diversas e casa de produção de farinha



Fonte: Registro de campo da pesquisadora

Figura 127 - Criação de galinhas junto à plantações de cultivares perenes e temporárias



Fonte: Registro de campo da pesquisadora

A análise dos resultados revelou os principais desafios enfrentados pelos 56 agricultores participantes no contexto da produção na agricultura familiar. Dentre as adversidades identificadas, o acesso aquisição e manutenção de maquinários para preparação de áreas de cultivo, destacou-se como a dificuldade mais significativa, sendo mencionada por expressivos 57,14% dos participantes. A dificuldade de acesso ao crédito rural também se apresentou como uma preocupação considerável, com 44,64% dos agricultores apontando essa questão. Além disso, 19,64% mencionaram enfrentar desafios no controle de pragas e doenças nas culturas.

Outras dificuldades relevantes incluíram a necessidade de mão-de-obra, assinalada por 17,86% dos participantes, e a aquisição ou produção de adubos e fertilizantes, citada por 16,07%. O custo de produção elevado foi uma preocupação para 14,29% dos agricultores, enquanto a dificuldade no acesso a terras e a aquisição de insumos e ferramentas foram destacadas por 10,71%. Fatores como trabalho manual (8,93%), perda da fertilidade do solo (7,14%) e aquisição de mudas (3,57%) foram mencionados por um contingente menor de agricultores.

O gráfico 81, a seguir, proporciona uma visualização mais clara e detalhada dessas dificuldades, evidenciando o percentual de agricultores que identificaram cada desafio em suas atividades agrícolas.

Gráfico 81 - Principais problemas e desafios enfrentados na produção pelos agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Nas entrevistas conduzidas com representantes das associações locais de agricultura familiar e gestores públicos, evidenciou-se uma convergência de percepções sobre as principais dificuldades enfrentadas no cenário agrícola. Uma das questões recorrentes diz respeito ao apoio e investimento ainda incipientes destinados às atividades agrícolas, especialmente no que concerne à disponibilização de maquinários, conforme ressaltado pela presidente da AMJ:

> A questão maquinário para preparar a terra, né, acredito que isso também é uma grande dificuldade, porque nós temos pessoas que precisam desse maquinário e nós não temos. Nós não temos esse apoio, né? Tem, mas é pouco ainda. É muito pouco, porque o trator trabalha um dia ou dois, e está quebrado na maioria do tempo. Então acredito que essas são as maiores dificuldades enfrentadas" (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

Em outro trecho salienta:

> [...] nós até vimos a tentativa do Secretário de agricultura (em apoiar o preparo de áreas mecanizado) mas se pára (interrompe) porque não tem trator, porque não tem… O município não tem essa estrutura, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, *grifo nosso*).

A disparidade no suporte de programas públicos em algumas comunidades é ressaltada pelo presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santo Antônio dos Trombetas (APPRSAT), especialmente na preparação de áreas. O presidente observa que,

embora ocorram investimentos anuais para essa finalidade, eles são pouco percebidos em sua comunidade, principalmente porque esta é beneficiada de maneira mais limitada em comparação com outras localidades vizinhas. Segundo ele:

> O que eles têm investido, que sempre fazem todo ano… eles investem um pouquinho assim na preparação de áreas. Eles ajudam, né? [...] o poder público municipal, ele tá sempre tá dando, né, essa... essa ajuda assim, né. Tá sempre preparando a área para o pessoal. Aqui na nossa comunidade quase não, mas nas outras comunidades por aí, vizinhas, ele sempre está dando. Este ano aqui (2022) mandou gradear umas áreas por aí... pouco, mas fez. Não abandona, não. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT, *grifo nosso*)

Paralelamente aos desafios relacionados à disponibilidade de maquinários, os representantes das associações também apontam obstáculos no acesso a insumos essenciais, como sementes, adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, conforme evidenciado pelos presidentes, tanto da Associação de Apicultores (APISAN) quanto do Sindicato dos Produtores Rurais (SINPROSAN), como destacado no trecho da entrevista com o presidente da APISAN:

> A questão de conseguir os insumos necessários, como sementes, adubos, fertilizantes é até corretivos como calcário, essas coisas que eu acho que são o nosso maior problema. Nosso maior problema é isso, na questão de apoio para os nossos agricultores na questão dos insumos em geral (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN).

Em outro momento o presidente destaca que as dificuldades refletem nos altos custos associados à produção, especificamente dos insumos orgânicos:

> Hoje os nossos agricultores familiares sofrem muito na questão de comprar o adubo orgânico que é geralmente esterco de galinha, que hoje está doze… treze reais o saco (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN).

Outras adversidades relatadas estão associadas a práticas ambientalmente insustentáveis, as quais merecem um olhar mais atento por parte do poder público para que sejam fortalecidas práticas sustentáveis de produção, conforme ressaltado pela gestora da Secretaria de Educação e pelo presidente da AUREM/C-MG. Segundo a secretária de educação:

> Hoje o que nós observamos ainda é que a maioria da população que trabalha na agricultura com roça, ainda utilizam aqueles processos antigos que são de queimadas. Então, tem que ter esse incentivo. Tem que ter esse apoio vindo da parte da (secretaria de) agricultura, com a parte de aradar as terras, os plantios… pra dar uma inovação nos plantios pra que isso realmente fortalecesse bastante também nesse sentido, né? Eu acredito que falta mais um direcionamento enquanto isso. (Entrevistado 2 - SEMED)

O presidente da AUREM/C-MG destaca também como um dos principais desafios a

compreensão das melhores técnicas para um desenvolvimento produtivo ambientalmente equilibrado. Ele ressalta que há um impasse entre as preferências da Secretaria de Meio Ambiente com relação ao sistema de "corte e queima" e de outros que resistem à aração do solo. Explica que essa situação acaba criando desafios ambientais que podem reverberar em impactos às cabeceiras de igarapés. Segundo ele:

> [...] o problema é porque hoje tem duas coisas que impedem, né, o problema é que a Secretaria do meio ambiente, no caso, eles não querem que queime né, e outros não querem que arade. Então é um problema. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREM/C-MG)

Ele ressalta a necessidade de conhecimento técnico para garantir práticas agrícolas equilibradas e ambientalmente sustentáveis e aponta a falta de especialistas para acompanhá-las como outra dificuldade enfrentada. Segundo ele, especialistas, como engenheiros agrônomos ou ambientais seriam importantes para orientar práticas sustentáveis na agricultura, sugerindo que a prefeitura poderia contribuir nesse aspecto.

> [...] A falta de um engenheiro também, né, um engenheiro agrônomo era muito bom para estar acompanhando, isso aí. Acho que a prefeitura poderia ajudar nessa base aí, que muitas vezes a gente não tem muito bem conhecimento, mas o engenheiro, ele sabe, né? Um agrônomo, engenheiro ambiental pra estar acompanhando, isso seria muito bom [...] porque em tudo quanto é parte, área tem sempre um gestor, né, para administrar para fazer" (Entrevistado 10 - Presidente da AUREM/C-MG).

O presidente da AUREM/C-MG enfatiza a necessidade de fortalecimento do setor agrícola no município, destacando a carência de recursos orçamentários destinados à secretaria de agricultura e as frequentes queixas e solicitações dos agricultores sobre falta de tratores e de suporte adequado à agricultura familiar que na maioria das vezes acontece com apoio de outras entidades, como destaca:

> [...] É, na área da agricultura, o pessoal procura muito: "não tem como conseguir um trator para gente aqui? A gente quer puxar uma lenha, a gente quer puxar uma mandioca e tal". "O ramal tá feio aqui, não tem como o senhor dar um jeito" [...] e hoje eu digo que a única secretaria que está falida em Santarém, novo é agricultura. O pessoal pode até se queixar que não tem como trabalhar devidamente a agricultura, ela é muito fraca no município [...] tem que se fortalecer muito, até porque a gente não vê, nem o secretário da agricultura lá, pelo menos pra tá animando alguma coisa. Porque se não tiver (o apoio) de algumas entidades, se não botar pra frente, não consegue nada, não. Fica parado, né? E a agricultura é uma dessas aí, né, o pessoal reclama muito, muito, que não tem um trator, não tem [...] não tem isso, não tem aquilo. Na verdade, não tem apoio, né? Mas quem sabe se esse ano, né, melhore!". (Entrevistado 10 - Presidente da AUREM/C-MG, *grifo nosso*).

O presidente da APPRSAT compartilhou a dificuldade enfrentada pela secretaria de

agricultura em obter benefícios para os agricultores. Ele relata que percebe algumas ações por parte dela, especialmente de buscar apoio e parcerias junto a outros órgãos, porém destaca que reconhece as limitações enfrentadas em relação à carência de recursos. Em suas palavras:

> [..] tem uma Secretaria, tem um secretário aí que... Ele faz as ações dele, né, ele sempre está dando o apoio. Como ele me falou, que eu conversei pessoalmente com ele mesmo, ele falou assim que, a secretaria, a dificuldade que tem é que ela não tem recurso, né? Então, diz ele, "a gente tá com a com os técnicos tudo aí, mas a secretaria não pode por não ter esse recurso [...] Às vezes eles vão buscar e acaba não conseguindo. Vê a dificuldades lá com os outros órgãos, né, pra trazer um benefício, quer dizer, recurso para poder aplicar, como no caso de investir em adubo, essas coisas, né? [...] vontade, eles têm, como ele falou, vontade eles têm. Só que esbarra nessas burocracias de coisa... talvez a falta de organização mesmo, até da própria Secretaria. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

A falta de investimentos e apoio às políticas públicas de agricultura familiar também é reconhecida por outros gestores municipais como da secretaria de educação, na qual enfatiza em vários momentos a necessidade do setor em receber mais investimentos, e da secretaria de Meio Ambiente.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, o suporte oferecido pela administração municipal aos agricultores é superficial, carecendo de políticas públicas mais robustas para promover o desenvolvimento efetivo. O gestor aponta a necessidade de ampliar as ações do governo municipal direcionadas à agricultura familiar (Entrevistado 5 - SEMMA).

Um obstáculo central para o limitado investimento, conforme apontado pelo chefe do escritório local da EMATER-PA, é a inexistência de um fundo municipal específico para financiar as ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar. Ele ressalta a dependência da Secretaria Municipal de Agricultura em relação ao fundo geral do município, que já está comprometido, principalmente com despesas essenciais como folha de pagamento, dificultando o atendimento às demandas do setor agrícola. Em suas palavras, expressa:

> Infelizmente, hoje se tratando da Secretaria municipal de agricultura, ela não tem um fundo próprio [...] ela não é autossuficiente, vou dizer assim. Ela depende do fundo do município e a gente sabe que pelo porte, ele já é totalmente comprometido, especialmente com a folha, né, que tem que pagar os funcionários. Tem que honrar essa questão e outros compromissos que a prefeitura havia desenvolvido, que acaba comprometendo em algum lugar. A agricultura é uma delas, apesar de estar promovendo o trabalho da mecanização agrícola, mas infelizmente não tem como atender o município todo. (Entrevistado 7 - EMATER)

Essa visão é reforçada pelo vice-prefeito que destaca a dependência financeira do município das transferências de recursos federais e estaduais na composição do orçamento municipal. Ele aponta que:

> Infelizmente, assim, a agricultura, entendeu, a gente não tem como... A gente não tem recurso exclusivo para ser investido na agricultura. Então na agricultura, tipo assim, a gente vai fazendo aquilo que está dentro da possibilidade do município. Como você sabe, o município é um município pobre. É um município que a gente não tem arrecadação de quase nada, a gente vive do recurso do governo federal e do governo do estado, entendeste? Mas a gente precisa ter um olhar especial para a agricultura, porque somente através da agricultura a gente tem a oportunidade de trazer um desenvolvimento, tornar o nosso município um pouco mais desenvolvido, entendeu? (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

O vice-prefeito também revela que esforços estão sendo realizados em busca de apoio externo, particularmente com a Secretaria Estadual de Agricultura e entende que a ausência de um fundo próprio é um entrave na promoção do desenvolvimento agrícola, diferentemente de outras secretarias como de saúde, assistência social e de educação que dispõem de recursos próprios para manutenção das suas ações, explica (Entrevistado 6 - Vice-prefeito).

Um outro fator apontado pelos representantes das associações locais, é a dificuldade de reconhecimento do potencial da agricultura familiar pelos próprios agricultores. Apesar de reconhecerem as lacunas na atuação do poder público, não descartam a necessidade de os pequenos produtores perceberem a agricultura como uma potencial fonte de crescimento econômico. A presidente da AMJ expressa essa perspectiva, apontando para a necessidade de conscientização da população sobre a relevância da agricultura:

> [...] Acredito que falta é... falta do poder público? Falta! Mas falta também do pequeno produtor ainda se enxergar como potencialidade. Por exemplo, enxergar que realmente ali, através da agricultura, eu posso ir longe, eu posso conseguir muito mais do que às vezes um emprego na prefeitura, né? As pessoas, elas se acomodam, né, não vão em busca de melhorar, não... não veem... eu acredito que algumas pessoas ainda não veem a grande potência que nós temos nas mãos! Porque nós, né, a agricultura, ninguém vive sem os alimentos, sem as frutas, sem as verduras, sem a própria farinha, o paraense não vive sem, né? Então falta a própria população se conscientizar disso, de que é possível, sim, nós crescermos economicamente através da agricultura. Eu acho que isso está se faltando, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

A presidente destaca a tendência de alguns indivíduos em menosprezar o trabalho nas roças, considerando-o como algo inferior, muitas vezes ridicularizado, o que tem contribuído para a escassez na mão de obra agrícola familiar. Nesse contexto, ela ressalta que, apesar da desvalorização percebida, a agricultura familiar é uma fonte substancial de desenvolvimento econômico. Menciona que alguns membros da associação têm obtido sucesso ao investir nesse setor, fornecendo produtos para outras cidades e experimentando crescimento econômico. Ela frisa a necessidade de mudar a percepção sobre a agricultura, encorajando os produtores a enxergarem o potencial significativo desse setor. Ela acredita que a falta de crença na viabilidade e no potencial de crescimento na agricultura familiar é um dos principais obstáculos

enfrentados pelos agricultores (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

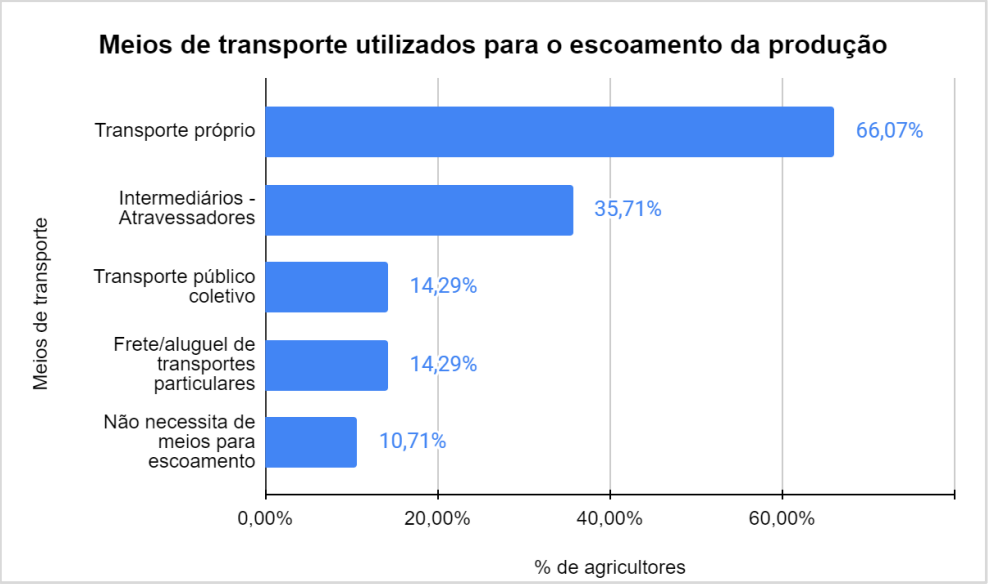
O presidente da APPRSAT também aborda essa dificuldade, principalmente a resistência de alguns agricultores em persistir, buscar apoio e conhecimento técnico e se associar para que sejam impulsionadas melhorias no setor, citando ainda a falta de interesse e de confiança como fatores que contribuem para a desistência de projetos.

4.2.2.2 Condições logística de transporte e escoamento da produção

Com base nos resultados obtidos na pesquisa de campo, evidencia-se que 50% dos agricultores enfrentam algum tipo de desafio no que diz respeito às condições de transporte para o escoamento de suas produções.

Quanto às modalidades de escoamento e distribuição de seus produtos, observou-se que a utilização de transporte próprio é a estratégia mais adotada, sendo mencionada por 66,07% dos agricultores. Adicionalmente, o escoamento por meio de intermediários, os chamados atravessadores, representa uma alternativa relevante para 35,71% dos entrevistados. Outras formas, como o uso de transporte público coletivo e a contratação de veículos particulares por meio de frete ou aluguel, foram mencionadas por 14,29% dos agricultores, cada. Uma parcela menor (10,71%) indicou que não necessita de meios de transporte para escoamento de sua produção, como apresentado no gráfico 82, abaixo.

Gráfico 82 - Principais meios de transporte utilizados para escoamento da produção



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

O vice-prefeito ao abordar as dificuldades enfrentadas pela administração municipal em apoiar de forma mais abrangente os agricultores, devido às restrições financeiras da prefeitura destaca a ausência de um transporte específico municipal para ajudá-los a escoar a produção para outros municípios. Em suas palavras:

> [...] porque, tipo assim, aqui no município a gente não tem, um caminhão para exportar, para escoar essa produção, entendeu, então, o que está dentro da nossa possibilidade no momento é, dar esse apoio, esse apoio no sentido de fazer essa aração de terra entendestes? (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

Entretanto, o secretário de agricultura relata que as iniciativas de apoio ao escoamento e transporte da produção agrícola são conduzidas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo ele, atualmente, a Prefeitura, por meio das Secretarias de Educação e Assistência Social, desempenha um papel fundamental na compra direta de produtos dos agricultores, criando assim, canais para o escoamento e comercialização dos produtos. Ponto também destacado nas entrevistas conduzidas com a secretária de administração:

> [...] faltou só apresentar aqui que temos sim (ações de apoio ao escoamento/transporte da produção), é a questão do PNAE. Hoje, a Prefeitura, no caso da Secretaria de Educação, ela compra dos agricultores a questão do escoamento, na questão da produção, através do PNAE e do PAA, pela Assistência Social (Entrevistado 1 - SEMAGRI).

> [...] ultimamente a gente ganhou o carro, né, na assistência social, que está fazendo esse… essa compra. Compra, né. Vai lá no agricultor, da agricultura familiar, lá onde eles produzem, trazem pro município e distribui. Então acredito que ele está contribuindo de alguma forma nesse sentido, ou dando terra, aradando terra ou dando semente, ou mesmo contribuindo com essa... com essa locomoção de escoamento, de ir lá, o carro ir pegar no agricultor e trazer para o município pra ser distribuído. (Entrevistado 3 - SEMAD).

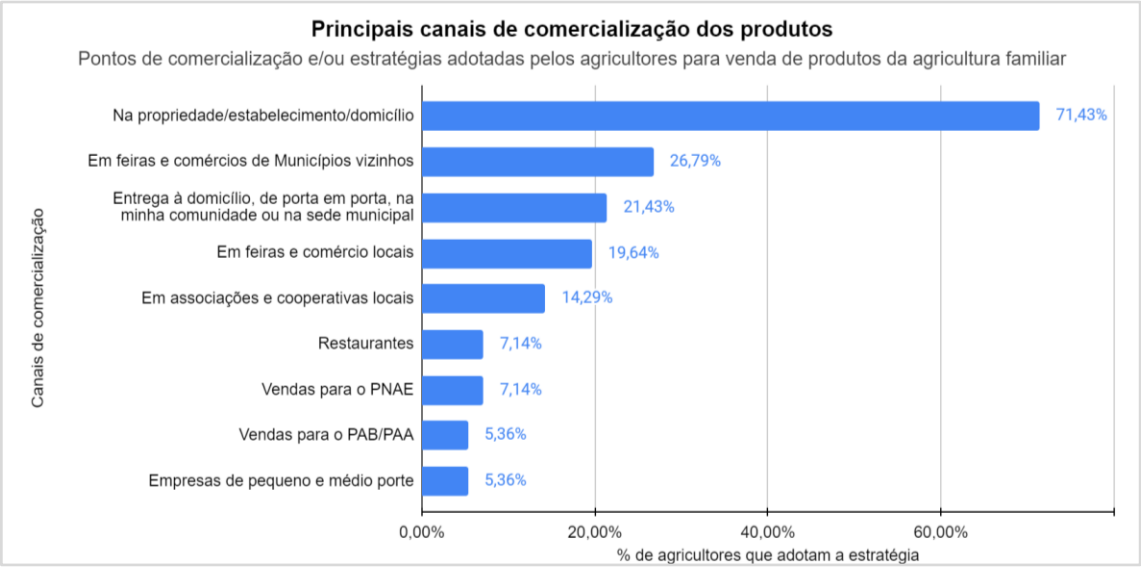
4.2.2.3 Cenário de comercialização dos produtos

Ao analisar os principais canais de comercialização, nota-se uma diversificação nas estratégias adotadas pelos agricultores. A comercialização na propriedade, adotada por 71,43% dos entrevistados, e as vendas em feiras e comércios de municípios vizinhos, realizadas por 26,79%, destacam-se como estratégias mais frequentes. Além disso, a entrega a domicílio na comunidade ou sede municipal (21,43%) e a venda em feiras e/ou comércios locais (19,64%) também foram citadas de forma expressiva pelos agricultores.

Estratégias menos citadas pelos agricultores amostrados incluem vendas por meio de associações, cooperativas, vendas à restaurantes e para o mercado institucional por meio do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PNAE, assim como para empresas de pequeno e médio porte, conforme representado no gráfico 83.

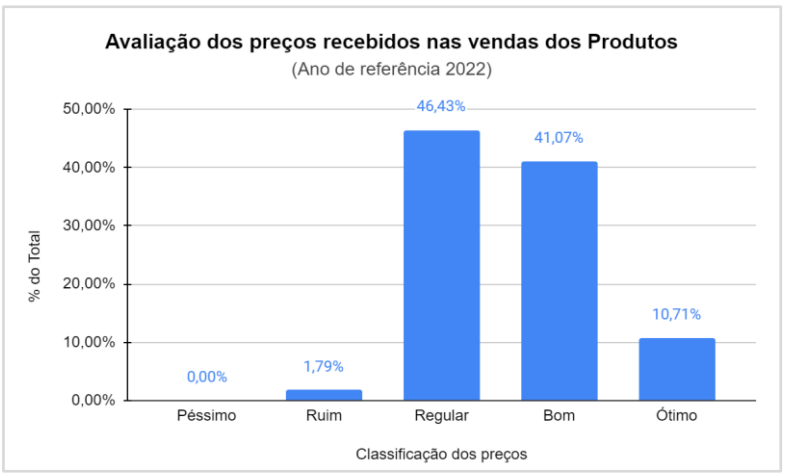
Gráfico 83 - Principais canais de comercialização adotados pelos agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Quando questionados sobre a dificuldade em vender sua produção, 71,43% dos agricultores indicaram não enfrentar impedimentos significativos. Quanto à avaliação dos preços recebidos nas vendas, a maioria classificou como regular (46,43%), seguido por bom (41,07%). Apenas 10,71% consideram os preços recebidos como ótimos, e uma pequena porcentagem de 1,79% avaliou como ruim. Notavelmente, nenhum agricultor atribuiu uma avaliação péssima aos preços recebidos, tal como demonstrado pelo gráfico 84, correspondente.

Gráfico 84 – Avaliação dos preços recebidos nas vendas dos produtos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

A respeito das dificuldades enfrentadas no âmbito da comercialização dos produtos, a presidente da Associação dos Moradores do Jataizinho cita a falta de feiras e mercados específicos como um dos maiores desafios enfrentados no município[33].

> [...] Assim, de aqui nós não termos feira. Aqui nós não temos, é, um mercado, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Em outro momento da entrevista, a presidente da AMJ destaca que a falta de incentivo no comércio local refere-se ainda à ausência de suporte e encorajamento para a expansão e conquista de novos mercados para os produtos locais. Nesse contexto, ela expressa a falta de estímulo para que os agricultores locais diversifiquem suas estratégias e alcancem um público mais amplo. Em suas palavras:

> [...] Com relação ao comércio, por exemplo, a gente não tem esse incentivo, né, de que se precisa aí, é… ganhar outros mundos não só dentro do município [...] (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

Ela complementa ressaltando que a comunidade muitas vezes não enxerga potencial para a criação de mercados dentro do município, manifestando a crença de que a região é pequena e incapaz de absorver toda a produção.

> [...] Porque quando se fala, "eu vou criar um mercado", né, as pessoas... os próprios moradores colocam, "ah, aqui não tem um…", digamos, "pessoas que vão consumir todo o produto", né. Então, se tem essa visão, "aqui, é muito pequeno", "aqui, não, não vai dar", né. A própria população tem essa visão, né, mas a gente precisa buscar e acreditar nos projetos, né? [...] (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Ela destaca ainda a falta de constância em projetos por parte da comunidade, como exemplificado uma tentativa de feira na Vila do Jutaízinho, que acaba resultando na descontinuidade e insucesso das iniciativas e aponta a necessidade de perseverança e confiança nos projetos, destacando que os resultados não ocorrem de forma imediata.

> [...] Foi feita uma tentativa de feira, né, até na Vila do Jutaízinho, né. Não teve muito êxito, mas eu acredito que era um projeto que daria certo se, se mantivesse constante. Porque ali se fazia um dia, no outro dia não fazia... A pessoa quando se mantém a constância, mesmo vendendo, mesmo não vendendo, né, aí as pessoas criam um ponto de referência, né. Por quê? Porque, é, faça chuva ou faça sol, eu vou, porque eu sei que tem, né, e não foi o que aconteceu, porque as pessoas desacreditam, né? Fazem uma vez, aí não deu certo, já vão desistindo e acredito que a gente precisa porque demora, não é uma coisa fácil, não é uma coisa rápida, né, que eu vou colocar ali, já vou fazer sucesso, já vai crescer… não! É uma coisa que a gente precisa ir devagar, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

[33] Importante destacar, que as experiências de feiras livres da agricultura familiar, apresentadas na seção anterior foram realizadas após a coleta dos dados empíricos.

Ela aponta ainda que a falta de estratégias de divulgação eficientes das iniciativas e dos eventos que ocorrem impede a expansão do conhecimento sobre os produtos produzidos no município, bem como o incentivo à participação dos agricultores em feiras e exposições regionais para que os produtos locais tenham mais visibilidade e reconhecimento. Atrelado a isso, ela menciona a importância de uma marca reconhecível associada à qualidade, como por exemplo os selos de qualidade, como destacado no trecho, a seguir:

> [...] Então eu acho que falta, né, esse incentivo para que expanda, pra que as pessoas conheçam, né, os produtos de Santarém Novo, porque as pessoas levam daqui pra Pirabas, pra Salinas, pra Capanema, mas não é com a marca de Santarém Novo, né? É como se fosse qualquer produtor, é, dali. As vezes não sabem nem da onde eles estão comprando! Então falta, né, isso aí, saberem da onde é que estão vindo, né? Então, falta essa divulgação assim, no sentido dos produtos, para que tenha uma marca que tenha um selo de qualidade, sei lá. Assim, algo nesse sentido. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

A Secretária de Educação destaca a escassez de parcerias entre o comércio local e os produtores do município, especialmente com as associações locais, resultando na maior parte da produção agrícola local sendo direcionada a outros municípios da região. Ela salienta que, apesar das organizações locais terem a capacidade de abastecer esses produtos no âmbito municipal, observa uma forte dependência externa na aquisição de frutas, verduras e legumes nesses estabelecimentos, que frequentemente adquirem de municípios como Capanema e Castanhal, conforme ela destaca:

> [...] O comércio, que nós temos aqui, o supermercado ali que é hoje o nosso maior, né, que nós temos município, o Rede Vida, ele vende frutas, ele vende verduras, ele vende hortaliças, tudo tem lá, mas a gente sabe que não é daqui.Tudo ele vai lá em Castanhal, compra, traz, ou vai em Capanema, compra e traz, né. E se ele (supermercado local) fechasse lá com associação, porque tudo, tudo que a associação traz pra nós (para a Secretaria de Educação), ela fornece (produz) [...] (Entrevistado 2 - SEMED, *grifo nosso*).

Para ela, se o supermercado local fechasse acordos com associações locais de produtores, isso poderia representar um incentivo significativo e essa parceria contribuiria para criar um mercado interno mais forte, incentivando os produtores locais a aumentarem suas produções, uma vez que teriam um destino certo para seus produtos.

> [...] E aí né, já seria um incentivo, porque ela já iria trabalhar pra produzir mais, porque ela teria destino pra que ela… para a produção dela. Aí, como não tem destino aqui no município, a produção dela acaba saindo (para abastecimento em outros municípios), né? (Entrevistado 2 - SEMED, *grifo nosso*).

O secretário de agricultura ao falar sobre o suporte promovido pelo poder público municipal, reconhece que o município está oferecendo atualmente apenas um apoio primário à agricultura, mencionando que aspectos como o escoamento da produção e o fortalecimento para a venda ainda não foram completamente abordados ou desenvolvidos pela gestão, além das condições já realizadas no âmbito dos programas PNAE e PAA, entretanto, revela que há intenção de progredir para níveis mais avançados por meio do apoio das ATEGs do SENAR.

> [...] Então hoje o município de Santarém Novo está dando esse apoio primário, eu digo assim, porque a questão secundária, terciário, que é a questão do escoamento, da questão do fortalecimento para a venda, ainda não chegamos nesse nível. Mas nós pretendemos chegar com certeza na questão dos ATEGs, tanto da mandioca (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Um outro fator identificado nas declarações da presidente da Associação dos Moradores do Jutaízinho é a dificuldade em obter mecanismos de certificações dos produtos, como os selos de qualidade na qual tem sido um impeditivo para a entrada de determinados produtos da associação (como polpas de frutas e o caipirão) em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O alto custo associado à obtenção desse selo representa uma barreira, uma vez que a associação ainda não dispõe dos recursos necessários para estabelecer essa estrutura, além disso, a ausência da realização desses serviços por parte da vigilância sanitária municipal dificulta ainda mais esse processo, conforme salientado em vários momentos da entrevista.

> [...] Ainda não conseguimos as polpas porque nós temos dificuldade em conseguir o selo que se precisa para fornecer, né, as polpas e o caipirão, que é um dos produtos que a gente não ainda não conseguiu (fornecer) por conta desse selo, tem produtores? Tem. Só que ainda não temos esse selo de qualidade que se precisa para fornecer no caso para o PNAE. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] a gente precisa ampliar mais, né, como eu disse, a gente não tem ainda selos, porque nós temos produtores que têm as frutas, que tem como produzir essas poupas, porém, a gente não tem o selo. É, algo que é caro que a gente já foi atrás, né, é caro. Bastante. Tem que ter uma estrutura, que ainda nós não temos condições, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] Nós temos a vigilância sanitária, só que ela não faz esse tipo de trabalho, né, e aí, através da associação, a gente descobriu isso, porque a própria vigilância sanitária, ela, tem o poder para isso, né? Só que não é feito no nosso município. E isso (emissão de selos de qualidade dos produtos da agricultura familiar) ajudaria muito as pessoas que produzem poupa, as pessoas que produzem, né, o próprio caipirão que entra congelado, o açaí, né, que é forte também aqui. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, *grifo nosso*)

4.2.3 Relações de Trabalho e Organizações Sociais Coletivas

Com base nos resultados obtidos na pesquisa, destaca-se que a maioria expressiva dos agricultores (69,64%) iniciou suas atividades na agricultura familiar devido à tradição ou herança familiar. Essa constatação evidencia a relevância dos laços familiares na transmissão de conhecimentos, patrimônio e cultura local, sublinhando o papel significativo da agricultura familiar como parte intrínseca da identidade local. Adicionalmente, uma parcela considerável de 23,21% dos participantes iniciou suas atividades por iniciativa própria, indicando que suas motivações foram guiadas por aspirações e interesses individuais, não influenciadas diretamente pela tradição familiar.

Outros fatores mencionados incluíram o início motivado por incentivos governamentais (3,57%) e a participação em cursos técnicos e de capacitação rural (1,79%). Adicionalmente, 1,79% dos participantes informaram que além das influências familiares o incentivo governamental representou um fator chave para a entrada nas atividades produtivas da agricultura familiar.

Quanto à força de trabalho empregada nos estabelecimentos familiares, os resultados demonstram uma diversidade de arranjos. A maioria expressiva (50,00%) indicou que o trabalho é desenvolvido predominantemente pelo grupo familiar. Em 28,57% das respostas, apenas o agricultor participante desempenha essa atividade. Adicionalmente, em 19,64% das unidades produtivas, além do trabalho conjunto do grupo familiar, também são contratadas mão de obra temporária, enquanto em 1,79% há a presença de mão de obra permanente.

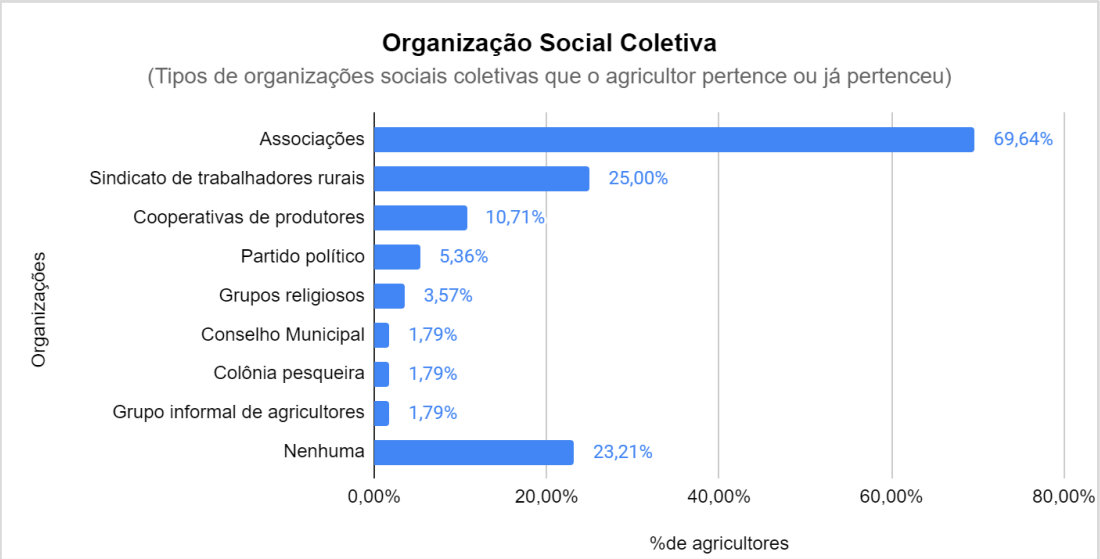
Notavelmente, 96,46% dos agricultores manifestaram a intenção de continuar o trabalho na agricultura familiar, revelando um comprometimento significativo com suas atividades produtivas. No que diz respeito à expectativa de que seus descendentes deem continuidade ao trabalho agrícola, dos 52 agricultores que possuíam descendentes, 55,77% afirmaram que sim, 32,69% indicaram que não, e 11,54% responderam talvez.

No âmbito da gestão da renda na unidade familiar, os critérios variam, sendo que 58,93% dos agricultores informaram que a decisão é tomada conjuntamente, 17,86% de acordo com a atividade exercida, 16,07% indicaram que o chefe do estabelecimento decide, enquanto 7,14% relataram que não há um critério definido.

No que diz respeito à participação dos agricultores em organizações coletivas, 69,64% deles relataram participar ou já ter participado de associações, 25,00% de sindicatos de trabalhadores rurais e 10,71% de cooperativas de produtores. Organizações de natureza religiosa, conselhos municipais, colônias pesqueiras, grupos informais de agricultores e a

filiação em partidos políticos foram mencionados em proporções menores. No entanto, é relevante destacar que uma parcela de 23,21% dos agricultores informou nunca ter participado de nenhuma forma de organização coletiva (totalizando 13 agricultores), como destaca o gráfico 85, subsequente.

Gráfico 85 - Organizações sociais que os agricultores entrevistados participam ou já participaram



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Dos participantes que indicaram participação ou histórico em organizações sociais, 75% afirmaram estar envolvidos ativamente nessas instâncias, o que sugere um engajamento significativo por parte dos agricultores em contribuir e participar de iniciativas coletivas.

Em relação aos impactos observados dessa participação, 62,79% dos agricultores destacaram melhorias econômicas decorrentes do envolvimento em organizações sociais, tais como benefícios diretos ou incremento e diversificação da produção, o que reforça a importância dessas estruturas como agentes facilitadores do desenvolvimento econômico na agricultura familiar. Além disso, um expressivo percentual de 79,07% dos participantes relatou melhorias em suas relações sociais, ambientais, políticas ou culturais, evidenciando um impacto positivo abrangente.

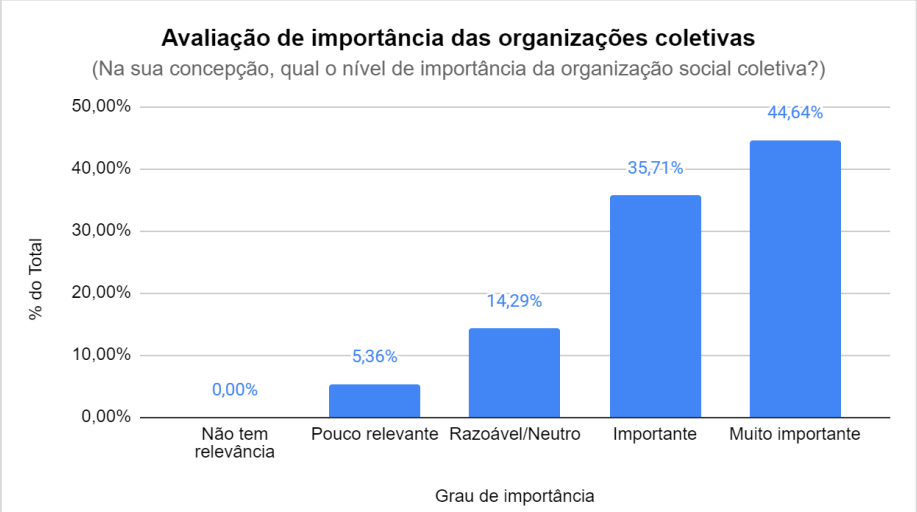
Quanto à capacitação e orientação sobre organizações sociais, 60,71% dos agricultores afirmaram que, em algum momento, eles ou suas famílias receberam algum tipo de orientação ou capacitação sobre o papel, função, funcionamento e importância dessas estruturas para fortalecer a sua compreensão sobre estas.

Quando questionados sobre o estímulo ou fortalecimento dessas organizações no

município, 44,64% dos participantes indicaram que não percebem iniciativas nesse sentido, enquanto 33,93% afirmaram que sim, há estímulos ou fortalecimento dessas estruturas. Os demais 21,43% dos agricultores declararam não ter conhecimento sobre essa dinâmica.

Em relação ao nível de importância atribuído às organizações sociais coletivas por eles, observou-se que a maioria das respostas considera essas organizações muito importantes (44,64%). Um percentual também significativo de agricultores as classificou como importantes (35,71%), enfatizando a valorização dessas estruturas na perspectiva dos agricultores para o fortalecimento comunitário e, consequentemente, da agricultura familiar no contexto local, como demonstrado no gráfico 86, a seguir.

Gráfico 86 - Avaliação da importância das organizações coletivas para os agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

No que concerne às principais dificuldades enfrentadas pelas organizações coletivas, os representantes das associações AMJ, AUREM/C-MG e APPRSAT convergem ao apontar a falta de perspectivas dos agricultores em médio e longo prazo em aguardar os resultados e benefício, o que resulta muitas vezes no abandono dos associados, como salientado pelo presidente da APPRSAT:

> Porque as pessoas pensam logo naquilo imediato, né? Não, tem aquela paciência [...] se forma uma associação hoje, ela só vai ter coisa com anos em diante. Então, durante esses dois anos, o sócio vê que não está vindo nada [...] não tem resultado, ele abandona. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

A presidente da AMJ também destaca a falta de confiança dos agricultores devido a experiências passadas sem tanto êxito:

> Porque assim, a associação hoje é um pouco desacreditada. Eu senti isso também, que o fato de já ter existido outras associações que eles falam assim, né, que era só com propostas, mas nada nítido, nada concreto, né, então, se tem assim, uma desconfiança dos próprios produtores com relação a isso. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ

Essa falta de confiança nas organizações coletivas é reforçada pelo presidente da APPRSAT, que destaca que muitas associações acabam existindo apenas no papel.

> A maioria das associações grandes, que tinha aí, ficou apenas no papel... As pessoas não acreditam mais (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Nesse contexto, presidente da AUREM/C-MG também ressalta que a falta de perspectiva dos agricultores resulta em baixo envolvimento, principalmente no que diz respeito ao pagamento de mensalidades:

> Quando eu consegui chegar como presidente, atual mesmo, né, o primeiro passo que eu fiz foi fazer um levantamento e muitas pessoas disseram pra mim que: "Não, não quero mais", "Eu não quero mais saber dessa reserva", "Isso aí não saiu mais nada" e não sei o quê mais e tal. Logo, eu descobri que a associação estava inadimplente, aí eu digo, poxa! Aí também levei o conhecimento pro pessoal, né? "Olha, o pessoal, a associação está assim, assim, assim". "Ah, se a gente não pagava, agora que a gente não vai pagar, porque pode não sair nada, não vai sair nada" (Entrevistado 10 - Presidente da AUREM/C-MG)

A carência de contribuição dos associados é destacada pelo presidente da AUREM/C-MG, que revela que, dentre os 2.616 associados, apenas 190 estão efetivamente contribuindo. Além disso, é ressaltado o engajamento limitado de algumas comunidades, que frequentemente não comparecem às reuniões. Outras questões também são mencionadas, como a dificuldade no acesso a recursos financeiros para a manutenção das atividades da associação, especialmente no que diz respeito aos custos de transporte e combustíveis para locomoção.

No que tange às mudanças positivas percebidas pelas associações em relação à qualidade de vida, familiar ou comunitária, nas relações sociais e nos ganhos econômicos, os representantes das AMJ, AUREM/C-MG e APPRSAT destacaram diversos pontos.

Em termos de ganhos pessoais, a presidente da AMJ enfatiza a contribuição da associação para um melhor conhecimento da realidade comunitária e dos problemas locais:

> Eu vi no sentido de que através da associação, a gente passa a conhecer melhor o que a comunidade produz, porque a gente tem uma relação melhor com os agricultores, conhece quem realmente produz, né [...] Às vezes, a gente tá na nossa comunidade e não conhece a realidade [...] Eu passei a conhecer através da associação, ter dimensão do quanto produzem, do que eles produzem e de que forma eles tinham uma perspectiva. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Os benefícios também se estendem à melhoria financeira e ao padrão de vida dos agricultores, como destaca o presidente da APPRSAT:

> A principal mudança na minha vida foi em relação… financeiramente mesmo. Hoje, a gente trabalha, mas não tem mais aquelas dificuldades que tinha antes, né. Hoje nessa parte aí, com certeza mudou. Melhorou muito [...] E além de eu sentir que melhorou minha… meu padrão de vida, vejo que eu contribuí com as outras pessoas que estão trabalhando comigo. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Ponto também destacado pelo presidente da APISAN que relata que boa parte dos agricultores conseguiram aumentar seus patrimônios em termos de bens materiais como automóveis e a casa própria, além de poder proporcionar a inclusão e suporte aos filhos dos agricultores em universidades (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN).

Além dos ganhos econômicos, o presidente da APPRSAT destaca que benefícios se desdobram na melhoria do relacionamento interpessoal, em suas palavras:

> Muitas vezes, a pessoa só vê o lado crescer, o lado financeiro, mas não, o lado como pessoa mesmo, e isso é importante, a gente crescer assim nessa forma, parar de... dessa timidez e tudo, ser uma pessoa mais… que possa dialogar com qualquer uma pessoa. Isso me ajuda também muito, me ajuda muito. Dessa forma que eu vejo o que a associação contribui para que eu possa fazer esse trabalho. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

No âmbito comunitário, destacaram-se, sobretudo, o fortalecimento dos laços solidários, apontados pelos presidentes da AMJ e APPRSAT. Segundo o presidente da APPRSAT:

> O que eu vejo dentro da comunidade é a gente poder também contribuir com as pessoas, né, em termos de trabalhar e o pessoal trabalhar com a gente. A gente ter condições de ajudar também, dando trabalho. A gente não trabalha só, tem que estar agrupado. Então, se esse grupo me fortaleceu dessa forma, assim [...] O que a gente pode fazer um pouquinho a gente faz. A gente sempre está fazendo. Às vezes, a gente tem um trator que sempre está à disposição, se alguém precisar a gente está ali para ajudar. Então, de uma forma ou outra, estamos sempre contribuindo. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Já a presidente da AMJ ressalta não apenas o fortalecimento dos laços comunitários, mas também melhorias na valorização dos produtos, aumentando os resultados econômicos percebidos pelos agricultores, o que contribui para o aumento da satisfação destes:

> E também o fato econômico, né? Porque eu digo que é gratificante pra mim quando a gente vai fazer, tipo, o pagamento deles, né? A forma com que eles olham [...] Pessoas que às vezes não têm como escoar seus produtos, que às vezes estraga cheiro-verde, estraga verduras, porque não tem para quem vender, né? O escoamento é fraco na nossa região. E aí eles têm essa possibilidade de ver os seus produtos sendo valorizados, e quando eles vão receber por isso, a gente vê a felicidade e a satisfação deles, porque, tipo, meu produto está sendo valorizado, o meu produto está sendo ali de alguma forma utilizado [...] (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

A presidente complementa que esse sentimento também reverbera na melhoria da qualidade dos alimentos que são produzidos e ofertados na comunidade, proporcionando inclusive um olhar mais cuidadoso na produção dos gêneros que são destinados à merenda escolar do município.

> [...] E numa coisa essencial, que é a merenda pros nossos próprios filhos que estão na escola, né, dando uma melhor qualidade na merenda escolar. Então, se tem esse cuidado. Então melhorou até mesmo a forma com que eles viam a merenda escolar, né. A forma de produzir algo de qualidade, porque eles sabem que ali são os sobrinhos, ali estão os próprios familiares que vão consumir tanto as frutas quanto os legumes. Então se tem essa preocupação e eu tenho certeza que a associação melhorou nesse aspecto. Nessa visão de se preocupar com o outro, de se preocupar em entregar algo de qualidade né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Ademais, destaca-se a melhoria no acesso às políticas públicas, conforme enumerado pelo presidente da AUREM/C-MG, que elencou benefícios recebidos pelos usuários da reserva, tais como habitação, crédito para compra de eletrodomésticos, canoas, cestas básicas, entre outros. Além disso, ele ressalta que, por meio da Resex, recursos foram direcionados para aprimorar a infraestrutura municipal, incluindo a revitalização de estradas vicinais e a instalação de equipamentos públicos, como caixas d'água, escolas (como a localizada na comunidade de Pedrinhas), postos de saúde (como o localizado na comunidade de Peri Meri), e diversos trapiches implantados nas comunidades de Fortaleza, Faustina, Bacuriteua e na sede, viabilizados por recursos provenientes do INCRA.

Outra mudança significativa apontada pelo presidente da APISAN refere-se à transição das atividades produtivas para aquelas de menor impacto ambiental, destacando o exemplo da produção de mel no município.

> Houveram muitas mudanças, por quê? A questão da produção do mel, como nossos apicultores antes trabalhavam em outras áreas, né, como a mandioca, o milho e o feijão, pra você ter uma ideia, alguns até abandonaram essas outras culturas pra ficar somente no mel. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Ele destaca que essa mudança representa uma das transformações mais significativas percebidas por ele, no que diz respeito à relação com o meio ambiente.

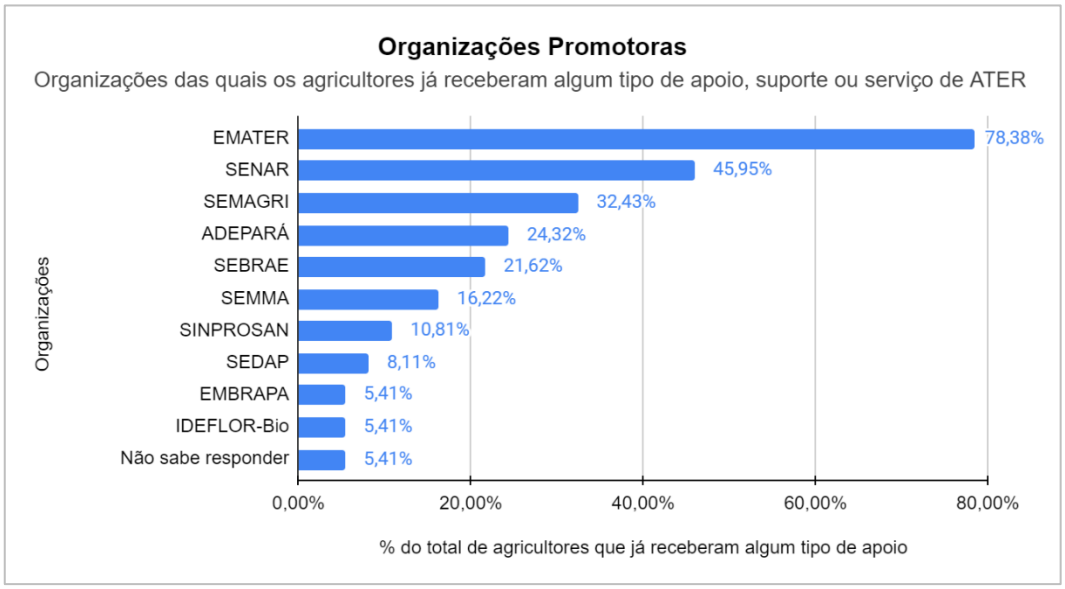
> É essa foi a maior mudança. Por que? Como eu falei, né, para você produzir, você precisa da floresta, precisa do meio ambiente, né, intacto. Então por esse motivo, eles abandonaram a questão da roça. Alguns não, todos. Alguns abandonaram porque para fazer uma roça, tem que destruir a natureza, as árvores, e isso prejudica a questão da apicultura. Então está relacionado diretamente com o meio ambiente. A melhoria foi muito grande. Muito grande. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Os presidentes da AMJ e da AUREM/C-MG convergem ao relatar que, com a concretização dos resultados, as relações de credibilidade e confiança entre os associados melhoraram, aumentando o interesse dos agricultores em fazer parte da associação. Esses aspectos reforçam o impacto positivo das associações não apenas na esfera econômica, mas também na promoção de práticas mais sustentáveis e na construção de relações comunitárias mais sólidas e solidárias.

4.2.4 Assistência Técnica e Extensão Rural

No que tange ao recebimento de assistência técnica ou extensionista no município, constatou-se que 66,7% dos agricultores relataram ter recebido algum tipo de orientação nesse âmbito. Dentre os que afirmaram ter recebido suporte técnico, a EMATER despontou como a entidade mais destacada, sendo mencionada por 78,38% dos participantes. Uma parcela considerável dos agricultores também indicou ter recebido apoio do SENAR (45,95%), SEMAGRI (32,43%), ADEPARÁ (24,32%) e SEBRAE (21,62%). Outras entidades foram mencionadas com menor frequência, conforme ilustrado no gráfico 87.

Gráfico 87 - Organizações que os agricultores já receberam algum tipo de apoio ou serviços de ATER

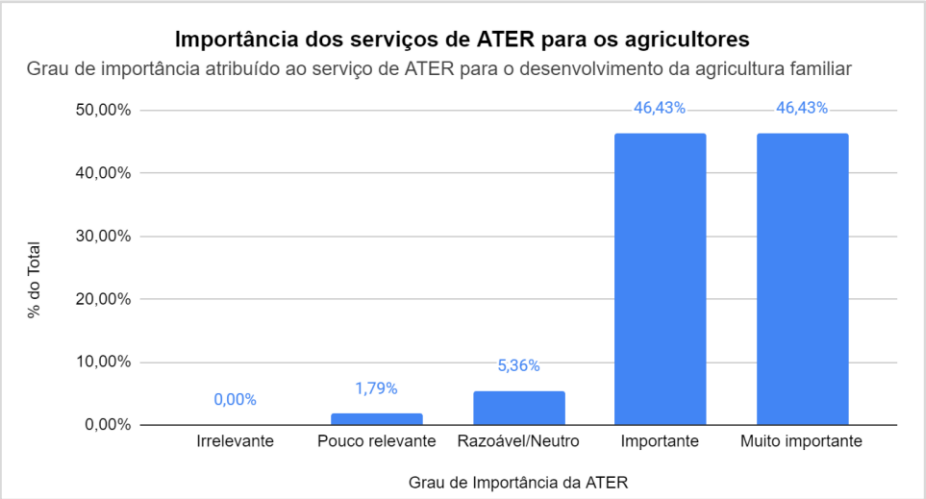


Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

No tocante ao nível de importância atribuído à prestação de serviços de assistência técnica rural e extensão, constatou-se que 46,43% dos agricultores consideram esses serviços como importantes. Na mesma proporção, 46,43% dos agricultores os avalia como muito importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar. Um percentual reduzido de 1,79%

expressou uma visão menos relevante sobre esses serviços, enquanto 5,36% os consideram razoáveis ou mantiveram uma postura neutra, conforme evidenciado no gráfico 88.

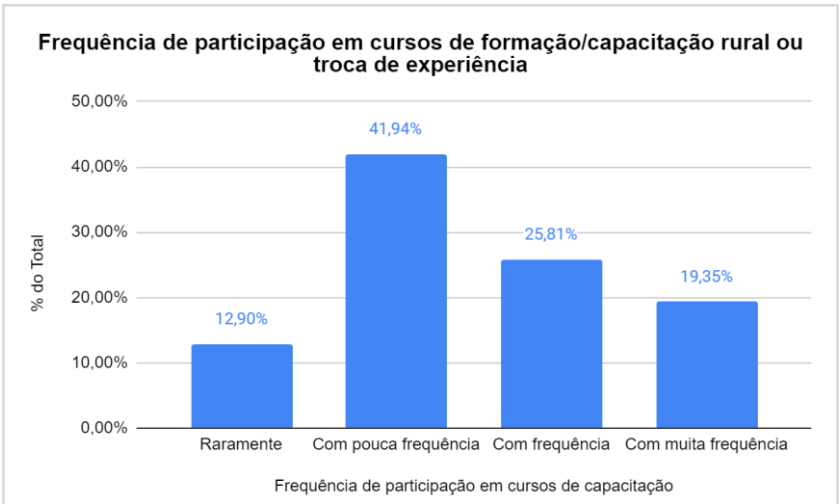
Gráfico 88 - Avaliação da importância dos serviços de ATER para os agricultores



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

No que diz respeito à participação em cursos de capacitação, 55,36% dos agricultores afirmaram participar ou já terem participado de algum curso de formação, capacitação rural ou troca de experiências. Dentre esses, a maioria (41,94%) participa com pouca frequência desses espaços de formação, enquanto 25,81% informaram participar com frequência. Um percentual menor (12,90%) indicou participar raramente desses espaços de formação, como demonstra o gráfico 89, a seguir.

Gráfico 89 - Frequência de participação dos agricultores em cursos de formação/capacitação rural



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Em entrevista, a presidente da Associação dos Moradores do Jataizinho destacou a importância desse suporte para os agricultores que desejam iniciar um negócio. Ela relata que, muitas vezes, os agricultores têm o desejo de iniciar um negócio ou trabalhar em suas terras, mas enfrentam a carência de suporte adequado. Nesse sentido, destaca a importância do fornecimento de orientações práticas para o planejamento dos empreendimentos, mencionando a expectativa de que esse suporte fosse proporcionado por entidades como o SENAE e o SEBRAE, que são reconhecidas por oferecer cursos e suporte técnico aos empreendedores rurais, ao mesmo passo em que espera uma maior efetividade por parte delas, uma vez que algumas delas até chegaram a visitar a região, entretanto a aplicação prática não ocorreu (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

O que ela espera é que essas instituições possam fornecer informações mais detalhadas e abertas sobre questões práticas, como estratégias de produção para o mercado e orientações sobre como estudar uma área específica para iniciar um empreendimento, apontando o SEBRAE como uma instituição que possui essa visão mais abrangente e prática, capaz de ajudar a comunidade a perceber o potencial que possui.

O secretário de agricultura aponta um outro desafio relacionado à baixa adesão dos agricultores aos cursos oferecidos pela secretaria. Ele relata que, nos últimos dois cursos promovidos, a participação foi significativamente baixa, mesmo após esforços de divulgação e busca ativa por parte da equipe.

> A gente divulga, vai atrás. Só que o povo não está muito interessado em querer aprender [...] (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Importante compreender as razões por trás desse desinteresse e a busca por soluções que possam estimular maior engajamento e aproveitamento desses recursos educacionais. O baixo engajamento por parte dos agricultores pode sugerir a necessidade de estratégias mais eficazes na divulgação e análises mais atentas às demandas dos agricultores para conhecer melhor suas necessidades e expectativas para que estas barreiras sejam superadas.

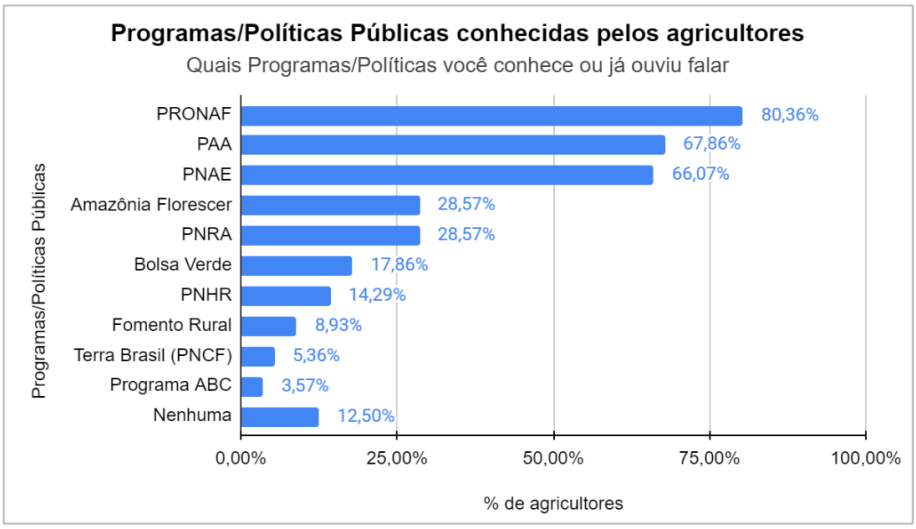
4.2.5 Principais Problemas Relacionados ao Acesso às Políticas Públicas, Governança Pública e Participação Social

A pesquisa também propôs avaliar o nível de conhecimento dos agricultores acerca das políticas públicas no município. Nesse contexto, a maioria dos participantes, representando 48,21%, afirmou não possuir conhecimento, enquanto 37,50% declararam ter conhecimento

acerca das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município. Adicionalmente, 14,29% dos agricultores mencionaram ter conhecimento parcial.

Quando indagados sobre os programas ou políticas públicas de apoio à agricultura familiar e desenvolvimento rural que conheciam ou já ouviram falar, os agricultores destacaram, em sua maioria, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mencionado por 80,36% dos entrevistados, seguido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), citado por 67,86%, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido por 66,07% dos agricultores. Outros programas, como Amazônia Florescer, Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e Programa Bolsa Verde, foram mencionados em menor frequência. Destaca-se que 12,50% dos agricultores afirmaram não ter conhecimento sobre nenhum desses programas, conforme apresentado no gráfico 90, a seguir.

Gráfico 90 - Principais Programas/Políticas Públicas conhecidas pelos agricultores

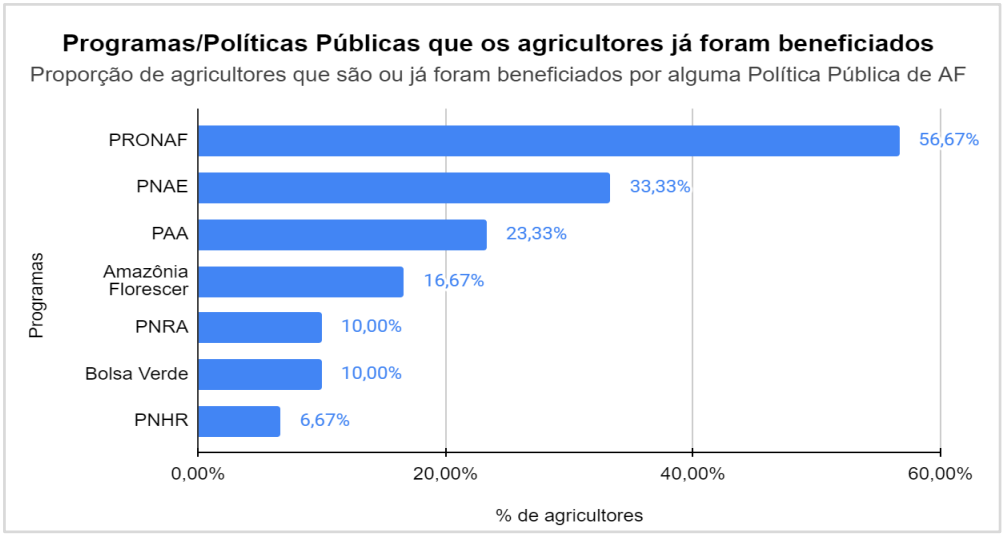


Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

No que diz respeito à contemplação por algum desses ou outros programas e políticas públicas direcionados à agricultura familiar e/ou desenvolvimento rural, 46,43% dos agricultores afirmaram nunca terem sido beneficiados em sua família por algum deles.

Analisando as respostas daqueles que responderam que são ou já foram beneficiados (30 agricultores), verificou-se que o PRONAF foi o mais citado entre eles, abrangendo 56,67% dos participantes contemplados, seguido pelos programas PNAE (33,33%) e PAA (23,33%). Outros programas, como Amazônia Florescer, PNRA, Bolsa Verde e PNHR, beneficiaram uma parcela menor dos agricultores entrevistados, como pode ser observado no gráfico 91, subsequente.

Gráfico 91 - Programas/Políticas Públicas que os agricultores já foram beneficiados

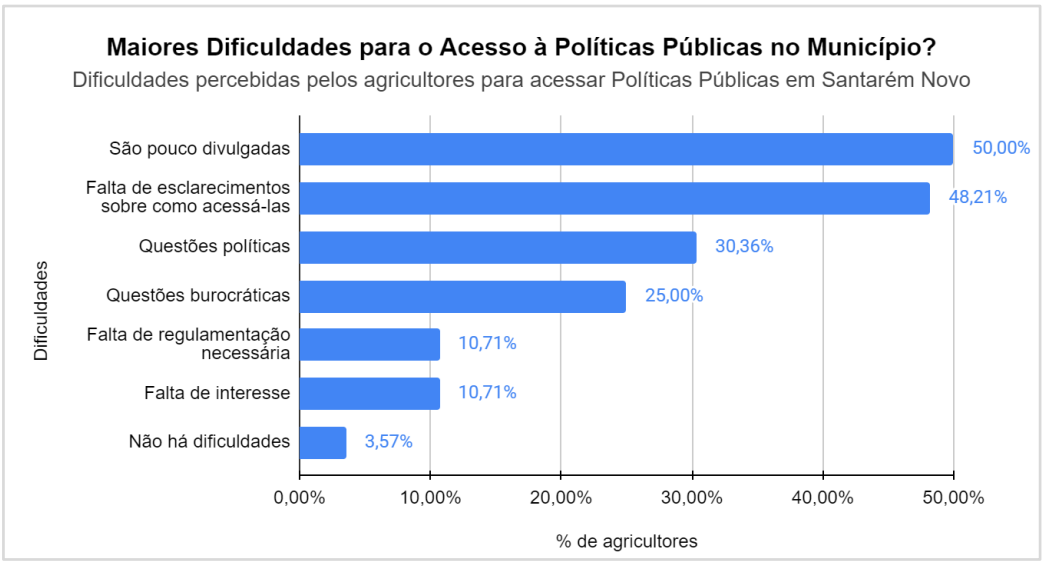


Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Ao explorar as maiores dificuldades para acessar essas políticas no município, metade dos agricultores (50,00%) apontou a pouca divulgação como fator preponderante, enquanto 48,21% mencionaram a falta de esclarecimentos sobre como acessá-las. Adicionalmente, 30,36% relacionaram as dificuldades ao contexto político, e 25% às questões burocráticas.

Outras questões apontadas foram a falta de documentação e regulamentação necessária para acesso às políticas públicas (10,71%) e a falta de interesse por parte do próprio agricultor (10,71%). Apenas 3,57% dos agricultores afirmaram não enfrentar dificuldades (gráfico 92).

Gráfico 92 - Maiores dificuldade para o acesso à Políticas Públicas no município



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Quanto aos principais documentos de acesso às políticas públicas de agricultura familiar, constatou-se que 60,71% dos agricultores entrevistados possuem a DAP.

Indagados sobre o estímulo à participação popular nas decisões sobre o futuro da agricultura familiar e desenvolvimento rural no município, 60,71% dos agricultores responderam que a participação popular não é incentivada no município, enquanto 25% informaram que ela é estimulada, e 14,29% não souberam informar.

Quando questionados se eles se sentem incluídos nas discussões sobre os problemas locais e no processo de decisão e construção de políticas públicas do município, 55,36% dos agricultores responderam não se sentir incluídos nas principais discussões e decisões municipais, 37,50% afirmaram que se sentem incluídos, e 7,14% não souberam ou preferiram não responder.

A percepção negativa da maioria dos agricultores em relação à inclusão nas discussões dos problemas locais e no processo decisório de políticas públicas, pode indicar que há uma possível lacuna na promoção da inclusão social e da participação democrática efetiva desses atores na governança pública local, o que pode estar atrelado à forma como as instâncias governamentais do município envolvem os cidadãos nas decisões que afetam diretamente suas atividades e comunidades.

Essas deficiências podem ocasionar riscos de exclusão de importantes perspectivas e experiências, bem como de demandas reais, o que pode acabar por impactar na eficácia das políticas públicas voltadas para este público já que estes, como preconizados por Vasconcellos Sobrinho *et al.* (2019), possuem a capacidade de propor soluções para as demandas e problemas locais influenciando a agenda pública positivamente.

Em relação à representação dos interesses coletivos da agricultura familiar por meio das políticas, programas e projetos existentes no município, 64,29% dos agricultores acreditam que os interesses coletivos não estão sendo bem representados nas decisões municipais, enquanto 23,21% entendem que estão sendo bem representados. Um percentual de 1,79% acredita que talvez estejam sendo representados, e 10,71% não souberam ou preferiram não responder.

A partir da percepção negativa da maior parte dos participantes sobre a representatividade dos seus interesses, pode-se inferir que existem possíveis deficiências na efetividade das políticas, programas e projetos voltados para a agricultura familiar em Santarém Novo. E que, embora existam esforços em curso por parte do poder público em promover apoio ao setor, como visto em seções anteriores, que estas iniciativas alcançam de forma desigual boa parte do público-alvo, razão pela qual pode estar sendo percebido pela parcela de agricultores

que avaliaram positivamente o quadro. Ou ainda, que tal cenário pode estar refletindo uma desconexão entre as iniciativas governamentais e as reais necessidades e anseios dos agricultores locais. Isso reforça a necessidade de participação social como um componente essencial nos processos de formulação e implementação de políticas governamentais.

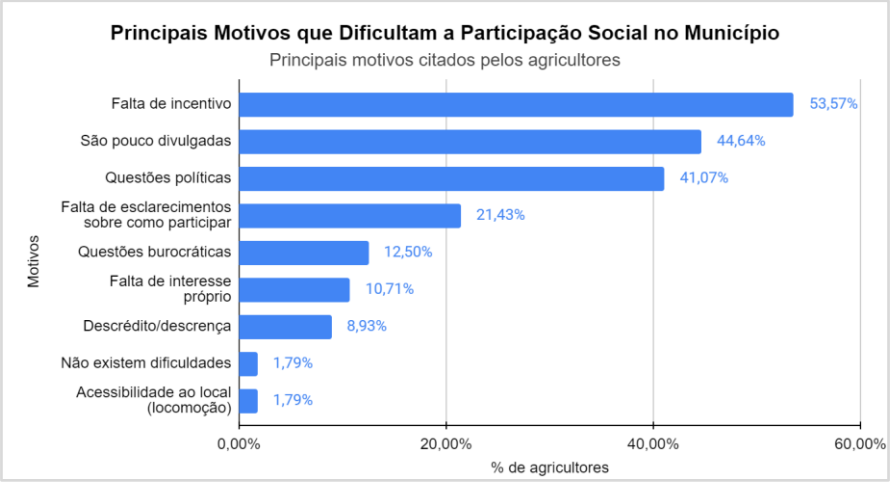
Quando indagados sobre a participação em decisões municipais, 83,93% dos agricultores afirmaram nunca ter participado de reuniões de planejamento com a prefeitura para tratar de questões da agricultura familiar. Os principais motivos citados para essa falta de participação foram a falta de incentivo (53,57%), seguida pela baixa divulgação (44,64%), questões políticas (41,07%) e a falta de esclarecimento sobre como participar (21,43%).

Além disso, problemas de acessibilidade aos locais de debates ocasionados por condições logísticas de transporte, questões burocráticas, descrédito e falta de interesse por parte dos cidadãos também foram citados como razões para a não participação nas discussões municipais. Apenas 1,79% acreditam que não existem dificuldades em relação à participação popular em debates e arenas públicas de decisões.

Durante a aplicação dos questionários, alguns agricultores destacaram que, muitas vezes, não têm conhecimento prévio sobre reuniões comunitárias ou eventos semelhantes e, quando ficam sabendo, esses eventos já ocorreram. Os diversos apontamentos dos agricultores evidenciam a ocorrência de desafios relacionados à comunicação, transparência, simplificação de processos e principalmente de estratégias mais assertivas de divulgação e motivação por parte das autoridades municipais.

O gráfico 93, na sequência, demonstra a proporção de agricultores que mencionaram cada um dos motivos apresentados.

Gráfico 93 - Principais motivos que dificultam a participação social no município



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

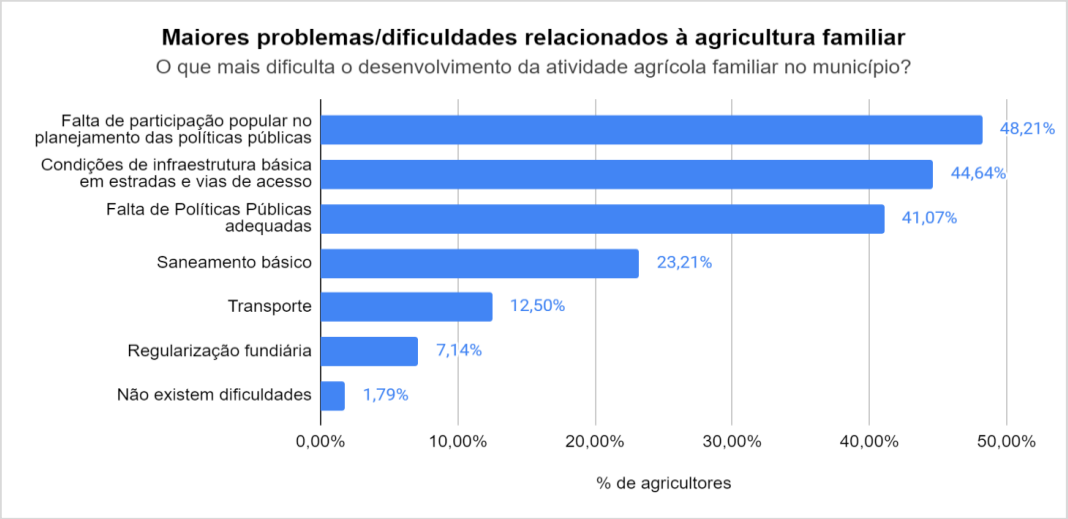
Quanto ao conhecimento sobre a existência de Conselhos municipais para tratar de questões de agricultura familiar e desenvolvimento rural, 83,93% afirmaram não ter conhecimento se existe um conselho no município para isso. Entretanto, 96,43% dos entrevistados acreditam que esses espaços de participação social são importantes para o desenvolvimento do município, enquanto 3,57% consideram que talvez sejam importantes, concordando com Milani (2008) e Tenório *et al.* (2008), que destacam a relevância da promoção desses espaços de ação pública para mobilização de atores locais, contribuindo para a prática da boa governança e a legitimidade das decisões políticas.

Indagados sobre o nível de satisfação com as políticas públicas municipais de apoio à agricultura familiar, 37,50% dos agricultores mostraram-se insatisfeitos e 7,14% extremamente insatisfeitos. Em oposição, 16,07% mostraram-se satisfeitos com as políticas municipais de agricultura familiar, e 1,79% muito satisfeitos. Já 37,50% preferiram manter uma posição neutra.

De maneira abrangente, os agricultores identificaram como principal obstáculo para o desenvolvimento da agricultura familiar no município a carência de participação popular no planejamento das ações e políticas públicas locais, sendo mencionada por 48,21% dos respondentes como a principal adversidade. Paralelamente, 44,64% dos agricultores apontaram as condições de infraestrutura em estradas e vias de acesso como um desafio relevante, enquanto 41,07% deles ressaltaram a ausência de políticas públicas adequadas.

Outros desafios mencionados pelos participantes abarcaram questões concernentes ao saneamento básico, indicado por 23,21% dos entrevistados, problemas relacionados ao transporte, citados por 12,50% e dificuldades vinculadas à regularização fundiária, por 7,14%. Uma proporção minoritária dos entrevistados (1,79%) afirmou não existir dificuldades significativas em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar no município, como demonstra o gráfico 94, a seguir.

Gráfico 94 - Maiores problemas/dificuldades relacionados à agricultura familiar



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

A partir dos resultados apresentados é possível compreender a complexidade e a multiplicidade de desafios enfrentados pelos agricultores no contexto da agricultura familiar em Santarém Novo, os quais reforçam a importância de uma abordagem holística e direcionada para o enfrentamento desses desafios, bem como a necessidade de estratégias inclusivas e participativas para a promoção e fortalecimento sustentável do setor agrícola.

4.2.6 Principais Demandas para Melhoria das Condições da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local

Ao explorar como o governo municipal poderia contribuir para a melhoria das condições de produção na agricultura familiar, foram levantadas uma diversidade de necessidades e demandas pelos agricultores, indicando áreas específicas nas quais o governo municipal pode concentrar esforços. Uma parcela considerável deles destacou a importância da disponibilização de maquinários para a preparação do solo e/ou colheita, sendo o item selecionado por 80,36% dos participantes.

Outras formas de apoio apontadas pelos agricultores incluíram a disponibilização de adubos e fertilizantes, com 37,50% de citações, a facilitação do acesso ao crédito rural, mencionada por 33,93% dos agricultores, e a distribuição de sementes e mudas, com 30,36% de seleções ao item. Outras condições foram levantadas por uma porção significativa de agricultores, como a implantação de um sistema de abastecimento de água (16,07%) e o fortalecimento das cadeias produtivas (12,50%). Um percentual menor de agricultores

expressou a necessidade de apoio na aquisição de equipamentos e utilitários para irrigação e drenagem, na distribuição de terras e na promoção de capacitações em diversas áreas, conforme ilustrado no gráfico 95 a seguir.

Gráfico 95 - Principais demandas dos agricultores para melhoria das condições de produção



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

As principais demandas dos agricultores, conforme identificados na pesquisa, estão em grande parte alinhadas com as percepções dos principais tomadores de decisão, particularmente os presidentes das associações locais, tais como a AMJ, APPRSAT, APISAN e AUREM, o que sugere uma certa consistência e representatividade das demandas e necessidades apresentadas pelos agricultores. Diversos gestores também evidenciaram algumas dessas medidas como meios que o governo municipal pode ajudar a promover o apoio à agricultura familiar local, como os das secretarias como a SEMAGRI, SEMED, SEFIN, do vice-prefeito e da EMATER. Essa convergências podem ser destacadas no trechos a seguir, mas também serão explanadas em diferentes momentos da pesquisa:

> [...] Se você aradar uma terra, se você for pagar, está R$ 250,00 a hora. Então, nossos agricultores não estão no nível médio nem alto da questão econômica. Então, a agricultura, no caso da Secretaria e o governo local, está diretamente, porque ele fornecendo trator, fornecendo combustível... Esse é um ponto. E depois, os implementos que são as sementes, o adubo, para esse fortalecimento, eu acredito que, com certeza, ia dar uma guinada muito grande. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

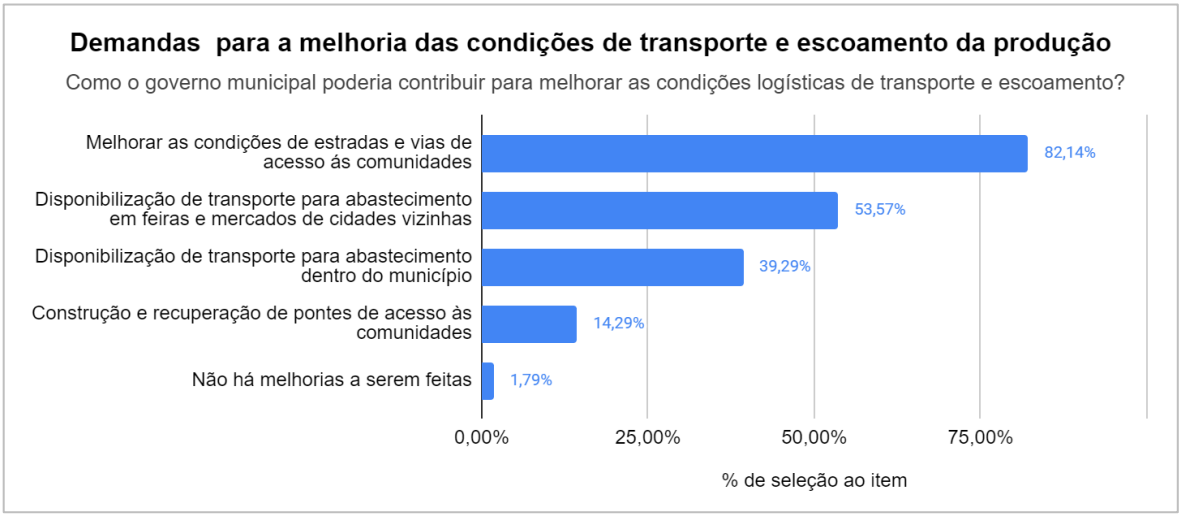
> [...] Hoje os nossos agricultores, familiares, eles, sofrem muito na questão de comprar o adubo orgânico que é geralmente esterco de galinha que hoje está doze, treze reais o saco. Então, se ele pudesse pelo menos uma vez por mês, dar uma carrada de adubo. Assim, seria excelente em nossas vidas. [...] Ele (governo municipal) pode promover através de fortalecimento das cadeias produtivas (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

> [...] Um incentivo com sementes, com o maquinário para poder é estar nas terras [...] com cursos [...] ter algo que pudesse ne, fazer essas embalagens, esses selos com a característica do município, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Ao questionar sobre como o governo municipal poderia colaborar para melhorar as condições logística para transporte e escoamento da produção, 82,14% dos entrevistados destacaram a importância da melhoria das estradas e vias de acesso às comunidades. Também foi levantada a necessidade de disponibilização de transporte para abastecimento em feiras e mercados tanto de cidades vizinhas (53,57%) quanto para abastecimento dentro do próprio município (39,29%).

Além disso, uma parcela menor dos entrevistados ressaltou a necessidade de construção e recuperação de pontes para acesso às comunidades (14,29%), outros porém acreditam que não há melhorias a serem feitas (1,79%) pelo poder público, como demonstrado no gráfico 96, na sequência:

Gráfico 96 - Demandas para melhoria das condições de transporte e escoamento da produção



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Também convergem as percepções entre os tomadores de decisão, como o presidente da APISAN, da AUREMC-MG e de gestores como o secretário de agricultura, de finanças e o chefe local da Emater, em relação à necessidade de melhorar as condições da infraestrutura de estradas vicinais, como mencionado pelo secretário de finanças:

> [...] As vias vicinais mais importantes do município que é aqui liga Santarém Novo à São João de Pirabas, ela está sendo revitalizada. Um convênio com o governo do estado e um com o governo... e um convênio com o Incra através da nossa reserva extrativista está recuperando a vicinal que liga Santarém Novo à Vila de Pedrinhas. Então acredito que é muito importante! Hoje, com dez minutos, você chega no Peri-Meri, uma no caminho que você fazia com trinta. Além de asfalto na nas vilas que a gente acha que não é importante, mas porque a gente sempre teve asfalto no nosso pé. Para quem não tem, é muito importante! (Entrevistado 4 - SEFIN)

Durante a pesquisa de campo, foram observadas condições precárias ou de difícil locomoção em alguns ramais, como o ramal de Bacuriteua e o Amapazinho, bem como de pontes em algumas localidades, como na localidade de Iraquara e nas proximidades de São Tomé. No entanto, também foi constatada a realização de obras em estradas vicinais que dão acesso às principais comunidades, como São João de Peri Meri, e a revitalização da ponte que dá acesso a um dos principais igarapés da comunidade, denominado “Ilha” (figuras 128 a 133).

Figura 128 - Condição precária de pontes na localidade de Iraquara, após o balneário



Fonte: acervo de campo da autora

Figura 129 - Condição de pontes nas intermediações de São Tomé



Fonte: acervo de campo da autora

Figura 130 - Ramal do Bacuriteua



Fonte: acervo de campo da autora

Figura 131 - Ramal do Amapazinho



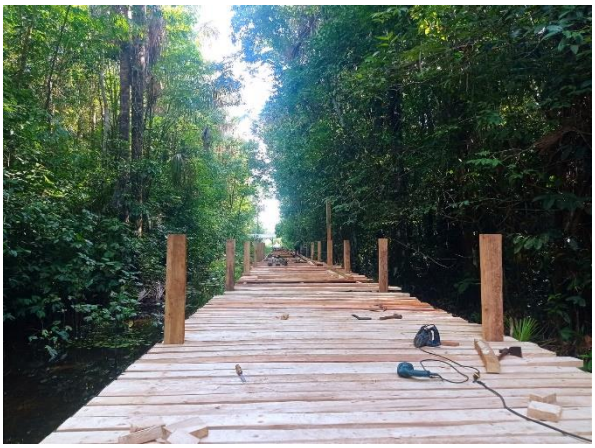
Fonte: acervo de campo da autora

Figura 132 - Obra de drenagem e pavimentação asfáltica na comunidade de Peri Meri



Fonte: acervo de campo da autora

Figura 133 - Revitalização da ponte da Ilha na localidade de Peri Meri



Fonte: acervo de campo da autora

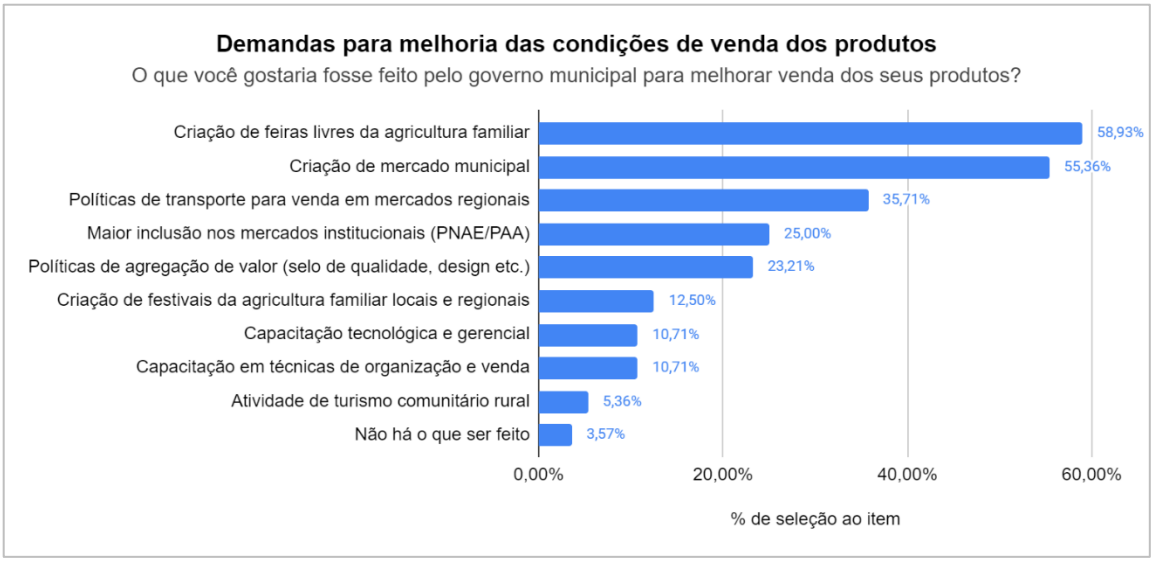
No que tange às demandas para melhoria nas condições de comercialização dos produtos da agricultura familiar, 58,93% dos participantes destacaram a necessidade de criação de feiras livres da agricultura familiar, enquanto 55,36% apontaram a importância da criação de um mercado municipal. Além disso, 35,71% das respostas indicaram a necessidade da elaboração de políticas de transporte para venda em mercados regionais.

Um percentual significativo dos entrevistados (25,00%) também enfatizou a importância de uma maior inclusão nos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ademais, 23,21% dos participantes ressaltaram a importância da criação de políticas de agregação de valor, tais como selo de qualidade, design dos produtos, entre outras.

Em proporções menores, os agricultores também mencionaram outras demandas, como a criação de festivais da agricultura familiar locais e regionais (12,50%), capacitação tecnológica e gerencial (10,71%), capacitação em técnicas de organização e venda (10,71%), e atividades de turismo comunitário rural (5,36%).

Por fim, um pequeno percentual dos participantes (3,57%) expressou a opinião de que não há ações que possam ser realizadas pela administração pública municipal para atender às demandas apresentadas. Esses resultados são ilustrados no gráfico 97 a seguir.

Gráfico 97 - Principais demandas/sugestões dos agricultores para a melhoria das condições de venda dos produtos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Nesse ponto, ressaltam-se aproximações com as visões da presidente da AMJ sobre a maior participação em eventos locais e regionais, a necessidade de melhorar as estratégias de marketing e divulgação dos produtos para ampliação dos canais de comercialização, bem como de criação de políticas de agregação de valor como selo e design dos produtos.

Outra aproximação pode ser percebida em relação ao ponto de vista do presidente da APISAN no que tange à importância da capacitação gerencial aos produtores, e da secretária de administração no que diz respeito à inclusão dos agricultores em compras institucionais.

Outros também fazem essa associação ao mencionarem o apoio que o município já presta à agricultura familiar por meio do PNAE e PAA, como visto anteriormente. Além disso, o presidente da AUREMC-MG, do secretário de finanças e do vice-prefeito convergem ao enfatizar a necessidade de um mercado municipal.

> [...] Então isso, em vez da gente estar comprando no supermercado, a gente já favorece o nosso agricultor (em compras do PNAE) (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] o nosso sonho mesmo, é reativar aquele mercado do Jutaizinho, que ali seria um polo, ali, para as pessoas colocarem seu produto, e como é uma via que passa exatamente, é via de trânsito entre Belém, Salinas, acho que seria muito importante ali para gerar renda para aqueles produtores. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] a gente precisa de um mercado? Claro, a gente precisa! (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

> Então tem a parte de divulgação, tem a parte aqui, aí entraria, eu acredito no poder público divulgar, né? [...] divulgar para que as outras pessoas que passam pela nossa cidade, né, a entrada da cidade, pudessem conhecer um pouco mais os produtos, né? E levar em outros mercados, em outras feiras, em outras exposições que a gente tem dentro do nosso estado e que podem levar esses agricultores para apresentar os

> produtos. Porque lá eles já vão saber que lá em Santarém Novo você tem uma farinha de qualidade, tem uma tapioca de qualidade, se tem tucupí, né, se tem verduras, se tem, hortaliças, se tem né, várias outras coisas. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)
>
> [...] E além desses cursos nós trouxemos também há três anos atrás a assistência técnica e gerencial e eu digo que essa é uma das principais atividades da associação, através do SENAR. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)
>
> [...] Um mercado pro município (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

4.2.7 Percepções sobre Atuação do Governo Municipal em Relação ao Planejamento do Desenvolvimento Local e da Agricultura Familiar

Com o intuito de compreender as percepções dos agricultores em relação à atuação do governo municipal no planejamento do desenvolvimento local, especialmente no contexto da agricultura familiar e desenvolvimento rural, realizou-se uma investigação visando captar avaliações e concepções destes sobre diversos temas.

Os resultados obtidos revelam uma diversidade de opiniões entre os agricultores em relação ao investimento do governo municipal no desenvolvimento e fortalecimento das atividades da agricultura familiar. Constatou-se que 44,64% dos agricultores, possui uma percepção de ausência de investimentos, informando que o governo municipal não tem direcionado investimentos nessa área. Em contrapartida, 19,64% afirmaram que há investimentos nessa área específica e 35,71% não puderam apresentar uma conclusão clara a esse aspecto, manifestando desconhecimento sobre a existência de tais investimentos.

Quando questionados sobre a consideração, por parte do governo municipal, das especificidades e potencialidades locais no planejamento do desenvolvimento, a resposta também reflete uma divisão de opiniões. Para 42,86% dos entrevistados, o governo municipal não tem devidamente considerado esses aspectos, enquanto 32,14% acreditam que há uma apreciação adequada das potencialidades e especificidades locais. Um percentual de 25,00% dos respondentes não expressou uma posição definida a respeito desse quesito, relatando que não se sentiram aptos a oferecer uma avaliação precisa.

No que concerne à avaliação da atuação do governo municipal em temas como desenvolvimento local, agricultura familiar, fortalecimento de organizações comunitárias, segurança alimentar e nutricional, e políticas públicas de desenvolvimento rural, os agricultores apresentaram suas percepções em uma escala que variou de “péssimo” a “excelente”, expressando percepções heterogêneas por parte dos agricultores. A tabela 35, a seguir, apresenta os resultados tabulados:

Tabela 35 - Avaliação da atuação do governo municipal pelos agricultores

Avaliação do Governo Municipal	Péssimo	Ruim	Razoável/ Neutro	Bom	Excelente
Desenvolvimento local	19,64%	12,50%	50,00%	17,86%	0,00%
Agricultura familiar	26,79%	23,21%	32,14%	17,86%	0,00%
Fortalecimento das org. comunitárias	8,93%	42,86%	39,29%	7,14%	1,79%
Segurança alimentar e nutricional	14,29%	16,07%	53,57%	16,07%	0,00%
Políticas Públicas de desenvolvimento rural	17,86%	32,14%	33,93%	16,07%	0,00%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo

Na categoria de desenvolvimento local, observa-se que metade dos respondentes (50,00%) adotaram uma perspectiva neutra ou consideraram a atuação do governo municipal como razoável. No entanto, 19,64% manifestaram uma visão desfavorável, classificando-a como péssima, enquanto 12,50% a avaliaram como ruim e outros 12,50% como boa.

No contexto da agricultura familiar, 32,14% dos entrevistados perceberam a atuação do governo municipal como razoável ou mantiveram uma postura neutra. Em contraste, 26,79% expressaram avaliação negativa, classificando-a como péssima, e 23,21% como ruim, enquanto 17,86% a consideraram como boa.

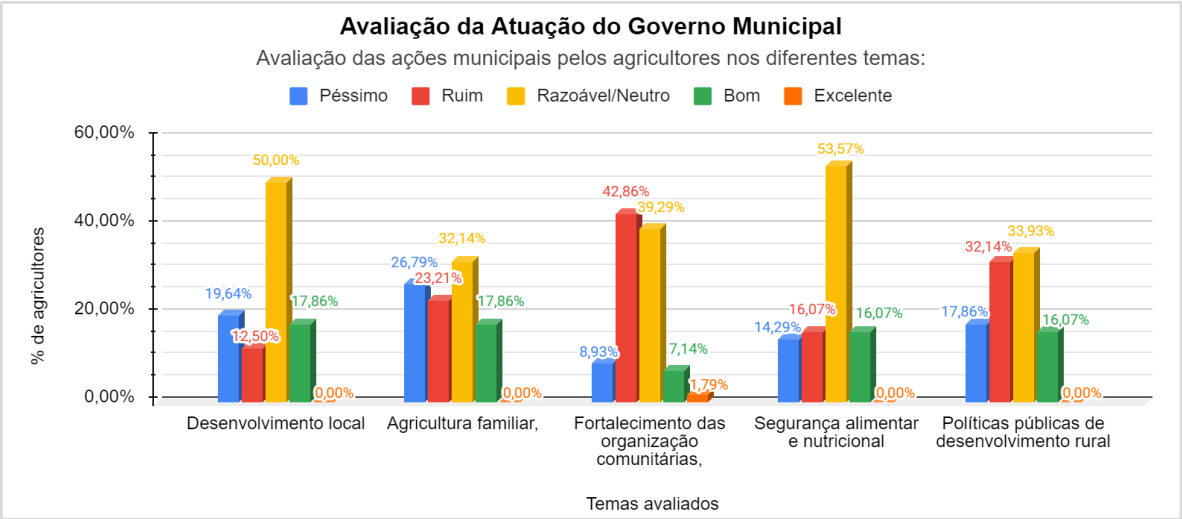
No que tange ao fortalecimento das organizações comunitárias, a maioria dos agricultores (42,86%) atribuiu uma avaliação desfavorável, indicando que o apoio dado às organizações da agricultura familiar foi ruim. Adicionalmente, 8,93% consideraram como péssimo. Para 39,29%, a atuação foi classificada como razoável ou mantiveram uma postura neutra. Em contrapartida, 7,14% a avaliaram como boa e 1,79% como excelente.

Quanto à segurança alimentar e nutricional, os agricultores demonstraram uma perspectiva razoável ou neutra da ação municipal, com 53,57% das impressões. No entanto, 16,07% a consideraram ruim e 14,29% como péssima, em oposição à 16,07% que as avaliaram como boa.

Na avaliação das políticas públicas de desenvolvimento rural, uma parcela significativa de agricultores (32,14%) a classificou como ruim, enquanto 17,86% a avaliaram como péssima. Em contrapartida, 16,07% consideraram-na como boa. Complementarmente, 33,93% dos entrevistados indicaram uma visão neutra ou razoável.

De forma a elucidar visualmente a diversidade de percepções entre os agricultores, o gráfico 98, a seguir destaca essas proporções.

Gráfico 98 - Avaliação da atuação do governo municipal em diferentes temas



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa

Entende-se que a presença de avaliações negativas, especialmente nas áreas da agricultura familiar, fortalecimento das organizações comunitárias e de políticas públicas de desenvolvimento rural, sugere áreas específicas que requerem atenção e aprimoramento por parte das autoridades locais. A consideração dessa gama de perspectivas contribui para uma compreensão mais próxima das necessidades e expectativas dos agricultores, bem como para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas a esta categoria.

4.3 Concepções de Desenvolvimento dos Principais Tomadores de Decisão

Para a análise interpretativa dos dados obtidos por meio das entrevistas com gestores e representantes das associações locais de agricultores (listados no quadro de entrevistados no apêndice A) como detalhado na seção metodológica (Capítulo 1), foi empregada a técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). Esta abordagem busca, por meio de processos sistêmicos e objetivos, descrever o conteúdo das mensagens e identificar indicadores qualitativos (ou não) que possibilitam deduções sobre as condições de produção/recepção dessas mensagens, em outros termos, o conhecimento de variáveis inferidas (Bardin, 2016).

Nesse contexto, a pesquisa explorou as percepções dos diversos atores sobre o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, utilizando como base para tratamento dos dados e categorização teórica-conceitual, a Teoria das Dimensões da Sustentabilidade de Ignacy Sachs (2009), a qual deu sustentação às análises das concepções destes atores. Esta teoria, conforme abordado no capítulo 2, considera o desenvolvimento sustentável como um conceito multidimensional, estruturado e operacionalizado a partir de oito dimensões, sendo elas as dimensões**: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional**

e política internacional.

As questões levantadas no questionário (Apêndices B e C) foram desenvolvidas alinhadas ao referencial teórico, buscando captar referências explícitas (ou implícitas) nas falas dos entrevistados para a delimitação das unidades de registro, na qual configuram-se como a unidade de significação codificada, analisando os elementos que podem estar relacionados com cada uma das dimensões propostas por Sachs e que correspondem, portanto ao seguimento de conteúdo considerado a unidade base da análise.

As categorias estruturadas (*a priori*) foram identificadas, e a forma como foram operacionalizadas, nessa primeira sistematização, foi elaborado com base nos critérios apresentados no Quadro 2, a seguir, na qual pressupôs-se representar os temas abordados nas falas dos participantes.

Quadro 2 - Operacionalização das categorias de análise

Categorização das Dimensões da Sustentabilidade	
Categorias de Análise	**Conceito norteador para operacionalização das categorias de análise**
Dimensão Social	Identificação de referências relacionadas à melhorias no padrão e qualidade de vida da população e redução das diferenças sociais, tais como a universalização no atendimento à saúde, educação, saneamento básico, habitação, mobilidade, lazer, bem-estar, ampliação de oportunidades, geração de empregos e renda justa, equidade e justiça social, igualdade no acesso à serviços de assistência e seguridade social e adoção de políticas distributivas, dentre outros.
Dimensão Cultural	Identificação de referências à presença de elementos da cultura local e seu simbolismo para o desenvolvimento municipal, tais como tradições, hábitos e costumes locais, crenças, valores, manifestações culturais e religiosas, dentre outras, bem como da capacidade de autonomia e protagonismo dos atores para de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento estimulado pela tomada de consciência.
Dimensão Ecológica	Identificação de referências à proteção, equilíbrio e manutenção dos ecossistemas e recursos renováveis e à limitação de recursos não renováveis.
Dimensão Ambiental	Identificação de referências à necessidade de respeitar a capacidade de recomposição do meio ambiente, bem como de referências sobre a gestão de resíduos e a mitigação dos impactos ambientais das ações antrópicas propiciadas pelo processo de desenvolvimento das atividades agrícolas.
Dimensão Territorial	Identificação de referências à dinâmica territorial para ativação do processo de desenvolvimento local e de mudanças estruturais no ambiente urbano da comunidade, da capacidade de utilização das potencialidades locais, da disposição de recursos, populações e das atividades, bem como da capacidade de organização e planejamento para solução dos problemas locais.
Dimensão Econômica	Identificação de referências ao desenvolvimento de setores econômicos, bem como do alcance da soberania alimentar, autonomia científica e tecnológica, capacidade de inovação, eficiência na gestão de recursos públicos e retornos econômicos propiciados pelo processo de desenvolvimento local, em especial promovido pelo fortalecimento das atividades da agricultura familiar.

Dimensão Política Nacional (institucional)	Identificação de referências à inserção da população e de suas articulações para a participação democrática das tomadas de decisão, bem como da abertura de espaços de discussão, incentivos, e funcionamento das instituições para promoção do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas.
Dimensão Política Internacional	Identificação de referências que considerem o papel das organizações internacionais na promoção do desenvolvimento humano e na prevenção de conflitos globais, da cooperação científica e tecnológica internacional, a sustentabilidade ambiental do planeta, e o compartilhamento de responsabilidades e manutenção do sistema financeiro global.

Fonte: Elaborado pela autora com inspiração no trabalho de Tenório *et all.,* (2016)

Com base nos critérios apresentados anteriormente para a categorização inicial dos dados levantados, buscou-se construir indicadores que possibilitassem a dedução de conhecimentos do conteúdo das mensagens. A análise interpretativa dos dados visou identificar os principais temas subjacentes na comunicação, utilizando termos-chave, expressões ou ideias relacionadas às dimensões do referencial teórico. Isso foi feito destacando as palavras, trechos e significados mais recorrentes nas entrevistas.

A categorização dos resultados foi refinada e revisada periodicamente, o que permitiu uma análise mais aprofundada dos significados expressos pelos participantes. Durante esse processo, buscou-se identificar padrões, discrepâncias e nuances nas percepções e concepções relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Assim, as categorias foram definidas (*a posteriori*) e os trechos relevantes foram agrupados em subcategorias, que representam os atributos inerentes às categorias. Essas subcategorias foram elaboradas com base nas unidades de contexto presentes nos dados, possibilitando uma contagem frequencial de cada dimensão. Esse procedimento possibilitou uma análise e avaliação mais abrangentes da visão dos atores sociais sobre o desenvolvimento local no município e o papel da agricultura familiar nesse contexto.

As referências inerentes a cada uma das categorias foram obtidas através de seis questionamentos principais realizados durante a entrevista (apresentado nos apêndices B e C), que possui como objetivo identificar:

1) Quais as concepções de desenvolvimento dos atores?
2) Como percebem o desenvolvimento local?
3) Quais as concepções os atores têm sobre desenvolvimento humano?
4) Quais as contribuições do poder público para a promoção do desenvolvimento local?
5) Quais as contribuições das organizações sociais para o fortalecimento comunitário?
6) Qual o papel da população para a implementação exitosa de políticas públicas?

Assim, ao exprimir seus entendimentos sobre quais aspectos contemplariam o desenvolvimento, foram sendo agrupadas as referências (excertos) em cada uma das categorias que compõem o desenvolvimento sustentável, definindo, conforme apresentado no quadro 3, subsequente, as seguintes unidades de análise:

Quadro 3 - Síntese das unidades de análise - Cosmovisão de desenvolvimento dos atores

Cosmovisão de Desenvolvimento dos atores sociais			
Categorias de Análise	**Subcategorias (elementos)**	**Unidade de Contexto**	**Unidade de Registro**
Dimensão Social	Educação	Melhoria das condições socioeconômicas e alcance de um patamar razoável de vida com acesso amplo aos serviços sociais	O desenvolvimento é percebido principalmente a partir da melhoria nas condições sociais, a partir da oferta de serviços de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, mobilidade, habitação, além de aspectos como segurança, lazer, bem-estar e felicidade. Isso inclui garantir que as pessoas tenham acesso a recursos, serviços e oportunidades necessárias para alcançar uma vida digna e realizar seus objetivos pessoais e coletivos. Para os atores, o desenvolvimento está alinhado com a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para realizar seu potencial e buscar uma vida melhor.
	Saúde		
	Alimentação adequada		
	Geração de emprego e renda		
	Habitação		
	Mobilidade		
	Lazer		
	Elevação do patamar de vida		
	Assistência social		
	Segurança Pública		
	Saneamento Básico		
	Ampliação das oportunidades	Promoção da equidade e justiça social	
	Bem-estar	Satisfação individual (podendo ser objetivo, quando relacionado à aspectos socioeconômicos ou subjetivo, quando relacionado à experiência de vida, expectativas e emoções individuais)	
	Felicidade		
Dimensão Cultural	Acesso à cultura	Acesso aos bens e patrimônios culturais	A promoção do desenvolvimento para os atores está relacionada à valorização da cultura tradicional e popular, dos hábitos e costumes locais, da religião, crenças e valores, bem como ao acesso aos bens culturais, à arte, música, esporte e ao estímulo ao turismo local. Além disso, a capacidade de transformação cultural é vista como essencial para o desenvolvimento pessoal e para que a comunidade alcance autonomia, por meio da tomada de consciência individual e coletiva do seu potencial enquanto agente de mudanças.
	Turismo		
	Hábitos e costumes locais	Cultura popular e tradicional	
	Religião/crença		
	Saber tradicional		
	Manifestações culturais		
	Valores		
	Tomada de consciência individual	Transformação cultural para alcance da autonomia das comunidades locais	
	Mudanças na consciência coletiva		

Dimensão Ecológica	Preservação/ conservação de recursos renováveis	Equilíbrio e a manutenção dos ecossistemas naturais para preservar o potencial da natureza de produzir recursos renováveis	É percebido a partir da necessidade de preservação dos recursos renováveis, destacando a importância de práticas agrícolas sustentáveis que preservem as cabeceiras dos rios e igarapés, evitando queimadas, e aterramentos próximos. Essa percepção é caracterizada pela compreensão e respeito às dinâmicas e limites do meio ambiente, reconhecendo os sistemas e recursos naturais como fontes fundamentais para a sustentação da vida, principalmente a água.
	Promoção de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis		
Dimensão Ambiental	Avaliação de Impacto Ambiental	Capacidade de recomposição dos ecossistemas naturais em face às ações antrópicas	Para os atores, é importante que se tenha compromisso com o meio ambiente como um todo, evitando que atividades produtivas possam impactar o meio ambiente, como a instalação de indústrias e o desenvolvimento das atividades agrícolas. A consciência no tratamento de resíduos e uso de recursos, é fundamental para manutenção da capacidade de restauração natural do ecossistema, destacando a necessidade de buscar soluções conjuntas para fiscalizar e estabelecer limites de forma a evitar agressões ao meio ambiente, identificando e monitorando atividades que afetam a qualidade dos rios.
	Fiscalização e Regularização Ambiental	Capacidade de promover a regulamentação e Fiscalização ambiental em relação à preservação dos recursos naturais	
	Conscientização Ambiental	Conscientização do compromisso pessoal com a preservação ambiental	
Dimensão Territorial	Organização social e comunitária	Capacidade de organização da comunidade local na ordenação da produção e demandas comunitárias	O Desenvolvimento é percebido a partir da capacidade de organização local da produção e do trabalho, bem como da capacidade de planejamento na utilização das potencialidades locais, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar, para construção de soluções e políticas adequadas à realidade municipal. Além disso, os atores destacam a importância da melhoria na infraestrutura municipal de estradas, rodovias e vicinais e da diminuição das disparidades inter-regionais na oferta de serviços e de bens de consumo para população.
	Organização da produção local		
	Soluções baseadas em especificidades locais	Capacidade de planejamento local na distribuição dos recursos, populações, atividades produtivas para encontrar soluções mais adequadas à realidade local	
	Capacidade de utilização das potencialidades locais		
	Melhoria da infraestrutura municipal	Configurações urbanas e rurais balanceadas	
	Capacidade local de oferta de bens e serviços	Superação das disparidades regionais	
Dimensão Econômica	Fortalecimento da Agricultura Familiar	Desenvolvimento de setores econômicos	Para os atores, a promoção do desenvolvimento local se caracteriza pelo desenvolvimento de setores econômicos, especialmente do fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar, da instalação de pequenas empresas e de agroindústrias que beneficiem à produção agrícola, pesqueira e extrativista local. A capacidade de modernização dos
	Desenvolvimento agroindustrial e de empresas agrícolas		
	Instalação de empresas do setor de comércio e serviços		
	Investimento em cadeias produtivas		

	Atração de fábricas e indústrias		instrumentos de produção é evidenciada, bem como são fatores relevantes a eficiência organizacional na gestão de recursos públicos e a segurança alimentar. A promoção de instituições econômicas inclusivas, que incentivem a autonomia financeira dos indivíduos para o aumento de renda e poder de compra, bem como que facilitem a inserção de empresas é fundamental para a percepção do desenvolvimento econômico e local dos atores.
	Eficiência organizacional na gestão de recursos públicos	Sustentabilidade econômica	
	Aumento de renda	Liberdade/Autonomia econômica e financeira	
	Poder de compra		
	Acesso permanente a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente	Segurança alimentar	
	Tipos e formas de trabalho	Capacidade de modernização das forças produtivas	
	Técnicas, tecnologias		
	Meios e instrumentos de produção		
	Incentivos econômicos	Instituições que incentivem a inclusão econômica dos indivíduos e facilitem a instalação de empresas	
	Mercados inclusivos		
	Assistência Técnica e Extensão Rural		
	Incentivos fiscais à empresas		
Dimensão Política Nacional	Criação de espaços e estruturas de governança para participação nas decisões públicas	Promoção da governança democrática	A promoção da governança democrática e participativa é percebida pelos atores como um valor fundamental e um instrumento essencial para efetivar as ações de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, está intimamente ligada à capacidade do sistema político de garantir a representatividade, transparência e a participação ativa dos indivíduos no processo de tomada de decisões sobre as políticas públicas de desenvolvimento local. Para tanto, o pleno funcionamento das instituições é vital para assegurar o acesso equitativo às políticas públicas, bem como a busca por formação de parcerias entre os governos e a sociedade organizada
	Proatividade para participar de discussões públicas e processos decisórios	Promover a participação ativa dos indivíduos	
	Sensibilização por meio do governo		
	Implementação de políticas públicas eficazes	Funcionamento das instituições para acesso às Políticas Públicas e redução de incertezas	
	Transparência na divulgação de informações de programas e políticas públicas		
	Sistema de regras que orientam e estruturam as interações sociais		
	Compromisso na prestação de serviços públicos		

	Parcerias entre as associações e a prefeitura	Formação de parcerias entre os governos e com a sociedade	
	Busca por convênios, emendas		
	Parcerias entre secretarias municipais		
	Parceria entre Estado e município		
	Formação de parcerias público-privadas		
Dimensão Política Internacional	Parcerias com ONGs de atuação internacional	Cooperação com ONGs para preservação da sociobiodiversidade local	A dimensão política internacional é percebida por meio da cooperação internacional em parcerias entre as associações locais e ONGs de atuação internacional, como a Rare, para apoio na busca de recursos financeiros e transferência de conhecimentos para a preservação da sociobiodiversidade local e geração de renda.

Fonte: elaborado pela autora com base no alinhamento entre a pesquisa de campo e o referencial teórico de Sachs

A partir da sistematização dos dados, foi possível quantificar os resultados nas categorias de análise, destacando a frequência de incidência com que os temas ou elementos que as compõem são apontados. Dessa maneira, a análise quantitativa permitiu avaliar a diversidade de preocupações dos entrevistados em relação ao desenvolvimento, identificando possíveis áreas de maior preocupação e áreas que podem exigir maior atenção e intervenção, possibilitando o desenvolvimento de inferências e interpretações respaldados no referencial teórico. A frequência de segmentos codificados, bem como sua porcentagem relativa por categoria de análise, é apresentada na tabela 36.

Tabela 36 - Frequência de seguimentos codificados e porcentagem relativa por categoria de análise

Dimensões do Desenvolvimento Sustentável	**Segmentos codificados**	**% do Total**
Dimensão Social	122	33,98%
Dimensão Cultural	42	11,70%
Dimensão Ecológica	6	1,67%
Dimensão Ambiental	5	1,39%
Dimensão Territorial	60	16,71%
Dimensão Econômica	61	16,99%
Dimensão Política Nacional	60	16,71%
Dimensão Política Internacional	3	0,84%
TOTAL	**359**	**100,00%**

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Ao primeiro olhar, os resultados revelam uma distribuição variada dos segmentos codificados em relação às diferentes dimensões. A Dimensão Social emergiu como a mais abordada pelos participantes, com 122 segmentos codificados, representando 33,98% do total de referências à categoria. Isso sugere que os participantes atribuíram uma considerável importância às questões sociais no contexto do desenvolvimento sustentável, tais como saúde, educação, emprego e renda, dentre outros aspectos que compõem essa dimensão e que garantem que as pessoas tenham um melhor acesso a oportunidades e qualidade de vida e bem-estar social, tal como preconizado por Sachs.

Em seguida, a Dimensão Econômica também se mostrou relevante, com 61 segmentos codificados, correspondendo a 16,99% do total de referências, indicando que aspectos relacionados à economia local são componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável na percepção dos entrevistados.

As Dimensões Territorial e Política Nacional foram abordadas em proporções semelhantes, ambas com 60 segmentos codificados (16,71% do total cada). Isso sugere que os participantes reconhecem a importância da governança democrática e participativa, bem como de instituições eficazes para a promoção do desenvolvimento sustentável em nível local.

A Dimensão Cultural, embora citada em menor frequência que as anteriores, ainda sim apresentou um nível relevante de menções, com 42 segmentos codificados (11,70% do total), sugerindo que a preservação e promoção da cultura local, como parte integrante do desenvolvimento sustentável, é um fator importante para os entrevistados.

As Dimensões Ecológica e Ambiental apresentaram uma menor incidência de segmentos codificados, com 6 e 5, respectivamente, representando 1,67% e 1,39% do total. Apesar dessas dimensões refletirem a preocupação dos participantes com a preservação dos recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais no processo de desenvolvimento, os resultados sugerem que, embora essas questões sejam importantes, elas foram menos enfatizadas pelos participantes em comparação com as outras dimensões analisadas.

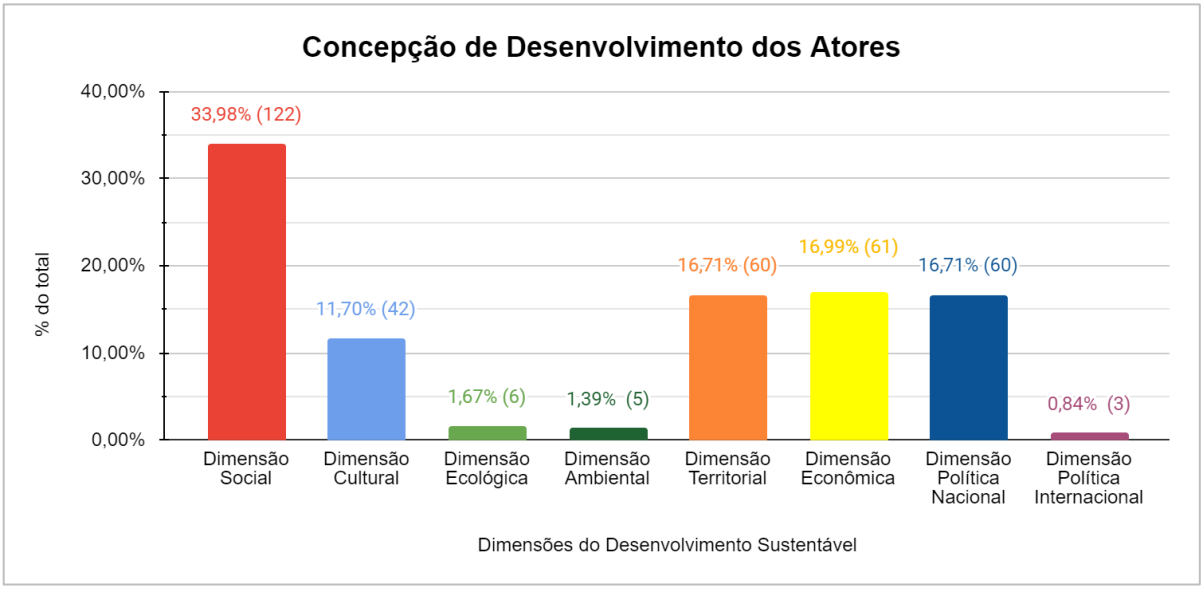
Refletindo sobre essa baixa incidência das dimensões ecológica e ambiental, pode-se sugerir que essas preocupações ainda não ocupam um espaço central nas concepções de desenvolvimento dos participantes, o que pode indicar uma percepção de que questões ambientais são secundárias ou distantes das necessidades imediatas da comunidade. Esse resultado convida a uma reflexão sobre como integrar essas preocupações no cotidiano local, talvez por meio de políticas públicas mais conectadas à realidade vivida pelos entrevistados.

Por fim, a Dimensão Política Internacional foi a menos abordada, com apenas 3 segmentos codificados, representando 0,84% do total indicando também uma menor ênfase dos

participantes na percepção da cooperação internacional como parte do processo de desenvolvimento sustentável local. Essa baixa incidência na dimensão política internacional sugere que os entrevistados não percebem claramente a relevância da cooperação global para o desenvolvimento sustentável local, o que pode ser explicado por uma visão mais centrada no nível comunitário e na gestão pública municipal. Isso aponta para a necessidade de ampliar a compreensão sobre os impactos positivos das parcerias internacionais e seu potencial para fortalecer iniciativas locais.

O gráfico 99, abaixo demonstra de forma mais clara essas proporções.

Gráfico 99 - Percentual relativo e total de segmentos codificados por categoria de análise (Dimensões)

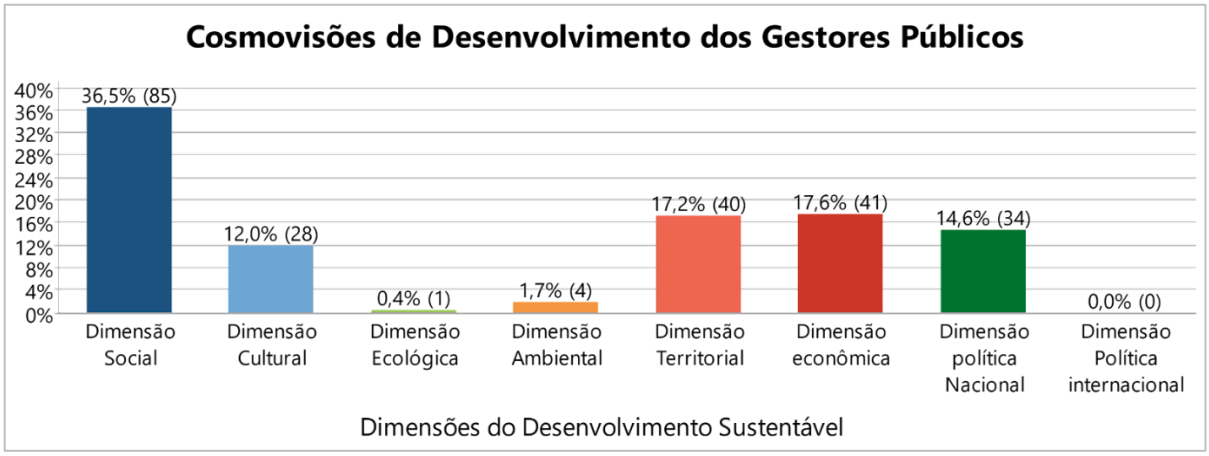


Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

De forma semelhante, foram analisadas as percepções de desenvolvimento dos entrevistados por grupo de atores (gestores públicos e representantes das associações), com objetivo de identificar padrões, divergências e ênfases particulares dentro desses grupos. O total de segmentos codificados em cada dimensão reflete as preocupações e prioridades mais salientes de cada um deles.

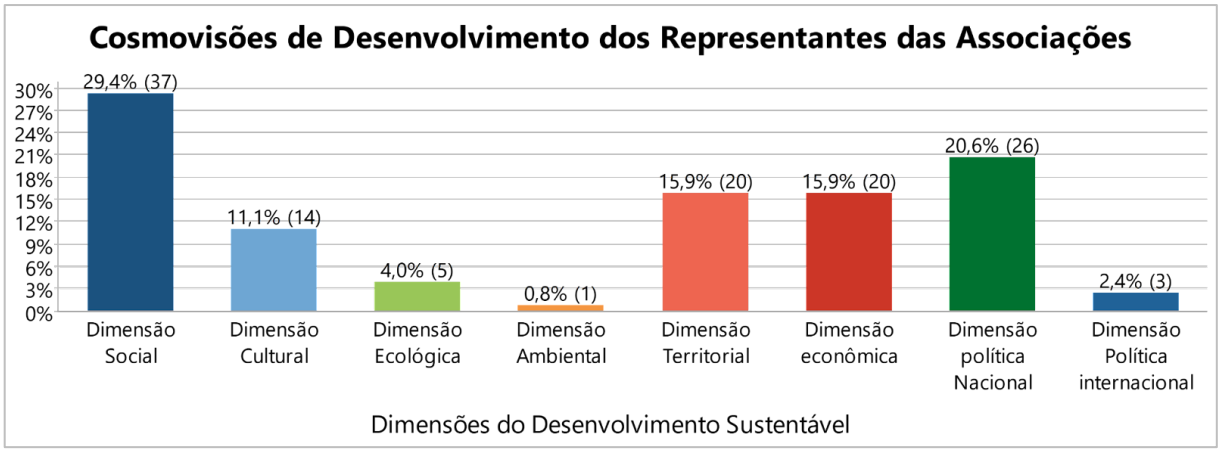
A visualização dessas distinções é apresentada nos gráficos 100 e 101, a seguir.

Gráfico 100 - Cosmovisão de desenvolvimento dos gestores públicos



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Gráfico 101 - Cosmovisão de desenvolvimento dos representantes das associações locais de agricultores familiares



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo

Como pôde-se constatar, os resultados revelam algumas distinções significativas nas percepções dos grupos sobre o desenvolvimento sustentável. A dimensão social emerge como a mais frequentemente mencionada por ambos os grupos, sendo os gestores municipais os que mais a enfatizaram, com uma incidência de 36,5% de referências aos componentes sociais do desenvolvimento, enquanto os representantes de associações evidenciaram uma proporção menor, com 29,4% de referência aos elementos que compõem esta dimensão.

Uma diferença notável é observada na percepção da dimensão política nacional, que recebeu uma incidência maior de referências nas falas dos presidentes das associações, totalizando 20,6%, enquanto no grupo dos gestores municipais essa dimensão foi classificada como a quarta mais referenciada, recebendo 14,3% das argumentações.

As referências à dimensão territorial e econômica do desenvolvimento apresentaram incidências semelhantes em ambos os grupos. No grupo dos gestores municipais, a dimensão

econômica foi citada em 17,6% dos segmentos codificados, enquanto a dimensão territorial alcançou 17,2%. Já no grupo dos representantes das associações, ambas as categorias receberam uma proporção relativamente menor, com 15,9% de excertos codificados cada.

A dimensão cultural do desenvolvimento teve ocorrências próximas em ambos os grupos, representando 12% no grupo dos gestores públicos e 11,7% entre os representantes das associações locais. Essa proximidade de incidências, sugere uma percepção compartilhada sobre a importância das tradições e valores culturais para o desenvolvimento sustentável. Isso reflete a relevância das práticas culturais locais como elementos de identidade e coesão social, valorizados tanto pelos gestores públicos quanto pelos representantes das associações.

Tanto no grupo de gestores quanto no grupo dos agricultores, as dimensões ecológica e ambiental receberam um menor grau de referência durante as entrevistas. No entanto, no grupo dos representantes das associações, a dimensão ecológica foi mais percebida, com 4,0% das ocorrências, enquanto a dimensão ambiental foi mais citada no grupo dos gestores, com 1,7% de incidência. As referências à dimensão política internacional só foram manifestadas no grupo de agricultores, representando 2,4% das ocorrências.

A maior incidência da dimensão ecológica entre os representantes das associações pode ser explicada pela natureza de suas atividades, que envolvem diretamente a gestão sustentável dos recursos naturais, como apicultura e agricultura familiar. Já a dimensão ambiental foi mais citada pelos gestores públicos, possivelmente devido à responsabilidade administrativa sobre políticas ambientais locais. A referência exclusiva à dimensão política internacional pelos agricultores está associada ao envolvimento da AUREM em projetos com ONGs internacionais, como a RARE, destacando uma conexão prática entre essa dimensão e suas atividades cotidianas.

Além de distinguir as percepções de desenvolvimento pelos diferentes grupos, também pôde-se detalhar as concepções de desenvolvimento por entrevistado individualmente, o que permitiu identificar padrões distintos de pensamentos e áreas de convergências, divergências, além de identificar as lacunas e ênfases particulares de acordo com a posição e perspectiva de cada participante.

A Tabela 37, a seguir, apresenta a matriz de codificação que detalha a frequência de referências aos elementos e temas de cada dimensão do desenvolvimento sustentável, codificados por grupos de atores e entrevistados dentro desses grupos. Essa matriz não apenas destaca as áreas de maior ênfase, mas também diferencia as incidências por gradação de cores, indo das menos frequentes (tonalidades mais frias) às mais frequentes (tonalidades mais quentes), proporcionando uma visualização clara das prioridades de cada grupo e ator.

Tabela 37 - Matriz de codificação - Frequência de referências aos temas de cada dimensão codificados por ator

Cosmovisão de Desenvolvimento dos Atores Sociais									
Grupos de Atores Sociais	**Entrevistados**	**Dimensão Social**	**Dimensão Cultural**	**Dimensão Ecológica**	**Dimensão Ambiental**	**Dimensão Territorial**	**Dimensão Econômica**	**Dimensão Política Nacional**	**Dimensão Política Internacional**
Gestores Públicos	**SEMAGRI**	15	3	0	0	4	7	6	0
	SEMED	5	1	1	0	8	9	4	0
	SEMAD	21	1	0	0	6	6	3	0
	SEFIN	24	7	0	2	10	6	8	0
	SEMMA	5	0	0	0	3	6	6	0
	Vice-prefeito	6	8	0	1	2	2	2	0
	EMATER-PA	9	8	0	1	7	5	6	0
Representantes de Associações de Agricultores Locais	**AMJ**	16	11	0	0	6	8	5	0
	APISAN	14	2	1	0	3	8	6	0
	AUREMC-MG	2	0	3	1	6	3	11	3
	APPRSAT	5	1	1	0	5	1	3	0
Total de Segmentos codificados		122	42	6	5	60	61	60	3

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

A partir dos resultados apresentados na matriz de codificação (tabela 36), pode-se observar que além da ênfase maior nos aspectos sociais, econômicos, territoriais e políticos (nacionais), também há uma percepção compartilhada da importância desses aspectos para o desenvolvimento local, uma vez que foram citadas referências à estas categorias por todos os entrevistados.

Constatou-se que os gestores municipais, especialmente os secretários ligados à SEFIN, SEMAD e SEMAGRI, demonstraram uma preocupação significativa com aspectos sociais do desenvolvimento, com 25, 21, e 15 referências às componentes dessa categoria, cada. Entre os representantes das associações, observa-se um foco semelhante, com destaque para os presidentes da AMJ (com 16) e APISAN (com 14), que também valorizam a melhoria das condições de vida e acesso a serviços sociais como fator preponderante.

Isso reflete um consenso sobre a necessidade de promover um desenvolvimento que beneficie toda a população, bem como a percepção compartilhada de que o desenvolvimento deve ser centrado nas pessoas, no desenvolvimento de suas capacidades e na eliminação de privações que condicionam os indivíduos em suas escolhas e liberdades.

Nos resultados apresentados para a dimensão cultural, foi apresentada uma ênfase forte em particular pela presidente da AMJ. Entre os gestores públicos, apesar de menos frequente, ainda há referências significativas aos aspectos culturais do desenvolvimento, especialmente apontados pelo representante local da EMATER-PA, pelo vice-prefeito e pelo secretário de

finanças do município.

Demonstraram preocupações com os aspectos ecológicos ou ambientais, apenas os presidentes das associações dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré-Mato Grosso (AUREMC-MG) e dos Pequenos Produtores Rurais do Santo Antônio dos Trombetas (APPRSAT), os gestores das secretarias municipal de finanças e de educação, além do vice-prefeito e do chefe do escritório local da Emater-PA.

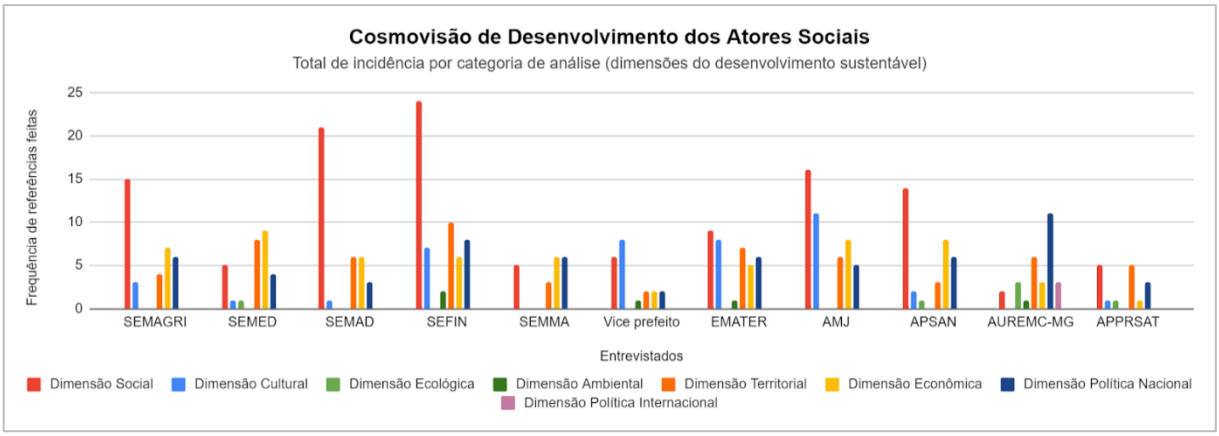
Como observado, em ambos os grupos (gestores e associações), a importância tanto da organização territorial, quanto dos aspectos econômicos para o desenvolvimento foi destacada por todos os entrevistados. Entretanto, sob o ponto de vista dos territorial, apresentou-se com maior frequência referências feitas pelos secretários de finanças, educação e pelo representante da EMATER-PA, respectivamente, enquanto que, sob a ótica econômica, essa percepção foi mais frequentemente evidenciada pela secretária de educação, seguida pelos presidentes da AMJ e APISAN e secretário de agricultura.

Na dimensão política nacional, também houve uma convergência de perspectivas ao serem destacados por todos os participantes algum dos aspectos que compõem essa categoria. Entretanto, o presidente da Associação dos Usuários da Resex (AUREMC-MG) foi o que demonstrou maior interesse e engajamento em questões de política nacional.

No âmbito da dimensão política internacional, o presidente da AUREMC-MG, também foi o único a fazer alguma alusão ao tema.

O gráfico 102 a seguir traduz com maior clareza essa relação.

Gráfico 102 - Cosmovisão de desenvolvimento dos tomadores de decisão por ator



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (entrevista)

Como visto, a análise quantitativa dos segmentos codificados em cada dimensão proporcionou uma visão panorâmica das percepções dos atores em relação ao desenvolvimento

local sustentável nas diversas áreas. No entanto, para uma compreensão mais contextualizada e abrangente, é necessário explorar individualmente cada categoria, como se encaminha nas próximas seções.

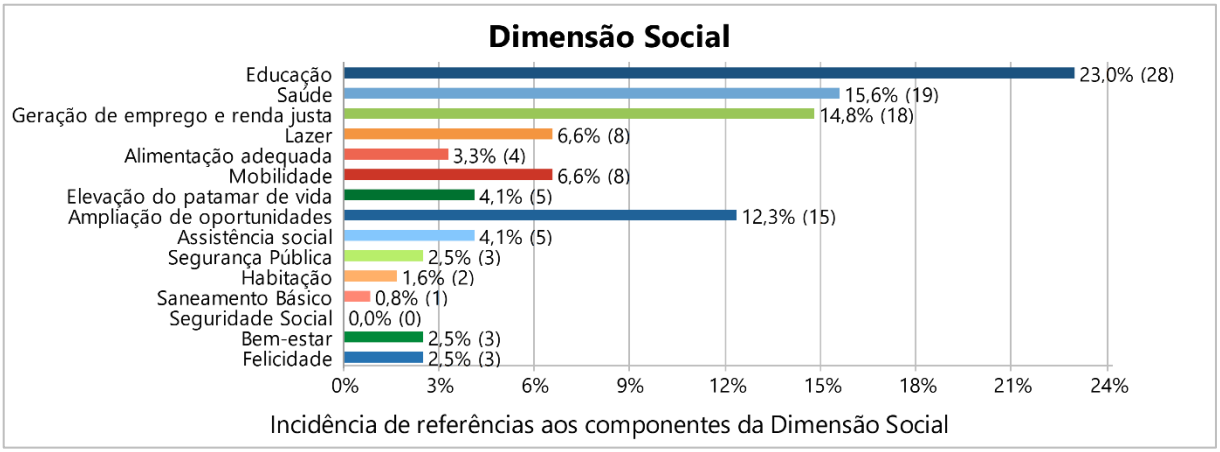
4.3.1 Dimensão Social

Para Sachs (2008), o desenvolvimento é um fenômeno multidimensional e os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). A sustentabilidade social para ele é o aspecto mais importante para o desenvolvimento, pois é a própria finalidade do desenvolvimento. A importância dessa dimensão de acordo com Sachs (2008) se dá tanto por motivos intrínsecos quanto instrumentais, argumentando que é fundamental abordar as questões sociais pela perspectiva de disrupção social em muitas regiões problemáticas do mundo.

Assim, a dimensão busca aprimorar a qualidade de vida da população, valorizando a redução das disparidades sociais e garantindo uma distribuição equitativa de renda, emprego pleno e/ou autônomo e qualidade de vida adequada.

Convergindo com os pressupostos teóricos, no que se refere à dimensão social, todos os entrevistados convergem ao mencionar a melhoria nas condições sociais como fator preponderante e fundamental para o alcance do desenvolvimento. Eles destacam principalmente os aspectos relacionados ao acesso e expansão de serviços de educação nos mais diversos níveis, do atendimento às questões de saúde, acompanhado da geração de emprego e renda justa, alimentação adequada, acesso aos serviços públicos de qualidade como mobilidade, assistência social, segurança pública, habitação, saneamento básico, com vistas também à ampliação das oportunidades e capacidades criativas e de uma elevação do patamar de vida, como demonstra o gráfico 103, a baixo:

Gráfico 103 - Referências aos Componentes Sociais do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas aplicadas

Como apresentado no gráfico 103, os entrevistados apontaram em maior frequência, a importância fundamental da educação para o desenvolvimento humano e social. Eles destacam que o investimento na educação é essencial em várias esferas, incluindo aspectos sociais, ambientais e econômicos. Para eles, a educação é o caminho para um mundo melhor, sendo o conhecimento o fator primordial para a mudança das pessoas, capaz de impulsionar a sociedade e promover mudanças positivas.

Além disso, enfatizam que o conhecimento é essencial para o desenvolvimento em diferentes áreas, como agricultura e apicultura, e que a educação é a base para o aprendizado e o progresso humano. Do contrário, o desenvolvimento humano ficaria comprometido, como destacado, nas falas de alguns dos entrevistados:

> [...] eu acredito que seja até comum, educação. É necessário que se invista na educação nas mais variadas esferas, né, na parte social, na parte ambiental. Enfim, é necessário que haja investimento na educação de um modo geral. (Entrevistado 5 - SEMMA)
>
> [...] e eu penso ainda que para se tornar para fazer um mundo melhor, ainda é através da educação. (Entrevistado 2 - SEMED)
>
> [...] Então, acredito assim, que a educação é o carro chefe também pra alavancar essa sociedade que vivemos. (Entrevistado 3 - SEMAD)
>
> [...] eu parto, digamos, parto do princípio que diz que a educação é a base de tudo, entendeu? [...] se você tem educação, você não vai, "ah, eu vou pichar essa parede aqui", sabendo que ela está limpa, "vou pichar, ela tudinho", entendeu? Se você tem educação, o seu filho vai ter a grande, digamos, a possibilidade bem maior também de ser um rapaz educado, entendeu? Então eu parto do princípio de que a educação é a base de tudo. (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)
>
> [...] porque é importante a gente ter educação. Muito importante a educação. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)
>
> [...] A mudança na questão também de aprendizado, porque hoje nós precisamos de conhecimento. E eu preciso frisar aqui para você, que trabalhar na área da agricultura e especificamente, na área da apicultura, você precisa ter um conhecimento. Então, o desenvolvimento, em geral seria, né, nesse módulo específico, na questão também da educação. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)
>
> [...] ter uma boa educação, né, com certeza isso. Se não tiver educação, não vai ter desenvolvimento humano, né, porque tudo vem de que tem uma boa educação né. Do aprendizado. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Para eles, o desenvolvimento está diretamente ligado à capacidade das pessoas de receberem uma educação adequada e de qualidade, com oportunidades, dentre outras, de cursar uma faculdade ou cursos técnicos. Mas sobretudo ressaltam a importância de se ter escolas públicas de qualidade componentes essenciais para o desenvolvimento, com destaque também

para a valorização e reconhecimento dos profissionais de ensino, como percebido em diversos fragmentos:

> [...] Já poder fazer uma faculdade, já poder fazer um curso técnico, que hoje o SENAR tem inúmeros. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] (que o governo) dê condições para isto, para estudar numa universidade, entendeu, eu acredito que essa seria a minha concepção de desenvolvimento. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] uma educação digna para as pessoas, com escolas de qualidade, com professores bem remunerados. (Entrevistado 4 - SEFIN)

O vice-prefeito menciona em um trecho que a chegada de uma turma da Universidade (do curso de Graduação em Licenciatura plena em Letras-Português da UEPA) ao município é um exemplo tangível de progresso e evolução, altamente benéfico para a comunidade local. Ele destaca a importância da educação como base para o desenvolvimento, enfatizando que o conhecimento é fundamental para mudar as pessoas e, consequentemente, o mundo, em suas palavras:

> [...] então, em questão de desenvolvimento, um exemplo, como eu falei anteriormente, de que a gente está andando para frente. De que a gente está evoluindo. De que a gente está, sabe, aos poucos caminhando em relação ao nosso objetivo, é, digamos, a turma da UEPA, que a gente já vai ter no município, entendeu? É um exemplo! É algo que a gente, digamos… é algo novo pra gente! Novo e muito benéfico! Como eu falei anteriormente, a educação é a base de tudo, entendeu? Talvez muita gente vá dizer, "Ah, mas tem muita gente que vai fazer essa faculdade e não vai nem depois exercer a função", entendeu, mas o conhecimento é fundamental. O conhecimento muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo. (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

No âmbito da saúde, a maior parte dos entrevistados destacam como elementos essenciais para o desenvolvimento, principalmente a necessidade de acesso a serviços públicos de saúde de qualidade e adequados, como de se ter hospitais e unidades básicas de saúde, dentro do próprio município e de se promover uma saúde de qualidade, com a presença de médicos e enfermeiros especializados. Além disso, ressaltam a importância da seriedade e do cuidado com a saúde dentro do município, como pontuado pela secretária de administração e pelos secretários de finanças e de meio ambiente:

> [...] um hospital bom, um hospital mesmo que possa favorecer nós daqui do nosso município, não quando tiver doente ir para outras localidades, como assim Capanema teve. [...] só de poder ter uma unidade básica boa pra ti, chegar lá, ser bem atendida, as pessoas atender bem a gente (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] promovendo uma saúde de qualidade, com médicos como enfermeiro, com especialista (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] que a saúde seja levada de maneira séria dentro do município (Entrevistado 5 - SEMMA)

Para os entrevistados, o desenvolvimento humano está intimamente ligado à capacidade de atender às necessidades básicas, como alimentação adequada, do lazer e de manter uma vida equilibrada. Eles enfatizam que o desenvolvimento inclui não apenas a saúde física, mas também o bem-estar psicológico e espiritual, aspectos fundamentais para uma vida tranquila e saudável, como expressos pelos presidentes das associações APISAN, APPRSAT, pela secretária de educação e pelo secretário de agricultura.

> Então, com certeza, essa parte do desenvolvimento, é você realmente poder, não só cada um, mas a maioria, poder se manter, se subsidiar no caso das suas necessidades básicas, que é a alimentação, essas coisas assim… a saúde e tudo mais. Mais ou menos isso. [...] você precisa do lazer, da questão psicológica (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] é questão de você poder ter uma vida mais tranquila, saudável, né, uma vida, é, com o psicológico controlado, porque temos problemas psicológicos… muitos problemas psicológicos. É de você ter realmente uma vida tranquila. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

> [...] porque se a gente não tiver bem psicologicamente, não tem como a gente crescer. Então a gente necessita estar bem, não deixar... porque às vezes o ser humano está em uma série de dificuldades, né, às vezes por uma questão ou outra, ele pode ser prejudicado, assim, psicologicamente. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

> O espiritual é fundamental. Fundamental isso. Se você não tiver espiritualidade, dificilmente você vai desenvolver algo na sua vida primeiro. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

> O desenvolvimento seria, é, estar tipo em uma harmonia, entendeu? Uma Harmonia, como posso dizer… a parte do meu físico com o meu humano, né? (Entrevistado 2 - SEMED)

Sachs (2008) argumenta que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, não apenas por seu valor intrínseco, mas também por suas contribuições para o despertar cultural, a conscientização dos direitos humanos e a capacitação das pessoas. No entanto, ele ressalta que a educação, embora seja necessária para o acesso ao emprego, não é suficiente para garantir um trabalho decente.

Da mesma forma como aborda que apesar do acesso à serviços de saúde ser muito importante, ele faz parte de um objetivo maior, de melhorar a vida das pessoas, o que depende de uma alimentação adequada, acesso à água potável, melhoria das condições de moradia, trabalho e medidas preventivas como a vacinação.

Nesse sentido, ele destaca a necessidade de políticas de desenvolvimento abrangentes, indo além da educação, para abordar questões como desemprego, trabalho infantil, saúde,

habitação e serviços públicos. Um pensamento que se aproxima bastante desses princípios do secretário de finanças quando ele diz que:

> Eu acredito que o desenvolvimento local, na esfera do nosso município, que é um município de… pequeno de 6.000 habitantes, seria onde as pessoas tivessem acesso às políticas públicas como saúde, educação e mecanismo para exercer seu trabalho. Que esse trabalho gere renda, seja ele em qual área de trabalho for. Seja ele na agricultura, seja ele num... nos rios pescando. Seja em qual área de trabalho for. (Entrevistado 4 - SEFIN)

Em um outro trecho ele ressalta:

> Acho que o desenvolvimento social né, não falando do desenvolvimento individual… A minha concepção é que quando todo mundo tiver acesso às três refeições e uma qualidade de vida estável, em que se tenha uma saúde… que tenha acesso à saúde pública de qualidade, acesso uma educação pública numa escola boa, um professor bem remunerado. E que se tenha... que o estado dê condições para você consiga dar seu primeiro passo numa produção ou de… que dê condições para isto, para estudar numa universidade, entendeu, eu acredito que essa seria a minha concepção de desenvolvimento (Entrevistado 4 - SEFIN).

O que também converge com os pensamentos dos presidentes da AMJ que destaca ainda a importância do acesso ao emprego e renda como um indicador de desenvolvimento.

> É quando podem se desenvolver com relação à saúde, à educação, o próprio emprego, né, ter renda. Então isso gera um desenvolvimento. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Sob esse aspecto, Sachs (2008), fala que a melhor forma de se assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico é através do acesso pleno ao emprego ou auto-emprego, sendo um objetivo supremo, isso converge com o pensamento dos entrevistados ao apontarem que o desenvolvimento está intimamente ligado à disponibilidade de empregos na comunidade, especialmente em municípios pequenos, como Santarém Novo.

Eles destacam os investimentos públicos em obras e infraestrutura como forma de gerar empregos diretos e indiretos para a população local, bem como pela promoção de concursos públicos e da contratação temporária, como destacado por exemplo na fala da secretária de administração e do secretário de agricultura:

> [...] então o desenvolvimento na minha visão, é através de empregos. É nosso município é pequeno, e o que nós temos de desenvolvimento aqui, através dos órgãos públicos, principalmente da prefeitura, né. Então o nosso governante, daqui, do município, nosso gestor, ele tenta fazer que com obras, através das obras do município, que a gente possa dar um pouco de emprego para essas pessoas que não têm emprego

> aqui, porque o emprego aqui no nosso município geralmente só é através de prefeitura municipal. Acredito que seja assim, né? [...] mas eu acredito assim, que através da gestão, com obras é que já estamos dois anos praticamente na gestão do governo do Thiago Pimentel e ele abriu essa porta, porque nós temos através dessas empresas que vem pro município pra fazer quadras, escolas, reformas… abriu esse… esse leque de oportunidade para essas pessoas (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] também tem a prefeitura como forma também de se trazer esse desenvolvimento na questão do concurso público, na questão da contratação [..] (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Além disso, ressaltam a importância da chegada de empresas e indústrias de agronegócio ao município como uma forma de proporcionar oportunidades de emprego. Para eles, a geração de empregos não apenas promove o desenvolvimento econômico, mas também contribui para o bem-estar social das famílias e para o crescimento sustentável da comunidade.

> [...] O desenvolvimento local, na minha opinião, ele vinha através das questões das pequenas empresas. No caso do nosso município tem o comércio, tem algumas empresas de construção [...] Hoje eu verifico que Santarém Novo já foi contemplado como uma empresa mais ou menos desse nível que é aqui no Jutaí Grande, a empresa de dendê, onde está contratando muita gente para trabalhar lá. Isso também é uma forma de desenvolvimento local e um exemplo que podemos trazer para o município. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
> [...] E tem também a entrada de uma empresa que gerou emprego para o município, não tem muito a ver com a prefeitura, mas aí a prefeitura começa a buscar parceria para que essa empresa se mantenha e gere empregos. Que você gerando empregos no município, você gera o dinheiro no município e o dinheiro circula no município. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] uma empresa que veio aqui para o município e ela gerou muito emprego para o para os munícipes daqui (Entrevistado 3 - SEMAD)

O chefe local da Emater-PA, também salienta o papel da produção agrícola familiar como uma fonte potencial de renda e empregos autônomos, para os produtores rurais, enfatizando a importância de promover o desenvolvimento de cada produtor, de forma que eles além de diversificar suas fontes de renda, também se tornem capazes de gerar empregos no meio rural e estimular outros a desenvolver suas próprias atividades agrícolas. O objetivo é que cada produtor possa eventualmente sair do contexto de empregado para se tornar um empreendedor rural, impulsionando o desenvolvimento nas comunidades rurais.

> [...] a gente espera que um dia, a gente consiga chegar em qualquer produtor rural, independente do seu porte, mas especialmente pro pequeno, em que ele possa dizer, hoje eu tenho minha renda principal oriunda de atividade agropecuária. Mas com relação à questão, do produtor que eu espero chegar um dia a fazer esse atendimento e vê-lo produzir para ganhar dinheiro ao ponto de ele dizer que a renda principal dele é dessa atividade. [...] imagina se cada produtor hoje de Santarém, novo, além de ter o seu desenvolvimento próprio, ele promover uma contratação. Um emprego no meio rural. Então isso aí vai ajudar tanto o empregado dele, não é, porque ele muitas vezes ainda não tem o dom daquela atividade, mas quando ele aprender, pode ter certeza

> que ele vai sair daquele contexto de empregado para desenvolver a atividade própria dele. E aí é quando a gente começa a ver o movimento nas comunidades rurais. (Entrevistado 7 - EMATER)

Para além desses elementos, os entrevistados destacam a importância dos elementos de segurança pública (pelas secretárias de educação e administração), habitação (pelo presidente da Associação dos Apicultores), saneamento básico (pelo secretário de finanças) e assistência social (pela secretária de administração). Eles enfatizam a necessidade de políticas públicas eficazes nessas áreas para garantir um ambiente seguro, acesso adequado à moradia, serviços de saneamento básico e assistência social para aqueles que mais precisam.

Conforme Sachs (2008), o desenvolvimento tem como pretensão habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da autorealização e da felicidade. E isso se faz, segundo ele por meio da maximização das oportunidades, ao mesmo passo em que cria simultaneamente, um ambiente de convivência e condições para a produção de meios de existência viáveis.

Assim, suprindo as necessidades materiais básicas da vida, dentre eles comida, moradia, vestuário nos mais diversos cenários, como famílias, parentela, redes, comunidades. O que também está em consonância com a abordagem das capacitações de Sen (2000), que consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas, ampliando a liberdade de exercerem seu papel enquanto agente de mudanças e de desenvolvimento.

Convergindo com esse pensamento, diversos entrevistados tais como secretários municipais de educação, de administração, de finanças, o vice-prefeito e o representante da Emater-PA, sinalizam a ampliação de oportunidades, capacidades e potencialidades como fator importante para o desenvolvimento local. Eles enfatizam que o acesso a oportunidades de capacitação, treinamento e educação é fundamental para que a população possa desenvolver suas habilidades e empreender, como pode-se recortar de diversos trechos de suas falas:

> [...] Olha, eu acredito que é através de oportunidades. (Entrevistado 2 - SEMED)

> [...] Então eu digo assim, que falta mais a população, a gente... a gente trabalhar a população para que ela possa mesmo trabalhar esse lado (do empreendedorismo) para que possam fazer assim, desenvolver, desenvolver melhor o nosso município, porque nós não vemos aqui. Poucas pessoas vêm de fora investir no nosso município, enquanto, nós temos pessoas, assim capacitada para fazer um bom desenvolvimento do próprio município. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] Então, muitas vezes, o que o produtor mais precisa é do incentivo. (Entrevistado 7 - EMATER)

Além disso, ressaltam a necessidade de políticas públicas que incentivem e apoiem iniciativas locais, como cursos de capacitação profissional e programas de empreendedorismo. Para eles, o desenvolvimento se dá quando as pessoas têm a liberdade e os recursos necessários para buscar melhorias em suas vidas e comunidades.

> [...] Acredito que tem algumas medidas, ou vira e mexe, o Sebrae está aqui no município que eu acho que é um grande mecanismo. Como eu falei, aquela questão do... da assessoria contábil. A questão do Sebrae é importante, porque o Sebrae, ele mostra os caminhos pros agricultores, mas ainda acho que é muito pouco ainda. Acho que a gente pode fazer mais nesse sentido. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] É aquela coisa da gente… como diz aquele ditado, não é você dar o peixe, é você ensinar o pai, a mãe de família, a pescar, entendeu? Para que ele tenha, digamos, essa liberdade, essa autonomia, né, para, digamos, seguir o próprio caminho de fazer aquilo. Ou seja, com isso ele fazendo o trabalho dele, tendo esse apoio para fazer o trabalho dele, todo mundo tem a ganhar com isso (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

A presidente da AMJ destaca que o desenvolvimento local ocorre quando as pessoas se sentem confiantes e empoderadas em suas comunidades. Ela acredita que quando os indivíduos se sentem capacitados e seguros em relação ao seu potencial, eles estão mais inclinados a buscar melhorias e oportunidades:

> [...] é no modo geral, porque se ali em uma comunidade, naquela localidade se tem, né, essa confiança, até do empoderamento [...] se tem isso, nós temos pessoas muito mais desenvolvidas, pessoas que vão em busca de melhorias, que vão ali estar mais seguras daquilo que eles querem, porque não são pessoas que já vão se considerar oprimidas ou escondidas ou até mesmo esquecidas, né? Então o desenvolvimento local, eu acredito, né, que pra mim, se dá quando as pessoas não têm esse medo.

> [...] é quando elas conseguem ter perspectivas de melhorias, né, através do seu próprio trabalho. Daquilo que ela faz, daquilo que ela tem na sua comunidade [...] pra que essas pessoas tenham isso, né, tenham essa possibilidade, a visão de futuro, a visão de uma melhoria. E não ficar é, digamos, a mercê de qualquer coisa, do que "o que vim é lucro", não! (Entrevistado 8 - Presidente da AM)

Ela enfatiza que o verdadeiro desenvolvimento é alcançado quando as pessoas têm liberdade para sonhar, concretizar esses sonhos e alcançar suas metas, indo além do lucro imediato para construir um futuro sustentável e próspero para todos. Em suas palavras:

> [...] O desenvolvimento se dá quando a pessoa pode sonhar, pode concretizar e pode realizar este sonho, essas perspectivas de abrir os horizontes. Acredito que é mais nesse sentido. (Entrevistado 8 - Presidente da AM)

Alguns entrevistados expressam a visão de que o desenvolvimento está ligado ao progresso e à melhoria das condições de vida, dentre eles os presidentes da APPRSAT e APISAN, e os secretários de agricultura, administração e meio ambiente. Esses atores veem o

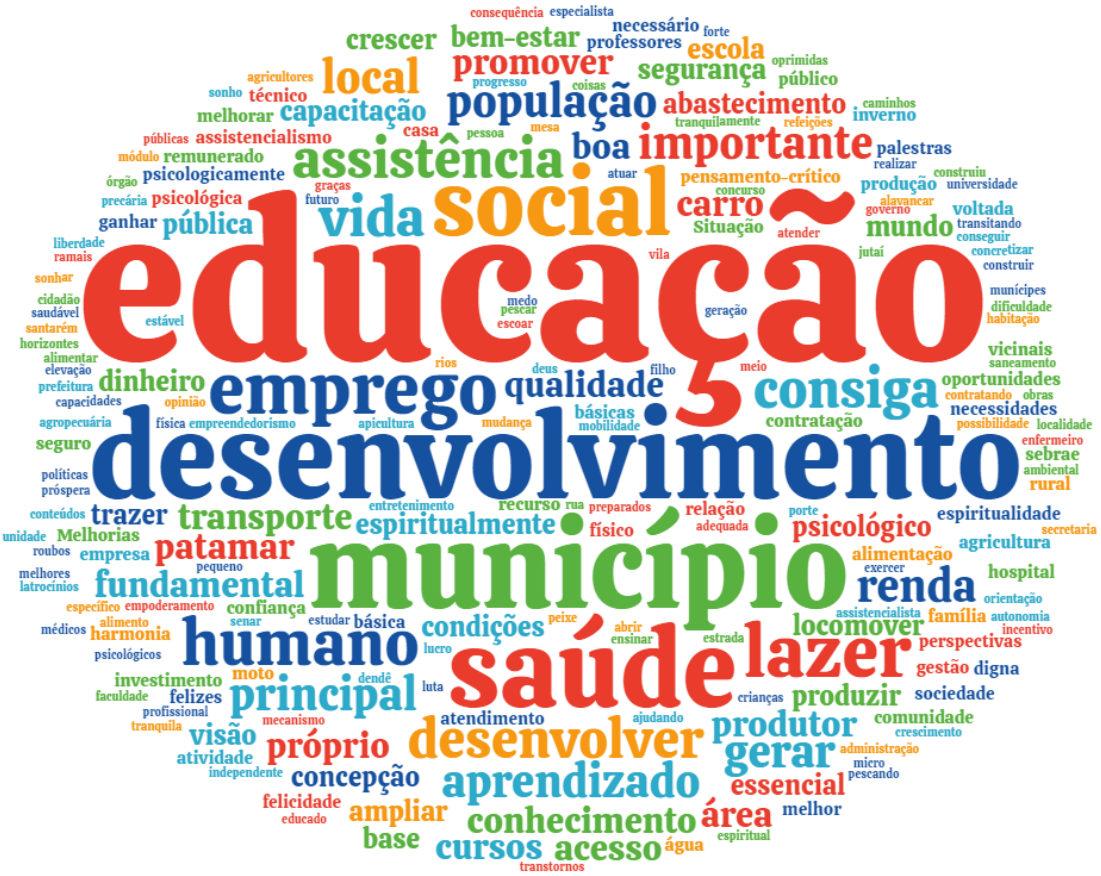
desenvolvimento como a capacidade de sair de uma situação precária para uma melhor, caracterizando-o como sinônimo de crescimento, o que envolveria progressão do patamar de vida.

Outros, porém, como a secretária de administração, a presidente da AMJ e o chefe do escritório local, também expressaram a ideia de que o desenvolvimento estava intrinsecamente ligado ao bem-estar subjetivo, ao sentimento de felicidade, o que sugere uma abordagem de desenvolvimento que transcende questões tradicionais, em termos de indicadores econômicos e sociais como medidas de progresso.

> [...] mas eu acredito assim, que seria só das pessoas serem felizes, já é um desenvolvimento. (Entrevistado 3 - SEMAD)
>
> [...] é porque a gente vê, é... Pessoas que têm tudo isso (saúde, educação e renda), né e não se consegue, não se tem um desenvolvimento, porque não são felizes (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)
>
> [...] então eu acho que a Felicidade ela é consequência principal do desenvolvimento. (Entrevistado 7 - EMATER)

De forma concisa, as palavras-chave mencionadas pelos entrevistados sobre a dimensão social do desenvolvimento podem ser ilustradas por meio de uma nuvem de palavras, destacando, dentre outras, as palavras: “ educação”, “desenvolvimento”, “município”, “emprego”, “saúde”, “lazer”, “social”, “assistência”, “humano”, “vida”, “desenvolver”, “renda”, “consiga”, “qualidade”, “aprendizado”, “população”, “consiga”, “local”, “promover”, “transporte”, “importante” “produtor”, “gerar”, conforme apresentado na Figura 136, a seguir.

Figura 134 - Nuvem de palavras temática (Dimensão Social)



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.2 Dimensão Cultural

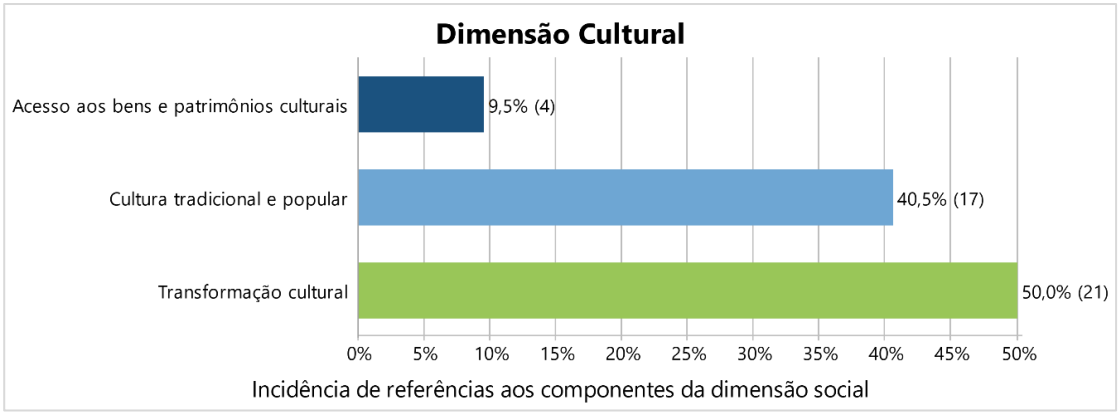
A dimensão cultural, no contexto do desenvolvimento sustentável, se refere à maneira como as tradições culturais de uma sociedade são equilibradas com a busca por inovação, permitindo que a comunidade preserve sua identidade enquanto incorpora novas ideias e tecnologias que promovam o avanço social e econômico. Isso envolve não só o respeito às raízes culturais de uma comunidade, mas também a capacidade de criar estratégias de desenvolvimento que sejam próprias e adaptadas à realidade local, promovendo a autoconfiança e a abertura para interações com outras culturas e perspectivas externas. Nesse sentido, a autonomia na formulação de um projeto nacional endógeno é essencial, evitando a simples imitação de modelos estrangeiros e promovendo uma autoconfiança que seja compatível com uma postura aberta ao diálogo e à colaboração com outras culturas e sociedades.

Para Sachs (2009), a sustentabilidade cultural é um “corolário” da sustentabilidade social. Logo, pressupõe-se que a cultura desempenha um papel fundamental na determinação

das condições sociais de uma comunidade, influenciando e sendo influenciada pelas relações sociais, pelo modo como as pessoas vivem e se relacionam. Em outras palavras, ela seria uma expansão da dimensão social, uma vez que as práticas culturais, valores, crenças e tradições de uma sociedade desempenham um papel importante na definição da qualidade de vida e bem-estar social de uma comunidade.

Dos dados coletados, emergem importantes elementos que evidenciam a relevância da cultura no contexto do desenvolvimento, os quais foram agrupados em três principais unidades de contexto: acesso aos bens e patrimônios culturais, cultura popular e tradicional, e transformação cultural. A quantificação dos segmentos codificados em casa um desses contexto pode ser observado a partir do gráfico 104, a seguir.

Gráfico 104 - Contextos abordados da Dimensão Cultural



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

O acesso aos bens e patrimônios culturais representou 9,5% dos segmentos codificados. Os aspectos destacados dentro desse contexto envolveram a valorização do acesso à cultura (3 segmentos codificados), sendo mencionada pelos secretários municipais de agricultura e finanças, bem como a menção ao turismo citado pelo secretário de agricultura, evidenciando a importância do patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento local.

Já a cultura popular e tradicional emergiu como um ponto crucial nas percepções dos entrevistados, representando 40,5% dos segmentos codificados. Aspectos como a valorização dos saberes tradicionais foram destacados pelo o secretário de finanças ao mencionar o papel fundamental do “conhecimento de vida” na construção do conhecimento e na promoção da qualidade de vida, destacando ainda a sua importância no âmbito da saúde, a partir do uso de plantas medicinais para a produção de fármacos, por exemplo.

> O conhecimento de vida, ele é muito mais importante às vezes do que um conhecimento da esfera acadêmica. E isso, até trabalhos acadêmicos mostram isso, o quanto o conhecimento popular melhora a qualidade de vida, é, fabrica fármacos, entre outras coisas. O quanto a sabedoria popular é importante para o conhecimento que se constrói. (Entrevistado 4 - SEFIN)

Além disso, a religião, as crenças e a fé foram apontadas por diversos entrevistados, como o secretário de finanças, o vice-prefeito e os presidentes da AMJ e APPRSAT, como elementos significativos do ambiente cultural, influenciando valores e comportamentos.

Conforme Berger (2013), a religião emerge como um componente cultural que confere um *status* ontológico de permanente validade à realidade social. Ela se situa em um quadro de referência além do mundo, considerado sagrado, eterno e aparentemente imutável, onde o organismo humano se reproduz por meio de um processo de interação entre fatores biológicos e culturais que influenciam seu comportamento.

Também foram mencionados tanto pelo o vice-prefeito quanto pela presidente da AMJ a importância de princípios e valores éticos, morais e solidários como alicerce para a coesão social e o fortalecimento dos laços comunitários, muitas vezes associados por eles aos ensinamentos cristãos. Segundo os entrevistados, os elementos religiosos têm um papel significativo na transformação de valores e comportamentos essenciais para a convivência em sociedade, como evidenciado pela presidente da AMJ:

> [...] Eu acredito nisso, que a própria religião, ela nos remete a isso (valores éticos, solidários), né? Porque às vezes nós nos afastamos, nós saímos dali, e ali é onde nos dá esse choque de realidade, onde nos ensina que eu devo ter respeito, devo ter amor, devo ter ali, com o próximo, compaixão no que ele está sofrendo, porque esse é o desenvolvimento social, né? Acredito sim, que nos leva a isso. Porquê? Eu falo isso porque eu me considero como eu disse, né, cristã, então a religião me remete a isso, à minha mudança. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, *grifo nosso*)

Outro elemento relevante nesse contexto, é a valorização das manifestações culturais, salientado nas falas da secretária de educação e do secretário de finanças ao citar a arte, a música, como aspectos importantes que permeiam a vida cotidiana das comunidades locais. Além disso, as brincadeiras de ruas e as atividades ao ar livre como os banhos de rios também são mencionados, como exemplificado pelo secretário de agricultura, remetendo-se a uma época em que estas práticas eram mais comuns:

> [...] antes você via criança na rua brincando de peteca, brincando de papagaio, [...]. Ia pro rio. Hoje não tem mais! Só lá no interior, do interior, do interior. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Por outro lado, a secretária de administração destaca a relevância de se considerar os hábitos e costumes locais, como o assistencialismo, na formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal:

> [...] É o assistencialismo, porque o nosso município ele é assistencialista. Então a gente ainda vê muito assim, pessoas que vão lá atrás de alguma coisa para si, porque a cultura foi feita desse… né, desse assistencialismo. Então eu acredito que pra dar certo, um desenvolvimento, principalmente numa gestão, é assistencialismo. (Entrevistado 3 - SEMAD)

Importante salientar, que, a fala da secretária de Administração, ao associar o "assistencialismo" como uma estratégia para o desenvolvimento municipal, aponta para uma prática recorrente em contextos onde as demandas imediatas da população são atendidas sem um comprometimento real com a transformação estrutural e sustentável da sociedade. A assistência voltada para a urgência das necessidades, como por exemplo, ajuda com alimentos, medicamentos ou transporte, muitas vezes é vista como um paliativo, que, embora essencial em momentos de crise, não se traduz em uma mudança permanente nas condições de vida da população.

O assistencialismo, nesse sentido, pode criar um ciclo vicioso, onde a dependência de ações imediatas se perpetua sem o fortalecimento das capacidades locais e sem o desenvolvimento de uma autonomia duradoura. O foco em respostas rápidas e pontuais, muitas vezes motivado por interesses político-partidários, desvia a atenção da necessidade de promover estratégias de desenvolvimento mais profundas e integradoras. Em vez de empoderar a população para que ela possa exercer suas próprias potencialidades e transformações, o assistencialismo apenas mantém as condições de vulnerabilidade e subordinação.

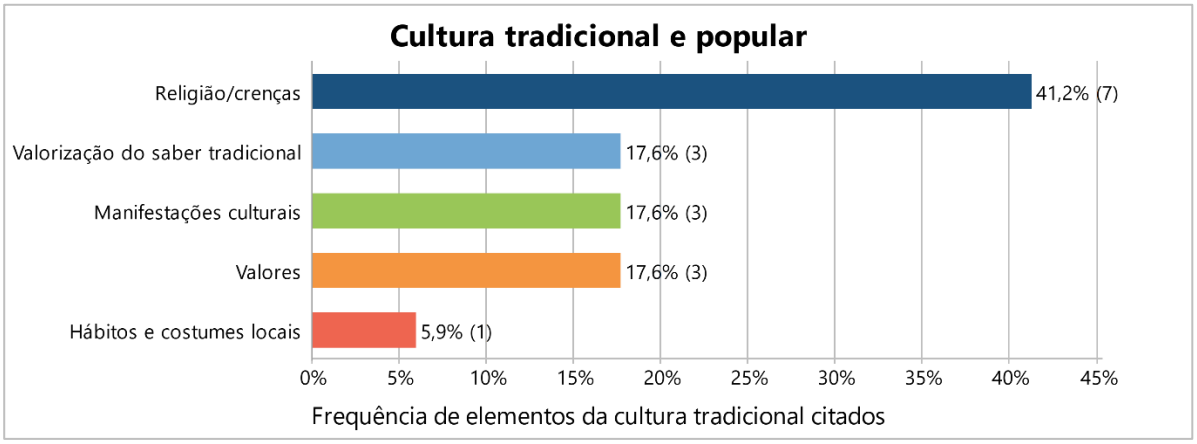
Por outro lado, a assistência como política de transformação social, alinhada com a ideia de Sachs (2009) e Sen (2000), deveria buscar não apenas suprir as necessidades básicas, mas criar as condições para que os indivíduos possam se libertar das privações e desenvolver suas capacidades. Isso envolve o fortalecimento de políticas públicas que ofereçam acesso a educação, saúde, e capacitação, gerando oportunidades para que as pessoas possam efetivamente mudar suas realidades e contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Portanto, a crítica recai sobre a necessidade de superar práticas assistencialistas que, ao atenderem apenas às demandas imediatas, frequentemente deixam de lado o compromisso com a transformação estrutural e o fortalecimento da autonomia local. Para um desenvolvimento sustentável, é imprescindível que as políticas públicas se alinhem com a promoção de

capacidades e a criação de oportunidades a longo prazo, em vez de manter os cidadãos em um estado de dependência contínua de ações pontuais.

Os aspectos culturais destacados pelos entrevistados no contexto da valorização da cultura tradicional e popular, podem ser quantificados e visualizados no gráfico 105, abaixo.

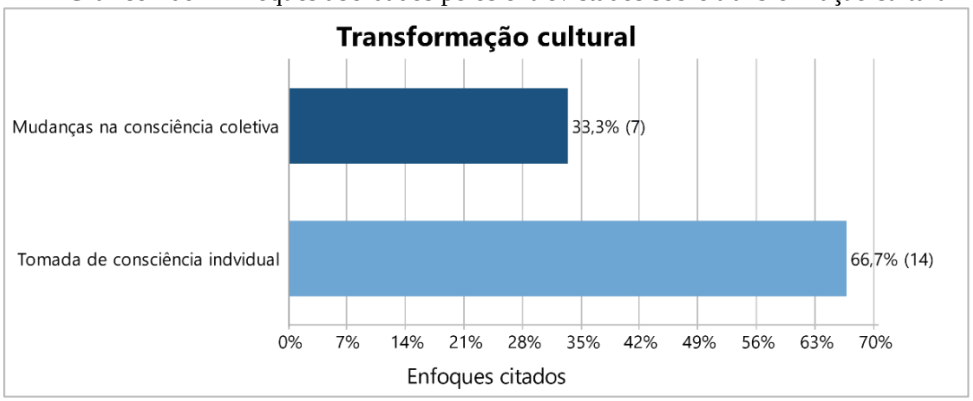
Gráfico 105 - Elementos da cultura tradicional e popular citados pelos entrevistados



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

A transformação cultural, por sua vez, despontou como uma perspectiva necessária para o desenvolvimento sustentável, representando 50% dos segmentos codificados. Os entrevistados enfatizaram a importância da tomada de consciência e da mudança de mentalidade, tanto em nível individual quanto coletivo, para alcançar a autonomia das comunidades locais, conforme demonstra o gráfico 106, a seguir.

Gráfico 106 - Enfoques abordados pelos entrevistados sobre transformação cultural



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

Evidencia-se a importância da mudança de mentalidade individual a partir do reconhecimento do potencial de cada indivíduo, principalmente dos agricultores familiares,

como agentes de desenvolvimento capazes de liderar mudanças necessárias. Isso implicaria, segundo eles em uma redefinição da percepção de que o emprego público é a única opção válida, considerando a produção rural como fonte viável de renda, incentivando-os a buscar autonomia econômica e a contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico local.

Essas percepções são evidenciadas em alguns dos trechos das entrevistas com o secretário de finanças, com a presidente da AMJ e com o chefe da Emater local:

> [...] também o cidadão perceber que o trabalho de produção rural, ele pode ser benéfico para ele, pode gerar renda tanto para ele quanto para o município (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] mas falta também do pequeno produtor ainda se enxergar como potencialidade, por exemplo, enxergar que realmente ali, através da agricultura, eu posso ir longe. Eu posso conseguir muito mais do que às vezes um emprego na prefeitura né [...] (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] então, enquanto tiver essa visão, infelizmente o desenvolvimento de Santarém Novo é o que está atualmente. Quando, ao contrário, o agricultor se convencer de que ele pode promover seu desenvolvimento, independente de emprego, seja público, ou seja, é trabalhando até por uma entidade particular, é ele que vai estar ajudando a administração pública [...] só que, infelizmente, se o produtor não tiver essa visão e se organizar, ele não vai também chegar a lugar nenhum [...] essa organização que vem da capacidade da pessoa, de entender que isso é importante, vai trazer de fato esse desenvolvimento pessoal, né, em nível comunitário ou até mesmo nível municipal (Entrevistado 7 - EMATER)

Além disso, os entrevistados também ressaltam a importância do entendimento de cada cidadão de seu papel ativo e de sua participação nas decisões, direcionamentos e oportunidades que afetam suas vidas e da comunidade, como evidenciado na fala do secretário de finanças, da presidente da Associação dos Moradores do Jutaizinho:

> [...] porque aí, né, eu entendendo meu potencial, entendendo que através da agricultura eu posso, né, conseguir, eu posso sim, né, ter ali êxito no meu trabalho, um desenvolvimento melhor pro meu lugar. Eu acredito que ajudaria bastante, né, o nosso município a crescer economicamente através da agricultura. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

A mudança no pensamento coletivo é evidenciada pela compreensão crescente da comunidade sobre a importância do seu engajamento em iniciativas que impulsionem o desenvolvimento local, indo além do papel de beneficiário do processo de desenvolvimento e passando a assumir uma postura de contribuinte ativo, rompendo com a mentalidade separatista, que prioriza benefícios individuais imediatos em detrimento do progresso coletivo e sustentável da comunidade. Como em um dos trechos destacados da entrevista com o chefe da Emater local.

> [...] infelizmente, enquanto a visão de não só do agricultor, mas de toda a população for se aliar a um grupo político, visando meramente que seja atendido lá na frente o emprego, infelizmente, esse desenvolvimento, ele está fadado à estagnação, porque a gente sabe que uma administração ela não pode atender todos [...] hoje a população espera tudo pela prefeitura e enquanto for dessa forma, fica muito difícil (Entrevistado 7 - EMATER)

Um outro ponto destacado está relacionado com a consciência de pertencimento e responsabilidade local que envolve o reconhecer o impacto positivo que o apoio aos negócios locais pode ter na economia e na qualidade de vida da população. Isso se dá mediante a valorização da produção interna e ao estímulo ao comércio local, incentivando o consumo de bens e serviços produzidos localmente, como observados nas falas do chefe da Emater local:

> [...] hoje eu sou um funcionário público, então eu recebo o meu salário, eu tenho que fazer usufruir dos serviços, consumir o que tiver de disponível no município [...] não seria muito justo eu pegar essa minha renda e praticamente migrar ela, pra levar, pra deixar em outro município [...] então o consumidor também tem que estar disposto a fazer esse consumo, a comprar essa produção interna, assim como movimentar as lojas de sapato, lojas de roupa do município (Entrevistado 7 - EMATER)

Além disso, foi destacado pelo vice-prefeito a importância da consciência pelo zelo em relação ao patrimônio público reconhecendo-os como recursos compartilhados e que necessitam de responsabilidade coletiva para garantir sua preservação:

> [...] aquilo que eu falei anteriormente, a questão da conscientização, entendeu? [...] Eu vou usar lá o nosso lugar, que é a Vila que eu moro, Jutaizinho. A gente tinha lá, um galpão, você sabe, né, tinha aquele galpão velho lá, e aí depois ficou abandonado, entendeu? O quê que aconteceu depois? O que aconteceu é que, digamos, a própria população depredou, né, e está lá, as telhas, e olha que o galpão é alto e quebraram todas as telhas! Entendeu? Então eu acho que assim, se houvesse essa conscientização, "não, isso daqui é público, é nosso, é de todo mundo, eu tenho que zelar", entendeu? Muita coisa mudaria, entendeu? (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

À luz dessas discussões, a nuvem de palavras (figura 137) proporciona uma visualização concisa e representativa dos termos mais recorrentes nas falas dos entrevistados, destacando-se, dentre outros: "conscientização", "conhecimento", "posso", "ter", "própria", "cultura", "município", "agricultura", "produção", "roça", "religião", "renda", "população", "gente", "importante", "conseguir", "prefeitura", "interior", "assistencialismo" e "mudança".

Figura 135 -Nuvem de palavras - Dimensão Cultural



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.3 Dimensão Ecológica

A dimensão ecológica da sustentabilidade, conforme conceituada por Sachs (2009), abrange a preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e a limitação do uso dos recursos não renováveis, visando garantir a sustentação da vida no planeta. Nesse contexto, considera-se fundamental a compreensão dos sistemas naturais como provedores essenciais de recursos para sustentar a vida no planeta. Isso implica em garantir a manutenção dos ecossistemas e sua capacidade de regeneração, ao mesmo tempo em que se adota uma abordagem responsável na utilização dos recursos não renováveis, visando evitar sua exaustão e os impactos ambientais adversos associados a essa exploração.

Essa dimensão enfatiza a importância de equilibrar o uso dos recursos naturais com a conservação ambiental, visando assegurar a sustentabilidade das atividades humanas e a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, englobando a proteção dos

ecossistemas, a conservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais, reconhecendo a interdependência entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Ao analisar os trechos codificados das entrevistas, é possível observar dois principais enfoques presentes nas percepções dos entrevistados. Os poucos atores que se referiram a algum aspecto associado a esta dimensão, demonstraram preocupações com a preservação dos recursos naturais e com a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, alinhando-se com a dimensão ecológica da sustentabilidade delineada por Sachs.

Por exemplo, o presidente da AUREMC-MG, destaca a importância de preservar as cabeceiras dos igarapés para garantir o abastecimento de água e evitar danos ao meio ambiente, o que reflete uma consciência sobre a importância de proteger os ecossistemas para garantir a continuidade da vida e a disponibilidade de recursos vitais, como a água.

> [...] O meio ambiente é isso! Se aradar pode aterrar as cabeceiras dos igarapés, né? E se queimar... é porque as pessoas que tem o seu roçado, hoje eles não estão nem aí! Antigamente, eles faziam aceiro pra que o fogo não passasse, né, não queimasse o mato. Porque o mato seco, o fogo vai embora e vai atingir as cabeceiras dos igarapés, e queimando as cabeceiras dos igarapés, séca! Aí vai ser problema pra pro meio ambiente por causa da água, né? que você sabe que se não tiver água, é, a gente não tem vida, né? (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Além disso, ele destaca a necessidade de adoção de práticas agrícolas de baixo impacto ambiental como a quebra da vegetação para a abertura de lavouras (*mulching*), ao invés do uso de fogo (sistema de corte e queima) ou a aração excessiva do solo, preservando assim o meio ambiente, especialmente as cabeceiras dos igarapés.

> [...] eu acho que era melhor se, por exemplo, é, as pessoas quebrassem, sabe? Fizesse... quebrasse e deixasse assim, o mato só quebrado! Por que quebrar é uma coisa e aradar, é outra, né! Aí, por exemplo, se a pessoa quebrasse agora em janeiro, em março ele podia plantar, que tava quebrada. Aí nem queimava e nem aradava, só fazia quebrar! É que o mato com as folhas, com o pau, tudo se destrói ali, né? Aí nem aradava e nem queimava! Era o melhor! O melhor meio pra que fortalecesse o meio ambiente, né, as cabeceiras dos igarapés. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

A a conscientização do presidente da AUREMC-MG sobre os impactos ambientais das práticas agrícolas inadequadas e a preocupação com a preservação dos recursos hídricos para garantir a integridade dos ecossistemas aquáticos locais, fica evidente ao ressaltar que a destruição das cabeceiras dos igarapés pode comprometer a saúde dos corpos d'água maiores.

> [...] Porque se aradar, você sabe que todo o nosso município aqui, tudo é cheio de água, né, de igarapé. Tudo cheio de Rio! E aí a pessoa muitas vezes tem uma área pra quebrar, aí não vê um igarapé pequeno, ele quebra com tudo! Arada com tudo! Arada

> com tudo né? Só que o que dá força para o Rio maior, são essas cabeceiras pequenas que sai. Aí o cara quebra com tudo, né, aí acaba com o Igarapé! (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Por outro lado, alguns entrevistados além de reconhecer os danos causados pela atividade agrícola, também compreendem os desafios enfrentados na busca por soluções que reduzam o impacto negativo sobre o meio ambiente. O presidente da APPRSAT, por exemplo, expressa preocupação com a agressão causada pelo cultivo da mandioca, revelando uma sensação de impotência diante dessa situação.

> [...] Isso eu fico, muita das vezes me perguntando, assim, né, que muita das vezes pra a gente ter um benefício com a mandioca aqui, às vezes a gente ainda tem que agredir o meio ambiente, né? Isso a gente tem consciência disso, né, mas infelizmente ainda não encontrei uma solução para que a gente possa parar de tá agredindo o meio ambiente, né. A gente sabe que isso é uma coisa muito grave mesmo. Gravíssima mesmo! Mas a gente tá ainda nesse impasse aí, sem saber se eu paro de fazer ou se eu não paro… É assim que eu vejo isso. Mas ainda não encontrei solução. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

A secretária de educação também observa a persistência de práticas agrícolas que podem ser prejudiciais e a necessidade de promover práticas mais sustentáveis:

> E que hoje que nós observamos, ainda é que a maioria da população que trabalha ainda na agricultura com roça ainda são naquele processo antigo, que são das Queimadas. [...] eu acredito que falta mais um direcionamento quanto a isso. (Entrevistado 2 - SEMED)

A compreensão da importância da floresta preservada para o desenvolvimento da produção apícola, bem como da interdependência entre o meio ambiente e a atividade econômica, é evidenciado nas falas do presidente da APISAN ao ressaltar a mudança de comportamento dos agricultores ao abandonarem práticas tradicionais em prol da conservação ambiental.

> [...] para você produzir, você precisa da floresta, precisa do meio ambiente, né intacta. Então por esse motivo, eles abandonaram a questão da roça, alguns não, todos. Alguns abandonaram porque tem que… pra fazer uma roça tem que destruir a natureza, as árvores, e isso prejudica a questão da apicultura. Então, está relacionado diretamente com o meio ambiente. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

A nuvem de palavras (figura 138) destaca os temas mais recorrentes relacionados à dimensão ecológica, os quais destacam-se, dentre outras, as palavras: “meio”, “ambiente”, “cabeceiras”, igarapés”, “roça”, “mato”, “água”, “rio”, “quebrasse”, “queimasse”, “aradar”, “abandonaram”, fogo”, “solução”, “melhor”.

Figura 136 - Nuvem de palavras - Dimensão Ecológica



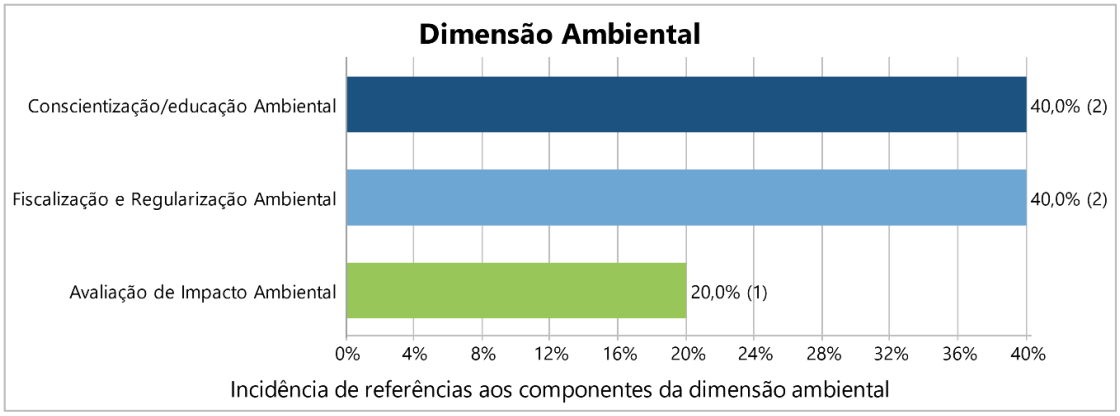
Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.4 Dimensão Ambiental

De acordo com Sachs (2009), a dimensão ambiental está intrinsecamente ligada à preservação e à regeneração dos ecossistemas naturais, envolvendo o respeito e a promoção da capacidade autodepurativa dos ecossistemas, ou seja, sua habilidade de restaurar suas características ambientais de forma natural, mesmo após a exposição a agressões antrópicas, como a poluição e o desmatamento. Além disso, essa dimensão refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, garantindo sua capacidade de absorção e recomposição diante das pressões humanas.

Analisando os segmentos das falas dos entrevistados, é possível identificar diferentes abordagens em relação à dimensão ambiental, os quais foram sintetizados três aspectos-chave: consciência ambiental, fiscalização e regularização ambiental, e avaliação de impacto ambiental, como demonstra o gráfico 107, a baixo.

Gráfico 107 - Aspectos referenciados da Dimensão Ambiental



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

No aspecto da conscientização ambiental, os entrevistados destacaram a importância da conscientização individual e coletiva sobre a conservação ambiental, enfatizando a importância de uma reeducação em relação aos cuidados com o meio ambiente, começando pela mudança de atitudes individuais no ambiente em que se vive, para alcançar proporções maiores, como abordado pelo vice-prefeito:

> [...] por exemplo, “Ah, eu não vou jogar lixo aqui na rua, porque vai ficar feio”, entendeu? Tem gente que diz assim, eu não vou limpar a frente da minha casa porque é responsabilidade da prefeitura, entendeu? Então eu acho que a partir do momento que, digamos, que a própria população tiver, eu diria, essa reeducação, as coisas melhoram. Vamos melhorando, em grandes passos, sabe? Em passos largos, como dizem. (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

Além disso, é enfatizado a necessidade de um compromisso mais amplo com a sustentabilidade, agindo de maneira consciente e responsável com o meio ambiente como um todo, como apontado pelo chefe da Emater local:

> [...] Porque tem um ponto que nós não tocamos aqui e é de extrema importância, e também está relacionado a tudo isso que eu falei agora há pouco nessa relação aí com o que é o desenvolvimento, é a questão ambiental. Então não adianta eu fazer a minha parte dentro de casa, mas se eu não tiver compromisso com o meio ambiente como um todo. (Entrevistado 7 - EMATER)

Quanto à fiscalização e regularização ambiental, as falas dos entrevistados ressaltaram a necessidade de promover a fiscalização ambiental eficaz das atividades que impactam o meio ambiente, o que inclui a atuação eficaz do poder público na fiscalização de práticas ambientalmente prejudiciais, como pode ser observado nos trechos das entrevistas com o secretário de finanças, ao retratar sobre a implantação de uma empresa de monocultura do dendê

no município (BH *Food's* Ind. e Com. Ltda - Unidade: Jaburú).

> Sempre também identificando a questão do meio ambiente, se ela (empresa) está preservando o Rio, essa fiscalização é importante para que as coisas andem em conjunto (Entrevistado 4 - SEFIN)

A empresa está localizada na localidade de Jutaí Grande, às margens da BR 324 e próximo ao principal balneário da região. Considerando sua atividade no monocultivo de dendê, é fundamental avaliar os impactos ambientais que essa operação pode acarretar ao ecossistema local, especialmente por se tratar de uma região de Resex. O uso intensivo de agrotóxicos e a mecanização agrícola representam potenciais ameaças, podendo resultar no desequilíbrio ecológico, perda de biodiversidade e contaminação do solo.

Além disso, processos de lixiviação podem levar à contaminação e assoreamento dos rios, enquanto a exploração dos recursos hídricos para irrigação pode comprometer a disponibilidade de água na região. Essas práticas também podem resultar no empobrecimento nutricional do solo, sem contar em possíveis repercussões na saúde das comunidades locais, como exposição a produtos químicos nocivos, sendo necessário a implementação e acompanhamento de perto de políticas amplas de fiscalização e proteção ambiental para mitigar efeitos adversos e garantir a sustentabilidade na região.

Além disso, é mencionado a importância da atuação conjunta entre governo municipal e as organizações sociais para o estabelecimento normas e limites para o uso dos recursos naturais pelo presidente da UREMC-MG ao destacar a possibilidade de atuação da associação junto à Secretaria de Meio Ambiente no trabalho de orientação aos agricultores.

> [...] a gente pode estar junto trabalhando com os agricultores e dizendo: "olha, aqui, você não pode, só até aqui", "tem um limite e tal". (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

No contexto da avaliação de impacto ambiental, os entrevistados destacaram a importância de garantir que as atividades industriais que podem vir a sediar-se no município não causem danos ao meio ambiente e que haja garantias para o município em relação à preservação da reserva ambiental, como apontado pelo secretário de finanças.

> [...] desde que essas indústrias não venham trazer danos ao meio ambiente, entendeu? Trazer algum tipo de garantia para o município também, que não, não corra só dano, já que a gente tá aqui numa região de reserva, então isso deve ser muito pensado também (Entrevistado 4 - SEFIN)

Os termos mais frequentes da dimensão ambiental são destacados na nuvem de palavras (figura 139), a seguir, com destaque para as palavras: “meio”, “ambiente”, “danos”, “casa”, “responsabilidade”, “importância”, “indústrias”, “responsabilidade”, “fiscalização” “relação”, “preservando”, “lixo”, “rio”, “rua”, “ reserva”, “ambiental”, “agricultores”, “desenvolvimento”, “jogar”, “agir”, limite”, “prefeitura”, “empresa”, “garantia”, “limpar”, dentre outras.

Figura 137 - Nuvem de palavras - Dimensão Ambiental



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.5 Dimensão Territorial

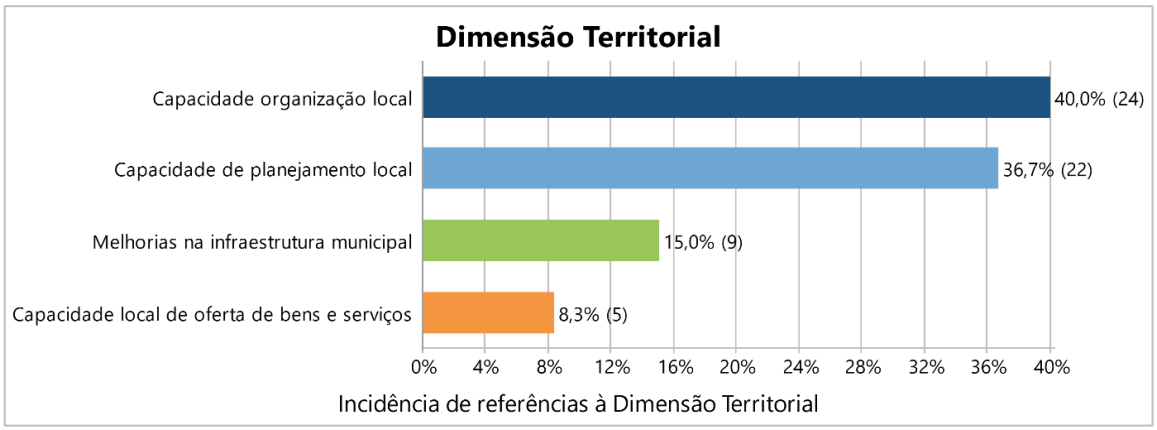
A dimensão territorial da sustentabilidade, conforme Ignacy Sachs (2009), aborda a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades, visando o equilíbrio entre configurações urbanas e rurais, a melhoria do ambiente urbano, a superação das disparidades inter-regionais e o desenvolvimento de estratégias seguras para áreas ecologicamente frágeis. Nesse sentido, o planejamento territorial se torna essencial, tanto em nível municipal quanto em nível regional, para agrupar distritos unidos pela identidade cultural e interesses comuns, conforme mencionado pelo autor em suas obras (SACHS, 20008).

Já para Polanyi (2012), a dinâmica territorial é fator preponderante para ativar o processo de desenvolvimento e mudanças estruturais, através da organização da produção e da capacidade de utilizar o potencial regional, resolvendo problemas econômicos por meio de

transformações sociais e culturais.

Ao analisar as referências feitas pelos entrevistados em relação à dimensão territorial da sustentabilidade, observamos que as falas estão predominantemente associadas a quatro componentes principais: capacidade de organização local (40% de referências a esta componente), capacidade de planejamento local (36,7%), melhorias na infraestrutura municipal (15%) e capacidade local de oferta de bens e serviços (8,3%), como apresentado no gráfico 108 que segue.

Gráfico 108 - Referências à Dimensão Territorial da Sustentabilidade



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

A capacidade de organização local aqui categorizada, refere-se tanto à capacidade de organização social e comunitária, quanto de organização da produção local. Nessa direção, a capacidade de organização social remete às formas pelas quais as pessoas se relacionam entre si, incluindo suas relações de trabalho, formas de circulação, de cooperação e solidariedade.

Nesse contexto, os entrevistados destacam a importância das organizações sociais, para o fortalecimento de relações mais cooperativas e até mesmo para o favorecimento no que diz respeito ao recebimento de benefícios públicos por meio de uma associação fortemente estruturada. Conforme mencionado pelos presidentes da APPRSAT e da AMJ:

> [...] mas eu vejo assim, que a gente (associação) contribui muito com a comunidade, sim [...] porque às vezes a gente sabe que nas nossas dificuldades, se a gente ficar junto, a gente sabe que muda, né, muitas coisa muda [...] eu sempre, sempre falo pras pessoas que sozinho é difícil, mas se a gente se agrupar fica muito melhor, né? [...] e com isso a gente cresce, né? [...] Eu fico às vezes muito, muito grato, quando a gente pode fazer algo que a comunidade... que a comunidade também veja (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT, grifo nosso)

> [...] Então, a associação, acredito que, bem estruturada e valorizada até mesmo pelos próprios associados, pode contribuir muito (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] se organizar como associação, porque se em todas comunidades, tivesse mais, fosse mais organizada. Favorecia lá, com o poder público, né, com o prefeito. Eu acredito, que favorecia, porque se associação... a maioria das associações de hoje só tá no papel, não está organizada, né, então, hoje, se às vezes, não tem o recurso que poderia vir via prefeitura, se tem, se esbarrar em alguma coisa, se tiver uma associação organizada, esse recurso vem. Só depende da associação tá organizada! (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Além disso, a importância das associações, na perspectiva do presidente da AUREMC-MG, contribui muito na compreensão das necessidades e ordenação de demandas comunitárias, especialmente pelo fato de, como a própria AUREM-CMG, ter um conhecimento mais profundo da realidade local, muito mais do que as próprias autoridades públicas, como o prefeito, justamente por estarem mais próximos às comunidades, como destaca:

> [...] porque olha, é nós da associação é que conhece mais de que o prefeito a realidade do município. A gente sabe onde é que está faltando, a gente sabe as comunidades que são fracas, que estão precisando mais de alguma coisa, porque muitas vezes o prefeito não sabe, né? Então a gente visita todas, a gente, sabe. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Segundo ele, por esse motivo, as pessoas procuram bastante a associação para obter informações e ajuda, demonstrando que as associações desempenham um papel importante na representação dos interesses locais e na busca por soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades, especialmente no tratamento de questões ambientais, como no trecho:

> [...] Assim, porque né, dentro aí do meio ambiente, dentro aí das comunidades, as pessoas não chegam com o prefeito e nem com o secretário do meio ambiente pra tomar uma informação bacana, eles chegam com a gente: “Olha, seu Tonico, olha como é que está aqui e tal”, “o quê que tem?”, “como fazer pra ajudar?” (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Além disso, ele destaca a contribuição da reserva extrativista para o desenvolvimento do município, mencionando que a Resex tem sido responsável por trazer demandas e políticas públicas para a região, ressaltando que muitas vezes as conquistas alcançadas através dela são erroneamente atribuídas ao prefeito, quando na verdade foram resultados do trabalho realizado pela própria comunidade e suas organizações, como a AUREMC-MG.

> [...] E as associações... as associações hoje, como reserva, a gente vê aí que a reserva ela já ajudou, está ajudando, ainda vai ajudar mais [...] então também a Resex, de alguma forma, ela contribui para o desenvolvimento do município porque através dela, ela traz demandas, traz políticas públicas... traz muitas demandas mesmo ela já trouxe para cá, pra Santarém Novo. Só que muita gente não sabe que foi por intermédio da Resex. Muita gente diz assim: “Não, foi o prefeito que fez!”. E ele não vai dizer que não foi, né? Mas foi uma demanda feita pela Resex. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Por outro prisma, o chefe da EMATER também atribui a importância das organizações sociais, especialmente de organizações de produtores para garantir o cumprimento das obrigações do poder público:

> [...] Tem um ditado que todo mundo gosta de usar aqui, que o cara que criou ele deve ter saído assim, numa conversa, mas é bastante impactante, que é quando diz assim, que juntos somos mais fortes, né? [...] Então, todo produtor, se ele estiver vinculado a uma entidade, pode ter certeza que essa entidade ela é forte suficiente para buscar e até obrigar que aquele setor, que aquela entidade pública, cumpra assim com sua obrigação no município, seja estadual, municipal, federal. Porque como eu disse, o produtor organizado, ele é bem mais forte e consegue promover seu desenvolvimento social e forçar que essa infraestrutura exista. (Entrevistado 7 - EMATER)

Em relação à capacidade de organização da produção local, conforme abordado por Barquero (2001), que a relaciona à capacidade de inovação local de novos produtos, métodos e serviços, bem como à busca por novos mercados, essa perspectiva também é reconhecida por alguns entrevistados como um impulsionador fundamental do desenvolvimento econômico e social da região.

Essa percepção fica evidente nos relatos da presidente da AMJ ao mencionar importância da emissão de selos de qualidade para produtos da agricultura familiar, como polpas de frutas e o "caipirão"como uma medida que pode beneficiar significativamente os produtores locais, permitindo-lhes acessar novos mercados e agregar valor aos seus produtos.

A presidente da AMJ também enfatiza a necessidade de se buscar constantemente melhorias na produção, adaptando-se às mudanças no clima e nas condições do solo.

> [...] Eu acho que o desenvolvimento vem quando a gente procura, a gente vai em busca, agente vai se aprimorar naquilo que a gente acredita. Por exemplo, o pequeno agricultor, né? Se eu eu fico na mesmice de sempre, do que eu aprendi lá atrás, e eu não busco melhorias, eu não busco, é, outros ambientes ou não busco outras... outras formas de produzir, porque a gente vai, mudando, né? O clima vai mudando, né,? As terras não são mais as mesmas que eram de antigamente, né? Então se eu não vou buscando me aprimorar, eu não vou me desenvolver. Eu vou ficando para trás (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

Ela destaca que o desenvolvimento ocorre quando se busca novos conhecimentos e o aprimoramento das formas de produzir, e que isso é essencial para garantir a competitividade e o sucesso dos produtores locais no mercado, como destacado no trecho:

> [...] Porque aquele que vai buscar conhecimentos, ele vai aprimorar cada vez mais os seus produtos, vai aprimorar, né, o seu mercado, vai aprimorar, né, a forma de escoar a sua produção. E aquele que fica sempre da mesma forma, sempre do mesmo jeito,

> ele acaba não desenvolvendo, né? Então acredito que essa seja mais ou menos assim, a minha concepção de desenvolvimento. E a gente desenvolve quando vai buscando melhorias. Quando vai buscando outras perspectivas de como fazer, quando vai buscando melhorar as coisas que nós já temos, né, acredito que está em cima disso aí! (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

Os entrevistados mencionam exemplos concretos de como a organização da produção local está contribuindo para a geração de renda e emprego e para a diversificação dos mercados. Um dos exemplos citados é o polo do Jutaizinho, onde as pessoas têm suas próprias hortas e vendem seus produtos para o município de Salinópolis. Isso é visto como um exemplo de alternativa viável para geração de renda, como destacado pelo secretário de finanças:

> [...] E você vê o polo do Jutaizinho é um polo que as pessoas hoje têm o seu próprio... sua própria horta, vendem pra Salinópolis e acredito que é um exemplo para o resto do município, que existem outras formas de gerar renda e que são tão dignas quanto as outras (Entrevistado 4 - SEFIN).

Corroborando com essa visão, a presidente da AMJ ressalta que a expansão da agricultura familiar por meio do associativismo, tem possibilitado a ampliação dos negócios familiares, especialmente em relação ao acesso a mercados institucionais em outros municípios. O que tem proporcionado, segundo ela, um empoderamento aos agricultores, pois lhes confere confiança ao saberem que têm mercado garantido para seus produtos, além das fronteiras municipais.

> [...] nós temos associados que entregam pro São Geraldo, para o resort… Que já estão no município de Salinas, né? Então, expandido o número de sócios, expandido a agricultura familiar, nós conseguimos através da associação ir para outros lugares, concorrer em outras prefeituras e assim aumentar, né, a geração de renda, né? A produção própria do município. Então eu acredito que isso traz um empoderamento, com certeza, porque o agricultor se sente mais, digamos, confiante. Eu vou produzir porque eu tenho pra onde entregar, eu tenho, é, mercado para isso, né? Já é uma certeza, né (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Outro elemento que se relaciona à dimensão territorial é a capacidade local de planejamento. Conforme Sachs (2008), essa capacidade refere-se à habilidade de identificar gargalos e aproveitar recursos subutilizados ressaltando a importância de as comunidades identificarem e utilizarem eficientemente os recursos disponíveis para superar obstáculos e promover o desenvolvimento local. Outro ponto enfatizado por ele é o estímulo à capacidade de mobilizar recursos e iniciativas locais como condição necessária para promover o crescimento econômico induzido pelo emprego.

Esses aspectos se inserem de forma congruente no contexto territorial, pois dizem

respeito à habilidade das comunidades em organizar e planejar suas atividades e recursos em nível local. Isso implica considerar a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades, conforme preconizado nesta dimensão, sendo necessário que as comunidades reconheçam seus potenciais locais para impulsionar seu crescimento, assim como a necessidade de estratégias que considerem as particularidades e necessidades de cada região, o que ressalta as abordagens "desenvolvimento a partir de dentro" do desenvolvimento endógeno.

Entre os entrevistados, é frequente a menção de aspectos que ressaltam a importância de considerar soluções adaptadas às especificidades locais. Isso inclui levar em conta o porte demográfico do município, sua cultura e o conhecimento das necessidades da comunidade para elaborar políticas públicas que atendam às suas particularidades.

Os atores entrevistados enfatizam que o planejamento do desenvolvimento local deve ser pautado pela compreensão da realidade específica de cada município. Isso implica em traçar ações que estejam em sintonia com as demandas e características de cada comunidade, promovendo soluções autênticas de desenvolvimento e não comparando com as de outros que possuem vocações e culturas distintas. Essa abordagem é destacada em diversos momentos pelos entrevistados, como pelo vice-prefeito e pelo secretário de meio ambiente.

> [...] Eu acredito que o desenvolvimento local, na esfera do nosso município, que é um município pequeno, de seis mil habitantes, seria onde as pessoas tivessem acesso às políticas públicas (Entrevistado 4 - SEFIN)
>
> [...] não acredito naquela questão de desenvolvimento, que é um shopping. Isso seria pra uma cidade grande, não uma cidade pequena como a nossa (Entrevistado 4 - SEFIN)
>
> [...] Você vê cidades pequenas também, mas que conseguem ter uma qualidade de vida muito melhor que as dessas cidades (grandes), onde se gera renda, entendeu? Então eu acredito que essa seria a nossa mira como cidade pequena como a nossa, de pequeno porte. (Entrevistado 4 - SEFIN)
>
> [...] eu sei que a nossa realidade, entendeu, é tipo assim, Santarém Novo, a gente é... Como todos nós sabemos, nós somos um dos menores municípios do estado do Pará, (Entrevistado 6 - Vice prefeito)
>
> [...] O desenvolvimento local né, principalmente no nosso município aqui, Santarém Novo, que é uma cidade com menos de 8.000 habitantes, ele seria muito importante (Entrevistado 3 - SEMAD)
>
> [...] a gente nunca vai chegar a (ser como) Capanema porque o nosso município é pequeno, (Entrevistado 3 - SEMAD, *grifo nosso*)

Da mesma forma, são frequentes as citações que ressaltam a importância de aproveitar as potencialidades locais para impulsionar o desenvolvimento. Isso é percebido principalmente por meio de referências ao potencial produtivo da agricultura familiar e das suas organizações

sociais, além de experiências bem-sucedidas nesse âmbito, como o cultivo de hortas nas comunidades de Jutaizinho e Santo Antônio, e a significativa produção de farinha no município.

> [...] a agricultura familiar compõem basicamente… grande parte da população do município trabalha nessa área [...] Como a gente vê hoje nos Jutaizinho, é um polo, que a gente percebe hoje que as pessoas não dependem muito (da oferta de empregos pela prefeitura) (Entrevistado 4 - SEFIN, *grifo nosso*)

> [...] E nós temos também a questão das hortas, tanto no Santo-Antônio quanto lá no Jutaizinho. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] onde se observa que tem um desenvolvimento na questão local sãos os comércios [...] e na parte da da agricultura, a agricultura familiar, nós temos as hortaliças, que são algumas localidades só que têm. (Entrevistado 2 - SEMED)

> [...] aqui nós temos a localidade de Jutaizinho e ela assim, abre uma grande... da associação deles lá, uma grande vantagem que eles têm de contemplar com frutas como melancia, que é comprada no próprio município. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] E o que acontecia muitas vezes era que se comprava de associações de municípios vizinhos, sendo que nós temos hoje três associações aptas a fazer a compra (pelo PNAE), então, é muito importante que se valorize essas associações do município, porque querendo ou não é um recurso do município e se você gasta com associações de fora, o dinheiro vai circular para fora (Entrevistado 4 - SEFIN, *grifo nosso*)

> [...] nós somos polo numa produção de farinha concorrendo com outros municípios (Entrevistado 7 - EMATER)

Além disso, são mencionadas como potencialidades locais as atividades de extrativismo de caranguejo, pesca artesanal, produção apícola e também a pecuária desenvolvida por produtores de maior porte. Também são feitas referências ao artesanato e ao turismo, este último podendo ser um potencial a ser explorado se devidamente incentivado.

> [...] Nós temos uma produção bem expressiva na questão da horticultura, no extrativismo, principalmente do caranguejo, na pesca artesanal e em outras atividades. Claro, sem citar a questão da pecuária de grandes animais (Entrevistado 7 - EMATER)

> [...] E hoje, na questão da apicultura, estamos muito fortes. E a venda também do mel está boa! (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] a gente tem muita gente assim, que que que sabe fazer alguma coisa, né? Tem... nós temos artesãos que poderiam estar fazendo o seu trabalho e investir, ou então levar para outras (cidades) (Entrevistado 3 – SEMAD, *grifo nosso*)

> [...] da questão do turismo, que nosso município ele se for ter um incentivo forte, a questão do turismo, que pode ser um potencial. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

O secretário de finanças ressalta ainda a importância de assegurar que a geração de riqueza permaneça dentro do território municipal, proporcionando oportunidades para a inclusão econômica de associações de produtores locais no mercado institucional, por meio de

programas de incentivo à agricultura familiar, como o PNAE.

> [...] então, é muito importante que se valorize essas associações do município, porque querendo ou não é um recurso do município e se você gasta com associações de fora, o dinheiro vai circular para fora (Entrevistado 4 - SEFIN)

Uma percepção comum entre os entrevistados, incluindo os secretários de agricultura e educação, o chefe local da Emater e o presidente da APISAN, é que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à necessidade de melhorias na infraestrutura municipal em diversas áreas, com destaque para os ramais e as vicinais. Para eles, essas melhorias visam não apenas ajudar a mobilidade das pessoas, mas também aprimorar as condições para o escoamento da produção local. Como argumentado pelo presidente da APISAN e pelo chefe da Emater:

> [..] E também de uma outra forma, é na questão de infraestrutura, né, porque como o nosso município, ele é basicamente agrícola, 70% agrícola, tem muitos ramais, vicinais, ele conservando nesses ramais é a infraestrutura, com certeza vai ajudar e muito os nossos agricultores. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

> [...] A infraestrutura tem que estar compatível com a nossa produção, então precisa ter principalmente as estradas. (Entrevistado 7 - EMATER)

Outra percepção destacada pelos entrevistados está relacionada à necessidade de superar as disparidades inter-regionais, enfatizando a importância de o município ter a capacidade de oferecer bens e serviços localmente para atender às necessidades básicas da população. Isso visa evitar deslocamentos para outros municípios em busca de soluções e reduzir o alto custo de vida local, que muitas vezes leva as pessoas a se deslocarem para Capanema, como destacado pelas secretárias de educação e administração do município:

> O quê que nós observamos? Que a população sai muito daqui para ir pegar lá para fora. Fazer compras, comprar as coisas. Ir atrás das coisas lá fora [...] Então eu teria que ter aqui [...] Eu não teria que precisar me locomover daqui para ir resolver problemas pessoais, tipo, em Capanema, para tentar ... "ah, vou eu vou... tenho que fazer minhas compras lá em Capanema". "Tenho que ir na receita federal lá em Capanema" (Entrevistado 2 - SEMED)

> [...] não quando tiver doente (ter que) ir para outras localidades, como assim Capanema. (Entrevistado 3 - SEMAD, *grifo nosso*)

> [...] o custo daqui é muito alto e, às vezes, realmente até compensa você sair daqui e ali em Capanema, que é mais próximo, o centro (comercial). O comércio lá é bem forte e o mais próximo nosso, né? Aqui tem, mas o custo aqui é muito alto. [...] Eu não entendo o que leva o custo daqui de Santarém Novo ser muito alto. (Entrevistado 2 - SEMED)

A nuvem de palavras a seguir, representada pela figura 140, sintetiza as palavras mais

frequentes relacionadas à dimensão territorial, destacando-se, dentre outros, os termos: “município”, “desenvolvimento”, “associação”, “infraestrutura”, “realidade”, “ter”, “tivesse”, “outras”, “cidade”, “produção”, ”agricultura”, “associações”, “organizada”, “desenvolver”, “comunidade”, “Capanema”, “pequeno”,“pequena”, “polo”, “Jutaizinho”, “políticas” e “local”.

Figura 138 - Nuvem de palavras - Dimensão Territorial do Desenvolvimento



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados das entrevistas

4.3.6 Dimensão Econômica

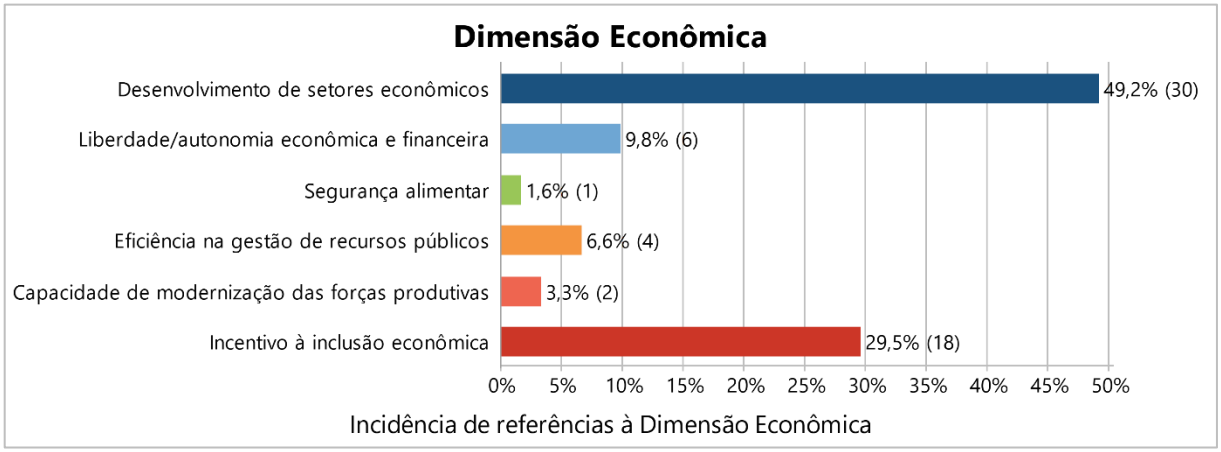
Para Sachs (2009), a sustentabilidade econômica é uma necessidade essencial para que o desenvolvimento ocorra, embora não seja uma condição prévia para as dimensões anteriores, uma vez que um colapso econômico pode desencadear distúrbios sociais que, por sua vez, comprometem a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a viabilidade econômica é considerada por ele uma “conditio sine quo non para que as coisas aconteçam”. Em outras palavras, indispensável, mas principalmente no contexto de investimentos e gestão eficiente de recursos públicos e privados, levando em

consideração a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas.

Analisando as percepções dos entrevistados sobre o desenvolvimento na dimensão econômica, notou-se que a maioria dos aspectos mencionados está relacionada ao desenvolvimento de setores econômicos (49,2% de incidência). Em seguida, há uma considerável ênfase no incentivo à inclusão econômica (29,5% de incidência), seguido pela busca por liberdade e autonomia financeira dos indivíduos (9,8%). Além disso, alguns entrevistados também destacaram, embora em menor proporção, a importância da eficiência na gestão de recursos públicos (6,6%), a capacidade de modernização das forças produtivas (3,3%) e a garantia da segurança alimentar (1,6%), como ilustrado no Gráfico 109 a seguir.

Gráfico 109 - Referências à Dimensão Econômica



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

No contexto do desenvolvimento de setores econômicos, os entrevistados destacaram uma variedade de elementos necessários, dentre eles, a agricultura familiar foi mencionada com maior frequência, representando 40% das incidências, com menções diretas dos gestores municipais da SEMAGRI, SEMED e SEMMA, bem como do vice-prefeito, do chefe da Emater local e do presidente da APISAN.

Há um consenso no que diz respeito a importância do fortalecimento desse setor como um pilar fundamental para o desenvolvimento local. Essa relação fica evidente em um dos trechos destacados durante a entrevista com o chefe local da Emater ao resgatar o papel desempenhado pela agricultura durante o período desafiador da pandemia de Covid-19, onde relata que enquanto muitas atividades econômicas foram paralisadas, a agricultura permaneceu ativa sustentando a economia local e garantindo o abastecimento de alimentos em um momento crítico.

[..] Eu vou resgatar aqui o período da pandemia, não é que ela tenha totalmente

> acabado, mas vivemos tempos piores, muito complicados. Inclusive de fechar praticamente tudo. E quem manteve, vamos dizer ali, um movimento da coisa, foi a agricultura. Foi a única atividade praticamente que não parou e todas as outras sentiram. O comércio sentiu crise de todos os lados, de combustível, de.. na saúde, na educação. [...] então eu só queria chamar atenção para a importância que a agricultura teve durante esse período (Entrevistado 7 - EMATER).

O secretário de meio ambiente municipal, é categórico ao enfatizar em diversos momentos a necessidade de maiores investimentos públicos no setor agrícola familiar, especialmente da administração municipal, como destacado:

> [..] O desenvolvimento local, bom dia! É… ele necessita de mais investimento na área da agricultura. E não adianta fugir para outra visão, que ela é ilusória! Tem que ter investimento na agricultura! [...] A agricultura familiar é imprescindível para o desenvolvimento local, porém, volto a insistir no mesmo, na mesma afirmação, ela necessita de apoio de um apoio maior da administração municipal [...] O investimento existe da administração municipal, porém, superficial. É necessário que sejam amplificadas as ações do governo municipal direcionado para os agricultores da agricultura familiar. (Entrevistado 5 - SEMMA)

Um outro ponto que reforça essa perspectiva é a colocação feita pelo vice-prefeito:

> Olha, eu acho o seguinte, pro desenvolvimento, nosso daqui do município, a gente precisa do incentivo à agricultura, entendeu? [...] a gente precisa ter um olhar especial para a agricultura, porque somente através da agricultura, a gente tem a oportunidade de... da gente trazer um desenvolvimento. Tornar o nosso município um pouco mais desenvolvido, entendeu? (Entrevistado 6 - Vice-prefeito)

Outros pontos levantados para desenvolvimento dos setores econômicos no município foram destacados pelos entrevistados, com enfoque em áreas específicas de atuação, como por exemplo, a necessidade de investimento no setor pesqueiro e marisqueiro, ressaltada pela secretária de educação. Ela sugere a criação de uma Secretaria ou projeto voltado exclusivamente para essas atividades, argumentando a falta de incentivo nesse segmento e apontando o potencial da região, próxima ao oceano, para o desenvolvimento da pesca industrial, como ocorre no município de Maracanã:

> [..] Eu acredito que falta incentivo ou um projeto dentro da parte do... poderia ser criar uma Secretaria, alguma coisa voltada só para pesca. Nós temos a agricultura, mas não temos nada assim focado na parte do marisco, da pesca. Então poderia ser criado um projeto ou uma Secretaria voltada só pra isso, né? Pra dar esse incentivo [...] Eu acredito que se tivesse um incentivo pra colocar aqueles barcos grandes [..] porque o Rio a gente sabe que o que se pega, é só para o sustento. Mas se saísse... porque o oceano é logo próximo daqui. Maracanã... Descendo o Rio Maracanã, você já está no oceano! Já dá pra... Porque Maracanã que é próximo, é bem próximo nosso e tem! Sai! Tem geleiras, tem peixe... Saem aqueles baús e entram para pegar peixes, pescados... tudo! E por que pra gente não daria? (Entrevistado 2 - SEMED)

A instalação de agroindústrias e empresas agrícolas foi outro ponto mencionado, com

destaque para aquelas que possam beneficiar o potencial produtivo local. O secretário de agricultura acredita que seria interessante a atração de fábricas para beneficiamento da polpa do caranguejo, considerando a relevância dessa atividade na região:

> No nosso caso aqui, temos a produção do caranguejo, do pescado… trazer uma fábrica para cá, na questão do beneficiamento da polpa do caranguejo. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Além disso, houve destaque para o investimento em cadeias produtivas pelo governo local, mencionado pelo secretário de agricultura e presidente da APISAN. O secretário de agricultura ressaltou a importância de investir nessas cadeias produtivas, considerando que o município é predominantemente agrícola:

> Outro ponto é também investindo nas cadeias produtivas, porque sabemos que o município Santarém Novo é 70% agrícola. Então, se o governo tivesse esse recurso, esse interesse, essa vontade de investir nas cadeias produtivas em geral do município, com certeza traria um bom desenvolvimento. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [..] Ele (governo municipal) pode promover (o desenvolvimento local) através de fortalecimento das cadeias produtivas. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN, *grifo nosso*)

Além disso, a instalação de pequenas empresas nos setores de comércio e serviços também é citada com frequência, representando 23,3% das menções, pontuadas especificamente pelos gestores da SEMAGRI, SEMED, SEMAD e pelo presidente da APISAN. Percebidos principalmente pelo desenvolvimento de empreendimentos como mercadinhos, farmácias, bancos, lojas, bem como de empresas do setor da construção.

> O desenvolvimento local, na minha opinião, ele, vinha através das questões das pequenas empresas. No caso do nosso município tem o comércio, tem algumas empresas de construção [...] Nós temos hoje mercadinho, farmácia, essas coisas, bancos, já temos, que também é uma forma de desenvolvimento local. É mais ou menos isso. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> Hoje o que nós temos hoje, onde se observa que tem um desenvolvimento na questão local, são os comércios, mas é bem, bem pouco, né, bem mesmo básico (Entrevistado 2 - SEMED)

> O município em si é... já temos um supermercado bom, graças a Deus, não é daquele de padrão, mas já tem o que não tínhamos antes. Então o nosso desenvolvimento tá chegando, um dia ele vai ficar bem melhor. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> E também empreendimento em outras em outras situações, como lojas, né, que... que eu vejo aqui que muitos também conseguiram, então tudo isso está relacionado ao desenvolvimento local (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Bem como a atração de fábricas e indústrias para o município, mencionada por 6,7% dos entrevistados, dentre eles, o secretário de finanças e o presidente da AUREMC-MG.

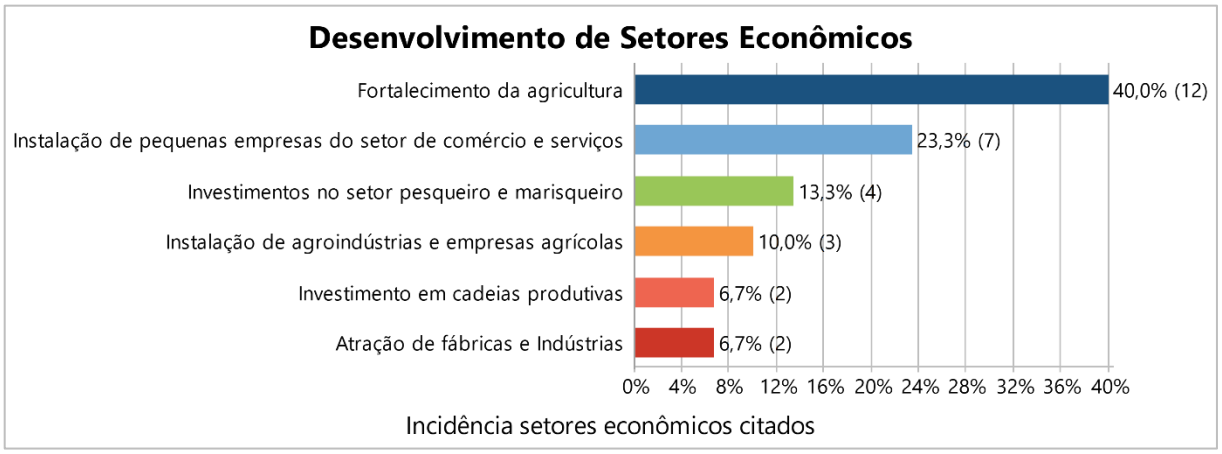
> Olha, eu acredito que seja assim, vamos supor, uma fábrica dentro do município para gerar emprego para o nosso povo, né? Uma fábrica assim para que a gente possa se empregar, gerar… ter um emprego de qualidade, né? É, eu acho que seria bom isso aí, né? (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

No geral, os entrevistados ressaltaram a necessidade de integrar diferentes setores econômicos em potencial no município, criando sinergias e apontando para a importância de diversificar a base econômica e criar novas oportunidades de emprego e renda para a população local. O chefe da Emater entende que os municípios que possuem uma base econômica sólida, especialmente em atividades produtivas, têm maior potencial para impulsionar o desenvolvimento local.

> Então eu vejo que todo o município que tem atividades produtivas fortes, ela, com certeza vai promover o desenvolvimento. (Entrevistado 7 - EMATER)

O gráfico 110, a seguir, ilustra essas percepções em termos quantitativos:

Gráfico 110 - Incidência de referências ao desenvolvimento de setores econômicos



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

Pode-se inferir que esses pontos de vista estão alinhados às estratégias recomendadas por Sachs (2008), onde reconhece a importância de explorar diversas oportunidades para induzir o crescimento puxado pelo emprego, especialmente em países em desenvolvimento, destacando a importância da produtividade do trabalho como base para o progresso econômico. Sachs (2008) propõe uma abordagem dupla, que combina o progresso técnico com estratégias

para ampliar o emprego em setores não comercializáveis e intensivos em mão de obra, os quais não sofrem concorrência internacional.

Ele sugere diversas estratégias para alcançar esse objetivo, incluindo o desenvolvimento de setores como agricultura, produção de biomassa e manutenção de infraestrutura, os quais envolvem desde a verificação de sinergias entre empresas de diferentes portes (especialmente através de subcontratações e terceirizações), até a produção de biomassa agrícola, florestal e aquática para diversos fins, como alimentos, rações, fertilizantes, fármacos, cosméticos, energia, materiais de construção e matéria-prima industrial, bem como também a partir do investimento em conservação de recursos naturais e infraestrutura.

Além disso, Sachs (2008) destaca a necessidade de priorizar o apoio aos pequenos produtores e trabalhadores autônomos, garantindo que eles também se beneficiem do crescimento econômico e tenham acesso a oportunidades sustentáveis de trabalho. Para ele, essas estratégias, quando implementadas de forma coordenada e integrada, podem contribuir significativamente para promoção de um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Ele acrescenta que, países em desenvolvimento podem alcançar um futuro promissor ao explorar eficientemente sua biodiversidade por meio da utilização de biotecnologia, levando-os a um padrão de emprego sustentável, desde que respeitados os princípios ecológicos no manejo dos recursos naturais.

Para Sachs (2008) a expansão dos serviços e das indústrias rurais, juntamente com a produção intensiva de trabalho em cultivos agrícolas e biomassa, pode impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, oferecendo potencial para segurança alimentar, substituição de importações, exportação de produtos agrícolas e diversos usos industriais, destacando a criação de empregos não agrícolas como uma maneira de reduzir a divisão entre áreas urbanas e rurais.

Outros aspectos abordados pelos entrevistados, pertinentes ao tema do desenvolvimento econômico, incluem a modernização dos instrumentos de produção, ressaltada pela secretária de educação e pelo secretário de meio ambiente, que destacaram a importância de investimentos em ferramentas e máquinas modernas para o setor produtivo da agricultura familiar.

A eficiência na gestão dos recursos públicos foi outro fator abordado, sendo enfatizado pelo secretário de finanças. Ele destacou a importância de priorizar demandas que beneficiem o máximo de pessoas possível, ressaltando a necessidade de investimentos que gerem retorno para a sociedade como no trecho:

> [...] Enquanto secretário, a gente trabalha numa pasta que a gente sempre tem que

> fazer escolhas, né, o orçamento não dá para tudo [...] Então o nosso papel enquanto gestor, que faz essas escolhas, é sempre pontuar até o bom senso de saber aonde aquele recurso vai ser benéfico para a sociedade onde vai priorizar o máximo de pessoas possíveis, aonde vai ser bom, onde vai gerar renda, onde vai trazer volta (Entrevistado 4 - SEFIN)

Isso se estenderia segundo ele, também ao apoio a iniciativas e eventos que atraiam pessoas para o município, e consequentemente, movimentam a economia local, gerando renda para pequenos negócios e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos:

> [...] só para dar um exemplo recente, teve um evento da igreja católica, ontem, um evento que teoricamente a prefeitura não tem participação. Mas por que é importante a prefeitura ajudar? porque é um evento que trouxe duas mil pessoas pro município. Então é um evento onde gera renda para o município, onde pessoas vêm, compram, geram, deixam seu dinheiro no município. Então o nosso papel é sempre pesar, onde o dinheiro que a gente investir vai ter volta para o bolso do cidadão, vai melhorar a qualidade de vida de cada cidadão. (Entrevistado 4 - SEFIN)

A eficiência na gestão dos recursos públicos como um meio de promover o desenvolvimento municipal, também é percebida pela secretária de administração através da cobrança de impostos, segundo ela:

> [...] Assim, eu acredito muito no meu governo, que ele possa fazer algo. Nós temos ainda dois anos para que possamos mesmo alavancar. Porque o desenvolvimento seria a gente cobrar impostos [...] Então acredito que ainda falta muita, muita coisa para investir bastante neste município, para que ele possa prosperar futuramente. (Entrevistado 3 - SEMAD)

Além disso, a autonomia financeira é vista como um aspecto essencial para o desenvolvimento local, como enfatizado pelo secretário de finanças, pelo chefe da Emater e pelos presidentes da AMJ e da APISAN. Para eles, a liberdade financeira é importante pois permite o aumento das rendas e do poder de compra, proporcionando às pessoas a liberdade e competência para gerir suas próprias vidas por meio de seus próprios meios de subsistência.

A presidente da AMJ ressalta que o desenvolvimento se concretiza quando as pessoas têm a liberdade e capacidade de realizar suas próprias escolhas de consumo, proporcionando uma sensação de bem-estar ao poderem atender às necessidades básicas de suas famílias.

> [...] O desenvolvimento local, acredito que o município, ele pode ser sim, bem desenvolvido, uma localidade bem desenvolvida, quando as pessoas elas conseguem ter, digamos, a Liberdade de compra [...] o poder de compra, porque é muito maravilhoso também a gente... o nosso filho, dizer “mamãe, eu quero pão”, e eu poder comprar, né, eu poder ter, né, o dinheiro nas mãos para poder fazer (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

A segurança alimentar foi abordada exclusivamente pelo representante da EMATER, que destacou a predominância da produção local para o autoabastecimento e subsistência das famílias. Ele ressaltou que, devido a essa característica, não há excedentes para comercialização, o que limita a disponibilidade de alimentos para suprir as necessidades daqueles que não são produtores.

No entanto, o incentivo à inclusão econômica foi abordado de forma abrangente, com ênfase na criação de instituições e mecanismos para reduzir os custos iniciais de produção. Isso inclui a disponibilização de terras, sementes, maquinários para o preparo de terras, ajuda com transportes, combustível e microcréditos, com destaque para o acesso à programas como o Amazônia Florescer e o PRONAF, como destacado pelos entrevistados, especialmente por parte dos presidentes das associações:

> O governo promove esse desenvolvimento dando mecanismo para essas pessoas, por exemplo, se ela precisa de um trator para aradar terra, o governo dar esse acesso para essas pessoas. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> Eu acredito que no incentivo ao pequeno agricultor, pequeno produtor rural né? Um incentivo com sementes, com o maquinário para poder é estar nas terras [...] incentivar, dando meios para que ele pudesse até... com cedimento (doação) de terras, né? Tem pessoas que tem um bom conhecimento e não tem terras para trabalhar, né? Não tem ali o maquinário suficiente, não tem o microcrédito, porque precisa se fazer um investimento, né? [...] então, muitas pessoas não têm essa oportunidade, não tem esse crédito, esse valor, que poderia ser, assim, dado como um incentivo para começar o negócio. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] Na questão de financiamentos… Se você faz parte da associação, você tem como conseguir um Pronaf, um Amazônia florescer, pra você investir no seu apiário, na sua cultura que você vai fazer. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

> [...] eu acredito que o que nós precisamos do nosso gestor, se ele pudesse, era contribuir mais com nós aqui, porque a gente vai se deslocar daqui para uma comunidade, a gente não tem condição de ir porque não tem moto, não tem carro, né? E a prefeitura tem! (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

> [...] se a gente conseguisse esse apoio deles em termos disso… olha, nosso trator, acabou de quebrar, então aí a gente vai ter que correr atrás! E só a gente é difícil, né? a gente vai ter que correr atrás de uma ajuda, de uma contribuição do poder público, né? (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Além dos incentivos diretos, foram ressaltados serviços que facilitam a inserção no mercado, como a obtenção de selos de qualidade de produtos por meio da vigilância sanitária.

> Então, com terras com microcréditos para os produtores, até mesmo esse incentivo aí do controle de qualidade dos produtos. Ver quais são os produtos que tem no município. Dar esse incentivo através da vigilância sanitária, que ele também pode dar um selo de qualidade, né? Visitar, onde as pessoas produzem pra poder, dar esse selo [...] Nós temos a vigilância sanitária, só que ela não faz esse tipo de trabalho, né? [...] então ajudaria muito, tanto esse selo de qualidade [...] (Entrevistado 8 - Presidente

da AMJ)

Outros aspectos mencionados incluem a importância da assistência técnica e extensão rural, especialmente por meio da Emater e de entidades como o SEBRAE e SENAR:

> [...] Hoje, a Emater entende que o fato de ter o atendimento no município já é a promoção do desenvolvimento. (Entrevistado 7 - EMATER)

> [...] Trazer pessoas que pudessem dar suporte. Um suporte melhor pro agricultor, né? Porque às vezes a pessoa quer começar um negócio, quer ali ver a terra dele... "Eu tenho uma terra, eu tenho até um… mas não tem o suporte com relação a como que eu vou planejar isso, esse meu negócio", "o quê que eu preciso pra fazer, né?" Então isso aí deveria vir através do Senar, né? [...] Tem o SENAR, tem o SEBRAE [...] (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

Também são feitas referências ao estímulo à mercados inclusivos por meio das compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como destacado nos excertos, abaixo:

> [...] a agricultura familiar, eu lembro que já faz um tempo que ela foi incluída também na merenda escolar, então através desse... de até 40% que pode ser direcionado para agricultura familiar, através da verba do FNDE eu acredito que isso desenvolveu muitos a nossa agricultura, principalmente em hortaliças, legumes, frutas. (Entrevistado 3 - SEMAD)

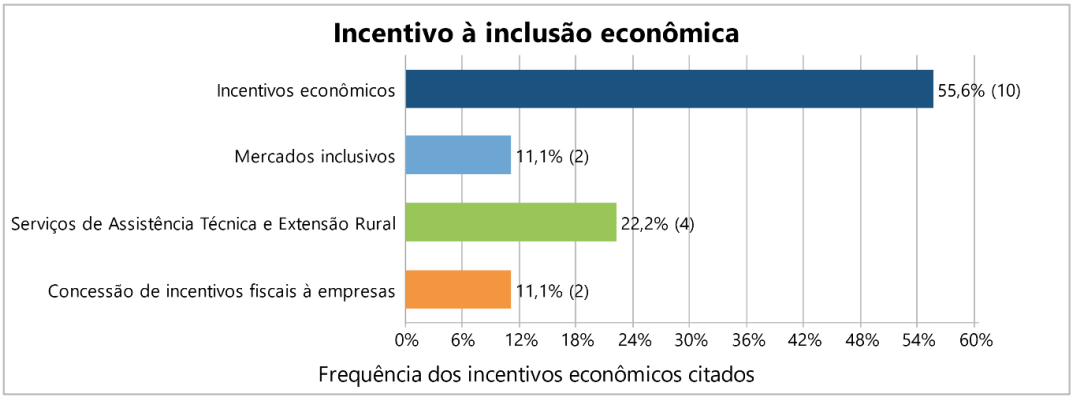
> [...] hoje o município compra, através do PNAE e através do PAA, esses produtos da agricultura familiar. Então esse é um modo dele está ajudando, né, contribuindo com esse desenvolvimento dos nossos apicultores. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Por fim, os secretários de finanças e de agricultura ressaltaram a importância de conceder incentivos fiscais e financeiros que facilitem a inclusão de empresas no município, simplificando esse processo através da redução de impostos e facilitando o acesso a terrenos para que as empresas possam sediar-se no município, tornando-o mais atraente para investimentos, como explicitado pelo secretário de agricultura:

> [...] Sabemos que uma empresa vindo do município, ela precisa de um local, de um terreno. E depois desse terreno ela precisa construir, mas para construir ela precisa pagar alguns impostos. E eu acredito que o governo deveria facilitar. De que forma? Diminuindo os impostos, conseguindo também um terreno razoavelmente para a empresa comprar, para que ela pudesse construir aqui no município, a sua empresa (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Essas percepções ficam evidentes, quando quantificadas no gráfico 111, a seguir:

Gráfico 111 - Incentivos à inclusão econômica citados



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

A nuvem de palavras (figura 141) sintetiza os termos mais frequentes relacionados à Dimensão Econômica, com destaque, para as palavras: “agricultura”, “município”, “desenvolvimento”, “incentivo”, “governo”, “investir”, “local”, “familiar”, “poder”, “empresa”, “comprar”, “dar”, “gerar”, “investimento”, “terras”, “terra”, “área”, “apoio”, “começar”, “construir”, “fábrica”, “microcrédito”, “produção”, “cadeias” e “suporte”.

Figura 139 - Nuvem de palavras - Dimensão Econômica



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.7 Dimensão Política Nacional

Conforme Sachs (1993), a sustentabilidade política está intrinsecamente ligada à construção da cidadania, garantindo a participação plena dos indivíduos no processo de desenvolvimento. A democracia, é definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, o que consiste em garantir que todos os membros da sociedade tenham voz e participação nas decisões que afetam suas vidas, sendo eles, trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada (Sachs, 2008).

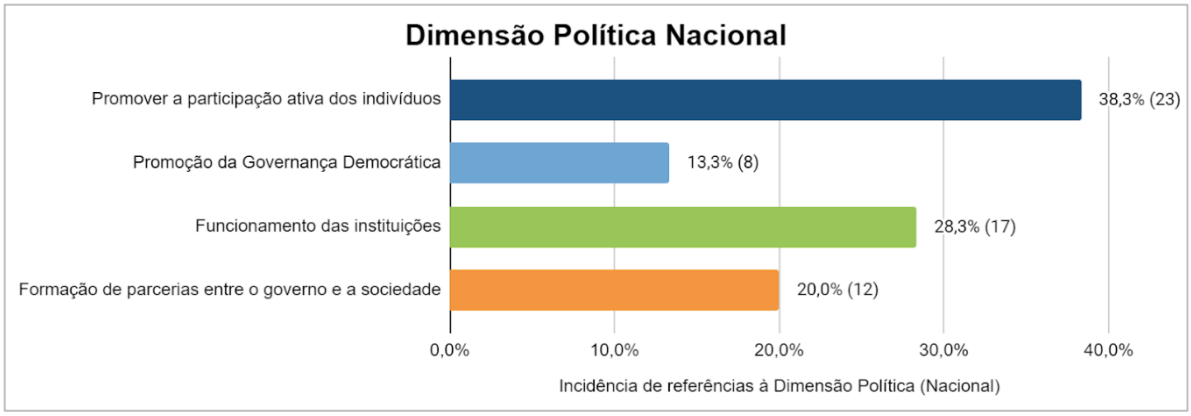
Para isso, ele aponta a necessidade de criação de espaços para a democracia direta, como foros de desenvolvimento local, evoluindo para formação de conselhos consultivos e deliberativos, permitindo que as comunidades assumam um papel ativo na definição do seu próprio futuro. Para Sachs (2008), o empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta são elementos-chave para as políticas de desenvolvimento, e prevêem um novo paradigma de economias mistas baseadas no diálogo, negociações e vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento.

O desenvolvimento includente segundo Sachs (2008) implica, primordialmente, em assegurar o pleno exercício dos direitos civis, cívicos e políticos, bem como a transparência e a responsabilização necessárias para o funcionamento eficaz dos processos de desenvolvimento.

Convergindo com os pressupostos teóricos, os entrevistados indicaram como necessário para o êxito das políticas de desenvolvimento, a importância de promover a participação ativa dos indivíduos nos processos decisórios, essa ênfase foi indicada com maior frequência dentre os aspectos que correspondem à Dimensão Política, com 38,3% de incidência. Em seguida, ressaltam aspectos relacionados ao funcionamento eficaz das instituições para acesso às políticas públicas, com uma incidência de 28,3%. A formação de parcerias entre os governos e a sociedade, também foi reconhecida como fundamental, representando 20% das ocorrências. Uma outra consideração elencada está relacionada à promoção de espaços a governança democrática, com uma incidência de 13,3%.

Estes resultados estão sintetizados no gráfico 112, apresentado a seguir.

Gráfico 112 - Aspectos referenciados relacionados à Dimensão Política (Nacional)



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa

Para os entrevistados, a incorporação ativa dos indivíduos no processo de decisões que envolvem suas vidas e da comunidade é um valor fundamental. Para tanto, eles acreditam que a população precisa se envolver de forma proativa, buscando ativamente oportunidades de contribuir para o desenvolvimento da comunidade e influenciar as decisões políticas. Isso envolve desde participar de cursos e eventos promovidos no município, até a busca de informações sobre seus direitos e possibilidades de contribuição, bem como a necessidade de se auto-organizar para que suas demandas sejam ouvidas e atendidas de forma mais efetiva.

> A população, ela, só precisa da questão de participação. Vou dar um exemplo, nos últimos dois cursos que nós fizemos aqui na Secretaria, quase ninguém veio. A gente divulga, vai atrás, só que o povo não está muito interessado em querer aprender, em querer, é, assim… Então, a questão que ela poderia estar contribuindo é só mesmo do interesse de correr atrás, de ir em busca realmente, porque hoje nós temos muito. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
>
> [...] Mas então eu acho que tem que ir mais atrás. O próprio agricultor tem que procurar saber o direito dele, o que que cabe a ele, o que dá para fazer. [...] Eu acho que nesse sentido, realmente é questão de procura, porque às vezes a gente observa que não se procura. E quando se tem, não se valoriza! (Entrevistado 2 - SEMED)
>
> A população precisa participar mais ativamente no cenário político do município. É muito distante! É preciso adquirir mais informações e precisa participar. (Entrevistado 5 - SEMMA)
>
> É, de forma geral, participação. Por quê? Nós temos geralmente cursos, nós temos geralmente oficinas, nós temos, é, geralmente... Qual é... não é seminário o nome, é... sempre tem nas secretarias... esqueci agora o nome, mas a participação de forma geral! (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Há um consenso entre os entrevistados de que a participação não se limita apenas a cobrar ações dos gestores municipais, mas também a se envolver em iniciativas locais, como o empreendedorismo, a formação de associações e a busca por apoio político e institucional.

Geralmente a motivação é associada à busca do engajamento da população e do interesse próprio das pessoas para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que as políticas estejam alinhadas com os seus interesses pessoais e coletivos, usando frequentemente termos como “a população’”, “próprio”, “procurar”, “buscar”, “participar ativamente”, “ir atrás”, “querer”, “cobrar”, como destacado nos trechos a seguir:

> [...] Precisa a procura. A procura. Eu acho que isso é o principal de tudo. Uma vez que, se eu não procurar, se eu não... se eu quero algo e eu não for atrás cobrar, o gestor ou quem estiver lá, vai achar que está tudo bem, “não estou sendo cobrado e ninguém está reclamando” (Entrevistado 2 - SEMED).
>
> [...] muitas pessoas, a gente vê assim, que tem um conhecimento e que não tem nem... não é nem cadastrado na assistência social. No caso, o seu cadastro, né? Então, o usuário, as pessoas, tem que procurar [...] muitas vezes a pessoa não se legaliza e vai até cobrar um gestor municipal, prefeito, vereador, “poxa, só fulano que ganha uma coisa e eu não ganho!”. É porque ele não está organizado! (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG).
>
> [...] se todo mundo realmente tomasse pé, quisesse, “eu quero”, “bora para cima”, “bora pra frente”, “bora formar uma associação”, “vamos procurar apoio da gestão”, “apoio do deputado”, apoio… aí as coisas vão andando. (Entrevistado 2 - SEMED)
>
> Eu ainda acredito assim que os nossos... o pessoal, a população precisa também querer que o município desenvolva. Às vezes a gente, o prefeito, ele.... Ele dá um suporte [...]. O governo federal, ele dá um suporte. Nós vimos assim nas gestões passadas tinham vários programas que beneficiavam essa agricultura, esse... só que às vezes as pessoas pegam o seu benefício e já colocam em outra coisa, não para colocar uma manicure, uma costureira, então tudo isso já teve verba! (Entrevistado 3 - SEMAD).
>
> [...] eu vejo que, enquanto pessoa, para promover esse desenvolvimento local, eu tenho que também fazer parte desse desenvolvimento. (Entrevistado 7 - EMATER)
>
> Então, se desenvolver, seria algo assim, de buscar mesmo! Eu acho que o desenvolvimento vem quando a gente procura, a gente vai em busca. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ).

Além da proatividade por parte do próprio cidadão, os entrevistados também pontuam a necessidade de o poder público promover a sensibilização da população para promover uma mudança de mentalidade e incentivar uma participação mais ativa e colaborativa por parte dos cidadãos nas discussões e no sucesso das políticas públicas no município.

Eles enfatizam que o governo precisa desempenhar um papel mais ativo na conscientização e na educação da comunidade, a fim de promover um maior engajamento cívico. Além disso, apontam que existem barreiras culturais e comportamentais que precisam ser superadas, como o medo, o receio ou até mesmo a preferência por comprar produtos de fora da comunidade, em detrimento dos produtores locais, como ressaltado pelos secretários de finanças, de agricultura e a secretária de administração.

> [...] Acho que em primeiro lugar, as pessoas precisam... eu não vou falar falta de interesse, que vai parecer muito arrogante. Eu acho, da minha parte, eu acho que o Estado precisa conscientizar mais as pessoas. Eu não acredito que seja uma parte mais das pessoas. Eu acho que a gente do estado precisa mais fazer esse trabalho de conscientização e de educação, né, nesse sentido, pra tentar levar a pessoa (à participação) (Entrevistado 4 - SEFIN, grifo nosso).

> [...] são divulgadas e são incentivadas (a participação cidadã), só que nós chegamos a uma cultura que o povo está um pouco, assim, tipo com medo, está com receio… não sei! A gente precisa quebrar esse tabu, porque realmente é complicado! (Entrevistado 1 - SEMAGRI, grifo nosso).

> [...] Tem gente que vai daqui do Santo Antônio vender lá no... lá em Salinas! Por que não vendem aqui no seu município, né, na própria localidade? Porque às vezes o pessoal daqui do nosso município, eles preferem comprar fora do que do próprio... da pessoa daqui de dentro do nosso município. Acho que ainda tá faltando, a gente trabalha muito essas pessoas assim (conscientizar a comprar do produtor local). (Entrevistado 3 - SEMAD, grifo nosso).

A promoção da governança democrática é abordada pelos entrevistados nesse contexto, por meio da construção de espaços e estruturas que incentivem e garantam a representatividade, a transparência e a participação da comunidade nas decisões políticas que envolvem o planejamento das ações governamentais.

O secretário de finanças menciona iniciativas adotadas pelo governo municipal como reuniões comunitárias para identificar as necessidades prioritárias de cada localidade, consultando e ouvindo suas preferências para a definição de projetos de infraestrutura, como o asfaltamento de ruas, abastecimento de água, dentre outras prioridades.

> [...] no início da gestão, **nós reunimos lá no Jutaí grande**, que é outra comunidade, **sentamos com a população** e falamos que a gente queria fazer uma obra de impacto, em que **perguntamos para eles qual era as necessidades principais deles** [...] Que foi que a gente construiu lá, o abastecimento, o **micro abastecimento de água da Vila do Jutaí grande**, que nunca teve.
> **No Jutaizinho**, que é outra comunidade lá, esse ano **nós sentamos lá, para começar, o asfalto da Vila**. Mas num orçamento a gente tem que fazer escolhas, nós chegamos com a comunidade e falamos, "olha, nesse primeiro momento a gente vai poder asfaltar tantas ruas e **eu quero que vocês escolham quais são as ruas**. Quais são as ruas que nós vamos asfaltar. Como vai melhorar para vocês, o escoamento de vocês, da produção, mas também qual vai melhorar a qualidade do modo geral com as vias mais transitadas...". **Na Vila, no Peri Meri esse ano nós fizemos a mesma coisa**, entendeu? Então a gente procura sempre sentar.
> **No brasileiro, nós fizemos uma reunião lá para saber qual é a principal necessidade da Vila**, entendeu. Então a gente sempre antes de fazer qualquer ação em qualquer Vila, a gente primeiro precisa saber, porque a gente não mora lá, entendeu? A gente precisa saber qual é a principal carência daquela Vila (Entrevistado 4 – SEFIN, *grifo nosso*).

Ele também menciona que frequentemente promovem diálogos com as classes profissionais de servidores públicos para resolver questões relacionadas às condições de trabalho e alocação de recursos, exemplificando que no início do governo se reuniram com os

profissionais da saúde para verificar a necessidade de iniciar uma nova obra na Unidade Básica de Saúde (UBS), e com os profissionais da educação e seus representantes sindicais para definir de quem teria direito e como seriam distribuídos recursos provenientes de um precatório.

> [...] Outros meios, **a gente sentou com os concursados da saúde**, com a classe da saúde, logo no início do governo e foi explicado para a gente que a UBS não tinha condição nenhuma de trabalho **e foi quando nós começamos a obra da UBS**. Saiu um recurso agora, do **precatório, da educação, e nós estamos em reunião com o sindicato**, paralelamente**, pra que eles definam**, quem são, de fato, quem tem direito a esse recurso **e como eles querem que seja feita essa divisão**. **Que a classe decida isso**, porque é um dinheiro da classe, não é nosso dinheiro. Então, a partir daí a gente sempre tenta fazer (Entrevistado 4 – SEFIN, *grifo nosso*).

O secretário ressalta a importância do princípio da construção coletiva, que segundo ele, foi um lema utilizado durante a campanha política. Ele argumenta que a busca da participação da comunidade na definição e execução de projetos é essencial para o sucesso das ações governamentais, e beneficia tanto o governo quanto a população, pois evita a realização de obras ou ações que não atendam às necessidades reais da comunidade.

> [...] Era muito do que a gente usava na campanha, o lema de construção coletiva. E a gente sempre tenta fazer isso. E eu acho que, sem demagogia, é melhor até para a gente**, porque é o que o povo vai se alegrar mais**! **Não adianta a gente fazer uma obra que o povo não queira!** E não adianta a gente vir com arrogância, "há, o povo não sabe o que é melhor para ele". Claro que ele sabe! E a gente, só é o executor desse recurso, e é isso que a gente procura trabalhar sempre. (Entrevistado 4 - SEFIN)

O presidente da APISAN também destaca a importância da participação popular na elaboração e discussão de leis municipais, como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele menciona que, embora não haja incentivo direto para a participação do povo, o que converge com os resultados obtidos na pesquisa quantitativa com os agricultores, seria positivo que a população se envolvesse nessas questões.

> Porque vamos supor, tem o PPA e tem a LDO que tem que ter a participação do povo…claro que não tem incentivo para o povo participar! Mas seria uma boa o povo estar participando dessas construções de leis no desenvolvimento do Município. Então, é mais ou menos isso. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Os entrevistados também mencionaram aspectos relacionados à importância do funcionamento eficaz das instituições na formulação, implementação e acesso às políticas públicas adequadas de desenvolvimento local, garantindo que estas atendam às necessidades da população em áreas como saúde, educação, agricultura familiar, como destacado pelo secretário de meio ambiente, secretário de finanças e presidente da AMJ:

> [...] o apoio das políticas públicas locais pode incentivar aí, dar um pontapé bem, bacana (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] acesso às políticas públicas como saúde, educação [...] políticas públicas que possam fomentar o trabalho dessas pessoas. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> E essa essa política pública a que a gente se refere, essa criação teria que ser uma criação séria de políticas sérias, que viessem atender principalmente à agricultura familiar. (Entrevistado 5 - SEMMA)

O chefe da Emater e o Vice-prefeito também evidenciaram o papel das instituições na mediação do acesso a recursos, como financiamentos para fortalecer atividades econômicas:

> [...] Então a Emater tem como mediar esse incentivo através do Pronaf. O programa de fortalecimento da da agricultura familiar, é uma forma de levar recurso financeiro para fortalecer a atividade que ele já desenvolve (Entrevistado 7 - EMATER)

> [...] o próprio governo do estado entendeu, tem um programa chamado é, desenvolvimento sustentável, entendeu que é um programa muito bom, entendeu? A gente (governo municipal) está correndo, está, inclusive até mesmo com o presidente da da federação dos municípios, para que a gente tenha esse apoio, entendeu? A gente conseguindo esse apoio do desenvolvimento sustentável e trouxer isso, vai ser muito benéfico para o município, para a população (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

Também são pontuadas a importância de diferentes instituições no fornecimento de orientações transparentes para que os cidadãos possam aproveitar as políticas públicas disponíveis, como programas de financiamento para agricultores, bem como da importância de se ter um sistema eficiente que oriente e estruture as interações sociais, especialmente na organização e cadastramento dos cidadãos para acesso a recursos e programas sociais.

> [...] mas incentivos também levando esse produtor ao conhecimento de como conseguir empréstimos. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] falta mais divulgar, né? Se falta falar mais abertamente de programas, de políticas públicas que incentivem mesmo o trabalhador (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] Então, para contribuir com a prefeitura, o poder público, a gente tem todas as regras que a gente se baseia naquilo, né, [...] a gente não mistura, por exemplo, o que for da prefeitura, é da prefeitura o que for nosso é nosso, né, nós não misturamos assim o nosso trabalho né? [...] e a gente dá aquela possibilidade do associado procurar a gente e a gente dá aquela informação, pra dar mais ou menos assim, o que pode, o que não pode (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

> [...] Hoje as associações estão fortalecidas pra se cadastrarem, pra poder alcançar os recursos das políticas públicas, porque o governo hoje não dá recurso para qualquer pessoa [...] pra gente poder receber um recurso das políticas públicas a gente tem que estar todo organizado. É, com o seu CPF limpo, cadastrado no cadÚnico né, fazendo parte do bolsa família e das associações [...] então é a partir a partir de 18 anos, a pessoa já pode se cadastrar lá no cadÚnico [...] aí ele já passa a ter um favorecimento da política pública (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

O bom funcionamento das instituições também se estende ao compromisso em garantindo o acesso aos serviços público, atendendo às demandas da população mesmo diante de recursos limitados, como destacado pelo chefe da Emater:

> [...] **enquanto servidor da Emater, servidor público, eu tenho que ter também o compromisso de querer** ajudar, especialmente o meu público, que é o agricultor familiar. Hoje, infelizmente, a gente depende muito também de demanda, porque, o quadro social, o quadro de funcionários da empresa se resume somente a mim, mas isso por conta do município que é de porte pequeno. Mas eu posso te antecipar, te dar garantia aqui que, até hoje, graças a Deus, eu ainda não fiquei com uma demanda que eu não consiga atender. Então enquanto eu tiver, condições físicas de estar fazendo esse atendimento **enquanto servidor da Emater, eu vou fazer.**
> Inclusive tomando como referência outros municípios maiores, que tem oito, nove, dez técnicos, a gente é até parabenizado, porque se a gente for colocar proporcionalmente, a gente atende muito mais que esses escritórios**. E assim eu tenho esse compromisso, tanto profissional, como pessoal com promoção do desenvolvimento local de Santarém Novo** (Entrevistado 7 – EMATER, *grifo nosso*)

Por fim, na abordagem dos aspectos relacionados à Dimensão Política (Nacional), os entrevistados destacam a importância da cooperação interinstitucional e da articulação entre diferentes esferas de governo e organizações da sociedade civil para enfrentar desafios e alcançar objetivos comuns. Para eles, a promoção do desenvolvimento local requer uma formação mais ampla de parcerias e da sinergia de ações para uma abordagem colaborativa e integrada, que envolva a participação ativa do governo, da sociedade civil e do setor privado, além de parcerias estratégicas entre diferentes atores e instituições.

Nesse contexto, destacam a parceria entre o Estado e o município, sugerindo a necessidade de apoio mútuo para promover políticas públicas eficazes e a importância do envolvimento ativo da prefeitura nas iniciativas de desenvolvimento, como nos excertos:

> [...] tem que ter mais incentivo vindo por parte de um geral, né? De um geral! Tanto local, quanto... tanto municipal, quanto do Estado. (Entrevistado 2 - SEMED)

> [...] Então, nesse contexto, é de extrema importância que essas duas entidades (SEDAP e SEMAGRI), principalmente a prefeitura, ela esteja envolvida, né? Para promover esse desenvolvimento. (Entrevistado 7 - EMATER)

Além disso, são ressaltados os esforços conjuntos entre as secretarias municipais, de agricultura e meio ambiente, bem como a necessidade de maior suporte da administração pública municipal para realizar suas atividades de forma mais eficaz e abrangente.

> [...] a agricultura familiar, a parte prática, ela está mais ligada direta à Secretaria de agricultura do município. A Secretaria de meio ambiente, ela age conjuntamente no

> sentido de evitar que no momento em que está se praticando o ato da agricultura familiar, que sejam evitados impactos ao meio ambiente, né. Então a Secretaria de meio ambiente, ela trabalha neste sentido de orientação, né, de acompanhamento das atividades da agricultura familiar para que possa causar o menor impacto ambiental possível aqui dentro do município. (Entrevistado 5 - SEMMA)
>
> [...] A gente faz através de palestras nas comunidades, até porque a Secretaria infelizmente ainda não dispõe de um prédio próprio que está em construção ainda. A nossa equipe técnica é uma equipe capacitada, né, é uma equipe muito responsável e a gente acompanha os agricultores em suas residências, né, no próprio local dessas atividades e quando possível, em reuniões nas comunidades [...] Dentro das possibilidades, a Secretaria de Meio Ambiente, ela tem assistencializado sim as atividades da agricultura familiar dentro do município. Infelizmente, a própria Secretaria também precisa de mais apoio da administração municipal (Entrevistado 5 - SEMMA).

A busca por convênios e emendas também é citada pelo presidente da AUREMC-MG como uma estratégia para fortalecer a agricultura local e atrair recursos adicionais para o município, bem como a importância de parcerias público-privadas, pelo secretário de agricultura como forma de atrair investimentos para a região:

> [...] Olha, eu acho que isso seria muito bom através de umas emendas, né, que o governo ele pode fazer emenda, com parceria, conveniado com a Resex, ele pode fazer essa emenda estadual para que chegue, né, vamos dizer, a gente fazer a emenda que venha para associação com apoio da prefeitura. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)
>
> [...] É, eu acho que o que ele tem que fazer, é, o secretário da agricultura, ele... ele procurar mais força lá, né, com as pessoas competentes para trazer recursos para a agricultura, é, emendas. Emendas para fortalecer o agricultor, é muito importante, né? (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)
>
> [...] O governo, ele pode promover esse desenvolvimento através de parcerias com as empresas (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

Além disso, a necessidade de apoio e cooperação entre as associações locais e o poder público, nesse caso, a prefeitura, é tida como fundamental para garantir o sucesso das políticas públicas de desenvolvimento local, o fortalecimento das comunidades e o atendimento das necessidades da população, como destacam os presidentes da AUREMC-MG e da APPRSAT:

> [...] É preciso que a gente esteja todo alinhado, no meu pensamento, todo alinhado como parceiros. A prefeitura com associação limpa, né, e correr atrás de recurso para que nós possa estender para o nosso povo de dentro do município [...]
>
> [...] É, eu vejo assim, porque sempre a gente teve uma parceria com a prefeitura, né? Com a prefeitura aí em termos de trabalho, assim, sempre está atrelado com a prefeitura, né? Sozinho, acredito que ficaria mais difícil pra gente. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)
>
> [...] através da Secretaria do meio ambiente, junto com a reserva, com parceria a gente pode estar junto trabalhando com os agricultores [...] Eu acho que seria um passo

> muito grande a gente estar junto, como falei ainda agora, em parceria, né? Pra gente poder caminhar. (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

A nuvem de palavras, apresentada na figura 142, destaca os termos mais recorrentes, dentre eles: “procurar”, “município”, “agricultura”, “povo”, “apoio”, “desenvolvimento”, “secretaria”, “políticas”, “públicas”, “familiar”, “participação”, “recurso”, “governo”, “conferências”, “prefeitura”, “pessoa”, “emendas”, “meio”, “ambiente”, “agricultor”, “população”, “próprio”, “local”, “incentivo”, “participar”, “querer” e “parceria”.

Figura 140 - Nuvem de palavras - Dimensão Política (Nacional)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

4.3.8 Dimensão Política Internacional

A Dimensão Política Internacional, conforme Sachs (2009), assume uma importância fundamental no âmbito da governança global, buscando equilibrar interesses globais e locais em prol de um desenvolvimento sustentável e inclusivo em escala planetária. Nessa perspectiva, a dimensão em questão está intrinsecamente ligada ao papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências na prevenção de conflitos, manutenção da paz e na

promoção da cooperação entre os países.

Ele ressalta a importância de um co-desenvolvimento equitativo entre países do Norte e do Sul, bem como o controle institucional efetivo do sistema financeiro global e a aplicação do princípio de precaução na gestão de questões globais, como a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, garantindo a proteção da diversidade biológica e cultural. Além disso, ele também delineia como critérios para a sustentabilidade nesta dimensão, a promoção da colaboração científica e tecnológica internacional reforçando sua posição como patrimônio comum da humanidade e não apenas como uma mercadoria (SACHS, 2009).

Em relação às percepções de desenvolvimento dos entrevistados relacionados à Dimensão Política Internacional, apenas o presidente da AUREMC-MG expressou algumas considerações pertinentes a esta dimensão durante suas falas. Embora elas não tenham sido citadas diretamente como concepções de desenvolvimento, ou seja, explicitamente associando-a como parte necessária para a promoção do desenvolvimento sustentável, foram identificados aspectos compatíveis com a dimensão em comento, ao ser mencionada a parceria entre a associação (AUREMC-MG) e Organização de atuação internacional, Rare.

Como visto em sessões anteriores (seções 4.1.4.6 e 4.1.4.9), a ONG, em questão, desempenhou um papel importante para o fortalecimento das atividades da associação e da comunidade extrativista local, apoiando-os também em iniciativas para a obtenção de ajuda humanitária em momentos de crises sanitárias, como a Pandemia de Covid-19, como destacado pelo presidente da AUREMC-MG.

> [...] logo, logo a gente conseguiu um recurso da Rare, é, que a gente limpou a associação. Foi uma grande ajuda que nós tivemos, né, limpou a associação. E a gente também conseguiu uns cartões pela Rare, né, que foi o "Gerando Falcões" e também conseguimos 34 toneladas de alimentos já em 2021 (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG).

Corroborando com as informações apresentadas anteriormente, salienta-se que a Rare vem apoiando comunidades tradicionais ao redor do mundo no desenvolvimento de soluções locais, baseada na comunidade, para o enfrentar desafios da conservação global, buscando revitalizar os ecossistemas costeiros marinhos, incluindo manguezais e recifes de corais, equilibrando a sua conservação com o uso humano, a fim de proteger a biodiversidade e impulsionar o sustento de comunidades pesqueiras ao redor do mundo (Rare Brasil, 2020).

No Brasil, a Rare atua desde 2014 promovendo a pesca artesanal sustentável ao longo

do setor costeiro e marinho brasileiro por meio do Programa "Pesca para Sempre[34]", que tem por objetivo a promoção da gestão de base comunitária. Atualmente a organização concentra os esforços no Estado do Pará, em 12 reservas extrativistas marinhas, promovendo o aprimoramento da gestão participativa e a governança da atividade pesqueira por meio da cooperação com uma rede de parceiros, dentre eles, lideranças comunitárias, associações locais, lideranças públicas de órgãos municipais, estaduais e federais, universidades e outras organizações da sociedade civil e filantrópicas (Rare Brasil, 2019; 2020).

Fazem parte do sistema costeiro paraense, as Reservas Extrativistas, Chocoaré - Mato Grosso, Mãe Grande de Curuçá, Mestre Lucindo, Maracanã, Cuinarana, Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Gurupi-Piriá, Arai-Peroba, Soure, São João da Ponta, Mocapajuba. Recentemente o Governo Federal, criou por meio do Decreto Nº 11.958 de 21 de março de 2024, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, duas novas Unidades de Conservação Federais no Estado, sendo elas, as Reservas Extrativistas Marinhas Filhos do Mangue (localizada nos municípios de Primavera e Quatipuru) e Viriandeua (municípios de Salinópolis e São João de Pirabas), sendo a RARE uma das entidades apoiadoras da criação dessas reservas que parte de um esforço coletivo de comunidades extrativistas e lideranças locais.

Em parceria com a SEMAS, a ONG desenvolve ações importantes, os quais incluem, o apoio ao Cadastro Ambiental Rural das Reservas Extrativistas Marinhas, diagnóstico socioeconômico de comunidades pesqueiras e políticas de gerenciamento costeiro do estado.

Entre os projetos desenvolvidos pela Rare nas Resex, destacam-se ações como a rede Mães do Mangue, que promove o protagonismo das mulheres extrativistas no manejo sustentável dos manguezais. Em Bragança e Tracuateua, iniciativas incluem a produção artesanal de paneiros do mangal, que reforçam a valorização dos produtos da sociobiodiversidade. Esses paneiros incluem itens como artesanato e alimentos, destacando a conexão cultural e ancestral com o mangue e gerando renda sustentável para as comunidades locais. Outras atividades incluem o incentivo ao manejo sustentável, plantio de árvores em áreas degradadas, e campanhas de conscientização sobre a importância de preservar os períodos de

[34] O programa "Pesca para Sempre" propõe um processo colaborativo de gestão sustentável da pesca artesanal, capacitando lideranças locais para estimular o engajamento nos territórios extrativistas em ações que buscam, além de recuperar produtividade pesqueira, favorecer práticas de manejo mais sustentáveis e rentáveis para reduzir as vulnerabilidades sociais nas comunidades. Para tanto, busca o aprimoramento de políticas pública de governança, capacitando e instrumentalizando pescadores em uma abordagem centrada na adoção de comportamentos e incorporação de valores positivos, incorporando também em 2020 a abordagem de inclusão financeira e mercados, questões de gênero e adaptação às mudanças climáticas, com objetivo de promover o envolvimento efetivo dos atores nos processos de gestão do território e dos recursos extrativistas das unidades de conservação, bem como uma maior igualdade social, segurança alimentar e resiliência a impactos externos, especialmente os relacionados às mudanças climáticas. (Rare Brasil, 2019; 2020).

reprodução dos caranguejos e outros organismos.

Em Santarém Novo, a organização colabora com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré-Mato Grosso ao promover além do fortalecimento da gestão de base comunitária do território e dos recursos pesqueiros, a inclusão financeira das famílias extrativistas a partir da implementação de projetos de geração de renda que valorizam os recursos locais e os modos de vida das populações tradicionais, como o projeto de produção artesanal de óleos vegetais, voltado para as mulheres da comunidade e a criação de clubes de poupança para as envolvidas no projeto, como destacado pelo presidente da AUREMC-MG:

> [...] A gente já tem projeto. Já tem projeto criado aqui funcionando, né, o Projeto do Maretório. Temos o grupo de poupança, né, funcionando aqui, graças a Deus, temos! Está novo, mas está funcionando, né? Nós temos vontade ainda de querer estender para as outras comunidades pra que esse ano que vem agora, ir melhorando mais . (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

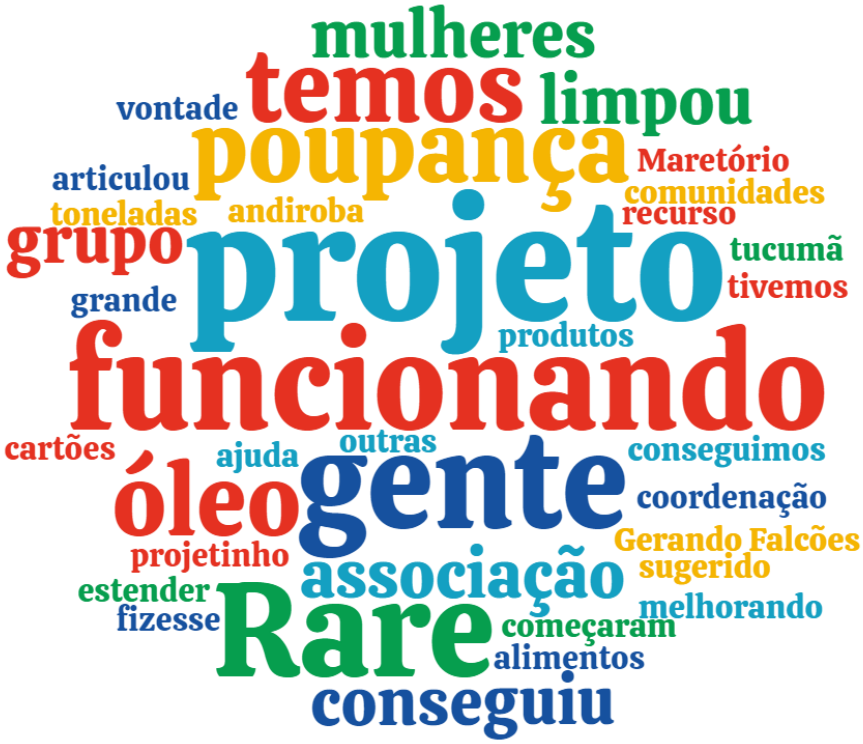
> É esse projeto deles aí, é só das mulheres. Das mulheres, com um projetinho. A Rare veio aqui e articulou direitinho com eles, né, e eles começaram a fazer aí. Esse projeto é da... é sobre o óleo da andiroba. Óleo dos produtos como a andiroba, o óleo do tucumã... esses aí. E aí, através dessa coordenação deles (da Rare), do projetinho, foi sugerido que fizesse o grupo de poupança e agora também está funcionando aí. Tem uma poupança! (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

Nesse contexto, entende-se que mesmo que não tenha havido uma abordagem direta da dimensão política internacional nas falas dos entrevistados, os elementos mencionados pelo presidente da AUREMC-MG refletem uma compreensão implícita desses aspectos, evidenciando a relevância da cooperação internacional e da governança global efetiva e colaborativa para enfrentar os desafios socioambientais globais contemporâneos ao mesmo tempo em que respeita as particularidades e necessidades das comunidades locais.

Assume-se que a parceria entre a AUREMC-MG e a RARE Brasil exemplifica como a atuação de organizações não governamentais pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável em nível local, alinhando-se com os princípios de equidade, cooperação e preservação ambiental preconizados por Sachs, como elementos-chave para a construção coletiva de um futuro sustentável e inclusivo para todas as nações.

A nuvem de palavras (figura 143) abaixo apresenta os termos mais recorrentes presentes nas falas do entrevistado, com destaque para os termos: “projeto”, “funcionando”, “Rare”, “óleo”, “gente”, “associação”, “poupança”, “mulheres”, “temos”, “limpou”, “conseguiu”, “maretório”, “comunidades”, “cartões”, “ajuda”, Gerando Falcões”, “articulou”, “alimentos”, “toneladas”, “projetinho”, “coordenação”, “melhorando”, como pode ser visto:

Figura 141 - Nuvem de Palavras - Dimensão política Internacional



Fonte: Elaborado pela autora

4.3.9 Perspectivas sobre Desenvolvimento Humano e Contribuições para um mundo melhor

De forma complementar, buscou-se compreender mais amplamente as concepções dos principais tomadores de decisão, entrevistados, em relação ao desenvolvimento humano, bem como suas perspectivas sobre como contribuir para um mundo melhor. Inicialmente, buscou-se investigar o entendimento dos entrevistados sobre os conceitos e finalidades do desenvolvimento, buscando compreender se saúde, educação e renda, assim como os bens materiais que o dinheiro pode comprar, são considerados como a única finalidade do desenvolvimento humano ou se há outras dimensões a serem contempladas. Também foram exploradas suas percepções sobre a existência de distinções entre o desenvolvimento humano e condições materiais de existência.

Por fim, indagou-se sobre as ações que os entrevistados acreditam poderem contribuir para tornar o mundo um lugar melhor. Estas questões visam elucidar as diferentes perspectivas dos entrevistados em relação ao desenvolvimento humano e à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Os questionamentos realizados durante a entrevista são apresentados nos apêndices B e C.

No que concerne às finalidades do desenvolvimento humano, os entrevistados manifestaram duas perspectivas distintas. A primeira delas considera que saúde, educação,

renda e o que o dinheiro pode adquirir são condições fundamentais, constituindo a base para assegurar o desenvolvimento humano. Essa perspectiva está predominantemente vinculada ao atendimento das necessidades básicas de sobrevivência, como adquirir conhecimentos, evitar a fome e obter bens materiais essenciais. Essas condições são vistas como um ponto de partida para o desenvolvimento humano, estando correlacionadas ao alcance de outras liberdades instrumentais, como direitos e oportunidades, que influenciam as capacidades das pessoas, como destacado por alguns deles:

> [...] Educação, dinheiro, saúde, você não pode faltar para ninguém. Sem dúvida nenhuma, são acontecimentos essenciais. Eles necessitam estar presentes na vida de cada um de nós [...] sempre existe algo a mais para somar, mas essas três bases, elas são necessárias para o início [...] É o alicerce, é o pilar. O desenvolvimento humano, ele é o pilar para qualquer crescimento posterior (Entrevistado 5 - SEMMA)
>
> [...] É, em parte é esses três seriam, né (a finalidade do desenvolvimento humano), para iniciar a questão do desenvolvimento (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)
>
> [...] A minha resposta seria, sim, em parte. Porque também, para o desenvolvimento humano, você precisa de saúde, educação, dinheiro para comprar, ou para arcar, para algumas situações. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
>
> [...] Então eu acho que o seguinte, a saúde, educação... a saúde, educação e a renda, digamos, claro, é... Uma coisa, tipo assim, geralmente vai entrelaçando a outra, né? [...] E essas três coisas, que é saúde, educação, e digamos, o dinheiro. Entendeu, então... enfim, a gente precisa de tudo isso. A gente precisa de tudo isso para a gente poder crescer, para poder evoluir, para poder andar para frente, para poder ser uma pessoa... [...] uma pessoa boa (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

Os entrevistados enfatizaram que a privação de qualquer um desses aspectos (saúde, educação e renda) pode interferir no desenvolvimento humano. Em suas falas, expressaram a importância vital desses elementos para a construção de uma base sólida para o progresso individual e coletivo. Por exemplo, mencionaram que a educação é o pilar primordial para qualquer crescimento posterior, destacando que o acesso a saúde, educação e renda são essenciais para garantir uma qualidade de vida melhor e possibilitar o avanço pessoal, como pode ser destacado nas falas do chefe local da Emater:

> [...] Eu vou resumir dizendo o seguinte, a gente sem poder consumir as coisas que a gente gosta, sem poder se alimentar ou dar alimentação para nossa família, não tem a possibilidade da pessoa dizer que ela é feliz [...] Se eu consigo atender toda a minha demanda e para isso eu vou precisar, sim recurso financeiro, porque não adianta eu, por um lado, garantir toda a minha alimentação, mas se eu não consigo me vestir. Então, é, tudo isso tem que estar relacionado. E assim, para que a pessoa consiga chegar a esse ponto, ele tem que passar pela educação, ele tem que ser, é, instruído de alguma forma. Tem que ter um entendimento mínimo para ele poder... ele se alimentando bem, pode até procurar menos a saúde, mas infelizmente estamos sempre passivos a passar por uma fatalidade, e aí a saúde tem que estar a postos. Então ela (saúde) tem que estar ali condizente com essa necessidade do município e a infraestrutura da mesma maneira [...] Então tudo isso está correlacionado. Então

> desenvolvimento sem infraestrutura, sem as políticas públicas funcionando sem a educação, sem uma garantia de renda, eu não vejo a possibilidade. (Entrevistado 7 - EMATER, *grifo nosso*)

A importância da educação e a saúde é evidenciada nas falas da presidente da AMJ e do presidente da APPRSAT:

> [...] Tanto a educação quanto a saúde, né, como meu próprio pai disse, né, enquanto eu tiver saúde, eu estou trabalhando, porque se a gente não tiver saúde, não se tem trabalho, não tem, né, não tem êxito e a família toda sofre com isso. Então saúde, né, educação (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> [...] Ter uma boa educação, né, com certeza isso. Se não tiver educação, não vai ter desenvolvimento humano, né, porque tudo vem de que tem uma boa educação né, do aprendizado. Como no seu caso, né? No seu caso, isso que você tá buscando é o quê? o aprendizado humano, né? O aprendizado humano. E eu vejo dessa forma. E sempre que tiver um bom desenvolvimento e um bom aprendizado, com certeza a gente vai crescer (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

A relevância da renda também é evidenciada pelo presidente da APPRSAT no trecho:

> [...] Eu vejo que... às vezes a gente diz que o dinheiro não é tudo, né, mas a gente vê que sem ele a gente não pode se desenvolver, né, depende de como a gente buscar, né, às vezes. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Apesar da importância atribuída à renda para o alcance das liberdades, observa-se uma reflexão sobre a necessidade de considerar não apenas os aspectos materiais do desenvolvimento, uma vez que priorizar exclusivamente este aspecto em detrimento dos demais pode resultar em comportamentos individualistas e egoístas. Ao concentrar-se apenas em si mesmas e no que podem adquirir para seu próprio benefício, as pessoas podem negligenciar outros aspectos importantes do desenvolvimento humano.

> [...] porque se eu pensar só no material, no poder de compra, né, justamente eu vou pensar só em mim, né, eu vou pensar só naquilo que eu posso comprar, naquilo que é meu, naquilo que, enfim se torna... Nos tornamos pessoas mais egoístas, né? [...] mas isso (dinheiro e poder de compra) também não é o principal, é para que a gente possa se sentir bem (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, grifo nosso)

> [...] eu sei que, por exemplo, o dinheiro, se a pessoa tem só o dinheiro, entendeu, ele vai, digamos, ele pode se tornar uma pessoa, mesquinha, uma pessoa entendeu, egoísta, uma pessoa que.. (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

> [...] Não vai adiantar eu ter, é... ser bem financeiramente, mas se eu não tenho desenvolvimento humano, não tenho uma posição como ser humano! Isso vai me atrapalhar! Eu posso crescer e ao mesmo tempo posso cair! (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Convergindo com o pensamento de Sen (2000) sobre o desenvolvimento, a eliminação das privações de liberdades substanciais desempenha um papel construtivo no processo de desenvolvimento humano. Essas privações estão relacionadas às capacidades essenciais, como a luta contra a fome, a subnutrição e a morte prematura, bem como às capacidades intelectuais, ligadas ao aprendizado, pensamento e expressão. A privação dessas capacidades substantivas limita as escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem plenamente sua condição como agentes do desenvolvimento. Por outro lado, sua expansão proporciona oportunidades para que as pessoas controlem e decidam sobre seus próprios destinos, tornando-se tanto o fim quanto o meio para o desenvolvimento.

Sen (2000) identifica cinco tipos de liberdades instrumentais que contribuem para o aumento da liberdade substantiva geral desfrutada pelos indivíduos: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Todas essas liberdades têm importância conjunta para essa expansão, e sua presença ou ausência influencia diretamente na ação dos indivíduos e em sua interação com as diversas instituições.

Segundo Sen (2000), as facilidades econômicas representam uma das liberdades instrumentais mais importantes. Elas estão associadas às oportunidades de utilização de recursos econômicos para consumo, produção ou compra pelos indivíduos, atribuindo à renda um papel significativo. No entanto, Sen ressalta que a renda deve ser considerada dentro de um quadro mais amplo, uma vez que a pobreza não implica necessariamente na privação de bens e renda, mas sim na privação de capacidades básicas. A pobreza vai além das necessidades materiais insatisfeitas e pode impedir a vivência de uma vida tolerável, estando intrinsecamente ligada à existência de outras liberdades instrumentais.

Todos os entrevistados, apesar de em alguns momentos terem entendimentos distintos sobre a finalidade do desenvolvimento humano, em geral, compreendem que o desenvolvimento humano, tal como Sen, depende de uma combinação de fatores que transcendem as necessidades básicas como saúde, educação e renda. Isso é observado em suas falas, que mencionam não apenas o desenvolvimento de aspectos sociais, e elementos ligados ao acesso a políticas públicas e à melhoria da infraestrutura municipal, mas também aspectos culturais, políticos, éticos e de acesso ao lazer. Consideram ainda aspectos psicológicos relacionados à satisfação, bem-estar, saúde mental, autoestima e felicidade, que se complementam para a concepção do que seria necessário para o desenvolvimento pleno do ser humano e da sociedade, como pode ser destacado nos excertos abaixo:

> [...] Mas não é só isso! Você precisa do lazer, da questão psicológica, você precisa também da infraestrutura, vamos imaginar... como eu estava conversando com o prefeito hoje, esses ramais... É uma bênção para nós que estamos ajeitando os ramais aqui, de Peri Meri até a Vista Alegre, que realmente, para esse deslocamento, através de ônibus, carro pequeno, moto, até bicicleta, um ramal péssimo, você acaba quebrando tudo. Então, além desses três, tem a questão do lazer, cultura, a questão do turismo, a questão da infraestrutura do município, que isso influencia muito, a questão também do bem-estar de cada um. Então, basicamente é isso, a questão do desenvolvimento. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] O entretenimento como que é também é muito importante o esporte, a música, a cultura, mas também o acesso à essa cultura que é muito importante. Mas também a política, a religião, que esse cidadão tenha esse pensamento-crítico, de modo geral. Eu também acho que isso faz parte desse desenvolvimento. (Entrevistado 4 - SEFIN)

> [...] Mas além disso, nós temos também a questão do lazer, porque se você só trabalha, trabalha, só, estuda, só estuda, não relaxa a mente, você pode no futuro ter problemas psicológicos. Isso é ruim para a população, né, para as pessoas. E além de você adquirir problemas psicológicos, você também pode adquirir problemas de saúde físico, né? (Entrevistado 9 - Presidente da APSAN)

> [...] porque se a gente não tiver bem psicologicamente, não tem como a gente crescer. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Além disso, percebe-se uma dimensão mais subjetiva nas falas dos entrevistados, ligada aos valores éticos, religiosos e ao fortalecimento das relações sociais com a família e a comunidade, que remetem à solidariedade, à fraternidade e ao respeito. Para eles, religião e a fé são consideradas importantes para a estruturação das mentalidades e comportamentos humanos. Alguns entrevistados, como a presidente da AMJ, expressaram entusiasmo em suas falas, demonstrando vigor, prazer, admiração e sorrisos ao discutir esses aspectos.

> Bom, é... Eu como cristã, né, acredito que uma das coisas também, que se dá no desenvolvimento humano, seja a concepção de religião, também né, se ter ali a participação, independente de quais sejam, né, a religião, porque a religião nos ensina os nossos princípios, a nossa moralidade, nos ajuda nesse sentido. Nos ajuda é, no entusiasmo de bem-viver, no como tratar o outro, do respeito, né, e aí, na minha concepção, entraria a parte religiosa, né (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

> É porque a gente vê, é... Pessoas que têm tudo isso (saúde, educação e renda), né, e não se consegue… não se tem um desenvolvimento, porque não são felizes, né!? Não se tem essa concepção de que eu não preciso só disso, né!? Eu preciso do meu lazer, eu preciso do respeito ao próximo… eu preciso estar ali, ligado à minha família, eu preciso do meu bem social, assim, no sentido de que, eu preciso tratar as pessoas com respeito, eu preciso fazer, é… até mesmo, olhar para o lado ver quem está sofrendo. Ver quem está passando dificuldades, enfim! Essas coisas que eu acredito que seja a religião que nos ensina, né? Pelo menos é esse o meu... A minha concepção, né, eu acredito nisso (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, grifo nosso)

> [...] Eu digo que eu mudei bastante (em relação) ao que eu acreditava, ao que eu já vivi lá atrás, eu mudei bastante, né? E a religião me trouxe isso, que o poder de compra ele não é suficiente pra te trazer a plena felicidade, a plena satisfação contigo mesmo, ele não tem isso, por quê? Porque muitas coisas que você compra, por comprar, né, às vezes não é algo que você está precisando! Não é algo que… que vai te trazer aquilo que o bem-estar, digamos, a paz no coração que vai te trazer de poder ajudar o outro,

> de poder, sei lá! Está ali de alguma forma, contribuindo para alguém melhorar de vida. [...] Então acredito que seria mesmo esse, acrescentar Esse acréscimo, né, que eu faria, em relação à religião, aos valores… (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, grifo nosso)

> Primeiramente, é pedir espiritualidade. Espiritualmente, se você não estiver bem, você não vai conseguir fazer outras coisas, não. Eu acredito nisso, espiritualmente, é o principal. O foco principal e a gente está bem espiritualmente, né, saber distinguir uma coisa da outra, né? (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Outro aspecto observado foi o apreço e o respeito por si mesmo, evidenciados como amor próprio nas falas da secretária de educação, que se emocionou ao falar sobre o assunto:

> [...] Isso aí né, também... dinheiro, saúde, educação [...] Eu acredito que também, o amor-próprio que nós... porque o que adianta tu ter tudo isso e tu não ter amor-próprio, né? Pra questão humana mesmo, eu acho também que é o principal, né, isso aí. (Entrevistado 2 - SEMED)

A da nuvem de palavras gerada (Figura 144), destaca os aspectos mais citados pelos entrevistados que contribuem para o alcance do pleno desenvolvimento humano e da humanidade, transcendendo aos aspectos básicos como saúde, educação, renda e tudo o que o dinheiro pode comprar.

Alguns dos termos mais frequentes, dentre outros, são: “ gente”, “educação”, “saúde”, “poder”, “dinheiro”, “humano”, “tudo”, “religião”, “pessoa”, “tiver”, “preciso”, “coisas”, “aprendizado”, “desenvolvimento”, “principal”, “acredito”, “só”, “comprar”, “compra”, “infraestrutura”, “fundamental”, “principal”, “crescer”, “concepção”, “comprar”, “família”, “lazer”, “respeito”, “fé”, “espiritualmente”, “psicologicamente”, dentre outras, como pode ser observado, na figura 144, a seguir.

Figura 142 - Aspectos necessários para o pleno desenvolvimento do ser humano e da humanidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

No que diz respeito às percepções sobre a existência de diferenças entre as condições materiais de existência e o desenvolvimento humano, constatou-se que os entrevistados enxergam essa relação a partir de duas perspectivas distintas. A primeira é vista como fatores encadeados e indissociáveis, requerendo harmonia entre todos os aspectos para que o ser humano desenvolva-se plenamente, como observado pelo secretário de meio ambiente, pelo vice-prefeito e pelo presidente da APPRSAT:

> Olha, elas precisam crescer juntas, não pode separar o crescimento econômico do crescimento intelectual, do crescimento moral, enfim. Eles precisam caminhar juntos, elas precisam crescer, é de forma equilibrada. É para que a gente tenha um crescimento humano ou social de uma forma equiparada, equilibrada ali. (Entrevistado 5 - SEMMA)

> Não, eu acho o seguinte, eu acho que uma coisa é em função de outra, entendeste? [...] Então eu acho que é uma cadeia, entendeu, uma cadeia que uma coisa é em função de outra (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

> [...] Isso aí eu ainda não parei... não parei ainda pra pensar. Pra pensar, analisar... mas

> eu acredito que talvez não faça muita diferença não. Essa é a minha opinião. (Entrevistado 11 - Presidente da APPRSAT)

Por outro lado, os demais entrevistados compreendem que, apesar de interdependentes, a relação entre essas duas condições é distinta em suas possibilidades, como destacado:

> Acredito que tem diferença, mas diferente do que muito se propaga também, não acredito que são coisas dissociadas. [...] são duas coisas que não são dissociadas, mas são diferentes, sim, nas suas esferas. (Entrevistado 4 - SEFIN)
>
> É, sim. Mas eu acho que essa... que ela vai ser vista, né, com extrema relação em qualquer lugar. Em todo lugar ela vai existir essa correlação. Eu não acredito que exista desenvolvimento sem que haja uma infraestrutura compatível. (Entrevistado 7 - EMATER)
>
> Eu acredito que quando a gente tem um desenvolvimento… desenvolvimento financeiro, ne, economicamente bem, a gente também tem um desenvolvimento humano. Eu acho que uma coisa vai levando a outra, né? [...] Eu acredito assim, que tem diferença, sim, no sentido que, por exemplo, o meu desenvolvimento humano, é, não significa que eu tenho que ter, digamos assim, muito dinheiro para isso, né? Eu posso crescer humanamente sem precisar ter rios de dinheiro, por exemplo, né? [...] Mas acredito que uma coisa agrega a outra, sim, porque se eu tenho uma boa estrutura, se eu tenho, é, honestidade, os valores morais, né, isso me ajuda a ter um desenvolvimento econômico melhor, né, porque aí eu tenho boas relações [...] Porém, eu acredito que quando se tem um crescimento humano bom, a gente consegue também buscar o desenvolvimento econômico [...] eu acho que uma coisa agrega outra, porém, tem assim algumas diferenças. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

As interpretações sobre esse entendimento são diversas, como pode ser observado no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Aspectos do desenvolvimento humano x condições materiais de existência

Aspectos Humanos	Aspectos Materiais
E na questão do desenvolvimento humano, é a questão da qualidade de vida de cada um deles. Já poder fazer uma faculdade, já poder fazer um curso técnico (Entrevistado 1 - SEMAGRI)	O desenvolvimento das condições materiais é a pessoa como antigamente. Você andava no município e via muita casa de taipa, que se chamam taipa, mas é de barro. Se fazia de barro, de tábua, enfim. Hoje, você vê a maioria de alvenaria, então, houve esse avanço na questão das condições materiais. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
É a questão da qualidade de vida. Porque nós sabemos que essa qualidade de vida, na questão psicológica, na questão física, ela é muito difícil, porque hoje nós estamos vivendo o mal do século, questão da ansiedade, depressão e assim por diante. Então, também essa questão do desenvolvimento humano está relacionada a isso. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)	E sem contar que a pessoa tem uma moto, tem um carro, já consegue ter um carro, e empreendendo para escoar sua produção (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
É, para eu ter a parte humana, no desenvolvimento humano, eu preciso de uma boa infraestrutura de saúde, né, de lazer [...] o lazer, esporte, nesse sentido (Entrevistado 2 - SEMED)	Na questão do desenvolvimento material, de forma geral, é uma questão do que a pessoa vai conseguir. É a questão dos bens materiais, carro, moto, casas, enfim. [...] Na questão, porque se não tem alimento na mesa, se você não tem recurso, vai complicar a questão do desenvolvimento humano. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)
Porém, é claro que só o desenvolvimento financeiro não compensa. É importante também que a gente melhore enquanto ser humano e esse melhoramento de enquanto ser humano, ele não é só, de novo, quando você está numa universidade, e sim, também, conhecimento de vida.	É trabalhar realmente é voltado para a parte de... das políticas de infraestrutura da cidade [...] e a gente, a parte, não adianta ter uma boa... ter uma boa casa, ter o seu carro, ter suas coisas, tudo ali... mas aí, a infraestrutura ali ao redor da tua

(Entrevistado 4 - SEFIN) não consigo imaginar esse produtor nesse porte sem uma capacitação, sem uma preparação antes, e ele pode ser uma pessoa que tenha passado por um curso técnico, por um curso, pelo menos aí de suas 40 horas. Então, e que o torne um empreendedor. Então esse envolvimento pessoal dele também é importante (Entrevistado 7 - EMATER) [...] essa questão da organização social, a gente quanto o poder público pode trabalhar a capacitação, orientação (Entrevistado 7 - EMATER) Eu acredito que se tem essa diferença, assim no desenvolvimento humano, porque vai muito além, né, do seu senso, daquilo que você acredita, dos seus princípios, né, da moralidade é acredito que vai nesse sentido, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ) Então a gente tendo esse crescimento humano, também né, é, a gente tem a humildade de reconhecer que nós precisamos buscar, que nós precisamos, né, ir além, que nós precisamos perguntar àqueles que sabem, né, reconhecer quando nós precisamos de ajuda, né? Então esse crescimento humano nos dá essa visão da humildade de reconhecer, da honestidade também no trabalho, naquilo que a gente vai exercer, né. (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ) Se desenvolver, né, acho que vai além, da parte econômica, né, nós podemos nos desenvolver humanamente, nós temos a nossa, é... nosso desenvolvimento pessoal e coletivo também, né, porque quando a gente vai.. vem buscando o nosso desenvolvimento pessoal, né, a gente vai crescendo, coletivamente (Entrevistado 8 - Presidente da AM) [...] e do desenvolvimento humano é questão de você poder ter uma vida mais tranquila, saudável, né, uma vida com o psicológico controlado, porque temos problemas psicológicos, muitos problemas psicológicos. É você ter realmente uma vida tranquila. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN) Eu acho que nós temos que se organizar mais e ser mais parceiro do poder público pra gente poder caminhar junto (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)	casa, uma infraestrutura que é precária, né? (Entrevistado 2 - SEMED) Acredito que o ser humano, para estar bem e precisa das coisas materiais. Ninguém vai viver sem geladeira, por exemplo, que é uma coisa material. É uma coisa necessária. [...] Então são coisas que melhoram o bem-estar, melhorando o bem-estar, melhora sua qualidade de vida e querendo ou não, o ser humano trabalha para melhorar o seu bem-estar. (Entrevistado 4 - SEFIN) [...] Vou dar um exemplo, eu não posso é ver um agricultor, vamos imaginar um produtor de farinha, ele tem uma capacidade de vender toda semana praticamente uma carrada. [..] Só que ele não tem uma estrada para escoar essa produção. E o máximo que ele consegue é transportar dois sacos de farinha amarrado com muita dificuldade na garupa de uma moto, correndo o risco até de um acidente por conta da das situações de estrada. Então é essa é a parte da infraestrutura. (Entrevistado 7 - EMATER) O desenvolvimento econômico é já é mais na questão material, né, aquilo que eu consigo almejar, aquilo que eu vou construindo, né, as casas, aquilo que eu eu tenho de material mesmo, né? (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ) Na questão do desenvolvimento material, é a questão dos bens materiais, né, você poder ter. Se vestir bem, vestir sua família bem. É a questão de você se alimentar bem, a questão de você ter um transporte, nem que seja uma moto, pra você se locomover, e principalmente uma casa [...] se você tivesse a casa própria é muito melhor do que você está todo mês pagando um aluguel, então essa é questão do desenvolvimento material (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN) [...] a respeito de um mercado pra gente de Santarém Novo. Um mercado para o município, né? É escola e também, é, as estradas, né, as estradas vicinais (Entrevistado 10 - Presidente da AUREMC-MG)

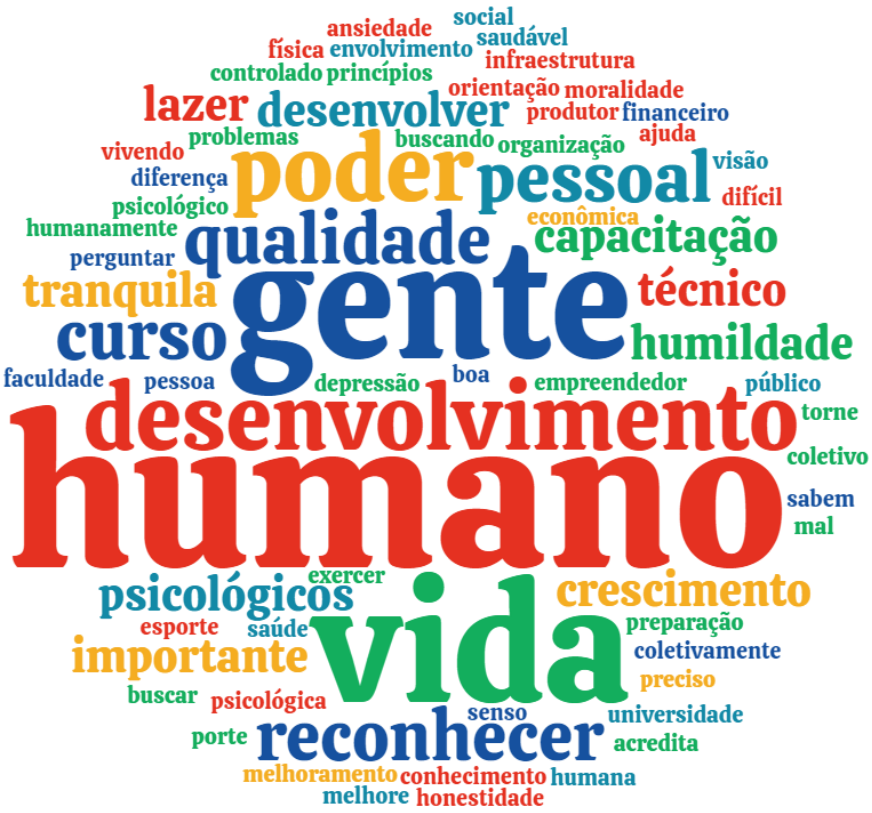
Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas de campo

Buscando encontrar similaridade entre os aspectos que permeiam esses entendimentos, notou-se que as percepções relacionadas ao desenvolvimento humano estariam mais atreladas a uma condição de desenvolvimento interior do indivíduo, individual e coletivo, em outras palavras, relacionado ao desenvolvimento pessoal, intelectual, à aquisição de conhecimentos, à mudança de pensamentos, comportamentos, bem como aos valores e princípios, e à qualidade de vida, à experiência de vida agradável, tranquila, prazerosa e saudável, física e psicologicamente.

A nuvem de palavras (figura 145) destaca as palavras mais frequentes em relação à interpretação sobre as condições de desenvolvimento humano, dentre elas: “humano”, “gente”,

“desenvolvimento”, “vida”, “poder”, qualidade”, “curso”, “reconhecer”, “pessoal”, “capacitação”, “humildade”, “lazer”, “psicológicos”, “tranquila”, “técnico” e “conhecimento”.

Figura 143 - Nuvem de palavras - Aspectos do desenvolvimento humano



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

Por outro lado, o desenvolvimento material estaria relacionado à capacidade de proporcionar mudanças exteriores, percebidas principalmente pela mudança no padrão de vida econômico para a supressão das necessidades básicas, como alimentação, vestuário, moradia, e pela aquisição de bens materiais necessários para alcançar um patamar de vida razoável, como a aquisição de veículos, casa própria, bens de consumo, e também questões relacionadas à infraestrutura urbana básica do município para que se perceba de fato a melhoria no padrão de vida dos indivíduos.

Essas distinções aproximam-se bastante do que teorizado por David Korten, ao abordar a busca pelo desenvolvimento humano em duas dimensões, interior e exterior, conforme discutido por Silva (2022).

Entretanto, fica evidente em alguns discursos que isso por si só não é capaz de satisfazer plenamente as necessidades humanas, sendo um objetivo necessário, mas não final, ou seja,

instrumentos facilitadores para o alcance de objetivos maiores, como o bem-estar, o conforto e a auto realização, tal qual abordado por Sen. E a limitação das condições materiais, portanto, poderiam interferir no desenvolvimento humano.

A incidência dos termos mais usados por eles ao se referirem à este aspecto fica evidente a partir da análise da nuvem de palavras (figura 146), a seguir, onde destacam-se, palavras como: “ter”, “desenvolvimento”, “casa”, “material”, “materiais”, “infraestrutura”, “carro”, “moto”, “produção”, “bem-estar”, “coisas”, “estradas”,”farinha”, “humano”, “pessoa”, “bens”, “casa”, “barro”, “boa” e “condições”, “precisa” e “mercado”.

Figura 144 - Nuvem de palavras - Aspecto relacionados às condições materiais de existência



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

Uma compreensão complementar é enfatizada pela secretária de administração, sugerindo que as condições materiais de existência também influenciam a maneira como os indivíduos se percebem e se sentem em relação a si mesmos e aos outros, bem como a maneira como se relacionam. Nesse contexto, a condição material é vista como um fator determinante das condições econômicas dos indivíduos, devido ao impacto que o poder econômico exerce sobre suas vidas. Isso não apenas influencia outros aspectos de suas vidas, mas também molda

formas de poder simbólico presentes nas estruturas das relações sociais, afetando suas percepções, representações e comportamentos, como evidenciado no seguinte trecho:

> Eu acredito que tem sim diferença, né, do humano para o material, porque eu acredito assim, que a gente, humano, se a gente... às vezes a gente se sente, assim, bem menosprezada! Assim, porque quando a gente não tem uma condição suficiente para a gente comprar, adquirir… e a gente vê assim, muitas pessoas que ainda não tem uma casa própria… eu acredito que seja por aí… não tem essa casa própria… e eu acredito assim, eu acredito que também nós, nós humanos, a gente ainda vê muito nosso lado, o "eu" né? E a gente não tem aquela coisa de estar ajudando, de ajudar o próximo. E a gente vê também assim, eu acredito que tenha muita discriminação entre o humano e o material, porque se eu tenho condições de comprar algo, eu vou me sentir bem pra caramba! Mas eu não vejo aquela pessoa que não tem então um carro, uma casa ou... eu ainda vejo por assim. (Entrevistado 3 - SEMAD)

A luz de Marx, as condições materiais de existência desempenham um papel fundamental na determinação das posições dos indivíduos dentro das estruturas sociais. Ele argumenta que as relações de poder e dominação presentes na sociedade são moldadas pelas relações econômicas vigentes em cada período histórico específico, e que essas relações se desenvolvem dialeticamente ao longo do tempo, ou seja, através de um processo de interação e mudança constante.

Por outro lado, Bourdieu (1992; 1994) propõe que a posição relativa de um indivíduo na estrutura social é determinada pelo volume e pela qualidade do capital que ele possui, abrangendo não apenas o capital econômico, mas também o capital social, cultural e simbólico. Esses diferentes tipos de capital caracterizam e influenciam as relações de poder dentro de um campo específico, que é o espaço no qual os indivíduos interagem socialmente, materializando-se através do *habittus*. O *habitus*, nesse contexto, se refere às disposições sociais internalizadas pelos indivíduos e que moldam suas visões de mundo e comportamentos de maneira muitas vezes inconsciente.

Dependendo do contexto social e do tipo de campo em que estão inseridos, esses capitais adquirem pesos e relevâncias diferentes, tornando-se instrumentos de dominação de classes e legitimando sistemas de produção simbólicos, por meio do exercício do poder simbólico. Conforme Bourdieu, essa dinâmica não apenas reforça relações de poder, mas também promove a violência simbólica, que permite explicar como as estruturas sociais são reproduzidas e como as desigualdades são perpetuadas.

Em relação à forma como podem contribuir para tornar o mundo melhor, infere-se que a abordagem dos entrevistados também se alinha aos pressupostos teóricos de David Korten, discutidos por Silva (2022), os quais enfatizam a necessidade de uma mudança na narrativa cultural para efetuar uma transformação de paradigmas e alcançar o ideal de desenvolvimento.

Isso implica especialmente, em mudanças nas dimensões internas do desenvolvimento humano, tanto no nível individual quanto coletivo, a qual envolveria a transição da consciência egocêntrica, individualista e separatista para uma consciência altruísta universal.

Isso se constata, especialmente, ao verificar os pontos de conversão no que diz respeito ao reconhecimento da importância da aquisição de conhecimento e do processo educativo como elementos fundamentais para promover uma mudança de mentalidade e comportamento individual e da sociedade, incluindo-se também nesse contexto elementos que remetem ao autoconhecimento, e a prática constante de atitudes virtuosas.

A importância da promoção do conhecimento é evidenciada nas falas específicas das secretárias municipais de educação e administração, dos secretários de meio ambiente e finanças, do vice-prefeito e do presidente da APISAN. Eles destacam que a educação cumpre um papel fundamental na construção de um mundo melhor, sendo a base para a transformação do ser humano, sendo necessários investimentos nos mais diversos níveis. O aprendizado é visto nesse contexto como um processo contínuo ao longo da vida:

> Então, acredito assim, que a educação é o carro chefe também pra alavancar essa sociedade que vivemos. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> Olha é uma, ela é uma visão muito direta, muito particular. Eu acredito que seja até comum, educação! É necessário que se invista na educação nas mais variadas esferas, né, na parte social, na parte ambiental, enfim. É necessário que haja investimento na educação de um modo geral. [...] E no que se refere a minha pessoa, a gente é um eterno aprendiz. A cada dia a gente vai tentando buscar uma aprendizagem para que a gente possa melhorar as nossas atitudes, né? E só com a educação a gente consegue esse objetivo. (Entrevistado 5 - SEMMA)

> [...] o aprendizado, porque sabemos que o conhecimento ele modifica o ser humano. (Entrevistado 9 - Presidente da APISAN)

Eles compreendem que a educação é capaz de transformar os indivíduos, influenciando suas atitudes, comportamentos e valores desde a infância, reconhecendo a influência do ambiente familiar nessa formação, bem como a relevância da mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, e o papel dos professores em influenciar positivamente esses comportamentos, visando à formação de cidadãos conscientes, éticos e socialmente responsáveis.

> Olha o que eu faço, o que eu tento fazer, **é através do conhecimento, né. Eu sou educadora, sou professora e eu penso ainda que para se tornar para fazer um mundo melhor, ainda é através da educação.** E através dela, o que eu posso, eu faço. Eu tento fazer e faço, né? Eu digo que, hoje em dia, você ter um filho, não está... não é difícil sustentar, e sim educar uma criança! [...] e quando você chega numa sala de aula, você observa crianças de vários comportamentos, né? E a maioria, hoje,

> dificilmente, uma sala com 20 crianças, vamos dizer que 30% das crianças daquela sala são crianças malcomportadas, são crianças mal-educadas por quê? Por conta de que, a criança, quando ela vem de casa, ela já vem com um conhecimento. Ela já vem com ele pra escola. Ela traz conhecimento de casa, né? E aquele conhecimento que ela traz são conhecimento de mau comportamento. **E a gente, nós, enquanto educadores, tentamos lapidar essa criança** e tudo. Mas é difícil, porque, quando você não... quando você tem uma estrutura familiar de uma maneira bem crítica, aí é muito difícil, mas a gente tenta! Então eu ainda penso que através da educação, para se formar, para se ter um mundo melhor, é através da educação. É que através dela, você... **através da educação, você consegue ser uma pessoa boa, uma pessoa educada, ter um coração bom e ser humano**. Isso que eu acredito que é o principal, o ponto chave. (Entrevistado 2 - SEMED)

> Mas além disso, além de eu ser também, eu estou hoje como secretário, eu sou professor de história, de formação, e na licenciatura a gente aprende **que o nosso papel enquanto professor é criar um cidadão com o pensamento-crítico** (Entrevistado 4 - SEFIN)

O secretário de finanças também acrescenta a importância do diálogo aberto, em todos os níveis, como uma ferramenta importante para o crescimento pessoal e aprendizado mútuo. Para ele o diálogo é sempre uma oportunidade de troca de experiências e conhecimentos, argumentando que todas as pessoas, independentemente do seu nível de qualificação, têm algo valioso para contribuir em uma conversa:

> Enquanto pessoa, é, a gente sempre... Eu acho que não existe nada melhor que o diálogo! Acho que o diálogo, a conversa, não querendo impor nada, é sempre.. é sempre uma conversa de troca de experiências, porque o outro, com o menor nível de qualificação possível tem alguma coisa para te passar, sempre tem algum conhecimento para te passar. Então é importante também que você vá aberto ao diálogo e não uma conversa de dois surdos que tu só vai falar de cima para baixo porque isso também não leva a nada. O conhecimento tem que ser uma coisa aberta dos dois lados. Tem que ser um canal de via aberta. (Entrevistado 4 - SEFIN)

O autoconhecimento é percebido a partir da identificação de referências feitas ao reconhecimento das aptidões individuais que cada indivíduo tem de si, seus gostos, habilidades e capacidades, inclinações individuais. Esses aspectos são manifestados nas falas das secretárias de educação, administração e da presidente da AMJ:

> Eu sou educadora, trabalho com... gosto de trabalhar com criança (Entrevistado 2 - SEMED)

> Minha mesmo, eu... como eu sou pedagoga, né, eu gosto muito de trabalhar com o ser humano e a nossa profissão, ela trabalhou muito a metodologia e didática. Eu ainda acredito assim que eu não tô no lugar certo, eu queria estar na educação porque lá eu sei o que o que dói, o que... por onde nós temos que começar, trabalhar as crianças na escola. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] Não é pro outro reconhecer, não é pro outro, é entender o que você está fazendo, não, eu faço, porque eu me sinto bem, né. [...] Tem alguém precisando de ajuda, eu vou lá porque é uma coisa que eu gosto de fazer, né, então essa é a minha, digamos

> assim, a minha contribuição para melhorar o mundo (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ)

A importância da prática contínua de boas ações fica evidente quando os entrevistados fazem referência a atitudes que buscam, de alguma forma, melhorar a vida dos outros, contribuindo para a transformação da sociedade. Essas atitudes incluem a prática da beneficência, da benevolência, do amor, do cuidado e do respeito ao próximo e às diferenças, bem como o exercício da empatia, da compaixão e da solidariedade, aliadas a comportamentos éticos. Fica evidente em suas falas que a prática dessas ações geram sentimentos de gratidão e satisfação, e consequentemente, a felicidade àqueles que as praticam.

Esses aspectos são observados em diversas falas, incluindo a dos secretários de agricultura, administração e do chefe da EMATER-PA local, do vice-prefeito, e especialmente nas falas da presidente da AMJ:

> É muito simples. Amar o próximo! Porque amar é ajudar. [...] (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

> [...] Pessoas assim, que faz um pouquinho daqui, faz dali, possam ajudar muitas pessoas. (Entrevistado 3 - SEMAD)

> [...] a primeira coisa é que cada um faça o seu, ou ir um pouco mais, porque muitas vezes o fazer só o seu, ainda não é o suficiente [...] essa questão da ajuda, aqui em Santarém Novo, graças a Deus, é um povo muito solidário. Quando a gente, independentemente de ser na zona rural, de ser na zona urbana, quando alguém passa por qualquer necessidade, a população se reúne, ela faz a sua parte para ajudar. E então eu acho que é isso! É a gente fazer dessa maneira. (Entrevistado 7 - EMATER)

> Então, eu, faço o que, o que está mesmo ao meu alcance, né, eu sei que às vezes eu sinto que ainda falta fazer mais. [...] até uso uma frase, que meu cunhado usa, que a gente diz assim**: "que eu não posso mudar o mundo, mas a gente pode mudar o seu mundo**". Cada um de nós pode mudar o nosso mundo, né, **aquilo que a gente tem, próximo de nós**, aquilo que nós temos ali**, a nossa família, nossos amigos, as pessoas que estão ali recentemente com a gente**. Então eu acho assim, que a minha contribuição, eu acredito que eu trouxe pra minha família, é uma maneira de ver, né, por exemplo**, hoje todos os meus sobrinhos me cumprimentam, os meus irmãos, com abraço, com um beijo no rosto, que nós não tínhamos, antes, né? Nós não tínhamos esse afeto, esse carinho, e eu trago isso!** Eu digo para eles, eu abraço, eu digo eu te amo, eu digo… eu demonstro realmente o meu sentimento! Então eu acho que isso a gente vai conseguindo aos poucos, né [...] **Antes era só eu quem fazia, eu ia até eles... Hoje não! Eu vejo que eles também já retribuem.**
> Então o que a gente vai fazendo, né, os nossos pequenos... **pequenas atitudes, pequenos atos que a gente vai fazendo cotidianamente**, né? [...] Então a minha contribuição de respeito eu sempre procuro respeitar as pessoas. Eu sempre procuro fazer tudo aquilo que está realmente ao meu alcance. **[...] porque eu acredito que o amor, o respeito, a compreensão, a empatia, são o caminho, que é o que que Deus nos ensina, né?** Que é esse é o caminho que nós devemos buscar mesmo! **A empatia, o sentimento de se colocar no lugar do outro.** E, não é porque eu não sou preta, digamos assim, que eu não devo me compadecer com aquele que sofre racismo. Não é porque eu não sou homossexual, que eu não vou me compadecer por aquele que sofre preconceito por isso, né? **Porque a empatia é justamente isso, né?** Então, enquanto a população no geral não tivesse sentimento, fica difícil! Fica muito difícil

> porque a grande maioria das pessoas estão preocupadas apenas com o seu próprio umbigo, né?
> E eu acredito que **essa revolução que nós precisamos compreender que de pouquinho em pouquinho, como disse Madre Teresa de Calcutá, né, quando ela foi perguntada: "por quê que você continua fazendo bondade se quando você morrer tudo isso vai deixar de existir eles vão voltar a fazer as mesmas coisas?", né, e ela disse, "eu sou uma gotinha, mas se você se juntar a mim, seremos duas gotas e assim, se você conseguir seu irmão, seremos três gotas".**
> Então o que nós pudermos fazer, o que tiver ao nosso alcance para melhorar o mundo, para melhorar a sociedade, para melhorar o que a gente tem perto de nós, né, porque, **assim como as coisas ruins, elas se proliferam, elas elas crescem, né, o amor também é capaz de crescer,** é capaz de aquilo que eu te demonstro para ti, é aquilo que vai demonstrar mais ali na frente. Eu acredito muito nisso! [...] **Então, quanto mais amor a gente tiver, quanto mais é compaixão a gente tiver do outro, mas essa consciência de que é problema do outro, mas também é meu problema. E se eu puder fazer alguma coisa para ajudar, eu tenho que fazer a minha parte!** (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, *grifo nosso*)

Ademais, os entrevistados sublinham elementos que remetem à valorização do pensamento coletivo, e uma abordagem centrada no fortalecimento das relações sociais, abrangendo esferas tanto familiares quanto comunitárias, religiosas, ambientais e produtivas. Essas percepções ficam evidentes ao destacarem elementos como a cooperação, o bem comum, o resgate à valores familiares, religiosos e sociais e a importância de contribuir para um propósito maior que é o bem-estar da comunidade. Também fica evidente o ensejo deles por uma sociedade mais compassiva e atenta às necessidades dos outros, destacando a necessidade de se promover valores como empatia, solidariedade e respeito para construir comunidades mais harmoniosas e sustentáveis.

Nesse contexto, são evidenciados a importância do desenvolvimento de projetos sociais que fortaleçam esses laços e valores, bem como o favorecimento das interações físicas em detrimento das interações virtuais, como citado pelo secretário de agricultura, que menciona realizar um trabalho social voltado para a juventude:

> E hoje, como ser humano, como uma pessoa aqui do município, eu tenho um projeto chamado "Projeto Força Jovem" e lá a gente observa o quão importante esse tipo de projeto no município. Para muitos é algo que não tem futuro, mas para nós que estamos lá dentro, nós podemos observar o quanto os jovens precisam da questão familiar, da questão de Deus, porque cada vez mais estão se afastando da família, se afastando de Deus. A questão social, porque muitos estão aí no celular, em 24 horas a questão da interação física está quase zerando. Então é nesse sentido de cuidar das pessoas realmente. E tentar desvincular muito da área da internet, da rede social [...] Vai precisar resgatar esses valores, os valores familiares, os valores religiosos, e principalmente o social, viver em sociedade, porque hoje a gente vê que qualquer coisinha motiva a briga mesmo e até às vezes consequência a morte. Então a gente precisa ver que para esse desenvolvimento realmente acontecer, cuidar do ser humano. (Entrevistado 1 - SEMAGRI)

O vice-prefeito enfatiza que para tornar o mundo um lugar melhor, é essencial que as

pessoas se tornem mais humanas. Ele destaca a necessidade de superar o individualismo e o egoísmo, enfatizando que muitas vezes as pessoas estão preocupadas apenas consigo mesmas, ignorando as dificuldades e o sofrimento dos outros. Ele também argumenta que uma sociedade mais humana requer que cada indivíduo assuma a responsabilidade por suas ações e contribua para o bem-estar coletivo.

> Para que o nosso mundo seja melhor, eu acho o seguinte, entendeu, a gente precisa, é, ser mais humano, entendeu? [...] A gente precisa ser mais humano porque infelizmente, a gente, é, nós, seres humanos, a gente é muito preocupado consigo mesmo, entendeste? [...] quantas vezes a gente já parou para pensar, digamos, "e se gente não tivesse aquele tanto de morador na rua? E se as pessoas... entendeu? Enfim, mas só que o problema é que às vezes a gente... "eu só quero"... Vamos falar no sentido do poder público, é muita gente que está na política, só quer se auto beneficiar. Infelizmente! Muita gente só quer se auto beneficiar. Ele não está preocupado, "ah, por causa que o fulano está passando fome" [...] infelizmente, essa é nossa realidade [...] eu falo como cidadão agora não adianta a gente cobrar só do poder público, porque é muito fácil pegar a carga e jogar nas costas dos outro, entendeu, o difícil é eu pegar a carga e botar nas minhas costas, "não, porque isso também é responsabilidade minha", entendeu [...] Então é aquela coisa, eu, a gente, nós cidadãos, seres humanos, como eu falei anteriormente, a gente precisa ser um pouco mais humano, deixar o nosso individualismo, deixar o nosso egoísmo, sabe? (Entrevistado 6 - Vice prefeito)

Também menciona a influência positiva da crença em algo maior, como a fé, na construção de uma sociedade melhor. Ele destaca que a fé pode proporcionar força e orientação moral, contribuindo para a formação de indivíduos mais éticos e compassivos, ajudando também as pessoas a enfrentar desafios e a encontrar paz interior.

> É inclusive, tem, é... tipo assim, tem pesquisas que mostram o seguinte, que se a gente, acredita em algo, entendeu, eu não vou nem especificar a questão, digamos assim, do cristianismo, mas se a gente acredita em algo, a gente é uma pessoa melhor, entendeu? [...] porque você, nós, a gente, vai ter, digamos, uma força para se segurar na hora que a gente está precisando [...] olha, lá em casa nós somos dez irmãos e apesar da gente estar um pouco afastado da igreja, mas tipo assim, eu tive uma criação na igreja católica [...] como a própria bíblia fala, se você leva o seu filho para a igreja, ensina ele o caminho certo, ele não vai, é, desviar [...] Então eu acho que a questão da fé, ela é fundamental, entendeu? É fundamental para que a gente, digamos, para que o próprio ser humano seja uma pessoa melhor, porque, digamos, se eu tenho fé, eu tenho a questão da educação, questão ética, questão moral, entendeu, mas eu também tenho a questão da fé que faça com que, digamos, eu possa ter tudo isso e ainda ter paz, entendeu? (Entrevistado 6 - Vice prefeito).

Importante salientar que, embora a fé seja frequentemente destacada pelos entrevistados como uma força transformadora que orienta indivíduos a comportamentos mais éticos e compassivos, é fundamental refletir criticamente sobre as implicações e os limites dessa perspectiva. Embora a fé, enquanto elemento subjetivo, possa fornecer conforto e orientação moral, sua eficácia como catalisadora de mudanças e transformação social depende de sua

capacidade de transcender práticas individuais e se alinhar a ações concretas que enfrentem desigualdades estruturais e promovam equidade e justiça social. Sem essa conexão prática, há o risco de que a ênfase na espiritualidade se limite a proporcionar alívio individual, sem gerar impactos significativos nas condições coletivas que perpetuam exclusões e vulnerabilidades.

Em outras palavras, ao enfatizar a dimensão espiritual, corre-se o risco de negligenciar as complexas dinâmicas sociais e econômicas que perpetuam desigualdades. A fé, quando isolada de intervenções estruturais, pode limitar-se a uma função paliativa, confortando indivíduos sem necessariamente alterar as condições que geram vulnerabilidades e exclusão. Nesse sentido, é imprescindível que o potencial transformador da fé esteja associado a iniciativas educacionais, culturais e políticas que ampliem as liberdades substantivas, conforme argumentado por Sen (2000), promovendo condições para que todos exerçam plenamente seus direitos e alcancem uma vida digna.

Ademais, a visão sobre a fé deve transcender suas formas tradicionais e incluir valores éticos universais, como empatia, respeito e solidariedade, que podem ser compartilhados por pessoas de diferentes crenças ou até mesmo por aquelas que não se identificam com religiões. Isso permite uma abordagem mais inclusiva e dialógica, promovendo a convergência de diferentes perspectivas em torno do bem comum.

Alguns deles, como a presidente da AMJ, demonstram comprometimento genuíno em contribuir para o benefício coletivo, bem como um profundo senso de conexão com os outros e uma compreensão espiritual do amor ao próximo e da compaixão, expressando sentimentos de gratidão por poder oferecer ajuda e de perseverança mesmo diante dos obstáculos, dos desafios cotidianos e da vida corrida.

> [...] **a pesar de a minha vida ser corrida,** né ser assim, extremamente pelo estudo, pelo que eu tenho de compromisso mesmo, né? **Eu me sinto muito satisfeita**, porque assim, eu não entrego nenhum produto, né? Eu não entrego nada, assim, com relação... porque eu não... apesar de eu ter DAP, hoje, atualmente, eu não trabalho como agricultura, né? **Mas eu me sinto satisfeita em poder contribuir com aqueles que podem**! Até falo isso para eles, que **é gratificante para mim saber de que de alguma maneira eu estou ajudando e quem traz isso pra gente é Deus, o amor ao próximo, né? Essa compaixão de se colocar no lugar do outro** [...] Eu digo isso, né, é, me colocando assim como base, aquilo que eu vivo, né, aquilo que eu acredito. Então **eu me sinto satisfeita quando eu posso fazer alguma coisa**, mesmo que eu fique cansada, mesmo que eu fique exausta. **Eu fico feliz em poder fazer algo, de alguma forma, estar ali ajudando, cooperando**, né? Mesmo que não seja fácil, porque trabalhar com associação, não é fácil! É um trabalho que a gente… nem sempre os outros vão te agradecer, nem sempre eles vão compreender, nem sempre as pessoas que estão ali… às vezes estão te acusando, estão te falando certas coisas, mas a gente tem que passar por certas coisas, né? Tipo assim, é**, eu não deixo que essas pequenas coisas tirem o foco daquilo que a gente quer,** porque ela não foi criada pra isso [...] **se tem essa compreensão de que a gente precisa ouvir todo mundo, mas que também se trabalha numa comunidade que a gente tem, que é ter, é, o bem**

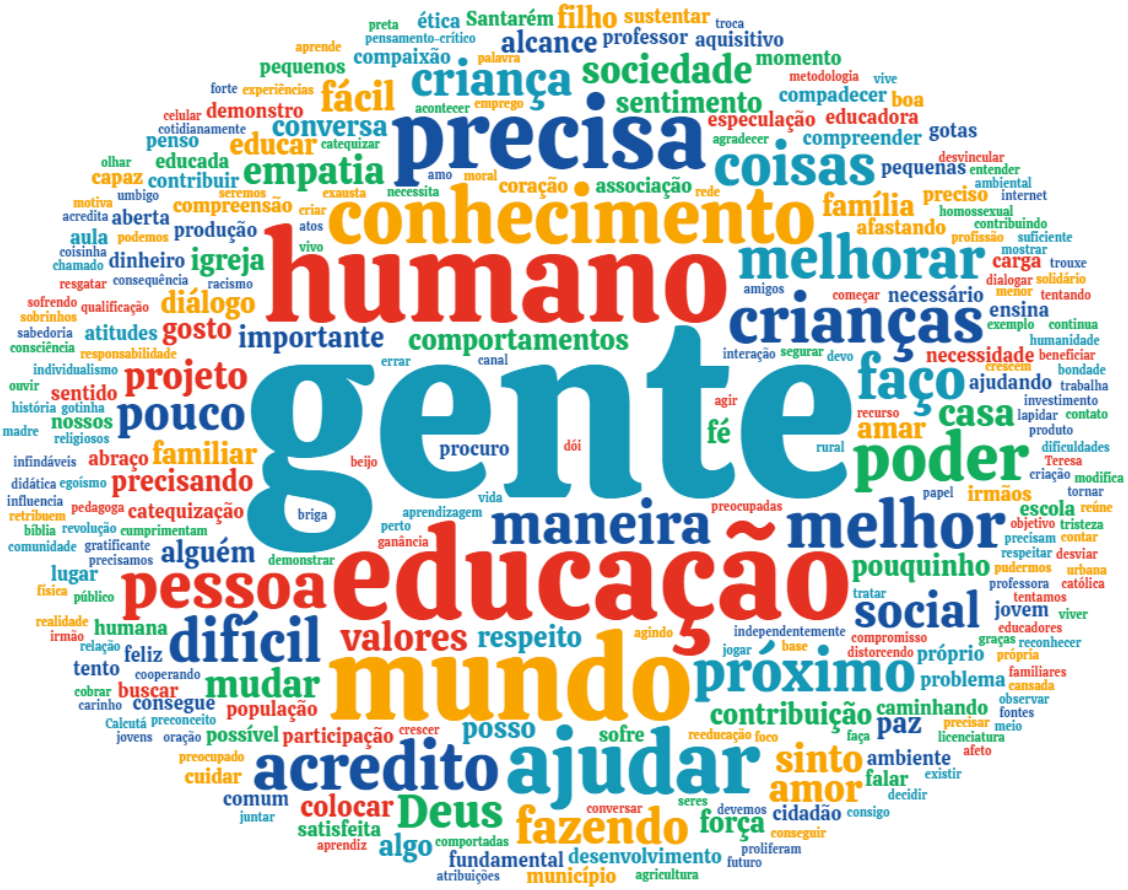
> **comum, né? Aquilo que a maioria decidir aquilo que a gente vai fazer.** (Entrevistado 8 - Presidente da AMJ, *grifo nosso*)

Por fim, também houveram observações sobre a necessidade de dialogar sobre a importância de orientar investimentos econômicos que direcionem recursos para atividades produtivas que geram emprego e promovam o bem-estar coletivo, em contraste com práticas especulativas que beneficiam apenas alguns indivíduos, resultando em lucros e riquezas concentradas, como destacado pelo secretário de finanças:

> Então acho que **é importante sempre a gente dialogar**, conversar com as pessoas que a gente tem contato e **mostrar o caminho é a produção**. E eu digo assim, até para as pessoas que têm um poder aquisitivo maior, porque hoje o que que acontece? As pessoas com nível… um poder aquisitivo maior, elas não estão mais caminhando para a produção. Estão caminhando para especulação, não gera emprego. **O dinheiro, quando ele vai para a especulação, você ganha um dinheiro e não gera nada, não gera nenhum recurso para ninguém, só para você.** (Entrevistado 4 - SEFIN)

A nuvem de palavras que sintetiza os termos mais falados pelos entrevistados é apresentada na figura 147, a seguir, os quais destacam-se, dentre outros, os termos: “gente”, “humano”, “educação”, “mundo”, “conhecimento”, “precisa”, “acreditar”, “ajudar”, “crianças”, “melhorar, “melhor”, “ poder”, “faço”, “maneira”, “coisas”, “sociedade”, “difícil”, “projeto”, “mudar”, “precisa”, “próximo”, “, social”, “pessoa”, “valores”, respeito”, “Deus”, “amor”, “paz”, “empatia”, “amar”, “fé”, “diálogo”, “força”, “comportamentos”, dentre outras.

Figura 145 - Contribuições para tornar o mundo melhor



Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados da entrevista

Em suma, as percepções dos entrevistados tendem a aproximar-se dos princípios abordados por Korten (2018) sobre a verdadeira riqueza viva que destacam a importância da vida em comunidade para a sobrevivência e prosperidade humana. Segundo Korten (2018), a tarefa primordial de qualquer comunidade viva, é manter as condições essenciais para a vida dos seus membros, estando o bem-estar de cada indivíduo interligado ao funcionamento harmonioso da comunidade como um todo. Ele argumenta que as sociedades mais saudáveis não são aquelas que possuem mais riqueza material, mas sim aquelas que são mais generosas, amorosas e equitativas em seu compartilhamento de recursos.

Esses conceitos ecoam nas narrativas compartilhadas pelos entrevistados, que, apesar de apresentarem uma diversidade de abordagens e valores, compartilham a convicção de que é possível contribuir para tornar o mundo um lugar melhor através de ações individuais e coletivas que promovam o bem-estar e a harmonia, especialmente por meio do desenvolvimento pessoal e coletivo, priorizando valores como empatia, solidariedade, cooperação e cuidado mútuo como pilares fundamentais para alcançar uma verdadeira transformação social.

5 CONCLUSÕES

Falar sobre desenvolvimento é uma tarefa complexa que demanda uma abordagem multidimensional dos diversos fatores que influenciam o progresso de uma comunidade e das distintas concepções de mundo que as permeiam. Em particular, em municípios de pequeno porte, tais desafios são ampliados, sobretudo pela escassez de estudos socioeconômicos prévios.

Considerando o contexto municipal e suas especificidades, bem como a multifuncionalidade da agricultura familiar como modelo agrícola capaz de promover mudanças significativas para a promoção do bem-estar socioeconômico da população, emergiu-se o entendimento de que o investimento nesse setor, consistiria em uma alternativa viável para o progresso do desenvolvimento local.

Nesse sentido, a pesquisa visou compreender as concepções de desenvolvimento dos principais tomadores de decisão do município de Santarém Novo, especialmente no que se refere às ações que impactam a agricultura familiar, incluindo gestores públicos e representantes de organizações sociais, e entender como tais ações são percebidas pelos agricultores familiares.

A pesquisa exploratória, combinada com a pesquisa empírica em campo, revelou uma pluralidade de perspectivas e entendimentos, destacando a complexidade do tema e a necessidade de abordagens holísticas para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento local sustentável em suas múltiplas dimensões. Esses resultados corroboram parcialmente para a confirmação das hipóteses apresentadas, especialmente no que se refere às divergências entre as prioridades e estratégias de desenvolvimento percebidas pelos diferentes grupos e indivíduos, obstaculizando o alinhamento eficaz das ações do poder público.

Embora haja uma convergência em relação à importância de aspectos sociais do desenvolvimento, como saúde, educação e renda, na prática, essas prioridades divergem ao negligenciar esforços em estratégias que fortaleceriam o direcionamento de políticas públicas para a agricultura familiar, impactando diretamente no cenário socioeconômico do município e gerando impressões negativas por parte dos beneficiários dessas políticas, os agricultores.

Como apresentado ao longo da pesquisa, o cenário atual do município de Santarém Novo, destaca uma realidade complexa e desafiadora. Com uma população de 6.116 habitantes, o padrão de crescimento demográfico do município é caracterizado por uma tendência de crescimento baixo e gradual ao longo das décadas, passando recentemente por um leve declínio populacional.

De forma geral, a pesquisa mostrou que, embora o município tenha experimentado avanços notáveis ao longo do tempo, especialmente nas áreas da educação e saúde, refletindo

melhorias substanciais nas condições de vida da população, este ainda enfrenta desafios significativos para alcançar um crescimento socioeconômico pleno. Esses desafios se refletem, sobretudo, nos índices relacionados à pobreza, desigualdade, emprego e renda, o que o classifica em uma faixa de desenvolvimento considerada baixa, conforme indicadores como o IDH-M, e regular, no que se refere ao IFDM.

Como visto, o cenário educacional em Santarém Novo reflete uma tendência geral positiva, evidenciada tanto pela melhoria desses componentes nos principais indicadores de desenvolvimento, como o IDH-M e IFDM, quanto por cenários favoráveis em relação à taxa de alfabetização, a distribuição de escolas, reformas e construção de novas unidades, implementação de medidas para promover a inclusão, bem como relacionados à qualificação do corpo docente, com uma proporção significativa de professores possuindo formação superior, e a valorização salarial desses profissionais, através da implementação do piso salarial nacional do magistério e do Plano de Carreira para os profissionais da educação.

Entretanto, apesar desses avanços, é importante ressaltar que a educação também enfrenta desafios, como a redução no número total de matrículas na rede pública de ensino, especialmente nas áreas rurais, possivelmente em decorrência das mudanças demográficas, e em outras questões como a carência na infraestrutura de equipamentos informáticos, bibliotecas e salas de leituras em algumas escolas, além de desafios relacionados à taxa de distorção de idade/série e ao IDEB, que apesar de apresentar um bom desempenho em nível estadual, apresentou queda nas pontuações entre 2019 e 2021.

No que diz respeito à saúde, Santarém Novo também demonstra um cenário geral positivo, conforme evidenciado pelo crescimento contínuo dessa variável nos indicadores IDH-M e IFDM. A pesquisa revelou que o município mantém uma taxa de mortalidade anual baixa e estável ao longo do tempo, bem como uma taxa de mortalidade infantil que reflete períodos de sucesso em cuidados neonatais e prevenção.

Além disso, a análise da estrutura de saúde municipal revelou uma distribuição adequada de profissionais de saúde, embora exista uma lacuna na cobertura de médicos em comparação com a média estadual. No que se refere à imunização, o município mantém uma cobertura vacinal considerável, tanto para vacinas tradicionais quanto para a vacinação contra a COVID-19, superando as médias estadual e nacional, o que demonstra um esforço significativo na proteção da população contra doenças imunopreveníveis, além de uma boa adesão à campanha de vacinação contra a COVID-19.

O volume de recursos orçamentários destinados às despesas nessas duas áreas pode justificar esses resultados, demonstrando o esforço do poder público na melhoria contínua

desses serviços. Por outro lado, a insuficiência na alocação de recursos para investimentos no setor da agricultura pode limitar o desenvolvimento socioeconômico do município, especialmente no que diz respeito às oportunidades de emprego e renda, o que pode afetar o bem-estar social da população.

Isso é evidenciado quando se analisa o cenário econômico, onde se observa que a economia municipal tem experimentado um crescimento limitado, refletido pelo PIB, que, embora tenha apresentado uma trajetória de crescimento gradual entre 2010 e 2021, ainda permanece abaixo das médias estaduais, colocando-o entre os municípios com menor economia do Estado e entre os dez com maior dependência da Administração Pública.

Apesar dos desafios enfrentados no cenário econômico, marcado pela fragilidade e dependência de recursos externos, como as transferências governamentais e os programas de assistência social, como o CadÚnico e o Programa Bolsa Família, a pesquisa também identificou oportunidades de crescimento, como estratégias de diversificação e fortalecimento de setores estratégicos, especialmente na produção agropecuária e serviços.

Ao analisar a contribuição do setor agropecuário, a pesquisa destacou que, apesar dos desafios enfrentados, como a redução gradual da área de plantio e a instabilidade na produção, refletida nas variações das safras ao longo do tempo, existe um potencial significativo com diversas culturas desempenham um papel importante na geração de valor adicionado, com destaque para a mandioca, pimenta-do-reino, milho, feijão, mamão e coco-da-baía.

Nos estabelecimentos agrícolas do município, observou-se uma diversificação nas atividades, indicando um potencial de crescimento e desenvolvimento de mercados variados no sistema produtivo local. Isso é evidenciado pela ampla gama de culturas produzidas, tanto na lavoura permanente quanto nas temporárias. Além disso, a produção pecuária, apesar de enfrentar tendências de declínio em algumas atividades, como a criação de caprinos, equinos, suínos, ovinos, galináceos e a produção de leite de vaca, apresenta um crescimento promissor na produção de mel de abelha.

No setor extrativo, nota-se uma tendência semelhante. Enquanto a extração de açaí se mantém relativamente constante ao longo dos anos, a extração vegetal de madeira para produção de lenha e carvão vegetal está sendo significativamente reduzida. Em alguns anos, a produção de carvão chegou a ter valores zerados, indicando uma mudança nos padrões de produção do município em direção a atividades mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.

A análise da composição do Produto Interno Bruto (PIB) revelou que, desconsiderando a participação do setor público, o setor agropecuário emerge como o principal gerador de riqueza, contribuindo com 19,98% do valor adicionado bruto do PIB. Este setor registrou um

crescimento no último triênio de 69,12%, especialmente devido às atividades produtivas da agricultura familiar, o que evidencia não apenas a importância do setor para a base econômica local, mas também sugere que o município não está explorando plenamente seu potencial de desenvolvimento.

Neste ponto, torna-se evidente que, apesar do reconhecimento por parte dos tomadores de decisão, da necessidade de priorizar estratégias que promovam a geração de empregos, renda e da compreensão compartilhada da importância de se desenvolver setores econômicos estratégicos considerando as especificidades locais e soluções que favoreçam o aproveitamento das potencialidades e recursos locais, especialmente do potencial produtivo de atividades como a agricultura familiar, o extrativismo, a pesca e apicultura, conforme indicado por vários dos relatos e dados estatísticos apresentados, essas visões são contrastadas pelo fato de que mais de 60% da atividade econômica do município está concentrada na Administração Pública, bem como em decorrência da ausência de dotações orçamentárias para investimento em ações e projetos para o setor agrícola familiar.

Isso implica a necessidade de uma gestão eficiente dos recursos públicos e privados, conforme preconizado por Sachs, bem como lacunas na direção dos esforços do poder público para fortalecer o setor agropecuário e implementar políticas públicas que atendam às necessidades e demandas dos agricultores, o que, por sua vez, tem um impacto direto no cenário socioeconômico do município.

No que diz respeito ao Poder Público municipal, nota-se uma estrutura administrativa abrangente para a gestão municipal, composta por nove secretarias responsáveis por áreas estratégicas, além dos órgãos de gabinete e da controladoria, entretanto, carece de órgãos voltados exclusivamente para o planejamento estratégico, como, por exemplo, uma Secretaria ou de Planejamento.

No contexto do planejamento municipal, embora o município adote instrumentos como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) para orientar a gestão e promova espaços participativos para a definição de políticas públicas, como conferências municipais, orçamento participativo e reuniões comunitárias, na prática, observa-se uma certa inefetividade. Isso é evidenciado pelos resultados de pesquisas empíricas realizadas tanto com agricultores quanto com os principais tomadores de decisão, que apontam deficiências na participação social nos debates públicos.

Além disso, destaca-se a inatividade de espaços importantes, como o Conselho de Desenvolvimento Rural, e a ausência de espaços de discussão sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural, como conferências, seminários ou fóruns locais, dificultando não só a

participação efetiva dos agricultores na implementação de políticas públicas consistentes como também na própria criação de um fundo específico para o direcionamento de recursos financeiros para esse setor, uma vez que tais estruturas devem estar ativas no município.

Na mesma linha, observa-se que, apesar dos avanços no campo ambiental, como a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, ainda há desafios a serem enfrentados. Isso inclui a falta de regulamentação do Conselho e o funcionamento limitado do Fundo Municipal de Meio Ambiente, bem como lacunas na estratégia de fortalecimento da segurança alimentar, uma vez que foram percebidas dificuldades na implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e também na seleção de representantes para a composição da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses fatores podem justificar a baixa percepção sobre a importância das dimensões ecológica e ambiental por parte da maioria dos entrevistados.

Uma das principais conclusões que podemos tirar deste estudo é que a inclusão de políticas públicas e programas de apoio, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contribuíram significativamente para o fortalecimento do setor da agricultura familiar no município. Isso criou oportunidades para os agricultores e associações locais acessarem novos mercados, escoarem seus produtos e valorizarem ainda mais suas produções, o que também se reflete no aumento da satisfação entre os agricultores e associações, além de contribuir para a promoção da segurança alimentar.

Além disso, ficou evidente que as associações têm desempenhado um papel fundamental ao facilitar o acesso dos agricultores a essas políticas, além de contribuir de forma geral para a melhoria das condições de vida de seus membros. Essas melhorias não se restringem apenas aos ganhos econômicos, mas também incluem melhorias nas relações com o meio ambiente, o fortalecimento dos laços comunitários e solidários, bem como um maior conhecimento da realidade da comunidade em que estão inseridos.

Embora também tenham sido identificadas deficiências, principalmente pelo fato de que uma grande parcela de agricultores ainda não está inserida ou não participa ativamente desses programas, conforme relatado pelos presidentes das associações, devido à falta de perspectivas a médio e longo prazo e à falta de confiança devido a experiências passadas sem tanto sucesso.

Também pode-se concluir que as iniciativas do poder público, como o empréstimo de tratores e operadores de máquinas para serviços de preparo de áreas para cultivo por meio do programa municipal PROPAC, correspondem à demanda mais enfatizada pelos agricultores, auxiliando-os na mecanização das atividades. Bem como o programa Produzir, para o fortalecimento das cadeias produtivas locais, com o oferecimento de capacitação em cursos

como tratorista, implementação de viveiros comunitários, produção de doces e salgados, adubação e as iniciativas de doação de sementes e mudas produzidas pela secretaria municipal em parceria com a SEDAP e IDEFLOR-BIO, que também correspondem às maiores demandas.

No entanto, depreende-se que apesar dos esforços, experiências e projetos de desenvolvimento voltados para a agricultura familiar empregados pelo poder público municipal e pelas diversas instituições governamentais e privadas parceiras, a abrangência dessas possibilidades e oportunidades na prática ainda é incipiente. Muitas vezes, essas ações são descontinuadas ou não chegam de forma equitativa a todos os agricultores, organizações ou comunidades, como evidenciado ao longo da pesquisa, tanto pelos agricultores familiares e presidentes das associações quanto pelos gestores públicos que reconhecem as limitações enfrentadas, especialmente pela falta de recursos financeiros disponíveis para a manutenção e ampliação dessas ações.

A análise dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar no município revelou uma série de questões que abrangem desde problemas técnicos e financeiros até questões de infraestrutura, como estradas e acesso a equipamentos, insumos e suprimentos adequados. Além disso, destacam-se desafios relacionados ao acesso ao crédito e aos mercados, baixo conhecimento das políticas públicas existentes, acesso equitativo a essas políticas, participação social e governança na tomada de decisões, e a falta de representatividade dos interesses coletivos.

Nesse sentido, apesar dos avanços proporcionados por políticas públicas como o PNAE e o PAA, a pesquisa revelou desafios estruturais persistentes na agricultura familiar em Santarém Novo. A falta de um mercado municipal dificulta a comercialização dos produtos locais. Essa lacuna não apenas limita a renda dos agricultores, mas também incentiva a dependência do mercado externo para abastecimento de alimentos. As feiras livres, implementadas recentemente, são um passo positivo, mas ainda exigem consolidação para tornarem-se sustentáveis.

Outro ponto crítico é a ausência de uma estratégia de divulgação eficiente para os produtos locais. A falta de uma marca reconhecível e de selos de qualidade impede que os produtos agrícolas se destaquem em mercados institucionais e regionais. Além disso, o custo elevado e a escassez de suporte técnico para a obtenção dessas certificações são barreiras significativas para as associações.

Adicionalmente, a pesquisa revelou um descompasso entre práticas agrícolas sustentáveis e políticas ambientais, indicando uma necessidade urgente de orientação técnica e capacitação para práticas agrícolas mais equilibradas e ambientalmente corretas.

A precariedade do suporte técnico e financeiro também ficou evidente. A inexistência de um fundo municipal específico para a agricultura familiar, associada à baixa dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Agricultura, compromete o atendimento às demandas básicas do setor. Isso reforça a dependência de parcerias externas para a execução de ações essenciais.

Finalmente, a falta de engajamento e confiança dos próprios agricultores nas associações limita o potencial do setor. Muitos produtores enfrentam dificuldades em visualizar a agricultura como uma oportunidade econômica de longo prazo, o que resulta na desistência de projetos e no enfraquecimento das organizações coletivas. Portanto, ações voltadas para a formação de lideranças, o fortalecimento das associações e o desenvolvimento de um ambiente de negócios mais inclusivo e estruturado são essenciais para uma transformação efetiva.

A partir da análise desse cenário, pôde-se confirmar a hipótese de que a falta de participação efetiva dos agricultores nas decisões relacionadas à agricultura familiar pode resultar em lacunas nas políticas públicas, o que consequentemente leva a avaliações negativas por parte desse grupo em relação às ações do poder público para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Embora diversos entrevistados tenham compartilhado a compreensão de que a incorporação ativa dos indivíduos no processo decisório que afeta suas vidas e comunidades é um valor fundamental, e que a proatividade dos cidadãos na busca pela participação e garantia de direitos é necessária, também se observa que existem diversos obstáculos que dificultam essa participação social e o acesso às políticas públicas.

Como discutido, esses obstáculos incluem a falta de estímulo e inclusão nas discussões públicas, a baixa divulgação e esclarecimento das políticas e seus critérios de acesso, o que deixa muitos agricultores desinformados sobre seus direitos e benefícios. A burocracia e a complexidade dos processos também desencorajam os produtores a buscarem apoio institucional, além do descrédito e problemas relacionados à falta de espaços que facilitem a mobilização dos atores e a prática da governança e tomada de decisões coletivas.

Por fim, a falta de engajamento e confiança dos próprios agricultores nas associações representa um desafio estrutural, uma vez que muitos produtores enxergam a agricultura familiar como uma atividade de subsistência, sem perspectiva de crescimento econômico sustentável, o que compromete a continuidade de projetos e iniciativas coletivas.

Portanto, superar esses entraves requer não apenas o fortalecimento das associações, mas também a criação de mecanismos mais inclusivos e transparentes, capazes de estimular a participação ativa dos agricultores na construção de políticas públicas que atendam às suas reais

necessidades.

Em relação às interpretações das cosmovisões de desenvolvimento dos principais tomadores de decisão, conclui-se que foi possível identificar referências a todas as oito dimensões do desenvolvimento sustentável teorizadas por Sachs nas falas dos entrevistados. Algumas dimensões foram destacadas com maior ênfase do que outras, porém todas refletem a compreensão compartilhada de que o desenvolvimento verdadeiro deve priorizar o bem-estar das pessoas e a melhoria das condições sociais e econômicas. Especial importância foi dada a questões como acesso a serviços básicos, geração de emprego e renda, educação, saúde e lazer.

Identificaram-se algumas lacunas em relação à percepção de algumas dimensões, especialmente a baixa menção a aspectos relacionados às dimensões ecológicas, ambientais e políticas (internacionais), sugerindo a necessidade de um maior destaque desses aspectos nas discussões e estratégias de desenvolvimento.

Além disso, evidenciou-se a relevância da cultura no contexto do desenvolvimento para os entrevistados, manifestada principalmente pela valorização da identidade cultural. Isso se reflete na valorização dos saberes populares, manifestações culturais, crenças, valores, hábitos e costumes locais, bem como no acesso e valorização do patrimônio cultural por meio do turismo e da cultura. Ter abordado os aspectos culturais e ter apresentado a influência da religiosidade no contexto cultural do município, especialmente das principais festividades e manifestações culturais corroborou para o entendimento da realidade local. A cultura conforme Sachs, é percebida como um fator determinante para a mudança de mentalidade individual e coletiva por meio da tomada de consciência, desempenhando um papel fundamental na determinação das condições sociais de uma comunidade, influenciando e sendo influenciada pelas relações sociais e pelo modo como as pessoas vivem e se relacionam.

Ao revelarem uma variedade de perspectivas e entendimentos em relação ao desenvolvimento humano e às formas de contribuir para um mundo melhor, percebeu-se que, além do entendimento das necessidades básicas de existência, os entrevistados também valorizam aspectos mais amplos que transcendem o material. Isso inclui valores éticos, morais, religiosos, psicológicos e o fortalecimento das relações sociais.

Ficou evidente que há uma convergência significativa com os pressupostos teóricos de David Korten, especialmente no que diz respeito à necessidade de uma mudança na narrativa cultural para promover uma transformação de paradigmas em direção a um desenvolvimento mais humano e sustentável. Isso implica em mudanças nas dimensões internas do desenvolvimento humano, tanto no nível individual quanto coletivo, incluindo a transição da consciência egocêntrica para uma consciência altruísta universal, destacando a importância da

aquisição de conhecimento, do autoconhecimento, da prática contínua de boas ações e do fortalecimento das relações sociais como elementos fundamentais nesse processo.

Além disso, os entrevistados ressaltaram a importância da vida em comunidade, da generosidade, do amor e da equidade no compartilhamento de recursos compartilhando a convicção de que é possível contribuir para um mundo melhor através de ações individuais e coletivas que promovam o bem-estar e a harmonia, priorizando valores como empatia, solidariedade, cooperação e cuidado mútuo.

Nesse sentido, as conclusões desta pesquisa ressaltam a importância de adotar uma abordagem integrada e centrada no ser humano para promover o desenvolvimento humano e construir um mundo melhor. Em última análise, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente das concepções de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e o reconhecimento de suas interdependências. Ao adotar uma perspectiva holística e centrada no ser humano, é possível construir sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis, onde cada indivíduo tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir para o bem-estar coletivo. Essa é uma jornada contínua e dinâmica que requer um esforço colaborativo de todos os setores da sociedade, bem como um compromisso renovado com os princípios da justiça social e da dignidade humana.

Por fim, é importante reconhecer as limitações deste estudo, incluindo a natureza qualitativa da pesquisa e a amostra limitada de entrevistados. Como sugestão para futuras pesquisas, pode-se considerar a necessidade de avaliação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, investigando, por exemplo, o impacto das políticas de compras institucionais na agricultura familiar, o que envolveria compreender como programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), influenciam a produção, comercialização e renda dos agricultores familiares.

Também podem ser sugeridos estudos direcionados à análise do processo de implementação e execução dessas políticas de compras, avaliando, por exemplo, a eficácia dos mecanismos de implementação e execução dessas políticas no âmbito da agricultura familiar.

Como última sugestão, ainda nessa mesma temática, podem ser realizadas pesquisas direcionadas à avaliação do impacto socioeconômico nas comunidades, analisando como as políticas de compras afetam as configurações dos espaços urbanos e rurais, na geração de emprego, distribuição de renda e na fixação das pessoas no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. In: **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Porque as Nações Fracassam:** As origens do poder da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. pp. 58-68.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. Online, 29 jun. 2017. Editoria: Geociências. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais. Acesso em: 20 out. 2023.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **Desenvolvimento local**: alternativas de produção sustentável para pequenos municípios da Amazônia brasileira. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 22 p.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005. 18 p. Disponível em: bit.ly/3PhsOo0. Acesso em: 13 out. 2023.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA.** 2010, v. 13, n. 16, p. 22-32. 33.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. E.ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400 p.: ii. graf. tab.

ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise Sobre a Monocultura de Soja e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia com Base na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. **Revista Economia e Desenvolvimento**, [s. l.], ano 2014, v. 26, n. 1, p. 105-118, 24 jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/eed/article/download/13882/pdf/66365. Acesso em: 3 ago. 2022.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. In: **Agricultura**, v.47, n.1, p.33-52, 2000.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. DE .. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45–62, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003. Acesso em: 23 jan. de 2022.

BARQUERO, A. V. **Desarrollo econômico local e descentralización:** aproximación a un marco conceptual. Cepal/GTZ, s.d. (Mimeo.) 1998.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização.** Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001

BEVIR, M. Governança Democrática: Uma genealogia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p.103-114, jun. 2011.

BOGÉA, Eliana Benassuly. **O carimbó é do carimbó:** culturaS, sabereS e políticaS. Orientador: Silvio Figueiredo. 2019. 203 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown; FUNARI, Marcos Hime. Governança pública, eficiência e transparência na administração pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública** [Recurso Eletrônico], Belo Horizonte, v. 12, n. 133, jan. 2013. Disponível em: http:// https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2014/12/governanca.pdf. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento Local Endógeno: Entre a Competitividade e a Cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**. N 5. Mai, 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23

BRASIL. **Decreto nº 11.551, de 5 de junho de 2023**. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2023-06-05;11551. Acesso em: 19 set. 2023.

BUARQUE, S.C.; BEZERRA, L. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável bases referenciais.** Projeto Áridas. Recife, dez. 1994. Mimeo.

CASA CIVIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Conversão da Medida Provisória nº 535, de 2011**, Brasília, 17 out. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

CASA CIVIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**, Brasília, 18 jul. 2000.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COATE, R. A; FORSYTHE, D. P; WEISS, T. G. T**he United Nations and Changing World Politics**. 2 nd. ed. Boulder: Westview Press, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.

CORRÊA, Hildete Marques. **Memórias de Imigrações/Migrações para a formação do Município de Santarém Novo**. 2015. 69f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Bragança.

CORRÊA, Marco Aurélio Kasmin; PASSINI, João José. Contribuições de Ignacy Sachs para o Desenvolvimento Sustentável Do Oeste Do Paraná. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 40–58, 2022. DOI: 10.48075/gdemrevista.v9i1.29318. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/29318. Acesso em: 20 nov. 2023.

COSTA, Francisco de Assis. As múltiplas faces da Amazônia: Economista ressalta a diversidade de estruturas produtivas e o papel dos camponeses, originados no século XVIII.

[Entrevista concedida a] Carlos Fioravanti. **Pesquisa FAPESP**, [s. l.], ano 20, ed. 277, p. 30-35, Março 2019. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/francisco-de-assis-costa-as-multiplas-faces-da-amazonia/. Acesso em: 7 nov. 2023.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. 2012. Naea/UFPA, Belém: 310.

COSTA, Francisco de Assis. Indicadores de prioridade para políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia: Uma construção orientada a sistemas de produção do Nordeste Paraense. **Novos Cadernos Naea**, v. 3, n. 1, p. 101-118, 2000.

COSTA, F. A. Heterogeneidade Estrutural, Tecnologias Concorrentes, Desenvolvimento Sustentável: uma proposta teórica para o tratamento da dinâmica agrária referida a território, com menção especial à Amazônia. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA) , v. 8, p. 11, 2013.

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: Uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 8, p. 287-312, 2009.

COSTA, F. L. **Brasil:** 200 anos de estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. RAP, Rio de Janeiro, v.42, n.5, p.829-974, set./out. 2008.

DIAS, Cleidson Nogueira. Desenvolvimento Endógeno: Uma análise das dimensões do Desenvolvimento Regional. *In:* **V Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional**, 2011, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011. Tema: CEPAL – 60 anos de Desenvolvimento na América Latina, p. 16 p.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social and subjective indicators. **Social Indicators Research,** v. 40, 1997, pp. 189–216.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PAR (FAEPA). **Projeto Feira Segura gera renda e conhecimento para os produtores rurais de Santarém Novo**. Online, 25 jul. 2023. Disponível em: https://sistemafaepa.com.br/blog/2023/07/25/projeto-feira-segura-gera-renda-e-conhecimento-para-os-produtores-rurais-de-santarem-novo/. Acesso em: 27 dez. 2023.

FAPESPA. **Anuário Estatístico do Pará 2022**. Taxa de Fecundidade Total, Pará e municípios - 2017 a 2021. 2022a. Disponível em: https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2022/tabelas/demografia/tab-1.8-taxa-de-fecundidade-total-2017-a-2021.htm. Acesso em 20 set. 2023. - 2022a

FAPESPA. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Santarém Novo. 23. ed. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, Semestral, n. 2, nov 2022b. 69 p. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/node/201. Acesso em: 10 set. 2023.

FAPESPA. **Perfil Econômico Vocacional dos Municípios Paraenses**: Santarém Novo. Online: [s. n.], Ano I, Out 2021. 2022c. 30 p. Disponível em: https://pevpa.com.br/3d-flip-book/santarem-novo/. Acesso em: 19 nov. 2022.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM 2018 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal:** Ano Base 2016. 2018. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm. Acesso em: 06 nov. 2023.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Rescuing the human development concept from the HDI: reflections on a new agenda. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva (Ed.). **Readings in human development:** concepts, measures and policies for a development paradigm. Nova Delhi: Oxford University Press, 2003a. p. 117-124.

FUKUDA-PARR, Sakiko. The human development paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. **Feminist Economics**, v. 9, n. 2-3, p. 301-317, 2003b.

GOODMAN, D. e SORJ, B. e WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional**. Editora Campus, 1989.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125–146, 2014.

GUDYNAS, E.; A. ACOSTA. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana. Venezuela**, Facultad de Ciéncias Económicas y Sociales, Universidad Del Zulia, Ano 16, nº 53, p. 71-83, abr.-jun. 2011.

HAQ, Mahbub Ul. **Reflections on human development**. New York: Oxford University Press, 1995.

HURTIENNE, Thomas Peter. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, v.8, n.1, p. 19-71, jun. 2005. ISSN 2179-7536. Disponível em: http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42. Acesso em: 26 jun. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i1.47 .

IBGE. Agência IBGE Notícias. **IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. Online, 29 jun. 2017. Editoria: Geociências. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais. Acesso em: 20 out. 2023.

IBGE. **Área territorial brasileira 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE, **Cadastro Central de Empresas 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a

IBGE. **Censo 2022:** População por idade e sexo - Resultados do universo. IBGE, 2023b.

IBGE. Coordenação de Geomática. **Quadro geográfico de referência para produção, análise e disseminação de estatísticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 178 p. ISBN 978-85-240-4540-0. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a32c92ac895a068c195bbebf96b01d24.pdf. Acesso em: 19 set. 2023*a*.

IBGE, **Divisão Territorial Brasileira** - DTB 2021

IBGE, **Pesquisa de Informações Básicas Municipais** - 2021*b*

IBGE, **População estimada:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2024

IBGE, **População no último Censo**: Atualizado em 22/12/2023 – 2023*b*

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.

IBGE, **Produção da Pecuária Municipal 2022**; Rio de Janeiro: IBGE, 2023d.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP, **Catálogo de Escolas.** 2023*a*. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educação%20Básica%2F_portal%2FCatálogo%20de%20Escolas

INEP, **Censo Escolar da Educação Básica 2022**, 2023*b*. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard

INEP, **Remuneração Média dos Docentes.** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes. Acesso em: 03 nov. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **RESEX Chocoaré - Mato Grosso | Unidades de Conservação no Brasil**. 2023. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3468. Acesso em: 19 set. 2023.

JUNIOR, Nelson Novaes Pedroso; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum**., Belém , v. 3, n. 2, p. 153-174, ago. 2008. ISSN 1981-8122. . Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 16 set. 2022.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.3, p.479-99, maio/jun. 2006.

KOHLER-KOCH, B. The evolution and transformation of European governance, en B. Kohler-Koch y E. Rainer (eds.), **The transformation of European governance**, London: Routledge. 1999.

KORTEN, David C. **Mude suas convicções para mudar o futuro:** Uma economia viva para um planeta vivo. São Paulo: Cutrix, 2018.

LOUREIRO, Isaac. **Mastro**. Facebook, 21 dez. 2019. Pagina oficial do grupo de Carimbó Os Quentes da Madrugada. Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=No%20contexto%20das%20festas%20de%20carimb%C3%B3%20da%20Irmandade%20de%20S%C3%A3o%20Benedito%20em%20Santar%C3%A9m%20Novo%2C%20&locale=pt_BR. Acesso em: 23 set. 2023.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B.. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 53–84, jan. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1974, 6v.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In:_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**: seleção de textos de José Arthur Giannotti.2.ed. São Paulo: Abril

Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, K. Peasantry as a class (1948-1850). In SHANIN, T. (d.). **Peasants and peasant Societies.** Mindlesex: Penguin Books, 1971. p. 229-2

MATOS, R. A.; ROVELLA, S. B. C. **Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável:** conceitos em evolução. Centro Universitário e das Faculdades OPET. Curitiba, 2009.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 83–92, 2017. DOI: 10.61673/ren.2014.500. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/500.. Acesso em: 28 nov. 2022.23.

Mayntz, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 21. 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA) (Brasil). **Portaria nº 1, 07 de fevereiro de 2023**. Prorroga o prazo de validade das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, 8 fev. 2023*a*. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mda-n-1-de-7-de-fevereiro-de-2023-462936551. Acesso em: 22 dez. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA) (Brasil). **Portaria nº 20, de 27 de junho de 2023**. Estabelece as condições e os procedimentos gerais para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Brasília, 12 jul. 2023*b*. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mda-n-20-de-27-de-junho-de-2023-*-495850853. Acesso em: 22 dez. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Painel de Monitoramento: Santarém Novo/PA. In: **Bolsa família e Cadastro Único no seu Município**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html. Acesso em: 20 out. 2023a.

_____. Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único: Santarém Novo/PA. In: Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município. [S. l.], 2022b. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html. Acesso em: 20 out. 2023.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo Educacional 2021**. Brasil, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução Nº 2, de 25 de Janeiro de 2010**. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde. Brasil, 25 jan. 2010.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; DENARDIN, Valdir Frigo. A Contribuição de Karl Polanyi para as Reflexões sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável. A**nais do XXVIII**

Simpósio Nacional de História. Florianópolis – SC. 2015.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press: 1990. 152 p.

NORTH, Douglass. Institutions. **Journal of Economic Perspective,** 5: 97-112, 1991.

NUNES, Emanoel Márcio; FREITAS, Carla Camila Gomes. Governança Territorial e Ação Coletiva para o Desenvolvimento Rural do Território Açu-Mossoró (RN). **Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial,** v. 6, n. 9, Edição especial, 2020. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/csdt/issue/view/514. Acesso em: 6 jan. 2022.

FAO. 2017. **The State of Food and Agriculture 2017. Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation.** www.fao.org/3/I7658e/I7658e.pdf

PALUDO, A. V. **Governança Aplicada Ao Setor Público Como Instrumento De Planejamento e Desenvolvimento**: Proposta De Modelo Para Implementação. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020

PETERS, Brainard Guy. 2013. O que é Governança?. **Revista do TCU**, n. 127, p. 28-33

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Organizações das Nações Unidas. Brasil. 2022. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta. Acesso em: 22 out. 2023.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do Homem e Ensaios Correlatos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAMALHO FILHO, R. Patrimônio cultural e natureza: dimensão da sustentabilidade. In: BASTOS FILHO, J. B. AMORIM, N. F. M.: LAGES, V.N. (Org.). **Cultura e desenvolvimento:** a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA/UFAL. 1999. p. 179-193.

RARE BRASIL. **Rare no Brasil 2020**. Online: [s. n.], 2020. 4 p. Disponível em: https://rare.org/wp-content/uploads/2020/04/2020.02-Rare-in-Brazil_Port_USA_2.pdf. Acesso em: 6 fev. 2024.

RARE BRASIL, **Pesca Para Sempre**: Relatório executivo 2017-2019. Online: [s. n.], 2019. 72 p. Disponível em: https://rare.org/wp-content/uploads/2020/04/rareBrasil_relatorioExecutivo2017-2019_letter_12-baixa-1.pdf. Acesso em: 6 fev. 2024.

RARE. **Pesca para Sempre no Brasil**. Online, 2021. Disponível em: https://rare.org/program/pesca-para-sempre-no-brasil/. Acesso em: 8 out. 2024.

REIS, Clovis. Direito ao Desenvolvimento Sustentável: Reflexões a partir de Ignacy Sachs. **Direito UNIFACS – Debate Virtua**l, online, ano 2023, n. 280, Outubro 2023. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/8472/4958. Acesso em: 23 nov. 2023.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond,

2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

Sachs, I. **Rumo à ecossocioeconomia:** Teoria e prática do desenvolvimento São Paulo: Cortez, 2007.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Extrato DAP - Pessoa Física: Lista de DAP do Município Santarém Novo/PA. *In*: **Lista de DAP do Município de Santarém Novo**. [*S. l.*], 2023a. Disponível em: http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/. Acesso em: 22 dez. 2023.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Extrato DAP - Pessoa Jurídica: Lista de DAP do Município Santarém Novo/PA. *In*: **Lista de DAP do Município de Santarém Novo**. [*S. l.*], 2023b. Disponível em: https://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP/. Acesso em: 22 dez. 2023.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11-33, 10 set. 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-69092003000100008. Acesso em: 18 set. 2022.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F.. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180–219, maio 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200008. Acesso em: 19 set. 2022

SEERS, Dudley. Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? **Revista Análise Social**, v. 15, n. 60, p. 949-968, 1979. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990554E7tDF6uf1Tb56WD7.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública** - rap — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009. issn 0034-7612.

SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nirvea. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira: Fundamentos Teóricos e Síntese Histórica. In: SILVA, Fabio Carlos da; RAVENA, Nirvea (org.). **Formação Institucional da Amazônia.** 22. ed. Belém: NAEA, 2015. v. 1: Formação Regional da Amazônia, Capítulo 1, p. 15-37. ISBN 978-85-7143-128-7.

SIMONIAN. L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônidas. In ARAGON-VACA, L. E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

SOUZA, L. M. C. G.; FARIA E. F. Governança corporativa na administração pública brasileira:

um processo em construção. **Direito & Paz**, São Paulo, v.10, n.37, p.273-292, 2.º sem., 2017.

SOUZA, Tereza Cristina Vasconcelos de. **Vozes da floresta**: os saberes dos mestres de carimbó de Santarém Novo (PA). Orientador: Josebel Akel Fares. 2019. 105 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2020/01/tereza_cristina_vasconcelos_de_souza.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

TENÓRIO, F. G.; SOARES, V. B.; BARROS, A. C. R.; GOUVEIA, T. M. de O. A. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise das Atividades Turísticas em uma Comunidade Pacificada do Rio de Janeiro. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 422–452, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.43.422-452. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6129. Acesso em: 18 fev. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 1990**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

_____. **Human Development Report 1992**. New York: Oxford University Press, 1992.

_____. **Human Development Report 1994**. New York: Oxford University Press, 1994.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario; BARROS, Jones Nogueira; ALBUQUERQUE, Ana Maria. Ação pública no processo de construção do plano diretor em Cidade da Amazônia Paraense. **GIGAPP Estudios Working Papers**. Vol. 6 Núm.119, págs. 149-168. 2019. ISSN 2174-9515. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338701552_Acao_publica_no_processo_de_construcao_do_plano_diretor_em_Cidade_da_Amazonia_Paraense.

VEBLEN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 3ª ed. 220p. ISBN 85-7617-051-5.

VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA, 2021, Câmara Municipal de Santarém Novo. **Ata da 26ª Reunião Ordinária de 01 de Outubro de 2021** [...]. Santarém Novo: [s. n.], 2021. 5 p. Disponível em: https://camaradesantaremnovo.pa.gov.br/c/atividades-legislativas/pautas-e-atas-das-sessoes/. Acesso em: 11 mar. 2022.

VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA, 2021, Câmara Municipal de Santarém Novo. **Ata da 28ª Reunião Ordinária de 15 de Outubro de 2021** [...]. Santarém Novo: [s. n.], 2021. 5 p. Disponível em: https://camaradesantaremnovo.pa.gov.br/c/atividades-legislativas/pautas-e-atas-das-sessoes/. Acesso em: 11 mar. 2022.

VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA, 2021, Câmara Municipal de Santarém Novo. **Ata da 28ª Reunião Ordinária de 22 de Outubro de 2021** [...]. Santarém Novo: [s. n.], 2021. 5 p. Disponível em: https://camaradesantaremnovo.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/ata-da-29%E2%81%B0-sessao-ordinaria-2021.pdf

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropologia del desarrollo. In: (Org) **Antropologia del desarollo**. Barcelona: Paidós, 2000. P. 9-64.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In:

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

ZULIAN, Aline; MARIN, Solange Regina; FEISTEL, Paulo Ricardo. Indivíduos, instituições e desenvolvimento econômico. **Revista Economia & Tecnologia**, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 61-69. dez. 2014. ISSN 2238-1988. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/35203. Acesso em: 22 jan. 2022. doi:http://dx.doi.org/10.5380/ret.v10i4.35203.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro de Entrevistados

Identificação	Ator	Organização	Cargo/Função	Data da entrevista
Entrevistado 1	Servidor público	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário Municipal	27/10/2022
Entrevistado 2	Servidor público	Secretaria Municipal de Educação	Secretária Municipal	28/10/2022
Entrevistado 3	Servidor público	Secretaria Municipal de Administração	Secretária Municipal	28/10/2022
Entrevistado 4	Servidor público	Secretaria Municipal de Orçamentos e Finanças	Secretário Municipal	17/11/2022
Entrevistado 5	Servidor público	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretário Municipal	13/12/2022
Entrevistado 6	Servidor público	Prefeitura Municipal	Vice-prefeito	13/12/2022
Entrevistado 7	Servidor público	Escritório Local da Emater-Pará	Chefe local	28/10/2022
Entrevistado 8	Associado	Associação dos Moradores de Jutaizinho - AMJ	Presidente	02/11/2022
Entrevistado 9	Associado	Associação dos Apicultores de Santarém Novo - APISAN	Presidente	27/10/2022
Entrevistado 10	Associado	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré Mato-Grosso - AUREM/C-MG	Presidente	22/11/2022
Entrevistado 11	Associado	Associação dos Pequenos Produtores de Santo Antônio dos Trombetas - APPRSAT	Presidente	22/11/2022

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Representantes das Associações de Agricultores Familiares do Município

---

COSMOVISÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais atividades que sua organização exerce atualmente e qual a média de associados ou cooperados? Quais comunidades ela abrange?

2. Depois de integrado à sua organização, você verificou alguma mudança relacionada à qualidade de vida familiar ou comunitária, ganhos econômicos ou na sua relação com o meio ambiente? Quais?

3. Na sua opinião, como a sua organização pode contribuir para fortalecimento e empoderamento comunitário e com o desenvolvimento do município?

4. Na sua visão o que caracteriza o desenvolvimento local?

5. Em sua opinião como o poder público pode promover o desenvolvimento local?

6. O Governo Municipal tem investido em ações de desenvolvimento e fortalecimento das atividades da agricultura familiar em termos de infraestrutura, ações de melhoria da produção e comercialização? Quais?

7. Em sua opinião, de que formas o poder Público Municipal poderia colaborar para aumentar o potencial da agricultura familiar em Santarém Novo?

8. O que é preciso para que a população do município coopere com o governo para a implementação exitosa das políticas públicas de desenvolvimento?

9. Você vê diferença entre desenvolvimento das condições materiais de existência e desenvolvimento humano? Se sim quais diferenças?

10. Qual sua concepção de desenvolvimento?

11. Saúde, Educação e Renda e o que o dinheiro pode comprar seriam a finalidade do desenvolvimento humano? Se não, por que e o que mais seria necessário para o desenvolvimento pleno do ser humano e da sociedade?

12. Na sua opinião, quais os principais problemas enfrentados no âmbito da agricultura familiar no Município?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com Gestores Públicos

COSMOVISÕES DOS GESTORES PÚBLICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Na sua visão o que caracteriza o desenvolvimento local?

2. Como o governo pode promover o desenvolvimento local?

3. O que é preciso para que a população do município coopere com o governo para a implementação exitosa das políticas públicas de desenvolvimento?

4. Você vê diferença entre desenvolvimento das condições materiais de existência e desenvolvimento humano? Se sim quais diferenças?

5. Qual sua concepção de desenvolvimento?

6. Saúde, Educação e Renda e o que o dinheiro pode comprar seriam a finalidade do desenvolvimento humano? Se não, por que e o que mais seria necessário para o desenvolvimento pleno do ser humano e da sociedade?

7. Para finalizar o que você acha que pode fazer para tornar o mundo melhor?

APÊNDICE D - Formulário destinado à pesquisa quantitativa com Agricultores

PESQUISA ACADÊMICA: "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local em Santarém Novo: Perspectivas e proposições para o planejamento das ações e da gestão de políticas públicas locais"

Você está sendo convidado a participar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida da pesquisa acadêmica intitulada: **"Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local em Santarém Novo: Perspectivas e proposições para o planejamento das ações e da gestão de políticas públicas locais"**, desenvolvida pela mestranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Sandy Lorena Costa Monteiro, sob supervisão do Prof. Dr. Fabio Carlos da Silva do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

A pesquisa tem como objetivo principal a obtenção de dados que permitam compreender a concepção de desenvolvimento dos agricultores, bem como sua inclusão e acesso às políticas públicas e espaços de participação e deliberação na tomada de decisões municipais sobre o planejamento e solução aos problemas locais no município de Santarém Novo.

Espera-se como resultado, que, este estudo contribua para um melhor planejamento coletivo das políticas públicas para a agricultura familiar no município, gerando informações relevantes para que sejam pensadas e elaboradas estratégias para a superação das dificuldades existentes por meio do entendimento da problemática, permitindo a criação conjunta de soluções alternativas, adequadas a realidade vivenciada pela comunidade local. Consequentemente, que possibilite a mudança de hábitos e de paradigmas, para a criação de maiores oportunidades e melhores condições de vida para toda a população e com benefícios em longo prazo.

O presente questionário, tem como público-alvo, agricultores familiares do município, conforme estabelecido nos termos da Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, (que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) maiores de 18 anos.
Ele é composto por 6 sessões de perguntas objetivas, sendo a primeira, esta, que tem por finalidade informar o teor, objetivos e importância da pesquisa, bem como avaliar sua aceitação pelos atores sociais. As demais sessões, visam caracterizar o perfil socioeconômico, cultural e territorial, bem como das dinâmicas de trabalho e organização social, as concepções ambientais e de futuro da agricultura familiar à luz dos agricultores.

Os dados fornecidos por meio do questionário serão confidenciais e apenas utilizados para científicos, podendo ser apresentados em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar durante o processo de coleta de dados.

Não há recebimento de benefícios diretos, porém os resultados obtidos serão utilizados para expandir os conhecimentos atuais acerca da área desta pesquisa e contribuir para traçar possíveis políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no município de Santarém Novo.

Caso você concorde em participar, será considerado consentido o próprio ato de responder ao questionário da pesquisa. Nos responsabilizaremos pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como pelos procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de Proteção de Dados Pessoais)

Leia a declaração abaixo e, caso concorde em participar da presente pesquisa, preencha o campo "concordo". Caso contrário, basta selecionar a opção "discordo" e enviar o formulário.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO *

Entendo que estou sendo convidado(a) a participar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida de um estudo denominado **"Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local em Santarém Novo: Perspectivas e proposições para o planejamento das ações e da gestão de políticas públicas locais",** sendo esclarecido(a) quanto aos objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, e também recebendo os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, posso sentir desconforto ou frustração com os resultados do levantamento de dados e considerações feitas pela pesquisadora no artigo acadêmico. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. Para isso, basta enviar um email para a pesquisadora Sandy Lorena Costa Monteiro, no seguinte endereço eletrônico: sandylorenacm@gmail.com ou por meio do número de telefone e whatsapp: (91) 98565-6954, solicitando que não sejam usados meus dados. Estou a par de que me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, portanto, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação e dos riscos e benefícios que ela trará para mim, além de ter saber sobre todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa e autorizo a divulgação dos seus resultados e conclusões por meio de publicações e/ou eventos, desde que nenhum dado possa me identificar.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Concordo
- ◯ Discordo

PERFIL SOCIOECONÔMICO E LOCALIZAÇÃO

As informações contidas com o símbolo * são de preenchimento obrigatório.

2. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

3. Em qual comunidade você reside? *

Marcar apenas uma oval.

- Sede
- Amapazinho
- Areal
- Bacuriteua
- Bom Jesus
- Brasileiro
- Brasilzinho
- Cearense
- Clemente
- Faustina
- Fortaleza
- Iraquara
- Iraquara-colônia
- Jutaizinho
- Jutaí Grande
- Pacujá
- Paraíso
- Pau Amarelo
- Pedrinhas
- Pirateua
- Santo Antônio do Trombetas
- São João de Peri-Mirim
- São Tomé/Assentamento
- Sobrado
- Vista Alegre

4. Faixa etária: *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos
- 65 a 75 anos
- Acima de 75 anos

5. Qual seu nível de Escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Não alfabetizado
- Ensino Fundamental
- Fundamental incompleto
- Ensino Médio
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Técnico
- Ensino Superior
- Ensino superior incompleto
- Pós Graduação

6. Quantas pessoas incluindo você fazem parte da unidade familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- Apenas 1 pessoa
- De 2 a 3 pessoas
- De 4 a 6 pessoas
- De 7 a 9 pessoas
- Acima de 10 pessoas

7. Quais as atividades da agricultura familiar você desenvolve? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Agricultura tradicional
- [ ] Extrativismo
- [ ] Apicultura
- [ ] Pesca artesanal

8. Além da atividade agrícola, existem outras fontes de renda no seu núcleo familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. Caso você tenha informado anteriormente que existam outras fontes de trabalho e renda, selecione quais os tipos de atividade econômica.

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Serviço público efetivo
- [ ] Seviço público temporário
- [ ] Comércio formal de bens e serviços
- [ ] Comércio informal de bens e serviços
- [ ] Aposentadorias, pensões, benefícios de seguridade social
- [ ] Programas de transferência de renda do governo
- [ ] Industria
- [ ] Setor de Turismo
- [ ] Setor de Transportes
- [ ] Setor de Construção, Energia ou Telecomunicações
- [ ] Setor de Informação e Comunicações
- [ ] Atividades profissionais, científicas ou técnicas
- [ ] Atividades imobiliárias

10. Qual o principal responsável pela renda da família, em termos de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Mulher
- ( ) Homem

11. Você é usuário da Resex? *

Reserva extrativista Chocoaré Mato-Grosso

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Não sabe informar

DINÂMICA DE PRODUÇÃO, AUTOABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

12. Quais os principais gêneros produzidos e comercializados por você? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Frutas
- [ ] Verduras e hortaliças
- [ ] Mandioca
- [ ] Macaxeira
- [ ] Milho
- [ ] Arroz
- [ ] Feijão
- [ ] Farinha de mandioca
- [ ] Farinha de tapioca
- [ ] Goma de tapioca
- [ ] Tucupí
- [ ] Bejús
- [ ] Açaí
- [ ] Castanhas
- [ ] Óleos vegetais
- [ ] Plantas e ervas medicinais
- [ ] Poupa de frutas
- [ ] Mel, própolis, cera
- [ ] Peixe
- [ ] Caranguejo
- [ ] Camarão
- [ ] Mexilhão
- [ ] Turú
- [ ] Ovos
- [ ] Animais de pequeno porte
- [ ] Carvão vegetal
- [ ] Produtos artesanais
- [ ] Doces, compotas e conservas de ativos agroflorestais
- [ ] Xaropes naturais
- [ ] Mudas e semente
- [ ] Adulbos orgânicos
- [ ] Gado
- [ ] Leite de vaca
- [ ] Grama
- [ ] Outro: _____

13. Há quanto tempo em média você trabalha como agricultor familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Menos de 1 ano
- ( ) Entre 1 e 5 anos
- ( ) Entre 6 e 10 anos
- ( ) Entre 11 e 15 anos
- ( ) Entre 16 e 20 anos
- ( ) Mais de 20 anos

14. Quais seus maiores problemas ou dificuldades relacionados à produção na agricultura familiar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Dificuldade acesso à terras
- [ ] Dificuldade de acesso à credito rural
- [ ] Necessidade de mão-de-obra
- [ ] Aquisição de insumos e ferramentas agrícolas
- [ ] Aquisição/Manutenção de equipamentos/maquinários
- [ ] Aquisição de mudas
- [ ] Aquisição/produção de adubos e fertilizantes
- [ ] Aquisição/produção de defensivos agrícolas
- [ ] Custo de produção elevado
- [ ] Controle de pragas e doenças
- [ ] Perda da fertilidade do solo
- [ ] Perda da produção por fatores climáticos
- [ ] Trabalho manual
- [ ] Não tem dificuldades

15. Como o governo municipal poderia contribuir para melhorar as condições de produção da agricultura familiar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Acesso à credito rural
- [ ] Apoio na aquisição/Distribuição de terras
- [ ] Disponibilização de espaços coletivos para o plantio
- [ ] Disponibilização de maquinários para preparação do solo e/ou colheita
- [ ] Disponibilização e distribuição de sementes e mudas
- [ ] Disponibilização de Adubos e fertilizantes
- [ ] Disponibilização de defensivos agrícolas
- [ ] Fortalecimento de cadeias produtivas
- [ ] Capacitação para a geração de novos produtos
- [ ] Capacitação em formas de produção sustentáveis e de baixo custo
- [ ] Capacitação em empreendedorismo e práticas de gestão
- [ ] Disponibilização/apoio na aquisição de equipamentos e utilitários para irrigação e drenagem
- [ ] Implantação de sistema de abastecimento de água
- [ ] Promover/incentivar a implantação de quintais produtivos

16. Com relação às condições de transporte para o escoamento da produção, você tem dificuldades? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não

17. Quais meios de transporte você utiliza para o escoamento da sua produção? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Transporte próprio
- [ ] Transporte público coletivo
- [ ] Frete/aluguel de transportes particulares
- [ ] Intermediários - Atravessadores
- [ ] Não necessita de meios para escoamento

18. Como o governo municipal poderia contribuir para melhorar as condições logísticas de transporte para o escoamento da produção local? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Disponibilização de transporte para abastecimento dentro do município
- [ ] Disponibilização de transportes para abastecimento em feiras e mercados de cidades vizinhas
- [ ] Melhorar as condições de estradas e vias de acesso às comunidades
- [ ] Construção/recuperação de pontes de acesso à comunidade
- [ ] Não há melhorias a serem realizadas

19. Onde é comercializada a sua produção? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Na propriedade/estabelecimento/domicílio
- [ ] Entrega à domicílio, de porta em porta, na minha comunidade ou na sede municipal
- [ ] Em feiras e comércio locais
- [ ] Em feiras e comércios de Municípios vizinhos
- [ ] Em associações e cooperativas locais
- [ ] Vendas para o PAB (Antigo PAA)
- [ ] Vendas para o PNAE
- [ ] Restaurantes
- [ ] Empresas de pequeno e médio porte
- [ ] Indústrias
- [ ] Prefeituras
- [ ] Outro: _____

20. Você tem dificuldades na venda dos produtos? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não

21. Em uma escala de 1 a 5, como você classificaria os preços recebidos na venda dos produtos? *

1 = péssimo, 2= ruim, 3 = regular, 4 = bom e 5 = ótimo

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
pés:	( )	( )	( )	( )	( )	ótimo

22. O que você gostaria fosse feito pelo governo municipal para melhorar venda dos seus produtos? *

Cite até três mediadas prioritárias de poio a comercialização

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Criação de mercado municipal
- [ ] Criação de feiras livres de agricultura familiar
- [ ] Criação de festivais de agricultura familiar locais e regionais
- [ ] Inclusão no mercado institucional (PNAE/PAB)
- [ ] Capacitação tecnológica e gerencial
- [ ] Capacitação em técnicas de organização e venda
- [ ] Políticas de agregação de valor (certificação de qualidade, design, etc.)
- [ ] Política de transporte da produção para venda em mercados locais e regionais
- [ ] Atividades de turismo comunitário rural
- [ ] Não há nada a ser feito

23. Você acredita que a quantidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar local é suficiente para atender às demandas da população do município? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez
- ( ) Não sabe dizer

Dinâmica e Relações de Trabalho, organização coletiva e Assistência técnica

24. Como você iniciou o trabalho na agricultura familiar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Tradição/herança familiar
- [ ] Iniciativa própria
- [ ] Incentivos governamentais
- [ ] Através de associações ou cooperativas
- [ ] Através de cursos técnicos e de capacitação rural

25. A sua produção atualmente é voltada para: *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Consumo próprio
- ( ) Comercialização
- ( ) Consumo e comercialização

26. Além de você, quem mais trabalha com a atividade agrícola na sua unidade familiar? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Somente eu
- [ ] Grupo familiar (filhos cônjuges e agregados)
- [ ] Contratação de mão-de-obra permanente
- [ ] Contratação de mão-de-obra temporária

27. Você pretende continuar o trabalho a partir da agricultura familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez

28. Você espera que seus descendentes dê continuidade ao trabalho agrícola? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não
- ( ) Talvez
- ( ) Não se aplica

29. Quais os critérios para a gestão da renda familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Decisão conjunta
- ( ) O chefe do estabelecimento decide
- ( ) Os filhos decidem
- ( ) De acordo com a atividade exercida
- ( ) Não há um critério existente ou definido

30. Pertence ou já pertenceu a alguma organização coletiva da agricultura familiar, política ou outros tipos de organização social? Quais? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Associações
- [ ] Cooperativas de produtores
- [ ] Cooperativas de créditos
- [ ] Sindicato de trabalhadores rurais
- [ ] Conselho Municipal
- [ ] Colônia pesqueira
- [ ] Movimentos sociais
- [ ] Grupo informal de agricultores
- [ ] ONG's
- [ ] Partido político
- [ ] Grupos religiosos
- [ ] Não pertence a nenhuma organização
- [ ] Outro: _____

31. Você participa/participava ativamente das reuniões e atividades da organização? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica

32. A participação nessas organizações, proporcionou melhorias econômicas, como por exemplo, recebimento de benefícios ou aumento e diversificação da produção, ? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica

33. E nas suas relações sociais, ambientais, políticas ou culturais, a participação nessas organizações trouxe efeitos positivos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica

34. No município são estimuladas a criação ou fortalecimento de organizações sociais, como por exemplo, associações, cooperativas e colônias pesqueiras? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe dizer

35. Você ou sua família já recebeu algum tipo de orientação/capacitação nesse sentido? *

Por exemplo, da importância das organizações coletivas, boas práticas na gestão de organizações comunitárias, etc.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

36. Na sua concepção, qual o nível de importância da organização coletiva para você? *

1= não tem relevância, 2 = pouco relevante, 3 = razoável/neutro, 4 = importante e 5 = muito importante

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não	◯	◯	◯	◯	◯	Muito importante

37. Participa ou já participou de cursos de capacitação rural ou troca de experiências? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

38. Com que frequência você participa/participava? *

Marcar apenas uma oval.

- Com muita frequência
- Com frequência
- Com pouca frequência
- Raramente
- Nunca participou

39. Qual o nível de importância desses espaços de formação para você? *

1= não tiveram relevância, 2 = pouco relevante, 3 = razoável/neutro, 4 = importante e 5 = muito importante

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não	◯	◯	◯	◯	◯	Muito importante

40. Recebe ou já recebeu assistência técnica ou extensionistas no Município? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

41. De quais destas instituições você recebeu algum tipo de apoio, suporte ou assistência técnica e extensionista no Município?

Caso haja outras, por favor descrever no campo indicado

Marque todas que se aplicam.

- ☐ EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
- ☐ SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura
- ☐ SIMPROSAN - Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém Novo
- ☐ SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- ☐ SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- ☐ SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- ☐ EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ☐ ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
- ☐ SEDAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuaria e Pesca
- ☐ IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
- ☐ Desconhece ou não sabe responder
- ☐ Nenhuma dessas
- ☐ Outro: _____

42. Em uma escala de 1 a 5, qual a importância desses serviços de assistência para você? *

1= irrelevante, 2 = pouco relevante, 3 = razoável/neutro, 4 = importante e 5 = muito importante

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Irrel	◯	◯	◯	◯	◯	Muito importante

CONHECIMENTO E INSERÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

43. Você tem conhecimento sobre as políticas públicas para a agricultura familiar existentes no município? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Conheço em partes

44. Quais Programas/Políticas Públicas de fomento à agricultura familiar e desenvolvimento rural você conhece ou já ouviu falar? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- ☐ PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- ☐ PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- ☐ Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- ☐ Amazônia Florescer
- ☐ PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA)
- ☐ PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
- ☐ Programa Bolsa Verde - Programa de Apoio à Conservação Ambiental
- ☐ Fomento Rural - Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Governo do Estado do Pará
- ☐ Programa ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura
- ☐ Não conheço ou nunca ouvi falar de nenhum destes programas
- ☐ Outro: _____

45. Já foi beneficiário de algum destes programas? se sim, quais? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- [ ] PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- [ ] PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- [ ] Amazônia Florescer
- [ ] PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA)
- [ ] PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
- [ ] Programa Bolsa Verde - Programa de Apoio à Conservação Ambiental
- [ ] PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
- [ ] Fomento Rural - Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Governo do Estado do Pará
- [ ] Programa ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura
- [ ] Nunca fui beneficiário
- [ ] Outro: _____

46. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades para o acesso a essas políticas? *

Selecione quantas alternativas forem necessárias

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Não possui interesse
- [ ] Falta de regulamentação necessária
- [ ] Falta de esclarecimentos sobre como acessá-las
- [ ] São pouco divulgadas
- [ ] Questões burocráticas
- [ ] Questões políticas
- [ ] Não existem dificuldades
- [ ] Outro: _____

47. Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP? *

Atualmente substituído pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

48. De forma geral, quais os maiores problemas/dificuldades em relação à atividade agrícola enfrentados no município? *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Condições de Infraestrutura básica em estradas e vias de acesso
- [ ] Transporte
- [ ] Regularização fundiária
- [ ] Saneamento básico
- [ ] Falta de Políticas Públicas
- [ ] Participação popular no planejamento das políticas públicas
- [ ] Não existem dificuldades

49. Você se sente incluído nas discussões sobre os problemas locais e no processo de decisão e construção de políticas publicas do município? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe ou prefere não opinar

50. No município, a participação popular nas decisões sobre o futuro da agricultura familiar e desenvolvimento rural são estimulados? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe dizer

51. Você sente que os interesses coletivos da agricultura familiar local estão sendo bem representados nas decisões municipais através das políticas, programas e projetos existentes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe dizer

52. Você, alguma vez já participou de alguma reunião de planejamento com a prefeitura para tratar sobre questões da agricultura familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

53. Em sua opinião, existe algum motivo que dificulte essa participação, se sim, quais? *

Selecione até três causas principais

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Não possui interesse
- [ ] São pouco divulgadas
- [ ] Falta de incentivo
- [ ] Falta de esclarecimentos sobre como participar
- [ ] Questões burocráticas
- [ ] Questões políticas
- [ ] Descrédito/descrença
- [ ] Não existem dificuldades
- [ ] Acessibilidade ao local (locomoção)
- [ ] Outro: _____

54. Você sabe da existência de Conselhos municipais para o tratamento das questões de agricultura familiar e desenvolvimento rural? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

55. Você acredita que estes espaços de participação social são importantes para o desenvolvimento do município? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

56. Em uma escala de 1 a 5, qual seu nível de satisfação com as políticas públicas municipais de apoio à agricultura familiar local? *

1 = Extremamente insatisfeito, 2 = insatisfeito, 3 = neutro, 4 = satisfeito e 5 = Muito satisfeito

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Insa	◯	◯	◯	◯	◯	Muito satisfeito

PERSPECTIVAS AMBIENTAIS E DE DESENVOLVIMENTO

57. No que diz respeito temática ambiental, como você se sente quanto aos problemas causados ao meio ambiente? *

Marcar apenas uma oval.

- Diretamente responsável
- Indiretamente responsável
- Não me sinto responsável quanto aos problemas ambientais
- Não sabe ou não tem certeza

58. Na sua opinião, qual a importância destes temas no âmbito da agricultura familiar: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não tem importância	Pouco importante	Razoável/Neutro	Importante	Muito importante
Educação ambiental	◯	◯	◯	◯	◯
Produção e manejo sustentáveis	◯	◯	◯	◯	◯
Agroecologia	◯	◯	◯	◯	◯
Sustentabilidade	◯	◯	◯	◯	◯
Preservação da natureza	◯	◯	◯	◯	◯
Manutenção da cultura local	◯	◯	◯	◯	◯

59. Você já participou de algum projeto político/pedagógico de educação ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

60. O Governo Municipal tem investido em ações de desenvolvimento e fortalecimento das atividades da agricultura familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe dizer

61. Você acredita que o Governo municipal esta levando em consideração as especificidades/potencialidades locais para planejar o desenvolvimento? * No caso, suas potencialidades, aspectos sociais, culturais, recursos disponíveis?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe dizer

62. O Planejamento do desenvolvimento municipal para você deve considerar, além de aspectos materiais, aspectos de desenvolvimento humano? *

Por exemplo, aspectos físicos, cognitivos (aprendizagem, linguagem, pensamento, etc.) psicosociais (relações afetivos, emocionas, personalidade, caráter, etc.)

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sabe dizer

63. Quais medidas/Políticas Públicas você acredita que sejam importantes para a agricultura familiar e desenvolvimento local que não foram implementadas no município? *

Escolher as três mais relevantes

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Fortalecimento de associações e cooperativas
- [ ] Apoio na implementação de projetos comunitários
- [ ] Projetos de hortas comunitárias
- [ ] Ampliação serviços de assistência técnica municipal
- [ ] Programas de apoio ao transporte da produção
- [ ] Programa de apoio à comercialização da produção
- [ ] Ampliação de programas de apoio à preparação de áreas
- [ ] Reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS
- [ ] Criação de Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
- [ ] Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
- [ ] Projetos de educação embiental
- [ ] Inclusão social de jovens no campo
- [ ] Apoio e incentivo à mulheres no campo
- [ ] Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional
- [ ] Mecanismo de acesso à Terra
- [ ] Incentivo à produção orgânica de alimentos
- [ ] Inclusão digital no meio rural
- [ ] Nenhuma

64. Como você avalia a atuação do governo municipal em relação aos seguintes temas: *

1 = péssimo, 2 =ruim, 3 = regular, 4 = bom e 5 = excelente

Marcar apenas uma oval por linha.

	Péssimo	Ruim	Regular/Neutro	Bom	Excelente
Desenvolvimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Agricultura familiar	◯	◯	◯	◯	◯
Fortalecimento das organização comunitárias	◯	◯	◯	◯	◯
Segurança alimentar e nutricional	◯	◯	◯	◯	◯
Políticas públicas de desenvolvimento rural	◯	◯	◯	◯	◯

65. Em uma escala de 1 a 5, qual o nível de relevância deste estudo para você? *

1= não tem relevância, 2 = pouco relevante, 3 = razoável, 4 = importante e 5 = muito importante

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não	◯	◯	◯	◯	◯	Muito relevante

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

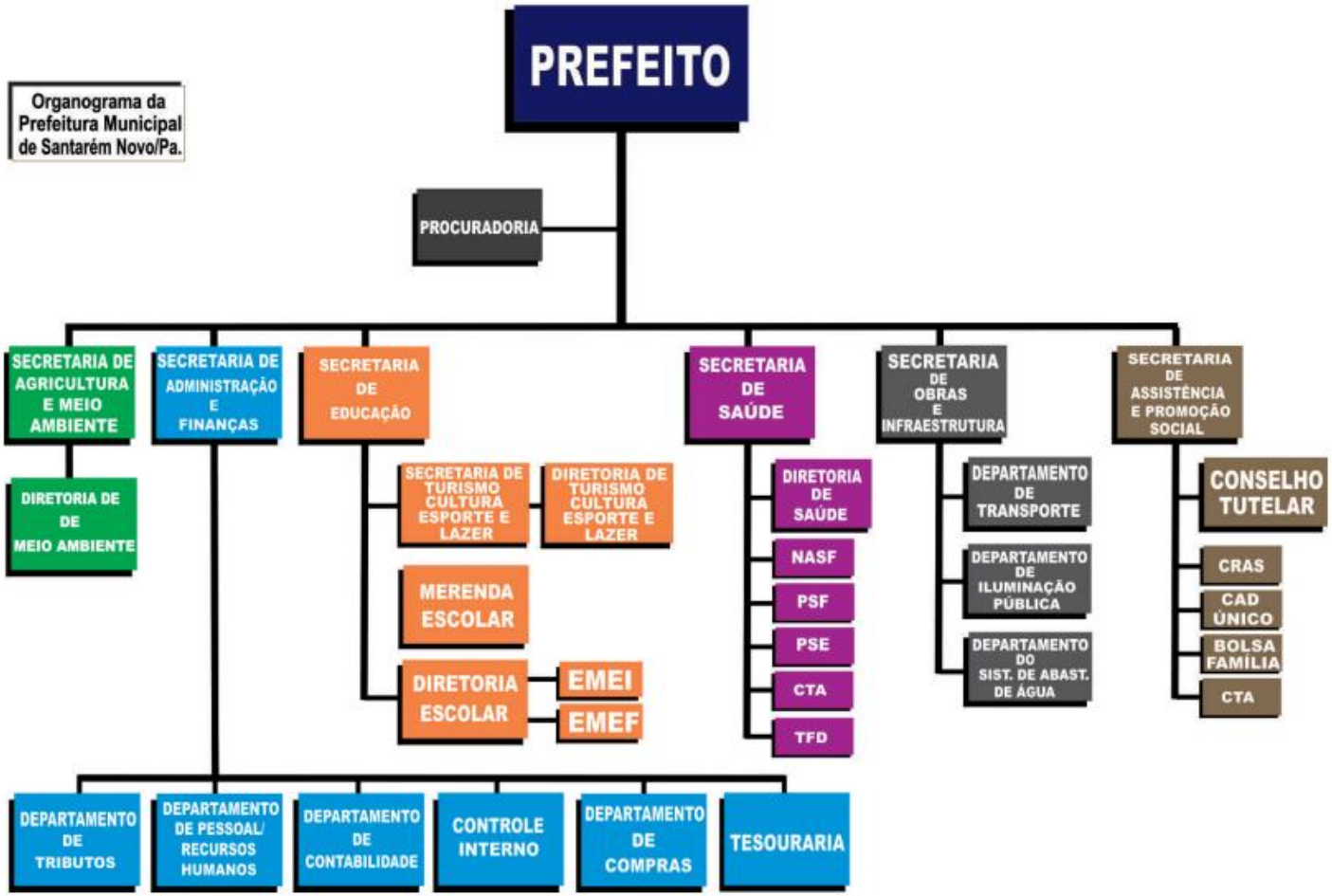
ANEXOS

ANEXO A - Valores da Produção anual dos Produtos das Lavouras Temporárias e Permanentes de Santarém Novo (1990 a 2022)

Valor da Produção Anual dos Produtos das Lavouras Temporárias e Permanentes de Santarém Novo (1990 a 2022 - Corrigido pelo IGP-M de Dezembro de 2022)																
Ano	**Abacate**	**Abacaxi**	**Algodão herbáceo (em caroço)**	**Arroz (em casca)**	**Coco da-baía**	**Feijão (grão)**	**Fumo (folha)**	**Laranja**	**Malva (fibra)**	**Mamão**	**Mandioca**	**Manga**	**Maracujá**	**Milho (em grão)**	**Pimenta do reino**	**Urucum semente**
1990	-	-	2.457,98	1.051,47	-	470,09	43,53	227,19	51,21	215,07	2.867,64	-	1.194,68	614,50	3.535,31	-
1991	-	-	3.154,78	538,10	-	269,05	22,10	204,99	33,44	235,42	5.621,19	-	778,17	476,60	2.774,56	31,23
1992	-	-	766,57	817,25	45,76	411,88	25,93	233,91	30,26	320,35	8.580,78	-	554,56	486,24	333,37	34,70
1993	-	-	1.391,40	157,17	76,69	355,86	9,70	134,92	24,88	335,36	6.830,53	-	357,29	139,77	419,11	82,17
1994	-	-	-	315,99	468,53	359,57	32,69	424,95	43,58	305,09	8.052,18	-	2.157,42	610,18	305,09	152,54
1995	-	-	-	339,93	3.370,98	651,53	37,77	632,65	9,44	396,59	7.053,57	-	708,19	1.000,91	292,72	273,83
1996	-	-	-	103,78	2.646,47	614,05	34,59	743,78	8,65	363,24	5.189,16	-	129,73	1.184,86	242,16	155,67
1997	-	-	-	168,75	1.928,57	562,50	48,21	530,36	8,04	675,00	3.133,92	-	120,54	666,96	257,14	48,21
1998	-	-	-	62,92	943,73	1.069,56	-	762,85	7,86	39,32	1.911,05	-	-	377,49	180,88	7,86
1999	-	-	-	46,46	736,67	272,10	-	584,02	13,27	-	1.990,99	-	-	278,74	232,28	-
2000	2.505,78	-	-	59,66	-	149,15	-	978,45	11,93	17,90	1.610,86	316,21	-	429,56	1.622,79	-
2001	-	204,55	-	32,30	1.921,69	123,81	-	306,82	21,53	64,59	1.937,84	489,84	-	312,21	1.308,04	-
2002	-	-	-	17,79	960,54	1.823,24	-	146,75	22,23	13,34	3.112,86	426,91	-	311,29	1.529,75	-
2003	-	-	-	11,90	856,90	2.443,75	-	87,28	19,84	15,87	2.221,59	-	-	277,70	1.332,95	-
2004	-	-	-	106,00	763,20	1.780,79	-	-	24,73	17,67	4.275,32	-	-	1.183,66	1.187,19	-
2005	-	-	-	58,91	259,90	2.217,82	-	-	24,26	17,33	998,02	-	-	578,71	1.930,20	-

2006	-	-	-	184,16	251,12	5.779,15	-	-	30,13	16,74	964,31	-	-	177,46	2.571,49	-
2007	-	-	-	170,21	283,68	4.791,11	-	-	28,37	15,76	2.269,47	-	-	167,06	2.663,48	-
2008	-	-	-	146,50	253,55	4.902,04	-	-	19,72	45,08	1.839,67	-	-	154,95	1.983,35	-
2009	-	-	-	85,88	257,65	664,17	-	-	20,04	45,80	3.023,13	-	-	125,96	1.694,78	-
2010	-	-	-	62,31	259,61	734,71	-	-	-	54,52	3.390,55	-	-	85,67	2.450,75	-
2011	-	-	-	53,91	343,05	622,39	-	-	-	51,46	3.234,49	-	-	93,11	1.852,48	-
2012	-	-	-	32,07	375,70	371,12	-	-	-	563,56	3.381,34	-	-	66,44	1.812,09	-
2013	-	-	-	43,39	494,63	275,52	-	-	-	451,24	6.688,33	-	-	110,64	1.464,36	-
2014	-	-	-	37,67	506,45	445,76	-	-	-	539,94	4.541,32	-	-	89,99	1.996,51	-
2015	-	-	-	34,03	442,43	204,20	-	-	-	410,29	3.410,88	-	-	81,30	3.312,56	-
2016	-	-	-	17,65	264,77	596,61	-	-	-	582,49	7.371,11	-	-	95,32	1.976,93	-
2017	-	-	-	7,59	216,98	244,10	-	-	-	390,57	520,76	-	-	54,25	1.041,51	-
2018	-	-	-	38,96	324,68	362,02	-	-	-	487,02	2.922,13	-	-	108,77	738,65	-
2019	-	-	-		124,91	1.288,17	-	-	-	312,28	2.264,06	-	-	468,43	562,11	-
2020	-	-	-		156,74	1.003,15	-	-	-	376,18	2.934,22	-	-	260,82	774,93	-
2021	-	-	-		132,96	995,62	-	-	-	340,38	2.808,16	-	-	272,31	713,74	-
2022	-	-	-		251,12	325,45	-	-	-	390,74	2.651,82	-	-	514,29	942,20	-

ANEXO B – Organograma da Prefeitura Municipal de Santarém Novo (PA)



Fonte: Portal da prefeitura municipal de Santarém Novo-PA